

DOUTORAMENTO

HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA

A arquitectura residencial portuense na primeira metade do século XX

Licenciamento de obras, autores, tipologias e morfologias

Volume I

Nuno Paulo Soares Ferreira

D

2017



Universidade do Porto
Faculdade de Letras
Departamento de Ciências e Técnicas do Património



A arquitectura residencial portuense na primeira metade do século XX

Licenciamento de obras, autores, tipologias e morfologias

◆ Volume 1 ◆

Nuno Paulo Soares Ferreira

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História da Arte Portuguesa e realizado sob orientação científica do Prof. Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha.

Porto | 2017

Projecto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do Concurso para a atribuição de Bolsas Individuais de Doutoramento e Pós-Doutoramento 2010 [SFRH/BD/74169/2010]



Dedico esta dissertação a todos que comigo caminharam ao longo destes anos.

Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.

José Saramago

Agradecimentos

Um trabalho de teor científico como o que agora apresento só é possível com muitas horas de trabalho, de paciência e de ausência das pessoas de quem mais se gosta. No entanto, este também só é possível com colaboração de outras pessoas e instituições. Por isso, antes de iniciar esta longa viagem pela habitação na cidade do Porto na primeira metade do século XX, cabe-me aqui agradecer a quem, directa ou indirectamente, contribuiu para o resultado final desta dissertação. Na impossibilidade de agradecer a todos o seu contributo prestado gostaria de destacar algumas pessoas e instituições.

O meu primeiro agradecimento vai para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelo financiamento deste projecto, sem o qual a sua realização não teria sido possível.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha, pessoa chave no desenvolvimento deste trabalho. Por toda a estima e confiança que depositou em mim desde a licenciatura, passando pelo mestrado, e agora nesta nova fase do meu percurso académico. Por acreditar que seria capaz de dar resposta a este trabalho e por me incentivar nas horas mais difíceis e me dar coragem e “força” para avançar e querer sempre mais de mim! Um muito obrigado pela sua amizade e sempre disponibilidade para me ajudar.

À Universidade do Porto, e principalmente, à Faculdade de Letras e ao Departamento de Ciências e Técnicas do Património, por me terem permitido o desenvolvimento deste projecto na sua instituição. No final destes três ciclos de estudo gostaria de deixar algumas palavras de gratidão a todo o corpo docente, pela seriedade, profissionalismo, carinho, sábia e interessante forma de transmitir os seus saberes e experiências e por me fazerem gostar mais da História da Arte. Acima de tudo, pela forma com que me fizeram olhar com outros olhos para a arte, arquitectura e património.

À Dr.^a Carla Amaral e à Dr.^a Sandra Carneiro, técnicas superiores da secretaria do 3.º Ciclo da Faculdade de Letras e do Departamento de Ciências e Técnicas do Porto, respectivamente, pela sua sempre disponibilidade, mas sobretudo pela sua amizade e amabilidade com que sempre nos recebem.

Ao Luís Fonseca pela ajuda prestada no ensinamento e na elaboração dos mapas apresentados ao longo deste trabalho.

À Câmara Municipal do Porto expresso uma enorme gratidão por todo o apoio administrativo e na facilidade como me facultaram a consulta dos 50 126 processos de licença de obras e outras fontes. Pela paciência e disponibilidade que demonstraram em dar resposta às minhas solicitações. Um muitíssimo obrigado a todos os técnicos, sem excepção, da Casa do Infante – Arquivo Histórico da Câmara, na qual passei grande parte do período de investigação. Também gostaria de estender estes agradecimentos a todos os técnicos do Arquivo Geral e da Divisão do Urbanismo, que em muito me facilitaram o acesso a toda a documentação solicitada e fundamental para o desenvolvimento desta investigação.

À Dr.^a Carla Morais e à Dr.^a Isabel Barroso, do Centro de Documentação e Biblioteca da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto, à Dr.^a Patrícia Costa, responsável pela Divisão de Documentação e Cultura do Instituto Superior de Engenharia do Porto, ao Dr. Jorge Pópulo, do Serviço de Documentação e Informação da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, ao Dr. Filipe Figueiredo e à Dr.^a Lurdes Gonçalves, da Ordem dos Engenheiros – Região Norte, à Dr.^a Paula Folgado da Ordem dos Engenheiros – Região Sul, à Dr.^a Adriana Castro, do Pelouro da Comunicação e Cultura da Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Norte, à Dr.^a Teresa Godinho, do Centro de Documentação da FAUP. A todos os técnicos das bibliotecas, arquivos e Ordens por que passei, nomeadamente a Ordem dos Engenheiros Técnicos – Secção Regional do Norte, a Fundação Marques da Silva, as Bibliotecas Municipais do Porto (Biblioteca Pública Municipal do Porto e Biblioteca Municipal Almeida Garrett), as Bibliotecas das Faculdades de Letras, de Arquitectura, de Engenharia, de Medicina, e de Belas-Artes da Universidade do Porto.

À arquitecta Marta Cunha, do Departamento Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, que me recebeu como seu estagiário no âmbito do mestrado e que sempre demonstrou interesse no meu trabalho e me ajudou com a partilha do seu saber

mais prático da arquitectura. Um obrigado pelas sugestões e pelas longas conversas sobre a arquitectura e património da cidade do Porto.

À Prof.^a Doutora Fátima Sales, da Escola Superior Artística do Porto, pelo carinho e entusiasmo que desde sempre mostrou em relação aos meus trabalhos.

Às arquitectas Raquel Henriques, Maria João e Ana Silva, que tive a sorte de conhecer numa altura em que também elas estavam a desenvolver as suas investigações, e com quem a troca de saberes e conhecimentos foi fundamental. Um obrigado pelos intervalos que fizemos e “cafezinhos” que tão bem sabiam depois de tantas horas de trabalho. Obrigado pela vossa disponibilidade, amizade, mas sobretudo pelos sucessivos incentivos numa altura em que o trabalho era de maior solidão.

À Alcina Silva, à Ana Sofia, à Sofia Vechina, à Eva Dias, à Diana Santos, à Vera Teixeira e João, e ao Alexandre Guerra, pela paciência e companheirismo, mas acima de tudo, pela troca de saberes, experiências, críticas e sugestões, nalguns casos desde a nossa licenciatura em História da Arte. Um muito obrigado por terem sempre estado disponíveis para me ajudar, mesmo quando isso condicionou os seus próprios trabalhos.

À Manuela (“mãe da Marta”), ao Carlos (“pai da Marta”), à Xana (“irmã da Marta”) e aos pais do Vítor Xavier pela vossa sincera amizade.

À Bela Franchini, à Cláudia Afonso, à Rosinha e ao Eugénio, à Andreia, Betty, Elisabete, Marta e respetivos maridos, por desde sempre demonstrarem uma verdadeira e especial amizade por mim.

A algumas pessoas, como o Américo, o Nelson (“O Madeirense”), o Ricardo, o Paulo Cristovão, o Nuno Sousa, o Manuel Sagaz e ao “Dani”... que se cruzaram na minha vida e contribuíram de alguma forma para o meu crescimento pessoal e me trouxeram sempre algo de novo. Obrigado por serem parte do meu crescimento e por as nossas vidas se terem cruzado um dia.

À Marta e Fred, à Pati, ao Vitor e Alexandra, ao André, à Lígia e João, e à Rita, por serem verdadeiros amigos com quem partilho tudo o que de bom e de mal acontece nas nossas vidas. Obrigado pela vossa verdadeira e longa amizade.

À Alcina (“mãe do Rui”), ao José (“pai do Rui”), à Maria Emília (“avô do Rui”), à Ana (“irmã do Rui”), à Bé, à Sofia e Ricardo, por me aceitarem como fazendo parte dos seus, por me apoiarem pessoal e profissionalmente, e acima de tudo por sentir que querem tudo de bom para mim. Um obrigado especial por saber que com eles posso contar em tudo o que necessitar.

Ao meu irmão Sérgio, Cristina e sobrinha (Laura), à Deolinda, à Ana (“chata da prima”), Pedro e Petra, ao meu Pai e Gina, à Nini, marido e filho, ao Nelo e às minhas sobrinhas Liliana e Daniela pelo apoio, carinho e amizade que desde sempre me deram e pela paciência que muitas vezes tiveram para me aturar. À Cris, minha irmã Cristiana, por teres demonstrado ser uma verdadeira guerreira nas horas mais difíceis antes de teres partido. Apesar de não estares cá sei que ficarias feliz por mim e por saber que estou a conseguir dar resposta em mais uma etapa importante da minha vida.

À minha mãe e à minha avó, pelo imenso esforço que fizeram para me conseguirem dar uma vida digna e honesta. Obrigado pelos saberes que me transmitiram, pelo carinho e apoio que me deram e pela compreensão pelos grandes períodos de ausência. Um muito obrigado por tudo... mesmo!

A todos os amiguinhos e “peludinhos”, pela presença e companhia que me fazem quando a solidão é maior.

Ao Rui, por toda amizade, amor, companheirismo, ajuda, paciência que tens comigo... por tudo mesmo!... e como um dia escreveu Fernando Pessoa “o valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis”... como tu!

Resumo

O século XX é marcado por profundas transformações urbanísticas, das quais a forma de pensar a habitação é um dos reflexos mais marcantes. A arquitectura residencial na cidade do Porto, concretamente a da primeira metade do século XX, tem sido objecto de vasta investigação. Apesar disso, o conhecimento actual sobre este tema assenta em trabalhos parcelares, dificultando a sua compreensão numa perspectiva ampla e aprofundada. Com vista a colmatar esta lacuna, o projecto em que se insere a presente investigação baseia-se na recolha, sistematização e análise da totalidade da informação constante nos processos de licenciamento para construção de casas particulares que foram dirigidos e aprovados pelo município do Porto durante a primeira metade do século XX.

A partir do levantamento sistemático dos processos de licenciamento de obras de arquitectura habitacional da primeira metade do século XX (1900 a 1948) clarificam-se a distribuição da construção de habitações privadas na geografia da cidade e os intervenientes no processo construtivo. Definem-se tipologias e estudam-se aspectos morfológicos da habitação privada do Porto e os autores dos seus projectos no período.

Nos capítulos dedicados à análise da base de dados, procede-se à análise temporal e geográfica dos processos de licenciamento. Para além do estudo genérico em termos de número de licenças e de unidades habitacionais, são estudadas as diferentes tipologias e relações entre elas. Um outro capítulo é dedicado ao estudo dos intervenientes no processo construtivo: encomendantes/ requerentes, directores de obra e autores dos projectos de especialidade (arquitectura e engenharia).

Em três capítulos são estudados casos específicos em termos de intervenientes, distribuição geo-espacial e caracterização tipológica, morfológica e estética. Os três casos estudados são a Rua de Santa Catarina, as quintas e casas de lavoura, e a “Casa Portuguesa”. Para além do seu contributo directo para a caracterização da arquitectura da cidade na primeira metade do

século XX, dado serem assuntos que careciam de uma análise abrangente, estes capítulos mostram as potencialidades da metodologia utilizada em termos de trabalho futuro.

O estudo encerra-se com uma discussão geral e apresentação das principais conclusões do trabalho desenvolvido, salientando-se o seu contributo para o conhecimento da cidade do Porto na primeira metade do século XX no que respeita à história da arquitetura habitacional e caracterização da paisagem da cidade.

Palavras-chave: Arquitectura; Habitação; Porto; Século XX; Processos de licenciamento de obras particulares; Autores; Tipologia; Morfologia; Urbanismo.

Abstract

The twentieth century is marked by profound urban changes, of which one of the most striking reflections is the way of thinking housing. The residential architecture in the city of Porto, concretely that from the first half of the twentieth century, has been the subject of extensive research. Nevertheless, current knowledge on this issue is based on parceled works, making it difficult to understand it in a comprehensive way. In order to fulfill this gap, the project of which this research is a part of, is based on the collection, systematization and analysis of all the information in the licensing processes for the construction of private housing that were directed and approved by the municipality of Porto during the first half of the twentieth century.

Based on the systematic survey of the licensing processes of housing architecture from the first half of the twentieth century (1900 to 1948), the distribution of private housing construction in the city's geography and the interveners in the construction process are clarified. Typologies are defined and morphological features of Porto's private housing and its projects' authors in the period are studied.

In the chapters focused on the analysis of the database, we proceed to the temporal and geographical analysis of the licensing processes. In addition to the generic study regarding the number of licenses and housing units, the different typologies and relationships between them are studied. Another chapter is dedicated to the study of the interveners in the construction process: orderers, construction managers and authors of the specialty projects (architecture and engineering).

In three chapters we study specific cases regarding interveners, geo-spatial distribution and typological, morphological and aesthetic characterization. The three study cases are “Rua de Santa Catarina”, farms and farmhouses, and “Casa Portuguesa”. In addition to their direct contribution to the characterization of the city's architecture in the first half of the twentieth

century, since these subjects lacked a comprehensive analysis, these chapters show the potentialities for future work of the methodology used.

The study ends with a general discussion and presentation of the main conclusions of the developed work, highlighting its contribution to the knowledge of the city of Porto in the first half of the twentieth century regarding the history of housing architecture and the characterization of the city's landscape.

Keywords: Architecture; Housing; Porto; Twentieth century; Licensing processes for private works; Authors; Typology; Morphology; Urbanism.

Sumário

Agradecimentos	v
Resumo	ix
Abstract	xi
Sumário	xiii
Índice de figuras	xix
Índice de tabelas	xxv
Índice de gráficos	xxvii
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xxix
I. INTRODUÇÃO	1
I.1. Estado da arte	3
I.2. Objectivos gerais e estrutura da dissertação	33
II. METODOLOGIA GERAL	37
II.1. Pesquisa bibliográfica inicial	39
II.2. Recolha de dados e estrutura da ficha-modelo	41
II.3. Análise estatística	45
II.4. Estudo da qualidade dos dados	47
II.5. Consulta de outras fontes	51
II.6. Outras considerações metodológicas	53

III. CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO NA CIDADE DO PORTO: DO URBANISMO AO LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES	55
III.1. Caracterização da cidade do Porto	57
III.1.1. Caracterização geográfica	57
III.1.2. Caracterização demográfica	60
III.1.3. Caracterização económica e industrial	62
III.1.4. Caracterização urbanística	64
III.2. Políticas, estudos e acções ligados à habitação na cidade do Porto	67
III.2.1. Anteriormente à Implantação da República	69
III.2.2. Durante a Primeira República	80
III.2.3. Ao longo da Ditadura Militar e do Estado Novo	85
III.3. Licenciamento de obras particulares	93
III.3.1. O licenciamento de obras particulares na cidade do Porto	97
 IV. ANÁLISE GERAL E DISTRIBUIÇÃO GEO-TEMPORAL	101
IV.1. Introdução	103
IV.2. Objectivos específicos	115
IV.3. Metodologia específica	117
IV.4. Resultados e discussão	119
 V. TIPOLOGIAS	127
V.1. Introdução	129
V.1.1. O tipo e o modelo em arquitectura	129
V.1.2. Tipologias de habitação da cidade do Porto na primeira metade do século XX	138
V.1.2.1. Habitação unifamiliar	138
V.1.2.2. Habitação plurifamiliar	152
V.1.2.3. Habitação económica	163
V.1.2.4. Prédios de rendimento	173
V.1.3. Funções não habitacionais	176
V.2. Objectivos específicos	177

V.3. Metodologia específica	179
V.4. Resultados	183
V.4.1. Análise descritiva das tipologias	183
V.4.2. Relação entre tipologias	185
V.4.3. Relação das tipologias com funções não habitacionais	188
V.4.4. Comparação dos anos de aprovação entre grupos tipológicos	191
V.4.5. Análise geográfica e geo-temporal	194
V.5. Discussão	205
V.5.1. Análise descritiva das tipologias	205
V.5.2. Relação entre tipologias	209
V.5.3. Relação das tipologias com funções não habitacionais	213
V.5.4. Comparação dos anos de aprovação entre grupos tipológicos	216
V.5.5. Análise geográfica e geo-temporal	220
VI. OS INTERVENIENTES NO PROCESSO CONSTRUTIVO	229
VI.1. Introdução	231
VI.1.1. Os encomendantes/ requerentes	232
VI.1.2. Técnicos	234
VI.1.2.1. Directores de obra	237
VI.1.2.2. Projectos de especialidade (arquitectura e engenharia)	239
VI.2. Objectivos específicos	265
VI.3. Metodologia específica	267
VI.4. Resultados	269
VI.4.1. Os encomendantes/ requerentes	269
VI.4.2. Técnicos	273
VI.4.2.1. Directores de obra	273
VI.4.2.2. Projectos de especialidade (arquitectura e engenharia)	276
VI.5. Discussão	283
VI.5.1. Os encomendantes/ requerentes	283
VI.5.2. Técnicos	286
VI.5.2.1. Directores de obra	286
VI.5.2.2. Projectos de especialidade (arquitectura e engenharia)	290

VII. A RUA DE SANTA CATARINA	295
VII.1. Introdução	297
VII.2. Objectivos específicos	303
VII.3. Metodologia específica	305
VII.4. Resultados e discussão	307
VII.4.1. Ano de aprovação das licenças	307
VII.4.2. Encomendantes, autores e técnicos responsáveis	308
VII.4.3. Análise tipológica	310
VII.4.4. Análise estrutural e estética das fachadas	312
VII.4.5. Análise morfológica	336
VII.4.6. Análise de aspectos construtivos	352
VIII. A ARQUITECTURA RURAL: QUINTAS E CASAS DE LAVOURA	365
VIII.1. Introdução	367
VIII.2. Objectivos específicos	371
VIII.3. Metodologia específica	373
VIII.4. Resultados	375
VIII.4.1. Ano de aprovação das licenças e localização geográfica	375
VIII.4.2. Encomendantes, autores e técnicos responsáveis	377
VIII.4.3. Tipologia, morfologia e estruturas auxiliares	379
VIII.5. Discussão	385
VIII.5.1. Ano de aprovação das licenças e localização geográfica	385
VIII.5.2. Encomendantes, autores e técnicos responsáveis	387
VIII.5.3. Tipologia, morfologia e estruturas auxiliares	388
IX. USO E INTERPRETAÇÃO DO CONCEITO DE “CASA PORTUGUESA” NA ARQUITECTURA PORTUENSE	391
IX.1. Introdução	393
IX.1.1. À procura da identidade nacional	393
IX.1.2. A campanha pela “Casa Portuguesa”	401
IX.2. Objectivos específicos	411

IX.3. Metodologia específica	413
IX.4. Resultados e discussão	415
IX.4.1. Ano de aprovação das licenças de obra e localização geográfica	415
IX.4.2. Encomendantes, autores e técnicos responsáveis	417
IX.4.3. Análise tipológica e morfológica	419
IX.4.4. Análise estética	420
IX.4.5. O espaço envolvente da casa	430
IX.4.6. Considerações gerais	431
 X. REFLEXÃO EM JEITO DE CONCLUSÃO	433
 REFERÊNCIAS	445
Fontes	447
Periódicos	470
Bibliografia geral	472
Dissertações, teses e outros trabalhos académicos	485
Artigos em publicações periódicas	492
Documentos e sítios electrónicos	495
Documentos não textuais	499

Índice de figuras

Figura 1. Limites e áreas das freguesias	54
Figura 2. “Carta Topographica da Cidade do Porto”, de Telles Ferreira (1892)	104
Figura 3. Planta da Cidade do Porto (1903)	105
Figura 4. Prólogo ao Plano da Cidade do Porto (Ezequiel Campos, 1932): Planta da Expansão da Cidade do Porto	109
Figura 5. Plano Regulador da Cidade do Pôrto (1952): Rede fundamental das comunicações	111
Figura 6. Plano Regulador da Cidade do Pôrto (1952): zonamento	112
Figura 7. Número de licenças correspondentes a cada freguesia, por ano e por km ²	122
Figura 8. Número de unidades habitacionais correspondentes a cada freguesia, por ano e por km ²	122
Figura 9. Número de licenças e de unidades habitacionais correspondentes a cada freguesia, por ano e por km ² , por período	125
Figura 10. Exemplo de alçado para um conjunto na Rua Nova de Santo André do período da intervenção dos Almadás (António Pinto Miranda, 1724)	143
Figura 11. Exemplo de palacete oitocentista (1898)	148

Figura 12. Exemplo de casa térrea da primeira metade do século XX	150
Figura 13. Exemplo de quinta na freguesia de Paranhos	151
Figura 14. Falanstério de François Marie Charles Fourier	155
Figura 15. Familistério de Jean Bastiste Godin	155
Figura 16. “Unité d’ habitation” de Le Corbusier para Marselha (1947-1953)	156
Figura 17. Número de licenças correspondentes às tipologias uni-, bi- e plurifamiliar, por ano e por km ²	194-5
Figura 18. Número de licenças correspondentes às tipologias uni-, bi- e plurifamiliar, por ano e por km ² , por período	196
Figura 19. Número de licenças correspondentes a habitação económica em cada freguesia, por ano e por km ²	197
Figura 20. Número de unidades habitacionais correspondentes a habitação económica em cada freguesia, por ano e por km ²	198
Figura 21. Número de licenças e de unidades habitacionais correspondentes a habitação económica em cada freguesia, por ano e por km ² , por período	199
Figura 22. Proporção (%) de licenças com referência a funções não habitacionais em cada freguesia, por ano e por km ²	201
Figura 23. Proporção (%) de licenças com referência a funções não habitacionais em cada freguesia, por ano e por km ² , por período	202
Figura 24. Planta de Perry Vidal (1865)	298

Figura 25. Edifício do Grande Hotel do Porto	300
Figura 26. Ourivesaria Reis & Filhos	300
Figura 27. Vista geral do edifício dos “Armazéns Nascimento”	301
Figuras 28 e 29. Alçados de dois edifícios do início do século XX evidenciando grande diferença de linguagens artísticas	313
Figuras 30 e 31. Aplicação de ferro nas fachadas de dois conjuntos de edifícios	314
Figuras 32 e 33. Uso de cantaria nos alçados	314
Figuras 34 e 35. Pormenores de edifício em que se destaca o uso de azulejo com temática arte nova, e a saliência de diversos corpos	314
Figura 36. Projecto em que se conjugam as artes do ferro, cantaria e azulejo	315
Figuras 37 e 38. Alçado e respectiva fachada onde o gosto “Artes Deco” se evidencia pela geometrização das formas	315
Figuras 39 a 42. Fachadas onde se encontra de forma acentuada o gosto pelas Artes Déco em pormenores ornamentais e na serralharia	316
Figuras 43 a 45. Alçados de claro gosto pelas “Artes Deco” mas com tendência para despojamento ornamental	317
Figuras 46 a 48. Edifícios plenamente integrados no espírito do Movimento Moderno	318
Figura 49. Fachadas desenhadas em estilo nacional	319
Figuras 50 e 51. Alçados correspondentes a habitações dos tipos casa grande e palacete	324

Figuras 52 a 56. Pormenores de diferentes tipos de platibandas em palacetes e casas grandes da Rua de Santa Catarina	325-6
Figura 57. Uso de cantaria nos cunhais de fachadas	327
Figura 58. Uso de cantaria nos envasamentos das fachadas laterais e posteriores	328
Figuras 59 e 60. Alçado de fachadas posteriores e laterais onde se destacam vários corpos salientes	328
Figuras 61 a 64 Alçados de edifícios de configuração estreita e esguia na Rua de Santa Catarina	330
Figuras 65 e 66. Diferentes formas dadas às paredes de meação	330
Figura 67. Conjunto de edifícios com as portas de acesso junto das paredes de meação e as aberturas no envasamento correspondentes às caves	331
Figura 68. Fachada onde se combinam diferentes artes e materiais	332
Figuras 69 e 70. Exemplos de diferentes composições de fachadas posteriores	333
Figuras 71 e 72. Exemplos de diferentes composições de fachadas posteriores de edifícios plurifamiliares modernos	335
Figura 73. Plantas dos diversos pisos de uma habitação unifamiliar isolada	337
Figura 74. Plantas dos diversos pisos de uma habitação unifamiliar com entrada lateral	338
Figura 75. Plantas dos diversos pisos de uma habitação com comércio	339
Figura 76. Plantas dos diversos pisos de um edifício bifamiliar	340

Figuras 77 e 78 Planta e alçado de um grupo de casas em forma de bairro	341
Figura 79. Pormenor de planta de edificio plurifamiliar datado de 1934 em que se verifica maior complexidade na organização interna	342
Figuras 80 e 81. Plantas de dois tipos de logradouros comuns na Rua de Santa Catarina	343
Figuras 82 a 84. Diversos modelos de fachadas principais de quintas e casas de lavoura ...	379
Figuras 85 a 87. Plantas dos diversos pisos em que se observam as divisões mais comuns nestas casas, como as dedicadas à lavoura	382
Figuras 88 e 89. Exemplos de casas projectadas por Raul Lino em “estilo português” publicados na revista “A Construção Moderna”	405
Figuras 90 e 91. Casa do Sr. O’Neil (Francisco Vilaça, Cascais, finais do séc. XIX) e Casa Monsalvat (Raul Lino, Monte Estoril, início do séc. XX)	405
Figura 92. Capas de livros publicados por Raul Lino	407
Figura 93. Capa do livro “Arquitectura Popular em Portugal”	409
Figura 94. Capa original do Relatório da Comissão Executiva do 1.º Congresso Nacional de Arquitectura	410
Figuras 95 e 96. Fachada e pormenor de alguns elementos em cantaria, azulejo e serralharia	420
Figuras 97 e 98. Fachada e pormenor da exuberância dos elementos ornamentais de casa situada na Avenida Camilo	421
Figuras 99 a 101. Pormenores de alpendres e varandas	422

Figura 102. Exemplo do uso do alpendre e varandas na arquitectura erudita (Casa do Pormachao, Ponte de Lima)	422
Figura 103. Exemplo do uso do alpendre e varanda na arquitectura rural minhota	422
Figuras 104 e 105. Uso de arco de volta perfeita na composição das fachadas	424
Figura 106. Uso do arco conopial	424
Figuras 107 e 108. Diferentes registos e janelas de várias dimensões na composição das fachadas	425
Figuras 109 e 110. Uso de janelas com gulosias na casa de Ricardo Severo e exemplos de utilização de gulosias na arquitectura de Braga e Bragança	425
Figuras 111 e 112. Uso de janelas geminadas na arquitectura do século XX e na arquitectura erudita (Palácio Nacional de Sintra, séc. XVI)	425
Figuras 113 a 115. Diferentes tipos de janelas	426
Figuras 116 a 119. Exemplos de fachadas em que se destacam diferentes elementos	427
Figura 120. Corpos salientes numa fachada	427
Figuras 121 a 123. Cobertura do telhado tradicional e elementos que o pontuam	429

Índice de tabelas

Tabela 1. População da cidade do Porto	60
Tabela 2. Frequências absolutas e relativas das diversas tipologias	183
Tabela 3. Cruzamento de tipologias quanto ao número de famílias e estrutura	185
Tabela 4. Cruzamento das tipologias “económica” e “de rendimento”	186
Tabela 5. Cruzamento da tipologia “económica” com o número de famílias e estrutura	186
Tabela 6. Cruzamento da tipologia “de rendimento” com o número de famílias e estrutura	187
Tabela 7. Funções não habitacionais por tipologia	188
Tabela 8. Funções de comércio, armazém e oficina: comparação entre tipologias	189
Tabela 9. Ano de aprovação e grupos tipológicos	191
Tabela 10. Períodos de maior proporção de licenças correspondentes a cada grupo tipológico	193
Tabela 11. Número de requerentes	269
Tabela 12. Categorias de encomendantes	270

Tabela 13. Sociedades, cooperativas e companhias ligadas à promoção da habitação	270
Tabela 14. Número e proporção de licenças por período: total e requeridas por entidades ligadas à habitação	271
Tabela 15. Profissões dos encomendantes	272
Tabela 16. Identificação do director de obra, por período	273
Tabela 17. Proporção de obras com participação de diferentes grupos profissionais como directores de obra	274
Tabela 18. Técnicos responsáveis por maior número de direcções de obra	276
Tabela 19. Número de autores do processo de arquitectura	277
Tabela 20. Identificação da autoria do projecto de arquitectura, por período	277
Tabela 21. Proporção de obras com participação de diferentes grupos profissionais como autores dos projectos de arquitectura	278
Tabela 22. Técnicos responsáveis por maior número de projectos de arquitectura	279
Tabela 23. Identificação da autoria do projecto de engenharia, por período	280
Tabela 24. Técnicos responsáveis por maior número de projectos de engenharia	281
Tabela 25. Frequências absolutas e relativas das diversas tipologias na Rua de Santa Catarina	310
Tabela 26. Cruzamento de tipologias quanto ao número de famílias e estrutura (Rua de Santa Catarina)	311

Índice de gráficos

Gráfico 1. Processos desaparecidos, consultados e analisados, por ano	119
Gráfico 2. Proporção de processos correspondentes a licenças de construção de raiz de habitações	120
Gráfico 3. Número de licenças analisadas, por ano de aprovação	121
Gráfico 4. Polígono de frequências absolutas acumuladas do ano de aprovação (Rua de Santa Catarina)	307
Gráfico 5. Polígono de frequências absolutas acumuladas do ano de aprovação (quintas e casas de lavoura)	375
Gráfico 6. Distribuição das quintas e casas de lavoura por freguesias	376
Gráfico 7. Número de andares das habitações (quintas e casas de lavoura)	380

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A.A.V.V.	vários autores
CIAM	Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna
CODA	Concursos para Obtenção do Diploma de Arquitecto
comp	compilação
coord.	coordenação/ coordenador(es)
dir.	direcção/ director(es)
D.S.U.O.	Direção dos Serviços de Urbanização e Obras
ed.	edição/ editor(es)
fasc.	fascículo(s)
FAUP	Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
FLUP	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
GISA	Gestão Integrada de Sistema de Arquivo
LO	licença de obras
MOP	Ministério das Obras Públicas
MOPCI	Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria
n	frequência absoluta
n.º	número
n.ºs	números
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODAM	Organização dos Arquitectos Modernos
org.	organização/ organizador(es)
p	nível de significância crítico para rejeição da hipótese nula
p.	página
pp.	páginas
RSEU	Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas
SMAS	Serviço Municipal de Águas e Saneamento

s.d.	sem data
s.l.	sem local de edição
s.p.	sem páginas
vol.	volume
vols.	volumes

I. INTRODUÇÃO

I.1. Estado da arte

A arquitectura da casa e do espaço doméstico tem sido olhada nos últimos anos como fazendo parte de um “fenómeno mais extenso da transformação da cultura arquitectónica, onde a casa constitui uma produção corrente e significativa, quer no trabalho dos arquitectos, quer na globalidade das edificações deste período”¹. O crescente interesse pelos estudos relacionados com o espaço doméstico, a habitação, seus encomendantes, habitantes e autores na arquitectura portuguesa do século XX, que se vem registando ao longo dos últimos anos, tem-se reflectido num grande número de publicações, trabalhos académicos, catálogos de exposições, guias e mapas de arquitectura, obras nas quais o trabalho de profissionais de diversas áreas se complementam. Dos autores e investigadores com maior produção teórica sobre a arquitectura portuguesa do século XX e que abordam as questões ligadas à arquitectura residencial destacam-se, entre outros: Alexandre Alves Costa, Ana Tostões, João Vieira Caldas, José Augusto-França, José Manuel Fernandes, Manuel Mendes, Margarida Acciaiuoli Brito, Margarida Souza Lôbo, Nuno Grande, Nuno Portas, Paulo Pereira, Pedro Vieira de Almeida, Raquel Henriques da Silva, Rui Ramos e Sérgio Fernandez.

No caso concreto da cidade do Porto, existem diversos estudos ligados à arquitectura residencial. Estes estudos têm-se dedicado sobretudo aos aspectos higienistas, de salubridade, sanitários, formais e técnicos. Os escassos trabalhos total ou parcialmente dedicados aos autores, de seguida apresentados, estão associados a correntes estilísticas, tipologias ou zonas específicas. Por outro lado, verifica-se uma tendência para o estudo repetido de obras e autores. Noutros casos é a limitação das fontes usadas a impedir que o estudo sirva de base à caracterização e análise globais da arquitectura portuguesa.

No final do século XIX e início do século XX surgem diversos trabalhos ligados à habitação, sobretudo das classes mais pobres, em que são abordadas principalmente questões de

¹ RAMOS, Rui J. G. – *A Casa Unifamiliar Burguesa na Arquitectura Portuguesa: Mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2004.

salubridade e higiene. O interesse por estes assuntos deveu-se sobretudo ao facto de, desde os finais do século XIX, a habitação destas classes nas grandes cidades se ter tornado um problema sanitário para as autoridades nacionais e locais, o que levou à implementação de medidas legislativas e estudos que o solucionassem. Um dos autores que mais se dedicou a estas questões foi o ilustre médico, investigador, higienista e professor de medicina Ricardo Jorge, que, entre outros trabalhos dedicados à higiene e salubridade, publicou em 1888 a obra “Saneamento do Porto. Relatório Apresentado à Comissão Municipal de Saneamento”². Este trabalho resultou de um inquérito elaborado pelo mesmo autor e da responsabilidade da Comissão Técnica de Saneamento da Câmara Municipal do Porto (CMP), e apresentava os resultados e conclusões da primeira fase do trabalho dedicado ao saneamento da cidade. A continuidade deste trabalho foi posteriormente (1897) publicada com o nome “Saneamento do Porto: consulta da comissão de saneamento apresentada à ex.ma Camara Municipal do Porto”³. Do mesmo autor são também os estudos “Demographia e Hygiene da Cidade do Porto. Clima, População, Mortalidade”⁴ (1899), “A Peste Bubónica no Porto”⁵ (1899) e “O saneamento do Porto e a canalização dos esgotos. Verdades ao alcance de todos”⁶ (1903), em que são abordados, para além de questões ligadas à demografia populacional, aspectos do modo de vida e da habitação, ainda que numa vertente medicinal.

Ainda no final do século XIX, os médicos José Rodrigues Braga e António de Andrade Júnior apresentaram à Escola Médico-Cirúrgica do Porto as dissertações inaugurais intituladas “Subsidios para a hygiene da habitação. Ventilação, iluminação, aguas e remoção de immundicies”⁷ (1894) e “Breves apontamentos sobre aguas dos poços do Porto”⁸ (1895), respectivamente. Estes trabalhos dedicavam-se sobretudo à higiene das habitações e às águas da cidade do Porto, fazendo também algumas referências aos poços existentes nas habitações. À Escola Médico-Cirúrgica do Porto é também apresentada em 1902 a dissertação inaugural

² JORGE, Ricardo – *Saneamento do Porto. Relatório apresentado à Comissão Municipal de Saneamento*. Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira, 1888.

³ JORGE, Ricardo – *Saneamento do Porto: Consulta da comissão de saneamento apresentada à ex.ma Camara Municipal do Porto*. Porto: Typographia Occidental, 1897.

⁴ JORGE, Ricardo – *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto. Clima, População, Mortalidade*. Porto: Repartição de Saúde e Hygiene da Camara Municipal do Porto, 1899.

⁵ JORGE, Ricardo – *A Peste Bubónica no Porto*. Porto: Artur José de Sousa e Irmão, 1899.

⁶ JORGE, Ricardo – *O saneamento do Porto e a canalização dos esgotos. Verdades ao alcance de todos*. Porto: Typographia da Empresa Literária e Typographica, 1903.

⁷ BRAGA, José Rodrigues – *Subsidios para hygiene da habitação. Ventilação, iluminação, aguas e remoção de immundicies*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Typographia Peninsular, 1894.

⁸ JÚNIOR, António de Andrade – *Breves apontamentos sobre águas dos poços do Porto*. Dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Typographia da Gandra em 1895.

de Álvaro Cândido Furtado de Antas sobre a “Insalubridade do Porto”⁹, em que são referidos os problemas de insalubridade habitacional existentes na cidade nessa época.

Num artigo intitulado “O novo systema de exgottos do Porto”¹⁰, publicado pela revista científica “Porto Medico” em 1905, Adriano de Sá refere-se ao novo sistema de esgotos da cidade e aborda a ligação das fossas das águas fluviais e sépticas das casas à rede municipal de esgotos. Em 1909, José Matta apresenta um estudo intitulado “Habitações populares”¹¹, no qual estuda as principais características da habitação popular aplicada às principais cidades portuguesas. Os Anais Científicos da Faculdade de Medicina do Porto, em 1914, publicam um artigo de Almeida Garrett sobre “Tuberculose e Habitação no Porto”¹². Neste ensaio, o autor, para além de estudar a tuberculose, doença que afectava elevado número de pessoas na cidade, estuda a habitação e o modo de vida das classes mais pobres, tentando mesmo encontrar elos ligação da doença e sua transmissão com o modo de vida dos habitantes. Em 1914, Antonio Lemos apresentou a sua dissertação inaugural à Escola Médico-Cirúrgica do Porto com o tema “Contribuição para o estudo da higiene do Pôrto – Ilhas”¹³. Esta dissertação estuda as condições sanitárias da habitação portuense, tendo por base o caso concreto das habitações em “ilhas”, a sua população e as medidas tomadas pela autarquia contra a insalubridade deste tipo de habitação. A propósito do saneamento na cidade do Porto, Armando Guedes, na sua obra “O saneamento do Porto (A canalização dos esgotos – O abastecimento das águas)”¹⁴ (1917), aborda, ainda que de forma pontual, o problema do saneamento nas habitações da cidade.

As preocupações com as questões de salubridade na habitação portuense continuaram, surgindo um estudo exclusivamente dedicado à salubridade habitacional do Porto realizado entre 1929 e 1933¹⁵, da autoria de Azevedo Antas e Manuel Monterroso. Contudo, este trabalho enquadra-se na linha de investigação dos trabalhos sanitários anteriormente

⁹ ANTAS, Álvaro Cândido Furtado de – *Insalubridade do Porto*. Dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Oficinas do Comércio do Porto, 1902.

¹⁰ SÁ, Adriano de – O novo systema de exgottos do Porto, in *Porto Medico*. Porto: [s. l.], 1905. Separata.

¹¹ MATTA, José Caeiro da – *Habitações populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1909.

¹² GARRETT, Almeida – Tuberculose e Habitação no Porto, in *Anais Científicos da Faculdade de Medicina do Porto*, vol. I. Porto: Faculdade de Medicina do Porto, 1913-1914.

¹³ LEMOS, António Gomes Ferreira de – *Contribuição para o estudo da higiene do Pôrto – Ilhas*. Porto: Imprensa Nacional de Jaime Vasconcelos, 1914.

¹⁴ GUEDES, Armando Marques – *O saneamento do Porto (A canalização dos esgotos – O abastecimento das águas)*. Porto: tipografia a vapor da Empresa Guedes, 1917.

¹⁵ ANTAS, Azevedo; MONTEROSO, Manuel – *A salubridade habitacional no Porto (1929-1933)*. Lisboa: Inspecção de Saúde do Porto, Ministério do Interior, Direcção-Geral de Saúde, 1934.

apresentados, não fazendo qualquer referência aos encomendantes, autores dos projectos e aspectos mais técnicos da habitação.

Em 1953, é publicado o catálogo “Marques da Silva: Homenagem promovida pela Escola Superior de Belas Artes do Porto” em que é inventariado um conjunto de obras da arquitectura portuguesa do século XIX e XX deste autor e seus discípulos¹⁶.

A partir da década de 70 do século passado, o estudo da habitação na cidade do Porto foi alvo de grande interesse por investigadores e arquitectos. Este interesse focalizou-se principalmente na habitação dos finais do século XIX e primeira metade do século XX.

Em 1972 foi publicada a compilação de textos feita pelo arquitecto Cassiano Barbosa sobre a Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM)¹⁷. Este trabalho é composto por uma série de textos, muitos deles apresentados no 1.º Congresso Nacional de Arquitectura (1948), escritos pelos arquitectos da “Escola do Porto” que integravam a ODA M e que expunham, através de exemplos nacionais e internacionais, a sua forma de pensar a arquitectura e a cidade.

Um dos primeiros trabalhos desta nova vaga dedicados especificamente à cidade do Porto, é o estudo “O espaço urbano do Porto. Condições Naturais e desenvolvimento”¹⁸ (1973), da autoria de J. M. Pereira de Oliveira. Este trabalho, resultante da sua dissertação de doutoramento, viria a mostrar-se um dos estudos mais completos sobre o espaço urbano sobre a cidade do Porto, dedicando um capítulo aos espaços construídos na cidade e fazendo referência às ocupações residenciais. No entanto, a abordagem feita por este geógrafo assenta na repartição de diferentes tipologias de casas por diferentes zonas da cidade, definidas pelo autor mediante critérios como a densidade populacional ou a ocupação territorial, abordagem que levaria a que ficassem excluídas da sua análise algumas tipologias habitacionais.

Em 1980, Sergio Fernandez apresentou a sua dissertação de agregação no Curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto: “Percurso. Arquitectura Portuguesa

¹⁶ ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES DO PORTO – *Marques da Silva: Homenagem promovida pela Escola Superior de Belas Artes do Porto*. Porto: ESAP, 1953.

¹⁷ BARBOSA, Cassiano (comp.) – *ODAM – Organização dos Arquitectos Modernos: Porto 1947-1952*. Porto: Edições Asa, 1972.

¹⁸ OLIVEIRA, J. M. Pereira de – *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura. Centro de Estudos Geográficos, 1973.

1930/1974”¹⁹. Apesar de não se referir especificamente à cidade do Porto, ao longo do “percurso” pela arquitectura desde os finais do século XIX este trabalho faz referência a uma série de obras, incluindo diversos ícones que marcaram o panorama da arquitectura habitacional portuense no período em estudo.

Marielle Christine Gros com o objectivo de estudar “O alojamento social sobre o fascismo”²⁰ (1982) aborda o aparecimento, desenvolvimento e consequências da habitação social nas cidades ao longo de alguns períodos da história, como por exemplo durante as ditaduras.

Em 1984, a Escola Superior de Belas Artes do Porto edita “A Rua de Sá da Bandeira no Porto: Registo e comentário”, que consiste sobretudo numa análise comentada à história, urbanismo e edificado desta artéria²¹.

Domingos Tavares, em “Da rua Formosa à Firmeza” (1985) faz uma análise da evolução deste espaço urbano tendo em conta não só a sua história e urbanismo mas também o edificado, e sobretudo as novas tipologias que foram surgindo, como os grandes prédios de rendimento²².

Em 1986 Maria Maia apresentou a sua tese de mestrado sobre Cassiano Branco²³. Neste trabalho a autora faz um estudo monográfico da obra do arquitecto, destacando o papel que este teve na história da arquitectura e da arte contemporânea portuguesas, tendo por base o seu vasto legado arquitectónico.

Em 1987 foi publicado o catálogo da Exposição “Arquitectura, Pintura, Escultura, Desenho. Património da Escola Superior de Belas Artes do Porto e da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto”, realizada no Museu Nacional Soares dos Reis. Este documento

¹⁹ FERNANDEZ, Sergio – *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, 2.^a ed. Porto: Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988.

²⁰ GROS; Marielle Christine – *O alojamento social sobre o fascismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1982.

²¹ PORTUGAL, Carlos; MADUREIRA, Beatriz – *A Rua de Sá da Bandeira no Porto: Registo e comentário*. Porto: E.S.B.A.P., 1984.

²² TAVARES, Domingos – *Da rua Formosa à Firmeza*, 2.^a ed. Porto: Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P., 1985.

²³ MAIA, Maria Augusta da Silva Adrego – *Cassiano Branco - 1897-1970*. Tese de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1986.

elencar uma série de arquitectos que trabalharam na cidade do Porto e descreve o seu legado edificado e projectos²⁴.

Manuel Teixeira, com diversos trabalhos científicos dedicados ao urbanismo e habitação, tem-se debruçado sobre a habitação popular oitocentista e do início do século XX na cidade do Porto. Nos seus trabalhos este autor aborda sobretudo a localização da habitação popular na malha urbana, o tipo de habitantes que a caracterizam, a morfologia das casas, a sua relação com a cidade, e as medidas legais aplicadas a este tipo de habitação. No entanto, raramente refere a autoria dos autores dos edifícios. Dos seus trabalhos destacam-se os artigos “Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das «ilhas» na cidade do Porto”²⁵ (1985), “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”²⁶ (1992) “A habitação popular no século XIX – características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro”²⁷ (1994), “Introdução. Habitação na Cidade Industrial 1870-1950”²⁸ (1994) e “Habitação Popular na Cidade Oitocentista – As Ilhas do Porto”²⁹ (1996). Este último trabalho resulta da sua tese de doutoramento “The Development of Working – the “Ilhas” – in Oporto, Portugal” apresentada em 1988 à Architectural Association Scholl of Architecture (Londres) e que tinha como principal objectivo “explicar a localização e formação das ilhas no Porto, e o contexto social e económico que deu origem às suas características espaciais e formais”³⁰.

Com o objectivo de estudar “O Arquitecto José Marques da Silva e a Arquitectura no Norte do País na primeira metade do século XX”, em 1992 António Cardoso apresentou a sua dissertação de Doutoramento em História da Arte à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), posteriormente publicada em livro³¹. Numa visão bastante abrangente, o autor

²⁴ A.A.V.V. – *Arquitectura, Pintura, Escultura, Desenho. Património da Escola Superior de Belas Artes do Porto e da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 1987.

²⁵ TEIXEIRA, Manuel C. – Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das «ilhas» da cidade do Porto, in *Sociedade e Território*, n.º 2. Porto, Fev. 1985, pp.74-89.

²⁶ TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, in *Análise Social*, vol. XXVII (115), n.º 1, 1992, pp. 65-89.

²⁷ TEIXEIRA, Manuel C. – A habitação popular no século XIX – características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro, in *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 127. 1994, pp. 555-579.

²⁸ TEIXEIRA, Manuel C. – Introdução. Habitação na Cidade Industrial 1870-1950, in *Análise Social*, n.º 127. 1994, pp. 555-579.

²⁹ TEIXEIRA, Manuel C. – *Habitação popular na cidade oitocentista – As Ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

³⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 1.

³¹ CARDOSO, António – *O Arquitecto José Marques da Silva e a Arquitectura no Norte do País na primeira metade do século XX*. Porto: FAUPpublicações, 1997.

aborda o panorama cultural e artístico da primeira metade do século XX em Portugal, com especial incidência para o norte de país, nele inserindo a figura e o legado deste arquitecto. Ao longo do seu trabalho, e com base em documentação primária, António Cardoso referencia uma série de outros arquitectos e artistas (alguns dos quais pouco ou nada conhecidos), bem como as suas obras na cidade do Porto e arredores.

Ana Tostões, no seu livro “Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50”³² (1994), resultante da sua dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, faz uma “abordagem da arquitectura do Movimento Moderno em Portugal, referenciada à produção de autor nos anos 50”. Nesta obra, e apesar de se referir aos anos 50, a autora foca também os anos 40, esclarecendo alguns aspectos importantes para a compreensão da cultura arquitectónica em Portugal, sobretudo nas cidades de Lisboa e Porto. É também de referir que Ana Tostões dedica um dos capítulos desta obra aos “novos programas de habitação”: a habitação unifamiliar urbana e suburbana, as casas de férias ou de veraneio, e a habitação colectiva, na qual engloba os novos bairros e as novas propostas urbanísticas para as cidades, nomeadamente os prédios de rendimento e os bairros económicos e operários.

Também em 1994, Fátima Loureiro de Matos, com uma visão da área da geografia e a propósito do estudo dos principais bairros sociais no espaço urbano do Porto entre 1901 e 1951, publicou um artigo em que abordava, entre outros aspectos, a origem deste tipo de habitação, algumas tipologias e o modo como se foi implantando na cidade, fazendo também referência à legislação e estudos prévios³³. Em 2001, a mesma autora apresenta à FLUP a sua dissertação de doutoramento em Geografia Humana intitulada “A Habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio”³⁴. Neste trabalho, aborda as mudanças das condições na habitação do Grande Porto associadas à expansão do aglomerado urbano, às transformações metropolitanas e à relação entre diferentes concelhos. A primeira parte desta dissertação é dedicada ao enquadramento teórico e à articulação entre as diferentes abordagens à questão do alojamento e o processo de expansão da cidade, sendo estudados os bloqueios estruturais da

³² TOSTÕES, Ana – *Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, 2.ª ed. Porto: FAUPpublicações, 1997.

³³ MATOS, Fátima Loureiro de – Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956, in *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994, pp. 677-695.

³⁴ MATOS, Fátima Loureiro de – *A habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2001, [s.p.].

produção habitacional e o significado da qualidade habitacional no contexto da qualidade e sustentabilidade do ambiente urbano. Na segunda parte é estudada a evolução nas condições habitacionais desde a segunda metade do século XIX até nos anos 90 do século XX, nomeadamente em termos da distribuição da população e da habitação, das condições habitacionais, e do papel dos diferentes intervenientes no mercado habitacional³⁵. Fátima Matos tem apresentado outros trabalhos de grande importância para o estudo da habitação na cidade do Porto e seus arredores. Estes estudos assentam sobretudo na caracterização do parque habitacional, na habitação das cooperativas, e na qualidade de vida e habitacional das cidades. De entre a sua vasta obra publicada destacam-se os artigos “Habitação Cooperativa no Grande Porto (1974/94)”³⁶ (1994), “Caracterização do Parque Habitacional do “Grande Porto”³⁷ (1995), “A habitação como uma das componentes de qualidade do ambiente urbano. O caso do Porto e arredores”³⁸ (1997), “Reabilitação urbana da Baixa Portuense – Qualidade Habitacional”³⁹ (2007) e “A habitação na cidade do Porto – uma perspectiva a diferentes escalas”⁴⁰ (2010).

A propósito do estudo da habitação em ilha na cidade do Porto, sobretudo nos finais do século XIX, Gaspar Manuel Martins Pereira tem publicado alguns trabalhos, em que aborda com especial interesse as características das famílias residentes neste tipo de habitação. Dos seus trabalhos destacam-se: “Housing, household, and the family: The ilhas of Porto at the end of the 19th Century”⁴¹ (1994), “Casa e família, as “ilhas” no Porto em finais do século XIX”⁴² (1996) e “As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX”⁴³ (2011).

³⁵ IDEM – *Ibidem*.

³⁶ MATOS, Fátima Loureiro de – Habitação cooperativa no Grande Porto (1974/94), in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia*, n.º 10-11, 1994, pp. 19-38.

³⁷ MATOS, Fátima Loureiro de – Caracterização do parque habitacional do “Grande Porto”, in *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia – A Península Ibérica um espaço em mutação*, Porto, 1995, pp. 105-114.

³⁸ MATOS, Fátima Loureiro de – A habitação como uma das componentes de qualidade do ambiente urbano. O caso do Porto e arredores, in *Territorium – Revista de Geografia Física Aplicada no Ordenamento do Território e Gestão de Riscos Naturais*, n.º 4, 1997, pp. 21-28.

³⁹ MATOS, Fátima Loureiro de – Reabilitação urbana da Baixa Portuense – Qualidade Habitacional, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia*, n.º 1, 2007, pp. 33-54.

⁴⁰ MATOS, Fátima Loureiro de – A habitação na cidade do Porto – Uma perspectiva a diferentes escalas, in *Actas do I Congresso Internacional sobre Cidades, Culturas e Sociabilidades*, Porto, 2010, pp. 411-449.

⁴¹ PEREIRA, Gaspar Martins – Housing, household, and the family: The ilhas of Porto at the end of the 19th Century, in *Journal of Family History*, vol.XIX, n.º 3, 1994, pp. 213-236.

⁴² PEREIRA, Gaspar Martins – Casa e família, as “ilhas” no Porto em finais do século XIX, in *População e Sociedade*, n.º 2. Porto: Centro de Estudos da População e Família, 1996, pp. 159-183.

⁴³ PEREIRA, Gaspar Martins – As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX, in SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011, pp.477-493.

Em 1996, a Fundação Caloute Gulbenkian e a Cooperativa Árvore publicam um catálogo do arquitecto Viana de Lima, que não só apresenta aspectos biográficos e académicos do autor, como o inventário da sua obra⁴⁴.

Também em 1996, a tese de mestrado em História da Arte de Alexandra Trevisan, “A Arquitectura Artes Déco no Porto”⁴⁵, apresentada à FLUP, teve por objectivo “conhecer as datas dos projectos das construções *artes déco* ainda existentes e das que foram destruídas bem como os seus autores”.⁴⁶ Com base na consulta dos processos de licenciamento de obras, a autora apresenta alguns nomes de autores, tipologias da arquitectura corrente que “faz as ruas” (habitações unifamiliares, prédios de rendimento, estabelecimentos comerciais), e datas para as obras entre os anos de 1925 e 1936. Contudo, centra-se numa corrente artística em específico. Em 2002, Alexandra Trevisan e Isabel Matias, numa publicação intitulada “Higiene e salubridade no Porto (1850-1930)”⁴⁷, estudam, tendo por base outros autores, os principais problemas de higiene que assolavam a cidade, e as principais medidas legais que foram surgindo de forma a combater estes problemas. Ainda que não sendo uma publicação ligada especificamente às questões de higiene e salubridade aplicadas à habitação, as autoras fazem referência a estas questões ao longo do texto. Em 2006, Alexandra Trevisan publica o artigo “O bloco de casas económicas na rua Duque de Saldanha: Um bairro à procura de identidade”⁴⁸, em que destaca as origens, a importância e o impacto que esta obra teve no panorama da arquitectura habitacional da cidade do Porto numa altura em que se impunha a normativa dos bairros de casas económicas unifamiliares.

Por seu turno, a tese de mestrado de Maria do Carmo Pires “A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar”⁴⁹ (1997), abrange diferentes tipologias e correntes no período em questão e refere, com base em documentação primária, uma série de autores que projectam arquitectura privada, materiais e sistemas construtivos. No entanto, circunscreve o seu estudo

⁴⁴ A.A.V.V. – *Viana de Lima*. Porto: Árvore/ Fundação Gulbenkian, 1996.

⁴⁵ PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*. Tese de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1996.

⁴⁶ IDEM – *Ibidem*, p. 1.

⁴⁷ PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira; MATIAS, Isabel – *Higiene e salubridade no Porto (1850-1930)*. Porto: CEAA, Edições Caseiras/5, 2002.

⁴⁸ PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – O bloco de casas económicas na rua Duque de Saldanha: Um bairro à procura de identidade, in *Vinte e um por vinte e um*, n.º 2, Arte e Identidade. Porto: ESAP, 2006.

⁴⁹ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*. Porto: FAUPpublicações, 2000.

à Rua Álvares Cabral. Tendo por base este trabalho, em 2002 a autora apresenta no V Curso Livre de Arte Ibero Americana, realizado na FLUP, a comunicação “(Com)passos num espaço de nós. A rua Álvares Cabral”⁵⁰.

Maria Filomena Barros de Carvalho, na sua dissertação de mestrado em História da Arte “Arquitectura e Vilegiatura na Foz do Douro (1850-1910)”⁵¹ (1997) debruça-se sobre o estudo, através dos seus exemplares mais significativos, da morfologia da arquitectura doméstica e equipamentos urbanos relacionados com as casas de veraneio construídas na Foz do Douro durante o período em questão. Neste trabalho, e com base nos livros de plantas e casas, a autora dá a conhecer alguns nomes de encomendantes e autores de projectos, bem como alguns aspectos técnico-construtivos deste tipo de habitação.

Em 1998 a obra do arquitecto Cassiano Branco é alvo de nova investigação⁵². Maria de Jesus Carvalho estuda o percurso do arquitecto e a evolução da sua obra no contexto histórico e artístico da época. Para tal, e apesar de este arquitecto não possuir um grande número de obras nesta cidade, a autora debruça-se também sobre a sua produção artística na cidade do Porto.

A dissertação de mestrado em História Contemporânea “A habitação popular no Porto em finais do século XIX: o inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)”⁵³ (1998), de Idalinda Fitas, faz “um retrato descritivo das formas de viver o quotidiano na cidade, conjugando duas vertentes complementares: por um lado, a identificação dos espaços físicos da habitação popular, em particular no tocante às classes indigentes e, por outro, o entendimento da dimensão dos problemas sociais e humanos que a ausência de estratégias e de uma política de higiene urbana agudizava”⁵⁴. Este estudo é feito através do inquérito da Comissão Central da Imprensa, de 1885, bem como de uma série de notícias publicadas na época. Neste trabalho, a abordagem a este tipo de habitação é feita segundo uma visão histórica, não havendo referência a autores ou encomendantes. Também em 1998, Adélia

⁵⁰ PIRES, Maria do Carmo Marquês – (Com)passos num espaço de nós. A rua Álvares Cabral, in *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*. I.^a série, vol. III, Porto, 2004, pp: 217-235.

⁵¹ CARVALHO, Maria Filomena Barros de – *Arquitectura e vilegiatura na Foz do Douro (1850-1910)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1997.

⁵² CARVALHO, Maria de Jesus Mendes de – *Cassiano Branco: A obra*. Dissertação de Mestrado em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura e Arte da Universidade Lusíada de Lisboa em 1998.

⁵³ FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1998.

⁵⁴ IDEM – *Ibidem*, p. 6.

Fonseca apresenta à FLUP a sua dissertação de mestrado em Geografia intitulada “Porto Norte. Dinâmicas urbanas e sua evolução”⁵⁵. Este trabalho faz um estudo da evolução da zona norte da cidade do Porto (freguesias de Ramalde e Paranhos) e das freguesias da Senhora da Hora e de São Mamede de Infesta (no concelho de Matosinhos), abordando diversas directrizes de expansão das cidades, tais como o avanço da terciarização, as áreas de residências e as periferias. Contudo, quando se refere à questão das áreas residenciais, incide sobretudo na habitação de interesse social ao longo dos séculos XIX e XX.

Francisco Barata Fernandes apresentou à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) a sua tese de doutoramento em Arquitectura, subordinada ao tema “Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade”. Neste trabalho, publicado em livro em 1999⁵⁶, o autor estuda a habitação burguesa no Porto e sua relação com a cidade ao longo dos períodos mercantilista, iluminista e liberal. Para os vários períodos, este trabalho apresenta uma estrutura semelhante: “relação dominante do lote com o traçado viário; relação entre dimensionamento do lote, edificação e logradouro; matriz de organização interna do edifício e usos; época e processo de formação do lote; parcelamento da propriedade e material de construção e elementos de identidade arquitectónica”⁵⁷. Este estudo refere-se ao “tipo de edificação que faz regra, que domina, quantitativamente em cada período”⁵⁸, pelo que, apesar da sua utilidade para a compreensão da habitação portuense, direccionou-se sobretudo para os aspectos técnicos da arquitectura, não se centrando nos autores ou nos responsáveis por este património. Dados os objectivos do trabalho, não foram consultados os processos de licenciamento de obras, uma vez que estes não desempenharam uma “papel da prova documental do historiador, nem tão pouco este foi recolhido e organizado segundo os critérios e os métodos científicos da investigação histórica”⁵⁹.

No artigo “Porto – cultura da cidade, paisagem doméstica, morfologia da casa, 1895-1969 (continuidades, contaminações, metamorfoses)”⁶⁰, datado de 1999, Manuel Mendes estuda a

⁵⁵ FONSECA, Adélia Luísa T. Silva – *Porto Norte. Dinâmicas urbanas e sua evolução*. Dissertação de Mestrado e Geografia: Dinâmicas e Espaciais e Ordenamento do Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1998.

⁵⁶ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUPpublicações, 1999.

⁵⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 62.

⁵⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 14.

⁵⁹ IDEM – *Ibidem*, p. 16.

⁶⁰ MENDES, Manuel – Porto – Cultura da cidade, paisagem doméstica, morfologia da casa, 1895-1969 (continuidades, contaminações, metamorfoses), in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*, vol. II, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 63-71.

casa enquanto objecto arquitectónico na cidade do Porto. O autor refere-se às questões da “paisagem doméstica” e da “morfologia da casa” e estuda o cruzamento entre continuidade e inovação no processo construtivo. Do mesmo ano é o trabalho de Paulo Seixas intitulado “Paradigmas socioespaciais e políticas da diferença. Ilhas e novos condomínios: Uma interpretação dialógica da Cidade do Porto”⁶¹, em que são estudadas as habitações numa visão da Antropologia Social e onde é proposta uma interpretação da cidade como um todo. Este autor propõe uma relação das ilhas com os novos paradigmas da habitação e forma de habitar e compreender as “estruturas antropológicas urbanas”. Paulo Seixas tem dedicado grande parte da sua investigação ao estudo da habitação, desde as ilhas aos edifícios de habitação de maior envergadura, sempre numa visão antropológica. Disto são também exemplos os trabalhos “Identidades de uma cidade: As ilhas e o Porto”⁶² (1997), “‘Ilhas’ and ‘Condomínios’ in Porto: Anthropological urban structure and the social cohesion problem”⁶³ (1998), “‘Ilhas’ y ‘Novos Condomínios’ en Oporto: Socioespacialidades y políticas da diferencia. Una perspectiva crítica para una ciudad mejor”⁶⁴ (2001), “Ilhas e novos Condomínios: Críticas para uma cidade melhor”⁶⁵ (2004) e “Entre Manchester e Los Angeles. Ilhas e novos condomínios no Porto”⁶⁶ (2008).

No ano de 2000, Fátima Sales apresenta à Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad de Valladolid a sua tese de doutoramento “Januário Godinho na arquitectura portuguesa, ou a outra face da modernidade”⁶⁷, em que reúne grande quantidade de informação acerca deste arquitecto. Ao longo do trabalho são referidos alguns edifícios e conjuntos de habitação com grande importância na arquitectura da cidade do Porto.

⁶¹ SEIXAS, Paulo Castro – *Paradigmas socioespaciais e políticas da diferença. Ilhas e novos condomínios: Uma interpretação dialógica da cidade do Porto*. Tese de Doutoramento em Antropologia Social e apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade de Santiago de Compostela em 1999.

⁶² SEIXAS, Paulo Castro – Identidades de uma Cidade: As Ilhas e o Porto, in JORGE, Vítor Oliveira; ITUTTA, Raúl – *Recuperar o espanto: O olhar da Antropologia*. Porto: Edições Afrontamento, 1997, pp. 103-115.

⁶³ SEIXAS, Paulo Castro – “Ilhas” and “Condomínios” in Porto: Anthropological urban structure and the social cohesion problem, in International Federation for Housing and Planning 44th World Congress 98, Lisboa, 1998.

⁶⁴ SEIXAS, Paulo Castro – “Ilhas” y “Novos Condomínios” en Oporto: Socioespacialidades y políticas da diferencia. Una perspectiva crítica para una ciudad mejor, in *Actas Cuarto Congreso Chileno de Antropología*, Santiago do Chile, 2001.

⁶⁵ SEIXAS, Paulo Castro – Ilhas e novos condomínios: Críticas para uma cidade melhor, in SEIXAS, Paulo Castro Araújo; SANTOS, Paula Mota e Henrique Gomes de (orgs.) – *Pluralidades portuenses: Símbolos locais, relações globais*. Porto: Edições Civilizações, 2004, pp. 1-24.

⁶⁶ SEIXAS, Paulo A. N. C. – *Entre Manchester e Los Angeles. Ilhas e Novos Condomínios no Porto*, 1.º vol., Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008.

⁶⁷ SALES, Maria de Fátima Alves – *Januário Godinho na arquitectura portuguesa, ou a outra face da modernidade*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad de Valladolid em 2000. 2 vols.

Também em 2000, o Pelouro de Habitação e Acção Social e a Protecção Civil da CMP publicam uma pequena brochura dedicada exclusivamente à habitação social entre os anos de 1810 e 1960, cujo título é “As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas”⁶⁸. Neste trabalho são abordados, ainda que de forma simplificada, as diferentes tipologias da habitação, sendo apontadas características e medidas legislativas aplicadas às diferentes formas de habitação social. Paralelamente, e de forma cronológica, são identificados os principais acontecimentos históricos, culturais, arquitectónicos e urbanísticos que marcaram o período em estudo, tanto a nível nacional como internacional. Em 2001, o Pelouro de Habitação e Acção Social da CMP apresenta o “Estudo socioeconómico da habitação social”⁶⁹. Esta publicação é o resultado da aplicação de um inquérito a uma amostra da população residente em bairros municipais (tendo por base os dados de um recenseamento realizado dois anos antes), com o objectivo de se obterem informações sobre o parque habitacional. Este estudo permitiu contextualizar o problema da habitação da cidade, caracterizar os agregados familiares residentes em bairros sociais municipais, conhecer a avaliação feitas pelos arrendatários do estado de conservação dos alojamentos, bem como as suas conseqüentes propostas de alterações e melhorias⁷⁰.

Entre 2001 e 2002, no âmbito do “Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura” foi realizada na FAUP a exposição “(In)formar a modernidade. Arquitectura portuense, 1923-1943: Morfologia, movimentos, metamorfoses”. Desta exposição resultou um catálogo que, com base na documentação existente no Centro de Documentação da FAUP, inventariava uma série de edifícios de arquitectura residencial e autores dos respectivos projectos⁷¹.

Ainda em 2001, duas habitações na cidade do Porto da autoria do arquitecto Celestino de Sousa são objecto de estudo no trabalho de conclusão de curso de Maria Saraiva⁷². Partindo destas obras, a autora faz um trabalho monográfico que caracteriza e contextualiza na história da arquitectura a obra habitacional deste arquitecto.

⁶⁸ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*. Porto: CMP/Pelouro de Habitação e Acção Social e Protecção Civil, 2000, [s.p.].

⁶⁹ PIMENTA, Manuel; FERREIRA, Leonor Vasconcelos; FERREIRA, José António – *Estudo socioeconómico da habitação social*. Porto: Câmara Municipal do Porto/ Pelouro de Habitação e Acção Social, 2001.

⁷⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 8.

⁷¹ MENDES, Manuel (coord.) – *(In)formar a modernidade. Arquitectura portuense 1923-1943: Morfologias, movimentos, metamorfoses*. Porto: FAUPpublicações, 2001.

⁷² SAIVA, Maria Cristina Torrinha – *Celestino de Castro: Duas habitações no Porto*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2001.

No ano seguinte, dois guias dedicados à arquitectura contemporânea do Porto – “Guia da arquitectura moderna: Porto, 1925-2002. Maia, Matosinhos, Porto, Vila Nova de Gaia” e “Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1901-2001” – apresentam alguns dos edifícios considerados ícones da habitação desta época⁷³.

Cláudia Rodrigues, na sua tese de mestrado “O Porto desigual e a transacção entre personagens e lugares – O centro histórico, a ilha e o bairro social”⁷⁴ (2002) e num artigo publicado posteriormente, com o mesmo título⁷⁵, no âmbito da psicologia e educação ambiental, recorre à entrevista e observação para estudar a percepção das vivências em espaços residenciais com diferentes organizações espaciais na cidade do Porto. Esta autora procurou “a transacção entre as personagens e os seus lugares, abrangendo aspectos relativos à casa, à comunidade e à cidade bem como a associação de natureza dessa transacção com a desigualdade dos lugares urbanos”⁷⁶.

Ainda em 2002, a Escola do Porto é alvo de um novo estudo, intitulado “Escola do Porto: Um mapa crítico”⁷⁷. Neste estudo é feita uma análise histórica desta escola, tendo por base alguns acontecimentos, datas e personalidades, sendo retratado sobretudo o seu impacto e dos seus arquitectos no contexto da arquitectura nacional e internacional.

Em “Arquitectura Tradicional Portuguesa”⁷⁸ (2003), Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano dedicam-se a estudar a habitação corrente em diversas cidades ao longo dos séculos. No caso portuense, é dedicado um capítulo ao estudo das “casas esguias”, típicas desta cidade; contudo, este estudo apenas refere aspectos técnicos e arquitectónicos, não havendo referência aos autores dos projectos. A importância atribuída pelos autores a este tema é

⁷³ A.A.V.V. – *Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1901-2001* (30 fasc.) Porto: Ordem dos Arquitectos/Civilização, 2001; FERNANDA, Fátima; CANNATÀ, Michele – *Guia da arquitectura moderna: Porto, 1925-2002. Maia, Matosinhos, Porto, Vila Nova de Gaia*. 1.^a ed. Porto: Edições Asa, 2002.

⁷⁴ RODRIGUES, Cláudia Maria Barbosa – *O Porto desigual e a transacção entre personagens e lugares – O centro histórico, a ilha e o bairro social*. Dissertação de Mestrado em Psicologia e Educação Ambientais apresentada ao Instituto de Psicologia Aplicada de Lisboa em 2002.

⁷⁵ RODRIGUES, Cláudia – O Porto desigual e a transacção entre personagens e lugares – O centro histórico, a ilha e o bairro social, in *1.º Colóquio psicologia espaço e ambiente*. Évora: Universidade de Évora, 2002, pp. 1-10.

⁷⁶ IDEM – *Ibidem*, p. 1.

⁷⁷ FIGUEIRA, Jorge – *Escola do Porto: Um mapa crítico*. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002.

⁷⁸ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, 5.^a ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003.

salientada pelo facto de já em 1986 haverem publicado a obra “Casas esguias do Porto e sobrados do Recife”⁷⁹, que versava a mesma temática.

No ano de 2003 realizou-se em Vilar de Mouros a exposição “José Porto, 1883-1965: Desvendando o arquitecto de Vilar de Mouros” que originou também a publicação de um catálogo escrito por Paulo Bento. Este documento refere, para além da biografia do arquitecto, diversos aspectos artísticos e estéticos da sua obra, fundamentados com a análise de exemplos concretos que incluem obras de habitação da cidade do Porto⁸⁰.

Merece também referência o “Mapa de Arquitectura do Porto: Plano de arquitectura” (2003), que inventaria uma série de obras ligadas à habitação na cidade⁸¹. É de destacar que, contrariamente à maioria dos trabalhos, este mapa não se centra exclusivamente nas obras mais conhecidas, focando também outras menos estudadas.

Virgílio Borges Pereira, no artigo “Uma imensa espera de concretizações... ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto”⁸² (2003), sem qualquer referência a autores ou encomendantes, faz um estudo sociológico sobre as principais problemáticas da habitação no país ao longo do século XX, usando a cidade do Porto como exemplo. Noutros estudos do mesmo autor, como por exemplo “Estado, Alojamento e a «Questão Social»: Elementos para a compreensão sociológica da formação da respectiva relação no Porto contemporâneo”⁸³ (2009), “Ilhas, bairros sociais e classes laboriosas na cidade do Porto (1956-2006)”⁸⁴ (2010), “Desigualdade, pobreza e habitação: Interrogações sociológicas geradas por uma investigação sobre a cidade do Porto”⁸⁵ (2010),

⁷⁹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Casas esguias do Porto e sobrados do Recife*. Recife: Pool Editorial S.A., 1986.

⁸⁰ BENTO, Paulo Torres – *José Porto, 1883-1965: Desvendando o arquitecto de Vilar de Mouros*. Vilar de Mouros: CIRV, 2003.

⁸¹ COSTA, Alexandre, Alves; TAVARES, André; JORGE, Filipe – *Mapa de Arquitectura do Porto: Plano de arquitectura*. Lisboa: Argumentum, 2003

⁸² PEREIRA, Virgílio Borges – Uma imensa espera de concretizações... Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto, in *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 13, 2003, pp. 139-148.

⁸³ PEREIRA, Virgílio Borges; QUEIRÓS, João – Estado, Alojamento e a «Questão Social»: Elementos para a compreensão sociológica da formação da respectiva relação no Porto contemporâneo, in *Argumentos de Razón Técnica*, Revista Española de Ciencia, Tecnología y Sociedad, y Filosofía de la Tecnología, 2009.

⁸⁴ PEREIRA, Virgílio Borges (coord.) – *Ilhas, bairros sociais e classes laborais na cidade do Porto (1956-2006)*. Relatório Científico entregue à Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelo Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2010.

⁸⁵ PEREIRA, Virgílio Borges – Desigualdade, pobreza e habitação: Interrogações sociológicas geradas por uma investigação sobre a cidade do Porto, in *O que sabemos sobre a pobreza em Portugal*. Lisboa: Edições Económicas, 2010, pp.171-184.

ou “A política de habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto contemporâneo: Uma perspectiva sintética e panorâmica”⁸⁶ (2011), a habitação de interesse social é sempre estudada sobretudo numa perspectiva sociológica.

Com o objectivo de estudar a Avenida do Marechal Gomes da Costa e a arquitectura portuense dos anos 30 do século XX, Catarina Bomba apresenta à FAUP, em 2003, a sua prova final de licenciatura⁸⁷, onde estuda, para além da abertura desta avenida, o seu edificado, nomeadamente a habitação.

Em 2004 foram apresentadas à FLUP as teses de mestrado de Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo Graça, de Domingas Vasconcelas e de Maria Graveto. A tese de Manuel Graça estuda a habitação na cidade do Porto entre 1805 e 1906 mas circunscreve-se às “construções de elite”⁸⁸. A de Domingas Vasconcelas dedica um pequeno capítulo à habitação no espaço da Praça do Marquês de Pombal entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX⁸⁹. Já a de Maria Graveto analisa o espaço urbano e a habitação colectiva entre a Avenida dos Aliados e a Rua de Ceuta, referindo os nomes de cinco arquitectos sonantes da Escola do Porto⁹⁰. Para além de referir as obras para aquele espaço urbano, Maria Graveto faz uma lista das obras de cada autor na cidade do Porto.

No mesmo ano, a Associação Cultural Panmixia faz uma compilação de textos de especialistas de diversas áreas e de moradores das ilhas, criando uma colectânea a que deram o nome de “Ilhas”⁹¹. Este projecto permitiu a reunião de textos que descrevem as ilhas enquanto objecto arquitectónico, os espaços que as formam, a estrutura e características dos

⁸⁶ PEREIRA, Virgílio Borges – A política de habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto contemporâneo: Uma perspectiva sintética e panorâmica, in SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011, pp. 547-564.

⁸⁷ BOMBA, Catarina Leonor Guerreiro – *Avenida Marechal Gomes da Costa; Porto e a Arquitectura dos anos 30*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2003.

⁸⁸ GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo – *Construções de elite no Porto (1805-1906)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2004.

⁸⁹ VASCONCELOS, Domingas – *A Praça do Marquês de Pombal na cidade do Porto. Das suas origens até à construção da Igreja da Senhora da Conceição*. Porto: FAUPpublicações, 2008.

⁹⁰ GRAVETO, Maria Adriana Pacheco Rodrigues – *Trajecto do risco urbano. A arquitectura na cidade do Porto, nas décadas de 30 a 50 do século XX, através do estudo do conjunto da Avenida dos Aliados à Rua de Ceuta*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2004.

⁹¹ WELLENKAMP, Margarida; PISCO, Luís – *Ilhas*. Porto: Panmixia Associação Cultural, 2004.

agregados familiares e, à semelhança do que fizera Cláudia Rodrigues⁹², a visão que os próprios moradores têm das ilhas.

Ainda no ano de 2004, o arquitecto Joaquim Teixeira apresentou, no âmbito das suas provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, um trabalho de síntese intitulado “Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal”⁹³. Ainda que esse trabalho não incidisse sobre o século XX, a sua referência é incontornável, uma vez que aborda a permanência dos sistemas e dos saberes construtivos dos séculos anteriores na arquitectura do século XX. O autor faz uma vasta análise das estruturas (primárias e secundárias) que compõem o sistema construtivo, e dos materiais e elementos singulares da casa burguesa nos séculos em estudo.

Em 2005, João Fonseca usa o estudo da “Forma e Estrutura no Bloco de Habitação, Património Moderno em Portugal” como tema da dissertação de mestrado em Metodologias da Intervenção no Património Arquitectónico que apresentou à FAUP. Este trabalho teve por objectivo “o estudo e análise de quatro blocos modernos: o bloco Costa Cabral, o edifício Parnaso, o bloco das Águas Livres e as Unidades Tipo A da Avenida Infante Santo. Estes blocos foram construídos no Porto e em Lisboa, segundo projectos balizados entre 1952 e 1955, e são exemplos de habitação colectiva moderna em Portugal”. Apesar de não abordar o período por nós estudado (primeira metade do século XX), este trabalho assume grande importância pela contextualização que faz sobre a tipologia da habitação colectiva⁹⁴.

No mesmo ano, Edite Rosa apresentou a sua tese de doutoramento intitulada “ODAM: Valores modernos e confrontação com a realidade produtiva”⁹⁵. Neste trabalho a autora analisa “las ideas de modernidad y su impacto en la transformación de la práctica productiva

⁹² RODRIGUES, Cláudia Maria Barbosa – *O Porto desigual e a transacção entre personagens e lugares – O centro histórico, a ilha e o bairro social*.

⁹³ TEIXEIRA, Joaquim José Lopes – *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2004.

⁹⁴ FONSECA, João Pedro Esteves de Carvalho – *Forma e estrutura no bloco de habitação, Património Moderno em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Metodologias da Intervenção no Património Arquitectónico apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2005.

⁹⁵ ROSA, Edite Maria Figueiredo e – *ODAM: Valores modernos e confrontação com a realidade produtiva*. Tesis Doctoral em Arquitectura apresentada ao Departament de Projectes Arquitectònics da Universitat Politècnica de Catalunya em 2005. [Disponível em <http://www.tdx.cat/handle/10803/6819>].

arquitectónica portuguesa, a través de la especificidad producida por un grupo de arquitectos de Oporto, el ODAM que defendió los ideales modernos en sus trabajos y manifiestos, individuales y colectivos. Se indagan los fundamentos estéticos y conceptuales defendidos por el grupo en las premisas de la modernidad hacia una puesta en valor de las vivencias humanistas y culturales portuguesas”.

Ainda em 2005, André Faria apresentou, para conclusão da Licenciatura em Arquitectura, o trabalho “Caracterização do fogo na habitação plurifamiliar do Porto: Introdução a um processo de estudo”. Tendo por base trabalhos prévios e exemplos concretos, o autor caracteriza esta tipologia na cidade do Porto⁹⁶.

No ano de 2006 a habitação portuense foi alvo de diversos trabalhos de investigação. Um deles, da autoria de Nelson Mota, analisa a arquitectura doméstica portuense no final do século XIX. Na sua tese de mestrado “A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX”⁹⁷, posteriormente publicada sobre a forma de livro⁹⁸, e tendo por base a análise dos processos de licenciamento apresentados à CMP entre 1897 e 1900, este autor estudou a fronteira entre o espaço privado e o espaço público.

Três outros trabalhos foram realizados no âmbito de provas finais da Licenciatura em Arquitectura; dois destes trabalhos foram apresentados à FAUP. O primeiro, “Identidade e Metamorfose. Transformação da imagem da casa Burguesa do Porto”⁹⁹, de Henrique Meireles, estuda a evolução da habitação burguesa entre os finais do século XVII e inícios do século XX através das alterações das fachadas, tentando entender as transformações ocorridas ao nível da imagem e das linguagens, volumes e ritmos. O segundo trabalho apresentado à FAUP, “Sistema construtivo da habitação unifamiliar do Porto: evolução ou permanência da

⁹⁶ FARIA, André Mendes – *Caracterização do fogo na habitação plurifamiliar do Porto: Introdução a um processo de estudo*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2005.

⁹⁷ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura Território e Memória apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 2006.

⁹⁸ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*. Coimbra: Edarq, 2010.

⁹⁹ MEIRELES, Henrique – *Identidade e metamorfose. Transformação da imagem da casa burguesa do Porto*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2006.

construção da 2ª metade do séc. XIX aos anos 60”¹⁰⁰, da autoria de Carlos Barros, explica a evolução construtiva da habitação unifamiliar no período em questão. O terceiro trabalho de provas finais da Licenciatura em Arquitectura foi apresentado à Universidade de Coimbra, a propósito da habitação social, e é da autoria de Filipa Osório. Esta autora faz uma “Viagem pela habitação social”, confrontando a origem e o desenvolvimento desta tipologia nas cidades de Lisboa e do Porto. Este estudo revela-se importante pela síntese que é feita sobre esta forma de habitação desde o século XIX até à actualidade¹⁰¹.

Ainda em 2006, foi apresentada à FAUP a dissertação de mestrado em Metodologia de Intervenção no Património Arquitectónico da autoria de Ana Franca, intitulada “A habitação colectiva moderna do Porto: 1925-1965”¹⁰². A análise feita neste trabalho consiste em deter-se em “objectos arquitectónicos que expressem essa linguagem [moderna] e com reconhecido valor patrimonial pelas inovações que deram sentido ao Moderno nesta cidade”, fazendo “uma leitura interna da temática abordada” e abstendo-se do “aprofundamento de questões teórico-históricas e pontos de vista mais latos, de inserção dos casos de estudo num contexto nacional ou internacional, para além do necessário enquadramento dos temas”¹⁰³.

No mesmo ano, a figura do arquitecto Marques da Silva serviu de mote a uma exposição (“Marques da Silva: O aluno, o professor, o arquitecto”) sobre a arquitectura portuguesa, e especialmente a do Norte de Portugal, dos séculos XIX e XX¹⁰⁴.

Em 2007, o arquitecto Manuel Pinto escreve um artigo sobre a Casa do Ameal, do arquitecto Celestino de Castro, considerada um ícone da arquitectura portuense. Neste artigo o autor parte de um “Moderno Esquecido” e faz uma descrição sumária da casa, na qual aborda questões como a importância do modernismo e da Escola do Porto e as inovações técnico-

¹⁰⁰ BARROS, Carlos Alberto da Silva – *Sistema construtivo da habitação unifamiliar do Porto: Evolução ou permanência da construção da 2.ª metade do séc. XIX aos anos 60*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2006.

¹⁰¹ OSÓRIO, Filipa Peres Frangolho Crespo – *Viagem pela habitação social. Um novo caminho*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 2006.

¹⁰² FRANCA, Ana Cabral Pacheco de Miranda – *A habitação colectiva moderna do Porto: 1925-1965*. Dissertação de Mestrado em Metodologia de Intervenção no Património Arquitectónico apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2006.

¹⁰³ IDEM – *Ibidem*, pp. 19 e 23.

¹⁰⁴ MESQUITA, Mário João; SARMENTO, Inês; TAVARES, Domingos – *Marques da Silva: O aluno, o professor, o arquitecto*. Porto: IMS, 2006.

construtivas e morfológicas trazidas pelo século XX, e reflete sobre o património do século XX¹⁰⁵.

Com o objectivo de estudar os “Edifícios modernos de habitação colectiva – 1948/1961. Desenho e Standard na arquitectura Portuguesa”, José Gonçalves apresentou em 2007 à Universidade Politécnica da Catalunha a sua tese de doutoramento, em que aborda os edifícios considerados ícones deste período nas cidades de Lisboa e do Porto, bem como a sua relação com a expansão destas cidades¹⁰⁶.

No ano de 2008 a Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Fernando Pessoa do Porto dá a conhecer dois estudos monográficos sobre a vida e obra dos arquitectos Mário Bonito¹⁰⁷ e Artur Andrade¹⁰⁸.

Também nesse ano, Ana Oliveira apresentou o seu trabalho de final de curso “Uma escola, dois percursos: Reflexão sobre a evolução do ensino de arquitectura na escola do Porto”, onde é abordada a origem desta escola, a evolução no seu ensino e o seu impacto na arquitectura portuense¹⁰⁹.

Nos anos de 2008 e 2009, a Ordem dos Arquitectos do Norte, em colaboração com a CMP, lançou dois mapas/ roteiros em que são apresentadas as principais obras de duas referências da arquitectura nacional. O primeiro, dedicado a Arménio Losa, apresenta um inventário de 24 obras na cidade do Porto da autoria deste arquitecto em colaboração com Cassiano Barbosa e com Alfredo Matos Ferreira e Beatriz Madureira¹¹⁰. O segundo, editado em colaboração com a Fundação Marques da Silva e integrado no Colóquio “(re)Construir

¹⁰⁵ PINTO, Manuel da Cerveira – “O moderno esquecido” – A Casa do Ameal do arquitecto Celestino de Castro [1948], in *A Obra Nasce: Revista de Arquitectura da Universidade Fernando Pessoa*, 2007, pp. 55-58.

¹⁰⁶ GONÇALVES, José Fernandes – *Edifícios modernos de habitação colectiva – 1948/1961. Desenho e standard na arquitectura portuguesa*. Tesis Doctoral em Programa de Doctorado: Projectos Arquitectónicos apresentado à Universitat Politècnica de Catalunya – Departament de Projectos d’Arquitectura em 2007.

¹⁰⁷ RIBEIRO, Orlando Miguel da Silva Nunes – *Mário Bonito. Vida e obra. Um pequeno grande percurso*. Monografia de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Fernando Pessoa do Porto em 2008.

¹⁰⁸ SILVA, Pedro Soares da – *Obra e vida de Artur Andrade*. Monografia de Licenciatura em Arquitectura e Urbanismo apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Fernando Pessoa do Porto em 2008.

¹⁰⁹ OLIVEIRA, Ana Filipa Marques Bragança de – *Uma escola, dois percursos: Reflexão sobre a evolução do ensino de arquitectura na escola do Porto*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2008.

¹¹⁰ RAPAGÃO, João Paulo; MAIA, Ana; OLIVEIRA, Maria Manuel (coord.) – *Arménio Losa*. Porto: OASRN Cultura, 2008.

Cidades: Cartografias a partir de Marques da Silva”, inventaria um conjunto de 24 obras de do arquitecto José Marques da Silva na cidade do Porto¹¹¹.

Em 2009, Teresa Marques apresenta à Universidade Técnica de Lisboa a sua dissertação de doutoramento em que reflecte sobre “Dos jardins paisagistas e horticultores do Porto de oitocentos ao modernismo na arquitectura paisagística em Portugal”¹¹². Tendo por base conceitos da arquitectura paisagística e referenciando exemplos concretos, a autora faz uma “viagem” pela origem, evolução, função e uso prático destes espaços e sua relação com a arquitectura.

Mariana Aragão, na sua dissertação de mestrado (2009), faz um estudo comparativo entre os Sobrados do Brasil e as casas do Porto, tentando demonstrar a similaridade das formas artísticas e concepção dos edifícios entre os dois locais¹¹³.

Fátima Loureiro de Matos e Rosa Maria Veloso Vieira Rodrigues, em “As Ilhas do Porto: lugares de resistência” (2009), fazem uma análise de um conjunto de ilhas e de tipologias habitacionais semelhantes na freguesia de Ramalde mas, como já referido para outros trabalhos, sem nomear encomendantes ou autores de projectos¹¹⁴.

Paula Torres Peixoto apresentou à Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela a sua tese de doutoramento com o título “Casas de Brasileiros no Norte de Portugal. Do Porto à Ruralidade (1850-1930)” (2009), trabalho do qual resultou a publicação, em 2013, do livro “Palacetes de *brasileiros* no Porto (1850-1930). Do estereótipo à realidade”¹¹⁵. Centrando-se no estudo das casas (ou palacetes) de brasileiros, a autora faz um estudo comparativo com os palacetes da burguesia da elite portuense. Para cada caso de

¹¹¹ MAIA, Ana; PEREIRA, Luís Tavares – *José Marques da Silva*. Porto: OASRN Cultura e Câmara Municipal do Porto, 2009.

¹¹² MARQUES, Teresa Dilce Portela – *Dos jardins paisagistas e horticultores do Porto de oitocentos ao modernismo na arquitectura paisagística em Portugal*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Técnica de Lisboa em 2009.

¹¹³ ARAGÃO, Mariana Lins – *Sobrados altos e magros do Recife: Um estudo comparativo com as casas do Porto*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada do Porto em 2012.

¹¹⁴ MATOS, Fátima Loureiro de; RODRIGUES, Rosa Maria Veloso Vieira – *As Ilhas do Porto: Lugares de resistência*, in *Observatorium: Revista Electrónica de Geografia*, vol. 1, n.º 1, 2009, pp. 33-57.

¹¹⁵ PEIXOTO, Paula Torres – *Palacetes de brasileiros no Porto (1850-1930). Do estereótipo à realidade*. Porto: Edições Afrontamento, 2013.

estudo Paula Peixoto realizou um inventário em que aborda diversas questões, entre as quais os proprietários, os autores dos projectos, elementos formais e estilísticos.

Na tese de doutoramento “Quando a habitação colectiva era moderna desde Portugal e outros territórios de expressão portuguesa 1940-1977”¹¹⁶ (2009) Inês Rodrigues “parte da escala da cidade até ao objecto em si, dando relevância ao bairro e à unidade de vizinhança, ao edifício e à tipologia [habitação colectiva], valorizando a originalidade e a especificidade de cada projecto”¹¹⁷. Destaca os edifícios mais paradigmáticos em Portugal (especialmente nas cidades de Lisboa e Porto) e a sua repercussão em territórios de expressão portuguesa.

Em 2010 a habitação social é alvo de novos estudos através das duas dissertações de mestrado apresentadas à FLUP. Uma dessas dissertações foi efectuada na área da sociologia, sendo da autoria de Juliana Patrícia da Silva Tomé e intitulando-se “A centralidade do espaço doméstico na estrutura do quotidiano – o caso das ilhas do Porto”¹¹⁸. Esta dissertação reflecte acerca do espaço doméstico e do quotidiano, tendo por base o entendimento sociológico destes temas para estudar o conceito de espaço social a partir das ilhas Grande e do Pedreiro em São Vitor e do Bairro do Herculano. Juliana Tomé procurou entender como os moradores destes aglomerados urbanos organizam o seu quotidiano e percebem o espaço que habitam. Procurou também, partindo do trabalho de Manuel Teixeira (1996), entender as condições de oferta e procura destas habitações, os agentes envolvidos e a sua morfologia. O outro trabalho, na área da História Contemporânea, é da autoria de Paulo Almeida e intitula-se “Favor, recompensa e controlo social: Os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)”¹¹⁹. Faz a caracterização do programa de “Casas Económicas” e a sua implantação na cidade com base na legislação fundadora e outras normativas. Estes documentos são confrontados com as características dos bairros construídos, sendo também estudados os processos de distribuição e amortização das casas.

¹¹⁶ RODRIGUES, Inês Lima – *Quando a habitação colectiva era moderna desde Portugal e outros territórios de expressão portuguesa 1940-1977*. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Projectos Arquitectónicos ESTAB. UPC, 2009.

¹¹⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 4.

¹¹⁸ TOMÉ, Juliana Patrícia da Silva – *A centralidade do espaço doméstico na estrutura do quotidiano – O caso das ilhas do Porto*. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2010.

¹¹⁹ ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de – *Favor, recompensa e controlo social: Os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2010.

No mesmo ano, a arquitecta Maria Lameiro, com o objectivo de estudar a habitação colectiva de promoção privada na cidade do Porto, apresenta a sua dissertação de mestrado “A rua de Sá da Bandeira no Porto. Topologia(s) do habitar colectivo”¹²⁰. Analisa os processos de produção e transformação da rua, bem como os edifícios de habitação colectiva, a nível do loteamento, organização, materiais, e autorias, entre outros aspectos.

A dissertação de doutoramento de Eduardo Fernandes, na área de Teoria e História da Arquitectura Portuguesa Contemporânea, apresentada à Universidade do Minho em 2010, estudou a evolução da Escola do Porto entre 1940 e 1997. Neste trabalho é possível encontrar a caracterização desta instituição (nomeadamente no início do período considerado, coincidente com o final do estudado no presente trabalho) em termos de ensino, personalidades mais marcantes, influência sobre os seus arquitectos e, de um modo geral, reflexões e exemplos da sua importância na produção arquitectónica da cidade do Porto¹²¹.

Ainda em 2010, Christophe Morais, a propósito do arquitecto Arménio Losa e, mais concretamente, da produção da habitação colectiva dos anos 50 na cidade do Porto, apresenta a sua prova final de curso. Apesar de este trabalho se reportar aos anos 50, o autor aborda de forma clara a importância desta tipologia na cidade e a sua história no contexto da arquitectura portuense¹²².

No 3.º IJUP – Encontro de Jovens Investigadores da Universidade do Porto (2010), Nuno Ferreira apresentou a comunicação “Modernist housing in Oporto: Some works by Januário Godinho”¹²³. Neste trabalho foram abordadas algumas questões ligadas à habitação portuense em diversas tipologias para os anos 30 e 40 do século XX, através das obras do arquitecto Januário Godinho.

¹²⁰ LAMEIRO, Maria Gisela Antunes – *A rua de Sá da Bandeira no Porto. Topologia(s) do habitar colectivo*. Dissertação de Mestrado em Estudos do Espaço e do Habitar em Arquitectura apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura em 2010.

¹²¹ FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral dos Santos – *A Escolha do Porto: Contributos para a actualização de uma ideia de Escola*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Escola de Arquitectura da Universidade do Minho em 2010.

¹²² MORAIS, Christophe Gameiro Pereira – *Arménio Losa e a habitação colectiva na década de 50 no Porto*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2010.

¹²³ FERREIRA, Nuno Paulo Soares – Modernist housing in Oporto: Some works by Januário Godinho [resumo], in 3.º Encontro de Jovens Investigadores da U. Porto – Livro de resumos, Porto, 2010, p. 222.

Em 2011 Clara Pimenta do Vale apresenta à FAUP a dissertação de Doutoramento “Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto – O eixo da Boavista (1927-1999) – Contributo para a história da construção em Portugal no século XX”¹²⁴. A autora pretende com este trabalho dar “um contributo para a história da construção arquitectónica no Porto e em Portugal, tomando como objectos primordiais dessa análise os edifícios, os seus processos de licenciamento e as diversas condicionantes que se colocam ao seu projecto e construção”¹²⁵.

No mesmo ano o ensino moderno da Arquitectura é objecto de outra investigação, desta vez da autoria de Gonçalves Moniz, através da sua dissertação de doutoramento em Arquitectura, a que dá o título de “O ensino moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)”¹²⁶. Esta dissertação teve como objectivo compreender as modificações no ensino da Arquitectura decorrentes da transição entre o ensino *Beaux-Arts* e o ensino moderno.¹²⁷ Tal como acontece com a dissertação de Eduardo Fernandes, também esta se tornou importante para compreender o pensamento que enquadra a obra dos arquitectos do Porto no período em estudo.

No âmbito da sua prova final de Licenciatura em Arquitectura, Juliano Silva estuda “A cor na arquitectura na Escola do Porto”¹²⁸. Neste trabalho é analisado o impacto da cor na arquitectura e no espaço urbanos, sendo sobretudo destacada a sua importância na concretização da obra de arte.

“O papel das cooperativas na construção de habitação no Porto entre 1933 e 1956” (2011) é alvo de um estudo aprofundado por Vera Silva na sua dissertação de mestrado¹²⁹. Neste trabalho a autora analisa a importância destas entidades na cidade do Porto e o seu impacto na

¹²⁴ VALE, Maria Clara de Carvalho Pimenta do – *Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto – O eixo da Boavista (1927-1999) – Contributo para a história da construção em Portugal no século XX*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2011. 3 vols.

¹²⁵ IDEM – *Ibidem*, p. VII.

¹²⁶ MONIZ, Gonçalo Esteves de Oliveira do Canto – *O ensino moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 2011. 2. vols.

¹²⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 20.

¹²⁸ SILVA, Juliano – *A cor na arquitectura na Escola do Porto*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2011.

¹²⁹ SILVA, Vera Márcia dos Santos e – *O papel das cooperativas na construção de habitação no Porto entre 1933 e 1956*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2011.

construção da imagem da cidade, fazendo uma análise histórica das mesmas e dando exemplos concretos de construções.

O interesse pelo “A evolução da habitação de interesse social no município do Porto”¹³⁰ levou a que Diogo Pereira apresentasse em 2011 a sua tese de mestrado em Economia e Gestão das Cidades subordinada a este tema. Neste trabalho o autor começa por fazer uma breve análise da habitação social na cidade, para depois “caracterizar as intervenções públicas municipais e as grandes transformações que ocorreram na cidade/ município do Porto ao longo dos últimos séculos” e analisar os “caminhos alternativos, fundamentados por orientações estratégicas no âmbito da política de habitação nacional, simultaneamente com as orientações e abordagens mais recentes à promoção e provisão da habitação social”¹³¹.

Tendo por base a reportagem “Da minha ilha não se vê o mar” (2011), da autoria de Carlos Rico, no ano seguinte a autora Aline Cunha apresenta à FLUP a sua dissertação de mestrado em Estudos em História e Património “«Da Minha Ilha não se vê o mar». As ilhas do Porto: Património, práticas e representações”¹³². Neste trabalho as ilhas não são entendidas meramente como resultado da industrialização da cidade, mas antes como uma realidade actual onde ainda habita grande parte da população portuense. Neste contexto, a autora defende que estes fragmentos da cidade devem ser entendidos como património cultural.

Ainda no ano de 2011, João Campos serve-se do exemplo da Casa Cortez para estudar o arquitecto Viana de Lima enquadrado no contexto da arquitectura moderna portuguesa. Salienta a importância da sua obra e o seu contributo para a introdução da arquitectura moderna em Portugal¹³³.

A arquitectura doméstica do arquitecto Marques da Silva na cidade do Porto é estudada por Rita Garcia na sua prova final do curso de Arquitectura. Neste estudo, a autora estuda

¹³⁰ PEREIRA, Diogo Carrasqueiras – *A evolução da habitação de interesse social no município do Porto*. Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão das Cidades apresentada à Faculdade de Economia da Universidade do Porto em 2011.

¹³¹ IDEM – *Ibidem*, p. 2.

¹³² CUNHA, Aline Cristhiane Teles da – “*Da Minha Ilha não se vê o mar*”. *As ilhas do Porto: Património, práticas e representações*. Dissertação em Estudos em História e Património apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2012.

¹³³ CAMPOS, João – *Viana de Lima e a introdução da arquitectura moderna em Portugal: Ensaio sobre a casa Cortez, Porto 1940*. Porto: Ubatelier, 2011.

diferentes tipos de relações entre o público e o privado tendo por base algumas das obras de Marques da Silva¹³⁴.

Em 2012 Rui Gonçalves apresenta a sua dissertação de mestrado, em que aprofundou algumas questões relacionadas com a reabilitação sustentável, escolhendo como objecto de estudo os edifícios inseridos nos centros históricos, mais concretamente, a “casa burguesa portuense enquanto palco para uma utilização atual, preexistência que pode servir de base a intervenções de reabilitação de modo sustentável, fazendo fase às necessidades correntes para uma participação ativa como elemento significativo da cidade”¹³⁵.

No mesmo ano, Nuno Ferreira apresentou a comunicação oral “Rua Duque de Saldanha (Porto). Morfologia urbana e arquitectura doméstica privada e estatal”¹³⁶ no Simpósio Europeu de Investigação em Arquitectura e Urbanismo (EURAU’12), realizado na FAUP. Neste estudo, para além do projecto desta artéria foi abordado o estudo das diferentes formas de produção arquitectónica de ocupação do espaço, em especial do habitacional, incidindo sobretudo nas tipologias, organização interna, sistemas construtivos, materiais, encomendantes e autorias, servindo o exemplo como forma de valorizar a cidade contemporânea e o espaço público.

Numa outra comunicação, da autoria da arquitecta Clara Vale e do engenheiro Vítor Almeida, intitulada “Entre tradição construtiva e modernidade arquitectónica. Caracterização construtiva da habitação corrente da cidade do Porto no segundo quartel do século XX”¹³⁷, apresentada no 4.º Congreso de Patología Y Reabilitacion de Edificios Patorreb 2012, os autores analisam as estruturas portantes horizontais e verticais construídas na cidade durante o segundo quartel do século XX. Apesar da utilidade deste trabalho, que se insere numa

¹³⁴ GRACIA, Rita da Silva Alegre – *Entre público e privado: A arquitectura doméstica de Marques da Silva no Porto*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2011.

¹³⁵ GONÇALVES, Rui Tiago Pereira – *A reabilitação face à sustentabilidade – Casa burguesa do Porto*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada na Universidade Lusófona do Porto em 2012.

¹³⁶ FERREIRA, Nuno – Rua Duque de Saldanha (Porto). Morfologia urbana e arquitectura doméstica privada e estatal, in *EURAU’12. 2 Construir Tecido Urbano. Espaço Público e Cidade Contemporânea*. [Disponível em <http://www.eurau12.arq.up.pt/pt/tema-e-comunica%C3%A7%C3%B5es/2-construir-tecido-urbano>].

¹³⁷ VALE, Clara Pimenta do; ALMEIDA, Vítor Abrantes – Entre tradição construtiva e modernidade arquitectónica. Caracterização construtiva da habitação corrente da cidade do Porto no segundo quartel do século XX in *Actas do 4.º Congreso de Patología Y Reabilitacion de Edificios Patorreb 2012*. Patologia. 4. Técnicas de diagnosis. Entre Tradição Contrutiva e Modernidade Arquitectónica, 2012.

investigação mais abrangente, a análise feita por estes autores apenas se refere à zona ocidental da cidade, e mais concretamente, à Rua e à Avenida da Boavista.

Ana Pinto dedicou a sua dissertação de mestrado ao tema “Da arquitectura de Marques da Silva e Oliveira Ferreira: Para um retrato portuense nas primeiras décadas do século XX”¹³⁸ (2012). Neste trabalho a autora estuda os dois arquitectos e a sua produção arquitectónica e urbana mais relevante na cidade do Porto das primeiras décadas do século XX.

Sabina Martins apresentou a sua dissertação de mestrado em Arquitectura “Os edifícios de gaveto, as duas faces da mesma esquina. Estudo da cidade do Porto entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XX” (2012)¹³⁹. Este trabalho é resultado “de um longo processo de estudo de documentos bibliográficos e de domínio arquivista que fundamentam a formação dos lotes de gaveto em simbiose com a arquitetura”. De entre os diversos aspectos estudados, destaca-se a preocupação em compreender o surgimento dos gavetos, a importância que adquirem na malha urbana, e as particularidades e transformações morfológicas e tipológicas a eles associadas¹⁴⁰.

Ainda em 2012, João Aguiar estuda um edifício de habitação tradicional da Rua Formosa e apresenta uma proposta para a sua adaptação à realidade actual mantendo a traça geral que caracteriza esse tipo de edifícios¹⁴¹. Apesar de ser um trabalho voltado para as questões práticas da arquitectura, torna-se também importante pelo facto de ser usado um exemplo concreto para caracterizar este tipo de arquitectura.

Na sua tese de doutoramento “Um olhar sobre a arquitectura do prédio de rendimento no Porto e a rua de Sá da Bandeira como uma metonímia” (2012), António Campello estuda a Rua de Sá da Bandeira e, mais concretamente, a habitação dos prédios de rendimento nesta artéria. Faz uma breve contextualização desta tipologia, contextualizando também a rua, e

¹³⁸ PINTO, Ana Isabel Ferreira – *Da arquitectura de Marques da Silva e Oliveira Ferreira: Para um retrato portuense nas primeiras décadas do século XX*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2012.

¹³⁹ MARTINS, Sabina – *Os edifícios de gaveto, as duas faces da mesma esquina. Estudo da cidade do Porto entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XX*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada do Porto em 2012.

¹⁴⁰ IDEM – *Ibidem*, pp. II-7.

¹⁴¹ AGUIAR, João Luís Costa Abreu – *Casa na rua formosa: Estudo e proposta de uma intervenção*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2012.

analisa pormenorizadamente cada um dos exemplares que a formam, passando pela autoria, distribuição dos fogos, materiais e sistemas, e implantação na malha urbana¹⁴².

Com o objectivo de estudar as “Influências internacionais na Arquitectura Moderna no Porto (1926-1956)” nalgumas obras desta cidade, Alexandra Trevisan da Silveira Pacheco apresenta em 2013 a sua tese de doutoramento à Universidad de Valladolid¹⁴³. Este trabalho é de grande relevo para quem estuda a arquitectura desta cidade nestas três décadas, dado que a investigação feita pela autora permitiu estudar e reflectir sobre a Arquitectura Moderna em dois campos distintos mas que se complementam. Assim, por um lado, deu a “conhecer o que os arquitectos pensavam sobre a Arquitectura Moderna, como a divulgavam e como a defendiam”; por outro, possibilitou “perceber como o poder central e, sobretudo, o poder local, isto é, a Câmara Municipal e os organismos sob sua dependência, influenciaram ou condicionaram a escolha dos arquitectos”¹⁴⁴.

A propósito dos Códigos de Postura Municipais aplicados à cidade do Porto, a arquitecta Maria Clara Pinto do Vale apresentou a conferência “Códigos de Posturas da Cidade do Porto entre o Liberalismo e a República. Influências e reflexos na forma de construir corrente” no I Congresso Internacional de História da Construção Luso-brasileira (2013). Neste trabalho a autora faz uma descrição evolutiva destes documentos e da sua aplicação à arquitectura¹⁴⁵.

A propósito do estudo da Rua Arquitecto Marques da Silva, em 2013 Sandra Marisa Azevedo Barbosa Ribeiro apresenta à FAUP a sua dissertação de mestrado intitulada “O espaço exterior no edifício de habitação plurifamiliar. A construção da Rua Arquitecto Marques da Silva”. Este estudo aborda “o espaço exterior resultante do afastamento do edifício de habitação plurifamiliar em relação ao alinhamento ditado pela rua corredor.” Pretende fazer uma análise desta rua “a partir dos espaços de transição entre o edificado e a cidade e

¹⁴² CAMPELLO, António Ferreira de Lima Cabral – *Um olhar sobre a arquitectura do prédio de rendimento no Porto e a rua de Sá da Bandeira como uma metonímia*. Tese de Doutoramento Apresentada à Universitat Politècnica de Catalunya – Departament de Projectes Arquitectònics em 2012. [Disponível em <http://www.tdx.cat/handle/10803/119768>].

¹⁴³ PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *Influências internacionais na Arquitectura Moderna no Porto (1926-1956)*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidad de Valladolid em 2013.

¹⁴⁴ IDEM – *Ibidem*, p. 9.

¹⁴⁵ VALE, Maria Clara de Carvalho Pimenta do – *Códigos de Posturas da Cidade do Porto entre o Liberalismo e a República. Influências e reflexos na forma de construir corrente*. [Disponível em http://sigarra.up.pt/faup/pt/publs_pesquisa.FormView?P_ID=4753].

considera as novas questões que se colocam no entendimento da morfologia urbana e no programa do edifício de habitação plurifamiliar”¹⁴⁶.

Carla Almeida realizou a sua dissertação de mestrado, intitulada “José Porto: Um percurso na arquitectura portuguesa”¹⁴⁷. A arquitecta estuda a obra do autor (também arquitecto), especialmente a sua produção em termos de habitação unifamiliar.

Tiago Silva, na sua dissertação de mestrado “Porto: [re]habitar a cidade. Obsolescência urbana e a readaptação habitacional à cidade contemporânea”, a partir de alguns ensaios e tendo por base a sua experiência profissional faz uma análise do edificado degradado da cidade. Este estudo assentou em três tipologias de habitação que caracterizam a cidade: as ilhas, as casas e os palacetes¹⁴⁸.

Ainda no ano de 2013, Patrícia Silva centra-se no que considera ser um dos elementos fundamentais para a compreensão da arquitectura e apresenta o trabalho “A varanda em edifícios de habitação plurifamiliar na cidade do Porto. O conjunto habitacional das Fontainhas”¹⁴⁹. Este trabalho destaca a importância das varandas da cidade do Porto no contexto da arquitectura residencial, desde o século XIX até à actualidade e em diversas tipologias habitacionais. A autora explica também o uso e as funções deste elemento ao longo do tempo na arquitectura portuense.

No ano de 2014 Catarina Pereira apresentou a sua dissertação de mestrado em Arquitectura: “As formas sociais da arquitectura: O uso como base e para análise formal da habitação colectiva portuense no século XX”¹⁵⁰. Para além da reflexão e integração de fontes, este trabalho assume uma enorme importância para quem estuda temas próximos, dada a extensa

¹⁴⁶ RIBEIRO, Sandra Marisa Azevedo Barbosa – *O espaço exterior no edifício de habitação plurifamiliar. A construção da Rua Arquitecto Marques da Silva*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2013.

¹⁴⁷ ALMEIDA, Carla Margarida de Sousa e – *José Porto: Um percurso na arquitectura portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2013.

¹⁴⁸ SILVA, Tiago Antero de Sousa e – *Porto: [re]habitar a cidade. Obsolescência urbana e a readaptação habitacional à cidade contemporânea*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Técnicas da Universidade de Coimbra em 2013.

¹⁴⁹ SILVA, Patrícia Rodrigues Casanova da – *A varanda em edifícios de habitação plurifamiliar na cidade do Porto. O conjunto habitacional das Fontainhas*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2013.

¹⁵⁰ PEREIRA, Catarina Ruivo – *As formas sociais da arquitectura: O uso como base e para análise formal da habitação colectiva portuense no século XX*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura em 2014.

revisão bibliográfica feita feita pela autora acerca da habitação colectiva nesta cidade ao longo do século XX.

Em 2015, o arquitecto Eliseu Gonçalves, na sua tese de doutoramento, investiga “A habitação popular no Porto, 1899-1933. A prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do Modernismo”. Neste estudo o autor aborda “a arquitectura da casa popular corrente detendo-se sobre a emergência de um tipo de habitação económica, saudável e cómoda influenciada pela fé higienista promovida em Portugal a partir de finais do século XIX. Elege-se como território de estudo os bairros de habitação popular do Porto, focando a sua análise no período histórico delimitado pelos últimos anos da Monarquia Constitucional e os primeiros do Estado Novo”¹⁵¹.

¹⁵¹ GONÇALVES, Eliseu Manuel Vieira – *A habitação popular no Porto, 1899-1933. A prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do Modernismo*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2015.

I.2. Objectivos gerais e estrutura da dissertação

Uma completa e rigorosa valorização do património urbanístico implica não só que o seu conhecimento seja vasto, mas igualmente que não se encontre condicionado por *a priorismos* redutores da sua efectiva compreensão. Uma análise das obras arquitectónicas não cingida a questões técnicas ou condicionada por correntes, localizações ou re-estudo de autores e obras permitirá aceder a visões arquitectónicas diferenciadas, alargando a grelha de análise das obras já existentes e, consequentemente, permitindo um planeamento urbanístico mais consciente. Conforme evidenciado no “Estado da arte”, o conhecimento sobre a habitação na cidade do Porto tem sido construído com base em trabalhos parcelares, conduzindo a interpretações limitadas e frequentemente discrepantes deste tema.

Com o projecto em que esta dissertação se insere pretende-se recolher, sistematizar e analisar a totalidade dos processos de licenciamento de obras privadas da primeira metade do século XX na cidade do Porto. Mais especificamente, optou-se por balizar o período entre 1 de Janeiro de 1900 e 31 de Dezembro de 1948. A opção pelo ano de 1900 prende-se com o início administrativo do século (mais relevante para o efeito do que o seu início formal, 1901); o limite de 1948 tem por base o 1.º Congresso Nacional de Arquitectura, ponto fulcral de mudança e início de um novo período da arquitectura portuguesa, sobretudo no campo da habitação.

Assim sendo, foram objectivos gerais desta dissertação:

- Recolher e sistematizar a informação constante dos processos de licenciamento de obras de arquitectura residencial portuense na primeira metade do século XX (1900 a 1948);
- Estudar e relacionar a distribuição geo-espacial das obras, seus intervenientes, e aspectos tipológicos, morfológicos e estéticos;
- Apresentar exemplos de diferentes vertentes da análise possibilitada pela forma de recolha e sistematização de informação utilizada;

- Contribuir para um conhecimento global da arquitectura da cidade do Porto.

Para atingir estes objectivos, procedeu-se à compilação exaustiva de informação sobre aspectos gerais do tema em estudo, já apresentada no “Estado da arte”. Para além de com essa sub-secção se pretender contextualizar o trabalho desenvolvido, a recolha serviu para identificar temas a abordar (na presente dissertação e em trabalho futuro) face, por exemplo, à escassez de trabalhos ou divergência de conclusões. Por outro lado, esta recolha de informação serviu de base à construção da ficha-modelo utilizada para recolher a informação.

No capítulo seguinte, referente à metodologia geral, apresentam-se os aspectos metodológicos e operacionais do projecto de investigação no âmbito do qual foi desenvolvida a presente dissertação, bem como da mesma. Os aspectos metodológicos específicos de cada capítulo serão apresentados nas sub-secções respectivas. Entre outros aspectos, são descritas a pesquisa de informações em diversas fontes, a recolha de dados e características gerais da sua análise. Embora não sejam apresentados resultados concretos, consideramos ser uma secção essencial na fundamentação do trabalho desenvolvido. Como referido, o projecto está orientado para permitir uma análise completa e abrangente de assuntos inseridos do tema geral da habitação na cidade do Porto na primeira metade do século XX. Consideramos, pois, a base de dados e, como tal, toda a metodologia que lhe está inerente (nomeadamente o processo de construção da ficha-modelo, de recolha de dados e de análise da sua qualidade), como o primeiro e principal resultado deste projecto de investigação e da presente dissertação.

O terceiro capítulo inicia-se com uma caracterização geral da cidade do Porto, centrada sobretudo em aspectos relacionados com o urbanismo. São depois abordados temas relacionados com os estudos, legislação e acções a esse nível e, por fim, com o licenciamento de obras particulares. Não obstante tratar-se de um capítulo essencialmente teórico, de compilação de informação de outros trabalhos e fontes, encontra-se separado da introdução geral dado que os assuntos abordados não se encontram a montante dos objectivos da dissertação; pelo contrário, este capítulo foi já redigido dada a falta de um trabalho que contextualizasse, na especificidade da sua abordagem metodológica, o projecto de investigação. O mesmo se aplica às introduções dos capítulos IV, V e VI, cujas abordagens teóricas iniciais são fundamentais para a contextualização e adequada compreensão e discussão dos resultados apresentados.

Os capítulos seguintes dizem respeito à análise dos dados recolhidos. Em função das características analisadas, optou-se por separar ou não as sub-secções de resultados e discussão. Estas sub-secções foram combinadas em apenas uma sempre que a sua separação implicasse uma repetição de informação, condicionando o entendimento do trabalho.

No capítulo IV apresenta-se uma análise geral dos processos de licenciamento. Esta análise é centrada na sua distribuição temporal e espacial (por freguesias). O capítulo V é dedicado à análise, em termos de número de licenças e de unidades habitacionais e sua distribuição espacial e temporal, de diferentes caracterizações tipológicas e relações entre elas. Com estes dois capítulos é feita uma caracterização geral da construção de raiz de habitações na cidade do Porto durante a primeira metade do século XX.

Segue-se um capítulo onde são estudados os diferentes intervenientes no processo construtivo: encomendantes/ requerentes, directores de obra e autores dos projectos de especialidade. É feita a sua caracterização, salientando-se a análise dos grupos profissionais a que pertencem os técnicos e as variações verificadas ao longo do período estudado. Neste capítulo são também identificados todos os profissionais envolvidos nos projectos analisados. Dada a inexistência de uma compilação de informações sobre a legislação e profissionalização dos técnicos, na introdução deste capítulo pretende preencher-se essa lacuna, explorando de forma abrangente estes temas.

As secções seguintes (capítulos VII, VIII e IX) correspondem ao estudo de casos específicos, escolhidos não só pela pertinência da análise em si, mas também de forma a demonstrar as potencialidades de futuros trabalhos, dada a metodologia usada para recolha e sistematização da informação. Para cada tema escolhido são analisados (quando aplicável) aspectos relacionados com a encomenda e autoria, distribuição geográfica e temporal, tipologias, aspectos morfológicos e estéticos. A análise destas características é completada pela reflexão sobre a sua relação com o contexto arquitectónico, urbanístico, histórico e sociocultural. Note-se que, não obstante a generalidade dos aspectos analisados nestes três capítulos serem os mesmos, a sua estrutura e sequência de análise, assim como a relevância que lhes é dada, não ser necessariamente idêntica. Estas diferenças são intencionais, destinando-se não só a relevar diferentes possibilidades de análise e apresentação/ discussão de resultados, mas, principalmente, decorrendo da especificidade do caso abordado.

No capítulo VII é estudada a Rua de Santa Catarina, demonstrando as possibilidades de análise focada numa artéria, análise esta que pode ser utilizada para uma determinada freguesia/ zona da cidade, eventualmente com restrição a um período mais específico do que a totalidade dos anos estudados.

O capítulo VIII é dedicado ao estudo de uma tipologia habitacional, mais concretamente as quintas e casas de lavoura. A escolha desta tipologia prende-se com o facto de, apesar da sua especificidade e reduzido número de construções no Porto no período em estudo, nunca ter sido efectuado o seu estudo exaustivo. Também este caso serve de exemplo aos diversos trabalhos que podem ser realizados no âmbito do projecto de investigação tendo por base determinada tipologia, mais uma vez podendo o seu estudo ser dividido espacial e/ou geograficamente, bem como centrado na relação entre diferentes grupos de caracterização tipológica.

O último destes três capítulos diz respeito ao estudo da “Casa Portuguesa”. Neste caso, salienta-se tratar-se de uma análise das suas características tendo por base a referência explícita nos processos de licenciamento a este tipo de habitação. Esta análise contrasta com a generalidade dos estudos feitos sobre o tema, baseados numa definição prévia do conceito de “Casa Portuguesa”.

Finalmente, no décimo capítulo, é feita uma reflexão e discussão geral dos resultados, sendo também estabelecidas algumas linhas de investigação para trabalho futuro.

II. METODOLOGIA GERAL

II.1. Pesquisa bibliográfica inicial

Num primeiro momento foram analisadas e consultadas as fontes bibliográficas encontradas que se relacionavam com o tema do projeto. A consulta destas fontes decorreu em diversas bibliotecas da cidade, tais como a Biblioteca Municipal do Porto, as bibliotecas da FAUP, da FLUP e da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), a Biblioteca da Universidade Católica do Porto, a Biblioteca da Universidade Lusíada do Porto, a Biblioteca da Escola Superior Artística do Porto, e a Biblioteca do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Foram consultadas fontes da época, nomeadamente legislação, estudos e regulamentos sobre urbanismo, técnicas construtivas e materiais, higiene e saúde pública, responsabilidade civil e profissional, entre outros temas. Centrou-se esta consulta nos documentos de âmbito nacional e nos que reflectem medidas impostas pela CMP. Foram também consultados diversos estudos ligados ao tema em diversas áreas do conhecimento. Nestes estudos englobam-se trabalhos académicos, tais como provas finais de licenciatura, dissertações e teses de mestrado e de doutoramento, provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, artigos especializados e generalistas, brochuras, boletins, livros, catálogos de exposições e guias de arquitectura.

II.2. Recolha de dados e estrutura da ficha-modelo

Num segundo momento, planeou-se o levantamento exaustivo da informação existente nos Arquivos Histórico e Geral da CMP, sobretudo para os processos de licenciamento de obras particulares. Devido ao elevado número de processos e grande quantidade de informação neles presente, elaborou-se uma ficha-modelo a utilizar na recolha de informação. Esta ficha foi elaborada com base no conhecimento prévio das fontes, noutros modelos de Fichas Técnicas da Habitação elaboradas mediante o Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de Março, e em modelos de fichas usados pelo Departamento Municipal de Museus e Património Cultural da CMP. A elaboração desta ficha foi faseada, resultando da aplicação de um primeiro modelo e reestruturações sucessivas do mesmo. A ficha-modelo resultante não teve por objectivo o preenchimento da totalidade dos campos dela constantes, mas antes a possibilidade de recolha da totalidade da informação disponível e de relevância para a presente investigação, pelo que se considerou fundamental o investimento neste processo preliminar de construção da mesma.

A ficha-modelo (Apêndice 1) encontra-se dividida em secções. Inicialmente eram registadas informações que permitiriam uma mais eficaz organização das fichas e criação de bases de dados. Neste grupo inserem-se as informações relativas à licença e ao tipo e localização geográfica das obras.

Uma segunda secção destinava-se ao registo de informações sobre os intervenientes na obra. Aqui eram registados os nomes, profissões e moradas do requerente, do seu representante (caso existisse, tendo sido usada a designação “pelo requerente” para o referir), do técnico responsável ou director de obra, e dos técnicos responsáveis pelos projectos de especialidade.

Na terceira secção eram registadas as tipologias e funções (habitacional e outras) da obra em questão.

As secções seguintes destinavam-se ao registo de características de diferentes elementos da

obra, nomeadamente as fundações e alicerces, lajes e pavimentos, escadas, fachadas e paredes, travejamento e vigamento, cobertura, e as fossas e latrinas. Para a generalidade destes elementos eram registados, conforme adequado, as dimensões, os materiais e as técnicas construtivas utilizadas. Relativamente aos pavimentos salienta-se também o seu número e distribuição pelas lajes e localização na planta. A secção referente às coberturas incluía campos de registo do número de águas, tipos de cobertura, elementos/ estruturas (como clarabóias ou águas-furtadas) e tipos de telha utilizados. Havia também uma secção destinada à caracterização de outros elementos não considerados em secção própria.

Para além das secções referentes à obra propriamente dita, uma secção destinava-se ao registo dos elementos integrados no espaço envolvente, dividindo-se em elementos vegetais e elementos construídos.

Finalmente, constam da ficha-modelo uma secção destinada ao registo dos projectos de aditamento e outra para observações adicionais.

Após esta fase do trabalho, iniciou-se a pesquisa arquivística e a consulta das fontes primárias que sustentam a investigação. Nesta fase foram consultados os livros de “plantas de casas” e “licenças de obras”, fontes essenciais na recolha e conhecimento dos autores dos projectos, responsáveis pelas construções, requerentes e encomendantes, datação de obras, materiais e técnicas construtivas utilizadas. Os livros de plantas de casas até 1909 e os livros de “licenças de obras particulares” até ao ano de 1938 encontram-se disponíveis para consulta no Arquivo Histórico Casa do Infante – CMP; para os livros de datas posteriores, até 1948, a consulta foi efectuada no Arquivo Geral da CMP. No Arquivo Histórico os processos encontram-se organizados em livros e volumes e têm a designação de “plantas de casas” até ao ano de 1909, passando depois a designar-se “licenças de obras particulares”. Nestes volumes não existe uma diferenciação do tipo de licenças, encontrando-se os processos correspondentes à construção, reconstrução, ampliação e redução de casas intercalados com os das outras categorias. No Arquivo Geral os processos encontram-se armazenados em processos individuais, que podem ser compostos por um ou mais volumes. Esta recolha geral de dados decorreu entre Fevereiro de 2011 e Julho de 2013.

Foram consultadas as licenças de obras referentes a construções de raiz na cidade do Porto entre os anos de 1900 e 1948. Conforme referido na sub-secção I.2, a opção pelo ano de 1900

prende-se com o início administrativo do século, e o limite de 1948 decorre da realização nesse ano do 1.º Congresso Nacional de Arquitectura.

Aos anos económicos entre 1900 e 1948 correspondia um total de 50 126 processos de licença de obras. Destes, 465 (0,93%) encontravam-se desaparecidos ou indisponíveis para consulta. Todos estes processos se mantinham desaparecidos ou indisponíveis para consulta 6 meses após a primeira tentativa de consulta. Assim, foram consultados 49 661 processos, dos quais 6254 (12,6%) correspondiam a licenças de construção de raiz de habitações. Foram posteriormente excluídos os dados de cinco destas licenças: 2 por apresentarem data de aprovação anterior a 1900 (apesar de já incluídos nesse ano económico) e 3 por não terem sido aprovados. Assim, o número final de licenças analisadas foi de 6249.

II.3. Análise estatística

Os dados recolhidos foram introduzidos numa base de dados criada para o efeito utilizando o programa IBM SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) para Windows (versões 21.0, 22.0 e 23.0). A compilação das informações nesta base de dados teve por objectivo facilitar a uniformização, categorização e recodificação dos mesmos, permitindo posteriormente proceder à sua análise uni- e multivariada.

A estatística descritiva consistiu no cálculo de frequências absolutas e relativas ou de medianas e percentis (P25; P75). Nalguns casos as frequências foram apresentadas graficamente; apesar de os polígonos de frequências acumuladas usados para representar a evolução do número de licenças aprovadas terem sido construídos com base no ano de aprovação (variável discreta), pelo facto de originalmente esta se tratar de uma variável contínua as frequências acumuladas correspondentes a cada ano foram marcadas no limite superior do intervalo correspondente ao respectivo ano.

Utilizaram-se os testes de Mann-Whitney e de Kruskal-Wallis, respectivamente, para comparar ordens médias de duas ou mais amostras independentes; quando o teste de Kruskal-Wallis revelou diferenças significativas, os pares de amostras foram comparados pelo teste de Mann-Whitney, usando a correcção de Bonferroni para ajustar os valores de p para o número de pares comparados, de modo a não inflacionar a ocorrência de erros do tipo I. Foi usado o teste do qui-quadrado (sempre que possível com correcção de continuidade) para avaliar a dependência entre pares de variáveis. Rejeitou-se a hipótese nula quando o nível de significância crítico para a sua rejeição (p) foi inferior a 0,05.

II.4. Estudo da qualidade dos dados

Após a consulta da totalidade dos processos e digitação dos dados, procedeu-se à análise da qualidade dos dados recolhidos. Para tal, adicionalmente à recolha principal, foram seleccionadas aleatoriamente 1% das licenças (tendo esta aleatorização sido feita por quotas em função do arquivo de origem, resultando num total de 63 licenças). Estas foram alvo de consulta e introdução na base de dados, tendo estes dois procedimentos sido independentes dos originalmente feitos para as mesmas licenças. Foram identificadas todas as discrepâncias entre as duas recolhas. Sempre que possível, verificou-se qual a versão que apresentava erro de recolha ou digitação, apenas se considerando como erro os casos em que tal se verificasse nos dados originais. Apresentam-se de seguida algumas considerações adicionais sobre os critérios utilizados na contabilização destas discrepâncias.

Foram contabilizadas discrepâncias com potencial efeito na análise. Por exemplo, não foram contabilizados, excepto quando potencialmente causadores de erros: (a) os casos correspondentes a diferenças no formato de inserção dos dados; (b) discrepâncias decorrentes de erros ortográficos ou da supressão de elementos não fundamentais (como por exemplo preposições). Por outro lado, contabilizaram-se as supressões ou abreviaturas excessivas que pudessem conduzir à perda ou menor especificidade da informação.

Por terem sido usadas para identificação das licenças e/ou emparelhamento com as fichas, não foram consideradas para efeitos de cálculo da taxa de erros as variáveis correspondentes ao n.º da ficha, arquivo, título, livro, volume, folhas, número da licença, número da guia e ano económico, assim como a data de preenchimento. Também não foi considerada a variável de observações referente a descrições e transcrições, uma vez que teve por objectivo uma recolha não sistemática de exemplos potencialmente relevantes para a caracterização de alguns aspectos. No caso de variáveis associadas a outras, de observações, a concordância entre as duas recolhas foi considerada após compilação das informações constantes nestas, tendo este procedimento sido adoptado na fase de preparação dos dados para análise. As variáveis de

observações que serviram exclusivamente para este fim não foram tidas em consideração no cálculo da taxa de erros, pois, dado o procedimento anteriormente referido, tal levaria à subestimação da referida taxa.

Devido a ser frequente a associação entre determinados materiais e técnicas (por exemplo: o asfaltamento implica o uso de asfalto enquanto material), os pares de variáveis correspondentes a materiais e técnicas referentes ao mesmo elemento ou estrutura (ou conjunto de elementos ou de estruturas) foram analisados conjuntamente. Considerou-se a existência de erro em ambas as variáveis quando a consideração da informação contida nelas conjuntamente não permitia a correcta identificação de todos os materiais e/ou técnicas.

Na variável referente a observações sobre as madeiras utilizadas não se consideraram as discrepâncias decorrentes do uso de “outras madeiras” vs. “todas”/ “todas as madeiras”/ “madeiras”, dado que esta variável se destinava ao registo de madeiras não indicadas noutros campos, pelo que esta discrepância não seria conducente a erros.

A análise das discrepâncias entre as duas versões da informação obtida para as 63 licenças de obras revelou uma taxa de erro total (proporção de campos com algum tipo de discrepância, de acordo com os critérios anteriormente explanados) de 0,94%. Não se tendo encontrado referência que indicasse qual a taxa de erro admissível, contactaram-se empresas que realizam estudos de âmbito diverso, nomeadamente em colaboração com instituições de ensino superior e associações científicas. As empresas que se disponibilizaram a fornecer os critérios utilizados internamente referiram como admissível uma taxa de erro não superior a 2% dos campos.

O valor por nós calculado, para além de ser inferior a metade do limite máximo considerado admissível, foi calculado com base em critérios que sobrestimam a real influência das discrepâncias nos resultados. Para além de alguns aspectos já referidos, considerem-se por exemplo as variáveis referentes a materiais e técnicas (e que correspondem a quase metade do total de discrepâncias), que incluem informação a decompor em diversas variáveis previamente à sua análise: as discrepâncias verificadas nestes casos são essencialmente em apenas pequenas porções da informação presente em cada campo, pelo que conduzirão a uma proporção de erro muito inferior à calculada.

É também de realçar que a taxa de 2% indicada pelas empresas não considerava nova recolha de dados, mas apenas a sua digitação. Para além disso, não distinguia variáveis primárias e secundárias; ao efectuarmos a análise apenas em variáveis primárias, e sendo a principal via de criação de variáveis secundárias a decomposição destas, a contabilização das discrepâncias por campos sobretoma a proporção de erro na informação e, como tal, nos resultados.

Adicionalmente, esta análise foi efectuada previamente a qualquer tipo de verificação e limpeza dos dados, pelo que os erros em algumas variáveis viriam a ser corrigidos. Esta fase (verificação e limpeza da base de dados) foi realizada com base no cálculo e análise de frequências e cruzamento de variáveis.

II.5. Consulta de outras fontes

Em paralelo com o trabalho de consulta dos processos de licenciamento de obras, foram localizadas e registadas as diversas cartografias históricas da cidade do Porto desde os finais do século XIX até à primeira metade do século XX, para se estudar a expansão da malha urbana e localização das novas habitações. Este trabalho teve lugar no Arquivo Histórico da CMP. Ao mesmo tempo, foram efectuados contactos com outras instituições, tais como: arquivos da Escola Secundária Infante D. Henrique, da Escola Secundária Soares dos Reis do Porto, da Faculdade de Belas Artes, da FEUP e do Instituto Superior de Engenharia do Porto, Secção Regional do Norte da Ordem do Arquitectos, Secção Regional do Lisboa da Ordem do Arquitectos, Ordem dos Engenheiros do Norte, Ordem dos Engenheiros de Lisboa, Ordem dos Engenheiros Técnicos do Norte, Centro de Documentação da FAUP, e Instituto Marques da Silva. A pesquisa nestas instituições revelou-se fundamental para complementar o estudo de alguns autores e de outros assuntos. Nestas instituições foram consultados os livros de matrículas, e os processos individuais e académicos dos alunos em estudo.

No âmbito desta investigação, fomos fazendo incursões no terreno com o objetivo de contactar com os objectos em estudo, para levantamento fotográfico e confronto com as informações dos processos de licenciamento camarário.

II.6. Outras considerações metodológicas

Para caracterizar temporalmente os processos de este corresponde ao ano civil (por vezes licenciamento foi utilizado o ano de aprovação. Não foi considerado o ano económico dado que nem sempre o ano económico corresponde a um período de 12 meses consecutivos mas com início num mês que não Janeiro). Por outro lado, a consideração da data de requerimento levantaria questões sobre a adequação da inclusão de licenças requeridas anteriormente a 1900 mas aprovadas no período em estudo (1900 a 1948) ou ainda neste período mas aprovadas posteriormente. Este aspecto assume especial importância tendo em conta que entre o requerimento e a aprovação pode haver alterações ao projecto.

Do total de licenças consultadas, apenas 1942 (31,1%) continham informação da freguesia em que se situavam as construções. Para as restantes licenças foi necessário completar essa informação com a proveniente de aditamentos aos processos e foram consultados o sistema “Gestão Integrada de Sistema de Arquivo” (GISA), bem como a sua versão *online*¹⁵², os “Anuários do Porto”¹⁵³, e a página electrónica “Código Postal”¹⁵⁴. Após consulta destas fontes, apenas não foi possível identificar a localização (freguesia) correspondente a 11 licenças de obras (0,2% do total de licenças). Devido à reduzida influência destas licenças sem identificação da freguesia nos resultados (o que foi confirmado por análises complementares), optou-se pela não inclusão dos tamanhos amostrais sem a consideração das mesmas, informação que iria dificultar a leitura de algumas figuras.

¹⁵² Sistema de gestão de informação utilizado e disponibilizado pela Câmara Municipal do Porto, que contém informação sobre a localização das obras, incluindo a morada original (constante no processo), as várias designações das artérias cujo nome tenha sofrido alterações, e os actuais números de polícia. [Disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/>].

¹⁵³ Anuários do Porto dos anos 1905, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1934, 1935, 1936, 1939, 1940, 1943, 1946, 1948, 1952, 1953, 1954, 1956, 1957, 1958, 1959, 1961, 1963, 1964, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973.

¹⁵⁴ Este serviço permite, com base na designação da artéria e número de polícia, identificar a freguesia a que pertence a obra, tendo sido particularmente útil no caso de artérias que se estendiam por mais do que uma freguesia. [Disponível em <http://www.codigo-postal.pt/>].

As áreas consideradas para cada freguesia foram adaptadas da Carta Administrativa Oficial Portuguesa de 2011¹⁵⁵, recortando as freguesias com limite administrativo no Rio Douro e/ou Oceano Atlântico pelos limites terrestres. A figura 1 apresenta os limites considerados para cada freguesia e respectivas áreas utilizadas na análise de dados.

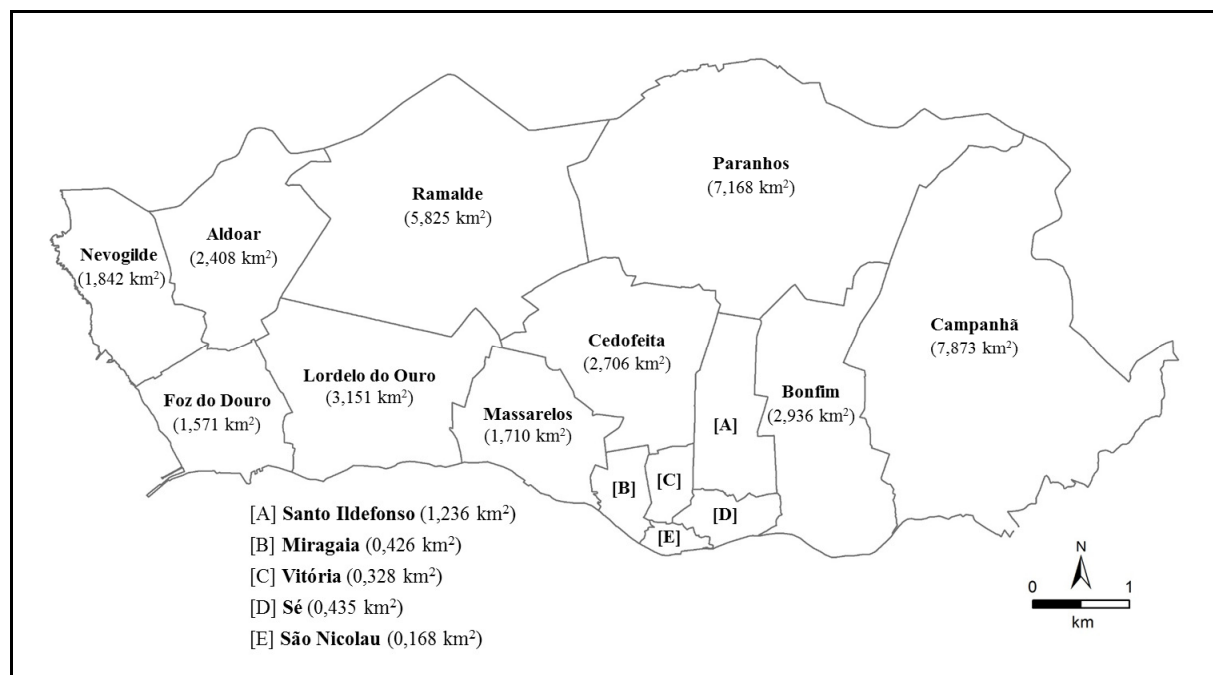


Figura 1. Limites e áreas das freguesias

¹⁵⁵ DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO – *Carta Administrativa Oficial Portuguesa (CAOP) 2011*, [Disponível em http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal_caop_/].

**III. CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO NA CIDADE DO
PORTO: DO URBANISMO AO LICENCIAMENTO
DE OBRAS PARTICULARES**

III.1. Caracterização da cidade do Porto

III.1.1. Caracterização geográfica

A cidade do Porto situa-se no litoral Noroeste de Portugal. Apesar de acostada ao Oceano Atlântico, o seu desenvolvimento e actual configuração são sobretudo marcados pelo Rio Douro, na margem direita do qual se situa. Na primeira metade do século XX a cidade integrava a província do Douro, e com a reforma administrativa promovida durante o Estado Novo passou a integrar a província do Douro Litoral¹⁵⁶. Por decreto datado de 25 de Abril de 1837 tornou-se capital do Distrito do Porto, título que ainda hoje mantém¹⁵⁷. Actualmente faz parte da Região Norte do país [Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) II] e insere-se na sub-região do Grande-Porto (NUTS III)¹⁵⁸, sendo sede e capital da Área Metropolitana do Porto¹⁵⁹.

De forma “grosseiramente oblonga”, a cidade tem actualmente um comprimento máximo de 11,7 km (sentido Este-Oeste) e largura máxima de 4,9 km (Norte-Sul)¹⁶⁰. A sua área é de

¹⁵⁶ Sobre esta e outras reformas administrativas vejam-se, entre outros trabalhos: SILVA, Henrique Dias – Reformas Administrativas em Portugal desde o Século XIX, in *JURISMAT*, Portimão, n.º 1, 2012, pp. 65-97; OLIVEIRA, César de – *História dos municípios e do poder local*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996; PEREIRA, António Manuel – *Governantes de Portugal. Desde 1820 até ao Dr. Salazar*. Porto: Edições Manuel Barreira/ Livraria Simões Lopes: Porto, 1959.

¹⁵⁷ MONTEREY, Guido de – *O Porto. Origem, evolução e transporte*, 2.ª ed. Porto: Edição de Autor, 1972, p. 379. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *VIII Recenseamento Geral da População no continente e ilhas adjacentes em 12 de Dezembro de 1940 – Volume XIV Distrito do Pôrto*. [s.l.]: Sociedade Tipográfica, L.^{da}, 1945, p. 11.

¹⁵⁸ Os níveis da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) foram definidos pelo Decreto-Lei n.º 46/89. Estes níveis designam as divisões territoriais de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003, datando as suas alterações mais recentes de 2002 (NUTS II) e 2010 (NUTS III). Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro 1989, pp. 590-594; PARLAMENTO EUROPEU – *Regulamento (CE) n.º 1059/2003, de 26 de Maio de 2003, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)*. [Disponível em http://www.gep.msess.gov.pt/apresentacao/legislacao/pdfs/rce1059_03.pdf], pp. 3661-3662.

¹⁵⁹ A Área Metropolitana do Porto nasceu em 1991 e é composta actualmente por dezassete municípios. RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, 3.ª ed. Porto: Porto Editora, 2000, pp. 532-533; *Área Metropolitana do Porto*. [Disponível em <http://www.amp.pt/>].

¹⁶⁰ OLIVEIRA, J. M. Pereira de – *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*, p. 17.

41,42 km², e a sua altitude varia entre os 0 e os 155 metros¹⁶¹. Os documentos que referem a área da cidade do Porto na primeira metade do século XX reportam-na próxima da actual: 39,75 km² na monografia da cidade elaborada em 1926 por Aurora de Castro¹⁶², 42,15 km² segundo a “Nova Monografia do Porto” de Carlos Bastos (1938)¹⁶³, e 40,20 km² de acordo com dados do VIII Recenseamento Geral da População efectuado em 1940¹⁶⁴.

Contudo, ao longo do século XIX os limites e divisões da cidade do Porto foram sofrendo alterações, que explicam a forma como a cidade se desenvolveu e se encontra estruturada na actualidade. Com a divisão administrativa promovida pelo poder liberal, e em particular com a publicação do decreto de 4 de Dezembro de 1832, a cidade do Porto passou a estar dividida em três distritos ou bairros: o 1.º distrito, da esquerda ou poente (Bairro de Cedofeita), o 2.º distrito, do centro (Bairro de Santo Ovídio), e o 3.º distrito, da direita ou nascente (Bairro de Santa Catarina)¹⁶⁵.

Os limites da cidade do Porto viriam a ser alargados por reformas administrativas posteriores, que em 1836 extinguiram os concelhos da Foz do Douro e de Campanhã e os incorporaram como freguesias na cidade, juntamente com as freguesias de Lordelo do Ouro e de Paranhos (esta última já em 1837)¹⁶⁶. Dois anos após a anexação da freguesia de Paranhos, Costa Cabral promoveu ajustamentos nos limites das freguesias então existentes¹⁶⁷. Em 1841, por decreto datado de 11 de Dezembro, o desmembramento das freguesias da Sé, Campanhã e Santo Ildefonso deu origem à freguesia do Bonfim¹⁶⁸.

Em 1868, os 3 bairros anteriormente referidos foram reduzidos para dois. O bairro ocidental era composto pelas freguesias de Cedofeita, Foz, Lordelo, Miragaia, Massarelos, São Nicolau

¹⁶¹ DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO – *Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) – Versão 2014*. [Disponível em http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal_caop/caop_em_vigor/].

¹⁶² CASTRO, Aurora Teixeira de – *Monografia da Cidade do Pôrto*. Lisboa: Oficinas da Secção de Publicidade do Museu Comercial, 1926, p. 17.

¹⁶³ BASTOS, Carlos – *Nova Monografia do Pôrto*. Porto: Companhia Portuguesa de Editora, 1938, p. 3.

¹⁶⁴ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *VIII Recenseamento Geral da População no continente e ilhas adjacentes em 12 de Dezembro de 1940 – Volume XIV Distrito do Pôrto*, p. 11

¹⁶⁵ Note-se, conforme salienta Hélder Pacheco, que entretanto o termo “distrito” perdeu o seu significado urbano. PACHECO, Hélder – *Porto. Novos guias de Portugal*, 3.ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 13.

¹⁶⁶ RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, p. 385; PACHECO, Hélder – *Porto. Novos guias de Portugal*, p. 14.

¹⁶⁷ RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, p. 385.

¹⁶⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 385; GRAÇA, Manuel de Sampaio Pimentel Azevedo – *Construções de elite no Porto (1805-1906)*, p. 20.

e Vitória; o bairro oriental incluía a Sé, Bonfim, Campanhã, Santo Ildefonso e Paranhos¹⁶⁹. Mais tarde, já nos finais da primeira metade do século XX, vigoraria uma divisão da cidade em quatro zonas¹⁷⁰; dado que esta divisão se baseava na predominância de determinadas actividades económicas, será abordada na sub-secção III.1.3, dedicada à caracterização económica e industrial.

Em 1895, através da reforma fiscal que levou à construção da Estrada da Circunvalação (concluída em 1897) as freguesias de Aldoar, Nevogilde e Ramalde (que faziam parte do concelho de Bouças) passam a integrar a cidade do Porto. Por se situarem exteriormente à Circunvalação, apenas em 1898 alguns núcleos rurais de Paranhos e Campanhã foram integrados no Porto, ficando então estabelecidos os limites geográficos actuais da cidade¹⁷¹.

Apesar de as freguesias do Porto estarem definidas já nos finais do século XIX, a 26 de Fevereiro de 1946 o presidente da Junta de Freguesia do Bonfim solicita à CMP o envio da planta topográfica com identificação dos limites das freguesias, justificando “não existindo no arquivo da Junta de Freguesia do Bonfim [...] mapa ou documento algum que estabeleça por ruas os limites da freguesia a não ser a simples tradição, falta esta que muitas vezes produz confusões nos seus funcionários e até nos paroquianos, no desejo de reparar êste inconveniente [...]”¹⁷². Para colocar fim a estas incertezas, a 8 de Fevereiro de 1956 a Direcção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior publica em Diário do Governo o Decreto n.º 40 526, que estabeleceu oficialmente o limite das freguesias. Estes limites vigoraram até ao ano de 2013, altura em que se deu a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias¹⁷³.

¹⁶⁹ PINTO, Júlio Lourenço – *O bastardo. Scenas da vida contemporânea*. Porto: Typographia do Commercio do Porto, 1869, p. 8.

¹⁷⁰ Esta divisão foi da autoria dos serviços técnicos da Câmara Municipal do Porto, sendo utilizada no âmbito de um inquérito realizado em Dezembro de 1949 pelo Instituto Nacional de Estatística destinado a caracterizar a habitação no Porto. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *A cidade do Porto. Súmula estatística (1864-1968)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Serviços Centrais, 1971, p. 102.

¹⁷¹ GARCIA, Paulo Emílio de Figueiredo – *As barreiras da Cidade do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1946, p. 60; MARÇAL, Horácio – *Estrada da circunvalação – Antiga linha de fiscalização e cobrança do denominado imposto “real de água”*. «O Tripeiro», VI série, ano XI, n.º 7, 1972, p. 57; PACHECO, Hélder – *Porto. Novos guias de Portugal*, p. 14.

¹⁷² AHMP – Documento enviado pelo presidente da Junta de Freguesia do Bonfim à Câmara Municipal e respectiva resposta (1946). D-CMP-02-221-001 a 003. [Disponível no Arquivo Histórico Municipal do Porto – Casa do Infante].

¹⁷³ Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro de 2013.

III.1.2. Caracterização demográfica

Entre os recenseamentos de 1864 e de 1900, a cidade do Porto registou um aumento quase para o dobro da população (de 85 583 para 165 729 habitantes)¹⁷⁴. Na Tabela 1 apresenta-se a população residente na cidade do Porto de acordo com os recenseamentos efectuados entre 1900 e 1950. Calcularam-se os aumentos médios anuais na população correspondentes aos períodos entre recenseamentos, que se apresentam na mesma tabela.

Ano do recenseamento	População * (n.º de habitantes)	Aumento populacional anual médio ** (n.º de habitantes por ano)
1900	165 729	- - -
1911	191 890	2378
1920	202 310	1158
1925	215 738	2686
1930	229 794	2811
1940	258 548	2875
1950	281 406	2286

* População legal (de residência habitual). ** Face ao recenseamento anterior.

Tabela 1. População da cidade do Porto

[Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *A cidade do Porto. Símula Estatística (1864-1968)*.
Série Estatísticas Regionais, n.º 2.]

Após uma primeira década de forte crescimento populacional, o período entre 1911 e 1920 foi marcado por uma brusca desaceleração do mesmo. Para tal terá contribuído uma das maiores vagas de emigração que o Porto conheceu. Este fluxo migratório, “com destino ao Brasil, teve o seu auge em 1912 com cerca de 90 mil partidas, mas conheceu novo vigor depois da guerra e só abrandou com a crise mundial dos anos trinta”. No entanto, e “apesar da sua importância numérica, esta vaga pouco efeito teve sobre o tecido socioeconómico regional, antes lhes permitiu sobreviver tocando sobretudo o Noroeste rural, aliviou-o dos seus crónicos excedentes de fecundidade”¹⁷⁵. Tal justifica que, durante o período correspondente ao pico de emigração, o crescimento da população se tenha mantido, apenas sofrendo uma desaceleração.

¹⁷⁴ Valores correspondentes à população legal, ou seja, de residência habitual na cidade do Porto.

¹⁷⁵ RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, p. 528.

O maior aumento anual da população ocorreu entre os recenseamentos de 1920 e de 1940, sendo este aumento tendencialmente crescente dentro deste período. Na década de 40 nota-se uma diminuição no crescimento populacional, que no entanto se mantém elevado, com um aumento anual médio próximo do registado na primeira década do século.

A análise dos recenseamentos feitos na cidade do Porto permite também constatar que o número de pessoas não naturais desta cidade tende a diminuir ao longo do período em estudo. A este propósito Aurora Castro refere que, a par dos movimentos migratórios oriundos de zonas rurais, se verificou uma diminuição da colónia estrangeira na cidade do Porto. Segundo a autora, esta diminuição terá como origem os “numerosos pedidos de naturalização dos estrangeiros depois de 1915, e, porventura, o agravamento das condições económicas da cidade durante a conflagração europeia”¹⁷⁶.

Quanto à distribuição da população por grupos de freguesias é de referir que “após um aumento populacional nas freguesias do núcleo histórico [Miragaia, S. Nicolau, Sé e Vitória] assistiu-se, nas primeiras décadas do século XX, a uma diminuição da população, enquanto que nas freguesias peri-centrais [Lordelo do Ouro, Massarelos, Cedofeita, Santo Ildefonso e Bonfim] e periféricas [Paranhos, Aldoar, Campanha, Foz do Douro, Nevogilde e Ramalde] o número de habitantes aumentava de forma considerável”¹⁷⁷.

¹⁷⁶ CASTRO, Aurora Teixeira de – *Monografia da Cidade do Pôrto*, p. 2.

¹⁷⁷ FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952, in *CEM Cultura, Espaço e Memória: Revista do CITCEM*, n.º 4. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ Universidade do Minho/ Edições Afrontamento, 2013, p. 205.

III.1.3. Caracterização económica e industrial

Num Guia de Visita relativo à I.^a Exposição Colonial Portuguesa no Porto (1934), a cidade era descrita pela “sua grandeza e incontestável importancia commercial, industrial e especialmente fabril”¹⁷⁸. Antão de Almeida Garrett refere que o “rio Douro, embora de difícil navegação, e sobretudo as estradas velhas e depois as novas e os caminhos de ferro, permitem estender por uma vasta região ao Norte e ao Sul do Douro, e até à raia de Leste, a influência económica do Porto”¹⁷⁹. O mesmo autor alude a que as circunstâncias demográficas e naturais “impellem a cidade do Pôrto para maior actividade industrial e comercial”¹⁸⁰. As áreas de indústria fabril mais desenvolvidas na época eram a tecelagem e a fiação, destacando-se também outras, como as tinturarias, a carpintaria, a marcenaria, a serralharia, a fundição, a ourivesaria, a indústria do calçado e chapelaria, algumas áreas da indústria alimentar (nomeadamente panificação e conservas) e a produção de adubos. Para além da indústria, também a construção civil, o comércio e a restauração eram áreas económicas de relevo¹⁸¹.

É de referir que o crescimento do núcleo histórico da cidade se caracterizou pela sua concentração espacial e reduzida diferenciação funcional e social do espaço. Tal correspondeu a um aumento das pequenas manufacturas, baseadas numa estrutura de trabalho domiciliário. Pelo contrário, as unidades industriais de maiores dimensões (associadas à produção têxtil, à metalurgia e à indústria metalo-mecânica) foram-se desenvolvendo sobretudo nas freguesias peri-centrais e, posteriormente, nas periféricas. A partir dos anos 30 verificou-se o desenvolvimento de novas áreas industriais, nomeadamente a indústria alimentar (sobretudo a cerealífera) e a indústria química. Isto levou a uma nova fase de industrialização, com consequentes alterações nas zonas já industrializadas da cidade, através da instalação de novas infra-estruturas¹⁸².

¹⁷⁸ GUIA DO PORTO – *Visita à I.^a Exposição Colonial Portuguesa no Porto*. Porto: Companhia Portuguesa de Editora, L.^{da}, 1934, pp. 12-13.

¹⁷⁹ CAMPOS, Ezequiel – *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda, 1932, pp. 10-11.

¹⁸⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 11.

¹⁸¹ GUIA DO PORTO – *Visita à I.^a Exposição Colonial Portuguesa no Porto*, pp. 12-13.

¹⁸² FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952, pp. 210-220. Para uma melhor compreensão destes aspectos veja-se também: FERREIRA, Nuno Paulo Soares – *Entrepósito Frigorífico do Peixe de Massarelos. Um dos ícones da arquitectura modernista portuense*. Relatório de estágio para obtenção do grau de Mestre apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2010; FERNANDES, José Alberto V. Rio – *Porto. Cidade e comércio*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1997; RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*; MONTEREY, Guido de – *O Porto. Origem, evolução e transporte*.

Nos finais da primeira metade do século XX a cidade do Porto encontrava-se dividida em quatro zonas, agrupadas por freguesias¹⁸³. Estas zonas apresentavam claras diferenças funcionais, relacionadas com a maior ou menor predominância de actividades económicas face à habitação e com as actividades predominantes em cada uma. A 1.^a zona, composta pelas freguesias do Bonfim, Cedofeita, Massarelos, Santo Ildefonso, São Nicolau, Sé e Vitória, distingue-se por ser sobretudo um “aglomerado de grande densidade média populacional com comércio, pequena indústria e habitação”. A 2.^a zona agrupava as freguesias da Foz, Lordelo e Nevogilde, que tinham como denominador comum serem as freguesias de “expansão residencial de fraca densidade média populacional”. A 3.^a zona era composta por Aldoar, Paranhos e Ramalde, freguesias que abrangiam uma “zona agrícola e residencial de fraca densidade média populacional com alguns núcleos fabris”. Por último, a 4.^a zona, que correspondia à freguesia de Campanhã, era também caracterizada por ser uma área agrícola, mas possuindo também “indústrias com núcleos residenciais importantes”¹⁸⁴.

¹⁸³ Esta divisão foi da autoria dos serviços técnicos da Câmara Municipal do Porto, sendo utilizada no âmbito de um inquérito realizado em Dezembro de 1949 pelo Instituto Nacional de Estatística destinado a caracterizar a habitação no Porto. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *A cidade do Porto. Súmula estatística (1864-1968)*, p. 102.

¹⁸⁴ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *A cidade do Porto. Súmula estatística (1864-1968)*, p. 102.

III.1.4. Caracterização urbanística

Como verificámos nos pontos anteriores, na primeira metade do século XX a cidade do Porto tendia a crescer e a desenvolver-se em diversos aspectos. A conjugação destas vertentes de desenvolvimento reflectiu-se no modo de pensar e planear a cidade. Os estudos e os planos para a cidade eram pensados e executados de acordo com preferências e escolhas individuais e ao ritmo da especulação fundiária. “No entanto, esperou-se acompanhamento público para uma variedade de serviços que também crescia”¹⁸⁵.

Desde cedo houve a necessidade de “reservar terrenos para criação de empregos, áreas industriais e comerciais, vias de comunicação, proteger praias e espaços verdes”. Por este motivo, o planeamento desta cidade foi constituindo uma preocupação crescente, não só para a Câmara, como para outros serviços e instituições. Até ao século XX as preocupações cingiam-se sobretudo a problemas de carência de infra-estruturas e a obras pontuais, como a construção de pontes ou de mercados fixos, arranjos e ajardinamentos de praças e ruas, e a abertura de algumas ruas¹⁸⁶. Na opinião de Luís Ramos, estas preocupações, “passada a excepcional gerência dos Almadás, seguiam mais do que antecederam a urbanização particular”¹⁸⁷.

É nossa opinião de que tal se verificou sobretudo no início do século: “até aos anos de 1920 as acções reguladoras e estudos desencadeados assentaram sobretudo na criação de melhores condições de acesso à cidade e de circulação entre diferentes zonas, com especial incidência nas áreas não intervencionadas no período dos Almadás, e acompanhando sempre a criação de diferentes zonas, equipamentos públicos e espaços da cidade. Nos anos 20 o planeamento urbano continuou a investir no estabelecimento de continuidades viárias, mas ainda numa perspectiva parcelar, não se verificando uma preocupação com os prolongamentos dos eixos viários em extensão, ou com o desenvolvimento de uma estrutura viária global”¹⁸⁸. Como exemplos deste panorama podem apontar-se o “Plano de Melhoramentos e Ampliação da Cidade do Porto”(1914) da autoria de Elísio de Melo, o “Plano de Renovação do Centro da

¹⁸⁵ RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, p. 537.

¹⁸⁶ FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952, pp. 191-230; RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, p. 537.

¹⁸⁷ RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, p. 537.

¹⁸⁸ FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952, pp. 191-230.

Cidade” (1915) da autoria do arquitecto britânico Barry Parker, e o plano “Os Melhoramentos da Cidade do Porto” (1916) de Cunha Morais¹⁸⁹.

A partir do início dos anos 30 verifica-se “uma tentativa de ruptura com as ideias estruturantes do pensamento urbanístico prévio (ou, mais concretamente, com a ausência destas)”. Foi com base neste princípio, que em 1932, o Engenheiro Ezequiel Campos elabora o “Prólogo ao Plano da Cidade do Porto”, que estabeleceria “pela primeira vez uma metodologia para a elaboração de um plano global para a cidade”. Apesar de os seus efeitos não terem sido imediatos, este projecto constituiu uma reflexão sobre o passado, presente e futuro da expansão e desenvolvimento urbanos da cidade do Porto¹⁹⁰. De facto, é este plano geral que dá o mote para uma série de estudos e planos que marcariam a forma de pensar e moldar a cidade. Destacam-se o “Anteplano Regional do Porto” (1946), o “Anteplano Geral de Urbanização” (1947) e o “Plano Regional da Cidade do Porto” (1954), todos da autoria do engenheiro Antão de Almeida Garrett. Em todos estes planos a cidade era abordada como um todo e numa visão pluriconcelhia. Ao longo dos anos manteve-se constante a procura de directrizes e regulamentação urbanísticas e a insistência “na procura de soluções para os problemas de circulação no interior da cidade e de atravessamento da mesma, questões de zonamento (com especial incidência nas zonas industriais e residenciais) e intervenção na malha urbana existente e em expansão [...]”¹⁹¹.

¹⁸⁹ FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952, pp. 191-230. Para uma melhor compreensão e pormenorização destes planos veja-se, para além do trabalho referido: BASTOS, Rui – Da Avenida da Cidade ao Plano para a Zona Central. A intervenção de Barry Parker no Porto, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vols. 3-4. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1985-1986; AMORIM, Maria Alexandra Martins Soares de – *Porto, a cidade planeada – 1930/1980: Permanência/ inovação no processo e forma urbana*. Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano apresentada à Faculdade de Engenharia e Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 1998; OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*. Porto: U.PORTO editorial, 2013.

¹⁹⁰ FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952, pp. 191-230.

¹⁹¹ FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952, pp. 191-230. Para uma melhor compreensão e pormenorização destes planos veja-se para além do trabalho referido: CAMPOS, Ezequiel – *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*; GARRETT, Antão de Almeida – História dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto, in *Revista da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto*, 1974; GARRETT, Antão de Almeida – Plano Regulador da Cidade do Porto, in *Separata da Revista “Civitas”*, vol. VIII, n.º 2, 1952; AMORIM, Maria Alexandra Martins Soares de – *Porto, a cidade planeada – 1930/1980: Permanência/ inovação no processo e forma urbana*; REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui – Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto, in *Revista Povos e Culturas*, n.º 2, Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1987.

III.2. Políticas, estudos e acções ligados à habitação na cidade do Porto

As políticas de promoção da habitação e as acções de controlo, normalização e melhoramento habitacional foram ganhando relevância na maioria dos países, sobretudo a partir do século XVIII. Apesar disto, em Portugal, falar de regulamentação do mercado de habitação já na primeira metade do século XX não significa ainda “falar de um conjunto de leis, regras e instrumentos de planeamento coerentemente integrados, mas apenas da existência de algumas formas de intervenção reguladora e de promoção directa”¹⁹². No entanto, tal não é exclusivo do nosso país. As principais preocupações no período estudado não diferem das que se verificavam nos restantes países da Europa, e assentavam sobretudo nas preocupações de salubridade e saúde pública¹⁹³. Inicialmente foram as preocupações de salubridade a originar as principais leis e acções. Embora isto indicie um direccionamento para a habitação operária e social, estas preocupações estendiam-se a todos os estratos sociais, abrangendo aspectos técnicos, construtivos e normativos. Tal como referido por José Braga em 1894, as ilhas eram “antros medonhos, sem ar e sem luz [...]. E não se dá isto simplesmente com as habitações das classes proletárias e das classes médias. Em grande número de edificações – em que as divinas manifestações da arte nos deslumbram com o intenso fulgor das suas maravilhas – a incuria, a ausencia dos preceitos hygienicos, por ignorancia de quem preside á sua construção, não são menos para lastimar”¹⁹⁴. A criação de políticas, normas e regulamentos construtivos permitiu que surgissem “bairros aformoseados; por elles espalham os bafejados da fortuna as suas moradias às vezes com grande sumptuosidade; a hygiene sugeriu-lhe o aproveitamento do ar e do sol como depuradores que a natureza lhe fornece a jorros, e isso aformoseou

¹⁹² SILVA, Carlos Nunes – Mercado e políticas públicas em Portugal: A questão da habitação na primeira metade do século XX, in *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994, p. 656.

¹⁹³ Michel Foucault refere que “salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos construtivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são susceptíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afectam a saúde; a higiene pública do século XIX, a noção essencial da medicina social francesa – é o controle político-científico deste meio”. FOUCAULT, Michel – *Microfísica do Poder*, 21.ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005, p. 93.

¹⁹⁴ BRAGA, José Rodrigues – *Subsidios para hygiene da habitação. Ventilação, iluminação, aguas e remoção de immundicies*, pp. 33-34.

inegavelmente as habitações modernas. [...] Crearam-se assim aglomerados de habitações aprazíveis, elegantes e saudáveis”¹⁹⁵.

Não se pretendendo nesta secção analisar exaustivamente toda a legislação e estudos existentes sobre estes temas¹⁹⁶, considera-se de fulcral importância para o entendimento da construção arquitectónica uma análise global dos principais documentos que moldaram o estudo e regulamentação da habitação na primeira metade do século XX.

¹⁹⁵ ANTAS, Álvaro Cândido Furtado de – *Insalubridade do Porto*, p. 18.

¹⁹⁶ Em apêndice pode consultar-se uma listagem mais completa da legislação e regulamentos sobre a promoção da habitação (Apêndice 2) e aspectos técnicos e construtivos (Apêndice 3).

III.2.1 Anteriormente à Implantação da República

Na cidade do Porto o problema da habitação não foi uma realidade de que se tenha tomado consciência no século XX. Era já uma realidade “antiga, estrutural e persistente”¹⁹⁷, tendo constituído um “elemento relevante da história do respectivo espaço físico e social contemporâneo”¹⁹⁸. Foi na segunda metade do século XIX que o problema da habitação no Porto se agravou, nomeadamente devido à forte expansão urbana, ocorrida como consequência do processo de industrialização. Esta expansão foi acompanhada de um aumento da população, maioritariamente oriunda do mundo rural. Ao mesmo tempo que novos espaços na cidade se começavam a urbanizar, as zonas já urbanizadas eram providas de infra-estruturas e surgiam novas unidades industriais.

Contudo, o elevado número de pessoas que chegavam ao Porto fez com que a situação habitacional nesta cidade se começasse a agudizar¹⁹⁹. Nas freguesias do velho burgo assiste-se a um adensamento populacional, o que originou sobreocupação dos edifícios existentes. Associado a estes factores, nas últimas décadas do século XIX, sobretudo a partir de 1880, as condições dos trabalhadores nesta cidade começou a deteriorar-se, assistindo-se a “uma quebra dos salários reais e um aumento dos preços da alimentação, vestuário e habitação”²⁰⁰. Assistia-se a uma “política orientada para os interesses da burguesia” que “originou uma subida vertiginosa do custo da habitação, devido à especulação de terrenos e imóveis”²⁰¹. Ao mesmo tempo, ocorreu um aumento do desemprego, o que para Manuel Teixeira se deveu à mecanização dos sistemas produtivos²⁰². Os fracos recursos económicos desta grande franja social não lhe permitia aceder à oferta de alojamento disponível, o que gerou uma intensa procura por habitações com rendas mais baixas²⁰³.

Este grupo populacional acaba por se alojar maioritariamente em condições de pobreza, degradação e insalubridade, como por exemplo nas chamadas “ilhas”, “casas de malta”,

¹⁹⁷ PIMENTA, Manuel; FERREIRA, Leonor Vasconcelos; FERREIRA, José António – *Estudo socioeconómico da habitação social*, p. 15.

¹⁹⁸ PEREIRA, Virgílio Borges – A política de habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto contemporâneo: Uma perspectiva sintética e panorâmica, in SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, Espaço e Património*, p. 547.

¹⁹⁹ MATOS, Fátima Loureiro de – Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956, p. 677.

²⁰⁰ TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, pp. 66-67.

²⁰¹ MATOS, Fátima Loureiro de – Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956, p. 677.

²⁰² TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, p. 67.

²⁰³ MATOS, Fátima Loureiro de – Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956, p. 677; TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, p. 67.

“colmeias”, “mansardas”, “tiras”, habitualmente de dimensões reduzidas e muitas vezes sem ventilação ou iluminação natural²⁰⁴. A falta de salubridade e higiene decorrentes da falta de instalações sanitárias, sistemas de saneamento e abastecimento de água viriam a acelerar a degradação do parque habitacional da cidade e a originar grandes focos de epidemias²⁰⁵. Segundo Idalinda Fitas, “a eminência de uma epidemia de cólera, em 1885, levantou uma vez mais a questão da urgência de medidas profiláticas e a necessidade de uma política de prevenção e de higiene social”. Estas medidas, associadas à falta de condições de habitação, sobretudo para a classe operária, e de higiene urbana, levaram a que fossem surgindo estudos e acções destinados a melhorar a organização dos espaços urbanos, com especial incidência para os espaços residenciais²⁰⁶.

Conscientes da importância destes temas, foram vários os intelectuais, médicos, higienistas e jornalistas que começaram a debruçar-se sobre estas questões e a alertar para os perigos e consequências que a falta de higiene, a degradação do espaço habitacional e os surtos epidémicos poderiam causar na cidade²⁰⁷. A “questão da miséria e da falta de higiene passa a inscrever-se, agora num contexto mais amplo que se estende à esfera da educação, sem dúvida indicador de uma nova política de modernização da sociedade [...], defendida pelos intelectuais e higienistas”.²⁰⁸ As preocupações das elites eram cada vez mais evidentes, estando associadas ao discurso moralizador defendido pelos intelectuais e higienistas e ao agravamento das más condições de habitabilidade²⁰⁹. Assim, a habitação, e especialmente a destinada aos operários, assume-se como um “elemento gerador de conduta cívica e de inserção social”²¹⁰ considerando-se que “não corresponde a uma necessidade puramente physica, mas envolvendo a família, torna-se um dos elementos essenciais da vida em sociedade”²¹¹. O urbanismo e a habitação passam a ser interpretados com base nos problemas

²⁰⁴ TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, p. 67; FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*, p. 65.

²⁰⁵ MATOS, Fátima Loureiro de – Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956, p. 678.

²⁰⁶ FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*, p. 27.

²⁰⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 27.

²⁰⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 29.

²⁰⁹ FREITAS, J. J. Rodrigues – «O Commercio do Porto». Porto, 22-09-1894 citado em FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*, p. 79.

²¹⁰ FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*, p. 79.

²¹¹ MATTA, José Caeiro da – *Habitações populares*, p. 43.

higio-sanitários, “dando-se grande importância às ruas como ponto de partida para o controlo, por parte da administração pública, das infra-estruturas e edificações”²¹².

Neste contexto, os trabalhos que começaram a surgir sobre o quadro urbano portuense representaram “um notável instrumento para se «conhecer o estado em que a cidade se encontra, hygienicamente falando, e contribuir quanto possa para melhorar as condições em que vivem as classes pobres»”²¹³. Foi recomendado às autoridades da cidade que adoptassem uma “cultura de prevenção”, sendo considerado “humanitário e digno que se buscasse ensinar a todos as regras mais mezinhas da hygiene social”²¹⁴. Surgem assim algumas medidas por parte das ciências médicas e higienistas numa cidade que “não possuía uma política de saúde e de hygiene urbana verdadeiramente eficaz, não tinha legislação adequada, nem plano global de melhoramentos, estatísticas fiáveis, apesar de alguns progressos neste domínio e das intervenções atentas dos higienistas e homens da imprensa nos periódicos e revistas que faziam prever uma nova consciência em matéria de saúde e de medicina social”²¹⁵.

Uma das primeiras leis direccionadas para a habitação data de Dezembro de 1864, ainda que fosse específica para a capital. Esta lei criou diversas disposições que visavam limitar a altura dos prédios, regulamentar a construção de jardins e esgotos, e encarava, pela primeira vez, a necessidade de uma fiscalização sanitária. No entanto, na opinião de António Lemos, à criação desta lei não se seguiu a sua efectiva colocação em prática²¹⁶. Só passados alguns anos é que estas determinações passariam a ser obrigatórias para todos os municípios, primeiro com a Lei Orgânica (1868) e, mais tarde, com o Código Administrativo (1876)²¹⁷.

Nos Inquéritos Industriais realizados entre 1881 e 1890 eram feitas algumas descrições dos modos e condições em que os portugueses viviam, em especial no que concerne às classes operárias. É também de referir a apresentação à CMP, pelo seu presidente José Augusto Corrêa de Barros, em 26 de Setembro de 1881, do “Plano de Melhoramentos da Cidade do

²¹² MATOS, Fátima Loureiro de – *A habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*.

²¹³ FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*, p. 27.

²¹⁴ Hygiene Social. “O Dez de Março”, n.º 1678. Porto, 22-06-1885 citado em FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*, pp. 28-29.

²¹⁵ FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*, p. 27.

²¹⁶ LEMOS, António Gomes Ferreira de – *Contribuição para o estudo da hygiene do Pôrto – Ilhas*, p. 82.

²¹⁷ MATOS, Fátima Loureiro de – *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*, p. 682.

Porto”. Em algumas passagens deste plano é feita referência às questões da higiene pública e urbana. Relativamente à canalização e distribuição de água pode ler-se que é “a mais momentosa e menos adiável de todas as necessidades do município”, para a qual seria fundamental “o aperfeiçoamento, senão a própria criação de muitos dos mais importantes ramos do serviço municipal”. O autor atribui também grande importância à rede de esgotos. No entanto, salienta que esta se apresenta “cercada de dificuldades de natureza tão complexa, que ainda se não obtiveram regras bem assentes e definidas para a solução d’um problema, sob tantos pontos de vista importantíssimo”. No que diz respeito às condições sanitárias, refere que, sendo um assunto que, por força de lei, competiria aos municípios resolver, é “aquelle, que por ventura está mais instantemente reclamando a vossa esclarecida atenção, e com ao qual se póde com verdade affirmar que está tudo por fazer”²¹⁸.

Com o objectivo de “amparar os pobres e os desvalidos, animar os fracos e os tíbios e de levar por toda a parte a hygiene aos focos de doenças para os destruir”, em Julho de 1885 foi criada a primeira Comissão Central da Imprensa. Esta comissão era composta por jornalistas e médicos, tendo a cooperação das autoridades policiais e dos bombeiros voluntários. Tinha por objectivo realizar um inquérito médico-social que permitisse a obtenção de estatísticas e a elaboração de um relatório relativo às questões relacionadas com a miséria e degradação urbana, alertando a opinião pública e autoridades municipais “para a necessidade urgente de uma política de urbanismo social e de salubridade urbana”²¹⁹.

Na primeira sessão desta comissão definiram-se subcomissões de inquérito, inicialmente em número de seis, mas tendo mais tarde (devido à “extensão da miséria na cidade do Porto ser maior do que se supunha” e à eminência de um novo surto de cólera) sido criadas mais duas²²⁰. Cada uma destas subcomissões era composta por um médico, dois membros da

²¹⁸ BARROS, José Augusto Corrêa de – *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto. Apresentado à Camara Municipal em secção extraordinária de 26 de Setembro de 1881, pelo seu presidente José Augusto Corrêa de Barros*. Porto: Typographia de António José da Silva Teixeira, 1881, p. 6.

²¹⁹ FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*, p. 30.

²²⁰ As 1.^a, 2.^a e 3.^a subcomissões de inquérito actuaram na zona do Bairro Oriental da cidade: a 1.^a tinha como médico responsável o Dr. Ricardo Jorge e contemplava a freguesia do Bonfim; a 2.^a era direccionada para as freguesias de Santo Ildefonso e Vitória, inicialmente sobre a responsabilidade do Dr. Dias de Almeida e depois do Dr. Agostinho de Souza; e a 3.^a, inicialmente sobre orientação do Dr. Tito Fontes e depois do Dr. José Aires de Gouveia, abrangia também a freguesia de Santo Ildefonso. As restantes cinco subcomissões actuaram no Bairro Ocidental da cidade. A 4.^a subcomissão centrou-se nas freguesias da Sé e São Nicolau, tendo como responsável o Dr. Gomes da Silva; a 5.^a foi coordenada pelo Dr. António José de Sousa e abrangia as freguesias de Cedofeita, Miragaia e Massarelos; a 6.^a actuava nas freguesias de Miragaia e Massarelos, sob orientação do Dr. Adelino de Costa; a 7.^a focou-se na freguesia da Vitória; e a 8.^a actuava na

imprensa diária, um representante da comissão de socorros e um elemento das autoridades²²¹. Os relatórios e inquéritos oficiais elaborados por estas subcomissões foram sendo publicados diariamente na imprensa entre Julho e Outubro de 1885²²². Concomitantemente, foram publicados outros relatórios, factos, comentários das visitas sanitárias, artigos de opinião e reflexões críticas, propostas de soluções e apelos à solidariedade. Segundo Idalinda Fitas, os principais mentores da actividade da imprensa, visando transformar higienicamente a cidade, foram Emygdio de Oliveira e Ricardo Jorge²²³. Na opinião de Emygdio de Oliveira, a acção desencadeada pela especulação dos vários promotores de habitação terá levado à “edificação da cidade moderna, suprimindo as muitas viellas que existiam no coração do povoado e bairros [...] [e] provocou o despejo de muitas famílias de operários que não teriam onde agasalhar-se se a especulação capitalista não se apressasse a auferir lucros com o desarranjo sucedido ao proletário portuense”²²⁴.

Também no ano de 1885, Guedes Teixeira mandou elaborar uma estatística com o objectivo de saber quantas pessoas habitavam em ilhas na cidade do Porto. O resultado deste trabalho apontou para a existência de 19 460 pessoas a habitar em ilhas. Nesta mesma época, o jornal “O Comércio Portuguez” refere a existência de 245 ilhas só na zona ocidental da cidade, e o jornal “A Província” refere que na zona oriental o número de ilhas era de 284. O número e proporção da população portuense que habitava ilhas não é, contudo, consensual: no trabalho “Demographia e Hygiene da Cidade do Porto. Clima, População, Mortalidade” (1889), Ricardo Jorge refere a existência de 1048 ilhas, num total de 11 129 casas, com aproximadamente 50 000 habitantes, pelo que este autor referia que cerca de um terço da

freguesia da Foz do Douro sobre a orientação do Dr. Evaristo Gomes Saraiva. A aparente sobreposição de algumas subcomissões em termos de território resulta de, em alguns casos, diferentes zonas da mesma freguesia serem abrangidas por diferentes subcomissões. FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*, pp. 30-32.

²²¹ A Campanha da Imprensa. “A Folha Nova”, n.º 38. Porto, 10-07-1885 citado em FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*, p. 31.

²²² Estes trabalhos foram publicados nos periódicos “A Folha Nova”, “O Primeiro de Janeiro”, “Folha da Tarde”, “Discussão”, “Província”, “O Commercio do Porto”, “O Commercio Portuguez”, “Jornal do Porto”, “A Lucta”, “Actualidade”, “O Dez de Março”, “Jornal da Manhã” e “A Saude Publica”. FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*, p. 32.

²²³ IDEM – *Ibidem*, p. 32.

²²⁴ OLIVEIRA, Emygdio de – A Miséria no Porto: Boletim da Primeira Comissão d’Inquérito, II. “A Folha Nova”, n.º 47. Porto, 21-07-1885 citado em FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*, p. 48.

população portuense habitaria em ilhas, enquanto Emygdio de Oliveira apontava para cerca de um quinto²²⁵.

Na sequência dos resultados dos inquéritos das visitas sanitárias, em 1885 o Governo Civil do Porto apresentou um projecto de “casas baratas para operários”. Este projecto foi apresentado por Guedes Teixeira à Comissão Central da Imprensa e aos directores de sete bancos da cidade e a um da província. Neste projecto, o Governo Civil do Porto “recomenda a construção de 1000 casas num prazo de três anos, para alojamento de 4000 operários, com recurso a uma sociedade anónima, criada a partir de um investimento de capital de 150.000\$000”. Apesar de este projecto ter sido alvo de críticas quanto “ao processo para a sua efectivação”, viria a ser apoiado na sua intenção e essência²²⁶.

Em 1889, Joaquim Urbano Ribeiro salientava a urgência de corrigir aquilo a que chamava “o vício das habitações pobres” e a necessidade de regulamentação das novas habitações²²⁷. Nesse mesmo ano (a 25 de Janeiro) foi aprovado na cidade do Porto um novo Código de Posturas, que introduziu uma série de alterações ao Código de Posturas de 1869. De entre as principais alterações destaca-se a obrigatoriedade de licenciamento de obras a todas as construções até 5 metros da via pública. No ano de 1891 surge uma nova postura municipal, que veio mais uma vez alterar as anteriores: os novos edifícios passam a ser contemplados com a construção de fossas sépticas e, pela primeira vez, passam a ser obrigatórias as inspecções por parte do município ao interior das construções e à execução das obras²²⁸.

No final do século XIX (1899) a cidade do Porto assistiu a mais um surto de peste bubónica e, consequentemente, à imposição de um cordão sanitário, o que constituiu um “choque para a cidade e fez com que a opinião pública e as entidades oficiais se consciencializassem do problema” da habitação²²⁹. Apesar de este problema afectar pessoas dos diferentes estratos sociais, foi para a habitação operária que mais se direccionou a atenção das autoridades. Apesar de já existirem algumas medidas legais de controlo para a construção habitacional, “as

²²⁵ “A Província”, n.º 36. Porto, 08-07-1885 citado em FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*, pp. 48-49; JORGE, Ricardo – *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto. Clima, População, Mortalidade*, pp. 321-322.

²²⁶ FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*, p. 81.

²²⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 82.

²²⁸ TEIXEIRA, Manuel C. – *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*, p. 73.

²²⁹ MATOS, Fátima Loureiro de – *A habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*.

autoridades municipais tornavam-se cada vez mais conscientes da necessidade de controlar a actividade dos promotores privados”²³⁰. A construção de habitação de baixo custo era da responsabilidade do governo e das câmaras municipais; contudo, as preocupações assentavam em “dar incentivos aos promotores privados para construírem habitações destinadas a pessoas de poucos recursos, e por outro lado, controlar a actividade destes construtores privados. Não se discutia quem devia construir habitações, mas antes o tipo de incentivos que deviam ser dados aos construtores privados e a qualidade e a forma de habitação estes deveriam construir”²³¹.

A partir dos anos 80 do século XIX vários projectos-leis foram apresentados. No entanto, estes projectos foram sendo sucessivamente rejeitados, sendo até frequente não chegarem a ser discutidos no Parlamento. Em todos eles eram apontadas “medidas quanto à construção de habitações operárias com condições mínimas de higiene e salubridade”²³²; estes projectos também concediam “incentivos à iniciativa privada para investir na construção de habitações de baixo custo” e em quase se todos estimulavam “isenções fiscais para a construção de edifícios residenciais cujo nível de rendas não ultrapassassem um certo limite – geralmente mais alto para Lisboa e Porto do que para outras cidades – e concediam facilidades no acesso a terrenos e a créditos beneficiados”²³³.

A lei de 1880 propunha, entre outros incentivos, a “isenção de contribuição predial pelo período de cinco anos a todos os novos edifícios residenciais cujas rendas não excedessem 50\$000 réis por ano por habitação”²³⁴. Vários foram os projectos-leis que se seguiram a este, assentando nos mesmos princípios. Destacam-se o projecto de Fontes Pereira de Melo e Hintze Ribeiro (1883), de Rosa Araújo (1884), de Augusto Fuschini (1884), assim como alguns projectos já na primeira década do século XX (1901, 1905 e 1908)²³⁵.

A lei de 1888 apresentava aspectos semelhantes à de 1880, visando também, conforme refere Manuel Teixeira “aumentar para dez anos o período de isenção de contribuição predial” e fazer a “enumeração do tipo de incentivos que era concedido aos construtores, [sendo que]

²³⁰ TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, p. 73.

²³¹ IDEM – *Ibidem*, p. 74.

²³² MATOS, Fátima Loureiro de – Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956, p. 682.

²³³ TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, p. 74.

²³⁴ IDEM – *Ibidem*, p. 74.

²³⁵ MATTA, Caeiro – Habitações Populares. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909, pp. 174-182; TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, pp. 74-75; MATOS, Fátima Loureiro de – Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956, pp: 682-683.

algumas destas propostas eram bastante detalhadas no que respeitava ao tipo de habitações que deveria ser construída e ao desenho dos bairros e das habitações”. No entanto, os resultados destas leis não foram os esperados: para além da fraca resposta dos promotores privados, a procura de maiores margens de lucro num contexto de limitação dos valores das rendas levou a que as poucas habitações efectivamente construídas apresentassem má qualidade. Simultaneamente, verificava-se que os valores das rendas, apesar de controlados por estas leis, eram excessivas para a maioria dos trabalhadores, dado terem em consideração a remuneração do capital investido. Apesar de estas leis não terem surtido de imediato os efeitos desejados, os seus princípios estiveram na base da formulação das leis de 1918 e 1933, adiante abordadas²³⁶.

Neste período existiram também algumas iniciativas de promoção da habitação por parte de privados, sobretudo industriais, e de iniciativa filantrópica, mas que não contrariavam o modelo capitalista vigente²³⁷. Entre outras, destaca-se a iniciativa promovida pelo jornal “O Comércio do Porto”, que originou a construção de três novos bairros de casas baratas: no Monte Pedra (1889), em Lordelo (1902) e no Bonfim (1904)²³⁸. Contudo, estas formas de promoção eram ainda muito limitadas e resultavam de uma subscrição pública onde estaria previsto que os inquilinos destas novas habitações pudessem vir a ser os futuros proprietários²³⁹. As construções resultantes apresentavam ainda rendas demasiado elevadas, fazendo com que a classe operária não as pudesse pagar e proporcionando que muitas destas novas casas passassem a ser habitadas por famílias com maior poder económico²⁴⁰.

Assim, apesar destas iniciativas, a cidade do Porto continuava a debater-se com o problema da carência habitacional, bem como com as preocupações de higiene. Continuava a insistir-se no apelo às autoridades nacionais para que fosse criada legislação e fossem promovidas acções de combate a estes problemas. José Braga refere que, em “relação a medidas hygienicas, é

²³⁶ TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, p. 75.

²³⁷ FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*, p. 82.

²³⁸ Fátima Matos refere na cidade do Porto algumas iniciativas de promoção de habitação tomadas por parte de industriais têxteis, tais como a Companhia Industrial de Salgueiros, a Fábrica Social da Fontinha (que em 1852 construiu o bairro com o mesmo nome), ou a Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto (que construiu o Bairro da Torrinha em 1848). MATOS, Fátima Loureiro de – *A habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*.

²³⁹ FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*, p. 82.

²⁴⁰ TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, p. 73.

desanimador o quadro que se nos offerece. Os nossos legistas, que tão prodigamente fazem e desfazem leis, que sobre tudo e a propósito de tudo legislam, não se teem dignado prestar um pouco de atenção a este assunto, que lá fóra tanto se debate e prende o estudo das maiores capacidades scientificas. [...] Fazem-se e inventam-se leis tendentes a reprimir e a castigar crimes sem importância e factos que ás vezes nem crimes são, e não se estabelecem leis especiaes com penas severamente, implacavelmente rigorosas, para os que constroem casas de habitação, sem as menores condições de salubridade”. O mesmo autor propõe a criação pelo governo de autoridades legais que vigiassem a construção e condições das habitações, de modo a que fossem cumpridas regras que procurassem solucionar os problemas existentes²⁴¹.

Na viragem de século, foram tomadas algumas iniciativas importantes, tanto a nível nacional como local. Logo a 24 de Dezembro de 1901, Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro publica o “Regulamento Geral dos Serviços e Beneficencia Pública”. Segundo este regulamento os serviços de saúde e beneficência pública pertenciam ao “Ministério do Reino, competindo a resolução e expediente dos negócios respectivos sob a immediata autoridade e determinação do Ministro, à Direcção Geral de Saude e Beneficencia Publica, que faz parte da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino”²⁴². Aos serviços de saúde competiria o controlo e melhoramento das questões relacionadas com a higiene e salubridade públicas²⁴³. Em particular, este regulamento promovia vistorias às habitações das classes mais pobres e a quaisquer habitações que carecessem de intervenção devido a condições de insalubridade, e visava elaborar um cadastro sanitário das habitações de Lisboa e Porto, impedindo a construção ou reforma de casas sem parecer favorável do Conselho de Melhoramentos Sanitários²⁴⁴.

Entre 1901 e 1902 foram realizados inquéritos que estudaram as condições de habitabilidade das ilhas do Porto. Os resultados destes inquéritos reportam os mesmo números apresentados por Ricardo Jorge em 1889: 1048 ilhas, num total de 11 129 fogos e 50 000 habitantes. Os cálculos efectuados revelavam ainda que a área média disponível por cada um destes habitantes era de aproximadamente 6 metros quadrados²⁴⁵.

²⁴¹ BRAGA, José Rodrigues – *Subsidios para hygiene da habitação. Ventilação, illuminação, aguas e remoção de immundicies*, pp. 32-33.

²⁴² *Regulamento Geral dos Serviços e Beneficencia Pública* (24 de Dezembro de 1901) Artigo 1.º, p. 1037.

²⁴³ *Regulamento Geral dos Serviços e Beneficencia Pública* (24 de Dezembro de 1901) Artigo 1.º, p. 1037-1038.

²⁴⁴ LEMOS, António Gomes Ferreira de – *Contribuição para o estudo da hygiene do Pôrto – Ilhas*, p. 32.

²⁴⁵ IDEM – *Ibidem*, p. 30.

A 14 de Fevereiro de 1903 foi promulgado o “Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas” (RSEU) e publicado o “Inquérito de Salubridade das Povoações mais Importantes de Portugal”, da autoria do engenheiro Augusto Montenegro. O RSEU, que explicitava as condições a que deveriam obedecer as diversas partes dos prédios, impedia a construção ou reconstrução de qualquer prédio na cidade do Porto sem licença da CMP, devendo esta licença ser baseada num parecer prévio da Delegação Distrital do Conselho de Melhoramentos Sanitários²⁴⁶.

Em 1904 iniciam-se no Porto as primeiras obras de construção de canalizações de água e de esgotos²⁴⁷. O sistema de esgotos previamente existente mais não era do que um mero depósito subterrâneo de resíduos e excrementos, tornando o subsolo uma importante fonte de insalubridade²⁴⁸. O concurso para projectar o sistema de saneamento da cidade foi aberto pela CMP em 1897. A casa Hugues & Lancaster, de Londres, apresentou uma proposta em que optava “pelo systema separado, construia-se a rede geral das canalizações, de modo a absorver os dejectos e as aguas pluvias”. Esta empresa propunha que os 12 a 15 mil metros cúbicos de esgotos produzidos diariamente pela cidade fossem levados até um reservatório projectado para Sobreiras, daí sendo posteriormente lançados no rio Douro ou directamente no mar²⁴⁹. Dois anos depois do lançamento deste concurso, a CMP mandou proceder ao levantamento de uma planta das canalizações que compunham o sistema de esgotos da cidade²⁵⁰. O projecto inicial da Hugues & Lancaster acabaria por ser rejeitado; contudo, tendo sido considerado o único aceitável para o saneamento da cidade, foram feitas propostas de alteração pela Câmara, as quais viriam a ser aceites pela casa Hugues & Lancaster. Apesar destas alterações, em 1902 o acordo entre a CMP e esta entidade ainda não tinha sido assinado, por motivos financeiros²⁵¹. Só mais tarde o contrato viria a ser assinado, iniciando-se as obras, conforme já referido, em 1904²⁵². Apesar destes avanços, verificou-se que as obras não conseguiam acompanhar a real expansão da cidade. Conforme Azeredo Antas e Manuel Monterroso referem num trabalho de 1934, em 1925 apenas 25 prédios construídos por privados estavam

²⁴⁶ LEMOS, António Gomes Ferreira de – *Contribuição para o estudo da higiene do Pôrto – Ilhas*, pp. 32-33.

²⁴⁷ MATOS, Fátima Loureiro de – *A habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*.

²⁴⁸ ANTAS, Álvaro Cândido Furtado de – *Insalubridade do Porto*, pp. 93-94.

²⁴⁹ IDEM – *Ibidem*, pp.96-97.

²⁵⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 39.

²⁵¹ IDEM – *Ibidem*, pp. 100-105.

²⁵² MATOS, Fátima Loureiro de – *A habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*.

ligados à rede de esgotos e abastecimento municipal. Em 1928 e em 1933 este número seria de 1776 e 2178, respectivamente²⁵³.

Em suma, O “Regulamento Geral dos Serviços e Beneficência Pública” e o RSEU definiram “as condições sanitárias e ambientais a que os novos edifícios deviam obedecer e permitiam a inspecção das obras pelas autoridades sanitárias municipais. Todas as novas construções tinham de possuir licença de construção, baseada num parecer das autoridades sanitárias”²⁵⁴. Para tal, foram criadas nas principais câmaras municipais do país comissões de saúde que tinham como objectivo pôr em prática estes princípios através de novos regulamentos e junto das juntas de obras, enquanto responsáveis pela aprovação dos projectos. Na opinião de Manuel Teixeira, estas últimas “veriam as suas responsabilidades aumentadas pela publicação dos novos códigos de posturas e da nova legislação estatal”²⁵⁵. É neste contexto que, em 1905, é publicado na cidade do Porto o novo Código de Posturas Municipais, que impõe que a aprovação de licenças de construção ou reconstrução de edifícios tenha de ser sustentada por um parecer da delegação distrital do Conselho de Melhoramentos Sanitários²⁵⁶.

²⁵³ ANTAS, Azeredo; MONTEROSO, Manuel – *A salubridade habitacional no Porto (1929-1933)*, p. 12.

²⁵⁴ TEIXEIRA, Manuel C. – *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*, p. 73.

²⁵⁵ IDEM – *Ibidem*, pp. 73-74.

²⁵⁶ MATOS, Fátima Loureiro de – *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*, p. 682.

III.2.2 Durante a Primeira República

À data da Implantação da República (1910), verificavam-se enormes vagas de greves e movimentos sociais que vinham já desde os anos de 1840²⁵⁷. As greves passaram a ser comuns sobretudo a partir de 1890, com especial agravamento entre 1900 e 1912, tendo como denominador comum reivindicações pela melhoria dos salários, redução dos horários de trabalho e imposição de reformas políticas. Os republicanos viram na classe operária portuguesa uma forte base social de apoio, o que os fez apoiá-la nas suas manifestações, tendo consequentemente esta classe adquirido um papel importante no derrube da Monarquia e na Implantação da República²⁵⁸.

A questão da habitação adquire neste período uma grande importância, sobretudo a nível político. A cidade do Porto continuava, conforme referido em 1914 por António Lemos, a ser “uma das mais insalubres, senão a mais insalubre das cidades da Europa. Essa insalubridade é devida em grande parte às péssimas condições sanitárias das habitações das classes pobres”²⁵⁹.

Uma das primeiras leis a surgir neste novo período foi a Lei do Inquilino, pelo decreto-lei de 12 de Novembro de 1910. Até a criação desta lei, as habitações destinadas à classe operária eram arrendadas, sendo estas rendas pagas de forma semanal e os despejos frequentes e de fácil execução, isto porque o arrendatário não possuía nenhuma medida legal de protecção. A criação desta lei dificultou as acções de despejo, introduziu o pagamento mensal das rendas, estabeleceu a permissão de aumento da renda em 10% de dez em dez anos e impediu que houvesse aumentos das rendas cada vez que se assinava um novo contrato de arrendamento²⁶⁰. Assim, e na opinião de Manuel Teixeira, na prática esta lei permitiu congelar as rendas e dar segurança aos locatários, impossibilitando o seu despejos, uma vez que como “os aumentos de renda permitidos não acompanhavam a depreciação da moeda, os

²⁵⁷ Para Manuel Teixeira, em 1840 começaram a iniciar-se os movimentos operários. No início funcionavam como “associações de socorros mútuos ou cooperativas, mas a partir de 1870 o movimento sindicalista começou a ganhar força e em 1875 era já uma força política importante no país. Em 1876 existiam 24 sindicatos, dos quais [...] 8 no Porto, e em 1903 existiam [...] 42 no Porto”.

²⁵⁸ TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, p. 76.

²⁵⁹ LEMOS, António Gomes Ferreira de – *Contribuição para o estudo da higiene do Pôrto – Ilhas*, p. 69.

²⁶⁰ SERRA, Nuno – *Estado, território e estratégias de habitação*. Coimbra: Quarteto Editora, 2002, p. 169; TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, p. 76; MATOS, Fátima Loureiro de – *A habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*; SILVA, Carlos Nunes – *Mercado e políticas públicas em Portugal: A questão da habitação na primeira metade do século XX*, p. 657.

senhorios viram o valor real das suas rendas diminuir”²⁶¹. Estas acções acabariam por vir a ter maior reforço em 1919, quando passa a ser obrigatório o congelamento das rendas por meio da obrigatoriedade da renovação dos contratos de arrendamento²⁶². Contudo, é de referir que em 1916 fora actualizada uma lei (Lei n.º 671, de 6 de Abril) que permitia o despejo por motivo de obras nos edifícios arrendados²⁶³.

Por outro lado, a 26 de Julho de 1912 foi criada a Lei de Expropriação, regulamentada em 15 de Fevereiro de 1913, que pretendia “diminuir a arbitrariedade permitida pela lei de 1850, fazendo-se, pela primeira vez, a listagem dos objectivos para os quais as expropriações se poderiam considerar de utilidade pública e urgentes, consagrando-se entre eles a expansão urbana: abertura, alargamento e regularização de vias públicas, bairros operários, parques e jardins públicos”. Na prática, esta lei permitia a “aquisição em boas condições, pelas municipalidades, de bairros ou casas insalubres a destruir”²⁶⁴.

À semelhança do ocorrido na segunda metade do século XIX, a Primeira Guerra Mundial traz consigo uma nova crise habitacional na cidade do Porto. À cidade chegava um grande fluxo de população rural, que não possuía rendimentos para pagar as elevadas rendas das suas casas, uma vez que os seus salários não acompanhavam o crescimento das rendas. Consequentemente, tornou a verificar-se sobreocupação das habitações e, associado a tal, o aumento das condições de insalubridade²⁶⁵. Carlos Silva refere que nesta altura existiram três grandes factores de ruptura: “o êxodo rural para os principais centros urbanos, a inflação e a desvalorização do escudo” e que, “perante os protestos, os governos republicanos seguintes, reflectindo os diferentes equilíbrios de forças em cada momento, promulgaram, durante os anos em que ainda durou o regime, medidas contraditórias em matéria de arrendamento urbano”²⁶⁶. Na tentativa de resolver os problemas relacionados com a oferta e condições da habitação, sobretudo para a classe operária, em 1914 a CMP introduziu uma nova rubrica no orçamento do município, à qual deu o título de “Construção de habitação operária”. Na sequência desta medida, em que se incentivava “a construção pelos privados de habitação de

²⁶¹ TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, p. 76.

²⁶² SERRA, Nuno – *Estado, território e estratégias de habitação*, p. 169; GONÇALVES, Fernando – *A mitologia da habitação social. O caso português*. Lisboa: Edições Ulmeiro, 1978, pp. 29-30.

²⁶³ Lei n.º 671, de 6 de Abril de 1916, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Porto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, p. 30.

²⁶⁴ LEMOS, António Gomes Ferreira de – *Contribuição para o estudo da higiene do Porto – Ilhas*, p. 33.

²⁶⁵ MATOS, Fátima Loureiro de – Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956, p. 986.

²⁶⁶ SILVA, Carlos Nunes – Mercado e políticas públicas em Portugal: A questão da habitação na primeira metade do século XX, p. 658.

boa qualidade para os trabalhadores”, são construídos diversos grupos de habitações, tais como a Colónia Antero de Quental (construída entre 1914 e 1917, com 28 casas), a Colónia Estevão Vasconcelos (entre 1914 e 1917; 90 casas), a Colónia Dr. Manuel Laranjeira (entre 1916 e 1917; 130 casas) e a Colónia Viterbo Campos (entre 1916 e 1917; 64 casas), todos promovidos pela CMP²⁶⁷.

Medidas semelhantes foram tomadas nos anos 1918 e 1919, com a publicação dos Decretos-Leis n.ºs 4415, 4137, 4417 e 4470 de 1918 e o Decreto-Lei n.º 5317 de 1919. A publicação destes decretos terá surgido na “sequência de fortes movimentos reivindicativos que pretendiam uma maior intervenção do Estado na questão da habitação social”²⁶⁸. O Decreto-Lei n.º 4137 de 1918, da autoria de Sidónio Pais, assume central importância no combate à erradicação dos bairros insalubres das principais cidades portuguesas, por meio de construção de casas baratas, podendo estas ser construídas por privados, sociedades, cooperativas, a quem era facultado um empréstimo a taxa reduzida (4%) através da Caixa Geral de Depósitos²⁶⁹. Este decreto, tal como leis anteriores, referia-se constantemente à lei inglesa como uma referência a seguir, dado considerar que esta apresentava um avanço em termos de salubridade das habitações, regulamentando detalhadamente as questões de saneamento das casas, expropriações, demolições e construções. Adicionalmente, é salientada a existência, ao abrigo da lei inglesa, de organismos com poder legal para proceder à fiscalização das habitações e, caso necessário, à exigência de execução de obras. Assim, considerava-se que a legislação sobre salubridade das habitações precisava de ser reformada, concedendo às autoridades sanitárias os meios necessários para que pudessem actuar conforme as necessidades²⁷⁰. Com este decreto experimentava-se pela primeira vez a promoção da habitação social, apresentando-se a tipologia das “casas económicas destinadas ao alojamento de classes menos abastadas”²⁷¹. Apesar da importância deste decreto, as iniciativas continuaram a ser promovidas pelo Estado, dado ser mais lucrativo para os potenciais promotores privados uma abordagem especulativa, sem limite de renda, do que sujeitarem-se às especificações e rendas impostas por esta lei. Assim, apenas três bairros viriam a ser

²⁶⁷ MATOS, Fátima Loureiro de – *A habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio.*

²⁶⁸ MATOS, Fátima Loureiro de – Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956, p. 683.

²⁶⁹ TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, p. 77.

²⁷⁰ LEMOS, António Gomes Ferreira de – *Contribuição para o estudo da higiene do Pôrto – Ilhas*, p. 66.

²⁷¹ Decreto n.º 4137, de 25 Abril de 1918, título I, artigo 1.º.

construídos ao abrigo deste decreto, dois dos quais em Lisboa e um no Porto: o Bairro Sidónio Pais²⁷².

No ano de 1918, através do Decreto-Lei n.º 4036, de 28 de Março, era criada, pela primeira vez em Portugal, uma normativa para regulamentar o uso de betão armado. Tal como é referido no decreto: “as construções de beton têm tomado tão grande desenvolvimento entre nós que se torna indispensável sujeitá-las a prescrições de ordem técnica e administrativa. Não existe em Portugal qualquer diploma oficial que regule o assunto; apenas por vezes, são mandadas observar nas dependentes da administração pública as instruções anexas à circular ministerial francesa de 20 de Outubro de 1906. Na maioria dos casos, porém, engenheiros e construtores têm absoluta liberdade de adoptar as regras que mais convenientes lhes pareçam”. Esta regulamentação levou a Associação dos Engenheiros Civis Portugueses a encarregar uma comissão de engenheiros com experiência em trabalhos de betão armado de elaborar uma série de instruções que, com algumas alterações e aperfeiçoamentos, deram origem ao “Regulamento para o emprego do beton armado”. Todas as construções que usassem betão armado passaram a estar subordinadas às prescrições deste regulamento, implicando aprovação pelas repartições técnicas do Estado ou corpos administrativos²⁷³.

A Lei n.º 1670, de 15 de Setembro de 1924, autorizava as Câmaras Municipais a embargarem obras particulares que não possuíssem licença camarária ou que não cumprissem os requisitos constantes nessa licença. Esta mesma lei reforça a imperatividade das vistorias ao edificado, em especial quando alguma construção ou parte de construção afecta à jurisdição municipal ameaçasse ruir e precisasse de ser reparada ou demolida. Outro aspecto referido nesta lei é o facto de, a partir da sua publicação, nas cidades do continente nenhum projecto de obras particulares poder ser aprovado sem que fosse assinado por um técnico habilitado para a construção civil²⁷⁴.

Em jeito de síntese, podemos referir que no período da Primeira República as medidas tomadas foram pontuais, e as que recaíram “sobre o regime de arrendamento urbano penalizaram os interesses dos proprietários imobiliários e tiveram, por isso, consequências negativas na construção civil e na conservação dos edifícios, o que, coincidindo com um

²⁷² TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, p. 77; SERRA, Nuno – *Estado, território e estratégias de habitação*, p. 169.

²⁷³ Decreto n.º 4036, de 28 de Março 1918.

²⁷⁴ Lei n.º 1670, de 15 de Setembro de 1924, p. 1315.

período de forte êxodo rural para os principais centros urbanos, se traduziu numa ruptura entre a oferta e a procura de habitação’²⁷⁵.

²⁷⁵ SILVA, Carlos Nunes – Mercado e políticas públicas em Portugal: A questão da habitação na primeira metade do século XX, p. 659.

III.2.3 Ao longo da Ditadura Militar e do Estado Novo

Nos anos 20 do século XX, Portugal imerge numa profunda crise económica e política, a que se associou o descontentamento da população, manifestado nas sucessivas greves e contestações sociais. Estes factos estiveram na origem da revolução de 28 de Maio de 1926, dirigida pelos segmentos mais conservadores da sociedade e que culminou com a imposição da Ditadura Militar em 1926. Com a aprovação da Constituição de 1933, instaura-se o Estado Novo (que duraria até ao 25 de Abril de 1974) e o problema da habitação em Portugal é novamente reconsiderado, salientando-se a questão da habitação das “classes insolventes”²⁷⁶.

A publicação do Decreto-Lei n.º 14 268, de 13 de Setembro de 1927, demonstrou que “nem as salutares disposições do Decreto-Lei n.º 902, de 30 de Setembro de 1914, nem as do RSEU, nem ainda as da Lei n.º 1670, de 15 de Setembro de 1924, forneceram em certos casos, às câmaras municipais, meios de acção decisivos para evitar que se iniciem, prossigam e obtenham conclusão de obras e construções inestéticas, sem arquitectura, e até casebres imundos que constituem um perigo manifesto para a saúde pública” e dotou as entidades camarárias destes meios, nomeadamente através da necessidade de licenciamento pela CMP dos projectos²⁷⁷.

Os anos correspondentes à Ditadura Militar foram agitados pois este regime, “apesar de ter corporizado o desejo de saneamento e regeneração da sociedade portuguesa, acabou por manter a instabilidade e o caos, com a sucessão de chefes de governo e ministros [...]. Apesar dessa alternância, podemos considerar que a ditadura militar optou por um modelo político liberal, o que se reflectiu na sua perspectiva sobre a habitação: procedeu a uma reforma da contribuição predial em 1928 e a uma actualização das rendas de casa, podendo os novos arrendamentos ser feitos em regime de livre contratação dentro de certas condições”²⁷⁸. Desta reforma resultaram a publicação do Decreto-Lei n.º 15 289, de 30 de Março de 1928, que concedia isenção da contribuição predial durante 10 anos para os prédios urbanos que fossem construídos até 31 de Dezembro de 1930, e do Decreto-Lei n.º 18 738, de 9 de Agosto de 1930, que alargou a isenção aos prédios já existentes. Adicionalmente, os Decretos n.ºs 16 055

²⁷⁶ ROSAS, Fernando – *O Estado Novo nos Anos Trinta*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992; ROSAS, Fernando – «A crise de 1929 e os seus efeitos económicos na sociedade portuguesa», in *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, vol. I. Lisboa: Ed. Fragmentos, 1986.

²⁷⁷ Decreto-Lei n.º 14 268, de 13 de Setembro de 1927.

²⁷⁸ SILVA, Carlos Nunes – Mercado e políticas públicas em Portugal: A questão da habitação na primeira metade do século XX, p. 659.

e 16 085, publicados em Outubro de 1928, mais uma vez incentivavam à construção da habitação de baixo custo por parte de privados. Estes decretos “tornavam mais expedita a expropriação de terrenos e concediam isenções fiscais por períodos de dez a quinze anos a promotores privados que construíssem habitação de renda controlada”²⁷⁹.

Ainda em 1928, o Decreto-Lei n.º 16 055, de 22 de Outubro, procurou atrair o sector privado para a construção de casas económicas para as classes insolventes. Estas construções deveriam ser feitas “mediante a concessão de facilidades fiscais e a obtenção de terrenos”, mas, tal como iniciativas anteriores, “a existência de condições favoráveis a formas de promoção privada mais lucrativas conduz ao fracasso do programa, continuando assim o sector privado a optar pela promoção especulativa e a excluir habitação social da sua esfera de promoção”²⁸⁰.

A nível local, em 28 de Janeiro de 1929 a CMP publica em edital o Regulamento de Obras Particulares. Neste documento o município divide as obras em nove categorias, refere os documentos a apresentar para aprovação do projecto de licenciamento das obras, refere em que zona se insere a obra para efeitos de cobrança de taxas (obras, limpezas, conservações, vistorias...) e apresenta as taxas a pagar ao município e a calendarização e prazos das obras e ocupação de via pública.

A partir de 1933, o Estado passa a intervir directamente na construção da habitação social, através programa de “Casas Económicas” introduzido pelo Decreto-Lei n.º 23 052. Este programa era “orientado para substituir o aliciamento da promoção privada pelo protagonismo de organismos ligados ao sector público”, proporcionando a construção de habitações em condições de salubridade²⁸¹. Estas casas económicas eram “promovidas pelo Estado, em colaboração com as câmaras municipais, os corpos administrativos e os organismos corporativos”, sendo que para implementar estas acções foram “criados os serviços de construção de casas económicas junto do Ministério das Obras Públicas [(MOP)] e a Repartição das Casas Económicas, no Instituto Nacional do Trabalho e Previdência”²⁸².

²⁷⁹ TEIXEIRA, Manuel C. — As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, p. 79.

²⁸⁰ SERRA, Nuno — *Estado, território e estratégias de habitação*, p. 173.

²⁸¹ IDEM — *Ibidem*, pp. 174-175.

²⁸² MATOS, Fátima Loureiro de — Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956, p. 687.

Mais tarde, o Decreto-Lei n.º 28 912, de Agosto de 1938, permitiu a construção de “casas desmontáveis”, que funcionariam como alojamento provisório para os desalojados de bairros de barracas, limitando a construção de casas económicas. Este diploma introduzia a participação de capitais privados, das instituições de previdência social e das cooperativas²⁸³.

Enquanto que o Decreto-Lei n.º 23 052 (1933) se referia à construção de casas destinadas à população com menores rendimentos, pelo que previa limites em termos de custos e características construtivas (categorias A e B), o Decreto-Lei n.º 33 278, de 24 de Novembro de 1943, fomentava a construção de edifícios destinados aos estatutos socioeconómicos mais elevados (categorias C e D), sendo os seus moradores admitidos por meio de concurso²⁸⁴.

A publicação, a 7 de Maio de 1945, da Lei n.º 2007, teve como objectivo voltar a incentivar os privados para a construção de habitação social. Especificava a possibilidade de construção de prédios até três andares. Estes prédios poderiam ser arrendados e, ao fim de cinco anos, ser convertidos em “renda resolúvel”, passando a designar-se “casas de renda económica”. Estas casas, que poderiam ser de 1.ª ou 2.ª classe, são uma boa demonstração do que na prática aconteceu ao programa de “Casas Económicas”: as rendas das moradias de 1.ª classe seriam fixadas ao mesmo nível das casas das classes C e D, o que contrariava os objectivos iniciais do programa²⁸⁵.

Apesar de, por este e outros motivos, o problema da habitação na cidade não ter ficado resolvido com estas medidas, entre os anos 30 e os anos 60 do século XX foram construídas no Porto 2378 casas económicas²⁸⁶. Embora estas formas de promoção de habitação social tenham sido as de maior destaque entre os anos 30 até a criação do Plano de Melhoramentos de 1956, outras medidas de combate ao problema da habitação na cidade foram sendo tomadas pela CMP, verificando-se especial preocupação com a erradicação das ilhas²⁸⁷.

²⁸³ TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, p. 81; MATOS, Fátima Loureiro de – Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956, p. 687.

²⁸⁴ Decreto-Lei n.º 23 052, 23 de Setembro de 1933; Decreto-Lei n.º 33 278, de 24 de Novembro de 1943.

²⁸⁵ ALMEIDA, Paulo – Bairros Económicos do Porto: A casa como arma política, in SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011, p. 509.

²⁸⁶ MATOS, Fátima Loureiro de – *A habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*.

²⁸⁷ FERREIRA, Nuno – Requalificação e reabilitação dos Bairros de Interesse Social Pio XII, Lagarteiro e Contumil da cidade do Porto. Recuperação de alguns fragmentos da cidade Moderna, in *CD do 4.º Congresso Nacional de Construção*, 2012.

Em 1929 Almeida Garrett promove um “Inquérito às ilhas do Porto” que acabaria por ser completado entre 1929 e 1931 pelo “Inquérito da Delegação Geral de Saúde do Porto”. Nestes trabalhos eram descritas as condições degradantes em que viviam as populações das ilhas. Foram alvo de inquérito um total de 1301 ilhas, com 14 676 alojamentos, onde habitavam cerca de 50 mil pessoas, correspondendo a cerca de 23% da população da cidade. Segundo o relatório, estaria prevista a demolição de 7261 casas, o realojamento de 30 000 pessoas, obras de beneficiação de algumas casas, e a construção de 16 000 habitações, sendo em muitos casos sugerida a construção de imóveis colectivos²⁸⁸.

A 25 de Junho de 1936, Mendes Correia, presidente da CMP, manda que se elabore o “Inquérito Geral às Ilhas”. Este inquérito, que abrangeu todo o território da cidade do Porto, só viria a ser executado em 1939. Segundo este inquérito, a essa data existiam 1152 ilhas, num total de 13 000 casas que alojavam 45 291 habitantes. Este inquérito foi “bastante exaustivo, registando o número de divisões e as áreas de cada habitação, o tipo de construção, as condições de iluminação e ventilação, o abastecimento de água, o sistema de esgotos, a composição do agregado familiar, as condições de saúde, as idades, as ocupações profissionais, os salários e as rendas de casa”²⁸⁹.

Ao nível da construção propriamente dita, e mais concretamente no que concerne à aplicação do cimento e seus cadernos de encargos, em 1935 é publicado o Decreto-Lei n.º 25 948, de 16 de Outubro. A legislação anterior tinha sido publicada 16 anos antes, pelo que era necessário actualizá-la, tendo em conta as evoluções técnicas decorridas nesse período de tempo, nomeadamente “os resultados dos ensinamentos derivados de colaboração mais activa entre os estaleiros e os laboratórios”²⁹⁰. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 33 021, de 2 de Setembro de 1943, seriam introduzidas pequenas alterações em alguns artigos do decreto anterior²⁹¹.

Até a publicação do Decreto-Lei n.º 29 782, datado de 27 de Julho 1939, as condições de segurança no que diz respeito à instalação da electricidade de baixa tensão eram regulamentadas por legislação datada de 1913. Os motivos para a nova legislação prendem-se

²⁸⁸ MATOS, Fátima Loureiro de – *A habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio.*

²⁸⁹ TEIXEIRA, Manuel C. – *Habitação popular na cidade oitocentista – As Ilhas do Porto*, pp. 499-500.

²⁹⁰ Decreto-Lei n.º 25 948 de 16 de Outubro de 1935.

²⁹¹ Decreto-Lei n.º 33 021 de 2 de Setembro de 1943.

com o facto de este decreto (de 1913) abranger precauções muito genéricas, ao que se juntava que “a qualidade dos materiais nem sempre é impecável, que os artífices nem sempre são idóneos e que os cuidados de conservação nem sempre são cumpridos [...] [aí se encontrando] explicação para o número elevado de acidentes a que as instalações eléctricas de baixa tensão dão lugar entre nós”. Assim, as normas publicadas em 1939 pretendiam melhorar as situações até aí existentes nos prédios arrendados; contudo, haveria necessidade de efectuar muitas modificações nas instalações eléctricas e, noutros casos, a necessidade de instalação eléctrica nos prédios obrigava à regulamentação dos procedimentos²⁹². Já em 1936, com o Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho, fora estabelecido um regulamento que vinha “fixar as normas a seguir para o licenciamento de todas as instalações destinadas a produção, transporte, transformação, distribuição ou utilização de energia eléctrica que se encontrem sujeitas à fiscalização da Repartição dos Serviços Eléctricos” tanto para o serviço público como para o serviço particular²⁹³.

O problema do abastecimento de água e de saneamento nas cidades volta a ser alvo de interesse nos anos 40, com a publicação, através da Portaria n.º 10 367, de 14 de Abril de 1943, do “Regulamento Geral de Abastecimento de Água”, de âmbito nacional. Segundo este diploma, a “Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos (Secção de Melhoramentos de Água e Saneamento) estabelecerá as bases que devem servir à organização, em cada câmara municipal, da inscrição de técnicos habilitados à elaboração de traçados de canalizações de distribuição interior, à responsabilidade das respectivas obras e à sua execução”²⁹⁴. Este regulamento refere a natureza e a qualidade dos materiais, a forma de abastecimento e de distribuição da água, impõe a obrigatoriedade da existência de canalizações, o pagamento de taxas correspondentes aos consumos mínimos, a forma dos traçados e inspecção das canalizações, a conservação e manutenções destas, o tipo de contadores a usar, a forma de fornecimento da água, e as penalizações, reclamações e recursos quando se verificassem incumprimentos²⁹⁵.

²⁹² Decreto-Lei n.º 29 782, de 27 de Julho 1939.

²⁹³ Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho 1936.

²⁹⁴ Regulamento Geral de Abastecimento de Água, Portaria n.º 10 367, de 14 de Abril de 1943, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, p. 64.

²⁹⁵ Regulamento Geral de Abastecimento de Água, Portaria n.º 10 367, de 14 de Abril de 1943, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, pp. 51-64.

Na cidade do Porto, a 21 de Agosto de 1941, é publicado no Edital n.º 9/41 o projecto “Ligação de prédios urbanos ao aqueduto de águas pluviais”. A Câmara, em reunião de 10 de Julho de 1941, delibera que “a ligação dos prédios urbanos para escoamento de águas pluviais [...] possa ser feita à valeta, mesmo nas ruas em que esteja construído o respectivo aqueduto, sempre que, ouvida a Repartição competente, a Presidência assim o julgue conveniente”²⁹⁶. Numa outra Portaria, datada de 29 de Novembro de 1943, é publicado o “Regulamento do serviço de saneamento da cidade do Porto”, segundo o qual em “todos os prédios das ruas ou zonas da cidade do Pôrto, construídos ou a construir, onde se encontre assente a rede de saneamento, quer marginando vias públicas quer afastadas delas, é obrigatório estabelecer, pela forma prescrita neste regulamento e nos regulamentos de salubridade e higiene em vigor, as instalações necessárias ao seu completo saneamento e bem assim ligá las àquelas redes”²⁹⁷.

No sentido de melhorar as condições de ventilação e iluminação, a 14 de Agosto de 1941 a “Comissão Municipal de Higiene” propõe que nos novos prédios ou nas modificações aos já existentes “não sejam consentidas, nas traseiras, varandas envidraçadas, com largura superior a um metro, a-fim-de que não fiquem de qualquer modo prejudicadas a ventilação e a iluminação naturais das dependências que lhes fiquem adjacentes”²⁹⁸.

Na sua reunião de 25 de Abril de 1942, através do Edital n.º 6/42 de 9 de Maio, a CMP impõe que os “proprietários dos prédios confinantes com a via pública ou dela visível, e que se encontrem em mau estado de conservação, devem executar nêles as necessárias obras de beneficiação e limpeza desde que para isso sejam intimados pela Câmara”. Estas obras referiam-se a muros de vedação e suporte, fachadas (principais, laterais e posteriores), empenas, telhados, e qualquer parte que ficasse visível²⁹⁹. Com esta normativa pretendia-se sobretudo reforçar a importância da manutenção de uma estética urbana aprazível. Nesta mesma reunião, mas pela publicação do Edital n.º 7/42, de 9 de Maio, não era permitido que

²⁹⁶ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital n.º 9/41, de 21 de Agosto de 1941, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, p. 198.

²⁹⁷ Regulamento do serviço de saneamento da cidade do Porto, Portaria de 29 de Novembro de 1943, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, pp. 206-211.

²⁹⁸ Proposta de 14 de Agosto de 1941, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, p. 198.

²⁹⁹ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital n.º 6/42 de 9 de Maio de 1942, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, pp. 199-201.

os compartimentos das novas edificações ou resultantes de ampliação ou modificação de edifícios já existentes fossem utilizados para fins diferentes dos indicados nos projectos³⁰⁰.

A partir de 1943, e de acordo com o Edital n.º 9/43 (de 26 de Maio), em todos os novos prédios com mais de três andares e destinados a inquilinos passa a ser obrigatória a instalação de elevador. Os proprietários deveriam conservar este equipamento em funcionamento, independentemente de o imóvel se encontrar ocupado na sua totalidade ou apenas em parte³⁰¹.

No Edital n.º 6/44, de 14 de Março, é estabelecido o regulamento sobre a construção civil no que se refere à defesa contra incêndios. Pretendia-se que nos novos edifícios ou nas novas partes modificadas (pavimentos, cobertura, paredes) fossem usados materiais incombustíveis, sobretudo nas cozinhas, caixas de escadas, e outros locais particularmente susceptíveis a incêndios. Este regulamento indicava ainda que deveriam existir saídas fáceis para o telhado próximo da chaminé. Na execução do projecto seria necessário ter em atenção tratar-se de uma habitação unifamiliar ou para mais de uma família, bem como atender-se à eventual existência de comércio ou indústria no rés-do-chão³⁰².

³⁰⁰ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital n.º 7/42 de 9 de Maio de 1942, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, p. 201.

³⁰¹ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital n.º 9/43 de 26 de Maio, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, p. 202.

³⁰² CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital n.º 6/44 de 14 de Março de 1944, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, pp. 205-206.

III.3. Licenciamento de obras particulares

O processo de licenciamento de obras particulares em Portugal foi-se impondo de forma muito desigual entre municípios. Enquanto que nalguns o licenciamento era já uma realidade no período medieval, noutros casos apenas se impôs já durante o século XIX³⁰³. Na cidade do Porto, em finais do século XVIII alguns alçados eram submetidos à aprovação das autoridades municipais. Manuel Graça defende que por detrás desta realidade deverá estar uma imposição da Junta de Obras Públicas³⁰⁴.

A partir de 1834, nas principais cidades do país os alçados de novos edifícios com um afastamento de até 15 metros do enfiamento da rua estavam sujeitos a sanção municipal³⁰⁵. No entanto, foi com a promulgação do primeiro código administrativo (1836) que os municípios adquiriram competência formal e legal para o licenciamento de obras. Ainda que o documento não explicitasse este processo em particular, referia a autonomia para “fazer posturas nos limites da Constituição, e das Leis para regulamentar a polícia interior e bom regime do concelho”³⁰⁶. Nos códigos administrativos seguintes, especialmente no de 1842, pretendeu-se reforçar o poder central através da redução do número de municípios, de forma a garantir uma maior capacidade de gestão e a promover a regularização dos problemas municipais³⁰⁷. A partir deste código, as câmaras municipais passam a elaborar posturas e regulamentos para “regulamentar o prospecto dos edifícios dentro das povoações”³⁰⁸.

³⁰³ VALE, Clara; ABRANTES, Vítor – Os processos de licenças de obras de obras na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista, in *Reabilitar2010. Encontro Nacional Conservação e Reabilitação de Estrutura*, 2010, p. 2.

³⁰⁴ GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo – *Construções de elite no Porto (1805-1906)*, p. 16.

³⁰⁵ IDEM – *Ibidem*, p. 16.

³⁰⁶ Código Administrativo: aprovado por decreto de 31 de Dezembro 1836, citado in VALE, Clara; ABRANTES, Vítor – Os processos de licenças de obras de obras na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista, p. 2.

³⁰⁷ VALE, Clara; ABRANTES, Vítor – Os processos de licenças de obras de obras na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista, p. 2; OLIVEIRA, César – Os municípios do liberalismo monárquico constitucional, in OLIVEIRA, César de (dir.) – *História dos municípios e do poder local. Dos finais da Idade Média à União Europeia*. Coleção Grandes Temas da Nossa História. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 219.

³⁰⁸ Código Administrativo: aprovado por decreto de 31 de Dezembro 1836, citado in VALE, Clara; ABRANTES, Vítor – Os processos de licenças de obras de obras na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista, p. 2.

No entanto, apenas com o Decreto Real de 31 de Dezembro de 1864 (inicialmente destinado apenas à cidade de Lisboa, e a partir de 1867 aplicado ao Porto) foram impostas as primeiras regras para os projectos das edificações, passando a ser recorrente em todos os documentos a referência à necessidade de requerer aprovação dos projectos e às penalizações para infracções face ao projecto aprovado³⁰⁹. A aprovação deste decreto, em conjunto com a dos de 6 de Junho de 1895 e de 14 de Fevereiro de 1903, estabeleceu pela primeira vez “um referencial comum nacional para o licenciamento de obras, mais relacionado com a noção de domínio público e bem comum”³¹⁰.

O decreto de 1895, que se aplica a todo o território nacional, regula o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários nos trabalhos de construção civil, visando dar “plena execução ao disposto no artigo 51.º do decreto de 14 de abril de 1891, relativamente à segurança dos operários [...] em todas as obras de construção e reparação de estradas, caminhos de ferro, pontes, aqueductos, terraplanagens, novas edificações, ampliações, transformações ou grandes reparações, e bem assim demolições das já existentes, quer sejam compreendidas pelo estado, quer por corporações administrativas, empresas, ou particulares”³¹¹. Este decreto reforçou a importância de que nenhuma obra a executar poderia ser feita sem o respectivo projecto ser examinado e aprovado pelas autoridades, explicitando que nenhuma obra deveria “effectuar-se sem que á testa d’ella e por ella responsavel haja engenheiro, architecto ou condutor dos quadros technicos do ministerio das obras publicas, commercio e industria, ou devidamente diplomado por qualquer escola nacional ou estrangeira, ou mestre de obras habilitados”³¹².

O decreto de 14 de Fevereiro de 1903, referente ao RSEU³¹³, representou um dos diplomas mais significativos na história do licenciamento de obras particulares, pois proporcionou uma

³⁰⁹ Lei de 31 de Dezembro de 1864, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, pp. 5-6.

³¹⁰ VALE, Clara; ABRANTES, Vítor – Os processos de licenças de obras de obras na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista, p. 2.

³¹¹ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários nos trabalhos de construção civis. Aprovado por Decreto de 6 de Junho de 1895*. 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p. 5.

³¹² MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários nos trabalhos de construção civis. Aprovado por Decreto de 6 de Junho de 1895*, 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, pp. 5-6.

³¹³ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS. REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento de Salubridade*

nova forma de projectar e construir. Este diploma incidiu “particularmente nas normas que haviam de se verificar nas futuras construções e/ou instalações de actividades”³¹⁴. Os dois primeiros capítulos são referentes às condições de habitabilidade, salubridade, aspectos técnicos e construtivos, enquanto que o terceiro se refere à necessidade de que a construção de edifícios fosse precedida pelo controlo por parte de um organismo público. Com este decreto, as câmaras municipais passam, em conjunto com o concelho dos melhoramentos sanitários, a ser órgãos estatais, com funções de regulamentação e licenciamento das obras de construção civil. As duas primeiras cidades às quais se aplicaram as normas decorrentes do decreto de 1903 foram Lisboa e Porto³¹⁵.

Os aspectos anteriormente referidos levaram à criação na legislação nacional de três novas figuras de controlo aplicadas às diferentes fases de construção: projecto, licenciamento e habitabilidade. Conforme referido no artigo 56.º do RSEU, na fase de projecto torna-se obrigatória a licença camarária: “não poderá ser construído prédio novo, bairro, ou grupo de casas para habitação, ainda que seja dentro de uma propriedade particular, ou recinto fechado por paredes, nem proceder-se a reconstrução ou modificação importante em prédios já construídos, sem licença das respectivas câmaras municipais, baseada em parecer prévio do conselho dos melhoramentos sanitários ou da sua delegação distrital”. Os pedidos de licenciamento deveriam ser acompanhados de plantas, cortes e alçados, das prescrições sanitárias, e dos esclarecimentos necessários a dar resposta ao decreto de 31 de Dezembro de 1864. Por outro lado, as câmaras municipais tornavam-se obrigadas a “fazer os regulamentos de salubridade para os respectivos concelhos em harmonia com preceitos estabelecidos neste regulamento, modificados em atenção às circunstâncias locais”³¹⁶. Mais especificamente, a partir de 1924, com a publicação da Lei n.º 1670, de 15 de Setembro, passou a ser obrigatório para todas as cidades do continente que para aprovação dos projectos de obras particulares estes fossem assinados por um técnico habilitado para as construções civis. No entanto, estas disposições “não afectam os funcionários que nos respectivos quadros oficiais são considerados arquitectos ou engenheiros de construção civil, embora não possuam um curso

das Edificações Urbanas. Aprovado por Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, Lisboa: Imprensa Nacional, 1903

³¹⁴ ROCHA, José Ferreira; MARTINS, João Guerra – *Regime jurídico da urbanização e da edificação*. [s.l.]: série Gestão e Coordenação de Obra, 2006, p. 13.

³¹⁵ IDEM – *Ibidem*, p. 14.

³¹⁶ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS. REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*. Aprovado por Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, p. 17.

completo, nem tam pouco os construtores civis que até agora se tenham inscrito ou os já habilitados para a sua inscrição nas Câmaras Municipais de Lisboa e Pôrto, conforme a legislação vigente à data da sua habitabilidade, desde que tenham notória competência ou se sujeitem a um exame especial”³¹⁷. Depois de os documentos serem entregues e analisados pelas entidades responsáveis, de modo a verificar o cumprimento das disposições regulamentares em vigor, entra-se na fase de licenciamento. Em caso de cumprimento das normas, esta análise culmina com a aprovação do projecto por parte das câmaras municipais e consequente emissão da licença para construção³¹⁸. A última fase corresponde à fase da habitabilidade. Esta fase é sobretudo uma fase de controlo da obra final, conforme determinado no artigo 57.º, onde é referido que “nenhuma casa construída de novo ou reconstruída poderá ser habitada sem licença da câmara municipal”. Contudo, é de salientar que as câmaras municipais não poderiam “conceder licença para ser habitado um prédio senão passados dois meses no verão e três no inverno depois de concluídos os revestimentos interiores”³¹⁹.

³¹⁷ Lei n.º 1670, de 15 de Setembro de 1924, pp. 1315-1316.

³¹⁸ ROCHA, José Ferreira; MARTINS, João Guerra – *Regime jurídico da urbanização e da edificação*, pp. 14-15.

³¹⁹ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS. REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*. Aprovado por Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, pp. 17-18.

III.3.1. O licenciamento de obras particulares na cidade do Porto

No que concerne especificamente à cidade do Porto, até finais do século XIX, mais concretamente até a publicação em 1869 do novo Livro de Código de Posturas Municipais, os processos de licenciamento particular apenas incluíam a identificação dos requerentes, os pareceres técnicos, e um alçado principal das construções ou alterações. Depois de entregues na Câmara eram “cuidadosamente observados pela vereação, que, após os datarem e assinarem, [os] enviavam para a Junta de Obras Públicas”³²⁰. No entanto, todos os novos edifícios que ficassem mais de 14 metros desviados da via pública estavam isentos de apresentação de projecto à Câmara.

A partir da publicação das posturas de 1869, e em especial com aplicação dos diplomas nacionais (31 de Dezembro de 1864, 6 de Junho de 1895 e 14 de Fevereiro de 1903) em conjunto com as Posturas Municipais (1905 e 1924) e Regulamentos de Obras Particulares (1908 e 1929), os processos de licenciamento de obras complexificaram-se³²¹, passando a ser organizados em cinco partes: (1) requerente; (2) termo de responsabilidade pela segurança de operários; (3) memórias descritivas; (4) elementos desenhados; e (5) pareceres técnicos, informações camarárias e licença de habitabilidade. Esta última parte corresponde a elementos e documentação posteriormente anexados pelos serviços camarários ao longo do processo de apreciação e aprovação da obra.

Na parte relativa ao requerente, para além da identificação deste, era objectivada a pretensão da obra e identificada a localização do lote e do imóvel.

Quanto ao termo de responsabilidade pela segurança de operários, visava dar comprimento ao decreto de 6 de Junho de 1895, mais concretamente ao seu artigo 6.º. A partir da publicação da Lei n.º 1670, de 15 de Setembro de 1924, dentro do concelho do Porto, tal como no de Lisboa, só os técnicos e os construtores civis legalmente habilitado e inscritos na CMP poderiam dirigir e assumir responsabilidade pelas obras³²².

³²⁰ GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo – *Construções de elite no Porto (1805-1906)*, p. 10.

³²¹ A título de exemplo, apresentam-se em anexo dois exemplos de processos de licenciamento de obras particulares de diferentes períodos: um de 1902 (Anexo 1) e outro de 1937 (Anexo 2).

³²² Segundo o artigo 7.º da Lei n.º 1670, de 15 de Setembro de 1924, “os técnicos ou construtores civis que dirigam construções, grandes reparações ou edificações ficam responsáveis durante cinco anos pela sua segurança e solidez como processo de construção [...]. Aos técnicos ou construtores que tenham tomado a responsabilidade na direcção de construções que, dentro do prazo [...], tenham deruído ou ameaçado ruína

Nas memórias descritivas era feita uma breve descrição do edifício, dos trabalhos que se pretendiam executar, bem como dos materiais a usar e, nalguns casos, das técnicas construtivas. Nas primeiras décadas do século XX estes documentos eram em muitos casos designados “documentos descritivos”; com o avançar dos anos passou a ser comum a designação “memória descritiva” e, menos frequentemente, “memória justificativa”. Devido às imposições das posturas e regulamentos, muitas das memórias descritivas apresentam grandes semelhanças, sendo frequente a remissão para os regulamentos e posturas municipais. Associado a este facto, e por uma questão de simplificação de procedimento, passaram a ser usadas (sobretudo nos projectos de saneamento) memórias descritivas pré-impresas, apenas assinadas pelo técnico responsável.

Quanto aos elementos desenhados, incluíam as plantas topográficas, em que se identificavam “o alinhamento da rua onde fica situado o prédio em que devem ser executadas as obras; o alinhamento das construções, nas ruas em que estas têm de ficar afastadas da via pública; o nivelamento, para a colocação das soleiras e faixas. Nelas terá o requerente de indicar as partes do prédio a alterar, ou de implantar as novas construções a executar”³²³. Para além das plantas, os elementos desenhados incluíam os alçados (principais, laterais e posteriores), cortes, plantas de cada piso, desenhos de detalhe (quando necessários) e projecto de saneamento (que incluía a ligação ao colector público) ou, na ausência deste, projecto da fossa e respectiva canalização.

Estes projectos (de fossa e canalização) sofreram profundas alterações entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX. Inicialmente apareciam descritos de forma muito sumária nas memórias descritivas dos projectos de arquitectura. Estavam incluídos no projecto geral das obras a realizar e incluíam uma planta, um perfil e um corte transversal dos canos, e representação das fossas e latrinas. No entanto, ainda nas primeiras décadas do século XX o processo de saneamento torna-se mais complexo, passando a constituir uma espécie de “subprojecto”, adquirindo até uma certa autonomia face ao projecto de licenciamento de obra

por defeito de construção, será cancelada a inscrição como construtores, nos registos das câmaras municipais, além das penalidades a que ficam sujeitas pela legislação vigente.” Ficava também decretado que era “expressamente proibido aos empregados das câmaras municipais assinarem termos de responsabilidade para construções ou reparações. [...] Exceptuam-se os funcionários do corpo de bombeiros municipais quando não sejam culmulative fiscais das câmaras municipais.”

³²³ Regulamento de Obras Particulares. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital de 28 de Janeiro de 1929, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Porto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, p. 181.

propriamente dito: passa a incluir a identificação do requerente e da obra, um termo de responsabilidade, uma memória descritiva, e peças desenhadas. A partir de finais da década de 10 os desenhos começam a complexificar-se, incluindo os sistemas de drenagem de águas residuais e o projecto de fossas e latrinas. Mais tarde começam a surgir representações das ligações da rede predial à rede pública de drenagem de água residual. Ao longo dos anos 20 estas ligações tornam-se elementos sistemáticos no projecto, a que se juntam também as instalações sanitárias e as câmaras de visita e interceptora. Mas foi na década de 20, e principalmente com a aplicação do Regulamento do Município do Porto para Instalação do Saneamento Urbano (1919), que os processos passaram a ter uma organização diferente, sendo incorporadas outras informações. Às referenciadas anteriormente junta-se a identificação da rua, a designação e destino dos edifícios, a indicação das cotas, uma planta geral da propriedade, uma planta do piso subterrâneo a sanear, e um corte geral onde aparecem as instalações sanitárias, com indicação de toda a tubagem usada e suas dimensões e declives, latrinas, lavatórios, banheiras, pias, fossas, poços e bancas de cozinha.

A partir de 1927, os processos de saneamento da cidade do Porto passaram a ser realizados pelo Serviço Municipal de Águas e Saneamento (SMAS), empresa fundada nesse ano³²⁴. É de referir que foi a partir desse momento que passou a ser frequente a utilização de memórias descritivas pré-impressas. Este modelo foi-se impondo, sendo nos anos 30 amplamente utilizado, sofrendo adaptações aos novos regulamentos de abastecimento de água e canalização de esgotos que iam surgindo (1943 e 1946).

A aplicação do Regulamento do Município do Porto para Instalação do Saneamento Urbano (1919) introduziu também a obrigatoriedade de os projectos de saneamento serem assinados por um “engenheiro português diplomado, preferencialmente com prática de serviços sanitários, ou por uma empresa construtora devidamente autorizada a fazer estes serviços pela Câmara”³²⁵. Esta obrigatoriedade vem reforçar a importância do papel dos engenheiros no processo de licenciamento de obra na cidade do Porto. Mais do que isso, veio reforçar a relevância da aplicação de novos materiais e sistemas construtivos, nomeadamente o cimento armado e o betão armado, à arquitectura portuense. Para além do projecto de arquitectura passou também a fazer parte do processo de licenciamento de obras particulares o projecto de

³²⁴ SILVA, Pedro – *Redes prediais – Evolução, avaliação e perspectiva. Abastecimento de água e drenagem de águas residuais*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil – Especialidade em Construções apresentada à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto em 2015, p. 26.

³²⁵ IDEM – *Ibidem*, p. 47.

engenharia. Deste projecto constavam os cálculos de resistência dos materiais, sendo assinado por um técnico habilitado. A imperatividade da inclusão do projecto de engenharia decorria do regulamento de 28 de Março de 1918, mais tarde inserido no Regulamento de Betão Armado (Decreto-Lei n.º 25 948, de 16 de Outubro de 1935, e Decreto-Lei n.º 33 021, de 2 de Setembro de 1943)³²⁶. É ainda de salientar que na representação gráfica das “peças desenhadas, em que haja partes do prédio em obras, que são alterações, outras a demolir e outras ainda a construir e reconstruir, adoptar-se-ão as cores pretas, amarela e carmim para cada uma dessas partes respectivamente. O original de todas as peças desenhadas deverá ser feito em papel tela; o duplicado, ou cópia, podem ser em papel fotográfico, ou desenhado em qualquer papel”³²⁷.

A partir do Regulamento de Obras Particulares (1929), os tipos de obras para licenciamento camarário passaram a estar divididos em nove categorias: pequenas obras (1.^a categoria), reparações (2.^a), alterações (3.^a), construção de alicerces (4.^a), construção, reconstrução, parcial ou total, ampliação e redução de barracões (5.^a), construção, reconstrução, parcial ou total, ampliação e redução de casas (6.^a), construção e reconstrução de muros de vedação e de suporte afastados da via pública (7.^a), construção e reconstrução de muros de vedação e de suporte à face da via pública (8.^a) e construção de jazigos nos cemitérios municipais (9.^a)³²⁸. Nesse mesmo ano, e para efeito de aplicação das taxas a cobrar pelas obras, a cidade passa a ser dividida em três zonas: central, média e exterior³²⁹.

³²⁶ Regulamento de Obras Particulares. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital de 28 de Janeiro de 1929, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, p. 180.

³²⁷ Regulamento de Obras Particulares. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital de 28 de Janeiro de 1929, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, p. 181.

³²⁸ Regulamento de Obras Particulares. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital de 28 de Janeiro de 1929, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, pp. 179-181.

³²⁹ Regulamento de Obras Particulares. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital de 28 de Janeiro de 1929, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, pp. 184-185.

IV. ANÁLISE GERAL E DISTRIBUIÇÃO GEO-TEMPORAL

IV.1. Introdução

Desde os meados do século XIX que a cidade do Porto se encontrava em forte crescimento, tendo por base a malha pré-existente herdeira da intervenção dos Almadás. Quando consultado o Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto (1881, José Augusto Corrêa de Barros) verifica-se que estava prevista a abertura de diversas artérias, destacando-se na freguesia de Massarelos a abertura da Rua de D. Pedro V, entre a Alameda de Massarelos e o lado poente de Vilar e na de Cedofeita a da Rua de Álvares Cabral, entre a Praça da República e a Rua de Cedofeita. Também o prolongamento e alargamento de ruas estavam previstos para diversas freguesias. Na Sé, a abertura da Rua Saraiva de Carvalho, entre a Avenida do tabuleiro superior da Ponte de D. Luiz e a Praça da Batalha, fazia ligação a muitas das novas artérias abertas nas freguesias do Bonfim, Santo Ildefonso e Cedofeita. Na freguesia de S. Nicolau, destacam-se as ruas Mouzinho da Silveira e dos Ingleses (actual Rua do Infante Dom Henrique); nas freguesias de Santo Ildefonso e Bonfim, as artérias compreendidas as Ruas de S. Lázaro e do Heroísmo, e entre S. Lázaro e Sacaes; no Bonfim, o prolongamento da Rua Fernandes Tomás, entre o Bonjardim e a Trindade, da Rua de Santos Pousada, desde Santa Catarina a S. André, e a Rua do Bonjardim; e nas freguesias de Cedofeita e Massarelos a conclusão da Rotunda da Boavista³³⁰.

Quando observada a “Carta Topographica da Cidade do Porto”³³¹ (1892; Figura 2) o eixo dominante da zona central da cidade é a Rua Mouzinho da Silveira, entre as freguesias de S. Nicolau e Sé, que liga a zona baixa (ribeira) e a zona alta da cidade (Praça da Liberdade, na freguesia de Santo Ildefonso). De acordo com este documento, a área de expansão passa a abranger as freguesias de Cedofeita, Bonfim, Santo Ildefonso e Paranhos, e é delimitada, grosso modo, pelas ruas de Cedofeita, da Boavista, de Antero de Quental, da Constituição e de Santos Pousada. Por outro lado, as zonas periféricas, correspondentes às cinco vias de

³³⁰ FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952, p. 204; OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*, pp. 123-126.

³³¹ Esta planta surge na sequência d’“O Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto” (1881), da autoria do então Presidente da Câmara José Augusto Corrêa de Barros.

saída da cidade, continuam a ser estruturantes, juntando-se-lhes agora mais dois grandes eixos estruturantes de ligação nascente-poente: a Avenida da Boavista (até a Fonte da Moura) e a Rua da Constituição.³³² Verifica-se também um forte desenvolvimento na freguesia de Cedofeita, mais concretamente na zona a norte do Hospital de Santo António, merecendo destaque as ruas de Adolfo Casais Monteiro, do Rosário, de Miguel Bombarda e do Breiner. Também a zona da Lapa e do Bonfim, principalmente em redor das ruas de Santos Pousada e de Moreira está nesta altura em franco desenvolvimento. Ainda na freguesia do Bonfim, a oriente da cidade são abertas diversas ruas de traçado radial, que têm como ponto divergente o largo do Cemitério do Prado do Repouso³³³.



Figura 2. “Carta Topographica da Cidade do Porto”, de Telles Ferreira (1892)

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto]

Anos mais tarde, também a “Planta da Cidade” (1903; Figura 3) mostrava claramente algumas alterações urbanísticas fundamentais na cidade. Os trabalhos “A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX”³³⁴ e “Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952”³³⁵

³³² FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952, p. 204.

³³³ OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*, p. 114. FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952, p. 200.

³³⁴ OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*, p. 114.

³³⁵ FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952, p. 200.

exploram estas alterações, concluindo que as principais ocorreram com a conclusão da Avenida da Boavista e a abertura da Rua da Constituição. A Avenida da Boavista foi um dos principais eixos de “expansão da cidade, no entanto, ainda com uma edificação marginal residual e sem criar grandes bolsas de desenvolvimento nas suas margens”³³⁶. A abertura da Rua da Constituição, entre a Rua de Serpa Pinto e a Rua da Alegria, esteve na origem da criação da malha lateral à mesma, compreendida entre as ruas de Serpa Pinto, S. Dinis, e Antero de Quental³³⁷. Nesta mesma linha de pensamento encontramos a investigação levada a cabo em 1902 por Álvaro Cândido Furtado de Antas, quando estuda a insalubridade do Porto, e refere que os aglomerados de habitações mais “aprazíveis, elegantes e saudáveis” se situam nos “bairros modernos da Boavista, Carreiros, Duqueza de Bragança, Alvares Cabral, Santa Catarina, etc.”³³⁸.



Figura 3. Planta da Cidade do Porto (1903)

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto]

Na “História do Porto” (2000) o autor menciona as freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Bonfim, Paranhos e Vitória como sendo as que apresentam maior desenvolvimento urbanístico entre os finais do século XIX e primeiras décadas do seguinte. O autor menciona que muitas das artérias foram abertas em finais do século XIX e que no século XX estas zonas foram intensamente urbanizadas, com a abertura de outras artérias. Destaca na freguesia de Cedofeita a abertura da Rua Álvares Cabral, nos terrenos que outrora pertenciam à Quinta dos

³³⁶ OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*, p. 116.

³³⁷ IDEM – *Ibidem*, pp. 114-116.

³³⁸ ANTAS, Álvaro Cândido Furtado de – *Insalubridade do Porto*, p. 18.

Condes de Resende. Quanto à zona da Praça do Marquês, entre as freguesias de Cedofeita e de Paranhos, e próximo da Rua da Constituição, assiste-se a um grande desenvolvimento com a abertura de uma série de artérias de iniciativa privada, tais como as ruas do Monte Alegre, Ribeiro de Sousa, Nogueira, ou a Rua da Aliança, e outras em que os proprietários cederam os terrenos ao Município, como é o caso da Rua de Faria Guimarães, na freguesia de Paranhos. Ainda na freguesia de Cedofeita foi criado o primeiro bairro operário na zona do Monte Pedral, o que originou a construção de mais um conjunto de artérias, similarmente ao criado em redor da grande Fábrica de Fiação e Tecidos de Salgueiros, instalada em 1879 na Quinta de Salgueiros. Também na freguesia do Bonfim existiu nos finais do século XIX uma forte urbanização através da abertura de importantes artérias, como o vasto Campo do Cirne, formado pelas artérias Duque de Saldanha, Duque da Terceira, Duque de Palmela, Barão de S. Cosme e Ferreira Cardoso, tornando-se num bairro populoso e elegante da cidade. Ainda nesta freguesia, merecem destaque, pela posterior urbanização adjacente, a Rua de Anselmo Braancamp, entre a Rua da Firmeza e a Rua de S. Jerónimo, nos terrenos pertencente à Quinta do Tadeu, o alargamento e prolongamento da Rua do Montebelo, entre o Campo 24 de Agosto e as Antas, e a abertura (em 1876) da Rua Nova da Batalha, entre a Batalha e as Fontainhas. Na freguesia de Santo Ildefonso, e logo após 1875, foi aberta a Rua de Sá da Bandeira, entre a Rua do Bonjardim e a Rua Formosa, e a Rua de Passos Manuel; já no século XX esta zona da cidade seria urbanizada com a abertura de uma série de ruas transversais. O autor salienta ainda a construção, na freguesia da Vitória, do Bairro das Carmelitas, das praças de Santa Teresa, dos Voluntários da Rainha, de Carlos Alberto, ou o Largo do Carmo. No século XX a urbanização desta zona intensifica-se com a abertura de um conjunto de ruas entre a Rua das Carmelitas e a Rua da Fábrica. Ainda em finais do século XIX, e na mesma freguesia, são abertas a Rua José Falcão, entre a Rua da Conceição e a Praça de Santa Teresa. Neste período, e na zona central da cidade, mais concretamente na Sé, e como resultado da abertura da Ponte Luiz I, foram criados ou melhorados uma série de arruamentos, como a Avenida Saraiva de Carvalho ou a Rua Alexandre Herculano³³⁹.

No trabalho de Vítor Oliveira “A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX” o autor concluiu que “até final do século XIX o crescimento parecia orientado exclusivamente para Poente, [mas que] desde os inícios do século XX até 1948,

³³⁹ RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, pp. 386-391.

provavelmente de forma espontânea, a mancha de urbanização orienta-se também para Nascente”³⁴⁰.

Elsa Pacheco, na sua investigação sobre “Os transportes colectivos rodoviários no Grande Porto”, salienta a importância do transporte público na orientação do “crescimento urbano dando início a uma estrutura linear do povoamento nos seus arredores próximos”³⁴¹ e na aproximação do centro da cidade aos seus subúrbios. Esta influência terá promovido a urbanização da periferia e, contribuindo para preencher as áreas situadas entre as que, na parte alta da cidade, haviam sido intervencionadas pelos Almadas, dada a maior facilidade de delocação, bem como a promoção da urbanização de terrenos agrícolas³⁴². Neste contexto, nos finais do século XIX “o crescimento da cidade parece revelar duas direcções preferenciais [...] para Norte (Campo Lindo e Marquês do Pombal) e para Ocidente (Foz e Matosinhos)”³⁴³. Esta influência da rede de transportes manteve-se mesmo com a transição da tração a vapor para os carros eléctricos ao longo das primeiras décadas do século XX. Até meados da década de 30 os sucessivos prolongamentos das linhas de transportes “coincidem com as áreas onde ocorreu o avanço da mancha construída, orientada, nomeadamente, pelas saídas do Ameal, Areosa, S. Roque da Lameira, antigas estradas que ligavam a cidade às localidades nortenhas e, em direcção ao Castelo do Queijo, desde a Fonte da Moura”. Destaca-se que neste período ocorrem significativas operações urbanísticas a Nordeste da Rotunda da Boavista, na freguesia de Cedofeita. A cidade do Porto “prossegue o seu crescimento em várias frentes, definidas a partir do velho núcleo, nas áreas adjacentes às vias que dele irradiavam.” Elsa Pacheco verifica ainda que entre 1935 e 1950 “os acrescentos na rede do eléctrico foram levados a cabo em pequenos percursos, apenas entre Matosinhos e Leça da Palmeira [...]; da Fonte a Moura e Pereiro (pela avenida Antunes Guimarães) e outros reduzidos percursos no núcleo da cidade”³⁴⁴, revelando que as freguesias de Cedofeita, Massarelos, Foz do Douro, Paranhos, Campanhã, Ramalde se encontram em crescimento.

³⁴⁰ OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*, p. 117.

³⁴¹ PACHECO, Elsa Maria Teixeira – Os transportes colectivos rodoviários no Grande Porto, in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, vol. VIII, Porto, 1992, p. 15.

³⁴² RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, p. 391; FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadas ao Plano de 1952, p. 200; AMORIM, Maria Alexandra Martins Soares de – *Porto, a cidade planeada – 1930/1980: Permanência/ inovação no processo e forma urbana*, pp. 35-36; PACHECO, Elsa Maria Teixeira – Os transportes colectivos rodoviários no Grande Porto, pp. 14-15.

³⁴³ PACHECO, Elsa Maria Teixeira – Os transportes colectivos rodoviários no Grande Porto, p. 18.

³⁴⁴ PACHECO, Elsa Maria Teixeira – Os transportes colectivos rodoviários no Grande Porto, pp. 19-21.

Quando analisada a cartografia da década de 30 verifica-se que a expansão ocorre predominantemente nos mesmos locais que no início do século. A “Área Central de Expansão” é delimitada pelas ruas do Rosário, Oliveira Monteiro, na freguesia de Cedofeita, e pelas ruas de S. Dinis, de Antero de Quental e da Constituição, nas freguesias de Paranhos e do Bonfim. Por outro lado, na zona da Lapa e na zona compreendida entre a Rua de Santos Pousada e a Avenida Fernão de Magalhães existem dois grandes vazios urbanos. A Rua da Constituição foi prolongada até à Avenida Fernão de Magalhães, e entre as ruas Antero de Quental e Serpa Pinto assiste-se a um forte processo de urbanização. Ainda, e a cruzar as freguesias de Bonfim e Paranhos, foi aberta a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, ligando a Rua de Costa Cabral à Avenida Fernão de Magalhães. Na zona poente da cidade destacam-se a Avenida da Boavista e a Avenida Doutor Antunes Guimarães, na freguesia de Aldoar, e a Marechal Gomes da Costa, entre as freguesias de Lordelo do Ouro e da Foz do Douro, que se articulam com a primeira avenida referida. Neste período desenvolvem-se as artérias laterais da Avenida da Boavista, principalmente, entre a Rua de António Cardoso, na freguesia de Lordelo do Ouro, e a Rua de Guerra Junqueira, que faz parte das freguesias de Lordelo do Ouro e de Massarelos, e é ainda aberta a Avenida de França, que faz a ligação entre a Rotunda da Boavista e o Carvalhido (na freguesia de Cedofeita). Entre as freguesias de Massarelos e Lordelo do Ouro desenvolve-se toda a zona do Campo Alegre³⁴⁵. Na Planta de 1937 evidencia-se ainda na zona de Santo Ildefonso o prolongamento de outras artérias importantes, tais como a Rua da Constituição, até à Avenida Fernão de Magalhães, cruzando com a Rua de Santos Pousada, também ela prolongada³⁴⁶.

No “Prólogo ao Plano da Cidade do Porto”, da mesma época (1932), Ezequiel Campos começa por referir que denunciar “a caótica situação urbana até então modesta e facilmente controlada por planos de intervenção pontual”³⁴⁷ e elabora uma planta onde traça quatro circunferências, cada uma com um quilómetro de raio, tendo como ponto divergente o Largo do Terreiro (Figura 4). A partir desta planta, refere que a área interior à primeira circunferência corresponde ao velho burgo, “apinhado de casas”, a segunda corresponde à expansão que se desenvolve tendo por base as grandes vias de acesso à cidade, a terceira

³⁴⁵ OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*, pp. 116-118.

³⁴⁶ IDEM – *Ibidem*, p. 117; FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – *Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952*, p. 200; AMORIM, Maria Alexandra Martins Soares de – *Porto, a cidade planeada – 1930/1980: Permanência/ inovação no processo e forma urbana*, p. 216.

³⁴⁷ REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui – *Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto*, p. 415.

corresponde à periferia rural da cidade (onde apesar de existirem já núcleos urbanizados existem ainda grandes espaços rurais), e a quarta englobava as freguesias de Lordelo do Ouro, Ramalde, Paranhos e Campanhã, zonas ainda compostas por campos e aldeias rurais³⁴⁸. O autor concluiu que a expansão da cidade se faz no sentido ocidental, mencionando que as actividades económicas se encontram em redor da Praça da Liberdade, enquanto que as áreas residenciais se consolidam nas Antas, Avenida da Boavista, Campo Alegre e Foz, ou seja, nas freguesias mais a ocidente³⁴⁹. Neste Plano, o autor propõe o prolongamento da Avenida dos Combatentes, através de Francos e até Avenida da Boavista, mas também da Rua Gonçalves Cristovão e da Rua da Constituição, até à Praça de Ramalde, e da Avenida Marechal Gomes da Costa, também até Ramalde. Propõe ainda o melhoramento e alargamento da Rua do Campo Alegre até a zona da Foz Velha e a criação de ligações entre o Requesende e a Praça 9 de Abril e entre o Amial e Paranhos³⁵⁰.



Figura 4. Prólogo ao Plano da Cidade do Porto (Ezequiel Campos, 1932): Planta da Expansão da Cidade do Porto

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto]

No âmbito dos estudos elaborados a propósito da implantação na cidade do “Plano Geral de Urbanização” (1934), em 1939 Marcello Piacentini reporta que as vias da zona ocidental se encontravam mais desenvolvidas do que as da zona oriental, prevendo que a expansão da

³⁴⁸ CAMPOS, Ezequiel – *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*, p. 20.

³⁴⁹ IDEM – *Ibidem*, pp. 26-34.

³⁵⁰ IDEM – *Ibidem*, pp. 26-36; OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*, pp. 126-127.

cidade ocorresse predominantemente para ocidente³⁵¹. Ao referir-se ao zonamento da cidade, este arquitecto propõe que se implantem os “bairros de vivendas na zona da Avenida Gomes da Costa, zonas de habitação intensiva a norte de Lordelo, a um e outro lado da Avenida da Boavista. Bairros populares nas de Ramalde, Amial, Paranhos e Campanhã e Indústrias a Leste de Fernão Magalhães até a Circunvalação”³⁵². Neste estudo são ainda propostas duas grandes vias de sentido norte/sul e nascente/poente. A criação do sentido norte/sul englobava o crescimento da cidade para norte através da construção da Ponte da Arrábida, mas também o prolongamento da Avenida de França, uma série de acessos ao Hospital de S. João, e a criação de uma ligação entre a Praça de Carlos Alberto e a Praça 9 de Abril. No sentido nascente/poente estavam planeados uma ligação entre Contumil e Ramalde, o prolongamento da Rua da Constituição e a criação de uma artéria paralela à Avenida da Boavista e que iria desembocar na Avenida Marechal Gomes da Costa³⁵³.

Findo o contrato entre a Câmara e este arquitecto, é convidado Giovanni Muzio que, em colaboração com o Gabinete dos Serviços Técnicos da CMP, sugere que o zonamento das áreas residenciais se centre, independentemente das classes sociais, “na larga faixa que do velho burgo se estende, a sul da Avenida da Boavista, até ao mar” com especial incidência na zona do Campo Alegre e na Avenida Marechal Gomes da Costa. Pelos condicionalismos das características do território, pela pré-existência de indústrias e pelos fáceis acessos, as zonas industriais e os bairros operários deveriam localizar-se em Lordelo do Ouro e em Campanhã³⁵⁴. Propõe ainda que as pequenas indústrias e os bairros de casas económicas se localizem nas “faixas de acompanhamento de grandes penetrações do Norte”, limitadas pelas ruas de Serpa Pinto e Faria Guimarães. No “núcleo citadino tradicional” ficariam implementadas as zonas comerciais. Este autor mantém as propostas de criação dos dois grandes eixos referidos anteriormente, sendo que o eixo norte/sul se cruzaria na Praça da República com o eixo nascente/poente, e este último ligaria a Avenida da Boavista à Estação de Campanhã. Complementarmente a estes dois grandes eixos é pensada uma “rede

³⁵¹ AMORIM, Maria Alexandra Martins Soares de – *Porto, a cidade planeada – 1930/1980: Permanência/ inovação no processo e forma urbana*, p. 105; FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – *Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952*, pp. 217-220.

³⁵² GARRETT, Antão de Almeida – *História dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto*, p. 23.

³⁵³ IDEM – *Ibidem*; OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*, pp. 128-129.

³⁵⁴ GARRETT, Antão de Almeida – *História dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto*, p. 80; AMORIM, Maria Alexandra Martins Soares de – *Porto, a cidade planeada – 1930/1980: Permanência/ inovação no processo e forma urbana*, pp. 117-118.

complementar” que previa a construção da Ponte da Arrábida, a sua ligação à Rua António Cardoso ou à Avenida da Boavista, e a criação da Via Panorâmica, da Avenida AIP, da Rua de Damiões de Góis, da Via Nun’Álvares, da Avenida Marechal Gomes da Costa e da Rua Júlio Dinis, bem como o prolongamento da Avenida Fernão Magalhães e da Rua do Campo Alegre³⁵⁵.

No “Plano Regulador da Cidade do Porto” (1952; Figuras 5 e 6) Antão de Almeida Garrett sintetiza as propostas para o “sistema viário” e propõe a criação das “radiais de penetração” nas áreas em expansão³⁵⁶.



Figura 5. Plano Regulador da Cidade do Porto (1952): Rede fundamental das comunicações

[Fonte: www.doportoenaoso.blogspot.com]

³⁵⁵ AMORIM, Maria Alexandra Martins Soares de – *Porto, a cidade planeada – 1930/1980: Permanência/ inovação no processo e forma urbana*, pp. 118-119.

³⁵⁶ GARRETT, Antão de Almeida – *História dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto*; OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*, pp. 130-131.

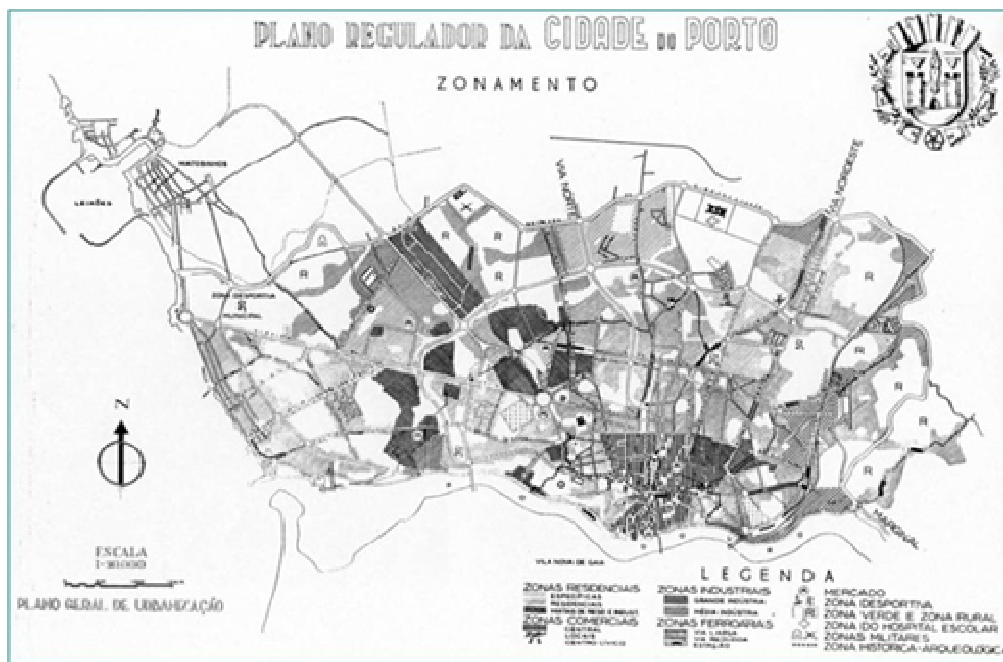


Figura 6. Plano Regulador da Cidade do Pôrto (1952): zonamento

[Fonte: www.doportoenaoso.blogspot.com]

Segundo Maria Amorim, no seu trabalho “Porto, a cidade planeada – 1930/1980: Permanência/ inovação no processo e forma urbana” entre o período de 1946 e 1952 deu-se “a consolidação das urbanizações nas zonas de Marechal Gomes da Costa, Guerra Junqueiro e Antas”. Realizam-se obras em muitos dos bairros de casas económicas (S. Vicente de Paulo, à Corurojeira, Sobreiras e de Ramalde), são abertas uma série de artérias no centro da cidade (nomeadamente a Avenida de D. Afonso Henriques) e prolonga-se a Avenida de Fernão de Magalhães até à rua da Vigorosa, com abertura desta até ao Bairro de Costa Cabral, e em sentido oposto prolonga-se Fernão de Magalhães até ao Campo 24 de Agosto e urbaniza-se a zona do Bom Sucesso³⁵⁷.

Ao percorrer os censos desde os finais do século XIX até aos anos 50 verifica-se um forte crescimento demográfico ao longo da primeira metade do século XX³⁵⁸, conforme já referido na sub-secção III.1.2. Vários autores de diversas áreas, como por exemplo, Paula Guerra, Manuel Teixeira, José Fernandes, Luís Ramos ou Vítor Oliveira, mencionam que este factor é fundamental para a evolução e compreensão do espaço urbano da cidade do Porto. É referido que “apesar de esta tendência de crescimento ter aos poucos deixado de se centrar exclusivamente nas freguesias intra-muros (Sé, São Nicolau, Vitória e Miragaia), como

³⁵⁷ AMORIM, Maria Alexandra Martins Soares de – *Porto, a cidade planeada – 1930/1980: Permanência/ inovação no processo e forma urbana*, p. 160.

³⁵⁸ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *A cidade do Porto. Súmula estatística (1864-1968)*, p. 63.

ocorreu até meados do século XIX, passando também a verificar-se no primeiro anel periférico (freguesias de Santo Ildefonso, Cedofeita e Bonfim), manteve-se inferior no segundo anel, composto pelas freguesias da Foz do Douro, Nevogilde, Aldoar, Campanhã, Lordelo do Ouro, Paranhos, e Massarelos”. Depois de “um aumento populacional nas freguesias do núcleo histórico assistiu-se, nas primeiras décadas do século XX, a uma diminuição da população, enquanto que nas freguesias peri-centrais e periféricas o número de habitantes aumentava de forma considerável”³⁵⁹.

³⁵⁹ FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952, p. 205.

IV.2. Objectivos específicos

Foram objectivos específicos deste capítulo:

- Analisar as frequências de processos de licenciamento de obras desaparecidos, consultados e analisados;
- Estudar a distribuição espacial e temporal do número de licenças e de unidades habitacionais.

IV.3. Metodologia específica

A maioria dos aspectos metodológicos relevantes para este capítulo são comuns aos já apresentados na metodologia geral. Os principais aspectos específicos prendem-se com a representação de resultados sob a forma de mapas. Nestes mapas são representados, para cada freguesia, o número de licenças e de unidades habitacionais por ano e por km².

A representação baseou-se na divisão dos valores por intervalos, contruídos tendo por base o valor máximo em cada conjunto de resultados a apresentar e utilizando como limites de cada intervalo valores de fácil interpretação e comparação na escala decimal. Os intervalos utilizados apresentam a mesma amplitude. Para além dos intervalos criados desta forma, são representados diferenciadamente valores nulos.

Apesar das vantagens que tal apresenta em termos de comparação de mapas, o uso das mesmas escalas tem a desvantagem de não tornar tão visíveis as diferenças entre freguesias quando o número absoluto de licenças é mais reduzido. Para além disso, o uso de uma escala dividida em intervalos faz com que a valorização de diferenças entre freguesias deva ser cautelosa, em particular quando se tratarem de diferenças entre intervalos adjacentes. No entanto, face ao uso de uma escala contínua (gradiente de cor), esta forma de apresentação permite uma mais fácil visualização e comparação de freguesias não adjacentes, sendo a limitação atrás apresentada colmatada pela apresentação em apêndice dos valores exactos que serviram de base à elaboração dos mapas (Apêndice 4).

IV.4. Resultados e discussão

No Gráfico 1 apresenta-se, por ano económico, o número de processos desaparecidos, consultados e analisados. Uma vez que a divisão em termos de ano económico do período compreendido entre os anos 1928 e 1935 nem sempre correspondeu à divisão por ano civil³⁶⁰, para efeitos da construção deste gráfico os processos correspondentes a anos económicos sem correspondência exacta a determinado ano civil foram considerados como distribuindo-se igualmente pelos anos civis em questão³⁶¹.

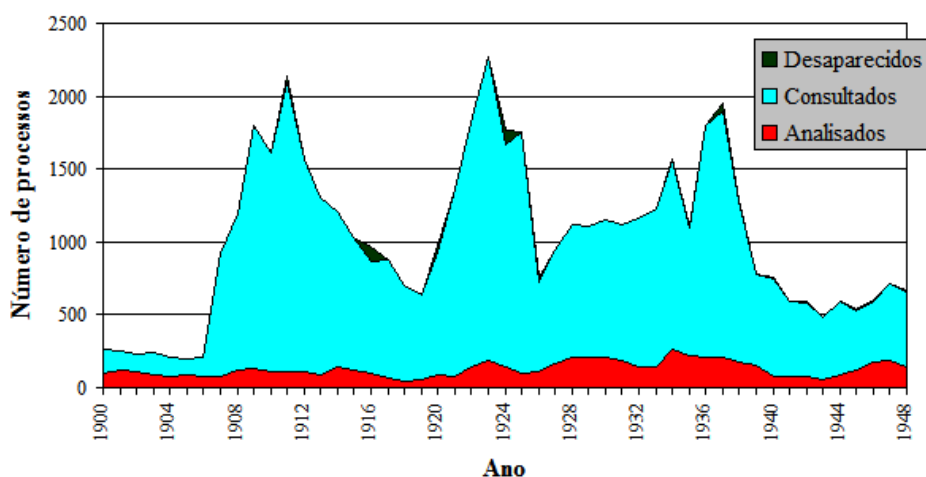


Gráfico 1. Processos desaparecidos, consultados e analisados, por ano

É de referir que nos anos em que se verificou maior número de processos desaparecidos (e como tal passíveis de ser observados no Gráfico 1), tal se deveu ao desaparecimento de livros correspondentes a conjuntos de processos.

O Gráfico 2 apresenta a proporção de processos analisados (ou seja, respeitantes ao licenciamento de construção habitacional de raiz) face ao total de processos consultados.

³⁶⁰ Ao ano económico 1928 sucedem-se os anos económicos 1928-29, 1929-30, 1930-31, 1931-32, 1932-33, 1933-34, 1934-35 e 1935.

³⁶¹ Por exemplo: os números de processos apresentados para 1928 correspondem à soma dos processos do ano económico 1928 com metade dos de 1928-29; os processos apresentados para 1931 correspondem à soma de metade dos processos do ano económico 1930-31 com metade dos processos do ano económico 1931-32.

Sempre que não se verificou correspondência exacta entre os anos económicos e civis, a distribuição por anos foi efectuada de acordo com a mesma metodologia referida para a construção do gráfico anterior.

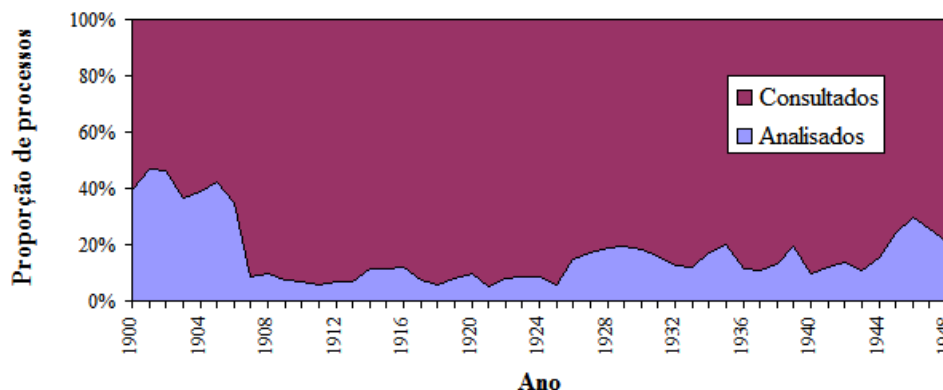


Gráfico 2. Proporção de processos correspondentes a licenças de construção de raiz de habitações

Verifica-se que nos primeiros anos estudados (até 1906) a proporção de processos correspondentes à construção de habitações de raiz é bastante superior ao registado nos anos seguintes. A partir de 1926 esta proporção torna a aumentar, embora não atinja os valores dos primeiros anos.

Finalmente, no Gráfico 3 são apresentadas as frequências absolutas do número de licenças analisadas. Deste ponto em diante, e pelos motivos expostos no capítulo dedicado à metodologia geral, sempre que sejam analisados dados considerando o ano, estaremos a referir-nos ao ano de aprovação, e não ao ano económico ou de requerimento da licença.

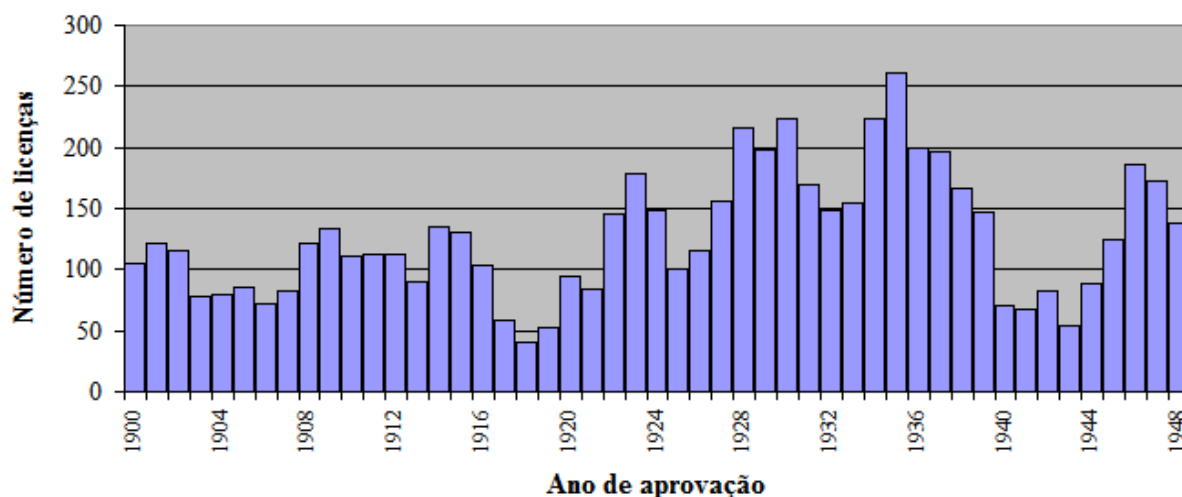


Gráfico 3. Número de licenças analisadas, por ano de aprovação

São de salientar dois períodos de menor aprovação de licenças, correspondentes aos anos entre 1917 e 1919 e à primeira metade da década de 40. Por outro lado, o período compreendido entre o final dos anos 20 e o final dos anos 30 foi aquele em que se verificou maior número anual de licenças aprovadas.

Analisando estes dados em conjunto com os dados dos recenseamentos (Tabela 1, sub-secção III.1.2.), verifica-se que o primeiro período com menor número anual de aprovações se insere naquele em que a população residente na cidade do Porto menos cresceu ao longo da primeira metade do século XX. De acordo com a mesma fonte, o maior aumento anual da população ocorreu nas décadas de 20 e 30, sendo este aumento tendencialmente crescente dentro deste período. Tal é concordante com o aumento que verificámos no número de licenças. Note-se que o aumento das construções é mais tardio do que o populacional, indiciando uma construção motivada pelo aumento da procura. Durante a década de 40 o aumento populacional é inferior ao registado nas décadas anteriores. O estabelecimento de uma relação entre essa desaceleração no crescimento populacional e a menor aprovação de licenças na primeira metade dos anos 40 careceria, contudo, de informação temporalmente mais discriminada quanto à evolução da população ao longo deste período.

As Figuras 7 e 8 apresentam, respectivamente, o número de licenças e o número de unidades habitacionais em cada freguesia (por ano e por km²).

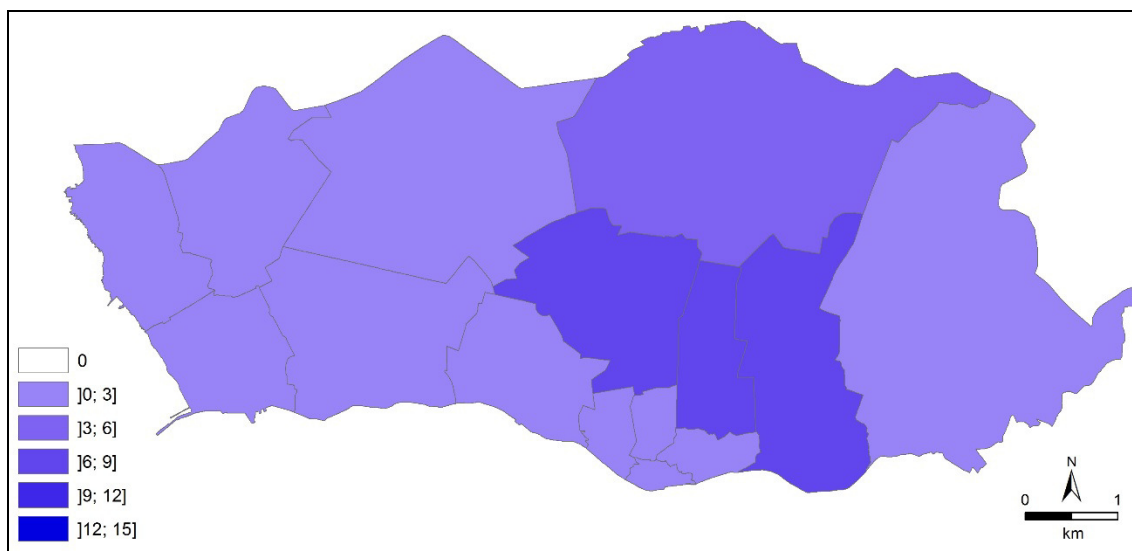


Figura 7. Número de licenças correspondentes a cada freguesia, por ano e por km²

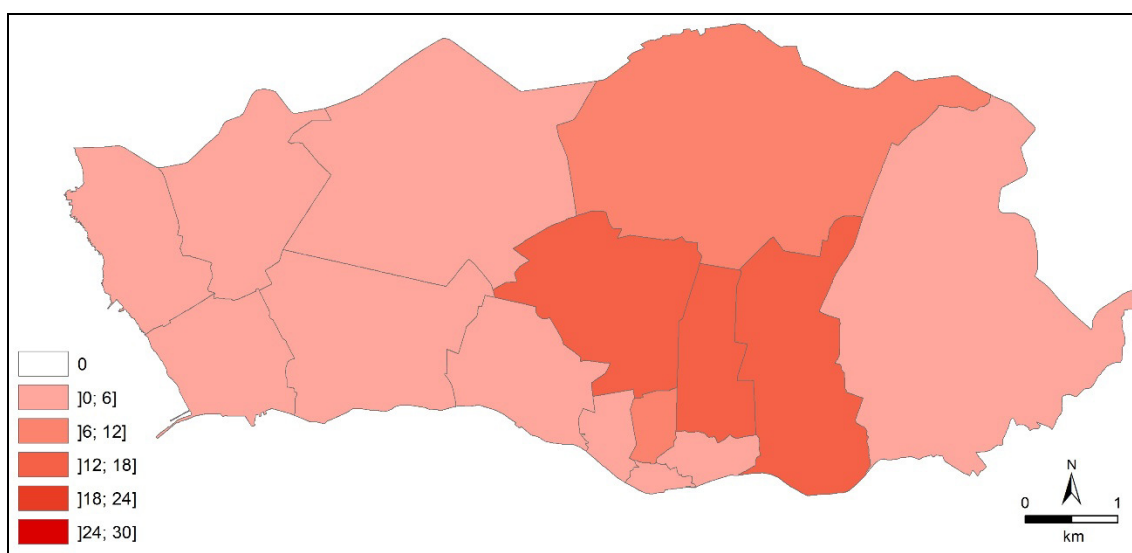


Figura 8. Número de unidades habitacionais correspondentes a cada freguesia, por ano e por km²

Quer em termos de número de licenças de obras, quer de unidades habitacionais, destacam-se pela sua maior densidade as freguesias peri-centrais de Cedofeita, Santo Ildefonso e Bonfim. Segue-se-lhes a freguesia de Paranhos e, quando consideradas as unidades habitacionais, destaca-se ainda a freguesia central da Vitória.

Não é de estranhar que se tenham observado maiores densidades de licenças nas freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Bonfim e Paranhos, se tivermos em consideração que a cidade do Porto se encontrava em expansão tendo por base a malha pré-existente herdeira da intervenção dos Almadás. Quando consultado o “Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto” (1881; José Augusto Corrêa de Barros) verifica-se que estava prevista a abertura e

prolongamento de diversas artérias nestas freguesias ou que se estenderiam até elas³⁶². Também a “Carta Topographica da Cidade do Porto” (1892) mostra que, a partir do final do século XIX, a área de expansão da cidade abrange estas quatro freguesias³⁶³, sendo o mesmo verificado na análise da “Planta da Cidade” (1903; veja-se a Introdução deste capítulo)³⁶⁴. Mais tardiamente, a cartografia da década de 30 e respectivos estudos e planos continuam a mostrar esta mesma tendência geral de crescimento³⁶⁵.

Esta expansão é relacionável com o facto de, a par de um crescimento demográfico generalizado na cidade ao longo do período em questão, serem as freguesias do Bonfim, Santo Ildefonso, Cedofeita e Paranhos aquelas com maiores taxas de população residente, o que, numa fase de ainda não saturação habitacional, poderá promover a continuação do seu desenvolvimento, justificando as elevadas taxas de licenciamento encontradas³⁶⁶.

A predominância de freguesias peri-centrais entre as que apresentaram maior densidade de licenciamento estará relacionada, simultaneamente como causa e efeito, com o desenvolvimento da rede de transportes públicos estudada por Elsa Pacheco. Este factor terá contribuído para uma estrutura linear do povoamento nos arredores da zona central da cidade e em particular para a urbanização de zonas não intervencionadas pelos Almadas³⁶⁷.

Os nossos resultados encontram-se também de acordo com as informações apresentadas na “História do Porto” (2000), em que o autor menciona estas freguesias (as quatro atrás

³⁶² FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadas ao Plano de 1952, p. 204; OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*, pp. 123-126.

³⁶³ FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadas ao Plano de 1952, pp. 200-204; OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*, p. 114.

³⁶⁴ OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*, p. 114-116.

³⁶⁵ OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*, p. 117; FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadas ao Plano de 1952, p. 200; AMORIM, Maria Alexandra Martins Soares de – *Porto, a cidade planeada – 1930/1980: Permanência/ inovação no processo e forma urbana*, p. 216; REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui – Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanística do Porto, p. 415; CAMPOS, Ezequiel – *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*, p. 20.

³⁶⁶ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *A cidade do Porto. Súmula estatística (1864-1968)*, p. 63.

³⁶⁷ RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, p. 391; FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadas ao Plano de 1952, p. 200; AMORIM, Maria Alexandra Martins Soares de – *Porto, a cidade planeada – 1930/1980: Permanência/ inovação no processo e forma urbana*, pp. 35-36; PACHECO, Elsa Maria Teixeira – Os transportes colectivos rodoviários no Grande Porto, pp. 14-15.

referidas e a freguesia da Vitória) como sendo aquelas em que se verificou maior desenvolvimento urbanístico entre os finais do século XIX e primeiras décadas do seguinte³⁶⁸.

Saliente-se também a mudança de orientação da mancha de urbanização da cidade referida por Vítor Oliveira, que terá passado a ser mais acentuada para nascente³⁶⁹. O destaque da freguesia do Bonfim nos resultados que apresentámos marca a similitude com esta observação, sendo contrária à conclusão de Ezequiel Campos, no “Prólogo ao Plano da Cidade do Porto” (1932), de que a expansão da cidade se faria sobretudo para ocidente³⁷⁰. Conclusão semelhante à de Ezequiel Campos é tirada por Marcello Piacentini em 1939³⁷¹. Esta discrepância poder-se-á dever ao facto de estes estudos se basearem em cartografia escassa e desactualizada.

A Figura 9 representa resultados semelhantes (número de licenças e de unidades habitacionais em cada freguesia por ano e por km²), mas separadamente para cada um dos períodos temporais estudados.

³⁶⁸ RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, pp. 386-391.

³⁶⁹ OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*, p. 117.

³⁷⁰ CAMPOS, Ezequiel – *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*, pp. 26-34.

³⁷¹ AMORIM, Maria Alexandra Martins Soares de – *Porto, a cidade planeada – 1930/1980: Permanência/ inovação no processo e forma urbana*, p. 105; FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – *Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952*, pp. 217-220.

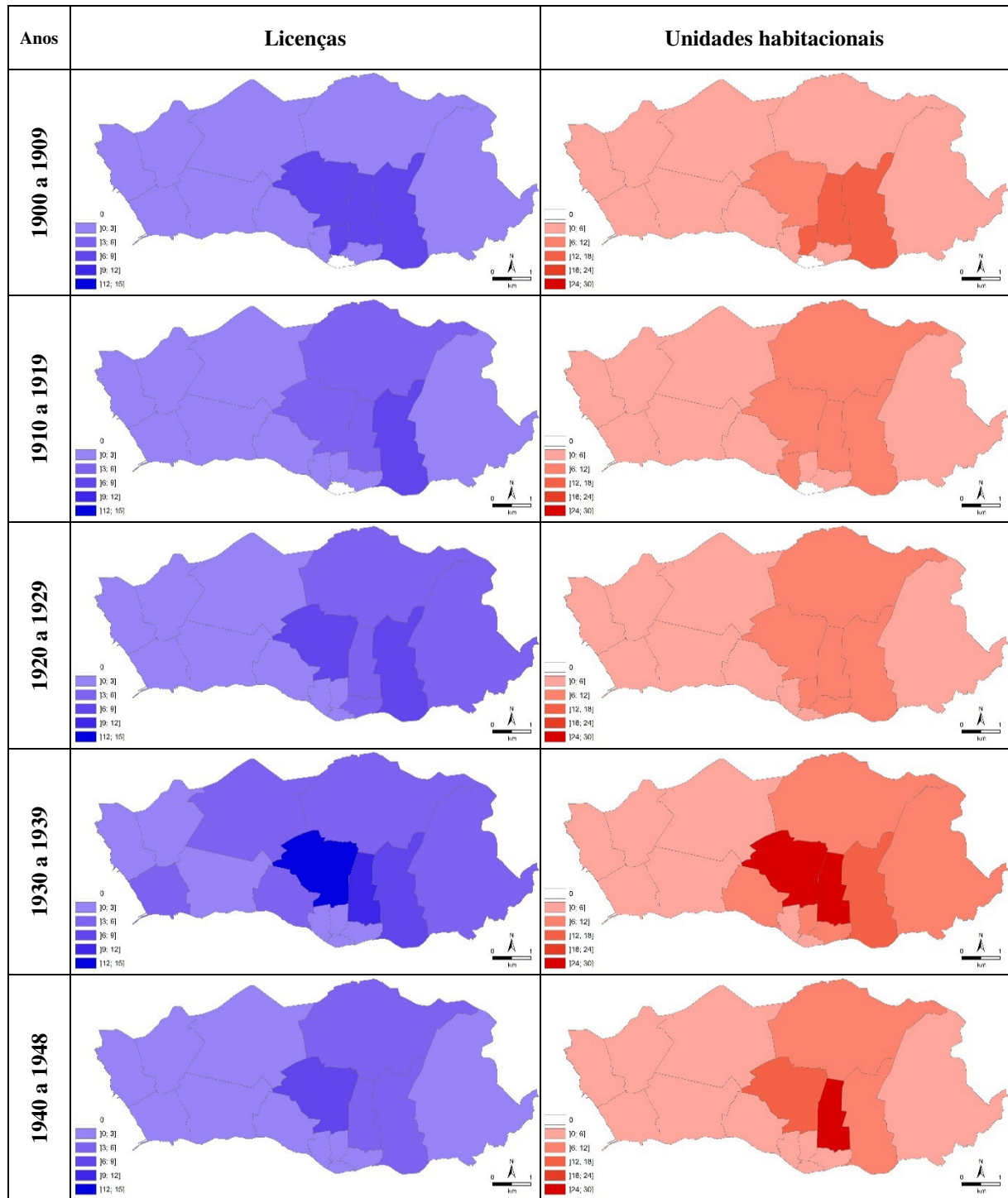


Figura 9. Número de licenças e de unidades habitacionais correspondentes a cada freguesia, por ano e por km^2 , por período

No que se refere ao número de licenças de obras, a análise por período revela resultados globalmente similares aos resultados gerais: de um modo geral é nas freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Bonfim e Paranhos que se registam maiores densidades. Na década de 20, também a freguesia de Campanhã (a oriente das anteriores) se salienta em termos de número de licenças. O maior número de licenças aprovadas na década de 30 leva a que nesse período

sejam mais evidentes discrepâncias entre freguesias³⁷². É notório, neste período, um gradiente entre as três freguesias com maior densidade de licenças, com um valor mais elevado a ocidente (Cedofeita) e menor a oriente (Bonfim). É, aliás, na freguesia de Cedofeita e nesta década (1930 a 1939) que se regista o número mais elevado de licenças por ano e por km². As diferenças entre freguesias neste período permitem ainda destacar das restantes a outra freguesia peri-central (Massarelos) e as freguesias a norte e oriente das peri-centrais (Ramalde, Paranhos e Campanhã³⁷³), bem como a freguesia da Foz do Douro, localizada no extremo oeste da cidade. É ainda de referir a total ausência de licenças na freguesia central de São Nicolau durante os dois primeiros períodos estudados (1900 a 1919).

A análise por unidades habitacionais permite evidenciar que algumas freguesias centrais que não se destacam em termos de número de licenças apresentam densidades destas unidades superiores à generalidade das freguesias. É o caso das freguesias de Miragaia (na década de 10), da Vitória (décadas de 20 e 30) e da Sé (década de 30). Para além disso, com base nesta análise salienta-se como apresentando valores mais elevados (isto é, na classe superior da escala usada) não só a freguesia de Cedofeita na década de 30, mas também a de Santo Ildefonso na mesma década e seguinte.

A discussão destes resultados é mais complexa, dada que os trabalhos que de algum modo analisam a evolução temporal e espacial da cidade não o fazem recorrendo a informações tão precisas quanto as que utilizámos. A consideração conjunta dos dois aspectos (distribuição geográfica e temporal) dificulta a comparação de resultados com esses outros estudos, realçando a importância da presente análise para um conhecimento mais aprofundado da evolução da cidade do Porto.

³⁷² Saliente-se o uso da mesma escala nos diferentes períodos, que torna mais salientes as diferenças entre freguesias nos períodos com maior número de licenças aprovadas.

³⁷³ Para a freguesia de Campanhã este destaque já é notório na década anterior (1920 a 1929).

V. TIPOLOGIAS

V.1. Introdução

V.1.1. O tipo e o modelo em arquitectura

Desde o século XIX que a história das tipologias pode ser grosseiramente dividida em três fases: a primeira corresponde ao século XIX e às teorias defendidas por autores como Quatremère de Quincy, Jean-Nicolas-Louis Durand, Viollet-Le-Duc, Ruskin ou Semper; a segunda ao Movimento Moderno (1920 a 1950); e a terceira e última fase corresponde ao Pós-Modernismo³⁷⁴. Desde muito cedo na História da Arquitectura se registam referências ao conceito de tipologia arquitectónica. No entanto, terá sido em meados do século XVIII que começou a ser feita a classificação formal das grandes tipologias arquitectónicas, utilizando “metodologia similar àquela das taxonomias utilizadas pelos enciclopedistas para classificar plantas, animais e minerais”. Os edifícios passaram a ser estudados “segundo critérios formais ou estilísticos independentemente das suas condições de produção e uso, simplesmente como artefactos de que a topologia e a regularidade geométrica ainda incerta retinham a atenção”³⁷⁵. O conceito de “tipo”, tal como na sua aplicação às ciências naturais, reduz a complexidade dos exemplos concretos a parâmetros ou conceitos abstractos, permitindo maior lógica e ordenação das classificações e facilitando a análise³⁷⁶. O desenvolvimento e estudo das tipologias encontrou-se então, associado ao estudo dos elementos urbanos³⁷⁷.

Na opinião de Josef Maria Montaner, a noção rigorosa de “tipo arquitectónico” surge pela primeira vez com os académicos franceses e sobretudo, com Jean-Nicolas-Louis Durand. No “Compêndio de Lições de Arquitectura”, editado pela primeira vez em 1819, Durand apresenta “um conjunto de modelos subordinados a determinados programas e organizados segundo regras de composições facilmente assimiláveis e reproduzíveis”, “uma série de

³⁷⁴ CONSIGLIERI, Victor – *As significações da arquitectura – 1920-1990*. Lisboa: Edições Estampa, 2000, 147.

³⁷⁵ MARQUES, Carlos Almeida – *Habitação – Da indústria à fábrica da cidade*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012, p. 56.

³⁷⁶ CALDUCH, Juan – *Tema de composición arquitectónica. Tipo, arquétipo, protótipo, modelo*. Espanha: Editorial Club Universitario, 2001, p. 13.

³⁷⁷ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 34.

interpretações, de propostas de edifícios devidamente sistematizadas, com o objectivo de serem exequíveis e adaptáveis em diversas circunstâncias”³⁷⁸. Este arquitecto entendia que a arquitectura deveria ser “tão rigorosa quanto as ciências da observação e educação, tão eficiente quanto a engenharia” e “rejeitava as teorias de Vitrúvio e de Laugier, que defendiam que o princípio fundamental da arquitectura estava no corpo humano e na cabana, respectivamente. Para ele, o verdadeiro princípio fundamental da arquitectura – ou seja, o tipo – devia ser buscado na própria arquitectura”³⁷⁹. O processo criativo deste arquitecto implicava que o “conhecimento das soluções de composição” não pressupunha a “incorporação de formas-tipo adequadas a funções, nem a rigidez de um processo pré-definido”. Com Durand, os aspectos mais “poéticos” da arquitectura dão lugar à primazia das questões metodológicas; este autor “«elabora uma tipologia morfológica com flexibilidade e capacidade de adaptação e demandas e usos funcionais diversos do edifício singular», concebendo ainda um mecanismo de análise ajustável a qualquer edifício”. A sua abordagem tipológica “aponta significativamente na direcção do entendimento de como o ato arquitectónico de projectar opera como elementos geométricos estruturais, articulando-os por meio de soluções combinatórias para propor espaços arquitectónicos complexos”³⁸⁰.

Numa obra datada de 1832, e intitulada “Dictionaire Historique de l’Architecture”, o teórico francês Quatremère de Quincy define de forma clara os conceitos de “modelo” e “tipo”. Francisco Barata destaca a importância destes dois aspectos e refere-se à noção de “modelo” citando Quatremère de Quincy: “em cada país, a arte de fabricar regularmente nasceu de um germe preexistente. Em tudo é necessário um antecedente; nada, em nenhum género, vem do nada; e isto não pode deixar de se aplicar a todas as invenções dos homens”. Também para a definição e relevância do “tipo”, Francisco Barata recorre às palavras do autor francês: “não apresenta tanto a imagem de uma coisa para se copiar ou para se imitar, mas antes a ideia de um elemento que deve ele próprio servir de regra ao modelo. [...] Tudo é preciso e dado no modelo; tudo é mais ou menos vago no tipo.” O mesmo autor, define que tipo em arquitectura “é a estrutura conceptual, a matriz de organização espacial que está presente, mesmo com distintas soluções formais, num determinado conjunto de obras que se seleccionaram com um

³⁷⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 37.

³⁷⁹ MEDEIROS, Maria Alice Lopes – *Da colônia ao shopping. Um estudo da evolução tipológica da arquitectura hospitalar em Natal*. Dissertação de Mestrado Programa de Pós Graduação em Arquitectura e Urbanismo apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2005. [Disponível em http://bdtd.ufrn.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1115], p. 28.

³⁸⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 31.

objectivo específico”, enquanto que o modelo diz respeito ao “objecto acabado, uma obra que se pode repetir”³⁸¹.

Após definir o conceito de tipo em 1832, Quatremère de Quincy refere a existência de dois “adversários” da sua teoria: aqueles que “não concebem outro género de imitação que não seja aquela que se refere aos objectos sensíveis, e pretendem que nesta arte [arquitectura] tudo seja e deva ser submetido ao capricho e ao acaso” e os que, embora admitindo a noção de tipo “não a compreendem senão sob a forma e com a condição obrigatória de modelo imperativo”³⁸². Na opinião de Francisco Barata, Quatremère ao “expor e criticar as posições dos seus adversários, estava simultaneamente a adivinhar as características básicas da argumentação de um futuro debate, que hoje nos é contemporâneo”, e que alguns autores, como por exemplo, Gropius, Mies, Zevis, Van Eyck ou Moneo, tentaram procurar nas definições de tipologia, tipo e modelo³⁸³. Estes teóricos, tal como a generalidade dos do século XIX, defendem que as tipologias têm um carácter “atemporal relativamente aos factores históricos e universais, aplicando-se, pois, em qualquer sociedade”³⁸⁴. A tipologia é, então, “una operación dinámica traducida en la transformación, la yuxtaposición, la superposición y la articulación de elementos al objecto original distinguidas a través de la interpretación racional permitiendo deducir la esencia de un complejo de semejanzas o equivalencias de los rasgos generales que lo conforman” permitindo especificar as “caracteres esenciales de cada elemento edificable, donde se plasman los requerimientos de cierto grupo de usuarios del pasado (social, cultural y económico)”³⁸⁵. Na sua obra “La vivienda racional. Ponencias de los congresos. CIAM 1929-1930” Carlo Aymonino defende que o estudo das tipologias “es más que un análisis crítico racional de las formas edilicias existentes cuyo único fin es conocer la evolución de los espacios, agrega que es un antecedente conceptual indispensable que se pueden tomar como referencia al realizar nuevas propuestas”³⁸⁶.

³⁸¹ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 35.

³⁸² Quatremère de Quincy, citado e traduzido em FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 36.

³⁸³ Quatremère de Quincy, citado e traduzido em FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 36.

³⁸⁴ CONSIGLIERI, Victor – *As significações da arquitectura – 1920-1990*, p. 147.

³⁸⁵ CRUZ, Selenne Galeana – La tipologia en la vivienda como precedente sustentable, in *ACE*, ano II, n.º 6 Fevereiro, 2008, p. 783.

³⁸⁶ AYMONINO, Carlo – *La vivienda racional. Ponencias de los congresos. CIAM 1929-1930*. Colección Arquitectura y Crítica. Barcelona: Gustavo Gili, 1973, p. 311 cit. in CRUZ, Selenne Galeana – La tipologia en la vivienda como precedente sustentable, p. 783.

Guilio Carlos Argan, em diversos textos, como por exemplo no seu artigo “Sobre o conceito de tipologia arquitectónica”, utiliza e desenvolve os conceitos de “tipo” e “modelo” usados por Quatremère de Quincy, culminando numa importante diferenciação em relação ao que era defendido pelo autor francês³⁸⁷. Argan define “tipo” como sendo a “confirmação de um esquema – esquema que não nasce como hipótese de resposta a uma determinada exigência prática e funcional mas como «redução de uma série de variantes formais a uma suposta estrutura comum»”. O tipo está então associado à “«ideia geral de um edifício» materializada num esquema estruturante que suporta as mais diversas variações, quer na sua organização volumétrica e proporções quer ao nível dos elementos compositivos e de pormenor”, enquanto que o modelo se encontra associado “à cópia e à imitação”³⁸⁸. Relativamente à questão da tipologia arquitectónica, este autor encaixa-a na “arquitectura de composição”³⁸⁹: “quando um «tipo» se forma na prática ou na teoria da arquitectura, ele já existe, como resposta a um complexo de demandas ideológicas, religiosas ou práticas, em uma dada condição histórica de alguma cultura”³⁹⁰.

Na obra “El concepto de espacio arquitectónico del Barroco à nossos dias” (1966) Guilio Carlos Argan define dois níveis distintos de tipologias arquitectónicas. O primeiro nível diz respeito ao “tipo de definição espacial”, ou seja, à organização e distribuição dos elementos arquitectónicos sem ter em consideração a real função do edifício. O segundo nível tem a ver com o “tipo de definição funcional”, nele sendo sobretudo valorizadas as funções e os fins dos edifícios³⁹¹. Percebe-se então que o “tipo resulta de um processo de selecção em que se separam todas as características que se repetem em todos os exemplos da série”³⁹². O autor acaba por criar um esquema de distribuição, como se de um “esqueleto espacial” se tratasse, que não apresenta qualquer valor artístico, isto porque, apenas funciona como esquema de distribuição dos espaços e das funções que cada um adquire. Este esqueleto espacial seria a base se alcançarem os programas espaciais e formais de um determinado programa

³⁸⁷ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 37.

³⁸⁸ PIRES, Amílcar de Gil e – Os conceitos de tipo e de modelo em Arquitectura, in *Artitextos*. Lisboa: CEFA (Editorial da Faculdade de Arquitectura), Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design, 2009, p. 242.

³⁸⁹ Na opinião de Amílcar de Gil e Pires por “arquitectura de composição” entende-se aquela que é “feita com base em esquemas tipológicos”. IDEM – *Ibidem*, p. 242.

³⁹⁰ Guilio Carlos Argan citado e traduzido por MEDEIROS, Maria Alice Lopes – *Da colônia ao shopping. Um estudo da evolução tipológica da arquitectura hospitalar em Natal*, p. 31.

³⁹¹ ARGAN, Guilio Carlos – *El concepto de espacio arquitectónico del Barroco à nossos dias*. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1966.

³⁹² IDEM – *Ibidem*, p. 34.

arquitectónico. Ao longo dos tempos estas teorias foram sofrendo adaptações: fizeram-se experiências culturais e arquitectónicas, o que muitas vezes levou a modificações e até mesmo à criações de tipos particulares³⁹³.

No essencial, o estudo das tipologias não representa um “factor determinante na concepção arquitectónica mas está sempre presente no processo artístico como elemento de racionalização formal pertencente a uma cultura arquitectónica particular”; contudo, “muitas das tipologias arquitectónicas conhecidas foram veiculadas e até criadas e desenvolvidas pelos tratados de Arquitectura cuja importância na concepção arquitectónica, a partir do renascimento, é indiscutível”³⁹⁴. O seu estudo permite conhecer as características relevantes e distintas da arquitectura e sugere a existência de um padrão de reconhecimento feito mediante regras e normas, evitando confusões entre grupos de edifícios. Este estudo é feito por uma representação edificada, também conhecida como representação gráfica, uma vez que “constituye un sustituto de la realidad considerándose como herramienta para lograr una interpretación semejante o parecida al espacio real representado”. A análise da representação gráfica serve para refletir sobre a evolução temporal dos elementos espaciais e permite a “descomposición en los elementos constitutivos de las vistas gráficas analizadas (plantas, cortes, y fachadas arquitectónicas, así como fotografías y croquis) y la aproximación a los principios rectores de su génesis. Esto permite el estudio de los elementos de forma aislada y autónoma, estableciendo una relación formal y articulación entre ellos”³⁹⁵. Contudo, e na opinião de Amílcar Pires, estes esquemas gráficos não deverão influenciar directamente a concepção estética e formal dos objectos arquitectónicos, mas antes, serão as funções práticas e funcionais dos edifícios e as suas configurações formais a levar à criação das diversas tipologias arquitectónicas. A abordagem tipológica da arquitectura engloba não só os seus processos históricos, como também o seu processo imaginativo e operativo³⁹⁶.

Na segunda metade do século XIX surgiram as classificações tipológicas em função dos programas dos edifícios. Contudo, esta classificação “não deu origem a resultados estéticos de relevo. Os tipos históricos de definição espacial mais importantes, ao estarem conotados com um uso funcional com um carácter muito bem definido [...] muito dificilmente teriam

³⁹³ A utilização de um esquema de esqueleto na arquitectura encontrava-se bem presente na arquitectura dos séculos XVI ao XIX (Renascimento, Barroco, Maneirismo e Neoclássico). PIRES, Amílcar de Gil e – Os conceitos de tipo e de modelo em Arquitectura, pp. 243-244.

³⁹⁴ IDEM – *Ibidem*, p. 244.

³⁹⁵ CRUZ, Selenne Galeana – La tipología en la vivienda como precedente sustentable, p. 783-784.

³⁹⁶ PIRES, Amílcar de Gil e – Os conceitos de tipo e de modelo em Arquitectura, p. 244.

aplicabilidade nos novos contextos programáticos criados para a época. Contribuíram, sim, como experiência de cultura referentes a um passado arquitectónico sedimentadas em identidades tipológicas específicas, que passaram a funcionar, não como um legado formal e estrutural, mas como afirmação metodológica e de racionalidade conceptual”³⁹⁷.

Guilio Carlos Argan, em “Sobre el concepto de Tipología Arquitectónica”, refere que o tipo surge precisamente “no momento em que a arte do passado deixa de propor-se como modelo condicionante ao artista. A eleição de um modelo implica um juízo de valor: reconhece-se uma obra de arte como perfeita e trata-se de imitá-la”³⁹⁸. As tipologias não são determinantes no processo da criação da obra arquitectónica, mas encontram-se presentes de forma mais ou menos expressa. O tipo poderá ou não “estar associado a uma função mas tem sempre inerente um valor e um simbolismo que são expressos na sua forma arquitectónica. O simbolismo pode existir ainda antes da criação do tipo e mesmo determiná-lo ou, por outro lado, pode surgir pelo uso constante associado a uma função”³⁹⁹.

Em “A modernidade superada. Arquitectura, arte e pensamento do século XX”, José Maria Montaner baseia-se no conceito de “tipo ideal” (criado por Max Weber, com aplicação às ciências sociais), associando-o à produção arquitectónica do Movimento Moderno. Isto porque, o “tipo ideal” é “entendido como abstracção ou construção racional que actua como modelo de referência, modelo aberto a actualizações progressivas em função da evolução de uma cultura ou sociedade”⁴⁰⁰. Na opinião deste autor, “a noção weberiana de «tipos ideais» está no substrato de grande parte das interpretações da Arquitectura Moderna. [...] Cada exemplo paradigmático é medido e comparado em relação a umas normas, a um tipo ideal, a um estilo internacional cujos três princípios formais estabelecidos são: a arquitectura como volume e jogo dinâmico de planos; o predomínio da regularidade substituindo a simetria axial académica; e a ausência de decoração acrescentada que surge da perfeição técnica. Três são essencialmente as obras modélicas: Ville Savoye, de Le Corbusier, o Pavilhão de Barcelona e a Casa Tugendhat, ambas de Mies Van der Rohe. Dos demais exemplos mede-

³⁹⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 245.

³⁹⁸ Guilio Carlos Argan citado em PIRES, Amílcar de Gil e – Os conceitos de tipo e de modelo em Arquitectura, p. 245.

³⁹⁹ PIRES, Amílcar de Gil e – Os conceitos de tipo e de modelo em Arquitectura, p. 245.

⁴⁰⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 245.

se sua perfeição e beleza em relação a estes «tipos ideais»⁴⁰¹, que servem de referencial e protótipo arquitectónico⁴⁰².

A questão das tipologias arquitectónicas sempre fomentou discordâncias no campo do debate arquitectónico, uma vez que “remete para a discussão sobre a própria natureza da arte de edificar”⁴⁰³. Assim, as tipologias arquitectónicas assumem grande importância no contexto da arquitectura Moderna, sobretudo como sistema de classificação e análise estrutural e formal.

A partir de meados do século XX o interesse pela história da cidade assume uma especial importância no estudo das obras de arquitectura e desenvolve-se uma perspectiva evolutiva do conceito de tipo. Francisco Barata refere os estudos desenvolvidos por Saverio Muratori para a cidade de Veneza na década de 50, salientando “uma necessidade de afirmar o entendimento de tipo como algo que envolve mudança e, portanto, uma aproximação ao fenómeno urbano como de estudo da própria evolução dos *tipos edificados*. As suas obras resultam de trabalhos de investigação sobre análise tipo-morfológica [...], que podem ser considerados os primeiros do pós-guerra”⁴⁰⁴. Depois deste autor, muitos outros, como por exemplo Aldo Rossi, Carlos Aymonino, Gianfranco Cannigia, Giulio Carlo Argan, Giorgio Grassi, Allan Colquhoun, Anthony Vidler, Christian Deviller, Philippe Peneirai, Daniele Vitale, Carlos Martí ou Nuno Portas, assumiram grande importância no estudo das tipologias arquitectónicas numa perspectiva urbanística⁴⁰⁵.

Como exemplo dos desenvolvimentos conceptuais e formais trazidos por estes autores, destaca-se o contributo de Aldo Rossi que, no livro “A Arquitectura da Cidade” defende que o conceito de tipo é “algo permanente e complexo, um enunciado lógico que precede a forma e que a constitui”, noção que ainda hoje é essencial na teorização e prática da arquitectura⁴⁰⁶. Tal como Quatremère de Quincy havia feito, Rossi distingue tipo e modelo, ao associar o “tipo às regras mais do que às formas básicas da Arquitectura”. No entanto, “acrescenta que o tipo é sempre constituído por elementos compositivos irreduzíveis, espécie de elementos fundamentais desta disciplina. [...] O tipo é pois, constante e apresenta-se com caracteres de

⁴⁰¹ MONTANER; Josef Maria – *A modernidade superada. Arquitectura, arte, e pensamento do século XX*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2001, p. 111.

⁴⁰² PIRES, Amílcar de Gil e – Os conceitos de tipo e de modelo em Arquitectura, p. 245.

⁴⁰³ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuguesa. As formas da casa na forma da cidade*, p. 37.

⁴⁰⁴ IDEM – *Ibidem*, pp. 38-39.

⁴⁰⁵ IDEM – *Ibidem*, p. 39.

⁴⁰⁶ ROSSI, Aldo – *A Arquitectura da cidade*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1982, p. 78.

necessidade, que, embora sendo determinados, reagem dialeticamente com a técnica, com as funções, com o estilo, com o carácter colectivo e com o momento individual do facto arquitectónico”⁴⁰⁷. Assim, a ideia de tipo em Rossi “é a própria ideia de arquitectura, o que está mais perto da sua essência. É portanto, aquilo que, não obstante cada transformação, sempre se impôs «ao sentimento e à razão», como princípio da arquitectura e da cidade”⁴⁰⁸. Rossi, bem como alguns dos seus seguidores, referiam-se ao tipo valorizando sobretudo diferenças ontológicas, o que viria a ser alvo de contestação por parte de outros autores. No entanto, tal não apaga o contributo daqueles autores, uma vez que “O seu entendimento sobre o tipo acrescenta bastante à abordagem feita pelos arquitectos funcionalistas do Movimento Moderno que, ao determinarem a forma a partir da função, consideravam o tipo quase como uma resultante matemática da materialização arquitectónica dum determinado programa tipológico ou função”⁴⁰⁹.

Ao longo do século XX o conceito de tipo arquitectónico baseou-se nas interpretações feitas pelos académicos do século XIX; contudo, foram-lhe “acrescentados novos propósitos essenciais para o pensamento e para a prática da arquitectura – questões relacionadas com o contexto, com as tecnologias, as formas e a linguagem da arquitectura passam a fazer parte duma nova realidade intelectual que desprezavam os estudos e métodos analíticos dos arquitectos racionalistas do Movimento Moderno”. O conceito de tipologia, passa então, a “procurar soluções morfológicas de carácter universal, sem estarem dependentes do rigor impositivo de princípios funcionalistas, sem conotação com qualquer tipo de regionalismo, mas procurando, antes, a coerência arquitectónica da estrutura, da forma e do tipo”⁴¹⁰.

Quanto ao estudo das tipologias de habitação, cada vez mais vai impondo a sua importância. Sobretudo a partir da Revolução Industrial, o próprio tema da habitação torna-se central na história do urbanismo; tal como defendido por Aldo Rossi, as cidades sempre foram largamente caracterizadas pelas suas residências, podendo mesmo dizer-se que “não existem ou não existiram cidades em que o aspecto residencial não estivesse presente”⁴¹¹. Francisco Barata refere, a propósito deste assunto, que “são as tipologias de habitação os principais factores caracterizadores de toda a cidade”. Este mesmo autor acrescenta que “o

⁴⁰⁷ PIRES, Amílcar de Gil e – Os conceitos de tipo e de modelo em Arquitectura, p. 245.

⁴⁰⁸ ROSSI, Aldo – *A Arquitectura da cidade*, p. 55.

⁴⁰⁹ PIRES, Amílcar de Gil e – Os conceitos de tipo e de modelo em Arquitectura, p. 247.

⁴¹⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 248.

⁴¹¹ ROSSI, Aldo – *A Arquitectura da cidade*, p. 96.

conhecimento de uma cidade, do seu processo de formação e da sua estrutura implica o conhecimento das tipologias de habitação e é fundamental para a definição dos significados de novas propostas”⁴¹².

⁴¹² FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, pp. 60-61.

V.1.2. Tipologias de habitação da cidade do Porto na primeira metade do século XX

V.1.2.1. Habitação unifamiliar

O tema da habitação, e sobretudo da habitação unifamiliar, representou na arquitectura do século XX um campo de actuação importante. Tal como acontecia nos séculos anteriores, a habitação unifamiliar continuava “a ser um privilégio de uma reduzida parte da população mundial”⁴¹³. Na opinião de Ana Tostões, o programa de casas unifamiliares representou desde sempre um “campo experimental de eleição para os arquitectos, laboratório a pequena escala permitindo investigações ao nível da aplicação de novos materiais” e para os “arquitectos mais jovens, a ocasião privilegiada para as afirmações de linguagem ou de tendência que se podem realizar de imediato e publicar a seguir”. Verifica-se então que este tipo de habitação, sobretudo para a arquitectura moderna, foi “estimulante para retirar as experiências bem sucedidas que serão desenvolvidas em escalas e programas de maior complexidade”⁴¹⁴.

Na opinião de Giorgio Grassi, a casa unifamiliar “reflecte de modo exemplar a crise da arquitectura moderna”. O mesmo autor refere que esta forma de habitar é entendida “como se se tratasse, não de uma forma fixa no tempo pela prática e uso, mas antes de uma coisa que pode ser, de cada vez, submetida a discussão e, por conseguinte, reinventada; a casa unifamiliar sofreu todo o tipo de violações, consideradas como símbolos desta ou daquela tendência de investigação formal [...]. Desde então as suas formas elementares têm estado sobrecarregadas de novos significados absurdos, plásticos ou pictóricos, funcionais ou emocionais”⁴¹⁵.

No século XX a casa unifamiliar foi “um dos territórios onde, de forma mais evidente e continuada, surgem novos elementos arquitectónicos e dispositivos espaciais”⁴¹⁶. Tal está relacionado com o facto de a sua construção estar bastante associada às encomendas de uma burguesia com meios económicos e interesses culturais distintos dos da generalidade da

⁴¹³ RODRIGUES, Ana Luísa Jardim Martins – *A habitabilidade do espaço doméstico. O cliente, o arquitecto, o habitante e a casa*. Tese de Doutoramento no Ramo do Conhecimento de Cultura Arquitectónica apresentada à Escola de Arquitectura da Universidade do Minho em 2008, p. 4.

⁴¹⁴ TOSTÕES, Ana – *Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, p. 52.

⁴¹⁵ GRASSI, Giorgio – *La Arquitectura como oficio y otros escritos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1980, p. 229.

⁴¹⁶ RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*. Porto: FAUPpublicações, 2010, p. 45.

população e indispensáveis à concretização destas obras⁴¹⁷. A maior receptividade por parte deste grupo social face aos novos códigos linguísticos e espaciais⁴¹⁸, já sentida desde os inícios do século XIX, levou a que a habitação unifamiliar se revelasse como “ projecção onírica de um futuro habitar” e “eminente espaço de desejo, de melhoria das condições de conforto, de funcionamento e de representação social”⁴¹⁹. É então na “casa burguesa que, num primeiro momento, se fazem experimentações sobre a arte da distribuição e sobre os novos modos de vida”⁴²⁰.

A partir dos anos 20 do século XX, “o mundo ocidental conhece então propostas eruditas mais ou menos radicais no universo da arquitectura doméstica”, alargando-se a aplicação de novos conceitos e verificando-se “uma assimilação dos sinais de civilização: generalizam-se os dispositivos de higiene baseados no sistema de water closet, com casa de banho, água corrente e electricidade”⁴²¹. A tipologia de habitação unifamiliar “funcionou como laboratório da pesquisa moderna [e], ao mesmo tempo, constituiu veículo das transformações que ocorreram ao nível do quotidiano doméstico”. Quando o arquitecto Le Corbusier afirma, em 1923, que “a casa é uma máquina de habitar”, pretendia destacar a interdependência entre os aspectos estéticos, construtivos e funcionais das habitações⁴²².

No período do pós-guerra, a habitação passa a ser eleita tema preferencial dos profissionais que projectam arquitectura (à época, não só arquitectos como outros profissionais). Esta importância veio a reflectir-se no 1.º Congresso Nacional de Arquitectura (1948) e nas diversas obras que se construíram em todo o território nacional. Segundo Ana Tostões, terá sido “inicialmente na habitação unifamiliar, que se ensaiaram novos materiais e tecnologias, novas espacialidades e uma nova estética. Por isso se pode dizer que o programa de habitação unifamiliar vai constituir o primeiro grande tema de pesquisa da arquitectura moderna portuguesa, ao contrário do que se passou com o modernismo dos anos 30 em que a principal encomenda surgiu das esferas públicas empenhando-se os arquitectos a construir a imagem de

⁴¹⁷ TOSTÕES, Ana – *Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, p. 52; RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*, p. 45.

⁴¹⁸ TOSTÕES, Ana – *Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, p. 52.

⁴¹⁹ RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*, p. 45.

⁴²⁰ TOSTÕES, Ana – Pensar, habitar, construir, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – Colóquio Internacional “*Habitar Pensar Investigar Fazer*”. Lisboa: EDIUAL, CEU – Cooperativa de Ensino Universitário C.R.L., 2011/2012, p. 46.

⁴²¹ IDEM – *Ibidem*, p. 50.

⁴²² IDEM – *Ibidem*, p. 51.

perenidade do regime, e deste modo fabricando uma monumentalidade em que o próprio regime se queria ver espelhado”⁴²³.

Ao longo da primeira metade do século XX, a projecção da casa unifamiliar representou tanto uma mudança como uma continuação das formas de pensar a casa. A concretização deste aparente paradoxo resultou da fusão dos “valores civilizacionais da cultura oitocentista” com a consolidação da “noção de espaço privado e o conceito de conforto”, conceitos que passaram a estar frequentemente presentes no “projecto moderno trazido pelas vanguardas do início do século XX”⁴²⁴.

As grandes mudanças na projecção das casas ocorridas ao longo do século XX reflectem tanto mudanças sociais como nos encomendantes⁴²⁵, mas também ao nível de conceitos formulados nos países do norte da Europa ao longo dos séculos anteriores (XVII a XIX). De Inglaterra chegaram conceitos importantes, como o de “comfort”, que reforça a ideia de “transformação das mentalidades e dos costumes”. Com a Revolução Industrial aparecem no mercado “artigos e bens de consumo inesperados, a arquitectura doméstica evolui para standards de conforto até aí desconhecidos da habitação corrente”. Este fenómeno foi ganhando cada vez maior importância, andando a par com as evoluções oriundas do movimento das “Arts and Crafts”⁴²⁶. Outros conceitos, como privacidade e domesticidade, surgem no século XVII, na Holanda, e ao longo de todo o século XVIII generalizam-se por todos os países vizinhos do norte da Europa, acabando por se reflectir mais tardiamente em Portugal⁴²⁷.

Henry-Russell Hitchcock, na obra “Architecture: Nineteenth and twentieth centuries”, e Vicent Scully, nas obras “Modern Architecture: The architecture of democracy” e “The shingle style & the stick style”, dedicam-se ao estudo e evolução da casa unifamiliar no século XIX. Na opinião de Rui Ramos, estes trabalhos “constituem a referência fundamental para a compreensão da casa e da sua transformação no século XX”. Hitchcock, no estudo dedicado à habitação unifamiliar, em especial a isolada, destaca a importância da história da habitação anglo-americana entre 1790 e 1890, referindo que durante a Idade Média eram raros os casos de habitação urbana individual nos países do norte da Europa, mas pelo contrário

⁴²³ IDEM – *Ibidem*, pp. 52-53.

⁴²⁴ IDEM – *Ibidem*, p. 45.

⁴²⁵ IDEM – *Ibidem*, p. 46.

⁴²⁶ IDEM – *Ibidem*, p. 46.

⁴²⁷ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*, 2010, p. 30.

predominavam as habitações justapostas, designadas de “party-wall”. O desejo pela casa individual levou ao aparecimento dos “terrace-house”⁴²⁸, construções que “pretendiam incorporar simultaneamente o desenho de individualidade, em habitações unifamiliares, e a agregação dessas partes num conjunto com forte impacto urbano” e com um efeito de monumentalidade⁴²⁹.

Como refere Sharon Marcus, “num período em que o carácter individual é cada vez mais colocado em risco de se fundir e se perder na complexa maquinaria da vida moderna, os Ingleses não podiam aceitar sem consideração nenhum modo de vida que pareça conduzir para o seu futuro apagado. [...] De acordo com esta lógica paradoxal, os ingleses eram simultaneamente diferenciados e associados pela sua fidelidade a formas idênticas de individualidade pessoal (independência) e individualidade arquitectónica (habitações separadas)”⁴³⁰. Na opinião de Nelson Mota, a partir do reinado da Rainha Victória (1837-1901) os edifícios de habitação ganham cada vez maior nível de individualização, através da aplicação de certos elementos arquitectónicos, como as “bow windows” ou as escadas, colocadas de forma a delimitar cada fogo⁴³¹. Rui Ramos aponta estas formas como factores essenciais para o aparecimento da casa individual e refere que será ao longo do século XIX que a casa unifamiliar isolada irá aparecer e implementar-se nas colónias britânicas, na América, e nos países anglo-saxónicos, até a criação do modelo da Cidade-Jardim⁴³².

É também importante salientar a influência da arquitectura vernacular do sul da Europa. Na opinião de Rui Ramos “a determinação desta influência múltipla é significativa na fixação, na casa burguesa, de uma imagem que não se pode resumir a um fenómeno local ou nacional, por ser a afirmação de uma burguesia que vive a nostalgia do passado, do apego à terra e dos seus estilos. Faltará ainda acrescentar a vontade modernizante da burguesia que sobre a casa rústica pretende dar resposta a outro estilo na viragem do século, de que as estâncias de veraneio são sinal eloquente”⁴³³.

⁴²⁸ RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*, p. 77.

⁴²⁹ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuguesa no final do século XIX*, 2010, p. 31.

⁴³⁰ Citado em MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuguesa no final do século XIX*, 2010, p. 31.

⁴³¹ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuguesa no final do século XIX*, 2010, p. 32.

⁴³² RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*, p. 77.

⁴³³ IDEM – *Ibidem*, p. 95.

Estes e outros aspectos encontram-se patentes, por exemplo no conceito da “Casa Portuguesa”, especialmente desenvolvida pelos arquitectos Raul Lino e Ernesto Korrodi. Apesar de estes arquitectos possuírem formações diferentes, que explicam algumas diferenças estilísticas e formais, “vamos encontrar nas suas obras o mesmo interesse pela citação pitoresca da construção tradicional, pela referência aos antigos solares e às casas populares, pese embora o carácter divergente de cada obra”⁴³⁴. Tratam-se de obras eruditas que propunham uma nova organização do programa doméstico e do espaço habitável, em que é dado um tratamento especial aos volumes e às superfícies, evidenciando-se os recortes geométricos, como por exemplo os vãos, e onde se aplicam elementos arquitectónicos e decorativos rústicos, tais como beirais, alpendres, escadas exteriores, nichos ou janelas geminadas⁴³⁵.

Dentro da paisagem urbana portuense, as diferentes tipologias de habitação adquirem uma grande importância. Similarmente ao ocorrido noutras cidades (e países), a predilecção pela moradia unifamiliar não foi uma realidade do século XX, mas antes uma tipologia adoptada pelo menos desde a intervenção dos Almadás. Para alguns autores, a expansão da cidade para fora da muralha, em meados do século XVIII, ocorreu “com base na habitação individual, manifestando-se na adopção de uma métrica de divisão da propriedade que recupera as características dos lotes da cidade medieval, principalmente as dos quarteirões mais regulares à cota baixa com frente estreitas e um desenvolvimento em profundidade”⁴³⁶. O burguês que veio ocupar os arruamentos novos ou intervencionados pela gestão dos Almadás continuou a exigir a tradicional habitação unifamiliar, com acessos independentes e respectiva privacidade. Os edifícios de habitação construídos na época mantiveram características do período anterior, nomeadamente a relação com o lote e com a rua. Contudo, estas construções apresentavam agora maior largura e profundidade e dispunham de terrenos destinados a logradouros. As frentes urbanas dos lotes variavam entre cerca de 5 a 7 metros (23 a 32 palmos), a profundidade era habitualmente de aproximadamente 12 ou 22 metros (54,5 ou 100 palmos), e os logradouros apresentavam medidas variáveis e não tipificadas⁴³⁷.

⁴³⁴ IDEM – *Ibidem*, p. 100.

⁴³⁵ IDEM – *Ibidem*, pp. 100-101.

⁴³⁶ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*, 2010, p. 79.

⁴³⁷ Neste período existiam ainda outras tipologias de edifícios de habitação na cidade do Porto que Francisco Barata atribui ao período mercantilista, a casa com uma só frente, sem logradouro, e a casa com duas frentes, com ou sem logradouro. Os edifícios de uma só frente apresentam pouca profundidade, 10 a 15 metros, e

Os projectos criados pela Junta de Obras Públicas utilizaram o modelo da casa unifamiliar para criar um “desenho de conjunto regrado e unificador”⁴³⁸ (Figura 10). Para Francisco Barata, tratou-se antes de mais de “uma mudança qualitativa no modo de se fazer cidade”⁴³⁹. O mesmo autor refere que “os desenhos de alçados de conjunto das novas ruas do Porto revelam que Pombal propõe à burguesia portuense habitar em construções que se assemelham, em escala urbana e composição, aos novos palácios da nobreza iluminada”; criava-se assim a ideia de palácio urbano. Estes palácios urbanos, que do ponto de vista construtivo se adaptavam às diferentes condições morfológicas do terreno, serviam no piso térreo para funções não habitacionais, correspondendo os restantes pisos à habitação⁴⁴⁰.

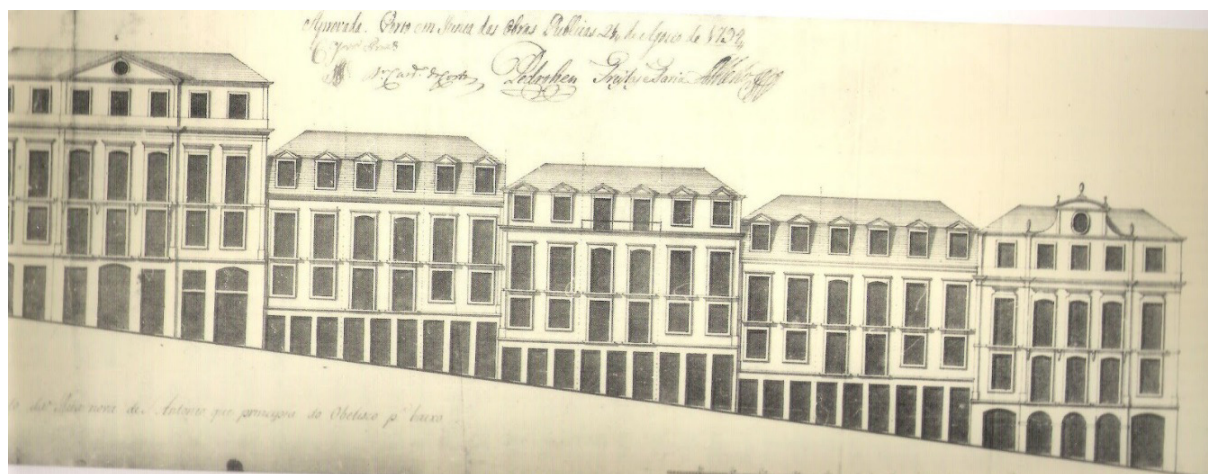


Figura 10. Exemplo de alçado para um conjunto na Rua Nova de Santo André do período da intervenção dos Almadás (António Pinto Miranda, 1724)

[Fonte: http://portoarc.blogspot.pt/2012_10_01_archive.html]

Este tipo de casa, inserido em lote estreito e profundo, em banda ou construído de forma autónoma, continuou a ser uma realidade que se prolongou pelos séculos XIX e XX. Estas

largura média de aproximadamente 4,5 metros (20,5 palmos). Estes edifícios abrem-se directamente para a rua, são formados por 2 ou 3 pisos, e ocupam a quase totalidade do lote. Esta tipologia localiza-se, sobretudo, nas zonas inter-muralhas e de Miragaia. Outros quarteirões próximos do rio Douro, áreas da Ribeira-Barredo e Miragaia e alguns da Sé e Vitória, apresentam uma estrutura mais regular, permitindo o desenvolvimento da tipologia de duas frentes que, segundo a opinião de alguns autores, se terá tratado da duplicação da primeira tipologia. Os lotes onde estas se inserem são semelhantes aos da anterior em termos de largura, mas apresentam maior profundidade (entre os 20 e os 30 metros), com o aparecimento do espaço exterior, ou seja, o logradouro, que vai ganhando cada vez mais importância. GONÇALVES, Rui Tiago Pereira – *A reabilitação face à sustentabilidade – Casa burguesa do Porto*, pp. 92-103.

⁴³⁸ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*, 2010, p. 76.

⁴³⁹ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 142.

⁴⁴⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 143.

casas eram sobretudo, “estreitas e altas”, podendo ser também designadas de casas “médias”, ou seja, casas que não eram “nem humildes nem luxuosas ou ricas, de um ou mais andares”⁴⁴¹. Era uma “arquitectura cosmopolita que se estendeu por vários portos da Europa desde o Mediterrâneo ao mar do Norte”⁴⁴², possuindo algum requinte, traduzido na aplicação de ornatos em ferro ou pedra⁴⁴³.

Diversos autores, tais como Aderbal Jurema no estudo sobre “O sobrado na paisagem recifense” (1952), referem a existência deste tipo de habitação em algumas zonas da cidade do Porto, indicando que a sua origem é flamenga, sendo apontada como origem o facto de Portugal e a Flandres terem tido uma forte relação comercial⁴⁴⁴. Nesta linha de pensamento, encontram-se também os estudos de Ernesto Veiga Oliveira e Fernando Galhano, na obra “Casas esguias do Porto e sobrados do Recife” (1986)⁴⁴⁵. O historiador Flório de Vasconcelos, no artigo com o mesmo nome que o trabalho anterior e publicado dois anos mais tarde (1988), também aponta a origem como sendo possivelmente flamenga, formulando contudo outras hipóteses, nomeadamente indica “ser legítimo invocar para as construções dos séculos XVIII e XIX, a semelhança de certas fachadas inglesas, especialmente da londres georgiana”, tal como anteriormente já referimos. Este mesmo autor refere que se tratam de casas com “tradição sem dúvida de raiz medieval e que podemos filiar num estilo de vida que se contentava com espaços exíguos para habitação (uma característica porventura herdada do habitat rural) e na carestia e dificuldades técnicas da construção de grandes edifícios”⁴⁴⁶. Na opinião de Paula Peixoto, baseando-se em Flório de Vasconcelos, a construção em grande número deste tipo de casas deveu-se ao facto de o Porto “ser uma cidade onde a economia de espaço se fez sentir, característica presente em todas as cidades amuralhadas ou portuárias”⁴⁴⁷.

A casa popular e burguesa tornou-se num “marco que se fixou como o tipo habitacional característico da cidade que se perpetuou”⁴⁴⁸, permanecendo ao longo da primeira metade do

⁴⁴¹ CRUZ, Maria Antonieta – *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1999, p. 371.

⁴⁴² PEIXOTO, Paula Torres – *Palacetes de brasileiros no Porto (1850-1930). Do estereótipo à realidade*, p. 43.

⁴⁴³ CRUZ, Maria Antonieta – *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, p. 378.

⁴⁴⁴ PEIXOTO, Paula Torres – *Palacetes de brasileiros no Porto (1850-1930). Do estereótipo à realidade*, p. 43.

⁴⁴⁵ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Casas esguias do Porto e sobrados do Recife*.

⁴⁴⁶ VASCONCELOS, Flório – Casas esguias do Porto e sobrados do Recife, in *Tripeiro*, Série Nova, ano VII, n.º 1, Janeiro de 1988, p. 28.

⁴⁴⁷ PEIXOTO, Paula Torres – *Palacetes de brasileiros no Porto (1850-1930). Do estereótipo à realidade*, p. 43.

⁴⁴⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 45.

século XX devido à longa tradição secular e ao que Oliveira e Galhano designaram como uma questão de “inércia cultural”⁴⁴⁹.

Apesar de a casa estreita permanecer na paisagem urbana da cidade do Porto na primeira metade do século XX, verificaram-se mudanças. De facto, este tipo de habitação entra numa nova fase: associado ao alargamento da área comercial para outras zonas da cidade, verifica-se que as casas de carácter híbrido adquirem maior expressão nessas zonas⁴⁵⁰.

A habitação unifamiliar anteriormente descrita, com funções comerciais no rés-do-chão, coexistia com tipologias unifamiliares destinadas exclusivamente à função habitacional. Algumas destas habitações eram isoladas, enquanto que outras eram geminadas ou em banda. Em qualquer caso, a habitação unifamiliar sem comércio também não é uma realidade exclusiva do século XX. Terá surgido em meados do século XIX, quando a burguesia portuense se assumiu como grupo social dominante, associada aos novos conceitos urbanos, culturais e sociais introduzidos pelo liberalismo. Um dos aspectos mais relevantes é a crescente valorização da família e, consequentemente, a importância do seu conforto, proteção e intimidade. Gaspar Pereira refere que a privacidade era reforçada “com uma crescente racionalização do espaço interior e com um conjunto de barreiras entre a casa e a rua. Veda-se a olhos estranhos o espaço privado”⁴⁵¹.

Quanto à forma de pensar a casa, estas tipologias continuam a apostar na casa “estreita e alta” inserida na estrutura de lotes estreitos e profundos, mas passando a ser monofuncionais. Com o avançar da expansão e reestruturação da cidade, consequência da revolução industrial, em paralelo com o aparecimento de estruturas auxiliares à indústria e à cidade moderna, surgem também zonas destinadas exclusivamente à habitação. Nestas zonas, contrariamente ao que se verificava nas novas zonas comerciais, caminhava-se para um processo de afastamento entre a vida doméstica e a vida económica, patente no abandono das casas polifuncionais⁴⁵². A casa reflectia a necessidade de ascensão social da burguesia numa altura em que “já exercendo

⁴⁴⁹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*.

⁴⁵⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 344.

⁴⁵¹ PEREIRA, Gaspar Martins – *No Porto Romântico, com Camilo*. Porto: Casa Comum-Centro Cultural, 1997, p. 81.

⁴⁵² PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 47.

profissões liberais, ou ocupando cargos em serviços públicos e privados, ou engrandecendo e especializando a sua actividade comercial e industrial”⁴⁵³.

Segundo alguns autores, será esta nova forma de casa (apenas destinada à habitação) que se irá expandir pela cidade desde o seu aparecimento e ao longo do século XX. Segundo Francisco Barata, esta tipologia, que apresenta “algumas semelhanças formais com modelos da primeira metade de oitocentos, é do ponto de vista arquitectónico completamente distinta. Esta tipologia, que representará um corte radical com as anteriores ao propor a especialização funcional das construções, será de origem nórdica, provavelmente britânica”⁴⁵⁴. Tratam-se de edifícios de maior complexidade quando comparados com os que possuem comércio, e caracterizam-se por serem casas urbanas compostas por “dois, três ou quatro pisos, com duas frentes e paredes de medeação que representam a convicção na perdurabilidade deste modelo de construção e de lote, para se fazer cidade”⁴⁵⁵. Noutros casos, as habitações possuem três frentes, fazendo-se o acesso lateralmente; conforme designadas por Maria Pires, estas “casas grandes” caracterizam-se por serem mais pequenas que os palacetes e com menores acessos⁴⁵⁶. Em ambos os tipos, o rés-do-chão poderia ser elevado ou térreo⁴⁵⁷.

Palacetes

Ao mesmo tempo existiam casas de maior importância arquitectónica, destinadas à elite do Porto, ou seja, às novas classes sociais, formadas no século XIX. O período oitocentista “foi um verdadeiro caldeirão social, com o colapso de algumas classes e a ascensão quase espontânea de outras. Por um lado, a antiga nobreza histórica [...] mantinha-se fiel a ideais *legitimistas*, o mesmo será dizer à memória da glória perdida e dos privilégios seculares. Por outro, surgiu uma nova aristocracia [...], que brevemente se interessou mais em suportar-se a si própria, do que aos seculares valores que rodeavam o Trono”⁴⁵⁸. O período oitocentista e as primeiras décadas de novecentos foram marcados pelo “período dos burgueses” e dos “brasileiros de torna-viagem” e, conseqüentemente pelo desenvolvimento de novas

⁴⁵³ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 175.

⁴⁵⁴ IDEM – *Ibidem*, p. 14.

⁴⁵⁵ IDEM – *Ibidem*, p. 171.

⁴⁵⁶ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, p. 102.

⁴⁵⁷ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*; PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*.

⁴⁵⁸ GRAÇA, Manuel de Sampaio Pimentel Azevedo – *Construções de elite no Porto (1805-1906)*, p. 24.

actividades culturais e económicas por parte destes grupos e por uma nova forma de pensar a cidade e os espaços edificados.⁴⁵⁹ Ao longo do século XIX esta nova burguesia foi-se renovando, sendo fortemente influenciada pelas comunidades inglesa e brasileira. Estas influências acabariam por se reflectir na concepção das habitações, “desde as opções de relação do edifício com a cidade até ao nível da linguagem arquitectónica”, permanecendo ao longo do século XX. Na cidade do Porto podem encontrar-se, como evidência desta classe e suas influências, “edifícios inseridos na estrutura urbana, participando na frente da rua, ou casos em que o edifício se implanta no interior do lote, distanciando-se da rua”⁴⁶⁰.

Tratam-se de moradias isoladas, nas suas diferentes tipologias de palacetes (de brasileiros ou não, “chalets”...) destinados à enobrecida e endinheirada média e alta burguesia, que evidenciavam não só o bem-estar económico dos seus proprietários como o seu prestígio e o seu “requinte estético”, mesmo nas construções mais modestas⁴⁶¹ (Figura 11). Tratam-se de edifícios onde o exterior reflecte o interior, quer em termos funcionais, quer estéticos. As fachadas “revelam uma determinada organização, possuem diversos acessos, espaços distintos, à recepção e à família, dispositivos esses confortáveis iluminados e aquecidos”, e a sua “leitura horizontal, simétrica e sóbria” transmite imponência e ostentação⁴⁶².

⁴⁵⁹ Segundo Manuel Graça, entre finais do século XVIII e meados do século XIX assiste-se a um adensamento da percentagem de portugueses que emigraram para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Muitos acabariam por ficar por terras brasileiras, enquanto outros regressavam ao Porto passados alguns anos. ALVES, Jorge Fernandes – *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos, 1994.

⁴⁶⁰ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*, 2010, p. 84.

⁴⁶¹ CRUZ, Maria Antonieta – *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, pp. 368-369.

⁴⁶² PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, p. 101-102.

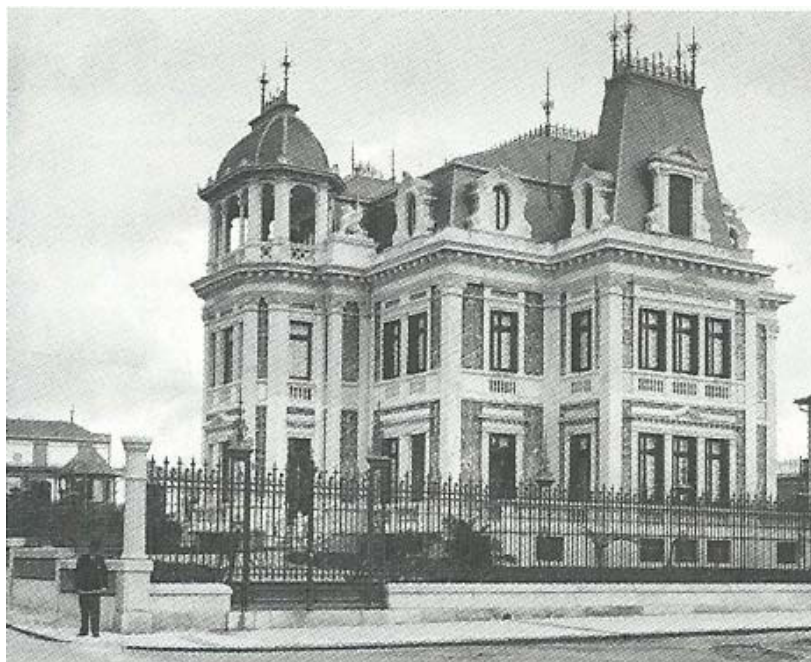


Figura 11. Exemplo de palacete oitocentista (1898)

[Fonte: MOTA, Nelson – A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX]

Como indicado pela própria designação, os palacetes tratam-se de “pequenos palácios”, apresentando arquitectura e funções distintas das casas “estreitas e altas”. Estes imóveis surgem nesta cidade não na parte considerada antiga, mas antes nas zonas de expansão, “construídos ou adquiridos pela burguesia triunfante, sempre nostálgica da simbologia aristocrática”⁴⁶³. Como é referido por Jaime Ferreira Alves para a época moderna, o Porto “não é uma cidade de palácios”, sendo que “a maioria das residências da nobreza que aqui vivia, muitas vezes uma burguesia enobrecida, não passavam de palacetes”⁴⁶⁴. Este continuará a ser então o modelo de moradia usado pela burguesia nos séculos XIX e XX.

Esta tipologia caracteriza-se pela inserção em lotes de maior dimensão (formados pela junção de dois ou mais lotes), por possuir quatro ou mais fachadas, e pela presença de jardins e outros elementos circundantes⁴⁶⁵. Estes edifícios seguem a tradição dos antigos palácios urbanos (a que no Porto frequentemente se chamou “casa nobre”), ou seja, das “casas largas e baixas”, de “amplas fachadas em linhas horizontais, de rés-do-chão e andar, enriquecido muitas vezes com um mezanino ou um piso suplementar de serviço, que servem de pretexto a

⁴⁶³ PEIXOTO, Paula Torres – *Palacetes de brasileiros no Porto (1850-1930). Do estereótipo à realidade*, p. 48.

⁴⁶⁴ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*, vol. I. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1988, p. 128.

⁴⁶⁵ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*, 2010, p. 85.

primores arquitectónicos que os mascaram”, propriedade de uma classe que, pretendendo afirmar o seu prestígio, “transferiu para a cidade o conceito de casa senhorial do campo, e fez da sua residência uma espécie de solar urbano à beira-rua”⁴⁶⁶.

Os palacetes destacam-se das restantes tipologias sobretudo pela sua horizontalidade e maior dimensão. Implantam-se nos lotes de forma diversa, no interior dos quais, como referido anteriormente, a propriedade aparece como forma autónoma e normalmente associada a outros espaços importantes, como os jardins. Nuns casos poderão estas moradias estar implantadas sem acesso directo à rua, e noutros com acesso directo a ela. O palacete de habitação com acesso directo à via pública é descrito por Ernesto Veiga como fazendo parte da casa do “tipo burguês afidalgado” que pretendia “traduzir o desejo de ostentação das fortunas recentes: é o típico «palacete» do Porto, misto de casa larga e casa burguesa, com a aparência de um corpo central onde se rasga a porta de entrada, e dois andares elevados acima de lojas altas”⁴⁶⁷.

Muitos destes palacetes adquirem a designação de “chalets”, frequentemente atribuídos aos brasileiros que retornavam a Portugal. Nelson Mota refere-se a este grupo social com formado por indivíduos ricos e poderosos que ascenderam à alta burguesia, com elevada visibilidade social e que, consequentemente “deixam a sua marca de abastança na paisagem social que os envolve, através de residências faustosas”⁴⁶⁸. As frequentes viagens pelo país e pelo estrangeiro, associadas aos conhecimentos culturais de quem projectava a arquitectura e, em muitos casos, ao próprio gosto dos encomendantes, levou ao que Ramalho Ortigão referiu de uma “híbrida confusão alucinada do *chalet* suíço, do *cottage* inglês, da fortaleza normanda, do minarete tártaro e da mesquita moura”⁴⁶⁹. As referências e opções arquitectónicas e de linguagem artística que coexistem nestas habitações são múltiplas. “Revivalismos, ecletismo, arte nova, mas também o exotismo derivado da introdução das tipologias formais do *chalet* e da *cottage* e, sobretudo, tradicionalismo e *casa portuguesa* são frequentes”⁴⁷⁰.

⁴⁶⁶ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 319.

⁴⁶⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 344.

⁴⁶⁸ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*, 2010, p. 92.

⁴⁶⁹ FRANÇA, José Augusto – *A Arte em Portugal no século XIX*, vol II, 3.^a ed. Venda Nova: Bertrand Editora, 1990, p. 172.

⁴⁷⁰ GOMES, Maria Marques Calado de Albuquerque – *A cultura arquitectónica em Portugal 1880-1920. Tradição e inovação*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa em 2003, p. 353.

Encontramos então alguns palacetes que seguem a tradição conservadora dos séculos anteriores, de influência sobretudo neoclássica e dos chamados “neos” e do ecletismo das *beaux-arts*. Com o avançar do século XX começam a encontrar-se claras referências aos modelos da arquitectura do Movimento Moderno internacional, numa mistura por vezes exagerada e de difícil leitura, gerando um movimento de progressivo abandono do típico “palacete”, que dá lugar à habitação unifamiliar moderna.

Casas térreas

Outra tipologia presente na paisagem da cidade do Porto são as casas formadas apenas por um andar. Trata-se de uma “arquitectura muito simples e onde os elementos decorativos eram excepção”⁴⁷¹. Eram “pequenas e humildes casas de porta e janela, isoladas ou em grupo”, sendo “utilizadas para habitação de famílias mais pobres, tendo sido comprovado também que delas fez residência um número considerável de donos de oficinas de poucos recursos económicos”⁴⁷² (Figura 12).

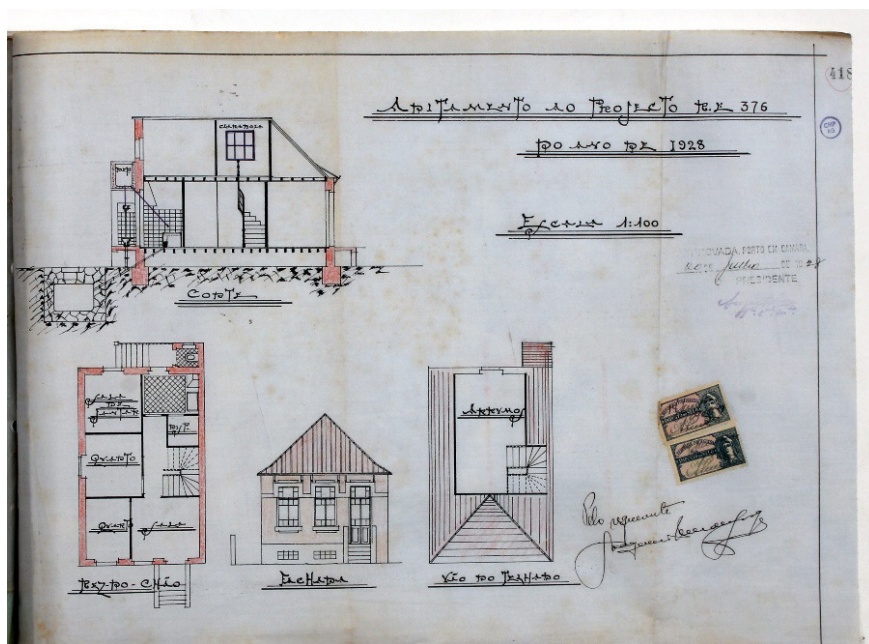


Figura 12. Exemplo de casa térrea da primeira metade do século XX

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 166/1928)]

⁴⁷¹ CRUZ, Maria Antonieta – *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, p. 378.

⁴⁷² IDEM – *Ibidem*, p. 371.

Quintas e casas de lavoura

As quintas e casas de lavoura assumem importância na cidade do Porto da primeira metade do século XX, sobretudo nas áreas rurais periféricas⁴⁷³. A tradição que muitas famílias abastadas mantinham de possuir, para além da habitação no centro da cidade, uma casa no campo, fez com que a paisagem destas zonas fosse marcada por construções imponentes⁴⁷⁴. Ao longo do século XX, e apesar da crescente importância da industrialização e, consequentemente, da construção de unidades e infra-estruturas industriais, manteve-se a criação de áreas e estruturas rurais, incluindo a construção de quintas (Figura 13).



Figura 13. Exemplo de quinta na freguesia de Paranhos

Para além do carácter de recreio que assumiam para as famílias abastadas, estas quintas não deixavam de ter funções relacionadas com a lavoura e restantes actividades tipicamente rurais, pelo que a casa rural assume grande importância neste panorama⁴⁷⁵. Segundo Albert Demangeon, as principais particularidades deste tipo de habitação prendem-se com a estruturação interna das divisões e distribuição das infra-estruturas em função das actividades

⁴⁷³ MADUREIRA, Helena; PIMENTA, José Ramires – Natureza e cultura no Porto do século XIX, in *Revista Convergência Crítica. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social – NEPETS*, vol. I, n.º 2, 2012, p. 84; *Porto Norte. Dinâmicas urbanas e sua evolução*, p. 65.

⁴⁷⁴ RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, p. 321; FONSECA, Adélia Luísa T. Silva – *Porto Norte. Dinâmicas urbanas e sua evolução*, p. 65.

⁴⁷⁵ ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA – *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Editorial Verbo, 2001, p. 3291; FONSECA, Adélia Luísa T. Silva – *Porto Norte. Dinâmicas urbanas e sua evolução*, p. 65.

com elas relacionadas, muito mais do que com os ornamentos e outros aspectos exteriores, como verificado para outras tipologias⁴⁷⁶.

V.1.2.2. Habitação plurifamiliar

Conforme indicado pela sua designação, a habitação plurifamiliar corresponde a um conjunto de tipologias que têm em comum serem pensadas e projectadas para a utilização por mais de uma família e uma estrutura que combina “a existência de espaços autónomos para a habitação de cada família e espaços comuns e colectivos essenciais ao desempenho do programa do edifício”⁴⁷⁷. Estas habitações podem possuir ou não comércio e serviços, ser ou não destinadas a aluguer, repetir-se por um ou por vários pisos, e agrupar-se ou não em diferentes edifícios. Tal como noutras tipologias, estes edifícios podem implantar-se na malha urbana e organizar-se “por simples justaposição de unidades organizadas”, sendo estas formas “pensadas isoladamente como meios de vida autónomos”, isto é, o desenho do conjunto é feito de “forma a fazer predominar a unidade-conjunto sobre a célula familiar”⁴⁷⁸.

Desde o século XVII que existem referências à habitação multifamiliar em altura, especialmente destinada a aluguer⁴⁷⁹. Segundo Francisco Barata, esta tipologia surgiu devido a “um processo de sucessivas adaptações de modelos, que teriam como referencial inicial o palácio”. Contudo, e apesar de este processo ter estado na origem deste grupo tipológico, a difusão da tipologia plurifamiliar apenas se terá verificado desta forma em cidades onde existia grande número de palácios, como por exemplo nalgumas cidades italianas. Francisco Barata refere a existência desta tipologia em Portugal já no final desse século (XVII), referindo-se às “notícias de sucessivas mudanças de propriedade e de função de alguns dos

⁴⁷⁶ LIMA; Fernando de C. Pires de (dir.) – *A arte popular em Portugal. Ilhas adjacentes e ultramar*, vol. I. Lisboa: Editorial Verbo, 1968, p. 15.

⁴⁷⁷ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 181.

⁴⁷⁸ PORTAS, Nuno – *A habitação social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*. Porto: FAUPpublicações, 2004, pp. 95-96.

⁴⁷⁹ Na realidade, os “prédios de apartamentos” eram já uma realidade na Roma imperial, mais concretamente quando falamos da *insula*, e como é referido numa passagem do Atlas de Arquitectura (1996) “Os grandes edifícios de habitação fazem parte da organização geral da vida pública do Império, com as suas ruas comerciais, as lojas de pronto-a-comer e as termas. Depois do Império Romano, este estilo de vida próprio da grande cidade só voltará a acontecer no fim do século XIX”; traduzido e citado por BARREIROS, Maria Helena – “Unidades de habitação” antes da letra: Da racionalidade do projecto pombalino, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – *Colóquio Internacional “Habitar Pensar Investigar Fazer”*. Lisboa: EDIUAL, CEU – Cooperativa de Ensino Universitário C.R.L., 2011/2012, p. 111.

principais palácios nacionais”. Contudo, “até à decadência da cidade industrial, os processos de transformação arquitectónica eram, acima de tudo, processos de recuperação, um misto de poupança e perpetuação de uma memória colectiva”. Só a partir do século XIX é que estes “processos passaram, também, a ser encarados como a possibilidade de sobrevalorização da componente estética da obra da arquitectura”⁴⁸⁰.

A partir de meados do século XVIII, nas principais cidades do centro e sul da Europa (incluindo Lisboa) muitas das tipologias da habitação plurifamiliar surgiram da adaptação dos modelos do palácio e das *insula romana*, enquanto que no norte da Europa, com cidades sobretudo mercantis, e na cidade do Porto, o processo de transformação e adaptação da habitação plurifamiliar ocorre sobretudo pela ocupação de casas burguesas, até então unifamiliares, por mais do que uma família. Nesta época não interessa tanto o “modelo teórico de habitação plurifamiliar que se constrói” mas antes “a progressiva recuperação do edifício de habitação unifamiliar para uso de vários inquilinos que fornece a resposta às carências de habitação existentes”, sendo o modelo da casa burguesa estreita aquele que melhor se adapta a esta realidade. Isto porque, no Porto, como na maioria das cidades mercantis do Norte da Europa, “os antigos palácios, as casas urbanas de nobres e de burgueses não abundavam. Localizavam-se preferencialmente fora de portas em ambiente rural”. “É a via pobre, simultaneamente individualista e solidária, de criação provisória e casuística de habitação”⁴⁸¹.

Foi ao longo do século XIX que este tipo de arquitectura ganhou maior expressão. Logo na primeira metade do século surgem os primeiros modelos de habitação colectiva, nas cidades em crescimento, que se destinavam sobretudo aos trabalhadores e classes mais desfavorecidas. Mas foi com a Revolução Industrial que esta tipologia adquiriu maior impacto. É nesta altura que ocorre, grosso modo, a separação entre o local de trabalho e a habitação. Segundo Carlos Martini, a forte promoção imobiliária deste período proporcionou uma densificação quer em altura quer em profundidade: “el elemento construtivo en la formacion de las ciudades capitales del siglo XIX pasa a ser el bloque urbano o manzana, com 4 puestos por edificios residenciales colectivos”. Contudo, as construções, e em especial, as

⁴⁸⁰ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 225.

⁴⁸¹ IDEM – *Ibidem*, p. 226.

construções em altura, foram também possíveis devido a inovações técnicas e ao nível dos materiais⁴⁸².

Nas cidades de forte pendor industrial as vias adquirem grande importância e a implantação dos edifícios passa a ser prevista nestas vias, desenvolvendo-se o conceito de infraestrutura, que “transforma cuantitativa y cualitativamente el concepto de calle y genera mecanismos de gestión del suelo urbano desconocidos hasta entonces”⁴⁸³. Nas novas cidades que se iam formando ao longo do século XIX, as infraestruturas representam o suporte e os edifícios plurifamiliares são os elementos que preenchem o tecido urbano⁴⁸⁴. Numa altura em que as cidades sofriam profundas reestruturações e intervenções, o edifício de habitação plurifamiliar foi aquele que melhor se “adaptou à condição de parcela no quarteirão, com duas frentes, a altura limitada pela largura da rua, a orientação condicionada pela implantação do quarteirão e a organização interna sujeita a limitações de profundidade e largura”⁴⁸⁵.

Este tipo de edifício torna-se uma unidade auto-suficiente, e insere-se cada vez mais numa abordagem dos problemas da urbanística moderna, criando-se diversos modelos ideológicos⁴⁸⁶. Destes modelos, destacam-se as propostas do “falanstério” de François Marie Charles Fourier (1772-1837; Figura 14), ou do “familistério” de Jean Baptiste Godin (1817-1889; Figura 15). Estas propostas funcionam como uma espécie de comunidades pensadas para albergar grande número de habitantes em edifícios de habitação colectiva. Esta mudança na organização urbana surge segundo a utopia das sociedades industriais, na qual o colectivo se sobrepõe ao individual⁴⁸⁷. Estes projectos, e especialmente, o familistério de Godin⁴⁸⁸, pelo seu conceito e organização, terá estado na base da “unité d’habitation” que Le Corbusier criou para Marselha (Figura 16), que permitia uma “vida em comum” mas “sem que ninguém invada o espaço da privacidade e intimidade de cada um, assim como a vida colectiva

⁴⁸² ARÍS, Carlos Martí – *Las formas de la residencia en la ciudad moderna*, 2.ª ed. Barcelona: Edicions UPC, 2000, pp. 14-15.

⁴⁸³ IDEM – *Ibidem*, p. 15.

⁴⁸⁴ RIBEIRO, Sandra Marisa Azevedo Barbosa – *O espaço exterior no edifício de habitação plurifamiliar. A construção da Rua Arquitecto Marques da Silva*, p. 19.

⁴⁸⁵ FONSECA, João Pedro Esteves de Carvalho – *Forma e estrutura no bloco de habitação, Património Moderno em Portugal*, pp. 34-35.

⁴⁸⁶ BENEVOLO, Leonardo – *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Presença, 1987, p. 47.

⁴⁸⁷ FONSECA, João Pedro Esteves de Carvalho – *Forma e estrutura no bloco de habitação, Património Moderno em Portugal*, p. 35.

⁴⁸⁸ O familistério era formado por uma “uma redução do modelo de Fourier sendo o edifício igualmente decomposto em três blocos fechados, mas os pátios de tamanho modesto são cobertos por vidros e desempenham a função das ruas interiores de Fourier. [...] Estes [três blocos] possuem as seguintes valências: habitações, serviços e equipamentos de ensino, de saúde e de recreio”. FONSECA, João Pedro Esteves de Carvalho – *Forma e estrutura no bloco de habitação, Património Moderno em Portugal*, p. 37.

facilitada por serviços comuns e áreas de reunião, mas sem colidir com a autonomia familiar”⁴⁸⁹.

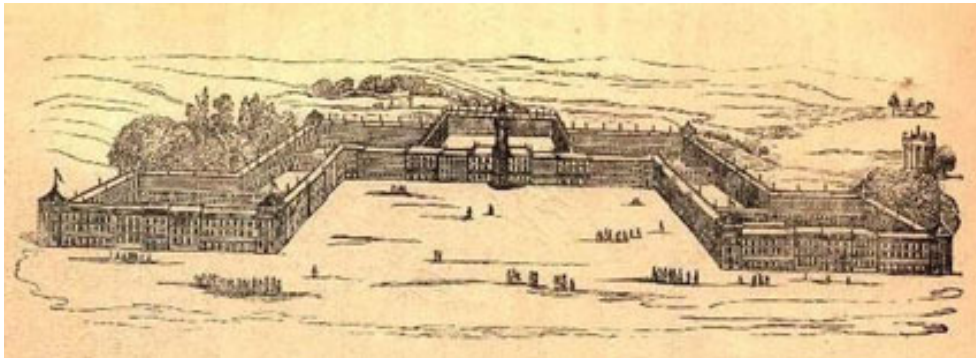


Figura 14. Falanstério de François Marie Charles Fourier

[Fonte: <http://cleasr.blogspot.pt/2011/04/v-behaviorurldefaultvmlo.html>]



Figura 15. Familistério de Jean Baptiste Godin

[Fonte: <http://cleasr.blogspot.pt/2011/04/v-behaviorurldefaultvmlo.html>]

⁴⁸⁹ IDEM – *Ibidem*, p. 37.



Figura 16. “Unité d’habitation” de Le Corbusier para Marselha (1947-1953)

[Fonte: https://www.google.pt/search?q=Unit%C3%A9+d%27+habitation+de+la+corbusier+marselha&espv=2&biw=1280&bih=680&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjrgYjhrvRAhUCbhQKHVXXBJIQ_AUIBigB&dpr=1#imgsrc=fL2SyjPMC0_X9M%3A]

Foi então com base numa cidade especulativa, fruto da revolução industrial, que nos inícios do século XX o Movimento Moderno desenvolveu, sobretudo do ponto de vista teórico, uma série de cidades alternativas. Nesta época desenvolvem-se também uma série de propostas residenciais que, na opinião de Sandra Ribeiro, procuravam “restaurar algumas das características da cidade histórica, nomeadamente a relação de equilíbrio entre a edificação e o espaço livre”⁴⁹⁰. Na primeira metade do século XX, a habitação plurifamiliar torna-se um dos temas centrais da arquitectura, indissociável da história das cidades, numa primeira fase para os arquitectos da Europa Central, e mais tarde em Portugal. Com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a crise no panorama da habitação agrava-se na Europa, ensaiando-se nesta altura os primeiros estudos da habitação colectiva “do nosso tempo”, que rapidamente (nas décadas seguintes) seriam assimilados e transformados pelos arquitectos que participavam nos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna (CIAM)⁴⁹¹. No período pós-industrial, e sobretudo desde a década de 20 do século XX, o tema da habitação plurifamiliar foi a “principal ferramenta do programa ideológico do Modernismo, em grande parte como reacção ao carácter tradicional e estético que o enquadramento cultural

⁴⁹⁰ RIBEIRO, Sandra Marisa Azevedo Barbosa – *O espaço exterior no edifício de habitação plurifamiliar. A construção da Rua Arquitecto Marques da Silva*, pp. 19-21.

⁴⁹¹ FONSECA, João Pedro Esteves de Carvalho – *Forma e estrutura no bloco de habitação, Património Moderno em Portugal*, p. 38.

oitocentista lhe conferiu” mas também como “radicalização e desenvolvimento das obras e projectos desenvolvidos nas primeiras duas décadas do século”⁴⁹².

Como referido anteriormente, neste período surgiram diversos modelos de cidade, tais como a “Garden City of To-morrow” de Howard ou a “Citté Industrielle” de Garnier. Apesar de se tratarem de alternativas às cidades capitalistas, o sistema tradicional da cidade ainda se mantinha nestes projectos. Muitas eram ainda influenciadas pelas ideias da cidade-jardim, composta por bairros de casas unifamiliares, isoladas ou geminadas. Contudo, e conforme sublinhado por Nuno Portas, existiam também nestes projectos algumas formas de maior radicalismo que permitiam um maior afastamento das estruturas existentes. No entanto, este afastamento “não punha em causa, no traçado viário e na disposição da edificação a matriz de relação entre elementos básicos” que formavam as cidades⁴⁹³. Paralelamente aos projectos baseados na cidade-jardim, aparecem projectos para as cidades concentradas, baseados na habitação colectiva, que terão como exemplos máximos os projectos da “cidade vertical” (1924-1925), de Ludwig Hilberseimer, ou da “cidade contemporânea de 3 milhões de habitantes” (1927), de Le Coubusier. Estas propostas tinham por base a cidade oitocentista, mas visavam uma alta densidade populacional, enquanto que os projectos com base na ideia da cidade-jardim se destinavam a cidades de baixa densidade populacional. A criação desta tipologia era entendida como essencial para a resolução de alguns problemas da cidade industrial, nomeadamente, e para além da falta de habitação, o seu crescimento desordenado (especialmente em termos de esquema viário), a não difenciação de espaços de acordo com as suas funções e a falta de espaços livres⁴⁹⁴.

Sendo estes modelos de cidade concentrada esquemas teóricos, a sua aplicação na prática revestia-se de dificuldades. No entanto, existem alguns casos em que estes esquemas foram transportados para a realidade, tais como Amsterdão, Viena (mais concretamente as “Höfe de Viena”), Hamburgo, os novos “Siedlungs” na Alemanha e algumas experiências na então União Soviética. A aplicação dos conceitos teóricos nestas cidades só foi possível porque “o poder público conseguiu sobrepor-se aos interesses privados e fazer prevalecer o benefício do

⁴⁹² CARVALHO, Ricardo – Habitar: da Cidade-Campo à Cidade-Difusa, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – *Colóquio Internacional “Habitar Pensar Investigar Fazer”*. Lisboa: EDIUAL, CEU – Cooperativa de Ensino Universitário C.R.L., 2011/2012, p. 21.

⁴⁹³ RIBEIRO, Sandra Marisa Azevedo Barbosa – *O espaço exterior no edifício de habitação plurifamiliar. A construção da Rua Arquitecto Marques da Silva*, p. 25.

⁴⁹⁴ IDEM – *Ibidem*, p. 23.

interesse comum na organização da cidade”⁴⁹⁵. Nestas propostas eram então conjugados os princípios de concentração e de densidade, próprios das cidades oitocentistas, com os elementos da cidade (ruas, praças, quarteirões), de forma a criar uma cidade mais equilibrada entre o edificado e o espaço livre e entre os espaços públicos e os espaços privados⁴⁹⁶.

O desenvolvimento da cidade moderna surge associado às novas exigências sociais, aos novos hábitos de vida e ao desenvolvimento cultural e tecnológico em curso. Estes factores levaram à criação e generalização de novas formas urbanas⁴⁹⁷. A cidade passa a ser “organizada por funções: cidade funcional em oposição à cidade histórica”. Estes aspectos, que culminam com o pensar da cidade enquanto “fábrica” e da casa enquanto “máquina de habitar” viriam a ser reforçados ao longo dos anos 30 a 50 nos diversos CIAM⁴⁹⁸.

“A necessidade de responder aos problemas causados pelo acelerado crescimento urbano durante a «era da máquina», de construir de forma rápida, económica e com base nos conceitos higienísticos e da arquitectura e do urbanismo modernos, e de conciliar a cidade moderna com a tradicional, levou ao aparecimento dos documentos internacionais conhecidos por «Cartas de Atenas»”. Em 1933 foi publicada a 2.ª “Carta de Atenas”, também conhecida por “Carta do Urbanismo”, que sintetiza a visão do “urbanismo racional” (ou “funcional”) e terá sido baseada nas experiências urbanas já pensadas e realizadas, como as de William Morris, Tony Garnier ou Ebenezer Howard. Esta carta reflecte sobre a habitação, o lazer, o trabalho, a circulação e o património histórico das cidades⁴⁹⁹. Os seus princípios funcionalistas assentam na “necessidade de planeamento regional e intraurbano; a implantação do zonamento, por meio da separação de usos em zonas distintas, de modo a evitar o conflito de uso incompatíveis; a submissão da propriedade privada do solo urbano aos

⁴⁹⁵ IDEM – *Ibidem*, p. 29.

⁴⁹⁶ ARÍS, Carlos Martí – *Las formas de la residencia en la ciudad moderna*, p. 31; RIBEIRO, Sandra Marisa Azevedo Barbosa – *O espaço exterior no edifício de habitação plurifamiliar. A construção da Rua Arquitecto Marques da Silva*, p. 30.

⁴⁹⁷ PORTAS, Nuno – *Os tempos das formas, vol 1: A cidade feita e refeita*. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005, p. 109.

⁴⁹⁸ RIBEIRO, Sandra Marisa Azevedo Barbosa – *O espaço exterior no edifício de habitação plurifamiliar. A construção da Rua Arquitecto Marques da Silva*, p. 31.

⁴⁹⁹ A 1.ª carta data de 1931 e foi elaborada pelo 1.º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos. Assenta sobretudo na criação de métodos para a preservação e restauro das cidades antigas. A criação desta carta foi um momento de reafirmação das teorias relativas ao restauro defendidas em 1884 por Camillo Boitard (1835-1914). O restauro deixa de ser feito com base nas visões românticas, passando a ser um “restauro científico”, baseado em aspectos legais, técnico-construtivos e na orientação das acções de conservação. FERREIRA, Nuno – A influência da Carta de Atenas na evolução urbana do Porto no séc. XX, in *Actas do Simpósio “Património em construção. Contexto para a sua preservação”*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2011.

interesses colectivos; a verticalização dos edifícios situados em amplas áreas verdes; a industrialização dos componentes e a padronização das construções”⁵⁰⁰.

Nesta nova forma de pensar a cidade, a ideia de “rua-corredor”, em forma de canal delimitado pelos edifícios, vai perder importância. A rua, que anteriormente era um factor de atracção, passa a “exercer a função contrária, soltando-se do edificado e dos espaços de acesso”; a própria designação de rua deu lugar à de via, “conquistando um carácter exclusivo de circulação, baseado numa lógica dominada pelo automóvel”⁵⁰¹. Ao mesmo tempo, grupos de moradias que criam o aspecto de um só bloco e edifícios em altura (habitação multiplana), que caracterizam a habitação plurifamiliar, deixam de ser tão inovadores, uma vez que existiam já nos séculos anteriores; contudo, tornam-se no elemento básico e comum da organização das cidades modernas. O bloco (de média ou grande altura)⁵⁰², a torre e o conjunto de moradias unifamiliares passam a ser, enquanto unidade-base, os elementos fundamentais das cidades, mas adquirem novas formas de implantação na cidade. Progressivamente, os quarteirões passam a ser substituídos por estas novas formas de habitar a cidade, que podem adquirir diferentes funções. As cidades começam a crescer cada vez mais na vertical, e estes blocos são a forma que melhor se adapta a esta realidade, bem como à aplicação de novos materiais e técnicas construtivas. O Movimento Moderno no período pós-guerra (anos 40 e 50) empenhou-se cada vez mais em construir novas cidades, novos bairros, ou em renovar e intervir nos já existentes. Estas grandes intervenções passam a ser feitas segundo uma nova forma de pensar a habitação baseada em edifícios colectivos separados uns dos outros⁵⁰³. Estas novas formas propõem uma ruptura com o passado em termos da relação entre os diferentes elementos urbanísticos, tais como o espaço público, o edificado e os logradouros, bem como, globalmente, em termos da forma de pensar as cidades.

A partir deste período, a habitação plurifamiliar, sobretudo a que é formada pelos grandes blocos de habitação colectiva, passa a ser encarada como um “imperativo económico” tanto para as pessoas que a compram como para as pessoas que as vendem ou constroem. Associado a este aspecto, a indústria da construção civil ganha importância, ajustando-se aos

⁵⁰⁰ ALMEIDA, Eneida de – Uma releitura das Cartas de Atenas. *Integração*, n.º 60, 2010, p. 11, citado em FERREIRA, Nuno – A influência da Carta de Atenas na evolução urbana do Porto no séc. XX, pp. 279.

⁵⁰¹ RIBEIRO, Sandra Marisa Azevedo Barbosa – *O espaço exterior no edifício de habitação plurifamiliar. A construção da Rua Arquitecto Marques da Silva*, p. 33.

⁵⁰² Designações usadas em: PORTAS, Nuno – *A habitação social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*.

⁵⁰³ PORTAS, Nuno – *Os tempos das formas, vol 1: A cidade feita e refeita*, p. 109.

novos pressupostos teóricos e práticos através da optimização de recursos, racionalização construtiva e padronização tecnológica⁵⁰⁴. Ao longo do século XX, a “célula mínima habitacional” foi um tema constante de investigação teórica e prática da arquitectura, “investido de significado especial pelo Movimento Moderno, com expressão alargada na reconstrução europeia após a Segunda Guerra. Desde as conclusões do Congresso de Frankfurt dos C.I.A.M. (1929), subordinado ao tema do *Existenzminimum*, passando pela experiência construída nos *Siedlungen* de Ernst May na mesma cidade (1925-1935) e pelas pesquisas de Alexander Klein (a partir de 1928), até a publicações como “Construzione razionale della casa” de Enrico Griffini (de 1939) e o clássico “A Arte de Projetar em Arquitectura” de Ernst Neufert (editado em Alemão em 1936), muitos foram os trabalhos que aspiraram a um rigor científico fortalecedor da cultura arquitectónica racionalista, por um lado, e quiseram construir uma base sólida para a regulamentação oficial que se mostrava urgente, por outro”⁵⁰⁵.

Em Portugal, esta tipologia, em especial a em altura, surgiu “de modo aleatório e sem regras específicas, não traduzindo um gesto unitário de aplicação de uma tipologia urbana de habitação colectiva”⁵⁰⁶. Os princípios da modernidade foram sendo lentamente introduzidos em Portugal: a partir do primeiro quartel do século XX começa-se a apostar na habitação plurifamiliar, mas foi nos anos 40 que este processo alcançou maior impacto nas cidades portuguesas. Com o avançar dos anos, o planeamento urbano e das habitações começam cada vez mais a reflectir as influências estrangeiras da arquitectura moderna, sobretudo de Le Corbusier e das arquitecturas italiana e brasileira⁵⁰⁷. Neste período, as habitações urbanas sofrem uma “actualização de aspectos funcionais, que separam áreas de circulação social/ serviços (verticais e horizontais) e a novas articulações espaciais entre salas/ zonas de serviço”. Assiste-se também à “integração progressiva de novos vocabulários no desenho de fachada que, embora procurem ainda simplificação formal e estilística, articulada, por vezes, com a «art-déco», vão além do simples resultado «modernizante», investindo numa

⁵⁰⁴ AGAREZ, Ricardo Costa – Pragmática da habitação colectiva modernista do quotidiano. Problemas e soluções em Lisboa nos anos de 1950, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – *Colóquio Internacional “Habitar Pensar Investigar Fazer”*. Lisboa: EDIUAL, CEU – Cooperativa de Ensino Universitário C.R.L., 2011/2012, pp. 129-130.

⁵⁰⁵ AGAREZ, Ricardo Costa – Pragmática da habitação colectiva modernista do quotidiano. Problemas e soluções em Lisboa nos anos de 1950, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – *Colóquio Internacional “Habitar Pensar Investigar Fazer”*, pp. 131-132.

⁵⁰⁶ FONSECA, João Pedro Esteves de Carvalho – *Forma e estrutura no bloco de habitação, Património Moderno em Portugal*, p. 50.

⁵⁰⁷ GONÇALVES, José Fernandes – *Edifícios modernos de habitação colectiva – 1948/1961. Desenho e standard na arquitectura portuguesa*, pp. 74-75.

articulação espacial que se reflecte na fachada e volumetria do edifício. Esta «novidade» reflectirá ainda o seu evidente compromisso formal e funcional, uma vez que serão quase exclusivamente destinados a elites, sem qualquer articulação com o programa social europeu”⁵⁰⁸.

Reflexo da importância que esta tipologia adquiriu é o grande número de comunicações e teses apresentadas sobre o assunto, especialmente ligadas à temática dos edifícios em altura nas suas diversas vertentes (económicas e não económicas), no 1.º Congresso Nacional de Arquitectura (1948)⁵⁰⁹. Após este congresso, e especialmente na década seguinte, a tipologia plurifamiliar (o bloco de habitação), torna-se mais comum no panorama da arquitectura nacional. A nova geração de arquitectos experimentou nestes edifícios, espalhados um pouco por todo o país, os novos formulários da arquitectura (funcionais, estruturais e formais), apresentando em comum a ruptura na relação destes com a cidade⁵¹⁰.

Na cidade do Porto existem fragmentos quer das ruas corredor quer dos modelos de vias, caracterizados respectivamente pela implantação dos edifícios à face da rua e pela separação entre o trânsito viário e pedestral e os acessos ao edificado. Nestes arruamentos encontramos uma série de edifícios plurifamiliares formados por grupos de casas ou moradias, que formam os “blocos de moradias”, criando uma ideia de repetição e simetria. Encontramos também edifícios em altura, muitos dos quais destinados a bairros de casas económicas e bairros operários ou a “prédios de rendimento”.

No que se refere aos blocos de moradias, na cidade do Porto, tal como acontecia na época dos Almadas, permaneceu a ideia da criação dos “alçados de conjunto”⁵¹¹ de forma a “criar um desenho de conjunto regrado e unificador”⁵¹², sendo as “moradias em banda aquelas que contribuirão mais profundamente para a caracterização da cidade enquanto um todo”. Apesar

⁵⁰⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 75.

⁵⁰⁹ FONSECA, João Pedro Esteves de Carvalho – *Forma e estrutura no bloco de habitação, Património Moderno em Portugal*, p. 51.

⁵¹⁰ TOSTÕES, Ana – *Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*; BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (org.) – *Arquitectura do Século XX*. Portugal. Lisboa: Centro Cultural de Belém, 1997.

⁵¹¹ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuguesa. As formas da casa na forma da cidade*, p. 142.

⁵¹² MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuguesa no final do século XIX*, 2010, p. 76.

da sua relevância, esta estrutura em banda não é bem recebida por todos; alguns autores apelidam-na de “tiras”⁵¹³.

Nelson Mota refere a existência de quatro sub-categorias destes conjuntos de edifícios na cidade do Porto: as “moradias em banda sem acesso directo ao exterior”, as “moradias em banda com três frentes”, as “moradias em banda com duas frentes e rés-do-chão elevado” e as “moradias em banda com duas frentes e rés-do-chão térreo”⁵¹⁴.

Maria Pires, no seu estudo dedicado à Rua Álvares Cabral, dedica alguns parágrafos a este tipo de habitação. A autora refere que estes conjuntos de edifícios poderiam estar associados em três formas: por repetição, geminação, ou associação mista. Relativamente à associação dos edifícios por repetição, esta pode ser feita de forma simples, isto é, agrupando conjuntos de casas com “o mesmo esquema estrutural que transparece nas fachadas principais de igual cêrcea, ou não, pela reprodução exacta dos vãos, possuindo em comum a parede de meiação”. Estas habitações autónomas encostam-se umas nas outras e podem, ou não, possuir as cozinhas separadas na fachada posterior, possuindo sempre um esquema de distribuição interna e ocupação de logradouro iguais. Ainda dentro do esquema de repetição, podemos encontrar os “conjuntos centralizados”: conjuntos de mais de duas casas em que uma se torna o eixo central do conjunto e “se destaca a partir de diferenças ornamentais destacadas na platibanda, na varanda de ferro contínua que une os três vãos do andar nobre ou através das vergas dos vãos do edifício”⁵¹⁵. No caso de edifícios geminados, definem-se essencialmente pela sua simetria. A geminação pode ser feita através da existência de um telhado único, pela separação das cozinhas na fachada posterior, pela associação das cozinhas, pelas paredes de meiação, por logradouros comuns, por geminação pelo logradouro, ou ainda por geminação de edifícios isolados. Por sua vez, a associação mista, “define contínuos edificadas em banda, une casas de fachadas de seis metros que se geminam ou se repetem quando encostadas umas às outras. Em habitações geminadas deste tipo, encontram-se frequentemente, edifícios que repetem a estrutura formal do anterior, podendo também este tipo de associação constituir um conjunto centralizado”⁵¹⁶.

⁵¹³ IDEM – *Ibidem*, pp. 71-73.

⁵¹⁴ IDEM – *Ibidem*, p. 106.

⁵¹⁵ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, p. 88.

⁵¹⁶ IDEM – *Ibidem*, pp. 88-90.

A mesma autora destaca ainda o facto de a habitação tradicional da cidade do Porto ser inicialmente unifamiliar, mas com o avançar dos anos ter-se tornado sobretudo plurifamiliar, em particular sob a forma de conjuntos em banda contínua⁵¹⁷. Por outro lado, este tipo de construção na cidade do Porto é comum ao nível das habitações sociais, tais como o conjunto de casas em fila que formam as ilhas, as casas geminadas das colónias operárias ou mesmo os bairros de casas económicas formados por casas geminadas⁵¹⁸.

V.1.2.3. Habitação económica

A habitação económica corresponde a construções destinadas às classes sociais com menores rendimentos. As suas características e conceitos subjacentes variaram de época para época e entre autores⁵¹⁹. O problema da habitação económica foi referido como sendo “hoje [1948] um dos mais importantes problemas, senão o mais importante. Sendo uma questão de arquitectura, ele é também, e mais ainda, uma questão de higiene pública e sociologia”⁵²⁰. Esta forma de habitação adquiriu ao longo da história diversas designações, tais como, habitação social, habitação económica, habitação acessível, ou habitação oficialmente apoiada/ protegida⁵²¹. António Coelho refere que a designação de habitação de interesse social é a que maior consenso apresenta entre os especialistas, uma vez que está “associada à positiva ideia de uma «política social de habitação» (e não uma «política de habitação social»)”⁵²². O mesmo autor refere que o começo da “viagem” por esta forma de habitar se iniciou primeiramente pelas habitações económicas, e só depois pelas habitações sociais, apontando o seu início para 1918/1919. Quanto à atribuição destas habitações em Portugal, como noutros países, caracterizou-se pela “pela disponibilização de habitações em regime de aluguer/ arrendamento, seja por quantias socialmente adequadas para pessoas de muito fracos recursos, seja por quantias um pouco mais elevadas, mas controladas, de modo a manter-se,

⁵¹⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 101.

⁵¹⁸ TEIXEIRA, Manuel C. – *Habitação popular na cidade oitocentista – As Ilhas do Porto*; ALMEIDA, Paulo – *Bairros económicos do Porto: A casa como arma política*, in SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, Espaço e Património*, p. 508.

⁵¹⁹ FERREIRA, Nuno – *Requalificação e reabilitação dos Bairros de Interesse Social Pio XII, Lagarteiro e Contumil da cidade do Porto. Recuperação de alguns fragmentos da cidade Moderna*.

⁵²⁰ 1.º CONGRESSO NACIONAL DE ARQUITECTURA. MAIO/JUNHO DE 1914. *PROMOVIDO PELO SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS COM O PATROCÍNIO DO GOVERNO*. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e votos do congresso. Lisboa: 1948, p. 236.

⁵²¹ COELHO, António Baptista – *Sobre a primeira fase da habitação de interesse social (HIS), entre 1919 e 1972*, in *RISCO. Revista de pesquisa em arquitectura e urbanismo*, 2009. [Disponível em <http://www.revistas.usp.br/risco/article/viewFile/44780/48411>], p. 57.

⁵²² IDEM – *Ibidem*, p. 57.

claramente, a função social da promoção [das habitações de interesse social]. Esta atribuição de habitações para aluguer foi, ainda, combinada com sistemas transformação do aluguer em posse plena, ao fim de determinados períodos (sistema da renda resolúvel)”⁵²³.

O aparecimento da habitação económica pode, no entanto, ser associado a períodos anteriores. A consciencialização do problema da falta de habitação, sobretudo destinada às classes mais desfavorecidas, agravou-se com a Revolução Industrial e consequente revolução demográfica, iniciada em Inglaterra na segunda metade do século XVIII, mas que rapidamente se espalhou aos restantes países da Europa. As alterações sociais, económicas, políticas e urbanas, proporcionaram um grande desequilíbrio na distribuição da população pelas cidades. Estas cidades acolheram milhares de habitantes que se instalavam nas redondezas das unidades fabris, sobretudo em bairros concentrados, como se novas cidades nascessem dentro da cidade. Inicialmente, estes novos habitantes “inundaram as velhas cidades, adensaram-se nos edifícios existentes, construíram barracas em todo o espaço livre, ocuparam parques, baldios onde não se podia edificar, monumentos históricos desabitados; depois nas cidades industriais foram construídos os primeiros «refúgios legalizados», isto é, uma série de casinhotos inumanos, sem instalações sanitárias e sem ar, nos quais foram metidos, encurralados e numerados, os proletários”⁵²⁴. A construção destas novas casas estava a cargo da especulação privada que exigia rendas elevadas numa altura em que os salários eram baixos. Este factor proporcionou, conforme anteriormente referido, que esta população procurasse melhores condições de vida. Bruno Zevi refere que “as epidemias de cólera, a vertigem nas estatísticas dos mortos e nascimentos e os gráficos da tuberculose são os adjectivos inseparáveis do urbanismo do séc. XIX”⁵²⁵. Começam então a ser disseminados apelos na tentativa de serem melhoradas as condições laborais e de vida dos operários, sendo efectuados estudos e propostas diversas formas de intervenção urbanística⁵²⁶. Surgem assim uma série de reformas e intervenções em várias cidades europeias (Paris, Bruxelas, Viena, Barcelona, Florença e Londres), concomitantemente às propostas de melhoramento das condições de trabalho. Destacam-se as propostas de Robert Owen, a Falange e o Falanstério de Fourier, e o Familistério de Godin. Estas propostas e experiências constituíram “as primeiras tentativas para resolver o problema das péssimas condições em que vivia o proletariado, mas não se limitam a propor novos tipos de habitação [...] [:] rejeitam o monofuncionalismo habitacional

⁵²³ IDEM – Ibidem, p. 58.

⁵²⁴ ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*, vol. I. Lisboa: Editora Arcádia, 1972, p. 61.

⁵²⁵ IDEM – Ibidem, p. 63.

⁵²⁶ Sobre este assunto veja-se a sub-secção I.2.

contemplando todas as componentes necessárias para uma vida completa e com qualidade. Integram a habitação, alimentação, educação, saúde, espaços de oração, desporto, divertimentos e ocupações várias, com o objectivo de nada descurar para que as experiências resultassem”⁵²⁷.

Em Portugal, o processo de industrialização começou bastante mais tarde e foi um processo muito lento, o que faz com que alguns autores afirmem que não tenha existido uma verdadeira Revolução Industrial no nosso país. Apesar disto, sentiu-se uma pressão do movimento industrial, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, associada ao forte crescimento demográfico verificado ao mesmo tempo que se assistia à descida dos salários, aumento dos preços dos produtos alimentares, do vestuário e da habitação. A juntar a estes aspectos, em finais do século XIX surge, como já referido para a generalidade dos países europeus, “um novo mercado de arrendamento, constituído por módulos de habitação precários e de dimensões mínimas, sem as mínimas condições de higiene, ocupando terrenos sobrantes no interior de quarteirões. Foram as ilhas do Porto e os pátios e depois as vilas de Lisboa”⁵²⁸. As “vilas operárias” e as “ilhas” representaram os primeiros exemplos nacionais da tentativa de resolução dos problemas da falta de habitação para as classes sociais mais desfavorecidas: “as habitações degradadas ou abandonadas (palácios, solares, quintas) foram transformadas em alojamentos colectivos de elevada densidade e generalizou-se o subaluguer a várias famílias e o aproveitamento dos terrenos livres e desvalorizados, geralmente nas traseiras dos edifícios, para a construção de alojamentos de recurso, de baixa qualidade”⁵²⁹. Terá sido no sector privado que habitação destinada aos operários encontrou resposta ao problema da falta da habitação: este sector via nestes imóveis uma forma de rentabilizar os seus recursos e os terrenos menos valorizados⁵³⁰. Estas novas construções, ocultas pelo edifício principal, apresentam-se como verdadeiras aldeias dentro da cidade. Na cidade do Porto, muitas das ilhas existentes adaptaram-se ao desenvolvimento urbanístico do século XIX, isto é, a um parcelamento dos solos em lotes muito estreitos (com 5,5 a 6 metros de frente). Na opinião de Manuel Teixeira, as ilhas do Porto (tal como verificado nas vilas operárias em Lisboa) podiam assumir diversas formas: podiam apresentar-se apenas como

⁵²⁷ OSÓRIO, Filipa Peres Frangolho Crespo – *Viagem pela habitação social. Um novo caminho*, p. 24.

⁵²⁸ PEREIRA, Nuno Teotónio – Chegarão 100 anos para acabar com as barracas? in *Jornal “O Público”*, 23 de Setembro de 1993. [Disponível em http://www.snpcultura.org/nuno_teotonio_pereira_chegarao_100_anos_p_ara_acabar_com_barracas.html].

⁵²⁹ FERREIRA, Maria Júlia – O bairro social do Arco do Cego – Uma aldeia dentro da cidade de Lisboa, in *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994, pp. 697-698.

⁵³⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 698.

uma fileira de casas, noutros casos ser construídas em dois lotes, e, nas de maior dimensões (nomeadamente nas de dois lotes), podendo as casas ser dispostas costas com costas. Quanto à relação com a rua, também apresentam variantes: as ilhas mais comuns eram as que se construíram nos quintais das traseiras de antigas habitações burguesas à face da rua, mas encontram-se também ilhas inseridas nos quarteirões sem qualquer ligação com o edificado da frente ou ilhas que ocupam o espaço total do lote, ficando à face da rua⁵³¹.

Desde os inícios do século XX até à Primeira República (1910 a 1926), quase nada foi feito por parte do Estado a nível da promoção da habitação social; apenas se assiste à elaboração de alguma legislação e de estudos dedicados sobretudo a questões de higiene urbana e salubridade. Destacam-se o “Regulamento Geral de Saúde” (1901) e o RSEU (1903), que tiveram a nível nacional grande importância na construção e na organização da cidade e dos elementos que a formam. Quanto à construção da habitação de carácter económico, continuava a ser promovida por acções privadas e de beneméritos. Na cidade do Porto verificou-se uma excepção a este panorama: a iniciativa promovida pelo jornal “O Comércio do Porto”, entre 1899 e 1905, em colaboração com o município. No entanto, esta iniciativa acabaria por revelar “a incapacidade dos operários/ inquilinos em pagarem as rendas exigidas, mais elevadas do que nas «ilhas»”⁵³². Poucos anos mais tarde, entre 1914 e 1917, a CMP inicia a construção de quatro colónias; estas iniciativas “acabam por ser a resposta mais relevante, única a nível nacional, ainda que insuficiente” para o problema da falta de habitação económica. Estes projectos, em conjunto com outros de carácter privado, “apoiavam-se nos ideólogos que vinham defendendo a opção pela moradia unifamiliar, como forma de conter a «promiscuidade física e socialmente perigosa», conter não só os vírus, mas os ideais socialistas”. Estes modelos assentavam, ainda que em menor escala, nos modelos das “cidades-jardins”, com a utilização de pequenos jardins ou quintais ligados às colónias⁵³³.

Como referido, a Primeira República trouxe alguma legislação e acções dispersas numa tentativa de solucionar o problema da falta habitação para a classe operária. Foi neste período, e mais concretamente com o Decreto-Lei n.º 4137, que se fixou o conceito de “casa económica” e originou a construção dos bairros do Arco do Cego e Ajuda, ambos em Lisboa, e da Arrábida, na cidade do Porto. Nesta legislação, por “casas económicas” entendem-se as

⁵³¹ TEIXEIRA, Manuel C. – *Habitação popular na cidade oitocentista – As Ilhas do Porto*.

⁵³² ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de – *Favor, recompensa e controlo social: Os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*, p. 14.

⁵³³ IDEM – *Ibidem*, p. 14.

“casas que se destinarem ao alojamento das classes menos abastadas, construídas nos centros de povoação, arrabaldes ou praias, e que satisfaçam as condições de salubridade e preço”, sendo o atestado de salubridade passado pela comissão distrital de salubridade⁵³⁴. Pretendia-se construir casas “com todas as possíveis condições de conforto, independência e higiene, destinadas principalmente nas grandes cidades aos que, por carência de recursos materiais, têm sido obrigados até agora a viver em residências infectas, sem luz nem ar, e por isso gravemente nocivas à saúde dos que as habitam”⁵³⁵. Defendia-se a casa unifamiliar e sobretudo isolada, mas, aceitavam-se a tipologia plurifamiliar e os agrupamentos ou bairros de casas, embora com condições específicas para a sua execução. Quanto aos intervenientes na construção, estes imóveis podiam ser construídos por corpos administrativos, sociedades legalmente constituídas para esse fim, empresas industriais e mineiras, a Caixa Geral de Depósitos, instituições de previdência, misericórdias e instituições de assistência e beneficência. Podiam também ser construídas pelo Estado, embora apenas “em circunstâncias especiais e urgentes”, bem como por cooperativas e sociedades anónimas⁵³⁶.

Segundo Nuno Serra, “A incapacidade da Primeira República em gerir interesses contraditórios, e a emergência crescente de sectores ligados ao grande capital, favoreceu a transição para novas conjunturas de poder [...] para a formulação de um discurso ideológico dirigido sobretudo às classes médias, em que ressaltam os valores da ordem económica e social, do Estado forte e do nacionalismo”. Começa a surgir o regime corporativo de carácter autoritário, repressivo, nacionalista, assente nos ideais sociais expressos na trilogia “Deus, Pátria, Família”⁵³⁷. Em Outubro de 1928, António de Oliveira Salazar e Duarte Pacheco, através do Decreto-Lei n.º 16 055 (tendo por base o Decreto-Lei n.º 4137), criam uma nova fase da história das casas económicas, alargando os seus destinatários à classe média. É também feito o incentivo ao investimento privado, lendo-se no preâmbulo do decreto que “o que mais provado ficou neste período foi que as obras a realizar não podem ser executadas pela administração do Estado ou, em escala razoável, pelos municípios. Sabe-se que só em Lisboa e Porto e algumas outras capitais de distrito seriam indispensáveis algumas dezenas de milhares de habitações modernas para as classes de recursos mais modestos, ainda que apenas pretendêssemos que a proporção entre o número delas e o dos habitantes fosse a de antes da

⁵³⁴ Decreto n.º 4137, de 25 de Abril de 1918, p. 327.

⁵³⁵ Decreto n.º 4137, de 25 de Abril de 1918, p. 324.

⁵³⁶ Decreto n.º 4137, de 25 de Abril de 1918, p. 328.

⁵³⁷ SERRA, Nuno – *Estado, território e estratégias de habitação*, pp. 170-171.

guerra”⁵³⁸. Foi também permitida a “formação de cooperativas de funcionários do Estado e dos corpos administrativos para construção e aquisição de casas económicas” e criados alguns estímulos a este tipo de habitação, como por exemplo, a isenção fiscal e a fácil expropriação dos terrenos por parte do Estado ou do município, sendo este último obrigado a construir uma série de infra-estruturas auxiliares⁵³⁹.

Contudo, a política inicialmente defendida por Salazar e Pacheco não viria a ser posta em prática, antes pelo contrário. Verificou-se a defesa da ruralidade enquanto “forma portuguesa de ser” e uma clara oposição ao desenvolvimento da arquitectura do Movimento Moderno⁵⁴⁰. A partir dos anos 30, e mais concretamente, com a Constituição de 1933, existe um reforço do modelo económico e social vigente, com especial ênfase em valores associados à ruralidade e simplicidade. Encontrando-se o problema da habitação ainda longe de uma solução definitiva, o Estado passou a intervir directamente na tentativa da sua resolução: “Em ordem à defesa da família, pertence ao Estado [...] Favorecer a constituição de lares independentes e em condições de salubridade”⁵⁴¹. Estávamos numa nova fase da habitação económica, cada vez mais centrada na habitação isolada e, tal como refere Salazar, “vamos começar a obra da casa económica, da casa dos mais pobres,... ajeitada como um ninho – lar da família operária, lar modesto, recolhido, português”⁵⁴². Em concreto, a promulgação (a 23 de Setembro de 1933) do Decreto-Lei n.º 23 052, que criou o programa de “Casas Económicas” tornou o Estado promotor directo da construção destas casas, através do seu financiamento, isto apesar das sucessivas tentativas de incentivo aos privados. Neste período, após um período de amortização, cujas prestações variavam mediante a classe e o tipo de moradia, a casa passava a ser propriedade do morador/ adquirente ou seus herdeiros⁵⁴³.

Estas casas e bairros de casas económicas foram um veículo de propaganda do Estado Novo, delas usufruindo “apenas um grupo de escolhidos, expectáveis apoiantes do regime, mas originam uma aspiração nacional numa população ainda em crescimento, sujeita a um sistema de controlo das liberdades públicas e privadas”. Na opinião de Paulo Almeida este programa

⁵³⁸ Decreto n.º 16 055, de 22 de Outubro de 1928, p. 2167.

⁵³⁹ Decreto n.º 16 055, de 12 de Outubro de 1928; Decreto n.º 16 085, de 29 de Outubro de 1928.

⁵⁴⁰ ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de – *Favor, recompensa e controlo social: Os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*, p. 18.

⁵⁴¹ Constituição de 11 de Abril de 1933, artigo 13.º.

⁵⁴² Citado em GONÇALVES, José Fernandes – *Edifícios modernos de habitação colectiva – 1948/1961. Desenho e standard na arquitectura portuguesa*, p. 68.

⁵⁴³ Decreto-Lei n.º 23 052, de 23 de Setembro de 1933; ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de – *Favor, recompensa e controlo social: Os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*, p. 20.

“falhou na medida em que não debelou as necessidades habitacionais da população e não produziu a rentabilidade financeira esperada [através do pagamento de rendas], ao não ter em conta a realidade económica do país”⁵⁴⁴.

Num discurso de 1934, Duarte Pacheco refere-se à localização destas casas: “na elaboração dos projectos de casas económicas há-de considerar-se também que elas serão agrupadas por classes, formando conjuntos que podem constituir manchas de apreciável valor estético nas cidades e vilas. [...] Esses agrupamentos de 50 a 100 casas para a classe A, e de 25 a 50, para a classe B, abrangem áreas extensíssimas, da ordem de 10 000 a 25 000 metros quadrados, e deverão ser localizados em pontos saudáveis, higiénicos, de fácil acesso, servidos de meios de transporte económicos e, quanto possível, nas proximidades dos centros de trabalho. Todo o erro de visão neste aspecto do problema pode comprometer gravemente o êxito da obra social que o Governo vai empreender. [...] Claramente se apreende, portanto, a necessidade de, pela criteriosa escolha da localização dos agrupamentos económicos, evitar o transporte, principalmente onde ele é caro ou, pelo menos, desproporcionado com o salário dos empregados, operários e trabalhadores, como entre nós geralmente sucede com os transportes urbanos”⁵⁴⁵.

Terminada a II Guerra Mundial, com a queda de vários regimes ditatoriais, as cidades europeias sofreram profundas transformações. Em Portugal a ditadura manteve-se, mas assiste-se a uma reconfiguração da política do Estado Novo. Embora as linhas condutoras das políticas habitacionais não se tenham alterado, verificou-se “um aumento da regulação burocrática do Estado e o reforço da capacidade empreendedora deste, em articulação com um projecto modernizador da sociedade estruturado em torno dos posicionamentos sociais capitalistas do país. Mantendo-se o controlo repressivo como traço fundamental da acção do regime, sobretudo no que diz respeito ao tratamento da «questão social» e ao entendimento do lugar das classes trabalhadoras nesta, o Estado favorecerá de um modo mais claro a

⁵⁴⁴ ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de – *Favor, recompensa e controlo social: Os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*, pp. 20-21.

⁵⁴⁵ PACHECO, Duarte – *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, Ano I, n.º 5, 1934, p. 10; citado em BAPTISTA, Luís V. – *Cidade e habitação social – O Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora, 1999, pp. 85-86. Mais tarde, em 1943, através do Decreto-Lei n.º 33 278, para além das categorias mencionadas (A e B), viriam a ser criadas outras duas (C e D), destinadas às classes médias. ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de – *Favor, recompensa e controlo social: Os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*.

implementação de processos de urbanização capitalista, encarando os projectos habitacionais como elementos cruciais do desenvolvimento das maiores cidades”⁵⁴⁶.

A nível de acções concretas, manteve-se o programa de “Casas Económicas” como acção essencial do Estado, apesar da introdução das novas tipologias nas principais cidades. No entanto, o problema da habitação mantinha-se. A política habitacional era “ainda mais segmentada socialmente, gizam-se planos habitacionais para diferentes grupos sociais: programa de «Casas Económicas» melhorado para as classes médias (mantendo-se a opção pelas casas individuais de propriedade resolúvel localizadas na periferia mais enobrecida da cidade); projectos habitacionais promovidos pelo Estado central para os trabalhadores da função pública e para os segmentos mais qualificados da classe operária (arrendados ou em propriedade resolúvel em bairros de estilo mais orientadamente «moderno») [...] grandes bairros de habitação colectiva com fins sociais (construídos e geridos pelos municípios, com financiamento do Estado central) para o operariado (regularmente grandes, de baixa qualidade, pouco equipados e localizados em zonas periféricas da cidade)”⁵⁴⁷.

O Estado Novo, até aos anos 60, insistiu na construção de grupos e bairros de casas económicas baseados nos modelos da cidade-jardim, ou seja, formados por casas individuais, rejeitando outras opções de habitação: “o nosso feitio repele o falanstério e tudo aquilo que atenta contra a reserva e o pudor que são inseparáveis da nossa vida familiar”⁵⁴⁸. Esta forma de pensar os bairros é alvo de críticas por parte de alguns autores. Nuno Portas, por exemplo, refere que a casa unifamiliar “nas realizações portuguesas da maioria dos departamentos estatais [...], inevitavelmente amesquinhado pelo carácter económico e intensivo a que agora era submetida, constituía a única palavra na linguagem dos novos bairros”. O mesmo autor reflecte também sobre “como foi possível alguém pensar que o país viesse a tornar-se uma imensa aldeia; como foi possível à convicção que tal era o tipo português de casa, só se poderá compreender no quadro de uma ignorância dos problemas urbanísticos”⁵⁴⁹.

⁵⁴⁶ PEREIRA, Virgílio Borges – A política de habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto contemporâneo: Uma perspectiva sintética e panorâmica, in SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, Espaço e Património*, p. 551.

⁵⁴⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 551.

⁵⁴⁸ Citado em GONÇALVES, José Fernandes – *Edifícios modernos de habitação colectiva – 1948/1961. Desenho e standard na arquitectura portuguesa*, p. 69.

⁵⁴⁹ PORTAS, Nuno – *A habitação social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, p. 83.

Em 1945, a Lei n.º 2007 cria o programa de “Casas de Renda Económica”, a ser aplicado nos centros urbanos e industriais. Pretendia-se promover a construção de casas para as classes média e operária, através da coabitação de diferentes estratos sociais em regime de arrendamento livre e controlado. Embora esta lei explicitasse que apenas a título excepcional poderia ser utilizada a solução dos blocos de habitação, ao permitir a construção de edifícios de habitação plurifamiliar em forma de bloco constituiu um avanço na concepção dos bairros económicos. Os edifícios seriam de carácter social em regime de arrendamento e teriam como elevação máxima um rés-do-chão e três andares, devendo no mínimo possuir cinco divisões para a 1.ª classe e três divisões para a 2.ª classe⁵⁵⁰. O financiamento deste programa seria da responsabilidade da Federação das Caixas de Previdência, mas mais uma vez incentivava-se que os privados participassem nele. Contudo, “passado um ano sobre a publicação da Lei n.º 2007, a iniciativa privada, não obstante as perspectivas que lhe haviam sido abertas, não se mostrava particularmente inclinada a corresponder ao apelo para cooperar na construção de casas de renda barata [...] e quase só a previdência colaborou na resolução dos problemas relacionados com o alojamento dos seus beneficiários”⁵⁵¹.

Ainda no ano de 1945, foi criado o “Programa de Construção de Casas para Famílias Pobres”, regulamentado pelos Decretos-Leis n.ºs 34 486 e 35 106. Este novo programa funcionava como complemento ao programa de “Casas Económicas”, destinando-se especialmente às classes sociais mais pobres, aquelas que não conseguiam aceder às ditas “casas económicas”. Foi um programa que se aplicou a todo país e que pretendia construir pequenos conjuntos de casas ou bairros de casas unifamiliares, desmontáveis e de carácter transitório. Estas casas eram promovidas pelas câmaras, juntas e misericórdias⁵⁵². Com princípios semelhantes, foi criado o “Programa das Casas para Pescadores”, através do Decreto-Lei n.º 35 732, de 1946, e do Decreto-Lei n.º 37 750, de 1950. Estas habitações destinavam-se, como o próprio nome indica, a pescadores, abrangendo diversas zonas piscatórias do país⁵⁵³.

Em 1947 foi criado, pelo Decreto-Lei n.º 36 212, o “Programa de Casas de Renda Limitada”, com objectivos semelhantes aos do “Programa das Casas de Renda Económica”. Mais uma

⁵⁵⁰ Lei n.º 2007, de 7 de Maio de 1945.

⁵⁵¹ Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência de 28 de Fevereiro de 1957, citado em BAPTISTA, Luís V. – *Cidade e habitação social – O Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora, 1999, p. 65.

⁵⁵² Decreto-Lei n.º 34 486, de 6 de Abril de 1945; Decreto-Lei n.º 35 106, de 6 de Novembro de 1945.

⁵⁵³ Decreto-Lei n.º 35 732, de 4 de Julho de 1946; Decreto-Lei n.º 37 750, de 4 de Fevereiro de 1950; SERRA, Nuno – *Estado, território e estratégias de habitação*, pp. 177-179.

vez era intentada uma “redução da intervenção do Estado pelo incentivo do sector privado, ao mesmo tempo que se procura o combate da promoção especulativa de alojamentos, marginalizadora das classes com menores capacidades de solvência”. O combate à especulação era feito através da exigência de limitação do valor das rendas, que deveria ser “suportada pela diminuição de encargos dos promotores, decorrente da concessão de empréstimos e isenções fiscais, aquisição dos terrenos pelos municípios e, em casos especiais, da possibilidade de edificar em solo privado”⁵⁵⁴.

Aquando do 1.º Congresso Nacional de Arquitectura (1948), discutiu-se também o tema da habitação económica. Neste encontro foram tiradas conclusões essenciais para a produção nacional de arquitectura. Destacam-se a importância da utilização dos novos materiais e processos construtivos, de melhor aproveitar “a colaboração que os arquitectos podem dar ao progresso do País, se lhes for cerceada a capacidade criadora”, e da ideia de que a arquitectura não deveria continuar a basear-se no modelo de “portuguesismo” assente na imitação de elementos do passado. Numa outra perspectiva, era defendido o acesso equitativo a habitação de qualidade e funcional para toda a população, o que implicaria o abandono da modalidade única de moradias unifamiliares isoladas, “adoptando-se, ainda que a título experimental, o princípio da construção multifamiliar em altura integrada em planos racionais de urbanização, e com as indispensáveis condições de insolação e arejamento garantidas por largos espaços livres adjacentes”. Era também defendido que não se construíssem “bairros exclusivamente destinados a uma determinada classe, ou isolados, e que nunca se desprezem as considerações de distância, não se admitindo mesmo a construção de qualquer núcleo de habitações, sem que previamente lhe estejam assegurados meios eficientes de transporte colectivo, principalmente para os locais de trabalho”⁵⁵⁵. A “reivindicação indiscriminada pelos arquitectos portugueses de grandes imóveis colectivos” após 1948 fez com que este modelo fosse cada vez mais considerado “como o único tipo de unidades adaptadas à habitação social”⁵⁵⁶.

⁵⁵⁴ Decreto-Lei n.º 36 212, de 7 de Abril de 1947; SERRA, Nuno – *Estado, território e estratégias de habitação*, p. 180.

⁵⁵⁵ BARBOSA, Cassiano (comp.) – *ODAM – Organização dos Arquitectos Modernos: Porto 1947-1952*, p. 120.

⁵⁵⁶ PORTAS, Nuno – *A habitação social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, p. 83.

V.1.2.4. Prédios de rendimento

Os prédios de rendimento constituem um tipo de habitação plurifamiliar cujas particularidades representam uma forma distinta de habitar as cidades. Tratam-se de “edifícios de aluguer”, entendidos como uma “fonte de renda fundiária”⁵⁵⁷ e que permitiam “concentrar num mesmo imóvel vários usos e actividades, particulares ou comerciais”⁵⁵⁸. Os prédios de rendimento, tal como a generalidade da habitação plurifamiliar, são edifícios “assumidamente urbanos”⁵⁵⁹. Apesar desta caracterização, algumas especificidades na definição desta tipologia merecem ser realçadas. António Campello refere a necessidade de clarificar a definição de “prédio (urbano) de rendimento” utilizada no seu trabalho como implicando a existência de construção, definindo esta tipologia como: “a propriedade fraccionada e edificada em meio urbano, com sistemas distributivos comuns a partir de um só acesso comum desde a via pública para várias fracções, e destinada, ainda que não exclusivamente, à habitação”⁵⁶⁰.

Foi nos países do centro-sul da Europa, em cidades como Paris, Viena, Barcelona e Lisboa, que este “subgénero de habitação colectiva” terá ganho maior expressão no século XIX, enquanto que os países do norte da Europa de mantiveram fiéis à tipologia unifamiliar⁵⁶¹. Em Paris, tal como nas outras cidades, este modelo de habitação introduziu uma série de modificações na habitação e sua relação com o espaço urbano. Segundo François Loyes, a passagem da habitação unifamiliar para os prédios de rendimento, em Paris, durante o Primeiro Império, associada sobretudo à retoma da indústria e comércio e consequente expansão da cidade, levou à criação de um novo conceito de prédio de rendimento. Esta novidade assentou na “repartição dos alojamentos por pisos (e a eventual subdivisão dos pisos), [que] permitirão o alojamento de mais lares sobre uma única parcela”⁵⁶². Para alguns autores, estes prédios de rendimento baseiam-se, “numa primeira fase, [...] [na]

⁵⁵⁷ BARREIROS, Maria Helena – “Unidades de habitação” antes da letra: Da racionalidade do projecto pombalino, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – *Colóquio Internacional “Habitar Pensar Investigar Fazer”*, p. 111.

⁵⁵⁸ SILVA, Daniela – *Regresso à baixa: Residência universitária*. Projecto final apresentado à Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos em 2013. [Disponível em <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/5027>], p. 16.

⁵⁵⁹ CAMPELLO, António Ferreira de Lima Cabral – *Um olhar sobre a arquitectura do prédio de rendimento no Porto e a rua de Sá da Bandeira como uma metonímia*, p. 15.

⁵⁶⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 15.

⁵⁶¹ BARREIROS, Maria Helena – “Unidades de habitação” antes da letra: Da racionalidade do projecto pombalino, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – *Colóquio Internacional “Habitar Pensar Investigar Fazer”*, p. 112.

⁵⁶² MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*, 2010, p. 32.

desmultiplicação dos espaços da moradia burguesa num único piso, para evoluir até ao final do século num processo sucessivo de diminuição da área de cada habitação, sacrificando alguns compartimentos acessórios às divisões principais”⁵⁶³. Inicialmente, estes edifícios possuíam comércio no andar do rés-do-chão e armazém no entrepiso, e quatro andares destinados a habitação. Com o avançar dos tempos, e sobretudo no período de Haussmann, durante o Segundo Império, este tipo de edifício foi ganhando cada vez maior importância, sendo os andares destinados ao comércio e armazenamento substituídos por habitações⁵⁶⁴. Este aspecto permitiu “a prática do zonamento [que] isolava os bairros residenciais das áreas de negócios, promovendo desta forma uma maneira de o espaço doméstico se separar dos locais de troca”: estes edifícios tornam-se menos acessíveis ao espaço público, reforçando assim o carácter da privacidade⁵⁶⁵.

Em Portugal, este tipo de edifícios também teve importância, nomeadamente nas cidades reconstruídas sobre o modelo de Pombal. Na opinião de José-Augusto França, o prédio de rendimento da Lisboa Pombalina é como “uma abstracção no conjunto, em que este somente conta: o conceito de prédio deve ceder aqui lugar ao conceito de bloco, ou quarteirão, com a sua unidade programada – e nele reside a parte primordial da necessária encarnação urbanística. Outra parte reside nas construções nobres e nos edifícios sacros que vimos constituírem uma das preocupações básicas de Manuel da Maia ao distribuir o trabalho da planificação da nova cidade. Tanto uns como outros entram na sua definição, após os grandes blocos utilitários”⁵⁶⁶. Ainda relativamente à cidade de Lisboa, Ana Duarte, refere que estes prédios só “existam como unidade fundiária, estando sempre diluídos no interior dos quarteirões rectangulares. Apesar do seu número elevado, não se conhecem projectos originais, regularizadores dos quarteirões, que estabeleçam divisões ou especificidades do seu interior. [...] O edifício não se apresenta individualmente mas reunido com os seus contíguos de forma imperceptível no quarteirão. Facto que, paralelamente à questão urbanística, acrescentava uma considerável estabilidade estrutural e ajudava em questões práticas como a composição uniforme de fachada. Os edifícios eram construídos de acordo com as necessidades dos seus proprietários, mas certamente terão existido algumas instruções da Casa do Risco para a definição dos seus interiores porque, apesar de serem muito variados e

⁵⁶³ IDEM – *Ibidem*, p. 32.

⁵⁶⁴ IDEM – *Ibidem*, pp. 32-33.

⁵⁶⁵ IDEM – *Ibidem*, p. 33.

⁵⁶⁶ FRANÇA, José Augusto – *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*, vol. 12, 3.^a ed. Lisboa: Biblioteca Breve, 1989, p. 43.

de estarem condicionados pela sua posição no quarteirão, apresentam características em comum”⁵⁶⁷.

No Porto, segundo José Gonçalves “os investimentos em prédios colectivos de habitação até aos anos 40 são escassos e embora se encontrem obras assinadas por Arménio Losa (Ed. Pinheiro Manso, 1936), A. Magalhães (D. Saldanha, 1937-40), ou Rogério de Azevedo (Ed. Rialto, 1943), será apenas com a necessidade de habitação no pós-guerra e nos prédios de rendimento em particular que a cidade receberá as propostas de renovação mais consistentemente modernas, no sentido tipológico, formal e urbano”⁵⁶⁸.

Tal como atrás referido para a cidade de Paris, também no Porto se verifica que, mais do que construções de raiz, os prédios de rendimento começam por ser adaptações de antigas casas burguesas. Concomitantemente à relevância que as casas híbridas (ou seja, com comércio no rés-do-chão e habitação nos pisos superiores) adquiriram nas novas zonas comerciais durante a primeira metade do século XX, verificou-se uma diversificação dos ocupantes de cada prédio. Para além de, conforme referido, o piso comercial passar a ser pertença de outros que não os residentes nos pisos superiores, também estes passam a ser gradualmente alugados a pessoas diferentes e, consequentemente, destinados a mais do que uma família⁵⁶⁹. É de notar que a consideração destes imóveis como “prédios de rendimento” é contrária à definição proposta por António Campello, pelo facto de esta implicar obrigatoriamente a existência de construção⁵⁷⁰.

⁵⁶⁷ DUARTE, Ana Rita Lisboa – *O sistema construtivo do piso térreo dos prédios de rendimento pombalinos*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa em 2011, p. 40.

⁵⁶⁸ GONÇALVES, José Fernandes – Prédios de Rendimento, fasc. 15, in A.A.V.V. – *Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1901-2001*, 30 fasc. Porto: Ordem dos Arquitectos/ Civilização, 2001.

⁵⁶⁹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 344.

⁵⁷⁰ CAMPELLO, António Ferreira de Lima Cabral – *Um olhar sobre a arquitectura do prédio de rendimento no Porto e a rua de Sá da Bandeira como uma metonímia*, p. 15.

V.1.3. Funções não habitacionais

Conforme já referido, algumas tipologias habitacionais caracterizaram-se pela concomitância da presença de outras funções.

No que concerne às casas de tipologia unifamiliar, destaca-se a presença de comércio, oficinas, arrumos ou armazéns nos pisos térreos das casas estreitas e altas inseridas em lotes estreitos e profundos (incluindo os então designados “palácios urbanos”). Estas habitações eram constituídas por um programa híbrido, ou seja polifuncional, formado por habitação e comércio ou local de trabalho, sendo “estritamente utilitário, de acordo com as necessidades profissionais e a mentalidade da gente de que é própria, que tinha as suas lojas, armazéns ou oficinas no rés-do-chão, junto à rua, abertas ao público, sem qualquer aparato, e habitava os andares superiores”⁵⁷¹. O alargamento da área comercial a zonas da cidade até então quase exclusivamente residenciais fez com que este tipo de habitação se tornasse cada vez mais frequente nessas zonas. No entanto, e contrariamente ao verificado em épocas anteriores, assiste-se agora a uma “adaptação do escritório do rés-do-chão a loja; mas esta já não pertence à mesma gente que habita os andares superiores”⁵⁷².

Relativamente à habitação plurifamiliar, são de destacar os prédios de rendimento, nos quais o rés-do-chão era habitualmente destinado a funções não habitacionais⁵⁷³. Sendo os prédios de rendimento na cidade do Porto essencialmente adaptações de antigas casas burguesas, em que o rés-do-chão era ocupado sobretudo por comércio, e dada a sua relevância sobretudo nas novas áreas comerciais, será o comércio a principal função não habitacional associada a esta tipologia⁵⁷⁴.

⁵⁷¹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 312; FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 143.

⁵⁷² OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 344.

⁵⁷³ SILVA, Daniela – *Regresso à baixa: Residência universitária*, p. 16.

⁵⁷⁴ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 334.

V.2. Objectivos específicos

Foram objectivos específicos deste capítulo:

- Caracterizar as construções habitacionais de raiz na cidade do Porto no período em estudo quanto às suas tipologias e funções não habitacionais;
- Estudar a relação entre diferentes classificações tipológicas;
- Estudar a relação entre as classificações tipológicas e existência ou ausência de funções não habitacionais;
- Comparar os vários grupos tipológicos e existência ou ausência de funções não habitacionais quanto ao ano de aprovação das respectivas licenças;
- Determinar os períodos de maior proporção de licenças correspondentes a cada grupo tipológico e existência ou ausência de funções não habitacionais;
- Estudar a distribuição espacial e temporal do número de licenças correspondentes a cada uma das tipologias uni-, bi- ou plurifamiliar, e do número de licenças e de unidades habitacionais correspondentes a habitação económica;
- Estudar a distribuição espacial e temporal da proporção de licenças com referência a funções não habitacionais.

V.3. Metodologia específica

Nesta secção, são de destacar, em termos de aspectos metodológicos específicos, os critérios que serviram de base à definição das várias tipologias analisadas. É de realçar que, dado o interesse em analisar a “forma de pensar a habitação”, a classificação tipológica se baseou nas informações relativas a cada licença, e não necessariamente a cada unidade residencial. Para além do interesse conceptual nesta abordagem, que norteou o desenho deste trabalho desde o seu início, verifica-se que em muitos casos as informações presentes nas licenças não permitiam identificar a que se referia o número de “casas”; foi possível detectar situações em que a designação “casa” se referia a cada unidade residencial (por exemplo um prédio urbano), enquanto que noutras dizia respeito a cada habitação (por exemplo, “4 casas” corresponder a um prédio com quatro apartamentos).

Assim, no que respeita ao número de famílias, cada licença foi classificada como uni- bi- ou plurifamiliar, consoante se destinasse, no seu todo, a uma, a duas ou a três ou mais famílias. Apesar de diversos autores apenas discriminarem habitação uni- e plurifamiliar⁵⁷⁵, a possibilidade de identificar as licenças correspondentes a habitações para duas famílias, a relevância desta identificação (devido a o critério seguido ser a classificação por licença e não por unidade residencial, e à importância em termos de caracterização das casas geminadas, em banda ou em conjunto) e o seu elevado número justificam esta opção. Em dez licenças não foi possível efectuar esta classificação, tendo-se nestes casos adoptado para esta variável a descrição “tipologia desconhecida”⁵⁷⁶. Para relação com outras variáveis, estes dez casos não foram considerados. Adicionalmente, quando a variável “número de famílias” foi relacionada com outras, considerou-se a mesma como sendo nominal (e não ordinal), por se considerar, não só pelo critério seguido (classificação por licença) como em termos conceptuais, formais e funcionais, a tipologia bifamiliar ser mais específica do que um mero ponto intermédio entre as tipologias uni- e plurifamiliar.

⁵⁷⁵ Veja-se a sub-secção V.1.

⁵⁷⁶ Os motivos para a impossibilidade de classificação foram os seguintes: ausência de desenho e de memória descritiva (n = 4), ausência de desenho (n = 3), desenho em restauro (n = 1), desenho em restauro e ausência de memória descritiva (n = 1), e desenho em restauro e memória descritiva ilegível (n = 1).

Quanto à sua estrutura, as licenças foram classificadas em: “isolada”, “geminada/ em banda/ em conjunto”, “isolada + geminada” e “quinta”. Considerou-se tipologia isolada sempre que a licença se referia a uma ou mais unidades residenciais, tendo cada uma destas 4 frentes urbanas. A tipologia “geminada/ em banda/ em conjunto” correspondia a um ou mais grupos de unidades residenciais, cada um composto por duas ou mais unidades residenciais unidas; os “blocos” foram considerados neste grupo apenas nos casos em que a licença indicava explicitamente que mais do que uma unidade residencial formavam um bloco (por exemplo: “bloco de 2 prédios”). Quando a licença era correspondente a uma ou mais unidades residenciais isoladas e, simultaneamente, a um ou mais grupos de unidades residenciais geminadas, em banda ou em conjunto, adoptou-se a designação “isolada + geminada”. Finalmente, usou-se o descritivo “quinta” sempre que este termo ou o termo “casa de lavoura” era explicitamente referido na licença ou quando determinadas características e/ou elementos permitiam identificar uma habitação de cariz rural⁵⁷⁷. Para as licenças em que as informações disponíveis não permitiam a classificação em nenhum dos casos anteriormente descritos adoptou-se a descrição “sem especificação”. Inicialmente (aquando da construção da ficha para recolha sistemática de dados), pretendia-se considerar maior variedade de tipologias, mas as informações disponíveis nas licenças não permitiam a sua identificação. Eram as seguintes aquelas que, não constando da classificação final, foram inicialmente incluídas na ficha: “casas baixas e largas”, “casas altas e estreitas”, “palacete/ vila” e “veraneio”.

Adicionalmente às classificações referidas, foi identificado se cada licença correspondia a habitação económica ou a habitação de rendimento. Relativamente à habitação económica, a classificação foi efectuada quando se verificava pelo menos um dos critérios seguintes: (1) referência explícita a “habitação económica”, habitação “de baixo custo” ou “bairro” (ou similar, por exemplo “ilha”); ou (2) o requerente ser uma cooperativa destinada à construção de habitação social. No caso de licenças correspondentes a mais do que uma unidade residencial, a classificação como habitação económica refere-se a pelo menos a uma delas, e não necessariamente à sua totalidade.

⁵⁷⁷ Uma das licenças seria classificada simultaneamente como “quinta” e como “geminada/ em banda/ em conjunto”; no entanto, dada a especificidade da tipologia “quinta”, apenas esta foi considerada. Na secção V.4 este caso é facilmente identificável, tratando-se da única quinta bifamiliar.

Quanto à habitação de rendimento, foi utilizado como único critério a referência explícita à designação “de rendimento”. A justificação para se ter adoptado este critério prende-se com a grande discrepância verificada entre definições⁵⁷⁸, pelo que se impõe o interesse em caracterizar os casos em que os autores se referem a este tipo de habitação no período e espaço estudados, mais do que utilizar uma definição prévia. Tal como no caso da habitação económica, no caso de licenças correspondentes a mais do que uma unidade residencial, a classificação de “rendimento” refere-se a pelo menos uma delas e, como tal, não necessariamente à sua totalidade.

A análise efectuada nesta secção implicou que, para além da definição das tipologias, se definissem critérios para a consideração de outras funções concomitantemente à habitacional. Para este fim foram considerados locais ou estruturas explicitamente associados a funções não domésticas⁵⁷⁹. Foram considerados três grupos de funções, agrupados com base na semelhança destas; para cada grupo foi adoptada uma designação genérica, o que implica a definição dos serviços incluídos em cada um. A função designada por “comércio” englobou, para além dos locais de comércio, os escritórios e locais de atendimento, incluindo estabelecimentos de restauração, consultórios e clínicas de saúde e dependências bancárias. A função de “armazém” refere-se à existência de pelo menos um local destinado a armazenamento (geral ou específico) de carácter não doméstico. Os locais de produção, reparação ou outros serviços (designadamente oficinas, ateliers, fábricas, entre outros), foram agrupados sob a designação de “oficina”. A consideração da existência de outra função (para além da habitacional) corresponde à existência de um ou mais destes grupos de funções, pelo que a sua frequência é inferior à soma das frequências dos três grupos.

No que concerne à representação de resultados sob a forma de mapas, salientam-se as considerações já descritas na metodologia do capítulo anterior. Os diversos mapas representam, para cada freguesia, o número de licenças e de unidades habitacionais por ano e por km², sendo esta representação baseada na divisão dos valores por intervalos de igual

⁵⁷⁸ Veja-se por exemplo a discrepância (explorada no ponto V.1.2) entre a definição proposta por António Campello, que implica a construção de raiz, e o facto de, na prática, a maioria dos prédios de rendimento na cidade do Porto começarem por ser adaptações de casas burguesa. CAMPELLO, António Ferreira de Lima Cabral – *Um olhar sobre a arquitectura do prédio de rendimento no Porto e a rua de Sá da Bandeira como uma metonímia*, p. 15; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 344.

⁵⁷⁹ É de salientar que a existência de garagem não foi considerada como evidenciando uma função não habitacional, pois em nenhum caso foi possível associar inequivocamente a existência de uma garagem à prestação de serviços.

amplitude, contruídos com base no valor máximo de cada conjunto de resultados e com limites correspondentes a valores de fácil interpretação e comparação na escala decimal (sendo ainda representados diferenciadamente valores nulos). Em função da classificação tipológica, a representação foi feita apenas para o número de licenças ou também para o número de unidades habitacionais. Também para os mapas utilizados neste capítulo são apresentados em apêndice os valores exactos que serviram de base à sua elaboração (Apêndice 4).

Das classificações tipológicas consideradas, não foi analisada a correspondente à estrutura, dado que cerca de dois terços das licenças não a especificavam e, das restantes, para a quase totalidade existe uma grande sobreposição desta classificação com a tipologia baseada no número de famílias. Adicionalmente, não se procedeu ao estudo cruzado da distribuição geográfica (por freguesias) e temporal no caso das quintas e da habitação de rendimento, devido ao seu reduzido número, insuficiente para este tipo de análise numa perspectiva de caracterização geral da habitação.

Devido à predominância do comércio entre os três tipos de funções não habitacionais considerados (“comércio”, “armazém” e “oficina”), a análise geo-espacial da presença destas funções foi feita conjuntamente. Optou-se pela representação da percentagem de licenças com referência a outras funções para além da habitacional. A escala cromática utilizada apresenta como característica distintiva das restantes uma cor mais neutra para o intervalo intermédio ([40%; 60%]) e o uso de gradientes de cor distinta para intervalos inferiores e superiores. Ambas os extremos (0% e 100%) são representados distintamente.

V.4. Resultados

V.4.1. Análise descritiva das tipologias

A Tabela 2 apresenta as frequências absolutas e relativas das várias tipologias. Os resultados são apresentados por número e proporção de licenças abrangendo cada uma das tipologias.

	<i>n</i>	%
NÚMERO DE FAMÍLIAS		
Unifamiliar	4121	65,9
Bifamiliar	1265	20,2
Plurifamiliar	853	13,7
Tipologia desconhecida	10	0,2
ESTRUTURA		
Isolada	708	11,3
Geminada/ em banda/ em conjunto	1379	22,1
Isolada + geminada	32	0,5
Quinta	27	0,4
Sem especificação	4103	65,7
HABITAÇÃO ECONÓMICA	477	7,6
HABITAÇÃO “DE RENDIMENTO”	58	0,9
FUNÇÃO		
Apenas habitação	5449	87,2
Habitação + outra	800	12,8
OUTRAS FUNÇÕES *		
Comércio	574	9,2
Armazém	210	3,4
Oficina	67	1,1

* As frequências correspondem às licenças em que se verificou cada uma das funções, independentemente de alguns processos corresponderem a habitações com mais do que uma função (seja no mesmo edifício ou em edifícios distintos).

Tabela 2. Frequências absolutas e relativas das diversas tipologias

Identifica-se um predomínio (cerca de dois terços do total) de licenças correspondentes a habitação unifamiliar. Para 10 processos não foi possível classificar a tipologia da(s) habitação(ões) em uni-, bi- ou plurifamiliar. Estes casos não foram posteriormente relacionados com outras variáveis.

No que respeita à estrutura das habitações, cerca de dois terços dos processos não a especificavam. São de salientar as habitações geminadas, em banda ou em conjunto, correspondentes a mais de uma em cada cinco licenças, proporção aproximadamente dupla da de licenças referentes a habitações isoladas.

As habitações classificadas como económicas perfaziam mais de 7% do total. Menos de 1% dos processos correspondiam a habitações explicitamente classificadas como “de rendimento”.

Relativamente a outras funções para além da habitacional, verificou-se que se encontravam em aproximadamente uma em cada oito licenças. De entre os três grupos considerados (e descritos na secção de Metodologia), o comércio apresentou-se como o mais frequente, estando presente em mais de 70% dos edifícios (ou conjuntos de edifícios) com outras funções para além da de habitação.

V.4.2. Relação entre tipologias

A Tabela 3 apresenta o cruzamento das licenças quanto à sua classificação em termos de tipologia uni-, bi- ou plurifamiliar e em termos de estrutura. Pelo facto de o presente trabalho assentar primeiramente na forma de pensar a habitação e o urbanismo, e considerando a já referida centralidade do número de famílias para as quais se planeia cada projecto, as frequências relativas apresentadas referem-se à proporção de cada tipo de estrutura em função do total de licenças correspondentes a cada tipologia quanto ao número de famílias.

	Unifamiliar [n = 4121]	Bifamiliar [n = 1265]	Plurifamiliar [n = 853]	P
Isolada n (%)	695 (16,9)	10 (0,8)	3 (0,4)	< 0,001
Geminada/ em banda/ em conjunto n (%)	0 (0,0)	790 (62,5)	589 (69,1)	
Isolada + geminada n (%)	0 (0,0)	0 (0,0)	32 (3,8)	
Quinta n (%)	26 (0,6)	1 (0,1)	0 (0,0)	
Sem especificação n (%)	3400 (82,5)	464 (36,7)	229 (26,8)	

Tabela 3. Cruzamento de tipologias quanto ao número de famílias e estrutura

As duas classificações tipológicas apresentam dependência significativa. Verifica-se que as licenças correspondentes a habitações isoladas são bastante mais frequentes na tipologia unifamiliar (98,2%). Pelo contrário, as tipologias geminada, em banda ou em conjunto são exclusivas das licenças bi- ou plurifamiliares, perfazendo cerca de dois terços destas; menos de metade das habitações geminadas, em banda ou em conjunto são plurifamiliares (ou seja, as respectivas licenças referem-se, no total, a construção de habitações para três ou mais famílias). Apesar do seu reduzido número, as outras tipologias apresentam uma relação clara com o número de famílias. Conforme expectável pela sua definição, as licenças correspondentes simultaneamente a unidades residenciais isoladas e geminadas (ou em banda ou conjunto) são exclusivamente plurifamiliares. Por seu lado, as quintas são (à excepção de uma) unifamiliares. Associada à elevada proporção de habitações geminadas (ou em banda ou conjunto) nas licenças bi- ou plurifamiliares, regista-se uma predominância de estrutura não especificada nas unifamiliares.

Na Tabela 4 cruzam-se as tipologias “económica” e “de rendimento”, apresentando-se as frequências absolutas e as frequências relativas calculadas em função do total de licenças.

<i>n (%)</i>		ECONÓMICA		p
		Sim	Não	
DE RENDIMENTO	Sim	3 (0,0)	55 (0,9)	n.a. *
	Não	474 (7,6)	5717 (91,5)	

* n.a. = Não se verificam as condições de aplicabilidade do teste do qui-quadrado.

Tabela 4. Cruzamento das tipologias “económica” e “de rendimento”

Apesar de não se verificarem as condições de aplicabilidade do teste do qui-quadrado, o que permitiria inferir sobre a dependência entre as duas tipologias, é de destacar que o número de licenças correspondentes simultaneamente a ambas as tipologias é muito reduzido.

As tabelas seguintes apresentam a relação das tipologias em termos da sua classificação quanto ao número de famílias e estrutura com as licenças corresponderem ou não à tipologia económica (Tabela 5) e de rendimento (Tabela 6). As frequências relativas foram calculadas em função da pertença ou não às tipologias económica ou de rendimento, de modo a facilitar a caracterização destas.

	ECONÓMICA		p
	Sim	Não	
NÚMERO DE FAMÍLIAS			< 0,001
Unifamiliar <i>n (%)</i>	267 (56,0)	3854 (66,9)	
Bifamiliar <i>n (%)</i>	79 (16,6)	1186 (20,6)	
Plurifamiliar <i>n (%)</i>	131 (27,5)	722 (12,5)	
ESTRUTURA			0,002
Isolada <i>n (%)</i>	59 (12,4)	649 (11,2)	
Geminada/ em banda/ em conjunto <i>n (%)</i>	144 (30,2)	1235 (21,4)	
Isolada + geminada <i>n (%)</i>	8 (1,7)	24 (0,4)	
Quinta <i>n (%)</i>	0 (0,0)	27 (0,5)	
Sem especificação <i>n (%)</i>	266 (55,8)	3837 (66,5)	

Tabela 5. Cruzamento da tipologia “económica” com o número de famílias e estrutura

A tipologia económica apresenta dependência significativa com o número de famílias e estrutura das habitações. Verifica-se que as licenças correspondentes a habitações económicas correspondem mais frequentemente que as restantes a licenças classificadas como plurifamiliares e a habitações isoladas e/ou geminadas, em banda ou em conjunto

(salientando-se, de entre estes resultados, a diferença de proporções para as habitações geminadas, em banda ou em conjunto).

	“DE RENDIMENTO”		p
	Sim	Não	
NÚMERO DE FAMÍLIAS			< 0,001
Unifamiliar n (%)	0 (0,0)	4121 (66,7)	
Bifamiliar n (%)	3 (5,2)	1262 (20,4)	
Plurifamiliar n (%)	55 (94,8)	798 (12,9)	
ESTRUTURA			n.a. *
Isolada n (%)	0 (0,0)	708 (11,4)	
Geminada/ em banda/ em conjunto n (%)	5 (8,6)	1374 (22,2)	
Isolada + geminada n (%)	0 (0,0)	32 (0,5)	
Quinta n (%)	0 (0,0)	27 (0,4)	
Sem especificação n (%)	53 (91,4)	4050 (65,4)	

* n.a. = Não se verificam as condições de aplicabilidade do teste do qui-quadrado.

Tabela 6. Cruzamento da tipologia “de rendimento” com o número de famílias e estrutura

A tipologia de rendimento apresenta dependência significativa com o número de famílias, correspondendo as habitações de rendimento quase exclusivamente a licenças classificadas como plurifamiliares (contrariamente às restantes, predominantemente uni- ou bifamiliares). No que respeita à relação entre a tipologia de rendimento e classificação em termos de estrutura, apesar de não se verificarem as condições de aplicabilidade do teste estatístico utilizado para relacionar as duas variáveis, verifica-se que mais de nove em cada dez habitações de rendimento correspondem a habitações sem especificação em termos de estrutura, enquanto que tal se verifica para apenas cerca de dois terços das restantes.

V.4.3. Relação das tipologias com funções não habitacionais

Nas tabelas 7 e 8 comparam-se as frequências com que era referidas outras funções (para além da habitacional) entre as várias tipologias. A Tabela 7 apresenta os resultados correspondentes à identificação ou não de funções não habitacionais, enquanto que na Tabela 8 se comparam as frequências face a cada tipo de função.

	SÓ HABITAÇÃO	OUTRA FUNÇÃO	p
NÚMERO DE FAMÍLIAS			0,040
Unifamiliar <i>n (%)</i>	3623 (87,9)	498 (12,1)	
Bifamiliar <i>n (%)</i>	1090 (86,2)	175 (13,8)	
Plurifamiliar <i>n (%)</i>	726 (85,1)	127 (14,9)	
ESTRUTURA			< 0,001
Isolada <i>n (%)</i>	695 (98,2)	13 (1,8)	
Geminada/ em banda/ em conjunto <i>n (%)</i>	1280 (92,8)	99 (7,2)	
Isolada + geminada <i>n (%)</i>	32 (100,0)	0 (0,0)	
Quinta <i>n (%)</i>	26 (96,3)	1 (3,7)	
Sem especificação <i>n (%)</i>	3416 (83,3)	687 (16,7)	
HABITAÇÃO ECONÓMICA			< 0,001
Sim <i>n (%)</i>	449 (94,1)	28 (5,9)	
Não <i>n (%)</i>	5000 (86,6)	772 (13,4)	
HABITAÇÃO “DE RENDIMENTO”			< 0,001
Sim <i>n (%)</i>	29 (50,0)	29 (50,0)	
Não <i>n (%)</i>	5420 (87,5)	771 (12,5)	

Tabela 7. Funções não habitacionais por tipologia

Verificou-se uma dependência significativa entre a presença de funções não habitacionais e a pertença a cada grupo de tipologias. As licenças correspondentes à tipologia plurifamiliar apresentaram maior proporção destas funções, sendo a menor proporção encontrada para a tipologia unifamiliar. Relativamente às tipologias em termos de estrutura, a maior proporção de outras funções é encontrada nas licenças sem estrutura especificada, seguindo-se as correspondentes a habitações geminadas, em banda ou em conjunto. As habitações económicas apresentaram menor proporção de funções não habitacionais. Já a tipologia de rendimento estava associada a uma maior proporção de outras funções, verificadas em metade destas licenças.

	COMÉRCIO	p	ARMAZÉM	p	OFICINA	p
NÚMERO DE FAMÍLIAS						
Unifamiliar <i>n (%)</i>	340 (8,3)	< 0,001	129 (3,1)	0,137	58 (1,4)	0,002
Bifamiliar <i>n (%)</i>	126 (10,0)		54 (4,3)		6 (0,5)	
Plurifamiliar <i>n (%)</i>	108 (12,7)		27 (3,2)		3 (0,4)	
ESTRUTURA						
Isolada <i>n (%)</i>	10 (1,4)	< 0,001	3 (0,4)	< 0,001	1 (0,1)	0,001
Geminada/ banda/ conjunto <i>n (%)</i>	67 (4,9)		28 (2,0)		5 (0,4)	
Isolada + geminada <i>n (%)</i>	0 (0,0)		0 (0,0)		0 (0,0)	
Quinta <i>n (%)</i>	0 (0,0)		1 (3,7)		0 (0,0)	
Sem especificação <i>n (%)</i>	497 (12,1)		178 (4,3)		61 (1,5)	
HABITAÇÃO ECONÓMICA						
Sim <i>n (%)</i>	19 (4,0)	< 0,001	10 (2,1)	0,144	1 (0,2)	0,095
Não <i>n (%)</i>	555 (9,6)		200 (3,5)		66 (1,1)	
HAB. “DE RENDIMENTO”						
Sim <i>n (%)</i>	29 (50,0)	< 0,001	6 (10,3)	n.a. *	0 (0,0)	n.a. *
Não <i>n (%)</i>	545 (8,8)		204 (3,3)		67 (1,1)	

Notas: As frequências apresentadas correspondem à presença de cada grupo de funções (comércio; armazém; oficina) por tipologia. Os níveis de significância críticos para rejeição da hipótese nula referem-se à comparação entre tipologias das frequências de presença da função apresentada na coluna imediatamente à esquerda. * n.a. = Não se verificam as condições de aplicabilidade do teste do qui-quadrado.

Tabela 8. Funções de comércio, armazém e oficina: comparação entre tipologias

Quando considerados os três tipos de função separadamente, verifica-se uma dependência significativa entre a presença da função de “comércio” e de “oficina” e as tipologias em termos de número de famílias. Enquanto que relativamente ao comércio o resultado é semelhante ao apresentado para a globalidade das funções não habitacionais (ou seja, maior proporção na tipologia plurifamiliar, seguida da bifamiliar), verifica-se o oposto para as oficinas (maior proporção na tipologia unifamiliar).

Quanto às tipologias em termos de estrutura, existe dependência significativa com os três tipos de função. Também aqui a função de “comércio” apresenta resultados similares aos referidos para as funções não habitacionais consideradas conjuntamente: maior proporção nas licenças sem estrutura especificada, seguida das habitações geminadas, em banda ou em conjunto. A função de “oficina” apresenta resultados idênticos, embora com proporções bastante inferiores. Apesar de relativamente à função de “armazém” acrescer a estas a tipologia de quinta, é de relevar a diminuta frequência absoluta ($n = 1$) com que se registou função de armazém em quintas.

A tendência para uma menor proporção de funções não habitacionais nas licenças correspondentes a habitações económicas é similar quando os três tipos de função são considerados separadamente, embora apenas se verifique uma dependência significativa no caso da função de “comércio”.

A tipologia de rendimento mostrou dependência significativa com a função de “comércio”, sendo que esta função era mais prevalente nas licenças correspondentes a habitações de rendimento. Apesar da não aplicabilidade do teste do qui-quadrado, é de referir uma tendência similar no que se refere à função de “armazém”.

V.4.4. Comparação dos anos de aprovação entre grupos tipológicos

Na Tabela 9 descrevem-se e comparam-se os anos de aprovação das licenças consoante os grupos tipológicos definidos, incluindo os referentes às funções (habitacional e outras).

	<i>n</i>	Ano de aprovação <i>Mediana (P25; P75)</i>	p
NÚMERO DE FAMÍLIAS			
Unifamiliar	4121	1927 (1914; 1935) ^a	< 0,001
Bifamiliar	1265	1930 (1916; 1937) ^b	
Plurifamiliar	853	1931 (1915; 1938) ^b	
ESTRUTURA			
Isolada	708	1934 (1924; 1941) ^a	< 0,001
Geminada/ em banda/ em conjunto	1379	1928 (1913; 1935) ^b	
Isolada + geminada	32	1916 (1911; 1931) ^b	
Quinta	27	1921 (1914; 1925) ^b	
Sem especificação	4103	1928 (1914; 1936) ^b	
HABITAÇÃO ECONÓMICA			
Sim	477	1943 (1934; 1946)	< 0,001
Não	5772	1927 (1927; 1914)	
HABITAÇÃO “DE RENDIMENTO”			
Sim	58	1944 (1939; 1947)	< 0,001
Não	6191	1928 (1914; 1936)	
FUNÇÃO			
Apenas habitação	5449	1928 (1914; 1936)	0,081
Outra função	800	1928 (1920; 1936)	
Outra função: COMÉRCIO			
Sim	574	1929 (1920; 1936)	0,003
Não	5675	1928 (1914; 1936)	
Outra função: ARMAZÉM			
Sim	210	1927 (1921; 1936)	0,291
Não	6039	1928 (1914; 1936)	
Outra função: OFICINA			
Sim	67	1922 (1913; 1930)	0,004
Não	6182	1928 (1915; 1936)	

Nota: A presença da mesma letra em expoente indica ausência de diferença significativa entre os pares nos testes *post-hoc*.

Tabela 9. Ano de aprovação e grupos tipológicos

Foram encontradas diferenças significativas nos anos de aprovação das habitações uni-, bi- e plurifamiliares; os testes *post-hoc* revelaram que às licenças correspondentes a habitações unifamiliares correspondiam anos de aprovação significativamente anteriores aos das restantes, não se verificando diferença significativa entre estas.

Também relativamente à estrutura das habitações foram encontradas diferenças significativas em termos de ano de aprovação. As licenças correspondentes apenas a habitações identificadas como “isoladas” apresentaram anos de aprovação mais tardios do que as outras, não se verificando diferenças significativas entre estas.

Verifica-se que as habitações económicas tiveram anos de aprovação significativamente mais tardios do que as restantes. O mesmo foi verificado relativamente às habitações descritas como sendo “de rendimento”.

No que respeita às funções dos imóveis, e apesar da tendência para as construções com outras funções para além da habitacional corresponderem a anos mais tardios (evidente pela diferença de 6 anos entre os percentis 25 para valores idênticos de mediana e percentil 75), as diferenças nos anos de aprovação entre as licenças apenas referentes a habitação e as que abrangiam outras funções não atingiram significado estatístico. Quando comparados separadamente os três tipos de função, verifica-se que as construções que incluíam as funções agrupadas sob a designação de “comércio” eram significativamente mais tardias do que as restantes, registando-se o oposto para aquelas com funções de “oficina”.

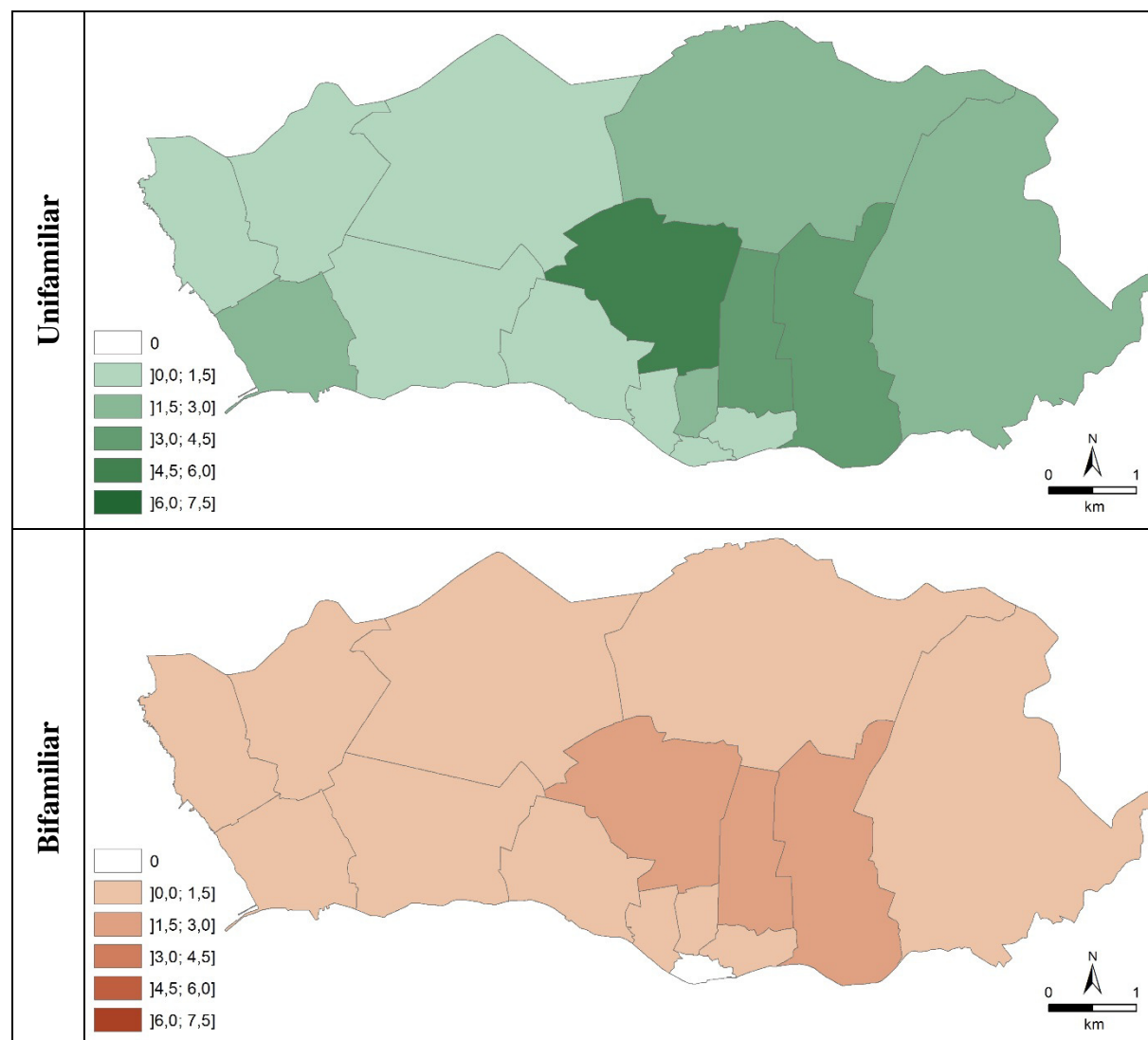
Adicionalmente à comparação dos anos de aprovação das licenças consoante os grupos tipológicos definidos, foram analisadas as proporções de cada uma destas três tipologias por ano. Nesta análise foram identificados os períodos em que a proporção de cada tipologia foi superior à respectiva média global em pelo menos quatro de cinco anos consecutivos (não sendo considerados os anos imediatamente anteriores ou posteriores a estes grupos, caso a sua proporção seja inferior à média). Na sequência desta análise, identificaram-se os períodos de maior proporção de cada tipologia, que se apresentam na Tabela 10.

	Períodos
NÚMERO DE FAMÍLIAS	
Unifamiliar	1900 a 1910; 1913 a 1931; 1940 a 1945
Bifamiliar	1928 a 1939
Plurifamiliar	1910 a 1915; 1931 a 1948
ESTRUTURA	
Isolada	1927 a 1931; 1934 a 1948
Geminada/ em banda/ em conjunto	1901 a 1916; 1932 a 1938
Isolada + geminada	1907 a 1914
Quinta	1912 a 1925
Sem especificação	1900 a 1909; 1914 a 1918; 1921 a 1933
HABITAÇÃO ECONÓMICA	1939 a 1948
HABITAÇÃO “DE RENDIMENTO”	1936 a 1948
HABITAÇÃO + OUTRA FUNÇÃO	1920 a 1932
OUTRAS FUNÇÕES	
Comércio	1915 a 1932
Armazém	1917 a 1931
Oficina	1904 a 1909; 1919 a 1927

Tabela 10. Períodos de maior proporção de licenças correspondentes a cada grupo tipológico

V.4.5. Análise geográfica e geo-temporal

A Figura 17 representa o número de licenças em cada freguesia (por ano e por km²) correspondentes a cada uma das tipologias uni-, bi- ou plurifamiliar.



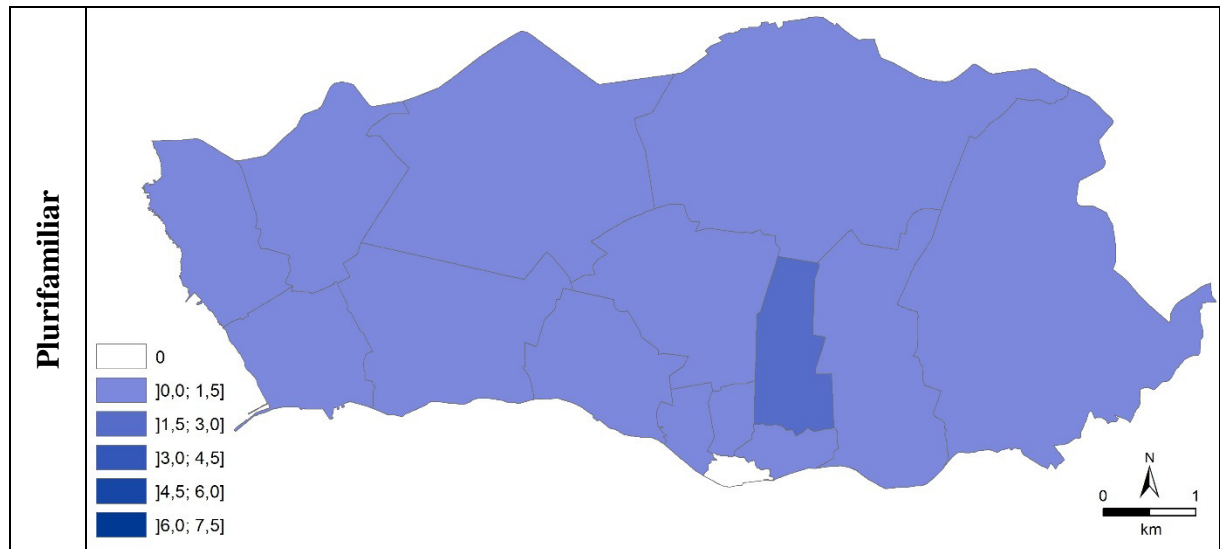


Figura 17. Número de licenças correspondentes às tipologias uni-, bi- e plurifamiliar, por ano e por km²

Para qualquer uma das tipologias, é nas freguesias peri-centrais que se verificam taxas de construção mais elevadas. O menor número de licenças correspondentes às tipologias bifamiliar e plurifamiliar faz com que a discrepância entre freguesias não seja tão evidente ao ser utilizada a mesma escala, apenas sendo visível uma maior construção nas freguesias peri-centrais, à excepção da de Massarelos: Santo Ildefonso (ambas as tipologias), Cedofeita e Bonfim (bifamiliar). É também de referir a ausência de licenças correspondentes a habitação bifamiliar ou plurifamiliar na freguesia de São Nicolau. Nas três freguesias com mais licenças bi- ou plurifamiliares é verificado algo semelhante às unifamiliares, destacando-se a freguesia de Cedofeita em que é visível uma maior taxa de construções. Outras freguesias que também apresentam taxas superiores de licenças unifamiliares são a freguesia central da Vitória, as freguesias periféricas Paranhos, Campanhã (a oriente) e da Foz do Douro (no extremo ocidental da cidade).

Na Figura 18 estão representados resultados semelhantes (número de licenças de tipologia uni, bi- ou plurifamiliar em cada freguesia por ano e por km²), mas por períodos.

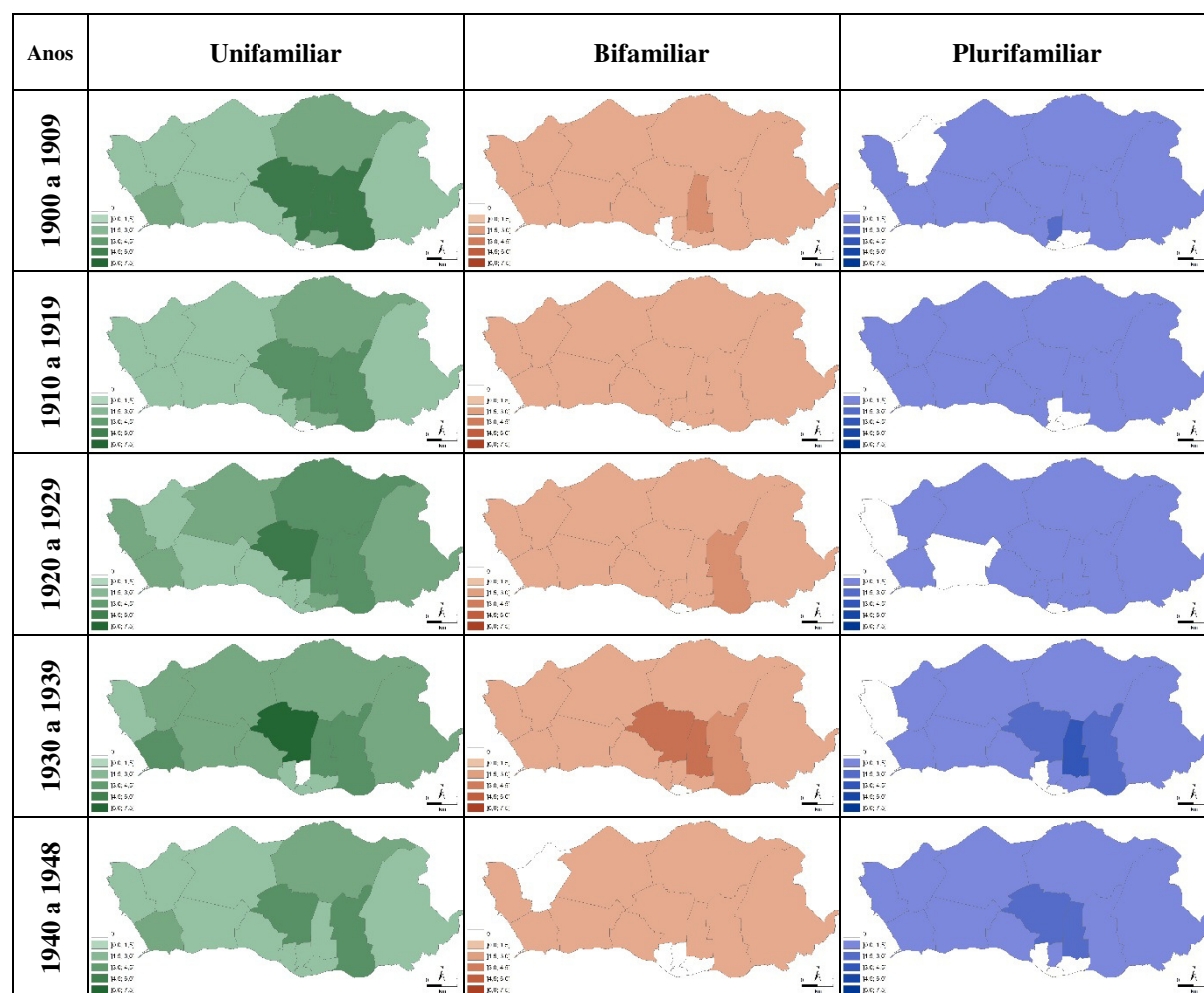


Figura 18. Número de licenças correspondentes às tipologias uni-, bi- e plurifamiliar, por ano e por km², por período

Globalmente, assiste-se a uma diminuição das taxas de licenças unifamiliares ao longo dos cinco períodos estudados. Na década de 30 verificam-se algumas variações dignas de destaque: para as licenças bi- e plurifamiliares estes valores aumentam, sobretudo nas freguesias anteriormente identificadas como apresentando maiores taxas de construção (Cedofeita, Santo Ildefonso e Bonfim), ao passo que a tendência para as unifamiliares não é tão uniforme. Enquanto se verifica um aumento a ocidente (Aldoar, Lordelo do Ouro e Massarelos), as freguesias de Paranhos (a norte) e Vitória (freguesia central) registam uma diminuição nas taxas de licenças aprovadas (nesta última não se verifica qualquer licença unifamiliar durante o período de 1930 a 1939).

O último período estudado (1940 a 1948) é marcado pela ausência de licenças bifamiliares nas quatro freguesias centrais, bem como em Aldoar. Também em relação às plurifamiliares se encontram períodos sem qualquer licença aprovada em freguesias centrais. Para além de

São Nicolau (sem licenças bi- ou plurifamiliares ao longo de todo o período estudado), na freguesia da Sé apenas se verificam construções desta tipologia entre 1920 e 1939 e na de Miragaia até ao final da década de 20. A freguesia da Vitória, que entre 1900 e 1909 foi a que apresentou maior taxa de licenças plurifamiliares, vê na década seguinte cessar por completo a aprovação de licenças correspondentes a esta tipologia. A zona ocidental da cidade assiste também a períodos de baixas taxas de licenças plurifamiliares, havendo décadas sem aprovação de licenças em algumas das freguesias: Aldoar (1900 a 1909), Lordelo do Ouro (1920 a 1929) e Nevogilde (1920 a 1939).

Nas Figuras 19 e 20 estão representados para cada freguesia, respectivamente, o número de licenças e o número de unidades habitacionais (por ano e por km²) correspondentes a habitação económica.

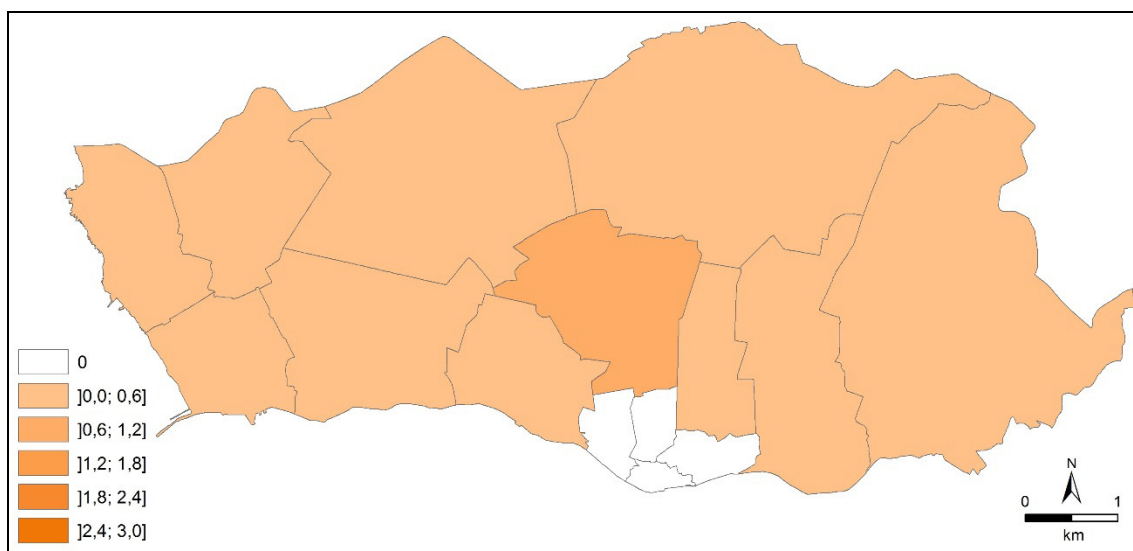


Figura 19. Número de licenças correspondentes a habitação económica em cada freguesia, por ano e por km²

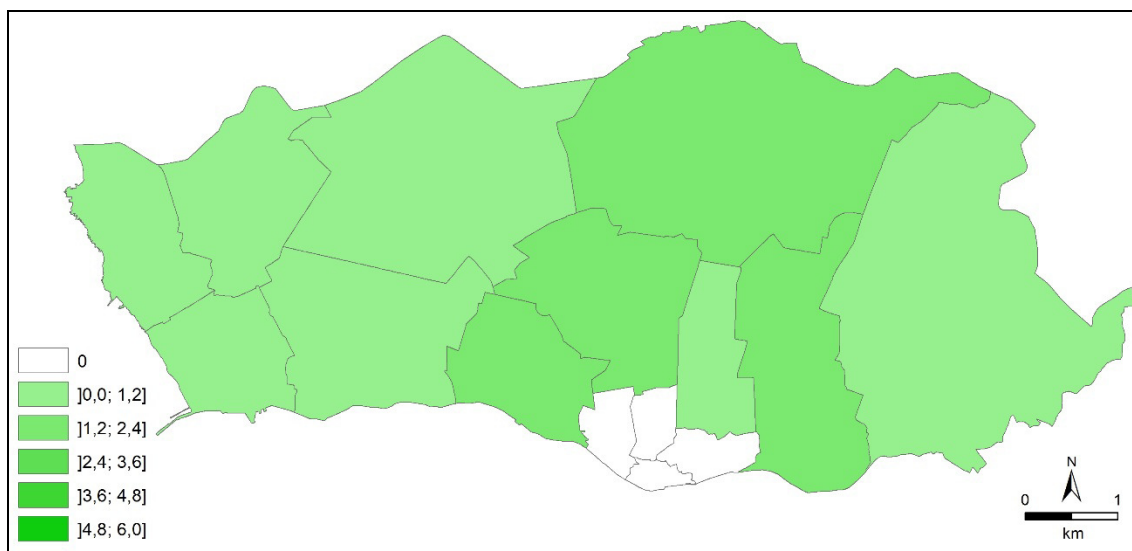


Figura 20. Número de unidades habitacionais correspondentes a habitação económica em cada freguesia, por ano e por km²

Durante todo o período em análise não se registou aprovação de qualquer licença de obras correspondente a habitação económica nas freguesias centrais da cidade (Miragaia, Vitória, Sé e São Nicolau). Atendendo ao número de licenças, destaca-se a freguesia de Cedofeita, com maior densidade de habitação económica. Na análise considerando as unidades habitacionais, juntam-se a esta as também freguesias peri-centrais de Massarelos e Bonfim e, a Norte, a de Paranhos.

A Figura 21 apresenta o número de licenças e de unidades habitacionais correspondentes a habitação económica em cada freguesia (por ano e por km²), mas separadamente para cada período estudado.

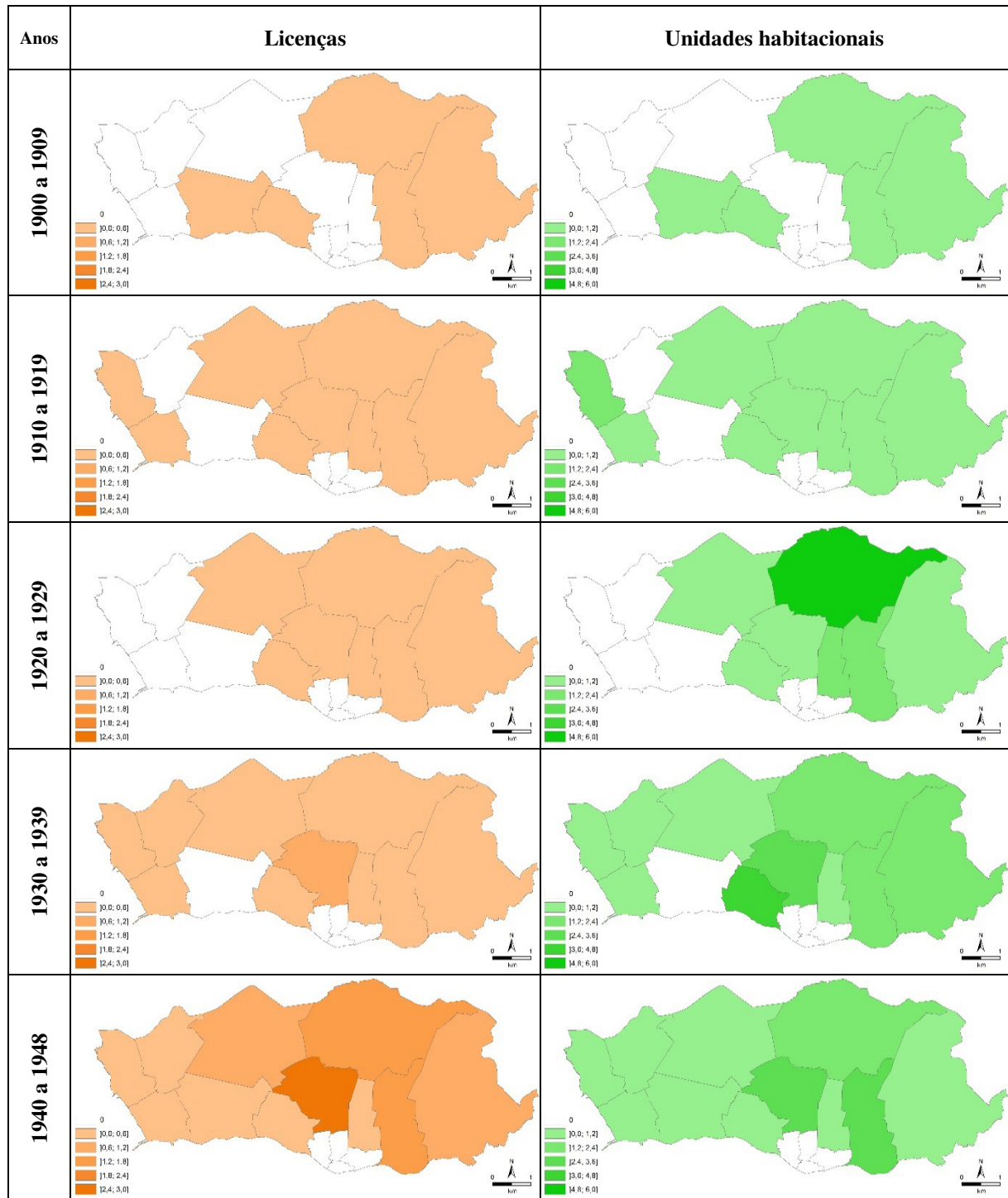


Figura 21. Número de licenças e de unidades habitacionais correspondentes a habitação económica em cada freguesia, por ano e por km², por período

A análise dos mapas correspondentes aos diferentes períodos revela uma tendência global para a expansão da habitação económica para a zona ocidental da cidade. As excepções a esta tendência são a freguesia de Lordelo do Ouro, em que se registam licenças desta tipologia nos primeiro e último períodos considerados (1900 a 1909 e 1940 a 1948) mas não nos intermédios (1910 a 1939), e as freguesias mais ocidentais (Nevogilde e Foz do Douro), para

as quais se encontram licenças de habitação económica já na década de 10 e, mais tarde, na de 30, mas não nos anos 1920 a 1929.

O crescente número de licenças correspondentes a habitação económica faz com que a partir dos anos 30 sejam notórias diferenças na densidade de licenças entre freguesias (para além da mera presença ou ausência desta tipologia). Assim, é nestes dois períodos que a freguesia de Cedofeita se destaca pela maior densidade de habitação económica. No período compreendido entre os anos de 1940 e 1948 estas diferenças são ainda mais acentuadas, mantendo-se Cedofeita como a freguesia com maior densidade, mas seguindo-se-lhe as de Bonfim (também peri-central) e Paranhos (a norte), e as de Ramalde e Campanhã (adjacentes às referidas).

A análise baseada nas unidades habitacionais apresenta algumas diferenças face à atrás descrita⁵⁸⁰. Neste sentido, destaca-se em primeiro lugar a saliência de Nevogilde na década de 10, que realça ainda mais a excepção atrás referida para as freguesias mais ocidentais. Para além disso, é de notar que a freguesia de Cedofeita não é, nesta análise, a que mais se destaca; os valores mais elevados verificam-se para a de Paranhos (nos anos 20), seguida de Massarelos (década de 30) e só depois Cedofeita (1930 a 1948) e Bonfim (1940 a 1948).

Nas figuras seguintes encontra-se a representação da percentagem de licenças em que é feita referência a outras funções para além da habitacional. A Figura 22 apresenta os valores globais por freguesia, enquanto que a Figura 23 apresenta os mapas correspondentes a cada período em análise.

⁵⁸⁰ Estas diferenças são expectáveis se considerarmos que as licenças correspondentes a habitações económicas correspondem mais frequentemente que as restantes a licenças classificadas como plurifamiliares.

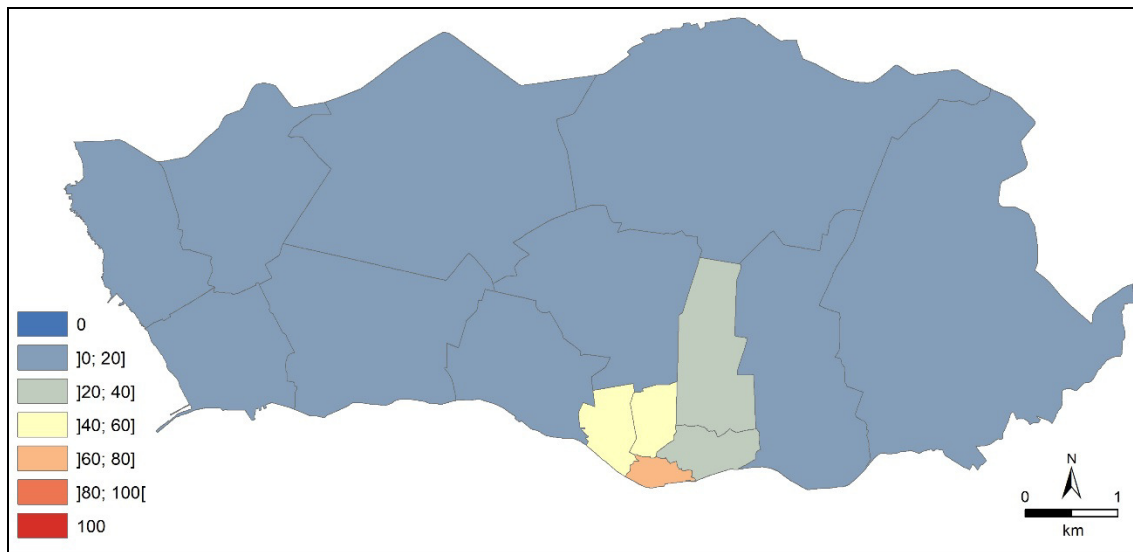


Figura 22. Proporção (%) de licenças com referência a funções não habitacionais em cada freguesia, por ano e por km²

Quando considerada a totalidade do período estudado (1900 a 1948), verifica-se que todas as freguesias apresentam licenças com referência a funções não habitacionais, sendo que na sua maioria a proporção destas licenças é inferior a 20%. São excepções as freguesias centrais e Santo Ildefonso: esta última e a freguesia da Sé apresentam proporções entre 20 e 40%, Miragaia e Vitória entre 40 e 60%, e a proporção mais elevada (60 a 80%) é registada na freguesia de São Nicolau.

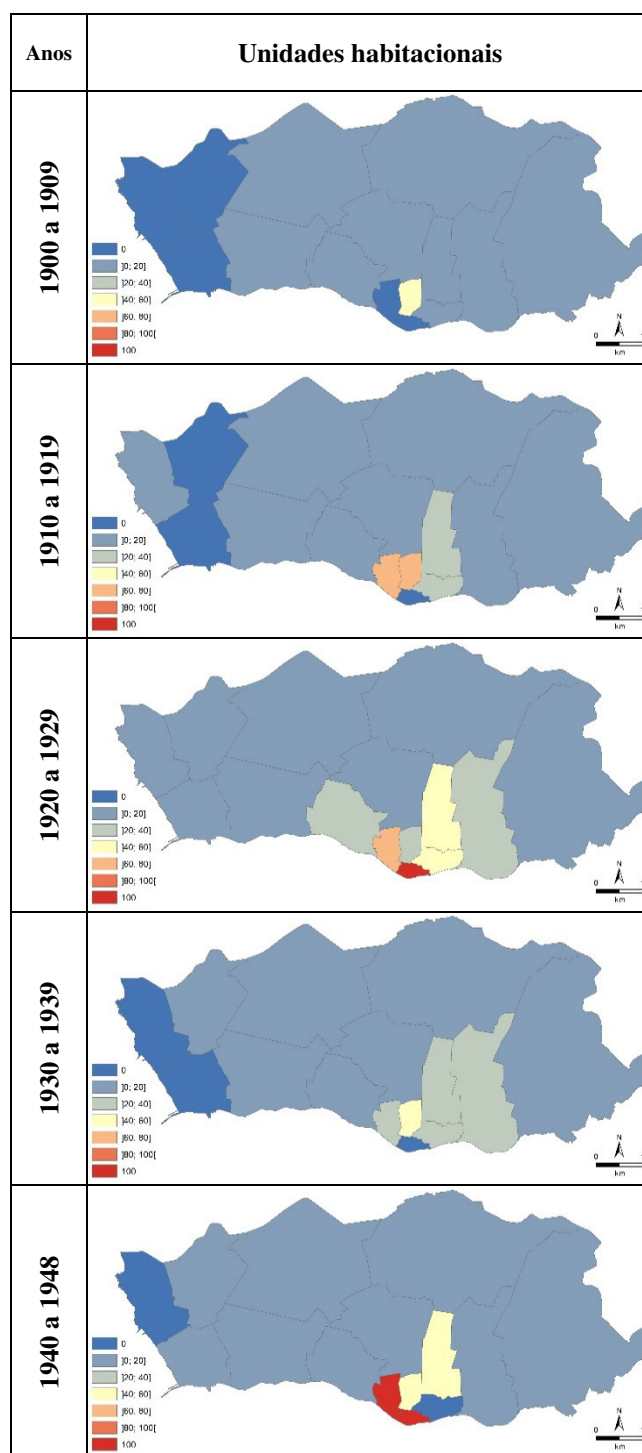


Figura 23. Proporção (%) de licenças com referência a funções não habitacionais em cada freguesia, por ano e por km², por período

A análise por períodos mostra que a centralização espacial das funções não habitacionais é consistente. Não obstante, esta análise permite, em primeiro lugar, a identificação de casos extremos. Em algumas freguesias não se regista qualquer construção com referência a funções não habitacionais: para além das três freguesias mais ocidentais (Nevogilde, Aldoar e Foz do Douro), tal também se verifica em freguesias centrais (Miragaia: 1900 a 1909; Sé: 1940 a

1948; e São Nicolau: 1930 a 1939), o que contrasta com a tendência geral referida. Por outro lado, e já de forma concordante com os resultados gerais, é também nas freguesias centrais que se registam as proporções mais elevadas de licenças com referência a funções não habitacionais (Vitória: 60 a 80% de 1910 a 1919; Miragaia: 60 a 80% de 1910 a 1929 e 100% em 1940 a 1948; e São Nicolau: 100% em 1920 a 1929 e em 1940 a 1948)⁵⁸¹.

⁵⁸¹ Note-se que os valores correspondentes à freguesia de São Nicolau devem ser interpretados com prudência, dada a escassez de licenças nesta freguesia: entre 1900 e 1948 apenas se encontraram três, uma em cada um dos três últimos períodos considerados. Este facto explica o valor apresentado como de 0% nos primeiros dois períodos (1900 a 1909 e 1910 a 1919), e a alternância entre valores extremos (0% ou 100%) nos seguintes. Do mesmo modo, atente-se ao reduzido número de licenças no período de 1940 a 1948 nas freguesias de Miragaia (n = 1), Sé (n = 1) e Vitória (n = 2).

V.5. Discussão

V.5.1. Análise descritiva das tipologias

Dado terem sido estudadas as licenças (e não as habitações propriamente ditas), os resultados encontrados podem sobrestimar a proporção das tipologias bi- ou plurifamiliar. Apesar disto, verificou-se um claro predomínio de licenças correspondentes a habitações unifamiliares.

A habitação unifamiliar foi, na primeira metade do século XX, um meio de combinação entre a tradição dos séculos anteriores e a inovação trazida pelo Movimento Moderno⁵⁸². O Modernismo trouxe um claro incentivo à habitação plurifamiliar, tornando-se este um dos temas centrais na discussão arquitectónica e urbanística no século XX⁵⁸³, sendo expressão máxima desta tendência a “Carta de Atenas” de 1933⁵⁸⁴. No entanto, os modelos teóricos de cidade encontraram dificuldades na sua transposição para a prática⁵⁸⁵, pelo que a habitação unifamiliar foi a escolha preferencial para aplicação de novos materiais e técnicas, bem como de novos elementos arquitectónicos⁵⁸⁶.

Adicionalmente, a promoção das habitações plurifamiliares encontrou outros obstáculos. Durante a Primeira República, a legislação e acções destinadas a resolver a crise habitacional que se vivia defendiam sobretudo a construção de habitações unifamiliares⁵⁸⁷. O mesmo se

⁵⁸² TOSTÕES, Ana – Pensar, habitar, construir, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – Colóquio Internacional “*Habitar Pensar Investigar Fazer*”, p. 45; MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*, 2010, p. 79.

⁵⁸³ FONSECA, João Pedro Esteves de Carvalho – *Forma e estrutura no bloco de habitação, Património Moderno em Portugal*, p. 38; CARVALHO, Ricardo – Habitar: da Cidade-Campo à Cidade-Difusa, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – Colóquio Internacional “*Habitar Pensar Investigar Fazer*”, p. 21.

⁵⁸⁴ FERREIRA, Nuno – A influência da Carta de Atenas na evolução urbana do Porto no séc. XX.

⁵⁸⁵ RIBEIRO, Sandra Marisa Azevedo Barbosa – *O espaço exterior no edifício de habitação plurifamiliar. A construção da Rua Arquitecto Marques da Silva*, p. 29.

⁵⁸⁶ TOSTÕES, Ana – Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50, p. 52; TOSTÕES, Ana – Pensar, habitar, construir, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – Colóquio Internacional “*Habitar Pensar Investigar Fazer*”, pp. 52-53.

⁵⁸⁷ Decreto n.º 4137, de 25 de Abril de 1918, pp. 327-328.

verificou durante o Estado Novo, através da defesa de um modelo de vida baseado na ruralidade e na simplicidade, de que era símbolo a habitação unifamiliar⁵⁸⁸. De facto, até à década de 40 do século XX a aposta na construção de habitações plurifamiliares terá sido de fraca expressão nas cidades portuguesas⁵⁸⁹.

É também de referir o facto de muitas das habitações plurifamiliares “criadas” desde o século XVIII corresponderem, não a construções de raiz, mas à adaptação de casas burguesas unifamiliares a habitação destinada a mais do que um agregado familiar⁵⁹⁰. Tendo-se estudado unicamente as construções de raiz, estes casos ficam fora do âmbito da presente investigação.

No que concerne à estrutura das habitações, é de realçar a elevada frequência com que esta não era especificada nas licenças. Não obstante esta consideração não poder ser sustentada pelos dados recolhidos, supõe-se que grande parte destas habitações possam corresponder às casas estreitas e altas. Para além da relevância desta tipologia no período considerado⁵⁹¹, entende-se que as casas isoladas e, mais ainda, as casas geminadas, em banda ou em conjunto, implicariam uma referência explícita a estas tipologias, o que não será tão expectável no caso das habitações estreitas e altas, cuja identificação assentará sobretudo na análise do projecto de arquitectura.

A maior proporção de habitações identificadas como geminadas, em banda ou em conjunto quando comparadas com as restantes tipologias (nomeadamente casas isoladas) poderá igualmente decorrer de esta tipologia ser, à partida, explicitamente identificada nas licenças. Para além disso, note-se que para este resultado poderão também contribuir os conjuntos de habitações económicas. Conforme Manuel Teixeira refere para o caso particular das ilhas, as diferentes formas que este tipo de habitação pode assumir enquadram-se na tipologia

⁵⁸⁸ ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de – *Favor, recompensa e controlo social: Os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*, p. 18; Constituição de 11 de Abril de 1933, artigo 13.º; GONÇALVES, José Fernandes – *Edifícios modernos de habitação colectiva – 1948/1961. Desenho e standard na arquitectura portuguesa*, p. 68.

⁵⁸⁹ GONÇALVES, José Fernandes – *Edifícios modernos de habitação colectiva – 1948/1961. Desenho e standard na arquitectura portuguesa*, pp. 74-75.

⁵⁹⁰ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 226; ARÍS, Carlos Martí – *Las formas de la residencia en la ciudad moderna*, pp. 14-15.

⁵⁹¹ CRUZ, Maria Antonieta – *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, p. 371; PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*, p. 47.

“geminada/ em banda/ em conjunto”⁵⁹². A isto acresce o resultado por nós encontrado de uma maior proporção desta tipologia nas licenças correspondentes a habitações económicas⁵⁹³.

A habitação económica demonstrou ter uma expressão relevante: cerca de uma em cada 13 licenças era referente a ou incluía habitações de carácter económico. Tendo em Portugal o processo de industrialização ocorrido tardiamente⁵⁹⁴, na primeira metade do século XX ainda eram notórias medidas de incentivo à habitação económica destinadas a solucionar a crise na habitação decorrente da revolução demográfica subsequente à Revolução Industrial. São de destacar: a fixação do conceito de “casa económica” (1918)⁵⁹⁵, o alargamento da habitação económica à classe média (1928)⁵⁹⁶, a criação do programa de “Casas Económicas” (1933)⁵⁹⁷, do programa de “Casas de Renda Económica”⁵⁹⁸ e do “Programa de Construção de Casas para Famílias Pobres”⁵⁹⁹ (ambos em 1945), e do “Programa de Casas de Renda Limitada” (1947)⁶⁰⁰. É ainda de referir que, a partir da criação do programa de “Casas Económicas”, o Estado passa a actuar enquanto promotor directo desta tipologia⁶⁰¹. Estas medidas terão sido fundamentais para que, ainda durante este período, a habitação económica apresentasse em Portugal, e concretamente na cidade do Porto, tão grande predominância.

Salienta-se que, destinando-se esta tipologia habitacional a albergar um elevado número de famílias, a sua importância em termos sociodemográficos terá sido ainda superior à revelada pela proporção de licenças. De facto, a proporção de licenças classificadas como “plurifamiliares” entre as respeitantes à habitação económica é mais do que dupla da encontrada entre as restantes licenças⁶⁰².

A proporção de licenças correspondentes a prédios de rendimento foi reduzida, não atingindo 1% do total. Apesar da relevância que esta tipologia assumiu durante a primeira metade do século XX, conforme referido na Introdução desta secção, ela corresponde sobretudo à

⁵⁹² TEIXEIRA, Manuel C. – *Habitação popular na cidade oitocentista – As ilhas do Porto*.

⁵⁹³ Veja-se a Tabela 5 (sub-secção V.4.2).

⁵⁹⁴ PEREIRA, Nuno Teotónio – Chegarão 100 anos para acabar com as barracas?

⁵⁹⁵ Decreto n.º 4137, de 25 de Abril de 1918.

⁵⁹⁶ Decreto-Lei n.º 16 055, de 12 de Outubro de 1928.

⁵⁹⁷ Decreto-Lei n.º 23 052, de 23 de Setembro de 1933.

⁵⁹⁸ Lei n.º 2007, de 7 de Maio de 1945.

⁵⁹⁹ Decreto-Lei n.º 34 486, de 6 de Abril de 1945; Decreto-Lei n.º 35 106, de 6 de Novembro de 1945.

⁶⁰⁰ Decreto-Lei n.º 36 212, de 7 de Abril de 1947.

⁶⁰¹ Decreto-Lei n.º 23 052, de 23 de Setembro de 1933.

⁶⁰² Veja-se a Tabela 5 (sub-secção V.4.2).

adaptação de antigas casas burguesas⁶⁰³, pelo que a construção de raiz não será representativa da sua importância em termos do panorama urbanístico da época.

Cumprir realçar que também o facto de apenas terem sido consideradas as licenças com referência explícita à designação “de rendimento”. Conforme anteriormente referido, este critério é fundamental para proceder à caracterização desta tipologia, o que assume especial importância dadas as discrepâncias encontradas entre definições propostas por diferentes autores.

Verificou-se que cerca de uma em cada oito licenças referiam a existência de espaços destinados a funções não habitacionais, sendo a mais frequente o comércio e actividades similares. Estes resultados não são de estranhar se considerarmos a importância das casas de carácter híbrido no alargamento da área comercial para outras zonas da cidade⁶⁰⁴. De um modo mais amplo, era frequente a presença de comércio, oficinas, arrumos ou armazéns nos pisos térreos das casas estreitas e altas⁶⁰⁵. Quanto aos prédios de rendimento, e apesar de serem a tipologia mais fortemente associada à presença de funções não habitacionais⁶⁰⁶, o reduzido número de construções de raiz que lhes corresponde⁶⁰⁷ faz com que o seu contributo para este resultado seja diminuto, mais uma vez dado o foco deste trabalho não incidir nas alterações a edifícios já existentes.

⁶⁰³ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 344.

⁶⁰⁴ IDEM – *Ibidem*, p. 344.

⁶⁰⁵ IDEM – *Ibidem*, p. 312; FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 143.

⁶⁰⁶ SILVA, Daniela – *Regresso à baixa: Residência universitária*, p. 16.

⁶⁰⁷ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 344.

V.5.2. Relação entre tipologias

Algumas das relações encontradas entre tipologias quanto ao número de famílias e à estrutura derivam da própria definição destas. É o caso de a quase totalidade das habitações isoladas corresponderem a licenças unifamiliares, bem como de todas as geminadas, em banda ou em conjunto serem bi- ou plurifamiliares e de as licenças correspondentes simultaneamente a habitações isoladas e geminadas (ou em banda ou conjunto) serem plurifamiliares.

No caso das habitações isoladas, há ainda a referir que tal relação não deriva unicamente das definições utilizadas e estudo das licenças (e não das habitações), dado uma mesma licença poder corresponder à construção de mais do que uma habitação isolada, sendo nesse caso classificada como bi- ou plurifamiliar. Conforme referido por alguns autores, a habitação unifamiliar era um privilégio das classes mais abastadas, onde se ensaiava a aplicação dos novos materiais e técnicas⁶⁰⁸. Ao facto de estes elementos já indiciarem uma construção mais direccionada para o gosto do cliente e, assim sendo, pensada individualmente, acresce algumas das tipologias destinadas a habitação unifamiliar que ganhavam importância serem, por definição, isoladas, sendo de destacar os palacetes⁶⁰⁹.

A proporção de licenças sem especificação da estrutura é muito superior nas licenças unifamiliares. A elevada frequência destes casos (mais de metade do total de licenças) faz com que, apesar da importância que assumiam na época as casas estreitas e altas⁶¹⁰, grande parte deles não correspondam a esta tipologia. Note-se que as casas estreitas e altas unifamiliares se destinavam sobretudo à burguesia, ou seja, a um grupo populacional restrito⁶¹¹. Deste modo, é lícito assumir que, não obstante as considerações anteriores, grande parte destas licenças não correspondam a casas estreitas e altas. Algumas poderão

⁶⁰⁸ RODRIGUES, Ana Luísa Jardim Martins – *A habitabilidade do espaço doméstico. O cliente, o arquitecto, o habitante e a casa*, p. 4; TOSTÕES, Ana – Pensar, habitar, construir, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – Colóquio Internacional “*Habitar Pensar Investigar Fazer*”, pp. 52-53; TOSTÕES, Ana – *Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, p. 52.

⁶⁰⁹ CRUZ, Maria Antonieta – *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, pp. 368-369; GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo – *Construções de elite no Porto (1805-1906)*, p. 24; MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*, 2010, p. 84.

⁶¹⁰ CRUZ, Maria Antonieta – *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, p. 371; PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*, p. 47.

⁶¹¹ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 143; PEREIRA, Gaspar Martins – *No Porto Romântico, com Camilo*, p. 81.

corresponder às casas térreas, destinadas a famílias mais pobres, e por isso a um grupo mais alargado⁶¹², ou a habitações monofuncionais com duas⁶¹³ ou três frentes⁶¹⁴.

Quanto às quintas, e tal como no caso das habitações classificadas como isoladas, o facto de no período em questão serem predominantemente propriedade de famílias endinheiradas⁶¹⁵, juntamente com as suas características definidoras⁶¹⁶ justifica a quase exclusividade de licenças unifamiliares.

O número de licenças simultaneamente correspondentes a habitação económica e a prédios de rendimento é muito reduzido. Apesar de a caracterização da habitação económica ser dependente da época em questão e dos autores que a definem, ela destina-se às classes sociais mais pobres⁶¹⁷. Já os prédios de rendimento, tratando-se de edifícios de aluguer destinados a servir de fonte de rendimento, destinar-se-iam a famílias com variados níveis de recursos económicos, mas de um modo geral com maiores rendimentos do que aquelas a quem se destinavam as habitações económicas⁶¹⁸. O próprio facto de, numa fase inicial, os prédios de rendimento começarem por ser adaptações de habitações burguesas, mostra que não se destinariam às classes sociais mais desfavorecidas⁶¹⁹.

Verificou-se que as habitações económicas correspondiam em maior proporção a licenças plurifamiliares. A própria origem desta tipologia é útil na compreensão desta relação: estando o aparecimento da habitação económica associado ao grande aumento populacional nas cidades subsequente à Revolução Industrial, é compreensível que as soluções para a crise habitacional daí resultante tenham passado sobretudo por uma forma de pensar a habitação baseada na construção de agrupamentos de habitações. As primeiras propostas teóricas de resolução desta crise habitacional (como as de Robert Owen, Fourier e Godin) são disto

⁶¹² CRUZ, Maria Antonieta – *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, p. 371.

⁶¹³ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 171.

⁶¹⁴ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, p. 102.

⁶¹⁵ RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, p. 321; FONSECA, Adélia Luísa T. Silva – *Porto Norte. Dinâmicas urbanas e sua evolução*, p. 65.

⁶¹⁶ Veja-se a secção VIII, na qual esta análise é aprofundada.

⁶¹⁷ FERREIRA, Nuno – Requalificação e reabilitação dos Bairros de Interesse Social Pio XII, Lagarteiro e Contumil da cidade do Porto. Recuperação de alguns fragmentos da cidade Moderna.

⁶¹⁸ BARREIROS, Maria Helena – “Unidades de habitação” antes da letra: Da racionalidade do projecto pombalino, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – *Colóquio Internacional “Habitar Pensar Investigar Fazer”*, p. 111.

⁶¹⁹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 344.

evidência⁶²⁰. Assim, e apesar de termos estudados as licenças, e não as habitações propriamente ditas, o seu carácter plurifamiliar é inerente às suas origens e objectivos.

Quando se analisam as construções destinadas à habitação económica na cidade do Porto ao longo da primeira metade do século XX, verifica-se precisamente esta abordagem: desde logo, nas “ilhas” (anteriores a este período mas cuja construção se prolongou através do mesmo)⁶²¹, e posteriormente nas várias intervenções, como a iniciativa do jornal “O Comércio do Porto” (1899 a 1905)⁶²², a construção camarária de quatro colónias iniciada entre 1914 e 1917⁶²³ e os sucessivos bairros de casas económicas promovidos pelo Estado Novo⁶²⁴. Apesar de estes projectos assentarem na ideia da moradia unifamiliar, associada aos valores de ruralidade e simplicidade promovidos pelo Estado Novo⁶²⁵, a forma de pensar a habitação era claramente colectiva, sendo-o por isso as respectivas licenças. Disto é evidência a referência feita por Duarte Pacheco aos grandes conjuntos de casas que caracterizavam a abordagem à habitação económica⁶²⁶.

Relativamente à sua estrutura, as habitações económicas destacam-se pela maior prevalência de licenças correspondentes a casas geminadas, em banda ou em conjunto. Mais uma vez, a descrição feita das ilhas construídas na cidade do Porto é explicativa desta tendência. Conforme referido, Manuel Teixeira refere diversas formas de agrupamento das casas nestas ilhas, algumas das quais fortemente associadas a esta tipologia⁶²⁷. Mesmo numa fase mais tardia, em que era explicitamente defendida a ideologia da habitação unifamiliar isolada, aceitava-se a construção de agrupamentos ou bairros de casas⁶²⁸. O programa de “Casas de Renda Económica”, ao permitir a construção de habitações económicas plurifamiliares em

⁶²⁰ OSÓRIO, Filipa Peres Frangolho Crespo – *Viagem pela habitação social. Um novo caminho*, p. 24.

⁶²¹ FERREIRA, Maria Júlia – O bairro social do Arco do Cego – Uma aldeia dentro da cidade de Lisboa, pp. 697-698.

⁶²² ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de – *Favor, recompensa e controlo social: Os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*, p. 14.

⁶²³ IDEM – *Ibidem*, p. 14.

⁶²⁴ Decreto n.º 4137, de 25 de Abril de 1918; Decreto-Lei n.º 16 055, de 22 de Outubro de 1928; Decreto-Lei n.º 23 052, de 23 de Setembro de 1933; Decreto-Lei n.º 34 486, de 6 de Abril de 1945; Lei n.º 2007, de 7 de Maio de 1945; Decreto-Lei n.º 35 106, de 6 de Novembro de 1945; Decreto-Lei n.º 36 212, de 7 de Abril de 1947.

⁶²⁵ ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de – *Favor, recompensa e controlo social: Os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*, p. 14; GONÇALVES, José Fernandes – *Edifícios modernos de habitação colectiva – 1948/1961. Desenho e standard na arquitectura portuguesa*, p. 68.

⁶²⁶ PACHECO, Duarte – *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, p. 10, citado em BAPTISTA, Luís V. – *Cidade e habitação social – O Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa*, pp. 85-86.

⁶²⁷ TEIXEIRA, Manuel C. – *Habitação popular na cidade oitocentista – As Ilhas do Porto*.

⁶²⁸ Decreto n.º 4137, de 25 de Abril de 1918.

bloco, consistiu um dos avanços que, embora tardiamente no período estudado, terá contribuído para o aumento do número deste tipo de construções⁶²⁹.

No que respeita aos prédios de rendimento, verifica-se que a sua quase totalidade corresponde a licenças plurifamiliares. Neste caso, a própria definição de “prédio de rendimento” permite desconsiderar a possibilidade de tal se dever ao estudo das licenças e não das habitações. De facto, a noção de prédio de rendimento está explicitamente associada à tipologia plurifamiliar⁶³⁰. Mesmo se recuarmos às primeiras habitações “de rendimento”, com origem na adaptação de antigas casas burguesas, verifica-se que já estas se destinavam a mais do que uma família⁶³¹.

Quanto à estrutura destas habitações, encontrou-se uma forte predominância de ausência de especificação. Tal decorrerá da especificidade desta tipologia, levando a que a identificação como “prédio de rendimento” se sobreponha à necessidade de especificar outras características.

⁶²⁹ Lei n.º 2007, de 7 de Maio de 1945.

⁶³⁰ BARREIROS, Maria Helena – “Unidades de habitação” antes da letra: Da racionalidade do projecto pombalino, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – *Colóquio Internacional “Habitar Pensar Investigar Fazer”*, p. 111; CAMPELLO, António Ferreira de Lima Cabral – *Um olhar sobre a arquitectura do prédio de rendimento no Porto e a rua de Sá da Bandeira como uma metonímia*, p. 15.

⁶³¹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 344.

V.5.3. Relação das tipologias com funções não habitacionais

Verificou-se que as licenças plurifamiliares apresentavam maior proporção de funções não habitacionais, sendo as diferenças face às restantes tipologias mais expressivas no caso de funções comerciais. Conforme referido, os prédios de rendimento, plurifamiliares por definição⁶³², caracterizavam-se pela ocupação do rés-do-chão por espaços destinados a funções não habitacionais⁶³³, sobretudo comerciais⁶³⁴. No entanto, devido ao reduzido número de construções explicitamente identificadas como prédios de rendimento, este factor não é suficiente para explicar na íntegra os resultados encontrados. Contudo, a tipologia plurifamiliar, de um modo geral, é associada à presença de funções não habitacionais⁶³⁵.

É de realçar que, apesar destes resultados, se encontra maior frequência absoluta de funções não habitacionais (nomeadamente de comércio) nas licenças correspondentes a habitações unifamiliares, devido ao seu maior número. Assim, a interpretação e valorização destes resultados será distinta consoante se pretendam caracterizar as habitações associadas a licenças uni-, bi- ou plurifamiliares, ou a descrever a distribuição das funções não habitacionais pela cidade. Mais uma vez, é ainda de realçar o facto de, pelo tipo de análise e critérios utilizados, parte das licenças plurifamiliares poderem efectivamente corresponder a conjuntos de casas unifamiliares.

Por outro lado, e apesar da reduzida frequência de licenças com referência a oficinas e locais similares, as licenças unifamiliares apresentam maior proporção deste grupo de funções do que as restantes tipologias. É de referir que, não obstante a referência a outras funções não habitacionais em habitações unifamiliares, apenas em relação a estas se encontraram referências específicas a oficinas⁶³⁶, nomeadamente no caso das casas térreas, em muitos

⁶³² BARREIROS, Maria Helena – “Unidades de habitação” antes da letra: Da racionalidade do projecto pombalino, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – *Colóquio Internacional “Habitar Pensar Investigar Fazer”*, p. 111; CAMPELLO, António Ferreira de Lima Cabral – *Um olhar sobre a arquitectura do prédio de rendimento no Porto e a rua de Sá da Bandeira como uma metonímia*, p. 15.

⁶³³ SILVA, Daniela – *Regresso à baixa: Residência universitária*, p. 16.

⁶³⁴ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 334.

⁶³⁵ PORTAS, Nuno – *A habitação social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, pp. 95-96.

⁶³⁶ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 312; FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 143.

casos propriedade de donos de oficinas, que se situariam no mesmo edifício que a habitação⁶³⁷.

Quanto à relação entre a presença de outras funções e a estrutura das habitações, as maiores proporções de funções não habitacionais encontram-se em licenças sem especificação de estrutura. Conforme referido, estas licenças poderão corresponder em elevado número a casas estreitas e altas⁶³⁸. O alargamento das zonas comerciais a novas áreas da cidade do Porto durante o período em questão e a relevância desta tipologia, caracterizada pela sua polifuncionalidade, justificam este resultado, bem como o facto de ele ser particularmente expressivo quando consideradas as funções de comércio e actividades afins. Relativamente aos outros dois grupos de funções (“armazém” e “oficina”), é de referir novamente que também a presença de oficinas, arrumos ou armazéns era frequente nos pisos térreos das casas estreitas e altas⁶³⁹.

As habitações económicas apresentaram menor proporção de funções não habitacionais. Este resultado é mais expressivo e apenas estatisticamente significativo no caso do comércio, pela já recorrentemente referida predominância deste grupo de funções. De um modo geral, a explicação para estes resultados prende-se com a própria definição de habitação económica, pensada para solucionar o problema da falta de habitação de determinados grupos populacionais e, como tal, focando-se na função habitacional⁶⁴⁰.

O resultado contrário (ou seja, maior proporção de outras funções) verificado nas licenças correspondentes a prédios de rendimento decorre também do objectivo a que estes se destinavam. Os resultados encontrados encontram justificação no facto de se tratarem de

⁶³⁷ CRUZ, Maria Antonieta – *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, p. 371.

⁶³⁸ Veja-se o ponto V.5.1. IDEM – *Ibidem*, p. 371; PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*, p. 47.

⁶³⁹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, pp. 312 e 344; FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 143.

⁶⁴⁰ ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de – *Favor, recompensa e controlo social: Os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*; COELHO, António Baptista – *Sobre a primeira fase da habitação de interesse social (HIS), entre 1919 e 1972*; OSÓRIO, Filipa Peres Frangolho Crespo – *Viagem pela habitação social. Um novo caminho*; PEREIRA, Virgílio Borges – *A política de habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto contemporâneo: Uma perspectiva sintética e panorâmica*, in SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, Espaço e Património*.

habitações destinadas a servir como fonte de renda fundiária⁶⁴¹ e, por definição, concentrando para além da habitação outras actividades, nomeadamente a comercial⁶⁴². Para além do comércio é de salientar a tendência para uma maior proporção de armazéns. Pelo contrário (e apesar de, tal como relativamente à função “armazém”, não ter sido possível analisar este resultado em termos de estatística inferencial), a função de “oficina” apenas foi encontrada em licenças não correspondentes a prédios de rendimento. Este grupo de funções está sobretudo associado a habitações unifamiliares, o que vai ao encontro do que é referido na literatura⁶⁴³ (sobretudo habitando os donos destas oficinas no mesmo edifício, nomeadamente no caso das casas térreas⁶⁴⁴), estando também descrita a sua presença nas casas estreitas e altas⁶⁴⁵.

⁶⁴¹ BARREIROS, Maria Helena – “Unidades de habitação” antes da letra: Da racionalidade do projecto pombalino, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – *Colóquio Internacional “Habitar Pensar Investigar Fazer”*, p. 111.

⁶⁴² SILVA, Daniela – *Regresso à baixa: Residência universitária*, p. 16.

⁶⁴³ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 312; FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 143.

⁶⁴⁴ CRUZ, Maria Antonieta – *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, p. 371.

⁶⁴⁵ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 312; FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 143.

V.5.4. Comparação dos anos de aprovação entre grupos tipológicos

Verificou-se que às licenças correspondentes a habitação unifamiliar correspondiam anos de aprovação mais precoces comparativamente às bi- e plurifamiliares. Na continuidade do que se verificou durante o século XIX, no início do século XX terá sido a habitação unifamiliar, e em particular a casa burguesa, a servir de principal “laboratório” para a aplicação dos novos elementos e técnicas associados ao Modernismo⁶⁴⁶. Também decorrentes de tendências anteriores ao início do século XX mantiveram grande importância a típica “Casa Portuguesa”, unifamiliar por definição e ideologia⁶⁴⁷, e as casas “estreitas e altas” na época em que ainda eram destinadas à burguesia⁶⁴⁸. Estes dados permitem justificar sobretudo os dois primeiros períodos correspondentes a maior proporção de tipologia unifamiliar.

Quanto ao terceiro período, correspondente aos anos entre 1940 e 1945, só uma análise mais detalhada poderá clarificar a relevância deste pico mais tardio de habitações unifamiliares. É de notar que, embora o aumento da construção de habitações económicas (centradas na ideia de moradias unifamiliares) pudesse explicar este resultado, pelo facto de se estudarem as licenças (e não cada uma das habitações) e de à habitação económica corresponder uma forma de pensar a habitação colectivista⁶⁴⁹, tal não é aplicável.

Foi sobretudo a partir dos anos 30 que o Movimento Moderno se passou a focalizar na habitação plurifamiliar⁶⁵⁰, o que vai ao encontro dos resultados que encontramos. Esta mudança decorreu das alterações demográficas associadas à Revolução Industrial, mas terá sido após a Primeira Guerra Mundial que, fruto do agravamento da crise habitacional, a

⁶⁴⁶ RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*, p. 45; TOSTÕES, Ana – *Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, p. 52; TOSTÕES, Ana – Pensar, habitar, construir, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – Colóquio Internacional “*Habitar Pensar Investigar Fazer*”, pp. 46 e 52-53.

⁶⁴⁷ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*, 2010, p. 79; RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*, p. 100.

⁶⁴⁸ CRUZ, Maria Antonieta – *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, p. 371.

⁶⁴⁹ ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de – *Favor, recompensa e controlo social: Os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*, p. 14; GONÇALVES, José Fernandes – *Edifícios modernos de habitação colectiva – 1948/1961. Desenho e standard na arquitectura portuguesa*, p. 68; PACHECO, Duarte – *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, p. 10; citado em BAPTISTA, Luís V. – *Cidade e habitação social – O Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa*, pp. 85-86.

⁶⁵⁰ TOSTÕES, Ana – Pensar, habitar, construir, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – Colóquio Internacional “*Habitar Pensar Investigar Fazer*”, pp. 52-53.

habitação plurifamiliar se terá tornado um dos temas centrais da arquitectura e urbanismo⁶⁵¹. A habitação plurifamiliar acabaria por se tornar no elemento básico da organização da cidade moderna⁶⁵². O lapso temporal entre a relevância conceptual da habitação plurifamiliar (anos 20) e a aposta na sua efectiva construção em elevado número (anos 30 e 40) é algo que já tem sido notado por outros autores⁶⁵³.

No que respeita à estrutura das habitações, o principal resultado prende-se com a diferença encontrada entre as licenças correspondentes a habitações isoladas (mais tardias) e as restantes⁶⁵⁴. A construção de palacetes pode explicar, pelo menos parcialmente, este resultado. Contrariamente às casas estreitas e altas, esta tipologia (também destinada à burguesia), surge associada principalmente às zonas de expansão da cidade, sendo por isso mais tardia. Assim, enquanto que a área central da cidade se caracterizava, no que respeita a esta classe social, pela predominância de casas estreitas e altas (que, conforme atrás sugerido, não teriam na sua maioria estrutura especificada), as zonas de expansão seriam mais marcadas pelos palacetes⁶⁵⁵, caracterizados, entre outros aspectos, por se tratarem de habitações isoladas⁶⁵⁶. Note-se também que Maria Pires refere uma transição da habitação tradicional no Porto, com crescente prevalência de habitação plurifamiliar, nomeadamente em banda ou geminada⁶⁵⁷.

O período de maior proporção de licenças correspondentes a habitações económicas tem início no ano de 1939, prolongando-se até ao final do período em estudo. Apesar de o aparecimento da habitação económica estar associado à Revolução Industrial⁶⁵⁸, é de realçar o facto de em Portugal o processo de industrialização ter sido tardio em relação à generalidade dos países europeus, notando-se sobretudo a partir do final do século XIX⁶⁵⁹. Como consequência deste atraso, até ao final da Primeira República (1926) verificaram-se poucas

⁶⁵¹ CARVALHO, Ricardo – Habitar: da Cidade-Campo à Cidade-Difusa, in RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – *Colóquio Internacional “Habitar Pensar Investigar Fazer”*, p. 21; FONSECA, João Pedro Esteves de Carvalho – *Forma e estrutura no bloco de habitação, Património Moderno em Portugal*, p. 38; RIBEIRO, Sandra Marisa Azevedo Barbosa – *O espaço exterior no edifício de habitação plurifamiliar. A construção da Rua Arquitecto Marques da Silva*, pp. 19-21.

⁶⁵² PORTAS, Nuno – *Os tempos das formas, vol 1: A cidade feita e refeita*, p. 109.

⁶⁵³ GONÇALVES, José Fernandes – *Edifícios modernos de habitação colectiva – 1948/1961. Desenho e standard na arquitectura portuguesa*, pp. 74-75.

⁶⁵⁴ Para uma exploração detalhada da construção de quintas no período entre os anos 1912 e 1925, veja-se a secção VIII, inteiramente dedicada a esta tipologia.

⁶⁵⁵ PEIXOTO, Paula Torres – *Palacetes de brasileiros no Porto (1850-1930). Do estereótipo à realidade*, p. 48.

⁶⁵⁶ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuguesa no final do século XIX*, 2010, p. 85.

⁶⁵⁷ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, p.101.

⁶⁵⁸ ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*, p. 61.

⁶⁵⁹ PEREIRA, Nuno Teotónio – Chegarão 100 anos para acabar com as barracas?

iniciativas por parte do Estado no sentido de promover a habitação económica⁶⁶⁰. Só durante o Estado Novo se alargaram as medidas destinadas à promoção desta tipologia, nomeadamente através do Decreto-Lei n.º 16 055 (1928)⁶⁶¹, da Constituição de 1933, com a qual o Estado passou a intervir directamente na tentativa de resolução da crise habitacional⁶⁶², e do Decreto-Lei n.º 23 052 (1933)⁶⁶³, que criou o programa de “Casas Económicas”. Com o término da II Guerra Mundial verifica-se um maior investimento nas tentativas de solucionar o problema da falta de habitação para as classes mais desfavorecidas⁶⁶⁴; relativamente a este aspecto, note-se que a não participação de Portugal neste conflito pode justificar que o período em que este decorreu tenha já estado associado a maior proporção de habitações económicas, fruto das medidas legislativas dos anos anteriores. Posteriormente ao final da II Guerra Mundial, outras medidas vieram reforçar a aposta na habitação económica, nomeadamente o programa de “Casas de Renda Económica” (1945)⁶⁶⁵, o “Programa de Construção de Casas para Famílias Pobres” (1945)⁶⁶⁶ e o “Programa de Casas de Renda Limitada” (1947)⁶⁶⁷.

Relativamente aos prédios de rendimento, verifica-se que é também no final do período estudado (nomeadamente a partir de 1936) que se encontrou uma maior proporção de licenças correspondentes a esta tipologia. Por um lado, há a considerar que é sobretudo a partir dos anos 40 que se verifica um maior investimento nos prédios colectivos de habitação e, em particular, nos prédios de rendimento⁶⁶⁸. Por outro lado, o facto de os prédios de rendimento começarem por ser sobretudo adaptações de antigas casas burguesas, e só mais tardiamente se generalizar a sua construção de raiz⁶⁶⁹, também ajuda a explicar que as licenças correspondentes a esta tipologia aumentem no final do período em estudo. Convém destacar que, tendo-se considerado neste grupo tipológico apenas as licenças em que era explícita a designação “de rendimento”, os resultados aqui discutidos poderão ainda ser parcialmente

⁶⁶⁰ ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de – *Favor, recompensa e controlo social: Os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*, p. 14.

⁶⁶¹ Decreto-Lei n.º 16 055, de 22 de Outubro de 1928.

⁶⁶² Constituição de 11 de Abril de 1933, artigo 13.º.

⁶⁶³ Decreto-Lei n.º 23 052, de 23 de Setembro de 1933.

⁶⁶⁴ PEREIRA, Virgílio Borges – A política de habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto contemporâneo: Uma perspectiva sintética e panorâmica, in SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, Espaço e Património*, p. 551.

⁶⁶⁵ Lei n.º 2007, de 7 de Maio de 1945.

⁶⁶⁶ Decreto-Lei n.º 34 486, de 6 de Abril de 1945; Decreto-Lei n.º 35 106, de 6 de Novembro de 1945.

⁶⁶⁷ Decreto-Lei n.º 36 212, de 7 de Abril de 1947.

⁶⁶⁸ GONÇALVES, José Fernandes – Prédios de Rendimento.

⁶⁶⁹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 344.

explicados, para além do efectivo aumento das construções, pelo aumento do uso desta designação.

O facto de a habitação de rendimento estar associada à coexistência de funções não habitacionais, e em particular ao comércio⁶⁷⁰, poderia aparentemente servir de justificação para as licenças de construções com funções comerciais serem mais tardias do que as restantes. Contudo, ao atentarmos nos períodos em que se verificaram maiores proporções de licenças correspondentes a habitação de rendimento e de licenças referindo funções comerciais, verifica-se que os mesmos não são coincidentes. Ademais, o reduzido número de prédios de rendimento identificados torna esta explicação pouco plausível. Será mais verosímil que os resultados encontrados para as funções não habitacionais se prendam com as casas estreitas e altas que, como já referimos, poderão estar incluídas nas licenças sem especificação em termos de estrutura⁶⁷¹. Se no início do século XX as casas estreitas e altas eram ainda maioritariamente polifuncionais, combinando habitação com comércio ou locais de trabalho (nomeadamente oficinas e locais similares)⁶⁷², ao longo do século a casa monofuncional adquire uma importância crescente⁶⁷³. Assim, mais do que a aparente diferença entre os resultados encontrados para as duas funções não habitacionais referidas (“comércio” e oficina”), é de destacar que os períodos em que a sua proporção foi superior é relativamente precoce (até ao início dos anos 30).

⁶⁷⁰ IDEM – *Ibidem*, 2003, p. 334; SILVA, Daniela – *Regresso à baixa: Residência universitária*, p. 16.

⁶⁷¹ Veja-se o ponto V.5.1. CRUZ, Maria Antonieta – *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, p. 371; PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*, p. 47.

⁶⁷² OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, pp. 312 e 344; FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 143.

⁶⁷³ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 14; PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*, p. 47.

V.5.5. Análise geográfica e geo-temporal

Tal como referido na discussão do capítulo anterior, os trabalhos que analisam simultaneamente a evolução temporal e espacial da cidade não o fazem recorrendo a informações tão precisas quanto as que utilizámos. Este facto é ainda mais notório quando consideradas tipologias específicas. Assim, assumimos mais uma vez que o presente trabalho é sobretudo um ponto de partida para investigação futura, não sendo possível de momento uma comparação mais aprofundada dos resultados obtidos a este nível com o de outras investigações.

Fátima Loureiro refere que “os bairros aformoseados” (caracterizados pela predominância de habitação unifamiliar) se localizam nas zonas modernas, nomeadamente na Boavista, que abrange as freguesias de Cedofeita, Massarelos, Lordelo do Ouro, Ramalde, Aldoar e Nevogilde, e na freguesia de Santo Ildefonso⁶⁷⁴. Verifica-se que, das três freguesias identificadas por nós como apresentando maiores taxas de licenças correspondentes a habitação unifamiliar (Cedofeita, Bonfim e Santo Ildefonso), apenas a do Bonfim não consta entre as referidas por esta autora.

Algo semelhante é verificado quando analisado o trabalho de Nelson Mota a propósito da habitação burguesa unifamiliar, referente aos finais do século XIX. O autor refere que as novas áreas residenciais se centram, na primeira metade do século XIX, nas freguesias de Santo Ildefonso, Massarelos, e principalmente, em Cedofeita, e que será nestas áreas que desde meados do século XIX se opera “uma transformação importante na estrutura do edifício de habitação unifamiliar portuense”⁶⁷⁵. A propósito da habitação isolada, Nelson Mota menciona que esta se implanta em áreas “que não se relacionam com o espaço urbano almadino”, encontrando-se preferencialmente, em áreas mais afastadas do centro, como é o caso da Boavista, Campo Alegre e Foz do Douro. Menciona ainda que será nas “áreas adjacentes ao Campo da Regeneração [Cedofeita], nomeadamente, na Rua Álvares Cabral” que se irá verificar maior incidência de moradias isoladas com acesso directo à rua⁶⁷⁶.

⁶⁷⁴ MATOS, Fátima Loureiro de – Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956, pp. 680-681.

⁶⁷⁵ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*, 2010, p. 81.

⁶⁷⁶ IDEM – *Ibidem*, pp.104-105.

Note-se que a comparação de resultados com trabalhos focados no século XIX implica cautela nas comparações efectuadas, podendo explicar algumas discrepâncias face aos resultados por nós encontrados. No entanto, dado que a maior parte dos trabalhos incide nesse período, e não havendo motivo claro para admitir uma ruptura abrupta nas características da expansão da cidade em função da viragem do século (conforme é aliás verificado por alguns dos autores, que estudaram esse período⁶⁷⁷), considera-se que a análise comparativa com estes trabalhos representa, ainda assim, uma mais-valia para o enquadramento dos resultados obtidos.

Paula Peixoto, na sua investigação sobre os palacetes de brasileiros na cidade entre 1850 e 1930, refere que “a expansão da cidade fez-se essencialmente com a habitação unifamiliar [...] [;] O portuense sempre teve uma propensão para eleger edifícios unifamiliares em detrimento dos plurifamiliares”⁶⁷⁸. Esta autora realça, com base nos casos que estudou, uma localização predominante na periferia da cidade, por se tratarem de zonas ainda ruralizadas e, como tal, mais libertas de imposições normativas, bem como no centro histórico da cidade, com os novos arruamentos das áreas em expansão⁶⁷⁹.

Por outro lado, Manuel Graça, em “Construções de elite do Porto (1805-1906)” e referindo-se grande parte ao século XIX, menciona que as construções de elite se localizam principalmente nas freguesias de Bonfim e Cedofeita e encontram-se “espalhadas por algumas vias privilegiadas, como São Lázaro (actual Rodrigues de Freitas), Duquesa de Bragança (actual Dom João IV), Boavista e, mais tarde, Álvares Cabral”⁶⁸⁰. Note-se que, neste trabalho, das três freguesias que referimos, a de Santo Ildefonso não é reportada por este autor. Para além das considerações anteriormente feitas sobre as diferenças a nível de período em estudo, é de considerar a possibilidade de a construção de habitação unifamiliar (quer no século XIX, conforme referido por outros autores, quer na primeira metade do século XX, conforme o nosso trabalho) apresentar diferenças entre sub-grupos com características diversas, que se distribuirão de forma distinta, merecendo análise complementar futura.

⁶⁷⁷ Veja-se a Introdução deste capítulo.

⁶⁷⁸ PEIXOTO, Paula Torres – *Palacetes de brasileiros no Porto (1850-1930). Do estereótipo à realidade*, pp. 47-48.

⁶⁷⁹ IDEM – *Ibidem*, pp. 200-201.

⁶⁸⁰ GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo – *Construções de elite no Porto (1805-1906)*, p. 23.

Não obstante, os trabalhos de Rui Gonçalves⁶⁸¹, Henrique Meireles⁶⁸² e Carlos Barros⁶⁸³, concluem que a habitação unifamiliar é predominante no centro da cidade, Foz do Douro e Campanhã, bem como em importantes artérias das freguesias do Bonfim, Santo Ildefonso e Cedofeita. Tal verifica-se apesar de estes trabalhos serem baseados sobretudo na investigação de Francisco Barata⁶⁸⁴, centrada especificamente na habitação burguesa monofuncional.

No que respeita à análise dos resultados para as tipologias bi- e plurifamiliar (e, consequentemente, também para a unifamiliar), importa reforçar que a análise efectuada teve por base a classificação dos processos de licenciamento. Esta opção tem inerente a discrepância metodológica face a trabalhos cuja análise é centrada nos objectos arquitectónicos, devendo por isso ser considerada aquando da comparação de resultados. De qualquer forma, note-se que os principais resultados da análise geográfica efectuada são comuns às tipologias consideradas tendo por base o número de famílias.

A literatura revela que a habitação plurifamiliar é uma realidade tardia na cidade do Porto. A arquitecta Gisela Lameiro, em “A simetria e a topologia na concepção da habitação plurifamiliar portuense na 1.ª metade do séc. XX”⁶⁸⁵, e o arquitecto José Gonçalves, em “Prédios de Rendimento”⁶⁸⁶, mencionam que a construção de raiz de habitação plurifamiliar na cidade irá ocorrer essencialmente a partir da década de 20. No entanto, e apesar da importante informação contida nestes trabalhos, nunca os autores referem quais as zonas de maior construção deste tipo de habitação.

Quando recorremos à investigação de Francisco Barata, verificamos que o autor dedica uma parte da sua investigação a esta temática. No entanto, estuda principalmente o processo de “transformação” da habitação unifamiliar em habitação plurifamiliar. Segundo este autor, os primeiros exemplos de edifícios de habitação plurifamiliar localizam-se na Ribeira, Sé e Miragaia, progredindo também para a Rua do Almada, enquanto que no Período Liberal se

⁶⁸¹ GONÇALVES, Rui Tiago Pereira – *A reabilitação face à sustentabilidade – Casa burguesa do Porto*, p. 110.

⁶⁸² MEIRELES, Henrique – *Identidade e metamorfose. Transformação da imagem da casa burguesa do Porto*.

⁶⁸³ BARROS, Carlos Alberto da Silva – *Sistema construtivo da habitação unifamiliar do Porto: Evolução ou permanência da construção da 2.ª metade do séc. XIX aos anos 60*.

⁶⁸⁴ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*.

⁶⁸⁵ LAMEIRA, Gisela – A simetria e a topologia na concepção da habitação plurifamiliar portuense na 1.ª metade do séc. XX, in *Resdomus*. Publicação autónoma do Grupo de Investigação Atlas da Casa (CEAU-FCT). [Disponível em <http://resdomus.blogspot.pt/2015/02/a-simetria-e-topologia-na-concepcao-dos.html>].

⁶⁸⁶ GONÇALVES, José Fernandes – *Prédios de Rendimento*.

encontram com mais incidência na Boavista e na Rua Álvares Cabral⁶⁸⁷. Francisco Barata realça que “os primeiros casos marcantes de habitação plurifamiliar no Porto ocorreram com a expansão do centro da cidade e imediatamente a seguir à 2.ª Guerra Mundial”. As zonas de maior predominância desta mudança terão sido, para além das áreas onde esta primeiramente se implantou, os novos quarteirões do prolongamento da Rua de Sá da Bandeira, pelo lugar de Fradelos, onde são construídas novas artérias e prolongadas outras, (como por exemplo as ruas de Santa Catarina, Guedes Azevedo, Firmeza, Bolhão, Santos Pousada e Fernandes Tomás), e a recém-aberta Rua de Ceuta. Esta tipologia é também encontrada mais afastada do centro da cidade, como na zona de Costa Cabral, nas zonas nascente e poente da Rua do Rosário, a nascente e poente da Rua de Camões, em redor da Rua do Campo Lindo e na freguesia da Foz⁶⁸⁸.

Em consonância com este autor, no trabalho “A casa burguesa do Porto no séc. XXI – diálogo entre o habitar contemporâneo e a identidade dos espaços interiores burgueses” é referido por Andreia Costa que na primeira metade do século XX a produção da habitação plurifamiliar se distribuía ao longo das principais vias de acesso à cidade e nas áreas de expansão almadina até aos extremos do Porto, como Foz do Douro e Campanhã⁶⁸⁹. Também Nelson Mota refere que, especificamente as habitações em banda, surgem nas zonas de expansão almadina, “nas orlas da cidade consolidada dos finais de oitocentos, e na área em desenvolvimento, junto à Foz”⁶⁹⁰, mas também nas áreas “de expansão recente a norte e a nascente da cidade oitocentista”, com destaque para a sua concentração na freguesia de Santo Ildefonso, principalmente na zona nascente do Jardim de S. Lázaro, nos novos arruamentos abertos entre este jardim e o Cemitério Oriental, em finais do século XIX⁶⁹¹. Foi nas áreas periféricas, e fora dos eixos almadinos, principalmente na freguesia de Cedofeita, nas artérias que partem do Campo da Regeneração (nomeadamente a Rua Álvares Cabral e a Avenida da Boavista) que o autor encontrou a tipologia em banda com rés-do-chão elevado, enquanto que a mesma tipologia, mas com rés-do-chão térreo, foi principalmente encontrada “nas principais vias de ligação entre a cidade consolidada e a periferia, nos eixos almadinos, ou ainda no núcleo

⁶⁸⁷ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, pp. 228-229.

⁶⁸⁸ IDEM – *Ibidem*, pp. 242-245.

⁶⁸⁹ COSTA, Andreia Patrícia Alba da – *A casa burguesa do Porto no séc. XXI. Diálogo entre o habitar contemporâneo e a identidade dos espaços interiores burgueses*. Dissertação de Mestrado em em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2013, p. 49.

⁶⁹⁰ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*, 2010, pp.106-107.

⁶⁹¹ IDEM – *Ibidem*, pp.108-109.

medieval”⁶⁹². Estes últimos resultados que referimos do trabalho de Nelson Mota reforçam a relevância de trabalhos futuros centrados na análise de habitações com características mais específicas.

No que concerne à habitação económica, o trabalho desenvolvido pelo Pelouro de Habitação e Acção Social e a Protecção Civil da CMP, dedicado ao estudo da habitação social entre os anos de 1810 e 1960, conclui que foi nas freguesias do Bonfim e de Campanhã que se desenvolveu com maior intensidade o processo industrial, centrando-se as habitações sociais nestas freguesias, mas também na Sé, Santo Ildefonso, Cedofeita, Massarelos, Paranhos e Ramalde⁶⁹³. Com resultados idênticos encontra-se a investigação desenvolvida em 2001, também pelo Pelouro de Habitação e Acção Social da CMP, com o “Estudo socioeconómico da habitação social”⁶⁹⁴.

Fátima Loureiro de Matos refere que na transição do século XIX para o XX as ilhas se localizavam “principalmente nas freguesias periféricas, onde se concentra a maioria dos estabelecimentos industriais, freguesias do Bonfim, Santo Ildefonso, Cedofeita, Massarelos e Lordelo, permitindo uma proximidade entre o emprego e a residência para as classes sociais menos solventes”⁶⁹⁵. Menciona ainda que “as ilhas localizam-se segundo uma coroa à volta do centro tradicional da cidade, sobretudo a leste e a norte”⁶⁹⁶. No que se refere especificamente aos bairros de casas económicas, a mesma autora refere que estes vão localizar-se “nas freguesias da periferia exterior da cidade, constituindo a primeira ocupação feita a partir de investimentos públicos, juntamente com o Hospital de S. João, de um espaço que se encontrava praticamente livre de construções, onde mais tarde irão implantar-se alguns dos bairros camarários realizados no âmbito do Plano de Melhoramentos de 1956”. Similarmente ao reportado para as ilhas, refere ainda “que se encontravam relativamente próximos das indústrias transformadoras, que se concentravam numa mancha centro-nascente, que incluía as freguesias de Cedofeita, Massarelos, Santo Ildefonso, Bonfim e Campanhã, esta última registando uma crescente industrialização, consequência da proximidade do caminho de ferro, facilitando o escoamento dos produtos e a chegada de matérias-primas”⁶⁹⁷. A autora

⁶⁹² IDEM – *Ibidem*, pp.110-111.

⁶⁹³ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*.

⁶⁹⁴ PIMENTA, Manuel; FERREIRA, Leonor Vasconcelos; FERREIRA, José António – *Estudo socioeconómico da habitação social*, 2001.

⁶⁹⁵ MATOS, Fátima Loureiro de – Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956, p. 679.

⁶⁹⁶ IDEM – *Ibidem*, p. 690.

⁶⁹⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 688.

salienta, a título de explicação desta distribuição, que entre 1940 e 1956, ou seja, até ao “Plano de Melhoramentos”, implementado pelo Decreto-Lei n.º 40 616 e onde já se insere a habitação social plurifamiliar da cidade, “estes bairros adoptaram uma localização específica, incluída na óptica geral da política habitacional do Estado Novo, ou seja, a segregação espacial da habitação social, localizando esta nas freguesias periféricas da cidade (Bonfim, Campanhã e Lordelo do Ouro).”⁶⁹⁸ Já “as ideias manifestadas no Plano Geral de Urbanização, que estava a ser elaborado pelo italiano Marcelo Piacentini e seus colaboradores, apontavam para a segregação da habitação, ou seja, o seu zonamento dentro da cidade, indicando as freguesias periféricas (Ramalde, Paranhos e Campanhã) para a construção de alojamentos sociais para as classes mais baixas”⁶⁹⁹.

Também Vasco Cardoso, em “Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico”, refere que “o território do objecto de estudo é composto pelas freguesias envolventes da cidade oitocentista: Campanhã, Paranhos, Ramalde, Lordelo do Ouro e também Aldoar. A densificação da mancha construída deste território arranca em 1937”. O mesmo autor indica que “a característica principal do urbanismo deste período posterior à planta de 1937 e até aos nossos dias, reside na construção de bairros de casas económicas e grupos de moradias populares”⁷⁰⁰. O autor justifica que “o preço elevado dos terrenos centrais determinou a localização destes na periferia próxima da cidade onde existiam terrenos vazios, de feição rural”. Refere ainda que, “procurando salvaguardar a integração das intervenções nas futuras expansões da cidade, os projectos dos conjuntos de habitações deveriam ser pensados e incluídos nos Planos Gerais de Urbanização, obrigatórios pelos Decreto-Lei n.º 24 802, de 21 de Dezembro de 1934 e o n.º 34 337, de 12 de Dezembro de 1944. [...] A integração no espírito e na forma dos Planos Gerais de Urbanização garantiria que os bairros se localizassem próximos de grandes vias de acesso regional e local, se aproximassem das concentrações de indústrias e estivessem facilmente conectáveis com as redes infra-estruturais principais. Quando se começou a construção dos bairros das casas económicas, o Porto ainda não tinha plano de urbanização [...]. Sem a orientação de um plano de urbanização, os bairros das casas económicas guiaram-se pelas directrizes gerais já referidas e adoptaram uma localização próxima das antigas estradas

⁶⁹⁸ IDEM – *Ibidem*, pp. 691-693.

⁶⁹⁹ IDEM – *Ibidem*, p. 693.

⁷⁰⁰ CARDOSO, Vasco – *Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: O encontro de duas morfologias de padrão geométrico*. Porto: Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia FLUP, 2009, p. 35.

radiais que ligavam a cidade à região. Mesmo já no quadro do Plano Regulador [1952], a necessidade de reduzir os custos na aquisição dos terrenos condicionou as escolhas. A Câmara utilizou o zonamento definido pelo plano para situar grupos de moradias populares em terrenos classificados como unidades rurais”⁷⁰¹.

Os resultados por nós encontrados apenas são parcialmente concordantes com os atrás descritos. Se por um lado verificámos a ausência de construção correspondente a habitação económica nas freguesias centrais, a distribuição pelas restantes não é, de um modo geral, tão afastada do centro quanto o descrito por Fátima Matos e Vasco Cardoso. Apesar do desenvolvimento das zonas industriais decorrer, conforme referido, na periferia da cidade, a habitação que lhe está associada é mais prevalente (quer em termos de número de licenças, quer de unidades habitacionais) nas freguesias peri-centrais, sendo única excepção de relevo a freguesia de Paranhos durante a década de 20. Esta discrepância pode resultar, pelo menos em parte, do facto de termos considerado todas as licenças que expressavam referência à habitação económica, enquanto que os autores referidos trabalharam centrando-se nos grandes conjuntos habitacionais desta tipologia.

Outros trabalhos, no entanto, reportam resultados similares aos resultantes da análise que efectuámos. Manuel Teixeira, apesar de também se centrar nas ilhas, refere que este tipo de habitação se encontra espalhado pela cidade, salientando as freguesias do Bonfim, Campanhã, Massarelos e Cedofeita⁷⁰². Embora esse trabalho se debruce sobre o século XIX, o autor refere uma continuidade nas tendências e resultados ao longo do século XX.

Também Paulo Almeida refere que a disposição dos bairros de casas económicas “forma um semicírculo em torno do centro da cidade, para lá da cintura industrial que surgiu no século XIX, nas freguesias de Massarelos, Cedofeita, Bonfim ou Campanhã”⁷⁰³. As freguesias do Bonfim, Campanhã e Cedofeita são ainda referidas por Manuel Graça como sendo aquelas em que se concentram os bairros de casas populares e económicas⁷⁰⁴.

⁷⁰¹ CARDOSO, Vasco – *Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: O encontro de duas morfologias de padrão geométrico*, pp. 42-43.

⁷⁰² TEIXEIRA, Manuel C. – *Habitação popular na cidade oitocentista – As Ilhas do Porto*, pp. 19-24.

⁷⁰³ ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de – *Favor, recompensa e controlo social: Os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*, p. 26.

⁷⁰⁴ GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo – *Construções de elite no Porto (1805-1906)*, p. 23.

Conforme referido nos resultados, as licenças correspondentes a construção polifuncional (habitação combinada com outras funções) correspondem a maiores proporções do total de licenças nas freguesias centrais (e na de Santo Ildefonso), não se registando discrepâncias face a este resultado geral quando analisados os cinco períodos estudados. De um modo geral, estes resultados vão ao encontro do que é descrito por outros autores.

Francisco Barata conclui que a habitação polifuncional “irá continuar o preenchimento dos arruamentos abertos na época anterior [no período almadino] e será uma solução de centro urbano”. Acrescenta que esta solução se encontra também nas principais ruas de acesso à cidade⁷⁰⁵.

Também o trabalho de Ernesto Veiga menciona que estes edifícios se encontram na zona central da cidade, mas também na zona de expansão almadina e, principalmente, nas novas zonas comerciais, que até então eram quase exclusivamente destinadas a residências. Estas casas alastram-se e misturam-se com as casas monofuncionais sobretudo nas áreas e artérias mais modernas do centro urbano⁷⁰⁶.

Outros trabalhos que se enquadram nesta perspectiva são os de Joaquim Teixeira⁷⁰⁷, Nelson Mota⁷⁰⁸ e Rui Gonçalves⁷⁰⁹. De igual forma, nos planos elaborados por Ezequiel Campos⁷¹⁰ e Antão de Almeida Garrett (o “Anteplano Regional de Urbanização”, de 1946, o “Anteplano Geral de Urbanização”, de 1947, e o “Plano Regulador da Cidade do Porto”, de 1952) é referido que o comércio se concentrava na zona central da cidade e nas principais vias de acesso a esta⁷¹¹.

⁷⁰⁵ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 170.

⁷⁰⁶ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, pp. 342- 344.

⁷⁰⁷ TEIXEIRA, Joaquim José Lopes – *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*, p. 27.

⁷⁰⁸ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*, 2010, p.80.

⁷⁰⁹ IDEM – *Ibidem*, p. 107.

⁷¹⁰ CAMPOS, Ezequiel – *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*.

⁷¹¹ GARRETT, Antão de Almeida – *Plano Regulador da Cidade do Porto*, pp. 20-25.

VI. OS INTERVENIENTES NO PROCESSO CONSTRUTIVO

VI.1. Introdução

A concepção de um projecto de arquitectura, independentemente do seu programa, da sua finalidade e da natureza da intervenção, só é possível através da acção directa de um cliente (encomendante), dos projectistas e técnicos responsáveis pela obra, e de um usufruidor da obra final. O elemento que une estas figuras é o objecto artístico, ou seja, no caso dos projectos de habitação, a casa. Apesar de desempenharem diferentes papéis, os vários intervenientes contribuem para o resultado final. Ao definir-se a relação que os intervenientes no processo construtivo têm com a casa “esclarece-se igualmente os seus possíveis níveis de intervenção e de influência – quer material, quer espiritual – assumindo consequentemente uma suposta pertença da casa”⁷¹².

⁷¹² RODRIGUES, Ana Luísa Jardim Martins – *A habitabilidade do espaço doméstico. O cliente, o arquitecto, o habitante e a casa*, p. 19.

VI.1.1. Os encomendantes/ requerentes

Toda a obra começa com a encomenda/ requisição do projecto por parte de um cliente, sem o qual a obra de arquitectura nunca existiria. Para além de assumir os encargos financeiros, está frequentemente envolvido noutros aspectos, da selecção de técnicos e artistas à tomada de decisões específicas, impulsionando e moldando todo o processo arquitectónico⁷¹³. Ana Rodrigues menciona que no processo contratual da encomenda se verificam, pelo menos, três condições fundamentais que caracterizam a encomenda e o processo de execução das obras: a existência de uma ideia de casa que se pretenda realizar, a existência de um terreno para se edificar, e o cliente possuir condições financeiras suficientes para desenvolver o projecto⁷¹⁴.

Podemos considerar diferentes tipos de cliente, logo à partida em função de serem ou não simultaneamente os futuros habitantes da casa. Ana Rodrigues descreve quatro grupos de clientes. O primeiro grupo corresponde a futuros habitantes da casa, sendo usada a designação de “cliente específico”: este cliente representa-se “unicamente a si próprio” e caracteriza-se por estabelecer “uma relação muito directa, e consequentemente mais exigente, com a casa que pretende realizar” e, “em regra, trata-se de um *cliente* endinheirado que ambiciona concretizar a sua própria casa”. O segundo grupo é quando um cliente representa uma família, caso em que a encomenda irá representar o modo de vida desta, sendo o cliente um intermediário que zela por esse objectivo. O terceiro grupo de clientes verifica-se no caso de representação por uma sociedade financeira, tratando-se neste caso de um “cliente promotor” uma vez que se “promove e encomenda o *projecto de arquitectura* da casa que não irá habitar mas que vai realizar, apenas com o intuito de consumir um investimento imobiliário”. Os “clientes promotores” podem representar uma empresa comercial, tendo como intuito angariar lucros através do mercado imobiliário, ou uma empresa cooperativa pública ou privada, tendo neste caso objectivos de beneficiação social. Enquanto os clientes que representam

⁷¹³ A importância desta figura não se cinge à área da arquitectura ou ao século XX, o que revela a magnitude da sua influência. Notem-se por exemplo as considerações de Paula Bessa, a propósito da pintura mural nas igrejas paroquiais do Norte de Portugal no século XVI, de que “as determinações dos encomendadores condicionavam fortemente as obras”, ou de Natália Marinho Ferreira Alves, que sobre a talha dourada na cidade do Porto refere o cliente como “um elemento fulcral” na concretização desta arte. BESSA, Paula – Pintura mural da primeira metade do século XVI em igrejas paroquiais do Norte de Portugal: Encomendas, artistas, obras, in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) – *A Encomenda. O Artista. A Obra*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2010, p. 473; ALVES, Natália Marinho Ferreira – *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca (Artistas e Clientela, Materiais e Técnicas)*, vol I.. Porto: Arquivo Histórico Câmara Municipal do Porto, 1989, p. 159.

⁷¹⁴ RODRIGUES, Ana Luísa Jardim Martins – *A habitabilidade do espaço doméstico. O cliente, o arquitecto, o habitante e a casa*, p. 32.

uma família estão habitualmente associados à construção de habitações unifamiliares, os clientes promotores estão mais associados à construção de complexos residenciais, como sejam as casas em banda ou os complexos em altura. Isto leva a que, no caso do cliente promotor, a habitação seja pensada considerando “um *hipotético habitante tipo* que, apesar de assumir características específicas, são apenas tipificadas, não representando qualquer desejo particular, nem qualquer especificidade individual desse *futuro habitante*. Isto porque – à partida – não existe um contacto directo entre o *arquitecto* e o *habitante*”⁷¹⁵. Por último, destaca-se um grupo especial, quando o cliente é o próprio autor do projecto. Este “cliente arquitecto” “vai desempenhar distintamente o papel de *cliente*, de *arquitecto* e de *habitante*, ainda que algumas das funções – que se atribuem a cada *sujeito* – se encontrem suprimidas, à partida”⁷¹⁶.

⁷¹⁵ IDEM – *Ibidem*, pp. 34-39.

⁷¹⁶ IDEM – *Ibidem*, p. 43.

VI.1.2. Técnicos

Para a concretização do projecto de uma habitação existe um cliente que encomenda a obra e um futuro habitante. Embora sejam estas as figuras que determinam a existência da obra, compete aos técnicos por em prática as ideias dos clientes, conciliando-as com aspectos técnicos e legais. Esta questão remete para a autoria dos projectos, mas também, para a importância e relevo que os diferentes técnicos desempenham no processo criativo. O conceito de autoria⁷¹⁷ foi, ao longo dos tempos, sendo discutido sobre diversas perspectivas e premissas, consoante a mentalidade social, política, económica e cultural das épocas⁷¹⁸. A autoria de um edifício não é, nem pode ser, separada das noções históricas e cronológicas da arquitectura, uma vez que a “arquitetura atua no interior de um sistema que responde por princípios próprios, e que se revê como resultado inevitável da condição da arquitetura negociar a sua própria história, ainda que autor e obra sejam indissociáveis”⁷¹⁹. Para Patrícia Domingues, e partindo do pressuposto que “a autoria responde por um critério facultativo, que passa inexoravelmente pelas idiossincrasias do autor”, para a contemporaneidade não existe “uma definição no sentido absoluto para o conceito de autoria, nem mesmo para o trabalho autoral, já que o fenómeno da autoria exige um reenquadramento constante, porque se degenera a partir de um processo que é interno e próprio à arquitetura”. A mesma autora refere ainda que “investigar sobre autoria é assim indagar sobre a própria natureza da ação arquitetónica, inclusive sobre o contexto dessa mesma ação, ele próprio sempre em evolução”⁷²⁰.

A partir do século XX a questão da autoria passou a situar-se “entre a procura individual de expressão e o anseio de a tornar colectiva, mecânica ou impessoal”⁷²¹. Foi precisamente com a modernidade que a arquitectura iniciou “uma (re)examinação constante desse processo, numa avaliação cada vez mais conscienciosa das suas heranças estabelecendo contacto com as

⁷¹⁷ Trata-se de um conceito transversal as diversas áreas das artes e está “indubitavelmente ligado à questão do Eu, do Outro e da possível relação entre ambos. O artista não é um ser isolado, actua e intervém em comunidade e aquilo que dá de si próprio é também o que recebe do mundo.” CRUZEIRO, Cristina Pratas – *A caminho da dissolução: A problemática da autoria na arte contemporânea*. Dissertação de Mestrado em Teorias da Arte apresentada à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa em 2006, p. 1.

⁷¹⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 1.

⁷¹⁹ DOMINGUES, Patrícia Selada Lameiro – *Autoria e arquitectura. Autonomia disciplinar e o arquitecto hoje*. Dissertação de Mestrado em Crítica de Arte e Arquitectura apresentada ao Colégio das Artes da Universidade de Coimbra em 2012, p. 54.

⁷²⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 54.

⁷²¹ CRUZEIRO, Cristina Pratas – *A caminho da dissolução: A problemática da autoria na arte contemporânea*, p. 1.

suas raízes, redireccionando-as para canais onde poderá ter continuidade com mais vigor. A arquitetura podia veicular memória”. Depois, o Moderno trouxe consigo “um espírito crítico em relação às correntes internas da arquitetura”. Pelo “reconhecimento de um campo histórico ‘formal’, o autor contemporâneo está condenado a falar uma linguagem que já foi sempre falada [...] [:] o contexto e a herança histórica são ferramentas do autor, esta última de forma consciente desde o renascimento até à modernidade”. O processo criativo e o uso de diversos estilos são também fundamentais na identificação e no estudo da autoria. Não existe “um critério universal de estilo, ele aparece justamente na individualidade de cada obra, que reverte de forma agudizada para a presença do autor: «a arquitetura como disciplina poderá ser definida pela maneira complexa de como definimos os arquitetos enquanto autores»”⁷²².

A autoria assenta também numa permanente “troca de informação e influências”: em resposta aos estímulos sociais, o autor “dota a sua arquitetura de uma coerência interna estrutural e estruturante, onde a arquitetura é ferramenta de rigor e verdade”. Actualmente, quando falamos de autoria artística reportamo-nos “a um ou a inúmeros intervenientes do processo artístico – o(os) que concebe(m), o(os) que realiza(m), o(os) que transporta(m) e solidificam para o mundo da arte, o(os) que interpreta(m), o(os) que fruem. Da mesma forma, quando falamos da condição abstracta da autoria do produtor é notória a pluralidade de significados. Autor tem uma componente nominal – o nome – uma componente física – o artista – e uma componente conceptual, a forma como os dois primeiros elementos influenciam e interagem com a obra e com o entendimento que a mesma suscita nos outros”⁷²³. Assim, e genericamente, podemos dizer que um autor é toda aquela pessoa que concebe e cria por faculdade própria a obra arquitectónica e que o tema da autoria se coloca inevitavelmente ao “lado da conceção do projecto”⁷²⁴.

Para conhecermos a autoria das obras ao longo da história da arquitectura portuguesa é necessário compreender alguns aspectos relativos à profissionalização da arquitectura ao longo dos tempo. Assim, teremos que ter em conta que, desde o período Medieval até ao século XIX a arquitectura erudita se restringia à “grande encomenda” da Igreja ou da Corte, e que a execução destas obras passava frequentemente por várias gerações. Era nas “«Escolas»

⁷²² DOMINGUES, Patrícia Selada Lameiro – *Autoria e arquitectura. Autonomia disciplinar e o arquitecto hoje*, pp. 54-55.

⁷²³ CRUZEIRO, Cristina Pratas – *A caminho da dissolução: A problemática da autoria na arte contemporânea*, pp. 2-3.

⁷²⁴ DOMINGUES, Patrícia Selada Lameiro – *Autoria e arquitectura. Autonomia disciplinar e o arquitecto hoje*, pp. 8-11.

informais em torno dos mestres e dos estaleiros das grandes obras (Sala do Risco, Mafra), [que se criavam] profissionais locais aptos a reproduzir os modelos importados”⁷²⁵. Era comum uma “ligação projecto-obra” onde “o arquitecto é frequentemente também o construtor”⁷²⁶.

Na arquitectura “corrente”, a transmissão de saberes era, maioritariamente, feita através “de um saber empírico, isto é, adquirido e racionalizado a partir das experiências das obras e dos usos” e habitualmente “circunscrito a circuitos familiares que passavam o saber de geração em geração”⁷²⁷. Era habitual usar-se de forma indistinta as designações de arquitecto, engenheiro, construtor ou mestre; para tal terá contribuído o facto de a primeira e embrionária organização profissional interclassista (Confraria de S. Lucas) e as primeiras Academias Portuguesas serem compartilhadas por arquitectos, arqueólogos, artistas e artesãos⁷²⁸.

A partir da instauração do regime liberal, as questões ligadas à autoria adquiriram maior importância, o que se viria a reflectir numa série de conflitos entre as diferentes profissões ligadas arquitectura e à construção. Estes conflitos sempre estiveram presente na história da construção, particularmente entre as classes dos engenheiros e dos arquitectos e entre as diferentes classes de engenheiros (engenheiros civis e engenheiros técnicos) mas agudizaram-se com o desenvolvimento científico e tecnológico trazido pelo século XIX e pela nova “utilização de materiais [e técnicas construtivas] como o ferro fundido ou o cimento [, que] permitiram conceber de forma diversa construções e infra-estruturas urbanas e viárias e exigiram a intervenção crescente de engenheiros, a qual esteve na origem do debate sobre arquitectos e engenheiros e sobre o papel que cada um destes grupos profissionais devia ter na execução de obras públicas e privadas”⁷²⁹. Foram os engenheiros que mais rapidamente aderiram a estes novos formulários, o que faz com que este grupo profissional assumisse um

⁷²⁵ Existia uma forte componente do saber profissional de outros países, como por exemplos, Itália, França, ou Espanha; a seriação e a cópia eram usadas como principais instrumentos de reprodução dos saberes. BRANDÃO, Pedro – *Ética e profissões, no design urbano. Convicção, responsabilidade e interdisciplinaridade. Traços da identidade profissional no desenho da cidade*, vol. II (Profissão de Arquitecto – Identidade e prospectiva). Tese de Doutoramento em Espacio Público Y Regeneración Urbana: Arte Y Sociedad apresentada ao Departamento de Escultura da Universidade de Barcelona em 2005, p.36.

⁷²⁶ IDEM – *Ibidem*, p.36.

⁷²⁷ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 80; DOMINGUES, Patrícia Selada Lameiro – *Autoria e arquitectura. Autonomia disciplinar e o arquitecto hoje*, p. 6.

⁷²⁸ BRANDÃO, Pedro – *Ética e profissões, no design urbano. Convicção, responsabilidade e interdisciplinaridade. Traços da identidade profissional no desenho da cidade*, p.36.

⁷²⁹ MATOS, Ana Maria Cardoso de – A utilização de novos materiais e estruturas no contexto do património urbano oitocentista, in *Arqueologia & Indústria* (2-3), 1999/2000, p. 109.

papel de relevo neste debate⁷³⁰. A arquitectura de meados do século XIX, mais concretamente a “arquitectura de ferro”, é um claro reflexo do debate entre os diferentes profissionais, uma vez que esta se encontra na “encruzilhada de várias profissões em vias de constituição e definição: arquitecto e engenheiro de Estado (ou para o caso português, militar)”⁷³¹. Este debate prolongou-se pela primeira metade do século XX.

Para além dos referidos, outros aspectos contribuíram também para estas questões, como a criação do ensino técnico e industrial, as sucessivas reformas deste ensino, bem como do ensino artístico e da engenharia, a criação de diversas associações, organismos e instituições associados a estes grupos profissionais, e o aparecimento de legislação e regulamentação aplicadas à actividade e à atribuição de títulos profissionais de pessoas habilitada a projectar arquitectura⁷³².

VI.1.2.1. Directores de obra

A 6 de Junho de 1895 foi aprovado por decreto o “Regulamento para os Serviços de Inspeção e Vigilância para Segurança dos Operários nos Trabalhos de Construções Cíveis”, que irá vigorar no período por nós estudado, primeira metade do século XX⁷³³. Posteriormente, alguns dos seus artigos foram alterados por decreto de 20 de Outubro de 1898, com os objectivos de aplicação deste regulamento não só às cidades de Lisboa e Porto e de esclarecer as dúvidas que iam sendo colocadas aos organismos estatais⁷³⁴.

Este regulamento seria aplicado a todas as obras promovidas por cooperações administrativas, empresas e particulares, que deveriam ser comunicadas à direcção das obras públicas do

⁷³⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 109.

⁷³¹ Esta arquitectura está mais próxima dos engenheiros do que propriamente dos arquitectos, dado que foram os engenheiros quem primeiro compreendeu “as alterações que os novos materiais provocam nas construções e tentaram definir a relação entre técnica construtiva e estética arquitectónica, dando origem a uma «arquitectura de engenheiros»”. IDEM – *Ibidem*, pp. 109-116.

⁷³² Em apêndice pode consultar-se uma listagem da legislação e regulamentos sobre a profissionalização dos vários grupos profissionais ligados à construção civil (Apêndice 5).

⁷³³ Este regulamento pretendia dar resposta e execução ao dispositivo do artigo 51.º do decreto de 14 de Fevereiro de 1891, relativo à segurança dos operários maiores e menores nas construções cíveis. MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários nos trabalhos de construção cíveis. Aprovado por Decreto de 6 de Junho de 1895*, 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p. 5.

⁷³⁴ Alterações ao Decreto de 6 de Junho de 1895 por aprovação do Decreto de 20 de Outubro de 1898.

distrito respectivo⁷³⁵. À excepção de alguns casos, especificados pelo governo, nenhuma obra prevista neste regulamento poderia ser efectuada “sem por ella se responsabilise, quer um engenheiro, architecto ou condutor dos quadros technicos do ministerio das obras publicas, commercio e industria, ou devidamente diplomado por qualquer escola nacional ou estrangeira, quer um mestre de obras habilitado [...], ou sem que os particulares, que desejarem emprehendel-as, envie á respectiva direcção das obras publicas uma declaração escripta, de que assumem a direcção e a responsabilidade das construcções a realizar”⁷³⁶.

Era exigido o registo das construcções civis nas direcções de obras públicas da área ou, no caso das cidades de Lisboa e Porto, nas respectivas Câmaras Municipais⁷³⁷. Os técnicos envolvidos nestas obras deveriam apresentar os seus diplomas, ou, no caso dos mestres de obras, comprovativo de pelo menos 10 anos de exercício da profissão emitido por uma associação de construtores civis ou análoga ou por três engenheiros que tivessem dirigido trabalhos em que este tivesse participado. Os mestres de obras sem a experiência referida teriam de ser aprovados num exame especial presidido pelo engenheiro chefe (Lisboa e Porto) ou pelo director de obras públicas (outros distritos)⁷³⁸. Na aprovação do projecto era também tida em conta a responsabilidade pela segurança dos operários. Um projecto não poderia ser aprovado se dele não fizesse parte uma declaração reconhecida ou abonada por uma pessoa idónea que assumisse a responsabilidade da direcção de obra. Esta figura seria responsável, ao abrigo deste regulamento e do Código Civil, pelos accidentes sofridos por operários⁷³⁹.

⁷³⁵ Estas obras iam desde construção, edificações novas, reparações de estradas, pontes, aquedutos, caminhos-de-ferro, terraplanagem, ampliações, transformações, grandes reparações até as demolições das já existentes. MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários nos trabalhos de construção civis. Aprovado por Decreto de 6 de Junho de 1895*, 2.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p. 5; MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE OBRAS PUBLICAS – *Modificações ao Decreto de 6 de Junho de 1895 sobre o serviço de inspecção e vigilância para a segurança dos operários nos trabalhos das construcções civis. Aprovado por Decreto de 20 de outubro de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898, p. 5.

⁷³⁶ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE OBRAS PUBLICAS – *Modificações ao Decreto de 6 de Junho de 1895 sobre o serviço de inspecção e vigilância para a segurança dos operários nos trabalhos das construcções civis. Aprovado por Decreto de 20 de outubro de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898, pp. 5-6.

⁷³⁷ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários nos trabalhos de construção civis. Aprovado por Decreto de 6 de Junho de 1895*, 2.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p. 6.

⁷³⁸ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários nos trabalhos de construção civis. Aprovado por Decreto de 6 de Junho de 1895*, 2.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p. 6.

⁷³⁹ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários*

Com o avançar dos anos outros diplomas e regulamentos fazem referência à direcção dos trabalhos e segurança dos operários. Em 1918, no “Regulamento para Emprego do Beton Armado” era referido que “nenhuma obra de beton armado que interesse a segurança pública poderá ser executada sem que o projecto tenha sido aprovado pelas repartições técnicas do Estado ou dos corpos administrativos”. Estes projectos compreenderiam, para além da memória descritiva com os receptivos cálculos justificativos, as peças desenhadas, e identificação da “pessoa responsável pela execução dos trabalhos, que será sempre um engenheiro português”⁷⁴⁰.

Já no âmbito local, a CMP impõe, no “Regulamento de Obras Particulares” (1929), que “nenhuma obra particular poderá ser feita, sem prévia licença da Câmara”. Um dos elementos que compõem o processo de licença obras era precisamente o “termo de responsabilidade”, em harmonia com o Regulamento aprovado a 6 de Junho de 1895⁷⁴¹.

Também o “Regulamento do Betão Armado” (1935), nos artigos 2.º e 4.º, relativos aos “projectos e direcção de obras” refere, tal como no documento de 1918, que os projectos e direcção dos trabalhos deveriam ser executados por engenheiros civis⁷⁴².

VI.1.2.2. Projectos de especialidade (arquitectura e engenharia)

A Regeneração e a necessidade de maior identidade profissional dos projectistas

A paz trazida pela Regeneração, e principalmente a partir de 1851, proporcionou um novo fôlego ao debate entre as diferentes classes profissionais. Este período foi fundamental pela criação e construção de infraestruturas para a instalação dos caminhos de ferro, expansão da rede de estradas, expansão das infraestruturas portuárias e do urbanismo, o que levou a uma maior especialização dos técnicos que nelas iam trabalhar. Este contexto proporcionou o

nos trabalhos de construção civis. Aprovado por Decreto de 6 de Junho de 1895, 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, pp. 7-8.

⁷⁴⁰ Artigo 2.º do Decreto n.º 4036, de 3 de Abril de 1918, p. 337.

⁷⁴¹ Regulamento de Obras Particulares. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital de 28 de Janeiro de 1929, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, p. 180.

⁷⁴² Decreto n.º 25 948, de 16 de Outubro de 1935, p. 1495.

surgimento de novas instituições estatais de ensino, e consequentemente, diversas reformas, e a publicação de leis regulamentadoras das profissões. Tratou-se de um “autêntico projecto nacional de desenvolvimento que se pretendia que conduzisse o país ao mesmo nível civilizacional reconhecido noutras nações europeias”⁷⁴³. O primeiro grande impulso ocorreu em 1852, sob a governação do Marechal de Saldanha, com a publicação dos decretos de 30 de Agosto e de 30 de Setembro, com os quais se funda e organiza o “Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria” (MOPCI); também a 30 de Setembro são criados o “Conselho de Obras Públicas” e o “Conselho do Comércio e Indústria”⁷⁴⁴. À frente deste novo ministério esteve Fonte Pereira de Melo, que para resolver a formação dos operários qualificados e “capazes de assegurarem a multiplicidade de novos trabalhos exigidos pela aplicação de técnicas inovadoras” estabeleceu na Intendência das Obras Públicas de Lisboa uma aula de ensino primário e de princípios de geometria e desenho destinado aos artífices e aprendizes das diversas oficinas⁷⁴⁵.

No entanto, a acção mais marcante foi a criação, por meio do decreto de 30 de Dezembro de 1852, do Ensino Industrial em Portugal. Este ensino devia “ter um efeito directo e poderoso no desenvolvimento da riqueza pública”, e para dar resposta a este objectivo foram fundados o Instituto Industrial de Lisboa e a Escola Industrial do Porto (posteriormente designados “Institutos Industriais”). Estas entidades estavam então vocacionadas para a formação de operários qualificados e técnicos intermédios para as indústrias, oferecendo os cursos de Operário Habilitado, Oficial Mecânico, Oficial Químico, Oficial Forjador, Oficial Fundidor, Oficial Serralheiro e Ajustador, Oficial Torneiro e Modelador, Mestre Mecânico, Mestre Químico, Director Mecânico, Director Químico, e o Curso Geral. Os mestres de obras públicas e os condutores de obras públicas eram aqui formados, sendo que os primeiros apenas necessitavam frequentar o Ensino Complementar/ Secundário e mais uma ou duas unidades curriculares destes institutos, enquanto o segundo grupo necessitava frequentar o Grau Especial e uma ou duas cadeiras correspondentes à especialidade⁷⁴⁶. Em 1853 foi

⁷⁴³ LISBOA, Maria Helena – *As Academias e Escolas de Belas Artes e o ensino artístico (1836-1910)*. Lisboa: Edições Colibri. IHA/Estudos de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, p. 346.

⁷⁴⁴ Sobre a evolução do MOPCI veja-se: LISBOA, Maria Helena – *Os Engenheiros em Lisboa. Urbanismo e Arquitectura (1850-1930)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002; ALVES, Luís Alberto Marques – *O Porto no arranque do Ensino Industrial (1851-1910)*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

⁷⁴⁵ ANDRADE, Amélia Aguiar; LAMAS, António Ressano Garcia; PINELO, António (coord.) – *Das estradas reaes às estradas nacionais. Alicerces, estratégias, procedimentos, financiamento* [Catálogo]. Lisboa: Centro Rodoviário Português; Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2002, p. 16.

⁷⁴⁶ Decreto de 30 de Dezembro de 1952.

aprovado o Regulamento Provisório para o Instituto Industrial de Lisboa e para a Escola Industrial do Porto (por decreto de 1 de Dezembro), passando a adoptar-se nas duas instituições os mesmos métodos de ensino prático e os mesmos regulamentos⁷⁴⁷. Após a criação destes dois Institutos Industriais, o ensino técnico foi alvo de diversas e sucessivas reformas ao longo dos séculos XIX e XX⁷⁴⁸. Nestas instituições de ensino incentivava-se os futuros profissionais à leitura técnico-científica clássica mas também à contemporânea, de modo a acompanharem a evolução técnica e construtiva da época. Também algumas editoras iniciam séries de livros (que receberiam a designação de “bibliotecas”) relacionados com a construção civil. Um dos exemplos mais paradigmáticos é a Biblioteca de Instrução Profissional, iniciada em 1904 pela livraria Bertrand, sob responsabilidade de Tomás Bordalo Pinheiro. Pela importância e qualidade científica dos seus livros, eles viriam a ser adoptados como manuais nas escolas técnicas, e esta biblioteca tornou-se a mais importante até aos anos 60 do século XX⁷⁴⁹.

A partir da formalização do ensino industrial adensaram-se os conflitos entre classes profissionais, nomeadamente pelo aparecimento de uma série de designações para os projectistas. Manuela Rodrigues refere que até às primeiras décadas do século XX existia uma imprecisão da terminologia utilizada. Por exemplo, eram designados como empreiteiros de

⁷⁴⁷ Para por em prática esta legislação, e tal como já se verificava em Lisboa, publicou-se a portaria de 6 de Abril de 1854, que cria os cursos livres na Escola Industrial do Porto, com duração de 3 meses, enquanto se esperava a abertura dos cursos regulares do ensino. COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da – *Mineralogia, Geologia, Metalurgia e Arte de Minas no Ensino Industrial na Cidade do Porto (1864-1974)*. Dissertação de Doutoramento na área Científica de Geologia, especialidade História e Metodologia das Ciências Geológicas apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 2013, p. 94.

⁷⁴⁸ Sobre estes assuntos vide, entre outros trabalhos: Livro de registo dos programas dos concursos do Instituto Industrial do Porto, 1870-1913; *Copiador dos regulamentos e programas do Instituto Industrial do Porto*, 1870; JÚNIOR, Manuel Rodrigues Miranda – *A reforma do ensino industrial*. Porto: Typ. de José da Silva Mendonça, 1891; VASCONCELOS, Joaquim de – *Projecto de Reforma das Escolas Industriais e Museus Industriais e Comerciais*. Lisboa: [s.l.], 1891; NEVES, J. P. Castanheira das – *A nova organização dos estudos e ensaios dos materiais de construção em Portugal*, in *Revista de Obras Públicas e Minas*, tomo XXXII, 361/363. Lisboa: 1900, pp. 139-155; ARROIO, António José – *Relatório sobre o Ensino Industrial e Commercial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911; AVELAR, António Maria de – *Instituto Industrial e Commercial de Lisboa. Programas....* Lisboa, Imprensa Nacional, 1905; COSTA, Laurindinho – *A organização do ensino industrial e comercial*. Porto: Tipografia Artes e Letras, 1914; CARQUEJA, Bento – *O ensino técnico e profissional em Portugal*, in *Comércio do Porto*, 1918; ALVES, Luís Alberto Marques – *O Porto no arranque do Ensino Industrial (1851-1910)*; BERREIRA, João Paulo Pimenta Barreira – *António Arroio e o ensino das Artes Decorativas*. Dissertação de Mestrado em Educação Artística e apresentada à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa em 2013; LOBO, Maria Natália de Magalhães Moreira – *O ensino das artes aplicadas (ourivesaria e talha) na Escola Faria Guimarães de 1884 a 1948. Reflexo no desenvolvimento artístico da cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado em História da Arte e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1998; CAETANO, Francisco Manuel Perfeito dos Santos – *O ensino técnico artístico no Porto durante o Estado Novo 1948-1973*. Dissertação de Mestrado em História e Educação e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2009.

⁷⁴⁹ FONTES, Carlos – *História da Formação Profissional e Educação em Portugal e Colónias*. [Disponível em <http://educar.no.sapo.pt/indexFormProf.htm>].

obra “todos os que aceitavam empreitadas, quer fossem carpinteiros, canteiros, mestres-de-obra, serralheiros ou construtores navais”. Por outro lado, os que eram exclusivamente responsáveis pela construção e empedramento de estradas recebiam a designação de “empreiteiros de obras públicas”⁷⁵⁰.

Na cidade do Porto, os tradicionais “riscadores” de arquitectura foram sendo substituídos por mestres de obras e condutores de obras públicas⁷⁵¹. Estes últimos eram técnicos de engenharia de nível intermédio, formados pelos Institutos Industriais⁷⁵².

No campo da engenharia, até meados do século XIX o ensino era essencialmente feito a nível militar. O número destes profissionais era insuficiente para satisfazer as necessidades do país, havendo necessidade de se recorrer a profissionais estrangeiros. Esta necessidade foi sendo reduzida com a “criação dos estabelecimentos de ensino técnico e com a intensificação da formação dos quadros médios e superiores qualificados, que permitiu a existência no país, de mão de obra especializada mais numerosa e diversificada”⁷⁵³. A Academia Politécnica do Porto⁷⁵⁴ é considerada a primeira escola de engenharia civil em Portugal, pelo facto de o ensino da engenharia ser o principal núcleo da Academia. A criação desta Academia e da Escola do Exército em Lisboa⁷⁵⁵, tanto pela duração dos seus cursos, como pelas condições de acesso, ditou a “quebra do monopólio do ensino superior tradicional detido pela Universidade de Coimbra”, bem como levou a que os militares perdessem a até então quase exclusividade sobre “os saberes e os fazeres de engenharia”⁷⁵⁶. Este último aspecto transbordou as questões académicas e, dois anos depois, foram publicados o decreto de 23 de Junho de 1864, que vedou aos engenheiros militares a acumulação de funções (militares e de obras públicas)⁷⁵⁷, e o decreto de 3 de Outubro, que fundava o Corpo de Engenheiros Cíveis e Auxiliares do MOP, definindo assim as carreiras e as condições da profissão e afastando-se da engenharia

⁷⁵⁰ RODRIGUES, Manuel Ferreira – A construção civil em Aveiro, 1860-1930. Notas para a sua compreensão histórica, in ALVES, Jorge Fernandes – *A indústria Portuense em Perspectiva – Actas do Colóquio*. Porto: Centro Leonardo Coimbra; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, p. 303.

⁷⁵¹ GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo – *Construções de elite no Porto (1805-1906)*, p. 174.

⁷⁵² A sua designação surge em 1853, por influência francesa: “conducteur de travaux publics”. GUEDES, Augusto Ferreira (org.) – *Contributos para a história dos engenheiros técnicos portugueses*. [Disponível em <https://www.oet.pt/downloads/HistoriaEngenheirosTecnicos>], p. 7.

⁷⁵³ ANDRADE, Amélia Aguiar; LAMAS, António Ressano Garcia; PINELO, António (coord.) – *Das estradas reaes às estradas nacionais. Alicerces, estratégias, procedimentos, financiamento*, p. 17.

⁷⁵⁴ Criada pelo Decreto de 13 de Janeiro de 1837.

⁷⁵⁵ Criada pelo Decreto de 12 de Janeiro de 1837, sendo ainda fundada a Escola Politécnica de Lisboa (Decreto de 11 de Janeiro de 1837).

⁷⁵⁶ RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Os Engenheiros em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 1999, p. 67.

⁷⁵⁷ No ano de 1812 foi fundado o corpo de engenharia militar por parte do Ministério da Guerra e a estes era permitida a execução técnica das obras públicas do Ministério do Reino. IDEM – *Ibidem*, pp. 67-68.

militar⁷⁵⁸. A publicação destas leis levou a “um conflito aberto entre engenheiros militares e engenheiros civis [...], conflito este que está na origem da extinção do corpo de engenheiros do MOP, em 1868”⁷⁵⁹. Os engenheiros que formavam o extinto Corpo de Engenheiros fundaram, em 1869, a Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, considerada a primeira verdadeira associação profissional de engenheiros em Portugal. Esta associação esteve estreitamente ligada ao Estado, mais concretamente ao MOP, e esteve subordinada às obras públicas portuguesas. Teve uma acção fundamental na defesa dos interesses da classe dos engenheiros civis: os seus elementos protestaram contra a extinção do Corpo de Engenharia do MOP, e apelavam à necessidade de autonomia das actividades da engenharia civil e da engenharia militar. Com a publicação do decreto de 3 de Outubro de 1864 e o aumento sucessivo dos engenheiros civis, dá-se a separação definitiva entre os engenheiros civis e os militares. O Corpo de Engenharia Civil foi de novo, e definitivamente, estabelecido em 1886⁷⁶⁰.

Foi também com a publicação do último decreto (3 de Outubro de 1864) que surgiu pela primeira vez a designação “Condutor de Obras Públicas e Minas”. Tratam-se de técnicos auxiliares e subordinados dos engenheiros que tinham como funções dirigir e conduzir as obras e os operários⁷⁶¹. Ainda nesse ano, o MOPCI promoveu uma profunda reorganização no ensino industrial português: através do decreto de 20 de Dezembro de 1864⁷⁶² foram criadas, em diversas zonas do país, escolas de carácter mais elementar. Inicia-se assim um processo de descentralização do ensino industrial em Portugal, que sofrerá um maior impulso com a publicação do decreto de 3 de Janeiro de 1884 que criou outros centros de ensino⁷⁶³. Os Institutos Industriais passam a leccionar o ensino de 2.º grau, funcionando como local preparatório dos alunos para as escolas e institutos superiores profissionais, passando a existir

⁷⁵⁸ PINHEIRO, Magda – A ruptura de 1911, in BRANCO, Jorge Freitas (ed.) – *Visões do técnico, no centenário 1911-2011*. Lisboa: CRIA-IUL (2013). [Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/4497>], p. 211.

⁷⁵⁹ RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Os Engenheiros em Portugal*, p. 68.

⁷⁶⁰ Segundo este decreto faziam parte deste Corpo de Engenharia engenheiros civis e auxiliares, que se encontravam-se organizados por hierarquia de habilitações académicas e profissionais. Decreto de 3 de Outubro de 1864. RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Os Engenheiros em Portugal*, pp.68-71.

⁷⁶¹ Decreto de 3 de Outubro de 1864. RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Os Engenheiros em Portugal*, pp. 70-71.

⁷⁶² O ensino passou a ser dividido de 1.º e 2.º graus e em ensino geral, e a Escola Industrial do Porto passou a designar-se de Instituto Industrial do Porto. Decreto de 20 de Dezembro de 1864.

⁷⁶³ Decreto de 20 de Dezembro de 1864; ALVES, Luís Alberto Marques – *O Porto no arranque do Ensino Industrial (1851-1910)*, pp. 76-97; COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da – *Mineralogia, Geologia, Metalurgia e Arte de Minas no Ensino Industrial na Cidade do Porto*, pp. 96-101.

um maior número de disciplinas, algumas especificamente direccionadas para a área do desenho técnico e arquitectónico e da construção civil⁷⁶⁴.

Em 1865 os dois Institutos Industriais iniciam os cursos de Condutores de Obras Públicas, de Condutores de Minas, de Condutores de Máquinas e de Fogueiros, e de Mestre-de-Obras. Os alunos destes cursos estavam habilitados a trabalhar nos quadros do MOP, mas foi principalmente a partir de 1879 que os alunos do Instituto Industrial e Comercial do Porto passaram a ser admitidos nos trabalhos das obras públicas⁷⁶⁵. Os “Condutores de Obras Públicas” passam a estar representados pela Associação de Condutores de Obras Públicas, criada em 1883, que veio a designar-se “Grémio Técnico Português” (1917) e, mais tarde, “Agremiação Técnica Portuguesa”. Esta entidade adquiriu um forte impacto na sociedade portuguesa, o que se refletiu na legislação que foi sendo criada relativamente a esta classe profissional⁷⁶⁶. Com a publicação da lei de 19 de Dezembro de 1869 foi estabelecido que todos os Condutores de Obras Públicas que possuíssem mais de oito anos de bom e efectivo serviço poderiam ser engenheiros subalternos. No dia seguinte, Duque de Loulé promoveu uma nova reforma no ensino técnico, passando a existir, para além dos que já existiam desde 1864, os cursos de Instrução Geral para Operários e de Condutores de Minas e Mestres Mineiros⁷⁶⁷.

Nas décadas seguintes (principalmente na de 1880) foram implementadas outras reformas importantes para o ensino técnico. Foi neste período que se criaram as Escolas Industriais e as Escolas de Desenho Industrial, tendo o ensino de desenho nas suas diversas vertentes passado a ser cada vez mais relevante nestas instituições. Estas escolas formavam, entre outros profissionais, mestres de obras, desenhadores e mestres pedreiros. O decreto de 30 de Dezembro de 1886, publicado pelo MOPCI, criou diferentes graus de ensino e deu habilitações aos alunos do Instituto Industrial e Comercial do Porto para que trabalhassem como técnicos especializados ao serviço das indústrias e do Estado. Mantém-se o título profissional de Condutor de Obras Públicas, mas passando a estar associado a uma especialidade (Condutores de minas; Desenhadores; Directores de fábricas; Construtores de

⁷⁶⁴ COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da – *Mineralogia, Geologia, Metalurgia e Arte de Minas no Ensino Industrial na Cidade do Porto*, pp. 96-101.

⁷⁶⁵ Decreto de 20 de Dezembro de 1864; RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Os Engenheiros em Portugal*, p. 71; COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da – *Mineralogia, Geologia, Metalurgia e Arte de Minas no Ensino Industrial na Cidade do Porto*, p. 96.

⁷⁶⁶ GUEDES, Augusto Ferreira (org.) – *Contributos para a história dos engenheiros técnicos portugueses*, p. 8.

⁷⁶⁷ Decreto de 30 de Dezembro de 1869.

máquinas e de instrumentos de precisão; Correios e telégrafos). Surgia também com este decreto o Curso de Construtores de Obras Públicas⁷⁶⁸. No início desta nova década, mais concretamente com a publicação do decreto de 8 de Outubro de 1891, ocorreu uma nova reforma no ensino industrial, que irá manter-se até ao ano de 1905, passando a ser leccionado o curso de Construções Cíveis no Instituto Industrial do Porto⁷⁶⁹. Em paralelo, eram propostas e publicadas leis que pretendiam regulamentar o estatuto dos condutores, de que são exemplos a lei de 1 de Dezembro de 1892, que estabeleceu funções idênticas para os engenheiros subalternos e condutores de 1.ª e 2.ª classes, a proposta apresentada a 10 de Outubro de 1898 pela Associação de Condutores de Obras Públicas, em que se propõe que a designação de “condutor” seja alterada para “engenheiro auxiliar”, e a publicação do decreto de 28 de Dezembro de 1899, que equipara os condutores principais aos engenheiros de 3.ª classe⁷⁷⁰.

Salienta-se ainda que, em finais do século XIX, mais concretamente a 16 de Junho de 1890, foi constituída formalmente, na cidade de Lisboa, a Associação de Classe dos Construtores Cíveis e Mestres-de-Obras. Tratava-se da “primeira associação de classe de empresários da construção que se constituiu no nosso país e que, desde o seu início, sempre defendeu de forma notável a adopção de medidas legais no sentido da disciplina desta actividade”⁷⁷¹. Passados dois anos, D. Carlos I concedeu Alvará Régio (de 13 de Agosto) para fundação do “Grémio dos Mestres das Quatro Artes das Construções Cíveis do Porto”. Esta fundação surgiu num “período de instabilidade social e económica” e tinha por objectivo “dar resposta aos problemas que se faziam sentir no sector e que preocupavam as quatro artes básicas da construção – carpinteiros, estucadores, canteiros e pedreiros”. Ao longo dos tempos o grupo conseguiu ir impondo os seus objectivos e foi adquirindo maior importância, o que fez com que as restantes artes da construção aderissem à ideia, através da fundação da “Associação de Classe dos Mestres de Todas as Artes de Construções Cíveis do Porto” (6 de Setembro de 1895). Passados oito anos as duas instituições fundem-se e passam a designar-se “Associação dos Mestres Construtores Cíveis do Porto – Associação de Classe”⁷⁷². Ainda na década de

⁷⁶⁸ Decreto de 30 de Dezembro de 1886; COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da – *Mineralogia, Geologia, Metalurgia e Arte de Minas no Ensino Industrial na Cidade do Porto*, p. 100.

⁷⁶⁹ COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da – *Mineralogia, Geologia, Metalurgia e Arte de Minas no Ensino Industrial na Cidade do Porto*, p. 102.

⁷⁷⁰ RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Os Engenheiros em Portugal*, p. 72-73; GUEDES, Augusto Ferreira (org.) – *Contributos para a história dos engenheiros técnicos portugueses*, pp. 7-8.

⁷⁷¹ A sua história remonta ao século XIV, mais concretamente, a fundação da Casa dos Vinte e Quatro em Lisboa (1383). *AECOPS – 124 ANOS DE ASSOCIATIVISMO DA CONSTRUÇÃO*. [Disponível em www.aecops.pt/getfile.php?xp=2&src=file9_pt&ext=pdf&fid].

⁷⁷² Sobre esta Associação veja-se a informação [Disponível em <http://www.aiccopn.pt/index.php>].

1890, mais concretamente a 6 de Junho de 1895, foi aprovado por decreto o “Regulamento para os Serviços de Inspecção e Vigilância para Segurança dos Operários nos Trabalhos de Construções Civis”⁷⁷³. No entanto, a Sociedade dos Architectos Civis Portugueses propôs uma revisão do regulamento, uma vez que este se direccionava sobretudo para as cidades de Lisboa e Porto, “esquecendo” as restantes cidades do reino e a sua realidade, levantando dúvidas quanto a sua aplicação prática. Consequentemente, foi publicado o decreto de 20 de Outubro de 1898, que introduziu alterações a alguns artigos do anterior documento com o objectivo de resolver e esclarecer os aspectos referidos. Este regulamento salientava também a necessidade de formação dos técnicos intervenientes nas obras⁷⁷⁴.

Já nos princípios do século XX, e com a publicação do decreto de 24 de Outubro de 1901, foi estabelecido que os condutores principais só poderiam ser dirigidos por engenheiros-inspectores ou engenheiros-chefes. Com esta lei aprovou-se também a organização da engenharia civil e definiram-se os serviços da sua competência⁷⁷⁵. Segundo alguns autores, a 10 de Outubro de 1903 a Associação de Condutores de Obras Públicas volta a propor a substituição de “condutor” por “engenheiro auxiliar”: os condutores “aspiravam à valorização dos seus estatutos, investindo ao nível de ensino, mas também no jogo de imagens que os títulos e as designações espelham”. Nesse ano viria a desaparecer a designação de “condutor” nos cursos de especialização, uma vez que os Institutos Industriais deixaram de atribuir diplomas de condutores, situação que só veio a ser resolvida na década de 20⁷⁷⁶.

À semelhança do que já tinha acontecido a 30 de Julho de 1898 para o Instituto de Lisboa, a publicação do decreto de 9 de Julho de 1903 veio por em prática a reorganização do Instituto Industrial Comercial do Porto, que seria reforçada pelo decreto de 3 de Novembro de 1905⁷⁷⁷. Este último decreto, para além de se relevar importante pelo facto de actualizar a reforma

⁷⁷³ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários nos trabalhos de construção civil. Aprovado por Decreto de 6 de Junho de 1895*, 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, p. 5.

⁷⁷⁴ Alterações ao Decreto de 6 de Junho de 1895 pela aprovação do novo Decreto de 20 de Outubro de 1898.

⁷⁷⁵ Decreto de 24 de Outubro de 1901 “Aprovando a organização da engenharia civil e serviços da sua competência”. Lisboa: Diário do Governo n.º 246.

⁷⁷⁶ RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Os Engenheiros em Portugal*, pp. 72-73; GUEDES, Augusto Ferreira (org.) – *Contributos para a história dos engenheiros técnicos portugueses*, pp. 7-8.

⁷⁷⁷ No diploma de 3 de Novembro de 1905 pode ler-se que “A experiência de treze annos tem evidenciado a necessidade de modificar a organização do Instituto Industrial e Commercial do Porto para tornar mais proficuo e melhor accomodado ás actuaes exigências da vida commercial e industrial o ensino ahi professado [...]” *Organização do Instituto Industrial e Commercial do Porto*, aprovado por Decreto de 3 de novembro de 1905, Lisboa: Imprensa Nacional, 1906, p. 3.

desta instituição, tornou-se essencial por definir de forma pormenorizada os tirocínios que os alunos estavam obrigados a realizar⁷⁷⁸. É também de realçar que neste período se assiste ao reforço das cadeiras no ensino mais viradas para a prática e para a realidade, tais como a de construção civil, de hidráulica, ou de metalurgia⁷⁷⁹. No entanto, a aplicação prática deste último decreto apenas viria acontecer após a implantação da República⁷⁸⁰.

No campo da arquitectura as coisas processaram-se de maneira diferente, uma vez que na segunda metade do século XIX se verificava ainda a “inexistência de uma consciência de grupo profissional autónomo”⁷⁸¹. Foi precisamente com Joaquim Possidónio da Silva, arquitecto da Casa Real, que a 22 de Novembro de 1863 se fundou a primeira associação de arquitectos portugueses, a “Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses”⁷⁸², que viria a assumir a designação de “Associação dos Arquitectos Civis Portugueses” por Alvará Régio de 14 de Novembro de 1872. Com a criação desta associação passou-se a identificar o perfil dos arquitectos/ arqueólogos, e os sócios que nela eram admitidos eram na maioria das vezes “apaixonados pelas artes, assim como eruditos movidos por interesses de ordem cultural” que encontraram nesta entidade o local de cruzamento de uma série de temas e disciplinas⁷⁸³.

Ao nível académico, e ainda no que se refere à arquitectura, destacam-se também alguns acontecimentos, como a publicação do decreto de 22 de Março de 1881, aplicado às Academias das Belas Artes de Portugal⁷⁸⁴, que transformou a Academia de Lisboa em Escola

⁷⁷⁸ Os tirocínios teriam a duração de seis meses e decorreriam num estabelecimento do Estado ou particular e na área da especialização que o aluno frequentou. Decreto de 3 de Novembro de 1905.

⁷⁷⁹ Decreto de 3 de Novembro de 1905.

⁷⁸⁰ ALVES, Luís Alberto; SOUSA, Pedro Rodrigues de; MORAIS, Teresa Torrinhas; ARAÚJO, Francisco Miguel Veloso – *Ensino Técnico (1756-1973)*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2009, p. 72.

⁷⁸¹ NETO, Maria João Mendonça e Costa Pereira – Processo de profissionalização da arquitectura em Portugal – da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos à Ordem dos Arquitectos, in *AE...Revista Lusófona de Arquitectura e Educação*. [s.l.], n.º 4/2010. [Disponível em <http://revistas.ulusoфона.pt/index.php/revlae/article/view/1851>].

⁷⁸² LOBO, J. Huertas; DIAS, Francisco da Silva – Associações de Arquitectos em Portugal (1602-1988), in *Revista Arquitectos*. Publicação da Associação dos Arquitectos Portugueses, n.º 0, Outubro 1988, p. 4; DIAS, Eduardo A. Rocha – *A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes desde a sua fundação até 11 de Novembro de 1898*. Lisboa: Typ. da Casa da Moeda e Papel Sellado, 1907.

⁷⁸³ RIBEIRO, Ana Isabel de Melo – *Arquitectos portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953*. Porto: FAUPpublicações, 2002, pp. 21-22; NETO, Maria João Mendonça e Costa Pereira – Processo de profissionalização da arquitectura em Portugal – da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos à Ordem dos Arquitectos.

⁷⁸⁴ As Academias de Belas-Artes em Portugal foram fundadas em 1836: a Academia Portuguesa de Belas Artes pelo decreto de 22 de Novembro e a Academia de Belas-Artes de Lisboa pelo de 25 de Dezembro. Estas tinham como objectivo formar os artistas ligados às “Belas Artes” e “difundir o gosto do belo por todas as

e criou o Curso de Aplicação às Artes Decorativas e um Curso de Desenho para Operários. No Porto não ocorreram estas alterações, que apenas foram introduzidas no ano de 1911⁷⁸⁵. Apesar de na época o ensino da arquitectura e o seu método serem alvo de críticas por parte de diversos historiadores e críticos da arte, bem como pelo próprio Presidente da Associação dos Architectos e Arqueologia, esta reforma em quase nada alterou o ensino da arquitectura; “somente a reorganização de 1901 procurou melhorar este ensino, fazendo distribuir as cadeiras do Curso de Architectura entre a Escola de Belas-Artes e o Instituto Industrial”⁷⁸⁶.

A viragem para o século XX representou uma clara mudança para os architectos. Logo em 1901 é publicada uma portaria, datada de 20 de Dezembro, que definia as características da formação necessária ao exercício da arquitectura⁷⁸⁷. No ano seguinte foi fundada a Sociedade dos Architectos Portugueses, que veio representar, “por um lado, o culminar de uma nova consciência profissional e, por outro, «o reconhecimento da necessidade de criar normas mais eficazes de controlo e dignificação próprias»”. Os seus fundadores pretendiam que esta

classes e proporcionar os meios de melhoramento aos ofícios e artes, pela elegância das formas dos seus artefactos”. CARVALHO, António Cardoso Pinheiro – *O Architecto Marques da Silva e a arquitectura do Norte do país na primeira metade do séc. XX*, vol. I. Dissertação de Doutoramento em História da Arte e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1992, p. 16-17. Sobre este assunto e sucessivas reformas no ensino artístico vide, entre outros trabalhos: FERREIRA, José Maria de Andrade – *A Reforma da Academia de Bellas Artes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860; *Parecer da Academia Portuense de Bellas Artes sobre uma reforma de ensino, enviado ao Ministério do Reino*, 1880; *Correspondência com o Governo*, 1837-1911; *Projecto de Organização da Academia Portuense de Bellas Artes*, 1876; *Projecto de reforma enviada pela Academia Portuense de Bellas Artes ao Ministério do Reino*, 1907 e 1908; ACADEMIA NACIONAL DE BELLAS ARTES – *Compilação da legislação*. Lisboa: Tip. da ENP, 1900; ACADEMIA NACIONAL DE BELLAS ARTES – *Compilação da legislação*. Lisboa: [s.l.], 1960; VASCONCELOS, Joaquim de – *A Reforma do Ensino de Bellas Artes, análise do relatório e Projectos da Comissão Official nomeada em 10 de Novembro de 1875*. Porto: Imprensa Litterario-Comercial, 1877; VASCONCELOS, Joaquim de – *Reforma do Ensino de Bellas Artes II, análise da segunda parte do relatório officia*. Porto: Imprensa Litterario-Comercial, 1878; VASCONCELOS, Joaquim de – *Reforma do Ensino de Bellas Artes III*. Porto: Imprensa Internacional, 1879; VASCONCELOS, Joaquim de – *Reforma do Ensino de Bellas Artes IV*. Porto: Ed. Marques Abreu, 1918.

⁷⁸⁵ CARVALHO, António Cardoso Pinheiro – *O Architecto Marques da Silva e a arquitectura do Norte do país na primeira metade do séc. XX*, pp. 18; 24-37; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute – *Universidade do Porto. Estudo orgânico-funcional (Modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo)*. Porto: Reitoria da Universidade, 2001, p. 197; *Parecer da Academia Portuense de Bellas Artes sobre uma reforma de ensino, enviado ao Ministério do Reino*, 1880; *Projecto de reforma enviada pela Academia Portuense de Bellas Artes ao Ministério do Reino*, 1907 e 1908.

⁷⁸⁶ As críticas centravam-se na formação dos architectos, nomeadamente na própria estrutura dos cursos de arquitectura. Segundo Maria Lisboa, Joaquim de Vasconcelos terá referido que os architectos portugueses eram “formados com um curso profundamente limitado. Este fornecia quase exclusivamente o ensino do Desenho de Architectura e de Ornato Architectural, sem uma preparação suficiente nos domínios da Geometria Descritiva e da Perspectiva, bem como nas áreas científicas e de cultura estética”. Também Possidónio da Silva, Presidente da Associação dos Architectos e Arqueologia, em 1879 criticou a formação destes profissionais, referindo que existia uma “falta de preparação básica e secundária dos candidatos para o curso ministrado na Academia, assim como a ausência de disciplinas de índole científico e técnica”. LISBOA, Maria Helena – *Os Engenheiros em Lisboa. Urbanismo e Architectura (1850-1930)*, pp. 56-57.

⁷⁸⁷ Portaria de 20 de Dezembro de 1901.

sociedade, “«inspirada numa orientação moderna», conduzisse os seus trabalhos [...], terminando com «este irregularíssimo estado de coisas», procurando ao mesmo tempo atrair as atenções «para a causa justa e simpática porque pugnava»”. Desde o seu início esta sociedade propunha-se “resolver problemas directamente relacionados com as atribuições e condições do exercício da profissão”⁷⁸⁸. Foi das primeiras a reivindicar de forma profunda o exercício da profissão dos arquitectos em Portugal, estendendo a sua actividade a diversas áreas do saber, intervindo também nas instituições de ensino, principalmente a partir de 1908, com a intervenção directa na reestruturação do ensino da arquitectura⁷⁸⁹. Apesar de ser evidente que a classe dos arquitectos adquiria cada vez mais importância na sociedade portuguesa, estes não paravam “de fazer reivindicações no que diz respeito à sua afirmação profissional, nomeadamente no que concerne ao seu papel no Ministério das Obras Públicas”⁷⁹⁰, queixando-se “do persistente favorecimento dos engenheiros pelo Estado”⁷⁹¹. A nível de ensino, a Escola do Porto via entrar para os seus quadros um dos arquitectos que maior reformulação artística e técnica iria trazer à cidade: José Marques da Silva (1869-1947), figura indiscutivelmente importante para desenvolvimento desta escola, primeiro como professor da disciplina de Arquitectura Civil (entre 1906 e 1939) e depois como seu director (entre 1929 e 1939)⁷⁹². Com José Marques da Silva avançou-se na profissão de arquitecto e no ensino da arquitectura. Quer através da análise da sua obra, quer pela sua forma de pensar a arquitectura, foram sendo explorados novos programas, focados no “aprofundamento tecnológico, no rigor da construção, [e] na racionalidade compositiva”⁷⁹³.

⁷⁸⁸ RIBEIRO, Ana Isabel de Melo – *Arquitectos portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953*, pp. 47-51;

⁷⁸⁹ Segundo Magda Pinheiro, a Sociedade dos Arquitectos Portugueses “considerava o ensino ministrado no Instituto Industrial [de Lisboa] tumultuário e contraditório nos seus horários, qualidade, quantidade e objectivos com os fins que deveriam presidir à formação dos arquitectos”. PINHEIRO, Magda – A ruptura de 1911, in BRANCO, Jorge Freitas (ed.) – *Visões do técnico, no centenário 1911-2011*, p. 212. NETO, Maria João Mendonça e Costa Pereira – Processo de profissionalização da arquitectura em Portugal – da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos à Ordem dos Arquitectos.

⁷⁹⁰ NETO, Maria João Mendonça e Costa Pereira – Processo de profissionalização da arquitectura em Portugal – da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos à Ordem dos Arquitectos; PINHEIRO, Magda – A ruptura de 1911, in BRANCO, Jorge Freitas (ed.) – *Visões do técnico, no centenário 1911-2011*, p. 214; LOBO, J. Huertas; DIAS, Francisco da Silva – Associações de Arquitectos em Portugal (1602-1988), p. 6.

⁷⁹¹ Este favorecimento “pode-se explicar pela baixa taxa de urbanização do país e pela necessidade que tinha existido de construir as vias férreas, as estradas e de modernização dos Porto”. PINHEIRO, Magda – A ruptura de 1911, in BRANCO, Jorge Freitas (ed.) – *Visões do técnico, no centenário 1911-2011*, p. 213.

⁷⁹² O arquitecto José Marques da Silva assume a docência da disciplina após o arquitecto Silva Sardinha ter falecido a 28 de Novembro de 1906. CARDOSO, António – *O Arquitecto Marques da Silva e a arquitectura no norte do país na primeira metade do séc. XX*, pp. 161-177.

⁷⁹³ COSTA, Alexandre Alves – *Introdução ao estudo da História da Arquitectura Portuguesa*. Porto: FAUP – colecção seis lições, 1995, p. 102.

Da Primeira República à Ditadura Militar

A Implantação da República (1910) veio dar um novo fôlego às questões relacionadas com o ensino e a profissionalização das classes ligadas à construção civil. O ano de 1911 foi um ano crucial e de “ruptura” no campo da formação da arquitectura e da engenharia⁷⁹⁴. Foi publicado o projecto-lei de 26 de Maio, subdividido em dois decretos. O primeiro dizia respeito à reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos nacionais e o segundo refere-se à reorganização das escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto, tendo sido extintas as Academias de Belas-Artes e ficando as Escolas de Belas Artes em funcionamento como organismos autónomos. Pretendia-se com esta reforma ministrar um ensino integral e não um ensino de preparação para o estrangeiro. Passaram a ser ministrados os Cursos Preparatórios (Escultura, Pintura e Arquitectura Civil) e os Cursos Especiais (idem) e foram criadas cadeiras complementares, tais como álgebra, trigonometria, geometria analítica, resistência de materiais ou processos gerais de construção, fundamentais para o ensino da arquitectura. O curso de Arquitectura Civil passou a ter mais um ano curricular e institui-se o tirocínio de dois anos para as obras públicas e privadas. Legislava-se também sobre a atribuição do diploma de arquitecto. Relativamente a este último aspecto, pode ler-se no decreto que eram “conferidas «cartas de curso», tanto nos de habilitação como nos especiais, aos alunos aprovados em todas as cadeiras que os constituem”. Para se obter o diploma de arquitecto era necessário para além da carta de curso, fazer um tirocínio “durante dois anos, em obras do Estado ou particulares, sob a direcção de architecto e por elle attestado, satisfazer às seguintes provas que serão prestadas durante o segundo anno do tirocínio, perante um jury especial, nomeado pelo conselho escolar: 1.^a prova (graphica) [...]; 2.^a prova (escrita) [...]; 3.^a prova (oral) [...]”. Às melhores provam técnicas era concedido um prémio pelo conselho escolar⁷⁹⁵. Foram assim instituídos os Concursos para Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA), que viriam a funcionar até à reforma de 1957⁷⁹⁶.

⁷⁹⁴ Neste ano assistimos também à fundação das Universidades de Lisboa e Porto (Decreto de 22 de Março de 1911). A defesa do Património Artístico e Arqueológico trouxe novas responsabilidades às Academias de Belas-Artes, que passariam a ser consultadas em casos de alienação do património por parte de instituições públicas ou privadas mas que eram subvencionadas pelo Estado. Estas alterações foram decretadas pelo Decreto de 19 de Novembro de 1910. No entanto, as novas funções atribuídas às Academias passaram em 1911 para os Conselhos de Arte e Arqueologia. Projecto-lei de 26 de Maio de 1911; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute – *Universidade do Porto. Estudo orgânico-funcional (Modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo)*, pp. 19 e 186.

⁷⁹⁵ Decreto de 26 de Maio de 1911.

⁷⁹⁶ FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral dos Santos – *A Escolha do Porto: Contributos para a actualização de uma ideia de Escola*, pp. 69-76; 267-273.

Quanto à engenharia, o Ministro do Fomento, Brito Camacho, fundou, através do desdobramento de várias secções do Instituto Industrial de Lisboa, o Instituto Superior Técnico de Lisboa, através da publicação do decreto de 23 de Maio de 1911. O Instituto Superior Técnico de Lisboa, que estava na dependência deste Ministério, representou um “marco decisivo no processo de profissionalização dos engenheiros e o início de uma nova etapa na história da engenharia” em Portugal⁷⁹⁷. Já na cidade do Porto a Academia Politécnica era transformada na Faculdade Técnica, por meio da publicação da Lei n.º 410, de 31 de Agosto de 1915 e do Decreto n.º 2103, de 25 de Novembro de 1915, e estava na dependência do Ministério da Instrução⁷⁹⁸, nela passando a ser ministrados os mesmos cursos que no Instituto Superior Técnico de Lisboa⁷⁹⁹. A Faculdade Técnica, que posteriormente veio a ser designada de FEUP (1926), esteve instalada até 1915 junto da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, tendo passado a funcionar como uma secção desta última, isto é, como uma “escola anexa”, nela sendo ministrado o ensino da engenharia civil numa colaboração entre as duas instituições⁸⁰⁰.

Quanto aos operários especializados, até ao ano de 1910 saía das escolas industriais “um elevado número de carpinteiros, serralheiros, trolhas e pedreiros, que engrossavam o operariado da construção civil”. A crescente importância da construção gerou um aumento do protagonismo destes operários na actividade sindical, levando à criação da Federação da Construção Civil. Esta foi considerada “a única organização operária que se impõe ao respeito

⁷⁹⁷ Passados dois dias da criação do Instituto Superior Técnico de Lisboa foram extintos o curso de engenharia civil da Escola do Exército em Lisboa, bem como todas as cadeiras técnicas dos cursos de engenharia militar, que passaram a ser ministradas neste novo instituto. RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Os Engenheiros em Portugal*, pp. 34 e 84.

⁷⁹⁸ A Academia Politécnica do Porto “goza de muito menor autonomia, pois desde logo dependia da Faculdade de Ciências para a realização dos preparatórios e, depois, está integrada numa universidade; os seus cursos no total têm a duração de seis anos” enquanto o Instituto Superior Técnico de Lisboa, pelo facto de estar na alçada do Ministério do Fomento “goza de larga autonomia, ministra os preparatórios, isto é, o curso geral, sendo a sua duração total de cinco anos”. IDEM – *Ibidem*, p. 84.

⁷⁹⁹ Nomeadamente os cursos superiores de Engenharia Civil, de Minas, Mecânica, Electrónica e Química-Industrial, todos com a duração de 6 anos (três de preparatórios na Faculdade de Ciências e três de ciências aplicadas na Faculdade Técnica). O curso preparatório era comum a todos os cursos e assentava no ensino da matemática, da física e do desenho. O número de disciplinas em engenharia passou de 8 para 29, revelando um grande avanço para a época. RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute – *Universidade do Porto. Estudo orgânico-funcional (Modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo)*, p. 337.

⁸⁰⁰ RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Os Engenheiros em Portugal*, pp. 84-85 e 321; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute – *Universidade do Porto. Estudo orgânico-funcional (Modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo)*, p. 341.

dos padrões e do Estado”⁸⁰¹. Ainda neste período, a Associação de Condutores de Obras Públicas passou a designar-se “Grémio Técnico Português”⁸⁰² e foram revistos os estatutos da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, aprovados em sessão da Assembleia-Geral de 20 Dezembro de 1917. Mas foi no ano seguinte que foram publicados uma série de decretos que tentam regulamentar o ensino e a actividade desta classe.⁸⁰³ Os Decretos n.º 4554, de 6 de Julho, e n.º 5047, de 30 de Novembro, visavam a uniformização dos critérios de admissão dos engenheiros nos diferentes quadros dos ministérios, reduzindo as diferenças entre a Faculdade Técnica e o Instituto Superior Técnico de Lisboa⁸⁰⁴. A uniformização do ensino era ainda “um processo no início, que iria fatalmente alastrar a todo o sistema de ensino técnico e perdurar por várias décadas”⁸⁰⁵.

No ano de 1918 foram ainda publicados os Decretos n.º 5100, de 1 de Dezembro, e n.º 5029, de 5 de Dezembro. O primeiro criou o curso de Mestre-de-Obras de Construções Civis e Obras Públicas e o segundo estabeleceu a hierarquia das escolas superiores e dos Institutos Industriais, definindo os estatutos e a situação das escolas médias, que passaram a designar-se novamente de Institutos Industriais, destinando-se a formar auxiliares de engenharia, condutores de trabalho e chefes de indústrias⁸⁰⁶. No Instituto Industrial do Porto eram ministrados o Curso Geral e os cursos de especialização (Curso de Construção Civil e Obras Públicas, Curso de Minas, Curso de Máquinas, Curso de Electrónica, e Curso de Indústrias Químicas)⁸⁰⁷. No ano seguinte publica-se o “Regulamento do Instituto Industrial do Porto”⁸⁰⁸, onde ficou definida a obrigatoriedade de realização dos tirocínios para conclusão dos cursos⁸⁰⁹.

⁸⁰¹ CÓIAS, Vítor – Qualificação profissional na construção. Revisitar o passado para projectar o futuro, in *Pedra & Cal. Conservação e Reabilitação*, n.º 60, 1.º Semestre Janeiro- Junho 2016. [Disponível em http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev60_Revista_Completa.pdf], p. 19.

⁸⁰² GUEDES, Augusto Ferreira (org.) – *Contributos para a história dos engenheiros técnicos portugueses*, p. 8.

⁸⁰³ Para uma melhor compreensão destes aspectos veja-se por exemplo Associação dos Engenheiros Civis Portugueses. Estatutos, in *Revista de Obras Públicas e Minas*, n.ºs 571-576, 1917.

⁸⁰⁴ Os seus cursos continuam a ter a duração de 6 anos e passa a ser ministrado os Cursos Especiais de Engenharia Civil, Minas, Mecânica, Electrónica, e Químico-Industrial, e o Curso Preparatório para a Escola de Guerra. Decreto n.º 4554, de 6 de Julho de 1918 e Decreto n.º 5047, de 30 de Novembro de 1918; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute – *Universidade do Porto. Estudo orgânico-funcional (Modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo)*, p. 341; RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Os Engenheiros em Portugal*, p. 86.

⁸⁰⁵ RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Os Engenheiros em Portugal*, pp. 87-88.

⁸⁰⁶ IDEM – *Ibidem*, p. 90.

⁸⁰⁷ COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da – *Mineralogia, Geologia, Metalurgia e Arte de Minas no Ensino Industrial na Cidade do Porto*, pp. 116-117.

⁸⁰⁸ Este regulamento foi publicado pelo Decreto n.º 6099, de 15 de Setembro de 1919.

⁸⁰⁹ Os tirocínios tinham uma classificação de bom, regular, medíocre e mau. Eram “realizados em estabelecimentos do Estado ou de particulares [...] segundo a orientação do Conselho Escolar do Instituto, de

Ainda nesse ano (1918), a questão da segurança dos operários e direcção dos trabalhos viria novamente ao de cima, mas agora a propósito do “Regulamento para Emprego do Beton Armado”, em que era referida a imperatividade de aprovação prévia pelas repartições técnicas do Estado ou dos corpos administrativos de todos os projectos que implicassem o uso deste material⁸¹⁰. No entanto, as questões de segurança dos operários não se ficam apenas por estas iniciativas, assistindo-se ainda no período de Sidónio Pais à publicação de legislação que regulamentava o trabalho em Portugal. São de salientar o Decreto n.º 4191, de 13 de Abril de 1918, que fundou a Inspecção Sanitária do Trabalho, o Decreto n.º 4288, de 9 de Março de 1918, que veio regular a Lei dos Desastres no Trabalho, e o Decreto n.º 4351, de 25 de Maio de 1918, que concedeu prioridade à operacionalização de mecanismos e agentes de fiscalização do trabalho⁸¹¹.

Quanto à classe dos condutores, desde há “alguns anos que os diplomados pelos institutos industriais se movimentavam no sentido de lhes ser conferido o título de engenheiros auxiliares, em vez de auxiliares de engenheiros”⁸¹². Esta questão irá marcar um longo período da história da engenharia. Os condutores levantam uma polémica que “gira em torno dos títulos e dos diplomas conferidos pelas escolas: por um lado, a rejeição do termo *condutor* por parte dos diplomados dos II [Institutos Industriais], com o argumento de que na prática fazem o mesmo trabalho que os engenheiros; e por outro, a protecção do título de *engenheiro*”⁸¹³. Este conflito, que se inicia na cidade Lisboa, mais concretamente no Instituto Superior Técnico, com uma série de greves, rapidamente alastrou à cidade do Porto, e viria a

acordo com os diretores dos estabelecimentos ou empresas onde estes fossem realizados e fiscalizados pelos professores ou assistentes indicados pelo mesmo Conselho. Quando terminados, os alunos tinham que apresentar um relatório sobre os serviços que haviam desempenhado.”. COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da – *Mineralogia, Geologia, Metalurgia e Arte de Minas no Ensino Industrial na Cidade do Porto*, p. 116.

⁸¹⁰ Artigo 2.º do Decreto n.º 4036, de 3 de Abril de 1918, p. 337. Este tema foi sendo reforçado ao longo da primeira metade do século XX, principalmente, através da publicação de diversas leis a nível local. No caso concreto da cidade do Porto, temos como exemplo o “Regulamento de Obras Particulares” (1929) em cujo artigo 3.º era imposto que “nenhuma obra particular poderá ser feita, sem prévia licença da Câmara”. Um dos elementos que compõem o processo de licença obras era precisamente o “termo de responsabilidade”, em harmonia com o Regulamento aprovado a 6 de Junho de 1895. Regulamento de Obras Particulares. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital de 28 de Janeiro de 1929, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, p. 180.

⁸¹¹ COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da – *Mineralogia, Geologia, Metalurgia e Arte de Minas no Ensino Industrial na Cidade do Porto*, pp. 159-160.

⁸¹² CARDOSO, António Monteiro – Os anos de afirmação, in BRANCO, Jorge Freitas (ed.) – *Visões do técnico, no centenário 1911-2011*. Lisboa: CRIA-IUL (2013). [Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/4713>], p. 260.

⁸¹³ RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Os Engenheiros em Portugal*, p. 88.

desencadear diversas acções em ambas as cidades, bem como a publicação de diversos decretos que foram gradualmente substituindo a designação de “condutor” pela de “auxiliar de engenharia”, levando à reorganização das suas funções, e encurtando em muitos casos as distâncias salariais e hierárquicas entre os “condutores” e os engenheiros e arquitectos⁸¹⁴. Do conjunto de leis publicadas neste período destacamos o Decreto n.º 7036, de 17 de Novembro de 1920, e o Decreto n.º 7332, de 29 de Janeiro 1921. O primeiro eliminou todas as categorias de condutores, que passam a ser designados de engenheiros auxiliares de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, cada uma com funções específicas. Por sua vez, os engenheiros eram todos aqueles que eram formados pelas Escolas Superiores e ocupavam os lugares de direcção e chefia das diversas repartições técnicas⁸¹⁵. O segundo diz respeito ao “Regulamento da Faculdade Técnica da Universidade do Porto” que atribuiu autómia pedagógica a esta faculdade, que passou a ser definida como um “estabelecimento de ensino superior profissional, de investigação científica e de difusão de alta cultura”⁸¹⁶. Estipula-se ainda uma nova reorganização dos cursos de engenharia, mas que trouxe poucas alterações à de 1918⁸¹⁷.

Também neste período, o Grémio Técnico Português propõe ao Ministério do Trabalho a criação da carreira dos engenheiros auxiliares tendo por base as posições do Corpo Auxiliar de Engenheiros Industriais⁸¹⁸, dado que também estes defendiam o direito a serem considerados engenheiros auxiliares⁸¹⁹. Os aspectos referidos, e particularmente este último, levaram a Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses a manifestar-se, protestando junto dos Ministérios do Trabalho e das Obras Públicas e do Senado. No entanto, estes protestos não tiveram os resultados esperados: com a publicação da Lei n.º 1638, de 23 de Julho de

⁸¹⁴ Tais como o Decreto n.º 971, de 17 de Maio de 1920, o Decreto n.º 7036, de 17 de Novembro de 1920, o Decreto n.º 7039, de 17 de Novembro de 1920, ou o Decreto n.º 9203, de 1 de Novembro de 1923.

⁸¹⁵ Decreto n.º 7036, de 17 de Novembro de 1920; RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Os Engenheiros em Portugal*, pp. 90-91.

⁸¹⁶ Decreto n.º 7332, de 29 de Janeiro 1921.

⁸¹⁷ Mantiveram-se os mesmos cursos especiais (Engenharia Civil, Minas, Mecânica, Electrónica, e Químico-Industrial), desaparecendo o curso Preparatório para a Escola de Guerra. Prevê-se a criação de “cursos complementares de aperfeiçoamento de especialidades técnicas ou *post-escolares*”. Pela primeira vez a Faculdade de Técnica poderia conferir o grau de doutor; este grau era só atribuído aos alunos da Faculdade que tivessem obtido a classificação de “muito bom” na carta de engenheiro, sendo ainda obrigatória a realização de um ano de estágio prático, num laboratório nacional ou estrangeiro, e a apresentação de uma tese original sobre um determinado assunto. Decreto n.º 7332, de 29 de Janeiro de 1921; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute – *Universidade do Porto. Estudo orgânico-funcional (Modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo)*, pp. 329-331.

⁸¹⁸ Foi em 1898, com a publicação dos decretos de 30 de Junho e de 12 de Julho, com a reorganização do Instituto Industrial de Lisboa, que surgiu o curso superior de industrial, que formava Engenheiros Industriais. RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Os Engenheiros em Portugal*, pp. 71-72.

⁸¹⁹ Representação do Grémio Técnico Português ao Ex.mo Sr. Ministro do Trabalho (1921) citado em IDEM – *Ibidem*, p.91.

1924 era “conferido o título de engenheiro auxiliar aos indivíduos diplomados com qualquer dos cursos especiais professados nos institutos industriais ou com qualquer dos cursos que lhe sejam actualmente equivalentes”. A mesma lei equiparou também os auxiliares de engenharia aos condutores. A publicação desta lei desencadeou novos protestos no Instituto Superior Técnico de Lisboa e levará a uma das greves mais marcantes dessa instituição⁸²⁰, situação que apenas viria a ser resolvida já depois do golpe militar de 1926 com a publicação do Decreto n.º 11 988, de 29 de Julho. Este diploma estabelece a protecção legal do título de engenheiro⁸²¹, que era reservado para as escolas de nível superior, enquanto as pessoas formadas com os cursos técnicos industriais médios e os antigos “condutores” passam a ser designados “agentes técnicos de engenharia”, designação que se manteve até ao ano de 1974⁸²². É no entanto de destacar que o mesmo decreto refere, em artigo único e transitório, que a designação de “engenheiros auxiliares” se mantinha para os engenheiros diplomados pelos Institutos Industriais que, até decorridos 30 dias sobre a publicação do decreto, tivessem obtido o respectivo diploma de curso⁸²³.

Nessa época, a importância da atribuição dos títulos profissionais reflectiu-se na publicação da Lei n.º 1670, de 15 de Setembro de 1924, que veio permitir às câmaras municipais o embargo de qualquer obra, construção ou edificação que não possuísse licença camarária ou não respeitasse as prescrições constantes nesta. Nesta lei é expressamente declarado que “a partir da data da publicação [...], nas cidades do continente não poderá ser aprovado nenhum projecto de obras particulares sem que tenha a assinatura de um técnico possuindo um curso que para a construção civil, professado num estabelecimento oficial de ensino, nacional ou estrangeiro”⁸²⁴. É também de salientar que, com a publicação do decreto n.º 12 696, de 17 de Novembro de 1926, a Faculdade Técnica do Porto passou a designar-se FEUP⁸²⁵ e que o

⁸²⁰ Na base desta greve estiveram duas preocupações: o desemprego que esta situação iria proporcionar e a “questão do título como expressão de uma superioridade hierárquica fundamentada no nível dos conhecimentos científicos”; no entanto, esta greve “rapidamente deixa de ter como motivo principal apenas a questão dos engenheiros auxiliares, sendo posta em causa, por arrasto, a estrutura e organização do ensino técnico”. IDEM – *Ibidem*, pp. 91-93.

⁸²¹ Decreto n.º 11 988, de 29 de Julho de 1926.

⁸²² Nos anos subsequentes à publicação deste decreto surgiram outros, tais como os Decretos n.º 13 080, de 28 de Janeiro de 1927, n.º 15 089, de 29 de Fevereiro de 1928, n.º 15 819, de 8 de Agosto de 1928, n.º 16 171, de 29 de Novembro de 1928, e n.º 16 946, 8 de Junho de 1929, que pretendiam regulamentar a formação dos engenheiros portugueses nas academias internacionais e/ou engenheiros estrangeiros a trabalhar em Portugal. RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Os Engenheiros em Portugal*, pp. 100 e 121.

⁸²³ Artigo 4.º, Decreto n.º 11 988, de 29 de Julho de 1926

⁸²⁴ Lei n.º 1670 de 15 de setembro de 1924.

⁸²⁵ Nesta faculdade continuam a ser leccionados os mesmos cursos de Engenharia (Civil, Minas, Mecânica, Electrotécnica, e Químico-Industrial) e surgem algumas disciplinas de habilitação científica e técnica para os aspirantes a engenheiros maquinistas navais e a engenheiros fabris do exército. Decreto n.º 12 696, de 17 de

Instituto Industrial do Porto sofre uma reorganização (pelo Decreto n.º 11 364, de 9 de Dezembro de 1925), passando o curso de construções civis e obras públicas a ter a duração de 2 anos⁸²⁶.

Ao mesmo tempo que se discutia e regulamentava o título de engenheiro, também o título de arquitecto era alvo de discussão. Foi neste contexto que o Ministério da Instrução Pública, através do Decreto n.º 11 089, de 17 de Setembro de 1925, determinou que nenhuma pessoa poderia usar o título de arquitecto ou exercer arquitectura sem que tivesse obtido o diploma do curso oficial professado apenas numa das duas escolas de Belas-Artes de Portugal⁸²⁷. Após a publicação deste diploma, e sobretudo nos inícios dos anos 30, as artes e o ensino das Belas-Artes viram surgir uma série de novos decretos com o objectivo de reformular/ reorganizar esta área. Destacam-se, como principais resultados desta reestruturação, o término dos cursos preparatórios, a fundação dos cursos especiais e a introdução dos exames de admissão à escola⁸²⁸.

O período do Estado Novo

Com a ditadura militar e, posteriormente, o Estado Novo, os legisladores tentavam repor a “ordem” das diferentes classes profissionais e colocar “cada um no seu lugar”⁸²⁹. Logo em 1930 o título de engenheiro foi revisto pelo Decreto n.º 19 161, de 23 de Dezembro, passando a ser dada maior importância aos engenheiros diplomados pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa e pela FEUP, para além de que a defesa do título passa a abranger as colónias portuguesas⁸³⁰. Nesse ano a FEUP sofre uma reorganização⁸³¹, e no seguinte foi publicado o

Novembro de 1926; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute – *Universidade do Porto. Estudo orgânico-funcional (Modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo)*, p. 349.

⁸²⁶ O mesmo se passa com os restantes cursos. COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da – *Mineralogia, Geologia, Metalurgia e Arte de Minas no Ensino Industrial na Cidade do Porto*, p. 164.

⁸²⁷ Decreto n.º 11 089, de 17 de Setembro de 1925.

⁸²⁸ CARVALHO, António Cardoso Pinheiro – *O Arquitecto Marques da Silva e a arquitectura do Norte do país na primeira metade do séc. XX*, pp. 260-261; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute – *Universidade do Porto. Estudo orgânico-funcional (Modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo)*, p. 186-187.

⁸²⁹ Decreto n.º 20 328, de 21 Setembro de 1931.

⁸³⁰ Decreto n.º 19 161, de 23 de Dezembro de 1930.

⁸³¹ Passa a existir o Curso Complementar de Engenharia, destinado aos alunos diplomados pelos Institutos Industriais, e os Cursos Preparatórios para a matrícula no curso de Estado-Maior, para além dos cursos especiais de engenharia e algumas disciplinas de habilitação científica e técnica para os aspirantes a engenheiros maquinistas navais e a engenheiros fabris do exercito, já citados anteriormente. No entanto, no

Decreto n.º 20 328, de 21 de Setembro, que veio clarificar a finalidade dos Institutos Industriais, de modo a que a sua utilidade não fosse mais posta em causa⁸³² e onde mais uma vez é abordada a questão dos títulos profissionais. Em relação a este assunto pode ler-se que “um título profissional impreciso e incaracterístico acarreta inconvenientes para o equilíbrio geral e não menores prejuízos para os próprios diplomados. É indispensável que o título profissional não tenha exclusivamente um significado académico mais ou menos transcendente; importa mais do que tudo que ele aponte à consideração de toda a posição oficialmente reconhecida do profissional por uma designação a que a sociedade atribua o merecido e justo valor”⁸³³.

Nos Institutos Industriais e Comerciais deixaram de funcionar os Cursos Elementares de Construção Civil, de Auxiliar de Obras Públicas e de Montadores Industriais; dado “existirem escolas de ensino técnico profissional, foi considerado pela tutela que seria mais apropriado os referidos cursos serem aí professados”⁸³⁴. Com esta reforma o Instituto Industrial e Comercial do Porto passou a ministrar o curso de “Construções, Obras Públicas e Minas”, que conferia o título profissional de “Condutor de Obras Públicas e Minas”⁸³⁵. Retomava-se assim o título de “condutor”, que se destinava às pessoas formadas pelos Institutos Industriais. Os alunos formados por este novo curso estavam habilitados, segundo a lei, a trabalhar nos “lugares de condutores ou equiparados dos Ministérios do Comércio e das Colónias” mas também em “lugares de condutores ou equiparados da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, do Ministério do Comércio e correlativas do Ministério das Colónias”⁸³⁶.

Este é um período importante para as diversas classes de engenheiros. Nos inícios dos anos 30 realizaram-se dois congressos (o I Congresso Nacional de Engenharia⁸³⁷ e o I Congresso da

ano seguinte o Curso Complementar de Engenharia foi suprimido, de forma a dificultar o acesso destes ao curso superior de engenharia. Decreto n.º 21 328, de 21 de Outubro de 1931.

⁸³² Decreto n.º 20 328, de 21 de Setembro de 1931.

⁸³³ Preâmbulo do Decreto n.º 20 328 de 21 de Setembro de 1931. Diário do Governo. I Série, pp. 2070-2071.

⁸³⁴ COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da – *Mineralogia, Geologia, Metalurgia e Arte de Minas no Ensino Industrial na Cidade do Porto*, p. 123.

⁸³⁵ IDEM – *Ibidem*, pp. 123 e 166.

⁸³⁶ Decreto n.º 20 328, de 21 de Setembro 1931.

⁸³⁷ Este Congresso foi inaugurado a 7 de Junho de 1931, na Sociedade de Geografia de Lisboa, e foi promovido pela Associação Engenheiros Cívicos Portugueses. Contou com a colaboração da Associação dos Engenheiros do Norte de Portugal, com o Instituto Superior Técnico de Lisboa, com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e com os Cursos de Engenharia da Escola do Militar. A par deste congresso foi realizada uma exposição sobre a engenharia que se fazia em Portugal. Este congresso tinha como principal objectivo “discutir os problemas de carácter técnico-económico que interessam a Portugal”, “mostrar a vitalidade e o trabalho da Engenharia Portuguesa” e “desenvolver e elevar o culto da profissão do Engenheiro”, nele tendo papel de destaque os novos engenheiros que se batiam pela defesa do título. A

Indústria Portuguesa), promovidos por engenheiros, que representaram não só um marco importante na história da engenharia nacional como em todos os sectores da sociedade portuguesa.⁸³⁸

São de destacar também a publicação do texto constitucional de 1933 relativo às actividades económicas, sociais e culturais, em conjunto com os Decretos-Leis n.ºs 23 048 e 23 050, ambos de 23 de Setembro de 1933. O primeiro funda os “Estatutos do Trabalho Nacional” e o segundo cria os “Sindicatos Nacionais”. A conjugação destes três documentos leva à criação do Sindicato Nacional dos Arquitectos, através do qual “os arquitectos adquiriram novas e vãs esperanças de verem finalmente a sua classe reconhecida como parceira social e assim poderem assumir a designação de Ordem, alinhando-se pelas outras profissões liberais e afastando-se do que veio a ser legalmente imposto: a de sindicato de rápida conotação operária e de certa forma militante”⁸³⁹. Com a publicação deste último decreto, os arquitectos “foram definitivamente subalternizados [...] face aos outros profissionais, nomeadamente os engenheiros, que foram nitidamente favorecidos pelo regime em detrimento dos arquitectos, sobretudo pela elevada componente artística da formação destes últimos”⁸⁴⁰. Seguidamente, publica-se o Decreto n.º 23 661, de 10 de Março de 1934, que aprovou a alteração aos artigos n.ºs 2 e 6 do Decreto n.º 11 089, de 17 de Setembro de 1925, passando o diploma de arquitecto a ser passado sem que se tenham de realizar novas provas escolares. Em 1936, a Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes do Ministério da Instrução Pública promulga o regulamento do concurso do diploma de arquitecto, cuja tramitação ocorre pelo Decreto n.º 26 347, de 11 de Fevereiro desse ano⁸⁴¹.

Esta década foi também marcada pelo advento de novos materiais e técnicas construtivas, como o betão armado, que fez com que surgisse o “Regulamento do Betão Armado”, pelo Decreto n.º 25 948, de 16 de Outubro de 1935. Este novo regulamento veio permitir que os Agentes Técnicos de Engenharia pudessem executar os projectos, desde que “vigiados por

realização deste congresso representou sem dúvida o local de debate fundamental de todas as questões vigentes à época e serviu como momento de afirmação dos engenheiros e da sua classe profissional. ROLLO, Maria Fernanda – *Memória do I Congresso Nacional de Engenharia (1931)*. [Disponível em <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/memoria-do-i-congresso-nacional-de-engenharia-1931/>].

⁸³⁸ I Congresso da Indústria. Lisboa: AIP, 1933; I Congresso Nacional de Engenharia, in Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, n.os 669, 671, 673, 674, 675, 1931.

⁸³⁹ NETO, Maria João Mendonça e Costa Pereira – Processo de profissionalização da arquitectura em Portugal – da Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos à Ordem dos Arquitectos.

⁸⁴⁰ IDEM – *Ibidem*.

⁸⁴¹ Decreto n.º 26 347, de 11 de Fevereiro de 1936.

engenheiros civis”⁸⁴². Também neste novo regulamento, nos artigos 2.º e 4.º, relativos aos “projectos e direcção de obras”, refere, tal como o de 1918, que os projectos e direcção dos trabalhos deveriam ser executados por engenheiros civis⁸⁴³. Quanto à estrutura curricular dos cursos da FEUP, sofrem nova reformulação, adaptando-se à realidade e ao avanço tecnológico. Esta reforma irá perdurar até ao ano de 1955⁸⁴⁴. Ainda na área da engenharia, foi publicado o Decreto-Lei n.º 27 288, de 24 de Novembro de 1936, que permitia que as profissões liberais, que se organizavam em Sindicato Nacional, passassem a ter uma “Ordem”. Nascia assim a Ordem dos Engenheiros Portuguesa, sendo suspensa a actividade da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses⁸⁴⁵.

Já em finais da década de 30, as preocupações com a indefinição e a situação irregular da profissão dos construtores civis levou à publicação de uma portaria, datada de 29 de Outubro de 1935, que nomeia “uma comissão de técnicos para estudar uma solução que atendesse em justa medida à situação dos indivíduos que, não tendo as necessárias habilitações legais, se encontrassem exercendo em determinadas condições a profissão de construtor civil”. A comissão deste estudo elabora um relatório onde “realça a existência, especialmente no Porto e no Funchal, de muitos construtores em situação irregular”. Pelo facto de esta situação se verificar em elevado número, a comissão refere “não ser justo, nem oportuno, resolver o problema com rigidez”, sugerindo “que fossem considerados como construtores todos os profissionais que satisfizessem determinadas condições e provassem suficientemente a sua competência”⁸⁴⁶.

Na continuidade destas preocupações, a direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos redigiu o “Regulamento do Exercício das Profissões” (1938). Este documento contemplava o

⁸⁴² Decreto n.º 25 948, de 16 de Outubro de 1935.

⁸⁴³ Este regulamento, tendo por base as experiências de “dois regulamentos dos mais modernos, o italiano de 1932 e o projecto de 1934 de novas instruções da Associação Belga de Estandardização”, esclareceu “o que se acha estabelecido relativamente à elaboração de projectos e direcção de obras do betão armado”. Decreto n.º 25 948, de 16 de Outubro de 1935, p. 1495.

⁸⁴⁴ Com esta reorganização a Faculdade de Engenharia do Porto passou a fornecer os Cursos de Engenharia e os Cursos Complementares de Engenharia (Civil, Minas, Mecânica, Electrónica, Químico-Industrial), Cursos Preparatórios de Habilitação Científica e Técnica para os aspirantes a engenheiros maquinistas navais e engenheiros fabris do exército, e Curso Preparatório para a matrícula no Curso de Estado Maior. Decreto n.º 24 966, de 23 de Janeiro de 1935; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute – *Universidade do Porto. Estudo orgânico-funcional (Modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo)*, p. 357.

⁸⁴⁵ Decreto-Lei 23 050, de 23 de Setembro de 1933; *Estatutos de criação da Ordem dos Engenheiros*. Lisboa, [s.l.], 1936; NETO, Maria João Mendonça e Costa Pereira – *Processo de profissionalização da arquitectura em Portugal – da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos à Ordem dos Arquitectos*.

⁸⁴⁶ Decreto n.º 35 721, de 26 de junho de 1946.

exercício da profissão dos arquitectos, engenheiros e construtores e surge, segundo os próprios redactores, numa altura em “que a «falta de definição» desta matéria «destrói por completo, ou pelo menos transforma em simples teoria, a lei que regula o uso do título»”. Neste regulamento tentaram-se definir e classificar as funções das diferentes classes de técnicos da construção civil. Assim, a actividade do arquitecto “consiste na elaboração dos projectos de edificações, determinando nessa composição as suas proporções e distribuição e decoração e em dirigir e fiscalizar superiormente a execução das respectivas obras no sentido de assegurar, por parte de todos os que nela intervenham, directa ou indirectamente, a boa interpretação da obra d’arte que como compositor o arquitecto concebeu e projectou”. O exercício da profissão do engenheiro nas construções civis consiste “na preparação de estudos e projectos respeitantes à estabilidade dos edifícios, ao aproveitamento e transformação das forças e das matérias e sua adaptação às construções, mediante a utilização dos princípios e regras das ciências puras e aplicadas, e em dirigir e fiscalizar a execução dos trabalhos de construção correspondente”⁸⁴⁷.

Os anos 40 foram também fundamentais na Escola do Porto. Logo após a saída do arquitecto José Marques da Silva, contou com 3 novos directores: Aarão de Lacerda (1939 a 1945), Joaquim Lopes (1945 a 1952) e Carlos Ramos (1952 a 1968). Realça-se no entanto, a figura do arquitecto Carlos Ramos, de Lisboa. Carlos Ramos assume a docência na Escola entre 1940 e 1946, regressa à Escola de Belas-Artes de Lisboa para leccionar a disciplina de Urbanologia, retornando à Escola do Porto em 1947, onde permaneceu como professor até 1952, ano em que assume a sua direcção. Este arquitecto reformulou o corpo docente, tendo sido por sua iniciativa que alguns arquitectos de relevo foram convidados a leccionar neste estabelecimento⁸⁴⁸. O ensino praticado por este novo corpo docente baseou-se nos princípios do Movimento Moderno, ao qual acrescentaram as suas experiências, trazidas pelas leituras dos escritos internacionais, mas também, pelas práticas operacionais dos CIAM. Ao mesmo tempo, este corpo docente incentivava ao estudo da arquitectura vernacular, na tentativa de aproximar a arquitectura à realidade portuguesa⁸⁴⁹. Foi também durante o período em que Carlos Ramos esteve à frente da Escola que se assistiu a um maior número de CODA⁸⁵⁰.

⁸⁴⁷ RIBEIRO, Ana Isabel de Melo – *Arquitectos portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953*, pp. 198 e 477.

⁸⁴⁸ Entre eles contam-se Fernando Távora, Octávio Lixa Felgueiras, João Andersen, José Carlos Loureiro, Viana de Lima e o historiador e crítico de arte Artur Nobre Gusmão.

⁸⁴⁹ FERREIRA, Nuno Paulo Soares – *Entrepasto Frigorífico do Peixe de Massarelos. Um dos ícones da arquitectura modernista portuense*, p. 57; QUINAZ, Marta Isabel Ferreira Alves – *Da folha à raiz. Januário Godinho – Fernando Távora – Álvaro Siza Vieira. Um passeio pelo mundo orgânico*. Prova Final de

Tal como vinha a acontecer com outras classes profissionais, também o “Grémio Técnico Português” em 1942 passou a designar-se “Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores”, tendo funcionado como tal até 1974. Este sindicato representava todos os diplomados dos Institutos Industriais⁸⁵¹. Em 1946 foi publicado o Decreto-Lei n.º 35 721, de 26 de Junho, que pretendia solucionar por via legislativa diversos problemas e regulamentar o “exercício da profissão dos construtores civis”. Ficou definido que “a profissão de construtor civil compete, dentro das limitações próprias das suas aptidões legais, aos indivíduos diplomados com cursos que a ela habilitem, professados em escolas oficiais portuguesas ou em escolas estrangeiras a que haja sido concedida equiparação, salvo os casos especiais previstos neste diploma”. Poderiam exercer a profissão de construtor civil, mas a título excepcional, todos os indivíduos que até 31 de Dezembro desse ano “tenham obtido a sua inscrição para esse efeito na Secretaria Geral do Ministério das Obras Públicas e Comércio” e provassem estar aptos a exercer essa profissão⁸⁵².

No ano de 1947 publicou-se a Lei n.º 2025, de 15 de Junho, adaptada à realidade do pós-guerra e à crescente necessidade de mão-de-obra especializada para as colónias portuguesas. Esta lei veio reforçar o que já vinha decretado desde 1931, que os Institutos Industriais⁸⁵³ se “destinavam a formar Auxiliares de Engenharia e Chefes de Indústria, nas componentes prática e teórica dos seus cursos, através de trabalhos gráficos, de laboratório e de oficinas” e que estes institutos passam a ter como cursos base apenas três (Eletrotécnica e Máquinas, Construções Cíveis e Minas, e Química Industrial), para além dos Cursos de Aperfeiçoamento e de Especialização⁸⁵⁴. Ficou ainda determinado que todos os diplomas de qualquer curso leccionado pelos Institutos Industriais davam direito ao título profissional de “Agente Técnico

Licenciatura em Arquitectura e apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2005, pp. 62-64. RODRIGUES, Inês Lima – *Quando a habitação colectiva era moderna desde Portugal e outros territórios de expressão portuguesa 1940-1977*, p. 16.

⁸⁵⁰ FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral dos Santos – *A Escolha do Porto: Contributos para a actualização de uma ideia de Escola*, pp. 69-76; 267-273.

⁸⁵¹ GUEDES, Augusto Ferreira (org.) – *Contributos para a história dos engenheiros técnicos portugueses*, p. 9.

⁸⁵² Decreto-Lei n.º 35 721, de 26 de Junho de 1946.

⁸⁵³ Entretanto, o Decreto n.º 22 739, de 26 de Junho de 1933 extinguiu definitivamente, após várias tentativas, o Instituto Industrial e Comercial do Porto e, separando o ensino industrial e comercial, foram fundados o Instituto Industrial e Instituto Comercial. Em 1974 os Institutos Industriais foram transformados em Institutos Superiores (Decreto n.º 830/74, de 31 de Dezembro) e no ano seguinte o Instituto Industrial do Porto passou a designar-se de Instituto Superior de Engenharia do Porto.

⁸⁵⁴ Lei n.º 2025, de 19 de junho de 1947, p. 573; COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da – *Mineralogia, Geologia, Metalurgia e Arte de Minas no Ensino Industrial na Cidade do Porto*, p. 168.

de Engenharia”. Anos mais tarde, e com a publicação dos Decretos n.ºs 38 031 e 38 032, de Novembro de 1950, definiu-se que “nenhum outro estabelecimento de ensino técnico particular que não ministrasse ensino paralelo ao dos institutos podia usar essa denominação” e que os “institutos industriais são estabelecimentos de ensino médio especial e têm por função preparar auxiliares de engenharia e técnicos para as indústrias”⁸⁵⁵. Ainda, pela Lei n.º 2025, de 15 de Junho de 1947, foi criado o Curso de Mestrança, que se destinava “a dar instrução geral e técnica necessária aos operários, com habilitação suficiente, que trabalhem nas profissões dos ramos relativos a esses cursos e que pretendam vir a exercer funções de contramestres, mestres e chefes de oficinas”. Este curso era ministrado em paralelo com o exercício da actividade profissional, salvo algumas excepções, e funcionava nas escolas dos grandes centros industriais⁸⁵⁶. O curso viria a conhecer uma série de disposições legais, como por exemplo o Decreto n.º 37 029, de 25 de Agosto de 1948, que promulga o “Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial”, sendo neste contexto estabelecidas normas para os cursos de ciclo preparatório, cursos complementares de aprendizagem, cursos de formação, cursos de aperfeiçoamento, e cursos de mestrança⁸⁵⁷. Realça-se ainda o facto de a antiga “Associação dos Mestres Construtores Cíveis do Porto – Associação de Classe”, que representa os mestres construtores, em 1952 ter passado a designar-se “Grémio Regional dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte”⁸⁵⁸.

Tal como a engenharia, também a arquitectura não se alheava do aparecimento de novos materiais e técnicas. Consequentemente, aplicam-se a ela o Decreto-Lei n.º 36 507, de 17 de Setembro de 1947 e o Decreto-Lei n.º 36 836, de 10 de Maio de 1948, que propunham introduzir matérias de teor técnico nos currículos dos cursos de arquitectura⁸⁵⁹. Esta reforma não foi bem recebida por parte dos engenheiros, que a contestaram, daí resultando “o agudizar da polémica entre os engenheiros e os arquitectos”⁸⁶⁰. Recorde-se que estas reformas ocorreram no período em que se realiza o 1.º Congresso Nacional de Arquitectura (1948), em que as questões relacionadas com o ensino e com a profissionalização não ficaram esquecidas,

⁸⁵⁵ COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da – *Mineralogia, Geologia, Metalurgia e Arte de Minas no Ensino Industrial na Cidade do Porto*, p. 125.

⁸⁵⁶ Lei n.º 2025, de 15 de Junho de 1947, p. 573.

⁸⁵⁷ Decreto n.º 37029, de 25 de Agosto de 1948, pp. 844-911.

⁸⁵⁸ Sobre esta Associação veja-se a informação: *Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas*. [Disponível em <http://www.aiccopn.pt/>].

⁸⁵⁹ Ainda nesta década e como forma de enriquecimento do curso de arquitectura, foram criadas as cadeiras de Urbanologia (15.ª cadeira) e Projectos e obras de urbanização (16.ª cadeira) através do Decreto n.º 34 607, de 15 de Maio de 1945.

⁸⁶⁰ NETO, Maria João Mendonça e Costa Pereira – *Processo de profissionalização da arquitectura em Portugal – da Real Associação dos Arquitectos Cíveis e Arqueólogos à Ordem dos Arquitectos*.

encontrando-se explicitas em alguns temas propostos (“A Arquitectura no Plano Nacional” e o “Problema Português da Habitação”)⁸⁶¹. No entanto, a grande reforma nas escolas de Belas Artes apenas viria a ocorrer com publicação da Lei n.º 2043, de 10 de Julho de 1950. Esta nova reforma insere-se na reorganização das Escolas Superiores, passando as Escolas de Belas-Artes à categoria de Escolas Superiores⁸⁶².

⁸⁶¹ Este Congresso foi realizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, na Sociedade Nacional de Belas Artes, em Lisboa, entre 28 de Maio a 4 de Junho de 1948. Realça-se a importância deste tema no congresso pelas seguintes comunicações: “Da função do arquitecto e dos factores que intervêm na sua má orientação” (Ernâni Nunes Soares), “A formação dos arquitectos” (Francisco Keil do Amaral), “O ensino da arquitectura em Portugal” (José Manuel F. M. Galhardo Zilhão), “O ensino da arquitectura em Portugal” (Cândido Palma Teixeira de Melo e Francisco da Conceição Silva), “Do ensino ao exercício da profissão” (João Simões e Francisco de Castro Rodrigues), “Do julgamento dos projectos de arquitectura” (Porfírio Pardal Monteiro), “Do arquitecto e dos críticos da arquitectura e da crítica” (Fortunato Cabral), “Os regulamentos da construção urbana e sua repercussão nas soluções modernas” (António Guilherme Matos Veloso), “Aspectos morais e materiais do exercício da profissão de arquitecto” (José Ângelo Cottinelli Telmo), “Correcções ao regulamento dos honrários dos arquitectos” (Fernando da Cunha Leão), “Tarefas do arquitecto” (Mário Bonito), “A profissão de arquitecto nas colónias” (João Simões), “Da necessidade de especialização do arquitecto” (I. Peres Fernandes) e “Indústria e construção” (Arménio Losa). *1.º CONGRESSO NACIONAL DE ARQUITECTURA. MAIO/JUNHO DE 1948. PROMOVIDO PELO SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS COM O PATROCÍNIO DO GOVERNO*. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e votos do congresso.

⁸⁶² Estas escolas passavam a leccionar o curso de Arquitectura, Pintura e Escultura. Quanto ao curso de Arquitectura, para se ingressar nele era exigida aprovação às disciplinas do 3.º ciclo liceal e a posse do curso geral dos liceus ou dos cursos de Ensino Profissional Industrial e Comercial ou ainda a aprovação aos exames de História, Filosofia e Organizações Políticas e Administrativas da Nação do 7.ª ano liceal. Quanto à duração do curso era de 6 anos distribuídos por 3 ciclos. Após aprovação nas disciplinas do curso era exigido um estágio em obras oficiais ou privadas e orientado por um arquitecto, após o qual o aluno era submetido a uma prova final para obter o diploma. Lei n.º 2043, de 10 de Julho de 1950.

VI.2. Objectivos específicos

Foram objectivos específicos deste capítulo:

- Caracterizar os processos de licenciamento de obras relativamente aos seus encomendantes;
- Caracterizar os processos de licenciamento relativamente à identificação, número e profissões dos directores de obra e autores dos projectos de arquitectura e de engenharia;
- Estudar a evolução temporal das características dos processos em termos de encomenda, direcção e autoria;
- Identificar os directores de obra e autores dos projectos de arquitectura e de engenharia em termos de nome, profissão e número de obras em que participam;
- Analisar a coincidência entre encomendantes, directores de obra e autores dos projectos de arquitectura e de engenharia.

VI.3. Metodologia específica

Os principais aspectos metodológicos específicos deste capítulo prendem-se com o completamento e uniformização dos elementos de identificação (nome e/ou profissão) dos intervenientes: requerentes, directores de obra e autores dos projectos de especialidade. Para o preenchimento de informações em falta foram utilizadas as referidas noutros processos; quer este processo de completamento de dados quer a sua uniformização implicaram também a consulta de outras fontes: GISA, gisaweb⁸⁶³, Livros de Registo de Inscrição de Técnicos⁸⁶⁴, Inventário Alumni (1836-1957)⁸⁶⁵, a página electrónica de José Francisco Ferreira Queiroz⁸⁶⁶, e as teses e dissertações de Maria Pires⁸⁶⁷, Alexandra Trevisan⁸⁶⁸ e Catarina Bomba⁸⁶⁹.

Note-se a existência de obras com mais do que um técnico responsável por determinada função, bem como alguns técnicos possuírem dupla formação, casos em que foi considerada a participação ou não na obra de um técnico com determinada profissão. A análise foi baseada na identificação de pelo menos um profissional de determinada área estar envolvido na direcção ou autoria dos projectos para cada obra dado o interesse em analisar a relevância de cada grupo profissional para a habitação na cidade do Porto no período estudado.

⁸⁶³ <http://gisaweb.cm-porto.pt/>.

⁸⁶⁴ Estes livros encontram-se depositados no Arquivo Geral da Câmara e iniciam-se no ano de 1941. Cada livro encontra-se dividido em diversos processos e após o ano de 1946 os livros correspondem aos anos duplos (1947/1948; 1949/1950; 1951/1952;...). CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO. – D.S.U.O. – *Registo de Inscrição de Técnicos. Edificações Urbanas*. 1941. L/E 260; CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – D.S.U.O. – *Registo de Inscrição de Técnicos. Edificações Urbanas*. 1942/43. L/E 261; CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – D.S.U.O. – *Registo de Inscrição de Técnicos. Edificações Urbanas*. 1944/45. L/E 262; CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – D.S.U.O. – *Registo de Inscrição de Técnicos. Edificações Urbanas*. 1946. L/E 263; CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – D.S.U.O. – *Registo de Inscrição de Técnicos. Edificações Urbanas*. 1947/48. L/E 264.

⁸⁶⁵ Inventário Alumni (1836-1957) da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto. [Disponível em <http://sdi.fba.up.pt/>].

⁸⁶⁶ <http://www.queirozportela.com/perfis.htm>.

⁸⁶⁷ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*.

⁸⁶⁸ PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *Influências internacionais na Arquitectura Moderna no Porto (1926-1956)*.

⁸⁶⁹ BOMBA, Catarina Leonor Guerreiro – *Avenida Marechal Gomes da Costa; Porto e a Arquitectura dos anos 30*.

Sempre que um processo incluía a figura de “pelo requerente” e não identificava a autoria do projecto de arquitectura, esta foi considerada como autor do projecto de arquitectura, desde que a sua profissão fosse relacionada com a construção civil. Esta opção metodológica baseou-se, primariamente, no conhecimento empírico de que a delegação de competências do futuro proprietário num técnico era habitualmente coincidente com esse técnico ser o responsável pelo projecto arquitectónico. A adequação desta abordagem foi confirmada pela comparação das duas figuras nos casos em que ambas eram identificadas, tendo-se verificado que, nesses processos, a autoria do projecto de arquitectura era da responsabilidade do técnico que assumia a função de “pelo requerente”.

Quando se procedeu à análise geral dos dados, a categoria “engenheiros” incluiu todos os profissionais com esta formação, independentemente da sua especialidade, bem como os técnicos identificados como “engenheiros auxiliares” ou “condutores de obras públicas”. Como justificação para a consideração conjunta destes grupos, veja-se a compilação de aspectos legislativos apresentada na introdução deste capítulo. Na identificação individual dos técnicos foi considerada a totalidade da informação sobre a sua profissão.

Também em termos de análise geral, apenas se considerou um técnico como “construtor civil” quando não era indicada concomitantemente outra profissão relacionada com a construção civil (por exemplo “engenheiro” ou “mestre de obras”). Sempre que uma profissão específica era indicada, foi essa a considerada, sendo que esta opção se prende igualmente com questões apresentadas na introdução sobre a legislação e regulamentação das profissões e actividades.

VI.4. Resultados

VI.4.1. Os encomendantes/ requerentes

Quando analisados os processos de licenciamento de obras relativos à construção de casas de raiz para a cidade do Porto entre 1900 e 1948, verificou-se que, dos 6249 processos analisados seis não possuíam o nome do requerente da obra e em três não era possível identificar o número total de requerentes por falta de informação (por exemplo: “entre outros”). Na quase totalidade dos casos existia apenas um requerente, sendo o número máximo identificado de seis (Tabela 11).

Número de requerentes	n (%)
1 requerente	6125 (98,0)
2 requerentes	98 (1,6)
3 requerentes	11 (0,2)
4 requerentes	3 (0,0)
5 requerentes	2 (0,0)
6 requerentes	1 (0,0)
Número desconhecido	9 (0,1)

Tabela 11. Número de requerentes

Quanto à origem da encomenda, encontrámos, conforme apresentado na tabela 12, oito categorias. Na sua maioria as encomendas eram de iniciativa privada, seguindo-se a encomenda por sociedades, cooperativas e companhias ligadas à promoção da habitação e por empresas ou entidades comerciais

Categorias	n (%)
Privado	5791 (92,7)
Sociedade, cooperativa ou companhia de habitação	380 (6,1)
Empresa ou entidade comercial	59 (0,9)
Finanças	4 (0,1)
Seguros	4 (0,1)
Associação mutualista	3 (0,0)
Entidade de assistência religiosa	2 (0,0)
Desconhecido	6 (0,1)

Tabela 12. Categorias de encomendantes

No que concerne às entidades ligadas à promoção da habitação, foram encontradas 15 diferentes. Na Tabela 13 identificam-se estas entidades, o seu período de intervenção e o número de processos correspondentes. Destaca-se a Cooperativa “O Problema da Habitação”, a que correspondem mais de três em cada quatro destes casos.

Nome da entidade	Período de intervenção	n
Cooperativa “O Problema da Habitação”	1927 a 1948	300
Cooperativa “O Lar Familiar”	1945 a 1948	24
Companhia de Ambaca	1934 a 1938	13
Sociedade Portuense de Urbanização, Lda.	1925 a 1930	11
Companhia de Fomento Colonial	1935 a 1940	7
Companhia Geral de Construções Económicas	1909 a 1912	7
Sociedade Nacional de Construções do Norte de Portugal	1932	6
Sociedade Cooperativa “Edificadora Previdente”	1947 a 1948	3
Sociedade Cooperativa “O Nosso Lar”	1940	2
Sociedade de Administração e Construções Económicas, Lda. (SACEL; posteriormente, designada de Sociedade de Urbanismo do Porto, S.A.R.L.)	1948	2
Companhia Portuense de Casas Económicas	1920	1
Sociedade Técnica de Construções, Lda.	1924	1
Cooperativa Nacional de Construções	1932	1
Cooperativa Moradia Portuguesa	1948	1
Sociedade Cooperativa “A Casa Lusitana”	1948	1

Tabela 13. Sociedades, cooperativas e companhias ligadas à promoção da habitação

É de realçar a encomenda por este tipo de entidades apenas ter tido início em 1909, prolongando-se até ao final do período estudado. Veja-se na Tabela 14 o número total de

licenças por período e o número e proporção correspondentes para as licenças requeridas por sociedades, cooperativas e companhias.

Período	1900 a 1909	1910 a 1919	1920 a 1929	1930 a 1939	1940 a 1948
Total n	995	946	1435	1891	982
Entidades ligadas à habitação n (% do total)	2 (0,2)	5 (0,5)	15 (1,0)	64 (3,4)	294 (29,9)

Tabela 14. Número e proporção de licenças por período: total e requeridas por entidades ligadas à habitação

A encomenda feita por sociedades, cooperativas e companhias ligadas à promoção da habitação aumenta ao longo do período em estudo, atingindo proporções mais elevadas na década de 40 (quase três em cada dez).

Este tipo de encomenda revela-se importante não só pelo número de processos a ela associados como pelas tipologias específicas que mais representam: “as construções económicas” ou do “tipo económica”. Nestes casos, encontra-se sempre a identificação de que o futuro residente da habitação é sócio da entidade.

Os requerentes ligados ao ramo dos negócios merecem também algum relevo, dada a sua frequência absoluta. Neste campo incluem-se o comércio e as empresas, firmas e indústrias de diferentes áreas e modalidades. As entidades requerentes de mais do que uma obra foram: a firma Ferreira & Filhos Lda. (n = 5), a Empresa Concreto Lda. (n = 4), a Casimiro & Irmãos (n = 3) e a Álvaro d'Azevedo Meirelles & Filhos Lda. (n = 2).

Em termos de caracterização profissional dos requerentes, a maioria dos processos (n = 5944; 95,1%) não incluía qualquer informação. Da análise da informação constante nos restantes 305 processos (4,9% do total) é de salientar que, a par da grande variedade de actividades, pelo elevado número de casos que lhes corresponde destacam-se os mestres de obras, os comerciantes/negociantes e os industriais, e os engenheiros de diversas especialidades. Mais relevante, porém, é notar que quase metade dos encomendantes (n = 144; 47,2%) tinham profissões ligadas à construção civil. A Tabela 15 apresenta as frequências absolutas das profissões dos encomendantes de acordo com a informação disponível nos processos de licenciamento.

Profissão (encomendante/ requerente)	n
mestre de obras	72
comerciante/ negociante	53 ⁽¹⁾
engenheiros (diversas especialidades)	39 ^(2; 3)
industrial	38 ⁽¹⁾
médicos (diversas especialidades)	18 ⁽⁴⁾
arquitecto	16
construtor civil	11
militares e forças policiais	11 ⁽³⁾
advogado/ oficial	6
capitalista	5
empregado comercial	5
professor (liceu/ ensino superior)	5 ^(2; 4)
abade/ padre; banqueiro; carpinteiro; funcionário público; mestre pedreiro; socorrista; solicitador	2 (cada profissão)
agricultor; alfaiate; barbeiro; carteiro; chapeleiro; empregado dos caminhos-de-ferro; empreiteiro; jardineiro; porteiro; sócio de cooperativa; taxista; trolha; vereador municipal; “visconde”	1 (cada profissão)

(1) Um requerente era simultaneamente comerciante e industrial; (2) um requerente era simultaneamente engenheiro e professor; (3) um requerente era simultaneamente engenheiro e capitão; (4) um requerente era simultaneamente médico e professor.

Tabela 15. Profissões dos encomendantes

Em cerca de metade dos casos analisados (n = 3188; 51,0%) o processo de licenciamento de obras foi apresentado por uma outra pessoa (em seis casos, duas pessoas), representante legal do requerente/ encomendante, que surge no processo referido como “pelo requerente”. Foi frequente estes representantes serem técnicos que assumem a direcção de obra ou aos autores dos projectos⁸⁷⁰, em quem os proprietários delegam competências. Da totalidade das figuras de “pelo requerente” (3194, dado que em seis processos há duas pessoas com esta atribuição de competências), em 2039 (63,8%) este é alguém com uma actividade ligada à arquitectura e construção civil (nomeadamente arquitectos, engenheiros, mestres de obras, construtores civis ou desenhadores). Na maioria dos restantes casos (n = 1002; 31,4%) não é conhecida a sua profissão, sendo que apenas 153 destas pessoas (4,8%) surgem identificadas como tendo uma profissão não ligada à construção (como comerciantes, capitalistas ou proprietários).

⁸⁷⁰ Recorde-se a opção metodológica, e respectiva justificação, de considerar o “pelo requerente” autor do projecto de arquitectura nos casos a sua profissão fosse relacionada com a construção civil.

VI.4.2. Técnicos

VI.4.2.1. Directores de obra

Da análise efectuada aos 6249 processos de licenciamento de obras verificou-se que em 5500 (88,0%) apareceu reportada a figura do técnico responsável ou director de obra. Na Tabela 16 apresentam-se as proporções de ausência de referência nos processos ao técnico responsável ou director de obra.

Período	1900 a 1909	1910 a 1919	1920 a 1929	1930 a 1939	1940 a 1948
Identificação do director de obra	97,7%	69,2%	70,0%	99,8%	99,9%

Tabela 16. Identificação do director de obra, por período

Verifica-se que a falta desta informação ocorre essencialmente nas décadas de 10 e 20. Nestes dois períodos (1910 a 1919 e 1920 a 1929) a proporção de processos sem indicação do técnico responsável é de aproximadamente 2,5 vezes a do total (12,0%). Pelo contrário, nos restantes períodos, esta informação encontra-se ausente de apenas uma pequena proporção dos processos.

Na maioria dos casos (n = 5224; 83,6% do total de projectos) havia um único director de obra; em 256 processos (4,1%) estavam registados dois, em 17 processos (0,3%) três, e em três processos (0,0%) quatro técnicos responsáveis.

Em apenas 83 casos (1,5% dos 5500 com identificação do director de obra) o técnico responsável era o próprio encomedante, sendo a figura de “pelo requerente” mais frequentemente coincidente com a do director de obra (n = 1048; 19,1%). Quanto à relação entre a função de director de obra com a de outros técnicos, verificou-se que em cerca de dois terços dos processos (n = 3686; 67,0%) o director de obra (ou um dos directores, no caso de haver mais do que um técnico com esta função) acumulava o cargo de responsável pelos projectos de arquitectura e/ou de engenharia. A situação mais comum era o director de obra ser autor do projecto de arquitectura (n = 3298; 60,0%), sendo menos frequente a autoria de

ambos os projectos (arquitectura e engenharia; $n = 374$; 6,8%)⁸⁷¹ e muito escassas as situações em que era autor apenas do projecto de engenharia ($n = 14$; 0,3%). Note-se que as percentagens apresentadas foram calculadas em função do total de processos com identificação do director de obra, apesar do menor número de casos em que há identificação da autoria do projecto de arquitectura e, sobretudo, do de engenharia.

Embora não seja objectivo estudar exhaustivamente a relação dos requerentes com os técnicos responsáveis pela direcção de obra, esta análise foi efectuada, pela sua especificidade, no caso de a encomenda ser feita por sociedades ou cooperativas ligadas à habitação. Os técnicos responsáveis por maior número de obras estão associados à Cooperativa “O Problema da Habitação”, dada a predominância desta cooperativa face às restantes. São eles os arquitectos Aucíndio Ferreira dos Santos ($n = 34$), João Queirós ($n = 21$) e Mário Carlos Barbosa Ferreira ($n = 21$) e o engenheiro auxiliar de construções civis e obras públicas Joaquim Mendes Jorge ($n = 17$). De um modo geral é frequente um número restrito de técnicos ser responsável pela direcção de obras requeridas por determinada cooperativa, conforme se pode observar nos Apêndices 6, 7 e 8, onde estão identificados os técnicos associados a este tipo de requerente (respectivamente: directores de obra, autores dos projectos de arquitectura, e autores dos projectos de engenharia).

Estudou-se a participação de técnicos com diferentes formações ou actividades enquanto técnicos responsáveis ou directores de obra. A Tabela 17 apresenta os resultados desta análise, por período e em termos globais. As percentagens apresentadas referem-se ao total de processos de licenciamento em que é referida explicitamente a figura do director de obra.

Grupo profissional	1900 a 1909 [n = 972]	1910 a 1919 [n = 655]	1920 a 1929 [n = 1005]	1930 a 1939 [n = 1887]	1940 a 1948 [n = 981]	TOTAL [n = 5500]
Mestre de obras	70,9%	96,3%	78,1%	24,9%	22,0%	50,7%
Engenheiro	29,1%	7,2%	9,3%	37,7%	32,2%	26,4%
Arquitecto	0,6%	4,3%	14,3%	41,9%	47,3%	26,1%
Construtor civil	0,0%	1,1%	2,0%	0,5%	1,2%	0,9%
Desconhecido	0,4%	1,5%	0,1%	1,1%	0,2%	0,7%

Tabela 17. Proporção de obras com participação de diferentes grupos profissionais como directores de obra

⁸⁷¹ Nestes casos a autoria dos dois projectos poderia estar a cargo de técnicos diferentes, no caso de existir mais do que um director de obra.

Verifica-se que a proporção de construtores civis e de técnicos com profissão desconhecida é muito reduzida. Cerca de metade das obras contaram com um mestre de obras na sua direcção, sendo este o grupo profissional mais representado. Os engenheiros e os arquitectos eram referidos em aproximadamente um em cada quatro processos. Relativamente a estes três grupos profissionais verificam-se grandes discrepâncias quando analisados os diferentes períodos. A representação dos mestres de obras é muito elevada nos primeiros três períodos, chegando a atingir uma proporção superior a 19 em cada 20 obras entre 1910 e 1919. Já os engenheiros têm uma participação mais expressiva na direcção de obras no primeiro período estudado (1900 a 1909) e nos dois últimos (1930 a 1948). A proporção de projectos em que há pelo menos um arquitecto referenciado como técnico responsável aumenta ao longo dos cinco períodos, tendo sido dos anos 20 para os anos 30 que se verificou um maior aumento.

A análise dos directores de obra resultou na identificação de 409 técnicos diferentes com esta função. O Apêndice 9 apresenta a listagem completa dos técnicos identificados e respectivo número de obras, que varia entre uma e 292. Na Tabela 18 apresentam-se apenas os mais representativos [que assinam um total de 55 ou mais processos ou seja, pelo menos 10% do número total de processos (4765) com identificação deste interveniente]. Salientam-se, enquanto reponsáveis por mais de duas centenas de obras cada, o engenheiro auxiliar de construções civis e obras públicas Joaquim Mendes Jorge ($n = 292$), o condutor de obras públicas Estevão Eduardo Augusto de Parada e Silva Leitão ($n = 250$), o engenheiro José Ribeiro da Silva Lima Júnior ($n = 238$) e os mestres de obras Manoel Ferreira Ribeiro ($n = 236$) e Francisco dos Santos Silva ($n = 227$).

Nome	Profissão	n
Joaquim Mendes Jorge	engenheiro auxiliar de construções civis e obras públicas	292
Estevão Eduardo Augusto de Parada e Silva Leitão	condutor de obras públicas	250
José Ribeiro da Silva Lima Júnior	engenheiro	238
Manoel Ferreira Ribeiro	mestre de obras	236
Francisco dos Santos Silva	mestre de obras	227
Aucindio Ferreira dos Santos	arquitecto	185
Carlos Nogueira Pontes	mestre de obras	185
Mário Augusto Ferreira de Abreu	arquitecto	165
António Pereira da Silva	mestre de obras	126
José Coelho de Freitas	mestre de obras	100
João Queirós	arquitecto	87
Manoel Domingues dos Santos	mestre de obras	82
Inácio Pereira de Sá	arquitecto e mestre de obras	72
José Francisco Duarte	mestre de obras	66
António Alla	engenheiro civil	65
José Ferreira Penêda	arquitecto	65
Júlio José de Brito	arquitecto e engenheiro civil	63
Francisco Pinto de Castro	condutor de obras públicas	59
Domingos da Silva Leça	mestre de obras	56
Licínio Guimarães	condutor de obras públicas	56

Tabela 18. Técnicos responsáveis por maior número de direcções de obra

Concordantemente com a análise apresentada em termos de proporção de obras em que participam técnicos com diferentes profissões na qualidade de director de obra, a classe mais representada é a dos mestres de obras ($n = 196$). Seguem-se os engenheiros de diversas especialidades e formações ($n = 105$) e os arquitectos ($n = 76$). Note-se que, conforme já referido, alguns técnicos tinham dupla formação.

VI.4.2.2. Projectos de especialidade (arquitectura e engenharia)

A autoria do projecto de arquitectura encontra-se identificada em 76,3% ($n = 4765$) dos processos. Apesar de a autoria do projecto de arquitectura ser maioritariamente da responsabilidade de apenas um técnico, é de salientar que a proporção de casos com autoria ser partilhada por dois ou mais técnicos ultrapassa os 10% (Tabela 19).

Número de autores (projecto de arquitectura)	n (%)
1 autor	4198 (88,1)
2 autores	476 (10,0)
3 autores	31 (0,7)
4 autores	47 (1,0)
5 autores	12 (0,3)
6 autores	1 (0,0)

* Frequências relativas calculadas em função do total de processos com identificação da autoria do projecto.

Tabela 19. Número de autores do processo de arquitectura

A proporção de processos com identificação da autoria do projecto de arquitectura é apresentada na Tabela 20.

Período	1900 a 1909	1910 a 1919	1920 a 1929	1930 a 1939	1940 a 1948
Identificação da autoria (projecto de arquitectura)	45,3%	45,0%	71,2%	99,6%	100,0%

Tabela 20. Identificação da autoria do projecto de arquitectura, por período

Até 1919 a proporção era inferior a metade, tendo aumentado consideravelmente na década de 20; na década seguinte registou-se um aumento ainda mais relevante, para um valor próximo da totalidade dos casos, que seria atingido nos anos de 1940 a 1948.

Os resultados referentes à participação de técnicos com diferentes formações ou actividades enquanto responsáveis pelo projecto de arquitectura é apresentado na Tabela 21, por período e na globalidade. As frequências relativas apresentadas referem-se ao total de processos de licenciamento em que é identificada a autoria do projecto.

Grupo profissional	1900 a 1909 [n = 451]	1910 a 1919 [n = 426]	1920 a 1929 [n = 1022]	1930 a 1939 [n = 1884]	1940 a 1948 [n = 982]	TOTAL [n = 4765]
Mestre de obras	61,1%	67,4%	64,7%	24,1%	23,2%	40,0%
Arquitecto	21,7%	22,3%	26,8%	47,8%	50,2%	39,8%
Engenheiro	28,4%	17,4%	13,5%	37,8%	29,8%	28,2%
Construtor civil	4,2%	9,2%	10,3%	4,2%	9,7%	7,1%
Desenhador	15,5%	10,1%	0,8%	0,1%	0,0%	2,6%
Empreiteiro	7,5%	4,2%	0,4%	0,1%	0,0%	1,2%
Mestre pedreiro	1,8%	0,2%	0,1%	0,1%	0,0%	0,2%
Desconhecido	3,5%	6,3%	2,3%	2,0%	0,7%	2,3%*

* Inclui dois casos em que a profissão referida era “negociante”, dado não ser clara a relação com a obra.

Tabela 21. Proporção de obras com participação de diferentes grupos profissionais como autores dos projectos de arquitectura

Os dois grupos profissionais mais representados são os mestres de obras e os arquitectos. No entanto, enquanto que a participação dos mestres de obras nos projectos de arquitectura diminui bastante da década de 20 para a de 30 (de proporções superiores a 60% para valores inferiores a 25%), a dos arquitectos aumenta na mesma altura (de cerca de um em cada quatro processos para aproximadamente metade). A proporção de casos em que se verificou a participação de engenheiros é também relevante, salientando-se as proporções mais baixas (menos de 20%) entre os anos 1910 e 1929 e mais elevada (quase 40%) na década de 30. A evolução temporal da participação dos construtores civis é variável, estando este grupo envolvido na autoria dos projectos de arquitectura em cerca de 7% dos casos. Apesar da proporção globalmente diminuta de outros grupos, é de notar que os valores referentes aos empreiteiros e aos mestres pedreiros se aproximam de zero a partir, respectivamente, da década de 20 e da década de 10, e que estes dois grupos, bem como o dos desenhadores, não são referidos como autores de qualquer projecto de arquitectura no último período estudado.

Foram identificados 503 autores responsáveis pelos projectos de arquitectura (veja-se o Apêndice 10, onde se apresenta a listagem completa dos técnicos identificados e respectivo número de obras, que varia entre uma e 286). Na Tabela 22 apresentam-se apenas os técnicos que assinam pelo menos 48 projectos de arquitectura [pelo menos 10% do número total de processos (4765) com identificação deste interveniente]. Os técnicos com maior número de projectos de arquitectura são o engenheiro auxiliar de construções civis e obras públicas Joaquim Mendes Jorge (n = 286), o engenheiro José Ribeiro da Silva Lima Júnior (n = 237) e

os arquitectos Aucíndio Ferreira dos Santos (n = 214) e Mário Augusto Ferreira de Abreu (n = 172).

Nome	Profissão	n
Joaquim Mendes Jorge	engenheiro auxiliar de construções civis e obras públicas	286
José Ribeiro da Silva Lima Júnior	engenheiro	237
Aucíndio Ferreira dos Santos	arquitecto	214
Mário Augusto Ferreira de Abreu	arquitecto	172
Carlos Nogueira Pontes	mestre de obras	129
José Coelho de Freitas	mestre de obras	129
Inácio Pereira de Sá	arquitecto e mestre de obras	122
Amândio Duarte Pinto	engenheiro auxiliar	116
José de Vasconcellos Lima Júnior	condutor de obras públicas e minas	115
António Júlio Teixeira Lopes	arquitecto	111
João Queirós	arquitecto	90
José Ferreira Penêda	arquitecto	73
Júlio José de Brito	arquitecto e engenheiro civil	68
Carlos Alfredo Castello	desenhador	67
Manoel Domingues dos Santos	mestre de obras	65
Manuel Francisco Ferreira	mestre de obras	64
Alberto Rodrigues d'Abreu	mestre de obras	63
António Alla	engenheiro civil	63
Álvaro Rodrigues de Azevedo	mestre de obras	62
António Rodrigues da Silva	mestre de obras	58
António Maria Cândido de Brito	arquitecto	53
Joaquim Francisco Neves	mestre de obras	53
Serafim Martins de Sousa	arquitecto	53
José Joaquim de Carvalho	mestre de obras	51
Manuel Marques	arquitecto	51
Carlos Henriques da Silva Neves	arquitecto	48
Manoel Ferreira Ribeiro	mestre de obras	48

Tabela 22. Técnicos responsáveis por maior número de projectos de arquitectura

Note-se que os autores destacados, bem a maioria dos restantes autores de maior número de projectos de arquitectura, foram simultaneamente identificados como responsáveis pela direcção de obras, inclusivamente constando da listagem em que se destacam os nomes mais frequentes nesta função. Na globalidade, das 4765 obras com identificação do autor do projecto de arquitectura, em 77,1% (n = 3672) este técnico (ou pelo menos um, no caso de serem mais do que um) era simultaneamente director de obra.

No que se refere aos projectos de engenharia, a sua autoria apenas estava identificada em 23,2% dos processos (n = 1452). A autoria deste projecto é predominantemente da responsabilidade de um único técnico, apenas se tendo verificado 15 casos (0,1%) de autoria partilhada por dois técnicos.

Na Tabela 23 mostra-se a proporção de processos com identificação da autoria do projecto de engenharia.

Período	1900 a 1909	1910 a 1919	1920 a 1929	1930 a 1939	1940 a 1948
Identificação da autoria (projecto de engenharia)	0,0%	0,0%	2,2%	32,3%	82,5%

Tabela 23. Identificação da autoria do projecto de engenharia, por período

Da completa ausência desta informação nos primeiros dois períodos estudados e de um valor muito reduzido na década de 20, passa-se para uma proporção de cerca de um terço na década de 30 e para mais de 80% no período entre 1940 e 1948.

Em termos de grupos profissionais, a quase totalidade dos projectos com esta informação tinham um engenheiro na autoria do projecto de engenharia (n = 1435; 98,8%). O número de casos em que eram referidos outros profissionais é muito escassa (arquitecto: n = 16; construtor civil: n = 14; mestre de obras: n = 2), pelo que não analisaram estes dados em termos da sua distribuição temporal.

Foram identificados 117 autores responsáveis pelos projectos de engenharia (veja-se a listagem completa dos técnicos identificados e respectivo número de obras, que varia entre uma e 155, no Apêndice 11). Na Tabela 24 apresentam-se os técnicos que assinam pelo menos 15 projectos [pelo menos 10% do número total de processos (1452) com identificação deste interveniente]. Os técnicos com maior número de projectos de engenharia são os engenheiros civis António Alla (n = 155) e António Augusto Guimarães Teixeira Rêgo (n = 127), o engenheiro auxiliar de construções civis e obras públicas Joaquim Mendes Jorge (n = 121), o engenheiro José Ribeiro da Silva Lima Júnior (n = 104) o engenheiro civil Afonso Fernandes da Silva Proença (n = 92) e o engenheiro civil Jorge Vieira Bastian (n = 87).

Nome	Profissão	n
António Alla	engenheiro civil	155
António Augusto Guimarães Teixeira Rêgo	engenheiro civil	127
Joaquim Mendes Jorge	engenheiro auxiliar de construções civis e obras públicas	121
José Ribeiro da Silva Lima Júnior	engenheiro	104
Afonso Fernandes da Silva Proença	engenheiro civil	92
Jorge Vieira Bastian	engenheiro civil	87
Maximiniano Rebêlo dos Santos	engenheiro auxiliar	59
Victor Santos Almeida	engenheiro civil	53
Francisco Brito Limpo de Faria	engenheiro civil	49
Jofre António Justino	engenheiro civil	49
Adolf Spitz	engenheiro civil	36
Mário Rodolfo Revision Ramires	engenheiro	32
Vasco Esteves Ramires	engenheiro civil	28
Joaquim de Oliveira Ribeiro Alegre	engenheiro civil	26
Jorge Manuel Viana	engenheiro civil	24
Alfredo António Pina	engenheiro auxiliar	22
Francisco Jacinto Sarmiento Correia de Araújo	engenheiro civil	18
José Praça	engenheiro civil	16
Luiz de Queiroz Ribeiro Vaz Pinto	engenheiro civil	16
Joaquim Vaz	engenheiro civil	15

Tabela 24. Técnicos responsáveis por maior número de projectos de engenharia

Das 1452 obras com identificação do autor do projecto de engenharia, em 26,7% (n = 388) este técnico (ou pelo menos um, no caso de serem mais do que um) era também o director da obra, sendo de salientar os nomes de António Alla, Joaquim Mendes Jorge e José Ribeiro da Silva Lima Júnior.

Em cerca de um quarto (n = 381; 26,2%) dos 1452 processos com informação sobre a autoria de ambos os projectos de especialidade (arquitectura e engenharia), o autor era o mesmo⁸⁷².

⁸⁷² Seguindo metodologia análoga à utilizada em análises anteriores, nos casos em que o projecto de arquitectura e/ou o de engenharia tinham mais do que um técnico responsável, contabilizaram-se os casos em que pelo menos um dos técnicos fosse o mesmo.

VI.5. Discussão

VI.5.1. Os encomendantes/ requerentes

Apesar de termos verificado que a grande maioria das encomendas eram de iniciativa privada, não é de estranhar que tenhamos encontrado diferentes tipos de encomendantes. A legislação, regulamentação e posturas municipais relativas à construção para o período em estudo⁸⁷³ apenas referem a obrigatoriedade de as licenças serem apresentadas aos serviços camarários por meio de requerimento, sem especificar o tipo de encomendante.

Por outro lado, a proporção não negligenciável de encomendas por sociedades, cooperativas e companhias ligadas à promoção da habitação tem reflexo na legislação da época, que a incentivava, sobretudo no que se refere à habitação de cariz económico. Por exemplo, o Decreto n.º 4137, de 25 de Abril de 1918, incentiva a construção de bairros e grupos de casas económicas por parte dos corpos administrativos, pelas sociedades, pelas empresas industriais e mineiras, pela Caixa Geral de Depósitos, por instituições de previdência, pelas Misericórdias e por instituições ligadas à assistência, beneficência, assistência e similares⁸⁷⁴. Na sequência deste diploma, outros surgiram com o objectivo de facilitar este tipo de encomenda. No Decreto n.º 16 055, de 12 de Outubro de 1928, era concedido às seguradoras, o empréstimo “até 25 por cento das suas reservas técnicas ou legais [...] [em] acções liberais das cooperativas ou sociedades anónimas para construção ou aquisição de casas económicas, ou em empréstimos sobre tais títulos, ou directamente na edificação das mesmas habitações”⁸⁷⁵. O Decreto-Lei n.º de 23 052, de 23 de Setembro de 1933, incentivava a construção das casas por parte do Governo, em colaboração com as Câmaras Municipais, os corpos administrativos, e os organismos corporativos⁸⁷⁶. Também a Lei n.º 2007, de 7 de

⁸⁷³ Por exemplo: os Códigos Administrativos, o RSEU (1903), o Código de Posturas do Município do Porto (1905), ou o Regulamento de Obras Particulares (aprovado a 18 de Janeiro de 1929).

⁸⁷⁴ Decreto n.º 4137, de 25 de Abril de 1918.

⁸⁷⁵ Decreto n.º 16 055, de 12 de Outubro de 1928.

⁸⁷⁶ Decreto-Lei n.º de 23 052, de 23 de Setembro de 1933.

Maio de 1945, relativa às “Casas de Renda Económica”, estimula a construção destas habitações por parte de sociedades cooperativas ou anónimas⁸⁷⁷.

A propósito deste tipo de encomenda, Fátima Loureiro refere que “as cooperativas de habitação existem em Portugal desde os finais do séc. XIX”⁸⁷⁸; recorde-se que o primeiro processo que encontrámos correspondente a este tipo de encomenda data já de 1909. O aumento de obras com este tipo de requerente é também consistente com o aumento da importância de solucionar os problemas habitacionais patentes na sociedade desde o século XIX e amplamente descrita por diversos autores⁸⁷⁹. As tentativas de resolução dos problemas habitacionais, principalmente para as classes sociais mais desfavorecidas, sempre esteve presente no discurso político, social e arquitectónico desde o século XIX. No entanto, foi ganhando novos contornos, principalmente com a acção do Estado Novo e as suas políticas habitacionais, como o programa de “Casas Económicas”. Estes factores explicam o grande aumento deste tipo de requerentes, principalmente nas décadas de 30 e 40. O acumular de diplomas que visam promover a encomenda por parte de entidades ligadas à promoção da habitação terá contribuído para o efectivo aumento do número destas encomendas, tal como verificado nos nossos resultados. Por seu lado, este resultado revela a crescente importância destas entidades.

Quando esta mesma autora analisa as diferentes cooperativas, refere que a Cooperativa “O Problema da Habitação” terá sido uma das que mais promoveu a construção na cidade, o que está de acordo com os nossos resultados. No entanto, a autora refere que esta cooperativa terá sido fundada em 1926, mas ao analisarmos os nossos dados verificámos que anteriormente a essa data já aparecia como encomendante⁸⁸⁰.

Apesar da escassez de processos com indicação sobre a profissão dos requerentes, verificámos que em cerca de metade dos casos em que esta informação estava presente o requerente tinha uma profissão ligada à construção civil. Apesar da maior especificidade de outros trabalhos, o

⁸⁷⁷ Lei n.º 2007, de 7 de Maio de 1945.

⁸⁷⁸ MATOS, Fátima Loureiro de – Habitação cooperativa no Grande Porto (1974/94), p. 19.

⁸⁷⁹ MATOS, Fátima Loureiro de – *A habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*; PEREIRA, Gaspar Martins – Casa e família, as “ilhas” no Porto em finais do século XIX, pp. 159-183; ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de – *Favor, recompensa e controlo social: Os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*.

⁸⁸⁰ MATOS, Fátima Loureiro de – *A habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*.

que condiciona a comparação com os nossos resultados, a tendência é para serem destacados como encomendantes outros grupos profissionais. Maria Pires, na análise que fez às condições sócio económicas da clientela que arrematou os terrenos da Rua Álvares Cabral, encontrou especialmente pessoas que faziam parte da média e alta burguesia, que incluía sobretudo comerciantes e negociantes, proprietários e capitalistas⁸⁸¹. Também Fátima Matos, neste caso a propósito da habitação de interesse social no Grande Porto entre 1890 e 1960, refere que a encomenda era sobretudo feita por comerciantes e artífices da classe média e pela burguesia industrial⁸⁸².

A propósito da caracterização profissional dos encomendante, note-se que a designação “cliente arquitecto” proposta por Ana Rodrigues⁸⁸³ é redutora, dado que pode não existir qualquer arquitecto ligado ao processo construtivo. Apesar de esta designação ter origem no tipo de estudo feito (centrado na arquitectura projectada por arquitectos), consideramos mais adequado, para aplicação abrangente da classificação proposta por Ana Rodrigues, a substituição desta designação por “cliente autor”.

⁸⁸¹ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, p. 65.

⁸⁸² MATOS, Fátima Loureiro de – *A habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*.

⁸⁸³ RODRIGUES, Ana Luísa Jardim Martins – *A habitabilidade do espaço doméstico. O cliente, o arquitecto, o habitante e a casa*, p. 43.

VI.5.2. Técnicos

VI.5.2.1. Directores de obra

O “Regulamento para o Serviços de Inspecção e Vigilância para Segurança dos Operários nos Trabalhos de Construções Cíveis” (1895), que vigorou no período por nós estudado, obrigava à presença de um técnico responsável pela direcção da obra, sendo a sua ausência no processo motivo para a não aprovação do licenciamento de obras⁸⁸⁴. Apesar disto, verificamos que nem todas os processos consultados identificavam esta figura. Contudo, vai-se assistindo a uma diminuição da proporção de processos sem esta informação, sendo que a sua ausência ocorre sobretudo nas décadas de 10 e 20. O aumento da referência ao director de obra a partir dos anos 20 poderá ser justificado pela publicação de diversos regulamentos, como o “Regulamento para Emprego do Beton Armado” (1918), a nível nacional, o “Regulamento de Obras Particulares” (1929), a nível local, e o novo “Regulamento do Betão Armado” (1935), a nível nacional, que vieram reforçar e especificar a necessidade de um técnico especializado na área da construção civil. Para além destes, também alguma legislação que visava assegurar a segurança dos operários (como o Decreto n.º 4191, de 13 de Abril de 1918, que fundou a Inspecção Sanitária do Trabalho, o Decreto n.º 4288, de 9 de Março de 1918, que cria a Lei dos Desastres no Trabalho, e o Decreto n.º 4351, de 25 de Maio de 1918, que priorizava a operacionalização de mecanismos e agentes de fiscalização do trabalho) reforçaram a importância da presença da figura do director de obra, responsável por funções relacionadas com estes aspectos⁸⁸⁵. Por outro lado, o facto de entre 1900 e 1909 a proporção de processos com identificação do responsável pela obra ser superior ao verificado nos anos seguintes pode prender-se com a instabilidade política e social que marcou a transição para a República.

Maria Pires, na análise que faz aos processos de licenciamento de obras para a Rua Álvares Cabral, refere que no período entre 1897 e 1920 nem sempre se tinha acesso à identificação dos técnicos⁸⁸⁶. Embora a autora se refira genericamente aos técnicos envolvidos nas obras, e

⁸⁸⁴ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários nos trabalhos de construção cíveis. Aprovado por Decreto de 6 de Junho de 1895*, 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895.

⁸⁸⁵ COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da – *Mineralogia, Geologia, Metalurgia e Arte de Minas no Ensino Industrial na Cidade do Porto*, pp. 159-160.

⁸⁸⁶ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, p. 149.

não especificamente aos directores de obra, há alguma semelhança na ideia geral de que só mais tardiamente se terá tornado prática mais frequente a identificação destes intervenientes.

Também o estudo de Clara Vale e Vítor Abrantes sobre o eixo da Boavista entre 1911 e 1940 refere que, da análise efectuada aos processos de licenciamento, “nas primeiras décadas nem sempre este termo [de responsabilidade pela segurança dos operários] existe, mesmo quando são obras a ele obrigadas”⁸⁸⁷. Note-se que, em termos de legislação, a necessidade de um técnico responsável pela direcção da obra e os aspectos relacionados com a segurança dos operários são predominantemente regulamentados pelos mesmos diplomas.

O resultado de que cerca em de dois terços das obras o director era simultaneamente responsável pelo projecto de arquitectura, havendo também casos em que o era para o de engenharia, não é de estranhar se tivermos em conta que o próprio “Regulamento para os Serviços de Inspecção e Vigilância para Segurança dos Operários nos Trabalhos de Construções Civis” impunha que nenhuma obra poderia ser efectuada “sem por ella se responsabilise, quer um engenheiro, architecto ou condutor dos quadros technicos do ministerio das obras publicas, commercio e industria, ou devidamente diplomado por qualquer escola nacional ou estrangeira, quer um mestre de obras habilitado [...], ou sem que os particulares, que desejarem emprehendel-as, envie á respectiva direcção das obras publicas uma declaração escripta, de que assumem a direcção e a responsabilidade das construcções a realizar”⁸⁸⁸. A necessidade de técnicos formados nas áreas da construção civil levaria a que os mesmos acabassem por ser os responsáveis pelos projectos de especialidade, em especial os de arquitectura.

O trabalho de Maria Pires menciona que nem sempre se tinha acesso aos nomes dos autores das peças desenhadas dos processos, por estas não se encontrarem assinadas. Esta autora refere então que muitos projectos terão sido da autoria dos “próprios responsáveis de obra, a maior parte mestres-de-obras diplomados, construtores civis e condutores de obras públicas”. Esta opinião é fundamentada pelo facto de muitos dos directores de obra encontrados constarem dos livros de matrícula do antigo Instituto Industrial e Comercial do Porto e de que

⁸⁸⁷ VALE, Clara; ABRANTES, Vítor – Os processos de licenças de obras de obras na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista, p. 3.

⁸⁸⁸ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE OBRAS PUBLICAS – *Modificações ao Decreto de 6 de Junho de 1895 sobre o serviço de inspecção e vigilância para a segurança dos operários nos trabalhos das construcções civis. Aprovado por Decreto de 20 de outubro de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898, pp. 5-6.

“através do conhecimento dos programas dos cursos, pudemos concluir que, pela formação e pelo respeito das posturas municipais e dos regulamentos de Edificações e de Salubridade, [estes] estavam aptos a projectar a maior parte das obras edificadas na rua”⁸⁸⁹. Esta conclusão é, enquanto situação predominante, corroborada pelos nossos resultados.

Por outro lado, Clara Vale e Vítor Abrantes referem que “nas primeiras duas décadas do século [o projecto] é geralmente subscrito pelo mestre-de-obras responsável pela execução das mesmas, sendo por isso pouco operativo para a atribuição de autorias do projecto de arquitectura. Por comparação de caligrafias é possível verificar que os projectos e respectivas memórias não são feitas pelo mestre-de-obras, mas por terceiros nunca identificados em todo o processo”⁸⁹⁰. Note-se que, no nosso trabalho, a figura de “pelo requerente” foi considerada para completamento de informação sobre a autoria dos projectos de arquitectura. Não obstante a justificação de base empírica (embora posteriormente justificada através de análise de dados, conforme mencionado na metodologia) para esta opção metodológica, consideramos que os resultados assim obtidos serão mais próximos da realidade do que os que excluem esta figura. Concomitantemente, não encontramos evidência de que o director de obra devesse ser considerado responsável pelo projecto de arquitectura, dado que tal não se verifica em cerca de um terço dos processos analisados.

As discrepâncias encontradas entre trabalhos prévios evidencia, mais uma vez, a importância de uma abordagem abrangente, considerando a totalidade dos processos no período estudado. Esta visão mais abrangente permite esclarecer quais, de entre os resultados de outros autores, poderão ser mais representativos do que se passava na cidade do Porto.

Relativamente às profissões destes técnicos, é de salientar que diversos regulamentos (como o “Regulamento para o Serviços de Inspeção e Vigilância para Segurança dos Operários nos Trabalhos de Construções Cíveis”, o “Regulamento para Emprego do Beton Armado”, de 1918, o “Regulamento de Obras Particulares”, de 1929, ou o “Regulamento do Betão Armado”, de 1935) implicavam que fossem formados ou possuíssem alguns anos de experiência. A elevada proporção de mestres de obras na direcção destas poderá ser explicada,

⁸⁸⁹ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, p. 149.

⁸⁹⁰ VALE, Clara; ABRANTES, Vítor – Os processos de licenças de obras de obras na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista, p. 3.

neste contexto, pelas sucessivas reformas e grande oferta de cursos destinados a estes técnicos nos Institutos Industriais e Escolas Industriais.

Quanto à variação temporal na proporção de engenheiros como directores de obra, há a considerar dois aspectos complementares. Verificámos que esta situação era mais frequente no primeiro período estudado (1900 a 1909) e nos dois últimos (1930 a 1948). Relativamente ao início do século, estes eram sobretudo engenheiros auxiliares (formados, tal como os mestres de obras, nos Institutos Industriais). Já nos anos 30 e 40, a crescente utilização de novos materiais terá levado a uma maior relevância deste grupo profissional, nomeadamente trabalhando em colaboração com arquitectos e construtores civis.

Similarmente aos nossos resultados, mas a propósito da Rua Álvares Cabral, Maria Pires destaca como principais intervenientes nas primeiras duas décadas do século XX os “próprios responsáveis de obra, na maioria parte mestres-de-obras diplomados, construtores civis ou condutores de obras públicas”. Refere também que a participação destes grupos profissionais na direcção de obras tende posteriormente a diminuir, ganhando maior destaque os arquitectos e os engenheiros⁸⁹¹. Nesta mesma linha de pensamento encontramos a investigação desenvolvida por Clara Vale e Vítor Abrantes, que também destacam os mestres de obras como figuras predominantes na direcção de obra nas primeiras décadas do século XX, dando lugar, principalmente a partir dos anos 20, aos engenheiros e arquitectos⁸⁹².

A análise efectuada permitiu ainda identificar todos os técnicos com a função de director de obra. Quando comparamos os nossos resultados com os autores salientados por Maria Pires verificamos que, não obstante esta autora, que salienta a similaridade dos seus resultados com o que se verificaria para a cidade, identificar a maioria dos projectistas com maior número de obras, alguns não são referidos. Salientam-se Francisco dos Santos Silva e Carlos Nogueira Pontes, como os dois autores de projectos de arquitectura envolvidos em maior número de processos (cerca de duas centenas cada) que não são destacados pela autora. Contudo, é de notar tratarem-se ambos de mestres de obras, grupo com relevância reduzida no final do período em estudo (1940 a 1948) e não abrangido pela autora.

⁸⁹¹ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, pp. 149-152

⁸⁹² VALE, Clara; ABRANTES, Vítor – Os processos de licenças de obras de obras na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista, p. 3.

VI.5.2.2. Projectos de especialidade (arquitectura e engenharia)

Encontrámos uma proporção relevante de casos em que a autoria do projecto de arquitectura era partilhada por dois ou mais técnicos. Também Alexandra Trevisan, nas suas investigações a propósito d’“A Arquitectura *Artes Déco* no Porto” e das “Influências internacionais na Arquitectura Moderna do Porto” refere que a “colaboração entre artistas foi acontecendo desde os anos 20 até aos anos 50”⁸⁹³. Para além disso, e a propósito da direcção de obra, já referimos que o uso de novos materiais a partir da década de 30 poderá ter levado à colaboração entre profissionais com formações diversas. Isto pode ter-se verificado igualmente na autoria dos projectos de arquitectura, sendo que a proporção de casos (superior a 10%) torna relevante o estudo destas associações em trabalho futuro.

Verificámos que, ao longo do período estudado, a identificação da autoria do projecto de arquitectura foi aumentando, tendo os maiores aumentos sido verificados na transição para os anos 20 e 30. A explicação para estes resultados poderá residir na legislação: foi a partir da década de 10 que surgiu maior regulamentação relativa à arquitectura. O projecto-lei de 26 de Maio de 1911 veio legislar sobre a atribuição do diploma de arquitecto, numa altura que se estavam a formar um grande número de arquitectos nas Escolas de Belas-Artes. A Lei n.º 1638, de 23 de Julho de 1924 conferiu “o título de engenheiro auxiliar aos indivíduos diplomados com qualquer dos cursos especiais professados nos institutos industriais ou com qualquer dos cursos que lhe sejam actualmente equivalentes”, aspecto relevante se considerarmos a possibilidade de estes profissionais (os engenheiros auxiliares) poderem assinar os projectos de arquitectura. No mesmo ano, a Lei n.º 1670, de 15 de Setembro, impõe a obrigatoriedade, para aprovação do processo de licenciamento, da assinatura de um técnico devidamente credenciado para a construção civil. Todos estes aspectos terão contribuído para que a identificação da autoria dos projectos de arquitectura fosse uma constante, quando analisados os processos dos anos 40.

No que se refere às profissões envolvidas na autoria destes projectos, tal como acontece para os directores de obra, a literatura refere que nas primeiras décadas do século XX são os

⁸⁹³ PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*; PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *Influências internacionais na Arquitectura Moderna no Porto (1926-1956)*, pp. 57 e 67.

mestres de obras, os condutores de obras públicas e os contrutores civis que estão mais presentes na produção da arquitectura portuense. Este facto deve-se às normativas impostas pelos regulamentos e posturas que permitiam a estes técnicos projectarem arquitectura. Conforme também já foi referido, também contribuiu para tal o alargamento e a criação de diversas escolas industriais e de desenho industrial por diversos pontos do país, em finais do século XIX, bem como as sucessivas reformas deste tipo de ensino, proporcionando a saída de um elevado número de operários especializados aptos a projectar arquitectura. A participação de maior número de engenheiros e arquitectos a partir dos anos 30 também é justificada pelas sucessivas imposições legais e reformas no ensino e das classes profissionais. Estas ideias são corroboradas pelos trabalhos de Maria Pires, Alexandra Trevisan ou Clara do Vale e Vítor Abrantes, já referidos a propósito dos directores de obras⁸⁹⁴.

Relativamente à identificação dos autores dos projectos de arquitectura, no seu estudo sobre a arquitectura na Avenida do Marechal Gomes da Costa nos anos 30, Catarina Bomba refere diversos nomes de arquitectos que identificámos como sendo dos que estão associados a maior número de projectos. Tal verifica-se apesar de esta autora ter usado como critério de selecção dos processos a analisar os que tivessem “como autores arquitectos, excepção feita ao engenheiro Jorge Manoel Vianna”. Isto leva a que grande parte dos técnicos que foram identificados por nós não tivessem sido estudados no trabalho referido. É de salientar que os dois projectistas com maior número de obras não pertencem, de facto, a este grupo profissional (arquitectos)⁸⁹⁵.

Maria Gravato, na sua investigação “Trajecto do risco urbano. Arquitectura na cidade do Porto, nas décadas de 30 a 50 do século XX, através do estudo do conjunto da Avenida dos Aliados à Rua de Ceuta” faz um estudo pormenorizado de cinco arquitectos. Desta selecção, apenas identificámos Júlio de Brito na listagem de autores com mais obras. Os restantes arquitectos (Rogério de Azevedo, Arménio Losa, Mario Brito e Agostinho Rica) estudados pela autora, e não obstante a influência que tiveram na arquitectura da cidade do Porto,

⁸⁹⁴ Recorde-se que os trabalhos anteriores tendem a analisar conjuntamente os técnicos responsáveis pela obra e os autores do projecto de arquitectura, inclusivamente explicitando que se tratarão da mesma pessoa. PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*; PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *Influências internacionais na Arquitectura Moderna no Porto (1926-1956)*; VALE, Clara; ABRANTES, Vítor – Os processos de licenças de obras de obras na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista.

⁸⁹⁵ BOMBA, Catarina Leonor Guerreiro – *Avenida Marechal Gomes da Costa; Porto e a Arquitectura dos anos 30*.

também foram por nós identificados, mas com um número bastante inferior de obras projectadas no período em estudo⁸⁹⁶.

Dos 27 técnicos que destacámos, Maria Pires refere nove como tendo projectado para a Rua Álvares Cabral: os engenheiros Joaquim Mendes Jorge e José Ribeiro da Silva Lima Júnior, os arquitectos Aucindio Ferreira dos Santos, Mário Augusto Ferreira de Abreu, João Queirós e José Ferreira Penêda, o arquitecto e engenheiro civil Júlio José de Brito e os mestres de obras José Coelho de Freitas e Manoel Ferreira Ribeiro⁸⁹⁷.

Alexandra Trevisan, ao estudar especificamente a utilização das *Artes Déco* na arquitectura do Porto entre 1926 e 1936 releva também o papel de alguns técnicos. Novamente, alguns são comuns aos que destacámos: os arquitectos João Queirós, Manuel Marques, José Ferreira Peneda, Aucindio Ferreira dos Santos, o arquitecto e engenheiro civil Júlio José de Brito, e os mestres de obras José Coelho de Freitas e José Coelho de Freitas. No entanto, a autora destaca outros nomes que não encontrámos entre os que mais projectaram habitação (no geral, isto é, sem a especificação de relação com as *Artes Déco*), como os arquitectos Francisco de Oliveira Ferreira, Arménio Losa, Rogério Lopes Rodrigues, Amoroso Lopes e Rogério de Azevedo⁸⁹⁸.

Mais uma vez, a comparação dos nossos resultados com o de estudos mais circunscritos geográfica, temporal ou conceptualmente, realça a importância de ter sido levado a cabo um levantamento exaustivo dos autores responsáveis pelos projectos de arquitectura. Tal é igualmente verdade relativamente aos projectos de engenharia.

O aumento da identificação dos técnicos responsáveis pelos projectos de engenharia a partir da década de 20 justifica-se com a necessidade de utilização de novos materiais na construção e das respectivas imposições legais decretadas pelas várias posturas municipais, bem como pelo “Regulamento para Emprego do Beton Armado” (1918) e pelo “Regulamento do Betão Armado” (1935), bem como pelos diversos regulamentos focados nos projectos de saneamento, que exigiam a obrigatoriedade de um engenheiro nos projectos de calculos e

⁸⁹⁶ GRAVETO, Maria Adriana Pacheco Rodrigues – *Trajeto do risco urbano. A arquitectura na cidade do Porto, nas décadas de 30 a 50 do século XX, através do estudo do conjunto da Avenida dos Aliados à Rua de Ceuta*, pp. 111-155.

⁸⁹⁷ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, pp. 149-158.

⁸⁹⁸ PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*.

estruturas. De igual modo, estes documentos justificam que a quase totalidade dos projectos com esta informação tivessem um engenheiro na autoria do projecto de engenharia.

Os resultados que obtivemos na nossa investigação e a análise da literatura são consistentes, indicando a importância que os engenheiros vão adquirindo, sobretudo a partir dos anos 30. Maria Pires destaca alguns dos engenheiros mais sonantes na construção do edificado da Rua Álvares Cabral, sendo que destes, Joaquim Mendes Jorge e Jorge Vieira Bastian são os que identificámos como associados a maior número de obras para a totalidade da cidade⁸⁹⁹. Dos cinco engenheiros (Antão de Almeida Garrett, Jorge Manuel Viana, Joaquim Mendes Jorge, Jorge Vieira Bastian, Mário Ramires) que Alexandra Trevisan refere (no seu trabalho sobre as *Artes Déco* entre 1926 e 1936) como sendo os mais representativos, quatro (exceptua-se Antão de Almeida Garrett) estão também entre os mais sonantes no panorama geral da arquitectura portuense⁹⁰⁰. Note-se no entanto que nenhuma destas autoras refere quatro dos cinco engenheiros que identificámos como responsáveis por maior número de projectos de engenharia.

⁸⁹⁹ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, pp. 149-158.

⁹⁰⁰ PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*.

VII. A RUA DE SANTA CATARINA

VII.1. Introdução

A referência histórica mais antiga à Rua de Santa Catarina é do século XVII e diz respeito à existência de um caminho que ligava uma quinta situada em Fradelos até à porta de Cimo-da-Vila⁹⁰¹. Actualmente, a Rua de Santa Catarina localiza-se nas freguesias de Santo Ildefonso e Bonfim; tem início na Praça da Batalha (anteriormente chamada “rossio da Batalha”, onde se situava a porta de Cimo-da-Vila) e termina na Praça do Marquês de Pombal⁹⁰². É ampla, e divide-se em dois tramos rectilíneos e longos, de declive relativamente acentuado⁹⁰³.

A planificação desta artéria como hoje a conhecemos ficou a dever-se à intervenção de João de Almeida e Melo e fazia parte do “Plano de Melhoramentos de 1784”. Esta rua foi “aberta através das leiras e devesas da vasta *Quinta das Lamelas*, que neste pendor existia, ocupando o espaço actualmente quadriculado pelas ruas transversais de Passos Manuel, Formosa e Fernandes Tomás, Alegria e Malmerendas”⁹⁰⁴. O primeiro troço, desde o largo de Santo Ildefonso até ao actual Grande Hotel do Porto, foi aberto em 1779 e designava-se Rua Nova de Santa Catarina⁹⁰⁵. Segundo Eugénio Freitas, a designação desta rua terá tido origem numa capela dedicada a Santa Catarina Mártir existente na quinta (em Fradelos) atrás mencionada. O mesmo autor refere ainda ter encontrado um documento da Misericórdia, datado de 1748, onde já era apelidada de Rua Nova de Santa Catarina, e na planta de 1771 é já visível o

⁹⁰¹ FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – *Toponímia portuense*. Matosinhos: Contemporânea Editora Lda, 1999, p. 98.

⁹⁰² Do rossio da Batalha rasgaram-se dois eixos: a Rua de Santa Catarina (1774), para norte, e a Rua Direita de Santo Ildefonso (1778), para nascente. FERRÃO, Bernardo José – *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas, 1758-1813: Uma contribuição para o estudo da cidade Pombalina*, 3.^a ed. Porto: FAUPpublicações, 1997, p. 211.

⁹⁰³ GUIA DE PORTUGAL. ENTRE O DOURO E MINHO. I. DOURO LITORAL, 2.^a ed., vol, 4, tomo 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 191.

⁹⁰⁴ *Ibidem*, p. 191.

⁹⁰⁵ Este troço tinha cerca de 17 metros e foi “aberto por terras do capitão-mor de Arouca, segundo o projecto (implementação e nivelamento) elaborado, entre 1774-1776, por Francisco Pinheiro da Cunha” e o projecto dos alçados foi aprovado em 1778. Anni Nonell refere ainda que “a lógica do traçado do primeiro troço da Rua de Santa Catarina é, hoje, pouco evidente. Mas a direcção imposta à nova rua não deixa duvidas: deveria desembocar na capela e Porta da Batalha, ponto de ligação com a cidade velha.” NONELL, Anni Günther – *Porto, 1763/1852. A construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: FAUPpublicações, 2002, p. 176.

projecto de alinhamento corrigido da mesma⁹⁰⁶. O projecto para prolongamento da rua para Norte, isto é para Aguardente, actual Praça do Marquês do Pombal, foi aprovado em 1784. No entanto, apenas no ano seguinte se iniciaram as obras, tendo nos anos subsequentes sido aprovados os diversos alçados para esta zona da rua⁹⁰⁷. Em 1802 este novo troço foi designado “Rua da Boa Hora”, passando em 1807 a chamar-se “Rua de Bela Princesa”⁹⁰⁸. Nas plantas de Balck (1813), Costa de Lima (1839) e de Perry Vidal (1865) este troço surge já com essa designação. Na cartografia posterior à planta de Perry Vidal (Figura 24), a designação é já a actual: Rua de Santa Catarina.



Figura 24. Planta de Perry Vidal (1865)

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto]

A partir da observação da cartografia da época é também possível verificar a existência de grandes terrenos ainda por urbanizar⁹⁰⁹. Segundo António Cardoso, “em meados do século XIX a rua de Santa Catarina apresentava, ainda, na parte inferior do Largo de Santo Ildefonso à rua Formosa, uma frente de rua contínua, a nascente e a poente, apenas interrompida, na parte ocidental, pela Viela das Pombas que ia entroncar na Viela da Neta que, por sua vez,

⁹⁰⁶ FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – *Toponímia portuense*, p. 98.

⁹⁰⁷ NONELL, Anni Günther – *Porto, 1763/1852. A construção da cidade entre despotismo e liberalismo*, pp. 176-179.

⁹⁰⁸ VASCONCELOS, Domingas – *A Praça do Marquês de Pombal na cidade do Porto. Das suas origens até à construção da Igreja da Senhora da Conceição*, p. 71.

⁹⁰⁹ FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – *Toponímia portuense*, pp. 98-99.

partindo da rua do Bonjardim, desembocava na rua Formosa, alguns metros a poente da então Nova Praça do Bolhão”⁹¹⁰. O mesmo autor refere ainda que a zona onde se situava esta artéria se foi definindo com as expropriações ocorridas na década de 1870, antevendo-se os quarteirões que aí se formariam. As soluções almadinas baseadas numa estrutura reticular alternavam com “soluções de continuidade, com terreno lavradio, quintais e jardins, tanques e ribeiros que, na parte setentrional, constituíam vasto perímetro de anexos ao palacete da Trindade de D. Antónia Ferreira”⁹¹¹. Como exemplo do uso da solução em malha ortogonal, saliente-se o cruzamento da Rua de Santa Catarina com outras artérias importantes, nomeadamente a Rua de Passos Manuel.

Ao longo dos tempos esta artéria foi sendo urbanizada, mas terá sido essencialmente ao longo dos séculos XIX e XX que a construção se adensou, tendo-se a rua tornado um importante ponto de comércio e industrial da cidade, sobretudo com a construção ou reformulação de espaços comerciais, como é o caso do Grande Hotel do Porto, A Confiança, a Ourivesaria Reis & Filhos e os Grandes Armazéns Nascimento⁹¹². Em termos arquitectónicos, os dois troços apresentam diferenças acentuadas. No tramo aberto inicialmente a partir da Batalha, onde é mais marcada a estrutura ortogonal característica dos Almadás, a habitação vai coabitar frequentemente com o pequeno comércio. Já no troço que levava a rua até à Praça do Marquês de Pombal sobressai a presença de palacetes e outras residências de maior importância⁹¹³ (Figuras 25 a 27).

⁹¹⁰ CARVALHO, António Cardoso Pinheiro – *O Arquitecto Marques da Silva e a arquitectura do Norte do país na primeira metade do séc. XX*, p. 412.

⁹¹¹ IDEM – *Ibidem*, p. 412.

⁹¹² Muitos destes edifícios destacam-se pela qualidade artística das suas “devanture”, em ferro e vidro, dos seus interiores, ou pelo programa arquitectónico e pelas referências artísticas e arquitectónica que se inspiram.

⁹¹³ A arquitectura que compunha esta artéria era de “pouca erudição” e caracterizava-se por ser “de pequenas cércas, onde a habitação convivia com o pequeno comércio de malas e sapataria, ourivesaria, confeitaria e padaria (e um pequeno café), nos baixos das casas.” Na parte inferior desta rua destacavam-se uma série de palacetes, tais como, os palacetes do Visconde de Via Verde, de António Júlio Pinto da Fonseca, do Visconde de Sousa Soares ou as casas residenciais do Visconde de Luzares, da Viscondessa da Ermida, do conselheiro Moreira Freire, Abade de Santo Ildefonso. CARVALHO, António Cardoso Pinheiro – *O Arquitecto Marques da Silva e a arquitectura do Norte do país na primeira metade do séc. XX*, p. 412



Figura 25. Edifício do Grande Hotel do Porto

[Fonte: https://www.google.pt/search?q=grande+hotel+do+porto&espv=2&biw=1280&bih=680&source=lnms&tbm=isch&sa=X&sqi=2&ved=0ahUKEwish8ykytRAhUG1RQKHTn0DM0Q_AUIBigB#imgcr=oLawrjLmBSIm3M%3A]



Figura 26. Ourivesaria Reis & Filhos

[Fonte: https://www.google.pt/search?q=ourivesaria+Reis+%26+Filhos+porto&espv=2&biw=1280&bih=680&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjucalydvRAhVMsBQKHT75DOAQ_AUIBygC#imgcr=NQ5asQ_zFZN03M%3A]



Figura 27. Vista geral do edifício dos “Armazéns Nascimento”

[Fonte: <http://fims.up.pt/index.php?cat=2&subcat=8&proj=3>]

Ao longo do século XX a Rua de Santa Catarina foi-se tornando a principal rua comercial da cidade, uma vez que nela se encontrava “uma grande quantidade e variedade de bens e serviços, com elevado nível de especialização e elevado valor unitário”⁹¹⁴. A sua importância comercial levou a que, nos anos 70 do século XX, parte substancial da rua (mais concretamente a zona entre a Rua 31 de Janeiro e a Rua Guedes de Azevedo) fosse encerrada ao trânsito automóvel⁹¹⁵. Nesta área exclusivamente pedonal vão surgindo áreas de descanso compostas por bancos e árvores, e nela se vão instalando artistas e vendedores de rua⁹¹⁶.

⁹¹⁴ Num estudo que pretende analisar “a compreensão do uso do espaço urbano e comercial da cidade do Porto, em especial no sector da restauração e recreio/lazer, numa escala temporal que vai desde a década de 70 até aos nossos dias” os autores concluem que esta rua era dedicada sobretudo, ao comércio retalhista, particularmente, para o equipamento de uso individual e de uso pessoal, tal como, pronto-a-vestir, sapatarias, ourivesarias e joalharias, bijutarias, malas, peles e acessórios. Mas também era dedicada aos “serviços menores” (confeitarias, os cafés, os cabeleireiros, as perfumarias e os fotógrafos), ao comércio alimentar (vinhos a retalho, aviário, águas de mesa e medicinais, pomar, talho), equipamento de uso doméstico (electrodomésticos, carpintaria, miudezas, móveis, tecidos, estores, lanifícios) ou lojas que forneciam peças para a pequena indústria (aniagem, tipografia, cartonagem). Os mesmos referem, quando comparam as décadas de 60, 70 e 80 que nesta rua “parece assistir, ainda que lenta e gradualmente, a um esmorecimento da sua capacidade de atracção regional, no que respeita à concentração da oferta de bens e serviços.” ROCHA, Eunice; FERNANDES, José Rio – *O tempo, o espaço, o comércio e o caso da Rua de Santa Catarina, na cidade do Porto*. Porto: Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia FLUP, 2009, pp. 266-267. [Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22935/2/jariofernandescadernos2000092129.pdf>]

⁹¹⁵ IDEM – *Ibidem*.

⁹¹⁶ DIAS, Ana Carina Viegas – *O impacto dos ambientes promocionais em montras na estratégia comercial de um ponto de venda e no comportamento do consumidor. Estudo de caso da Rua de Santa Catarina no Porto*. Dissertação de Mestrado em Marketing e Publicidade e apresentada à Faculdade de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias de Informação da Universidade Lusófona do Porto em 2013, p. 84.

Actualmente, e apesar de ter perdido alguma importância, a Rua de Santa Catarina mantém-se ainda como um “lugar de referência entre os espaços de consumo da cidade”⁹¹⁷ e como artéria de referência na malha urbana.

⁹¹⁷ ROCHA, Eunice; FERNANDES, José Rio – *O tempo, o espaço, o comércio e o caso da Rua de Santa Catarina, na cidade do Porto*.

VII.2. Objectivos específicos

Foram objectivos específicos deste capítulo:

- Analisar a distribuição temporal da aprovação de processos de licenciamento referentes a construções de raiz na Rua de Santa Catarina;
- Estudar os encomendantes, autores e técnicos responsáveis por esses processos;
- Efectuar a análise dessas obras em termos de tipologias, caracterização estrutural e estética das fachadas, morfologia e aspectos construtivos.

VII.3. Metodologia específica

Foram seleccionadas as licenças referentes às construções na Rua de Santa Catarina. A análise incidiu na localização temporal, encomendantes, autores e técnicos responsáveis, tipologias, aspectos morfológicos e estéticos (nomeadamente das fachadas). Para além da análise das informações inseridas na base de dados, neste capítulo foram analisados desenhos de algumas das obras. A análise e discussão dos resultados implicaram ainda a consulta de outras fontes documentais.

A análise foi complementada recorrendo a exemplos concretos de obras. Por facilidade de leitura, a distinção semântica entre a licença e a obra propriamente dita é usada unicamente com fins estilísticos, dado que é frequente a sua complementaridade em termos de análise.

VII.4. Resultados e discussão

VII.4.1. Ano de aprovação das licenças

Foram identificados 32 processos referentes a construções de raiz na Rua de Santa Catarina⁹¹⁸. O Gráfico 4 mostra o polígono de frequências absolutas acumuladas dos anos de aprovação destas licenças. Verifica-se que a quase totalidade das construções foram aprovadas até 1935, sendo que apenas duas (6,2%) viram os seus projectos aprovados nos últimos treze anos do período estudado.

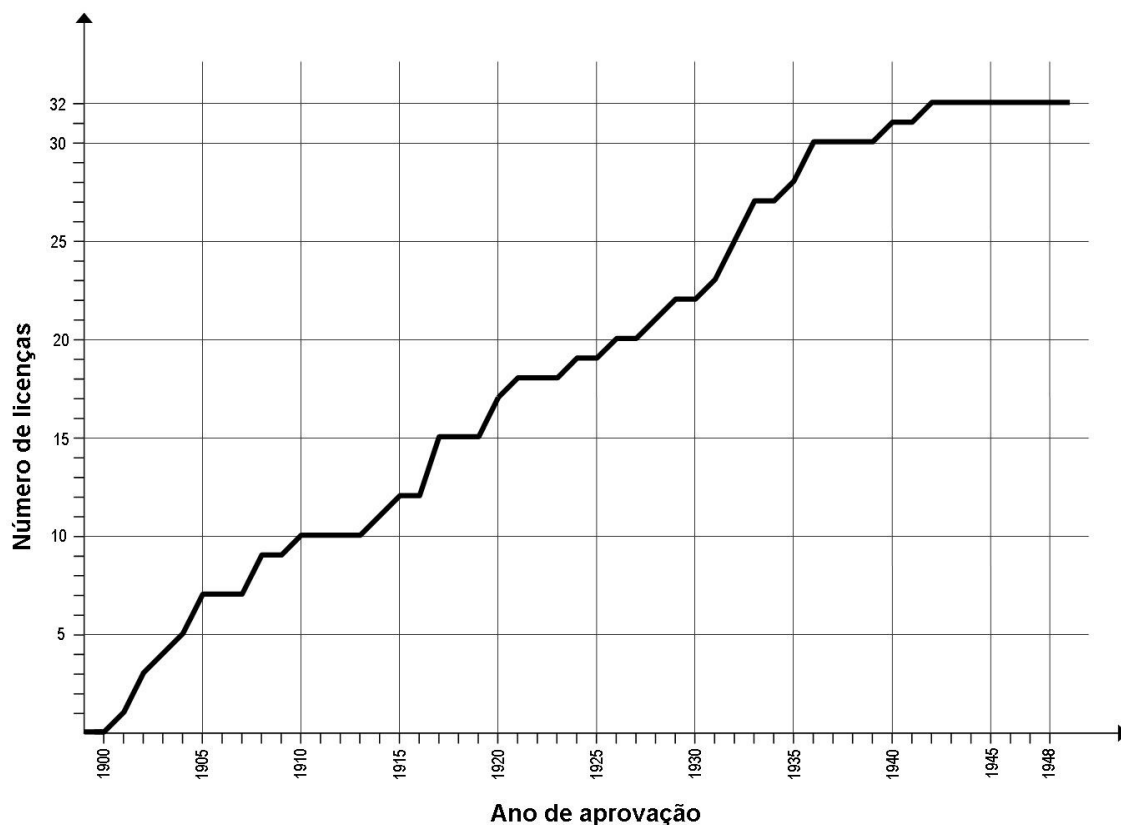


Gráfico 4. Polígono de frequências absolutas acumuladas do ano de aprovação (Rua de Santa Catarina)

⁹¹⁸ No Apêndice 12 podem ser consultados dados referentes à identificação, intervenientes e tipologias destes processos e no Anexo 3 os respectivos projectos de arquitectura (à excepção da LO n.º 1925/1923, cujo projecto se encontrava em restauro).

VII.4.2. Encomendantes, autores e técnicos responsáveis

A quase totalidade dos processos foi de encomenda individual. Exceptuam-se duas licenças: uma correspondente a um conjunto de quatro prédios encomendados pela Sociedade Medicinal Souza Soares, e outra a três prédios de rendimento com mais do que um encomendante. É de referir também que cinco encomendantes requereram, no período considerado, autorização para duas construções distintas na Rua de Santa Catarina cada um. Nos casos em que o responsável pela obra e/ou autores de projectos de especialidade se encontram identificados, nunca o encomendante assume qualquer uma destas funções.

Em cerca de dois terços das licenças ($n = 21$; 65,6%) encontrava-se identificada a autoria do respectivo projecto de arquitectura. Destes, três projectos tinham mais do que um autor. As profissões mais frequentemente associadas à autoria dos projectos de arquitectura foram a de arquitecto ($n = 11$) e mestre de obras ($n = 9$); três projectos de arquitectura tiveram na sua autoria um engenheiro e um outro um desenhador. Destaca-se José Ferreira Peneda, responsável pelo projecto de arquitectura em cinco processos; os restantes arquitectos eram: António Júlio Teixeira Lopes (em co-autoria com o mestre de obras João Gomes da Silva Guerra) Francisco Pinheiro de Mota Coelho, Inácio Pereira de Sá (simultaneamente arquitecto e mestre de obras), João Queiroz, Mário Augusto Ferreira de Abreu e Serafim d'Oliveira Ferreira (cada um responsável por um projecto). Dois projectos foram assinado em co-autoria por dois mestres de obras: José Joaquim de Carvalho e José Coelho Freitas; e Ricardo Lopes Ferreira (também desenhador) e António Faria Moreira Ramalhão. Os restantes mestres de obras, que assinaram individualmente um projecto cada, foram: Augusto Joaquim Mendes, Avelino Ramos Meira, João Gomes da Silva Guerra, Joaquim António Mendes, José Pereira da Silva e Manoel Fernandes Moreno. Os restantes três projectos de arquitectura foram assinados pelos engenheiros civis Cristiano Jorge de Lima e Ruy Corrêa de Serpa Pinto e pelo engenheiro auxiliar Amândio Duarte Pinto.

Cinco processos possuíam a identificação, não só do projecto de arquitectura, como do projecto de engenharia. Todos os autores destes projectos eram engenheiros. Num dos processos, verifica-se que o autor de ambos os projectos de especialidade é o mesmo: o engenheiro civil Cristiano Jorge de Lima, que acumula a esses papéis o de técnico responsável pela obra. Os restantes autores dos projectos de engenharia identificados foram: os engenheiros civis António Augusto Guimarães Teixeira Rêgo e Jorge Vieira Bastian, e o

engenheiro (sem que tenha sido possível determinar a sua especialidade) José Ribeiro da Silva Lima Júnior (autor de dois processos).

Das 21 licenças de que consta a autoria do projecto de arquitectura, em 14 (66,7%) quem assina este projecto é simultaneamente responsável pela direcção da obra. O arquitecto José Ferreira Peneda é responsável pelas cinco obras de que assina o projecto de arquitectura. O mesmo se verifica nas obras da autoria dos arquitectos João Queiroz e Mário Augusto Ferreira de Abreu. Para além do caso atrás referido (Cristiano Jorge de Lima), são responsáveis simultaneamente pelo projecto de arquitectura e direcção da obra outros profissionais, nomeadamente os mestres de obras Avelino Ramos Meira, João Gomes da Silva Guerra, José Pereira da Silva, Manuel Fernandes Moreno e Ricardo Lopes Ferreira, e o engenheiro civil Ruy Corrêa de Serpa Pinto.

Dos restantes processos com projecto de arquitectura identificado (n = 7), em três a responsabilidade da obra esteve a cargo de mestres de obras (Joaquim Faria Moreira Ramalhão, José Domingues de Almeida e José Joaquim Mendes), não tendo os restantes quatro identificação do responsável pela obra.

Finalmente, das obras sem identificação da autoria do projecto de arquitectura (n = 11), para duas não foi igualmente possível identificar o responsável pela obra. As restantes foram dirigidas maioritariamente (n = 7) por mestres de obras: António Pereira da Silva, Francisco David Fernandes d'Andrade, Francisco dos Santos Silva, José dos Santos Ribeiro, Manoel Ferreira Neves (responsável por duas obras) e Manoel Ferreira Ribeira. Uma obra teve o condutor de obras públicas Estevão Eduardo Augusto de Parada e Silva Leitão como técnico responsável. O arquitecto José Ferreira Peneda foi responsável por uma obra cuja autoria do projecto de arquitectura não está identificada; no entanto, pela frequência com que este autor projectou obras para a Rua de Santa Catarina, este projecto poderá ser de sua autoria.

VII.4.3. Análise tipológica

Na Tabela 25 mostram-se as frequências absolutas e relativas das várias tipologias e funções não habitacionais encontradas nos processos referentes à Rua de Santa Catarina.

	n	%
NÚMERO DE FAMÍLIAS		
Unifamiliar	18	56,2
Bifamiliar	8	25,0
Plurifamiliar	6	18,8
ESTRUTURA		
Isolada	4	12,5
Geminada/ em banda/ em conjunto	8	25,0
Isolada + geminada	1	3,1
Quinta	0	0,0
Sem especificação	19	59,4
HABITAÇÃO ECONÓMICA	1	3,1
HABITAÇÃO “DE RENDIMENTO”	1	3,1
FUNÇÃO		
Apenas habitação	22	68,8
Habitação + outra	10	31,2
OUTRAS FUNÇÕES *		
Comércio	10	31,2
Armazém	1	3,1
Oficina	0	0,0

* As frequências correspondem às licenças em que se verificou cada uma das funções, independentemente de alguns processos corresponderem a habitações com mais do que uma função (seja no mesmo edifício ou em edifícios distintos).

Tabela 25. Frequências absolutas e relativas das diversas tipologias na Rua de Santa Catarina

Mais de metade das licenças correspondem a habitação unifamiliar. Relativamente à estrutura das habitações, cerca de seis em cada dez processos não a especificavam. Das restantes, a maioria (n = 8) correspondiam a habitações geminadas, em banda ou em conjunto.

Apenas um processo correspondia a habitação classificada como económica, e um outro a habitação “de rendimento”. Pelo seu reduzido número, estas tipologias não serão relacionadas com as restantes.

Relativamente à presença de funções não habitacionais, verificou-se que quase um terço dos processos incluía referência à função comercial. Adicionalmente, uma destas licenças fazia referência concomitante à função de armazém. É de referir que, dos dez processos em que eram referidas funções comerciais, seis correspondiam a licenças unifamiliares, duas a licenças bifamiliares e duas a licenças plurifamiliares, sendo a proporção de construções com função comercial semelhante entre estas três tipologias (25,0% nas bifamiliares e 33,3% nas uni- e plurifamiliares). Quanto à relação com o tipo de estrutura, encontrou-se referência a funções não habitacionais em maior proporção nas licenças sem especificação da estrutura ($n = 8$; 42,1% destas licenças), correspondendo as restantes ($n = 2$) a habitação geminada, em banda ou em conjunto.

A Tabela 26 cruza as classificações das licenças em termos de tipologia uni-, bi- ou plurifamiliar e em termos de estrutura. As frequências relativas referem-se à proporção de cada tipo de estrutura em função do total de licenças correspondentes a cada tipologia quanto ao número de famílias.

	Unifamiliar [n = 18]	Bifamiliar [n = 8]	Plurifamiliar [n = 6]	p
Isolada n (%)	4 (22,2)	0 (0,0)	0 (0,0)	n.a.
Geminada/ em banda/ em conjunto n (%)	0 (0,0)	5 (62,5)	3 (50,0)	
Isolada + geminada n (%)	0 (0,0)	0 (0,0)	1 (16,7)	
Sem especificação n (%)	14 (77,8)	3 (37,5)	2 (33,3)	

n.a. = Não se verificaram as condições de aplicabilidade do teste do qui-quadrado.

Tabela 26. Cruzamento de tipologias quanto ao número de famílias e estrutura (Rua de Santa Catarina)

Apesar da impossibilidade de aplicação de estatística inferencial, alguns aspectos da relação entre as duas variáveis merecem ser destacados. Por um lado, as licenças correspondentes a habitações isoladas apenas são encontradas na tipologia unifamiliar, contrariamente ao que se verifica relativamente às tipologias geminada, em banda ou em conjunto, exclusivas das licenças bi- ou plurifamiliares. Por outro lado, tipologias geminada, em banda ou em conjunto correspondem a mais de metade das licenças bi- ou plurifamiliares, enquanto que mais de três quartos das licenças unifamiliares não possuíam especificação quanto ao tipo de estrutura.

VII.4.4. Análise estrutural e estética das fachadas

Dos 32 casos analisados, dois não dispunham de informação relativamente ao número de andares. Nos restantes 30, verifica-se um predomínio de edifícios com três ou quatro andares ($n = 13$ e $n = 14$, respectivamente). Registaram-se ainda dois edifícios com dois andares e um com cinco andares.

O RSEU (decreto de 14 de Fevereiro de 1903)⁹¹⁹ definia que a altura das fachadas dos edifícios seria determinada pela largura das vias. Pelo facto de a Rua de Santa Catarina não apresentar uma largura uniforme, a adequação dos edifícios construídos na primeira metade do século XX a esta regra implicaria uma verificação caso-a-caso, o que se torna impossível de aplicar a todos os edifícios dadas as modificações sofridas quer pela rua, quer pelo desaparecimento de alguns destes e falta de registo preciso das suas dimensões. Contudo, a predominância de edifícios com 3 ou 4 andares e as características gerais da rua permitem constatar que pelo menos a maioria destas construções estariam de acordo com o que era imposto pelo regulamento.

A nível de estética das fachadas encontram-se diferentes elementos, destacando-se, pela sua predominância: o trabalho em ferro (forjado ou fundido) aplicado nas guardas das varandas, janelas, bandeiras e postigos; o trabalho de cantaria aplicada a peças estruturais mas também a elementos ornamentais (como em baixos-relevos); e a aplicação de azulejo. Relativamente a estes último elemento, é de mencionar a diversidade de técnicas de produção e decoração: azulejos de padrão (de estampilha e estampagem), biselados (esmaltados), relevados (alto relevo e meio relevo) ou de figura avulsa. Os elementos ornamentais encontrados nas fachadas remetem para “neos” e revivalismos, mas também elementos da Arte Nova, das *Artes Déco* (quer da sua tendência decorativista como da corrente radical), e elementos que

⁹¹⁹ Este regulamento impunha que quando “a largura das ruas for menor de 7 metros, a altura das fachadas não será superior a 8 metros (rés-do-chão e primeiro andar)”; “a largura for de 7 a 10 metros exclusivamente, a altura da fachada não será superior a 11 metros (dois andares)”; “a altura for de 10 a 11 metros exclusivamente, a altura das fachadas não será superior a 14 metros (três andares)”; “a largura for de 14 a 18 metros exclusivamente, a altura das fachadas não será superior a 17 metros (quatro andares)”; “a altura for de 18 metros ou superior e nas grandes praças e *boulevards*, a altura das fachadas não será superior a 14 metros (cinco andares)”; “Quando aos edifícios tiverem fachadas sobre duas ruas que se cruzem com diferentes larguras, a altura será determinada pela maior largura” ou “Quando os edifícios forem construídos fora do alinhamento das ruas publicas, em pateos ou jardins interiores, a sua altura não excederá a 15 metros, excepto se o Governo autorizar maior elevação”. MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS. REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*. Aprovado por Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, p. 6.

remetem para o estilo “Português Suave” e para a “arquitectura do reboco”. Por exemplo, as licenças 72/1901 e 209/1901 evidenciam que edifícios projectados na mesma época apresentam por vezes linguagens estética e artística bastante diferentes (Figuras 28 e 29). Enquanto que no edifício correspondente à licença n.º 72 existe uma quase ausência de elementos decorativos, no da licença n.º 209 os diversos elementos usados na composição da fachada remetem para as correntes dos “neos”.



Figuras 28 e 29. Alçados de dois edifícios do início do século XX evidenciando grande diferença de linguagens artísticas

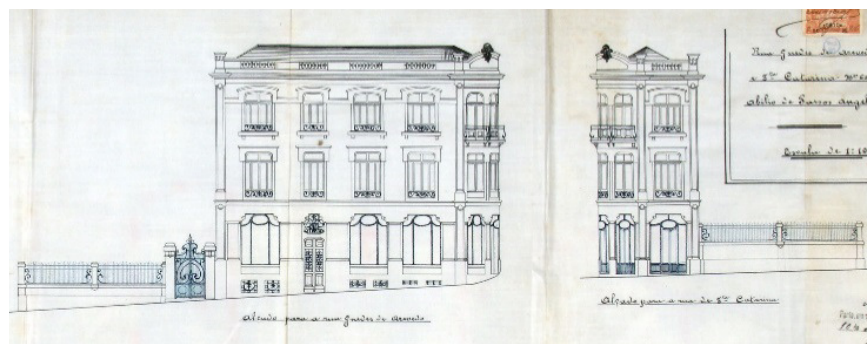
[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.ºs 72/1901 e 209/1901)]

A aplicação dos elementos atrás referidos é uma constante nas fachadas desta artéria. O ferro é bem visível, por exemplo, nas fachadas das licenças 765/1907, 188/1914, 1163/1914 e 257/1918, nas quais é possível verificar a sua aplicação em diferentes elementos (Figuras 30 e 31). Nos edifícios correspondentes às licenças 23/1917 e 257/1918, destaca-se o trabalho de cantaria (note-se no primeiro caso o uso de grinaldas no remate da fachada em gaveto; Figuras 32 e 33). Nos exemplos 720/1909 e 257/1918, é observável uma clara utilização do azulejo com temática arte nova (vegetalista e animal; Figuras 34 e 35). No primeiro caso, sobressai ainda o carácter orgânico dos volumes, evidenciados através de formas movimentadas e dos elementos arredondados e desenvolvidos em diferentes planos. A conjugação das três artes (ferro, azulejo e cantaria) é bem evidenciada na licença 257/1918 e, especialmente, na 330/1919, onde a temática se conjuga perfeitamente com os materiais típicos da época (Figura 36).



Figuras 30 e 31. Aplicação de ferro nas fachadas de dois conjuntos de edifícios

[LO n.ºs 188/1914 e 1163/1914]



Figuras 32 e 33. Uso de cantaria nos alçados

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.ºs 23/1917 e 257/1918)]



Figuras 34 e 35. Pormenores de edifício em que se destaca o uso de azulejo com temática arte nova, e a saliência de diversos corpos

[LO n.º 720/1909]

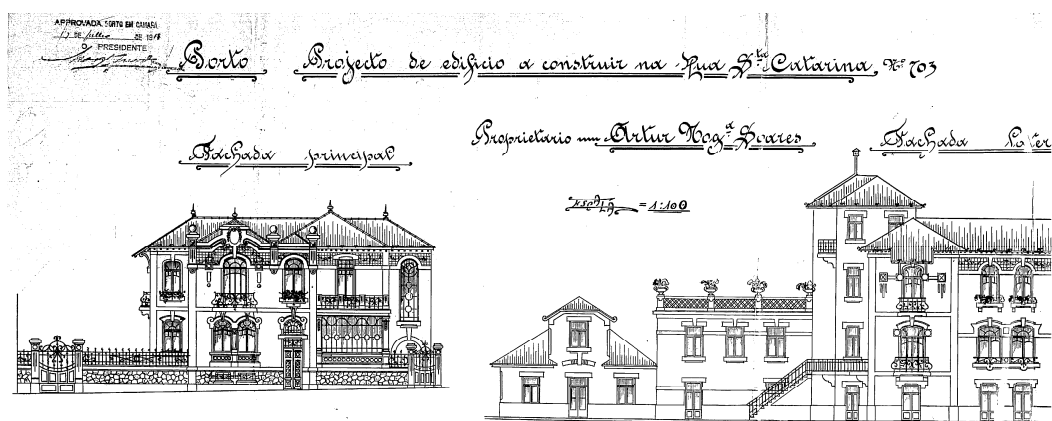
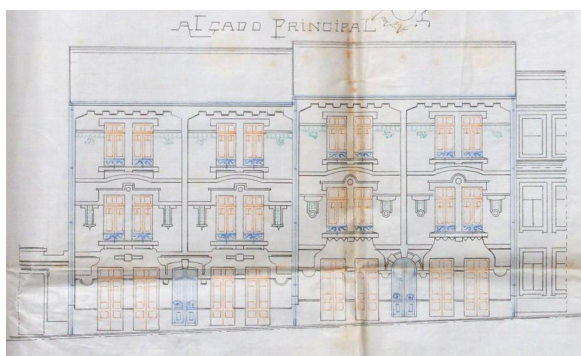


Figura 36. Projecto em que se conjugam as artes do ferro, cantaria e azulejo

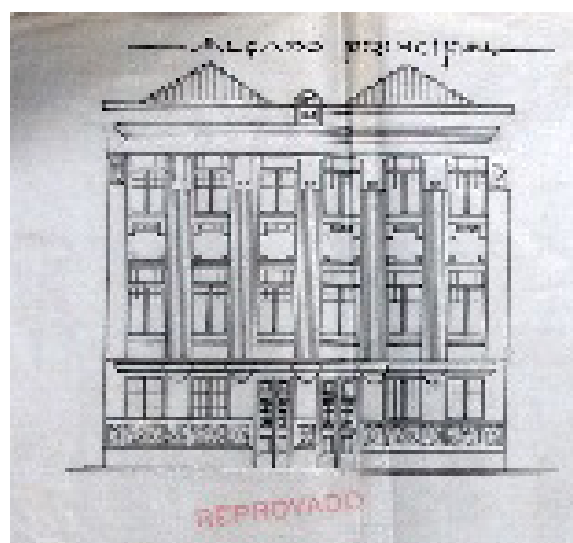
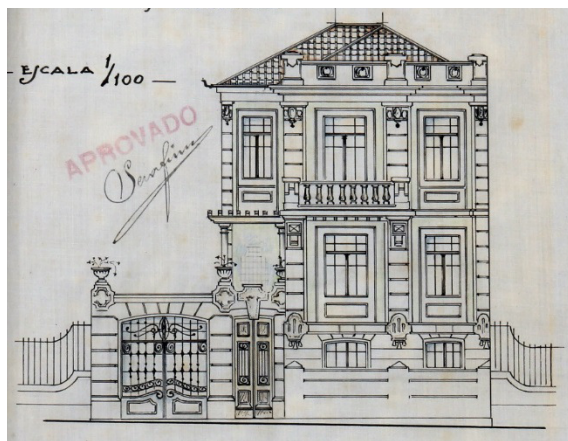
[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 330/1919)]

Nas obras correspondentes às licenças 930/1920 e 1925/1923 surge uma aproximação ao gosto pelas *Artes Déco* (Figuras 37 e 38). Este gosto é notório pela tendência para a geometrização dos elementos decorativos; no entanto, a sua temática é ainda de índole Arte Nova. Ao mesmo tempo, verifica-se que é usado o reboco na fachada principal de forma mais acentuada. Já nas obras 1360/1925, 273/1928, 1072/1930-31 e 125/1932-33, e apesar do lapso temporal face às anteriores não ser grande, predomina já claramente o gosto pelas *Artes Déco*, em especial de tendência mais decorativa. Nos últimos dois casos os formulários desta corrente estão já bem assimilados e verifica-se também que os elementos ornamentais começam a estilizar-se. No último exemplo, sobressai, tal como ocorre nos 930/1920 e 1925/1923, uma tendência para o uso do reboco. A “arquitetura do reboco” está bem patente nas licenças 254/1930-31, 18/1934-35 e 159/1939, em que este material se afirma nas fachadas de forma predominante (Figuras 39 a 42).



Figuras 37 e 38. Alçado e respectiva fachada onde o gosto “Artes Deco” se evidencia pela geometrização das formas

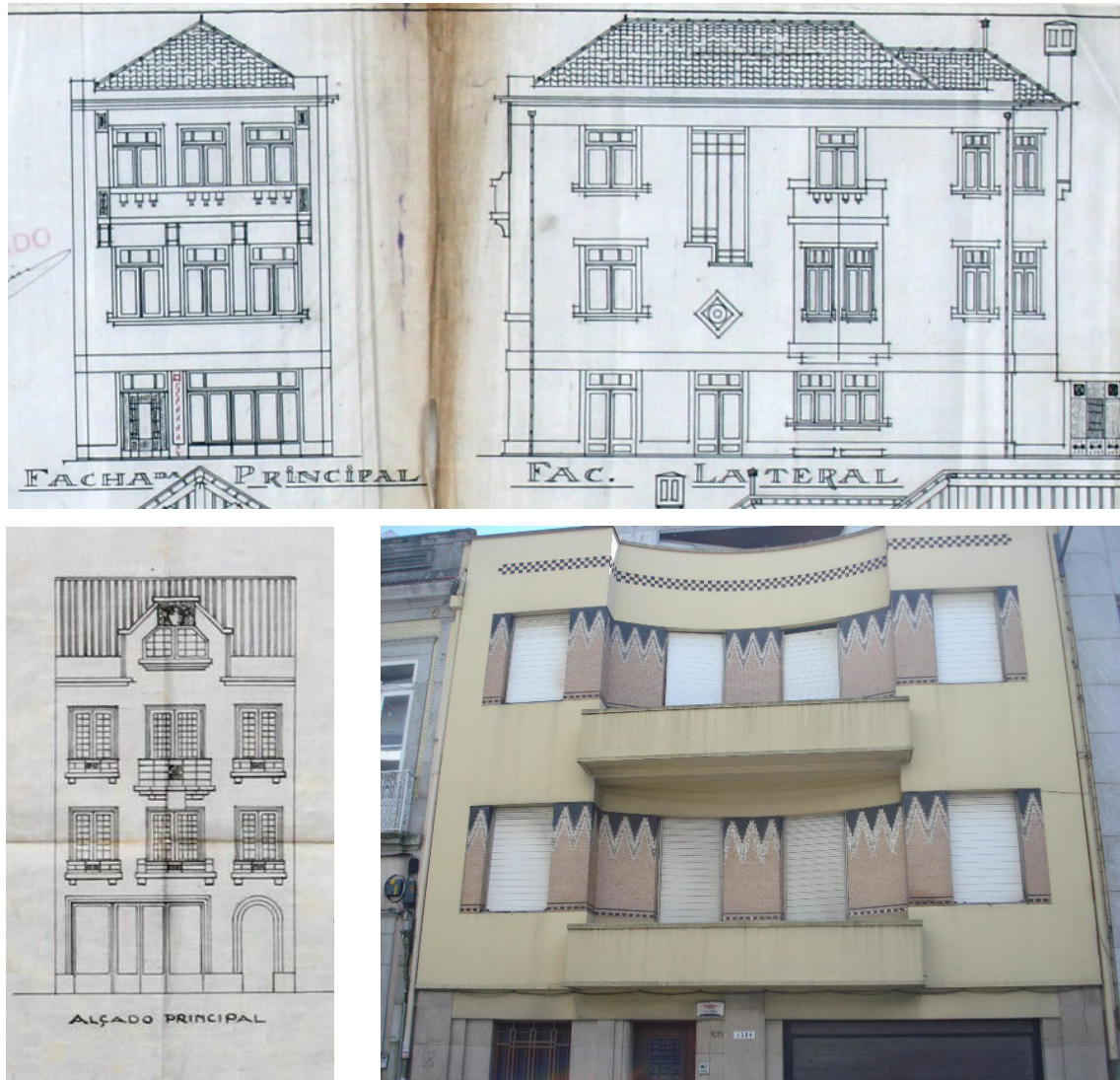
[Fonte (alçado): Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 930/1920)]



Figuras 39 a 42. Fachadas onde se encontra de forma acentuada o gosto pelas Artes Déco em pormenores ornamentais e na serralharia

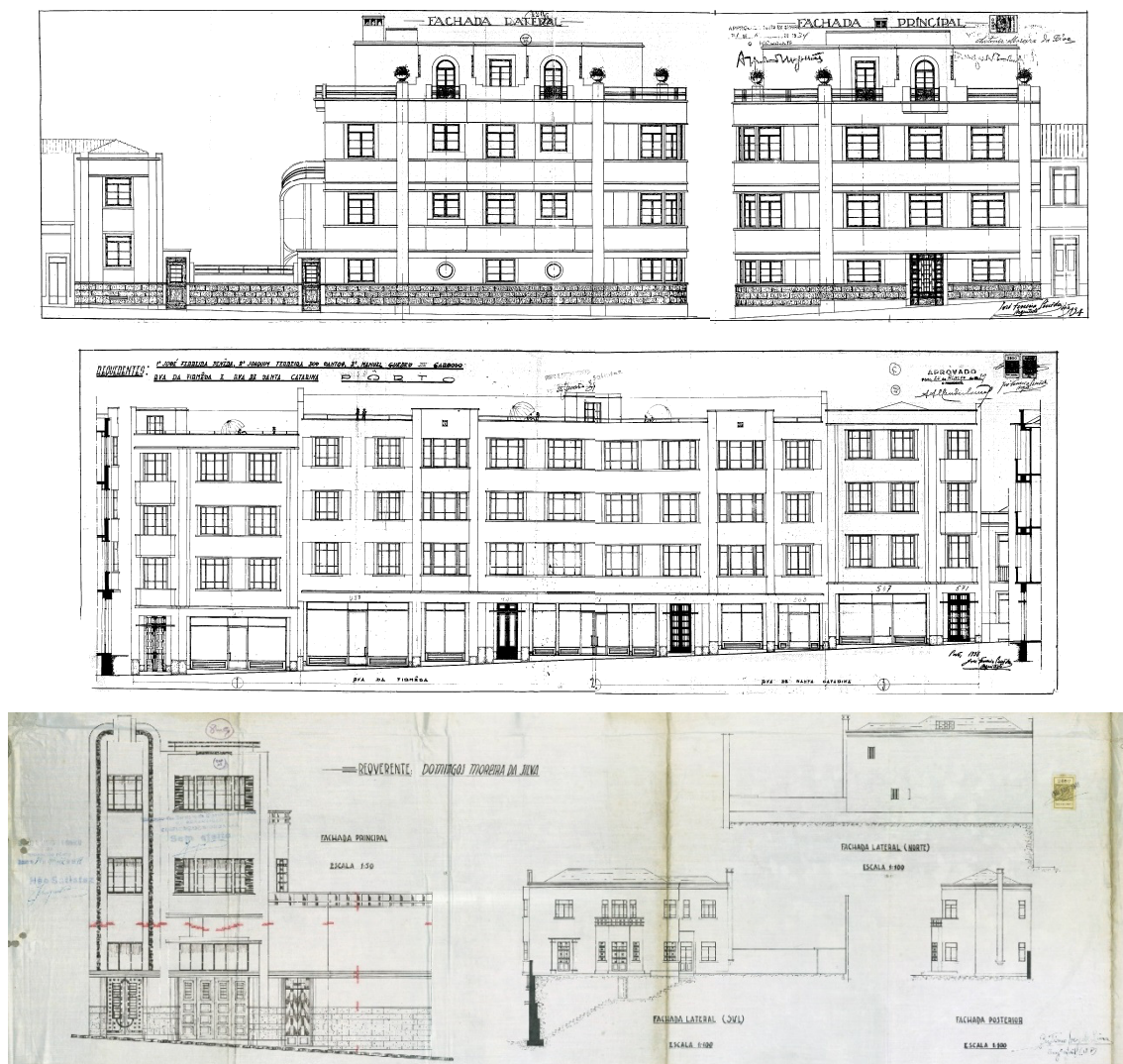
[Fonte (elementos desenhados): Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 1072/1930-31 e 125/1932-33)]

Nas licenças 254/1930-31, 976/1930-31 e 1132/1936 (entre outras), nota-se uma tendência para o despojamento ornamental nas fachadas e uma aproximação ao Modernismo Radical (Figuras 43 a 45). Nos edifícios 18/1934-35, 1821/1934-35, 159/1939, 1355/1934-35 e 274/1941 verifica-se já um despojamento total da ornamentação. A ausência de elementos decorativos faz com que estas fachadas apresentem um racionalismo e purismo do seu desenho, tão frequente na arquitectura desta década, aproximando-se do Movimento Moderno internacional (Figuras 46 a 48).



Figuras 43 a 45. Alçados de claro gosto pelas “Artes Deco” mas com tendência para despojamento ornamental

[Fonte (elementos desenhados): Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.ºs 254/1930-31, 1132-1936 e 1821/1934-3)].



Figuras 46 a 48. Edifícios plenamente integrados no espírito do Movimento Moderno

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 18/1934-35, 159/1939 e 274/1941)].

Podemos também encontrar alguns aspectos que aproximam certos edifícios do estilo “Português Suave”. Contudo, esta aproximação é sobretudo feita a partir de elementos pontuais. São exemplos as licenças 272/1927, 254/1930-31, 125/1932-33 e 1355/1934-35. No caso das licenças 330/1919 e 273/1928, a aproximação a esse estilo nota-se pelo excesso decorativo e pela preferência no uso de beirais e de arcos de volta perfeita (Figura 49).

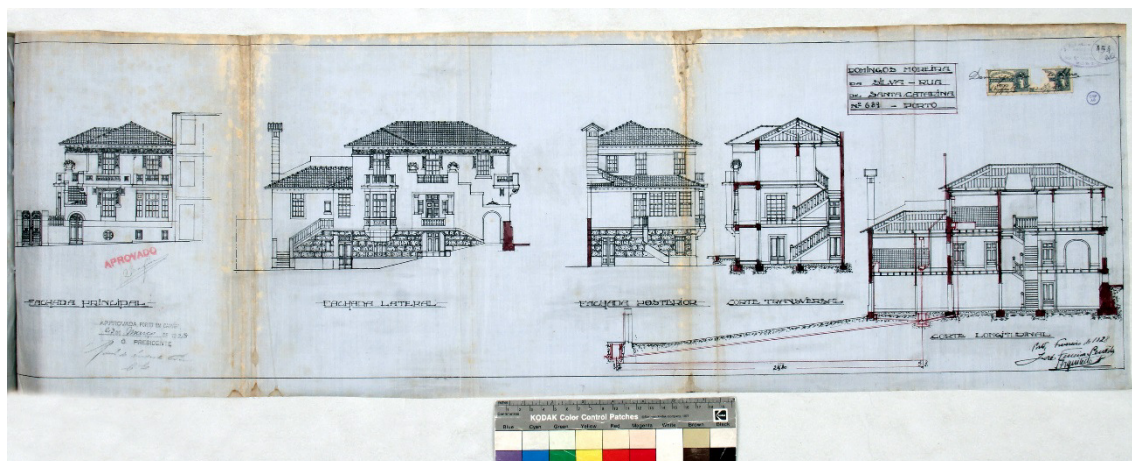


Figura 49. Fachadas desenhadas em estilo nacional

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 273/1928)]

O uso e a predominância de linguagens que caracterizam as correntes “neos”, ecléticas e revivalistas remetem para todo o panorama cultural do início do século XX, enquadrando-se no “surto de novas arquitecturas”. A coexistência de diferentes correntes adapta-se aos gostos dos encomendantes, reflectindo-se na predominância e coexistência destes estilos, que já vinham do panorama oitocentista, e a que se juntaram os modelos franceses, especialmente, de gosto *Beaux-Arts*⁹²⁰. José Fernandes e Pedro Almeida referem que para tal terá também contribuído o facto de muitos arquitectos e projectistas nacionais emigrarem para França, como forma de completarem a sua formação, tendo trazido estes modelos mas reinterpretando-os na arquitectura portuguesa⁹²¹. Também Eduardo Fernandes argumenta que os arquitectos nacionais que estudaram em França na transição dos séculos foram especialmente influenciados pela “École des Beaux-Arts”⁹²². Vários investigadores mencionam que para este fenómeno contribuiu fortemente a figura do arquitecto José Marques da Silva, através da sua acção enquanto pedagogo e arquitecto na cidade⁹²³.

⁹²⁰ FERREIRA, Nuno Paulo Soares – *Entrepasto Frigorífico do Peixe de Massarelos. Um dos ícones da arquitectura modernista portuense*, pp. 29-30.

⁹²¹ ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel – A Arquitectura Moderna, in *História da Arte em Portugal*, vol. 14. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 91.

⁹²² FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral dos Santos – *A Escolha do Porto: Contributos para a actualização de uma ideia de Escola*, p. 39.

⁹²³ CARDOSO, António – *O Arquitecto Marques da Silva e a arquitectura no norte do país na primeira metade do séc. XX*; FERNANDEZ, Sergio – *Percursos. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, p. 12; COSTA, Alexandre Alves – *Introdução ao estudo da História da Arquitectura Portuguesa*, p. 102; FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral dos Santos – *A Escolha do Porto: Contributos para a actualização de uma ideia de Escola*, pp. 26-27.

O uso do trabalho de ferro forjado, enquanto componente ornamental do edifício, generaliza-se nesta cidade a partir dos finais do século XVIII⁹²⁴. Já a técnica do ferro fundido generalizou-se na produção arquitectónica portuguesa a partir de 1850⁹²⁵. Esta técnica criou novos motivos tipológicos⁹²⁶ e, sobretudo a partir de 1900, aparecem os arabescos inseridos da estética da época. Com a 1.ª Guerra Mundial “floresce pela cidade [...] a nova varanda louca, sem estilo próprio, espelho fiel da arquitectura do século”⁹²⁷. Quanto à utilização do azulejo como revestimento das fachadas, era uma prática corrente nesta cidade desde meados do século XIX, especialmente na arquitectura civil e, sobretudo, no campo da habitação⁹²⁸.

A temática Arte Nova na Rua de Santa Catarina surge como um “capricho da moda” e sobretudo na composição e na “gramática decorativa”, assinalando “uma nova situação estética”⁹²⁹. Nos diferentes elementos decorativos, independentemente do seu material, destaca-se “a marcada linearidade, o movimento ondulante, a profusão decorativa e a conjugação de várias matérias e técnicas”⁹³⁰. A estas características podem ainda juntar-se o carácter orgânico dos volumes, evidenciado através de formas movimentadas e dos elementos arredondados em diferentes partes da fachada.

O Modernismo arquitectural nesta artéria surge associada ao gosto *Artes Déco*, primeiramente através de uma “tendência decorativista” e, quase em simultâneo, na “tendência radical”. A tendência radical, caracterizada sobretudo por ser anti-decorativista, assenta na aproximação ao purismo da arquitectura, no reforço das linhas horizontais e numa simplificação racional onde a organização funcional da planta se reflecte nos volumes das fachadas⁹³¹.

Alexandra Pacheco refere que este gosto pelas *Artes Déco* não ocorreu exclusivamente como consequência da Arte Nova, uma vez que nesta cidade coexistiram diferentes possibilidades

⁹²⁴ D’AURORA, Conde – *Varandas, janelas, postigos e outros ferros da cidade do Porto*. Porto: [s.l.], 1967, pp. 7-8.

⁹²⁵ QUEIROZ, José Francisco Ferreira – Modelos para as artes do ferro aplicadas à tumulária romântica em Portugal, in MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho; CORREIA, Ana Paula Rebelo (coord.) – *Iconografia e fontes de inspiração. Imagem e memória da gravura Europeia. Actas do 3.º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, Instituto de História da Arte, 2011, p. 230.

⁹²⁶ FLOR, Susana – O ferro forjado na história e na arte da cidade do Porto, in *ARPPA*. Porto, n.º 2, 2.º semestre de 1987.

⁹²⁷ D’AURORA, Conde – *Varandas, janelas, postigos e outros ferros da cidade do Porto*, p. 11.

⁹²⁸ MARTINS, Fausto S. – *Azulejaria portuense: História e iconografia*. Lisboa: Edições Inapa, 2001.

⁹²⁹ COSTA, Lucília Verdelho da – *Ernesto Korrodi 1889-1944. Arquitectura, ensino e restauro do património*, 2.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 276-277.

⁹³⁰ PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, p. 21.

⁹³¹ FERNANDES, José Manuel – *Arquitectura modernista em Portugal [1890-1940]*, 2.ª ed. Lisboa: Gradiva, 2005, pp. 51-52.

decorativas, tendo a Arte Nova sido apenas uma delas. No entanto, a mesma autora refere que as *Artes Déco* sucederam à Arte Nova “na arquitectura, na serralharia artística, na opção pelos materiais – a primazia é dada ao cimento armado – e uma linha de continuidade pode ser encontrada na tendência do Porto para a integração de elementos decorativos nas suas habitações ou nos edifícios de aparato, isolados ou inseridos em artérias [...], nas quais se privilegiou o trabalho em cantaria”⁹³². António Capello destaca também nesta arquitectura o uso do cimento, que permite “construções com a modulação do cimento a reproduzir o desenho próprio da cantaria, num pastiche que se deve, exclusivamente, a motivos de economia no custo da construção”⁹³³. Também frequente nesta corrente é o uso do azulejo com uma iconografia muito própria: destaca-se a fonte “com os fios de água formando uma parábola” e a “*corbeille*”, esta última particularmente frequente na cidade do Porto⁹³⁴. A composição ornamental dos elementos que compõem este gosto (o trabalho de azulejo, ferro, cantaria...) destaca-se dos restantes estilos por uma maior geometrização e estilização⁹³⁵.

Apesar de a “arquitECTURA do reboco” ser frequente na arquitectura desta cidade, será com os anos 30 que se vai generalizar. O reboco, enquanto material principal desta arquitectura, não será um meio de expressão exclusivo das *Artes Déco*, percorrendo todos os estilos arquitectónicos⁹³⁶. António Capello refere que o reboco proporciona “imagens luminosas, em alternância à densidade do «soturno» granito aparente, associado às arquitecturas ecléticas e opulentas do início do século”. Esta luminosidade era também adquirida através da aplicação da cor (geralmente de tons claros) no reboco⁹³⁷. Ao contrário do que acontece com outros estilos, na arquitectura portuense esta arquitectura não representou uma ruptura marcante face à evolução estilística que se verificara até então; pelo contrário, sucedeu-lhe “num processo gradual de continuidade com a tradição clássica e local, por vezes reinventada nestas arquitecturas”⁹³⁸.

Gradualmente, começa a surgir nesta rua a “tendência radical” (ou “Modernismo Radical”), tal como acontece no resto da cidade, e esta acontece, inicialmente, através da gradual

⁹³² PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, pp. 22-23.

⁹³³ CAMPELLO, António Ferreira de Lima Cabral – *Um olhar sobre a arquitectura do prédio de rendimento no Porto e a rua de Sá da Bandeira como uma metonímia*, p. 210.

⁹³⁴ MARTINS, Fausto S. – *Azulejaria portuense: História e iconografia*, p. 167.

⁹³⁵ CAMPELLO, António Ferreira de Lima Cabral – *Um olhar sobre a arquitectura do prédio de rendimento no Porto e a rua de Sá da Bandeira como uma metonímia*, p. 209.

⁹³⁶ IDEM – *Ibidem*, pp. 217-227.

⁹³⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 217.

⁹³⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 225.

redução dos “motivos meramente decorativos, desaparece a estilização da natureza do Art Déco, mas permanecem as grelhas geométricas, os rasgos abrem-se directamente no reboco e usam-se apenas as demarcações do material, substituem-se cornijas ou beirais por platibandas e a silhueta de paredes lisas recorta-se no céu, numa aproximação gradual a uma imagem de modernidade”⁹³⁹. Esta evolução leva a uma arquitectura com fachadas plenamente integradas num “modernismo mais despojado de ornamentação, racional e purista”⁹⁴⁰ e que, sobretudo a partir dos anos 40, se aproximam dos fundamentos do Movimento Moderno internacional, sendo cada vez mais influenciada pelas arquitecturas e arquitectos internacionais. Esta internacionalização da arquitectura é também visível na utilização de azulejo de fachadas⁹⁴¹. Estas fachadas reflectem também a aprendizagem obtida na Escola do Porto⁹⁴².

Relativamente ao “Estilo Português Suave”, é encontrado nesta artéria através de elementos pontuais que remetem para a arquitectura monumental (tais como a insistência no uso da linguagem artística, que oscila entre o Modernismo, o Historicismo e o Regionalismo). Os projectistas foram “adulterando os códigos modernizantes, aos quais acrescentavam símbolos regionalistas, de uma tradição popular rural, supostamente referentes a uma carga nacionalista de um passado histórico glorificado. Adoptou as valências de um neo-classicismo monumental, de neo-tradicionalismo revivalista, e de um neo-ruralismo conservador. O receituário abrangia ingredientes como os beirais, os azulejos, os nichos para imagens de culto e os ferros forjados. Da introdução de referências à linguagem vernácula, surgem obras híbridas, onde as platibandas se misturam com beirais, numa ambiguidade de regionalismo e modernidade”⁹⁴³. A estas características podemos acrescentar a persistência no uso de pedra rústica, reboco, cunhais e elementos em cantaria, bem como a permanência dos telhados inclinados tradicionais com telha e beirais e com cornijas, mas inseridos numa arquitectura mais sólida e em alguns casos de matriz clássica.

⁹³⁹ IDEM – *Ibidem*, p. 217.

⁹⁴⁰ FERREIRA, Nuno Paulo Soares – *Entrepasto Frigorífico do Peixe de Massarelos. Um dos ícones da arquitectura modernista portuense*, p. 40; PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*, p. 23.

⁹⁴¹ MARTINS, Fausto S. – *Azulejaria portuense: História e iconografia*, p. 159.

⁹⁴² A.A.V.V. – *Architectures à Porto*. Bruxelas: Pierre Mardaga, 1987; GRAVETO, Maria Adriana Pacheco Rodrigues – *Trajecto do risco urbano. A arquitectura na cidade do Porto, nas décadas de 30 a 50 do século XX, através do estudo do conjunto da Avenida dos Aliados à Rua de Ceuta*; ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel – *A Arquitectura Moderna*; PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *Influências internacionais na Arquitectura Moderna no Porto (1926-1956)*; FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral dos Santos – *A Escolha do Porto: Contributos para a actualização de uma ideia de Escola*.

⁹⁴³ GRAVETO, Maria Adriana Pacheco Rodrigues – *Trajecto do risco urbano. A arquitectura na cidade do Porto, nas décadas de 30 a 50 do século XX, através do estudo do conjunto da Avenida dos Aliados à Rua de Ceuta*, p. 72.

Para além da análise atrás apresentada, foi efectuada uma análise das fachadas por tipologia. Uma vez que a influência dos movimentos artísticos é transversal às diferentes tipologias, esta análise não é alvo de discussão tão específica como a atrás efectuada, dado que tal resultaria na repetição de ideias já apresentadas, discutindo-se apenas alguns aspectos considerados particularmente relevantes. Pela sua especificidade, analisaram-se separadamente os palacetes e casas grandes, seguindo-se uma caracterização das fachadas correspondentes a outras tipologias.

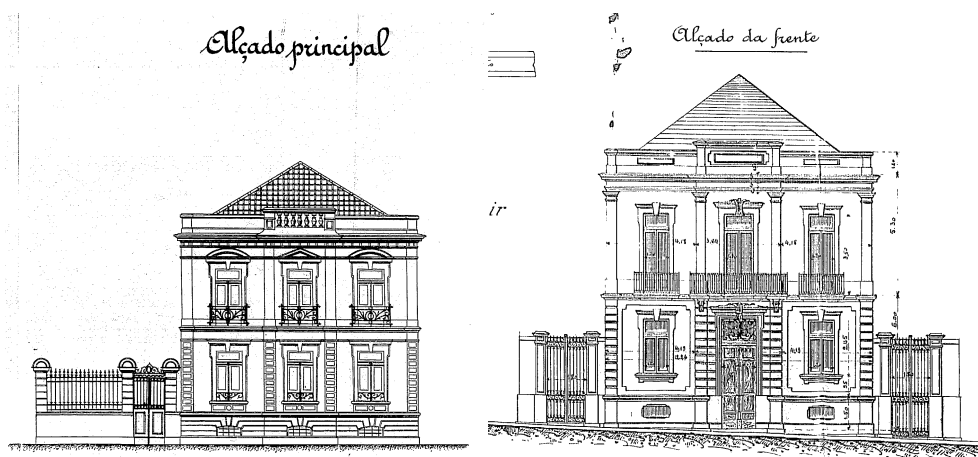
Os palacetes e casas grandes destacam-se nesta rua das restantes tipologias pelo modo como estes edifícios se implantam no traçado viário. Verificou-se nos casos estudados que nenhum palacete é recuado, implantando-se todos à face rua possuindo quatro ou mais fachadas e entradas laterais para a área envolvente. As “casas grandes”⁹⁴⁴ são edifícios de menores dimensões. Possuem três fachadas e, tal como os palacetes, todas se implantam à face da rua, mas numa das extremidades do lote. Uma das características que as distingue dos palacetes é o facto de o acesso principal à habitação se fazer sempre pela fachada lateral, isto porque o acesso ao lote é também feito lateralmente. Outras características que distinguem estas tipologias das restantes encontradas na Rua de Santa Catarina são o seu carácter horizontal, bem evidenciado nas suas fachadas.

Quando comparadas com as fachadas laterais e posteriores, as fachadas principais apresentam um tratamento mais cuidado e pormenorizado. Este cuidado é conseguido pela aplicação de ornamentação, bem como pelo uso de materiais mais “nobres”. É de referir que é na conjugação destes elementos e materiais que frequentemente se evidencia o gosto dos encomendantes e a influência dos diferentes estilos arquitectónicos.

A maioria dos palacetes é composta por três registos, cada um correspondente a um piso, e três corpos, quase sempre claramente demarcados por diferentes elementos. São frequentes as pilastras, colunas que enquadram os diferentes vãos (portas, janelas de peito e janelas em sacada) e os cunhais, que rematam as extremidades das fachadas. O corpo central das fachadas é evidenciado pela presença de estruturas em cantaria saliente. As portas de acesso principal inserem-se nestas estruturas e muitas vezes apresentam pequenos apontamentos de

⁹⁴⁴ Designação usada por PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar.*

madeira talhada. O corpo central é ainda evidenciado pela janela em sacada no andar nobre e pela platibanda, que o remata, e que é normalmente mais saliente nesta parte central, podendo incluir balaustradas ou pilastras. Numa leitura horizontal, as fachadas dos palacetes dividem-se em registos separados por faixas em cantaria saliente; o remate das fachadas é feito normalmente por platibandas, quase sempre salientes e muitas com beiral, podendo ou não possuir ornamentação. As casas grandes apresentam características semelhantes. As principais diferenças verificam-se na divisão dos corpos das fachadas (dois em vez dos três encontrados nos palacetes), mantendo-se na maioria dos casos o mesmo número de registos. As Figuras 50 e 51, referentes às licenças 22/1902 (casa grande) e 197/1903 (palacete), exemplificam os aspectos anteriormente referidos.



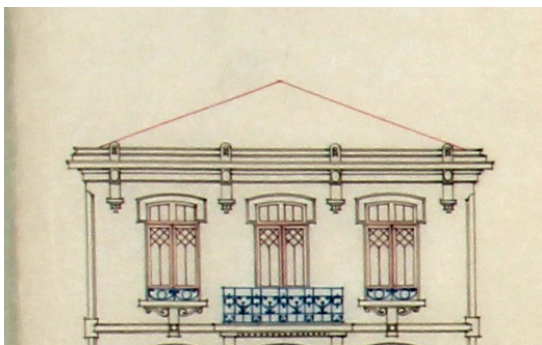
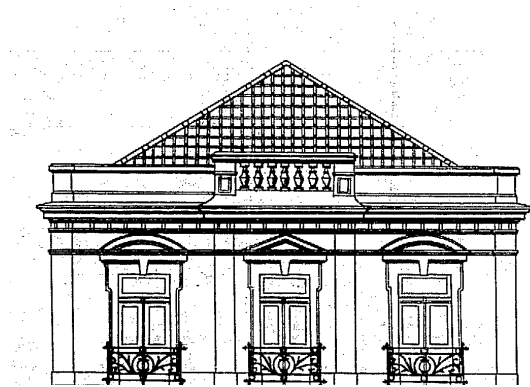
Figuras 50 e 51. Alçados correspondentes a habitações dos tipos casa grande (à esquerda) e palacete (à direita)

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.ºs 22/1902 e 197/1903)]

Nas fachadas dos palacetes e casas grandes é comum o uso de janelas de peito, janelas de sacadas e varandas com diferentes dimensões, criando diferentes ritmos. Estes ritmos são também sublinhados pelo uso de frontões de diferentes formas (curvo e triangular) a encimar os vãos das aberturas, pelo uso de peitoris, ombreiras e lintéis das janelas salientes, ou pela presença de frestas (com função de iluminação e ventilação) nos pisos inferiores ou nas caixas de ar. Considere-se por exemplo a obra correspondente à licença 22/1902, em que estas características estão bem patentes. Muitas das sacadas são sustentadas por mísulas, que podem também aparecer enquanto apoio a outros elementos, como janelas, beirados e floreiras, podendo possuir ou não ornamentação.

Como já referido, é frequente o uso de platibanda no remate das fachadas; contudo, este elemento não é uma realidade exclusiva desta cidade nem do período em estudo. Este

elemento era já utilizado em edifícios dos séculos anteriores e remete para a tradição neopalladiana. Estas platibandas surgem muitas vezes de forma sóbria, sem qualquer apontamento decorativo; noutros casos podem conter balaústres (por exemplo na licença n.º 22/1902) ou outros elementos: monogramas, almofadas salientes e/ou pontas de diamantes (197/1903); medalhões, grinaldas de flores ou elementos geométricos (1072/1930-31). Estas platibandas elevam-se normalmente acima das restantes fachadas, de forma a ocultar a cobertura do edifício. Também é frequente encontrarmos platibandas com um pequeno beirado saliente. Noutros casos, em vez de platibandas estão presentes cornijas (272/1927). É habitual a presença de argolas de sustentação em ferro inseridas nestas estruturas, sobretudo nos edifícios mais próximos do início do século; estas argolas serviam para sustentação de andaimes e outras estruturas quando fossem efectuadas obras de recuperação dos edifícios. Na Rua de Santa Catarina encontramos ainda um caso (274/1934) em que acima de uma pequena cornija se eleva uma pérgola (Figuras 52 a 56).





Figuras 52 a 56. Pormenores de diferentes tipos de platibandas em palacetes e casas grandes da Rua de Santa Catarina

[Fonte (elementos desenhados): Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.ºs 22/1902, 197/1903, 272/1927, 1072/1930-31 e 274/1934)].

Neste tipo de arquitectura é comum encontrarmos cantaria, muita dela lavrada e ornamental, nas molduras dos vãos das janelas e portas e chaves destes, nas pilastras e colunas, nos envasamentos e cunhais, e também no corpo central da fachada principal, isto é, na estrutura onde se insere a porta principal. Em casos mais raros, encontra-se cantaria em todo o revestimento das fachadas. A cantaria surge ainda noutros elementos decorativos, como por exemplo em balcões, nas faixas que dividem os registos, ou em aletas. São também comuns os elementos em ferro forjado ou fundido aplicado nas bandeiras das portas e janelas, nas guardas das janelas, sacadas e varandas, escadas, postigos, óculos e frestas. Na obra correspondente à licença n.º 272/1927 pode observar-se a aplicação da cantaria nos cunhais, na faixa que divide os registos e nas molduras dos vãos, e o trabalho em ferro em janelas, guardas da sacada, bandeira e postigo da porta, frestas do envasamento, em partes do coroamento do muro de vedação e no portão de acesso ao interior do lote (Figura 57).

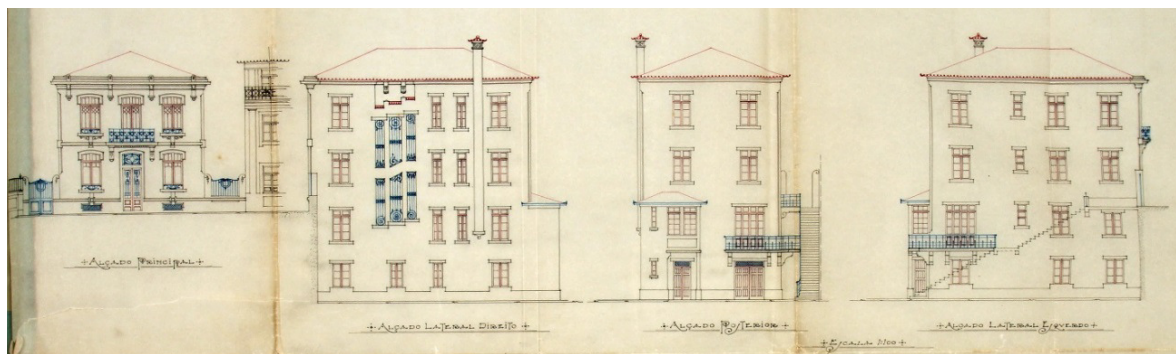


Figura 57. Uso de cantaria nos cunhais de fachadas

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 272/1927)]

A utilização de azulejo é também comum nestas tipologias. No entanto, este aparece quase sempre de forma pontual e misturado com outros materiais (cantaria, alvenarias, ferro, tijolo, cimento e rebocos), quer na estrutura da fachada quer nos seus elementos ornamentais. Embora mais raramente, o uso de azulejo é também encontrado como revestimento parcial da fachada. O vidro (transparente ou policromado) é também usado nestas construções, tal como as madeiras; estes materiais são usados nas portas, janelas e postigos, maioritariamente junto aos trabalhos em ferro.

Quanto às restantes fachadas (laterais e posteriores), apesar de apresentarem menor uniformidade de características, possuem elementos comuns e merecedores de destaque. Nas fachadas laterais é comum encontrar cantaria (especialmente rústica ou aparelhada) nos envasamentos. A cantaria aparelhada pode também surgir no revestimento total das fachadas ou nos cunhais e cornijas (vejam-se como exemplos, os casos 197/1903, 330/1919, 272/1927 e 976/1930-31; Figura 58). Por vezes também aparecem, quer nas fachadas laterais quer nas posteriores, marquises, com estruturas em ferro, vidro, cimento e/ou cantaria. Encontram-se também *bow-windows*, pequenos varandins, palas de coberturas em ferro e vidro, alpendres e aberturas em vidro normalmente correspondentes às caixas de escadas. Na fachada posterior da obra 720/1909 encontra-se um jardim de inverno em ferro e vidro, e na lateral uma pala de cobertura nos mesmos materiais. Na 273/1928 é possível observar uma *bow-window*, varandas e escadas, encontrando-se estes elementos em diferentes planos. Nas fachadas posteriores são comuns amplas varandas nos diversos registos; estas varandas dão acesso ao exterior da casa (jardins e outros espaços do logradouro), e a cozinhas e instalações sanitárias, muitas instaladas numa das extremidades da varanda. Estes elementos são facilmente distinguidos no desenho dos alçados, pelas estruturas salientes onde se inserem óculos ou

postigos; estes últimos servem para o arejamento destes espaços, podendo possuir diferentes formas e ser em ferro e envidraçados (Figuras 59 e 60).

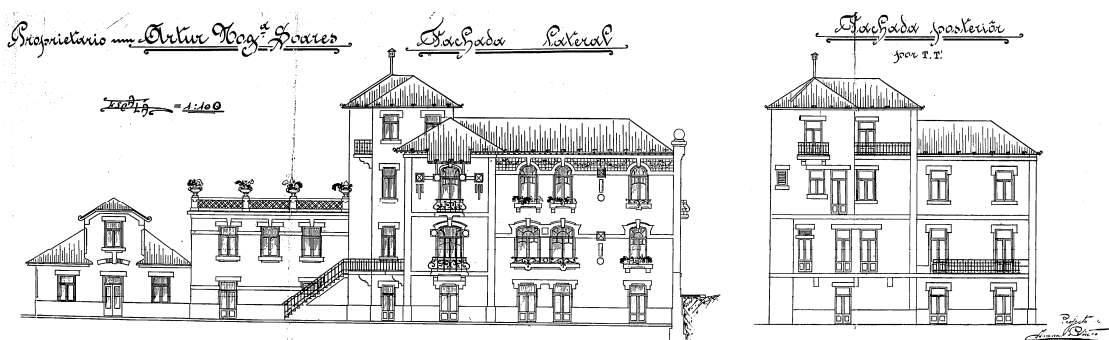
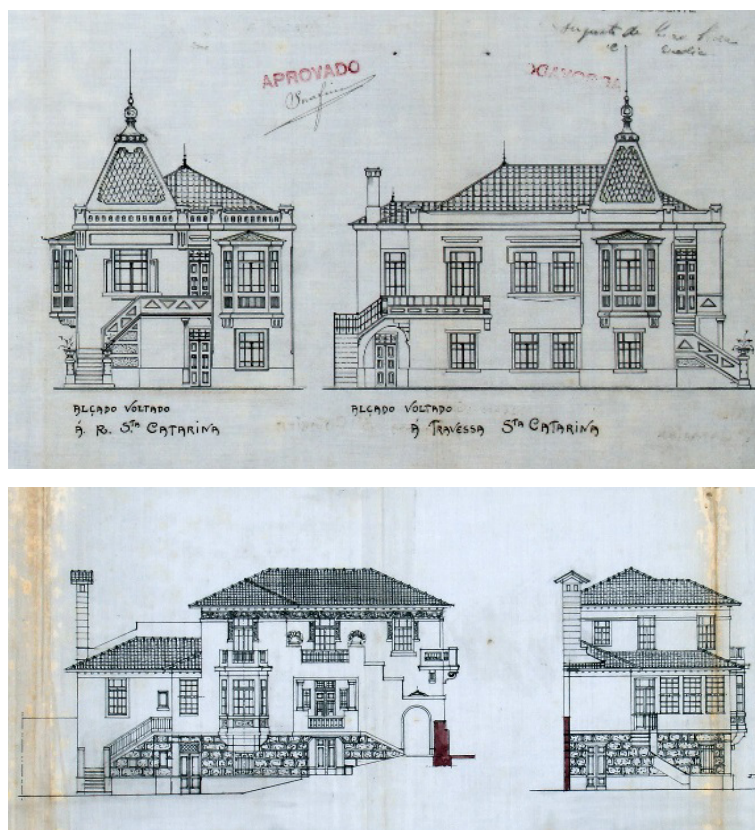


Figura 58. Uso de cantaria nos envasamentos das fachadas laterais e posteriores

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 330/1919)]



Figuras 59 e 60. Alçado de fachadas posteriores e laterais onde se destacam vários corpos salientes

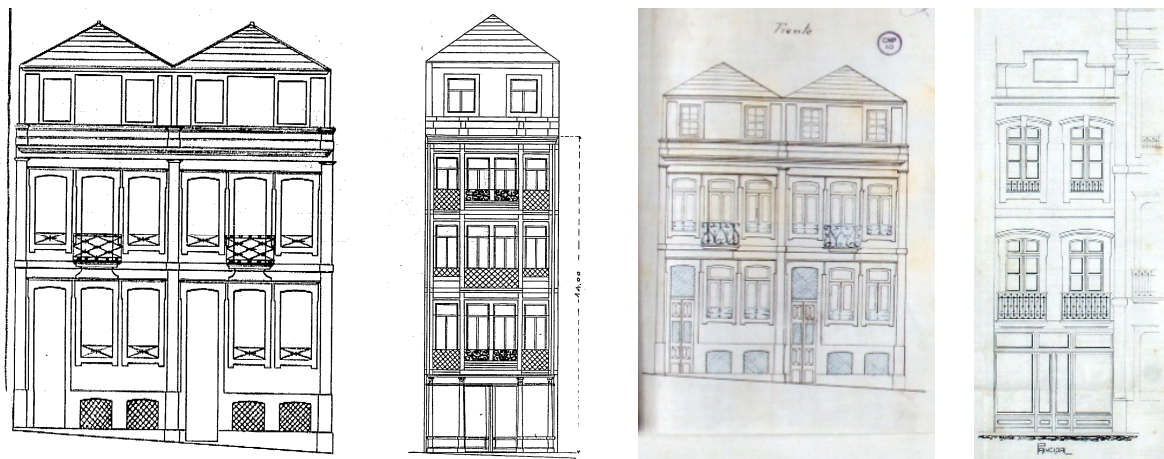
[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.ºs 273/1928 e 976/1930-31)]

Com o avançar dos anos verifica-se o aparecimento de estruturas mais complexas, isto é, maior número de corpos, diferentes planos, introdução de diferentes materiais e diferentes formas de concepção dos elementos de ornamentação. Os elementos decorativos tornam-se

maiores, deixando de ser sobretudo aplicados aos vãos, começando a ocupar grande parte da fachada. Surge com mais frequência cantaria lavrada, aparelho rústico, alvenaria, e azulejo misturado com as fachadas caiadas. É curioso notar que, simultaneamente, se verificava uma tendência oposta: algumas obras apresentam linhas mais sóbrias e modernas e com menor predominância de elementos decorativos. As licenças 272/1927 e 273/1928 exemplificam a concepção de diferentes linguagens estéticas no mesmo período e para a mesma tipologia arquitectónica, bem como a utilização de diferentes volumes e corpos construídos. Em suma, também as fachadas laterais e posteriores acompanhavam as tendências arquitectónicas.

De seguida, apresenta-se a análise das fachadas correspondentes a outras tipologias (que não palacetes e casas grandes) presentes na Rua de Santa Catarina, tais como as casas ditas tradicionais, também conhecidas como habitação corrente ou “casas estreitas e altas”, as habitações plurifamiliares e os grandes imóveis de habitação colectiva, onde se inserem os prédios de rendimento. Entre as obras aqui consideradas incluem-se projectos de casas isoladas ou em conjunto (geminadas ou em banda).

Quanto à volumetria dos edifícios, destaca-se o seu carácter vertical, esguio e ortogonal, sobretudo nas casas “estreitas e altas” e em alguns edifícios de habitação bi- e plurifamiliar. São disto exemplos os edifícios correspondentes às licenças 48/1904, 765/1907, 1163/1914 e 459/1916. Já nos edifícios de maior porte, como os grandes blocos de habitação, é frequente uma volumetria de carácter horizontal (por exemplo: 18/1934-35). Em todos os exemplos referidos, bem como na maioria das obras consideradas, os edifícios implantam-se à face da rua. No entanto, é possível encontrar um conjunto de edifícios recuado da via pública (1355/1934-35): trata-se de um bloco de casas situado nas traseiras do edifício principal, à maneira do que era habitual na construção de ilhas na cidade do Porto (Figuras 61 a 64).



Figuras 61 a 64 Alçados de edifícios de configuração estreita e esguia na Rua de Santa Catarina

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.ºs 48/1904, 765/1907, 1163/1914 e 459/1916)]

As casas estreitas e altas são, normalmente, composta por duas fachadas (principal e posterior). Contudo, existem casos em que a fachada é estreita e alta e em que a obra se insere num lote profundo, mas que pelo facto de se inserirem no cruzamento de duas ruas apresentam uma fachada lateral. É o caso da licença n.º 188/1914, em que se verifica a existência na fachada lateral de uma parede de meação cega. Já a obra 473/1916 apresenta uma característica pouco comum: a casa é voltada para a Rua de Santa Catarina e a fachada lateral, localizada na Rua da Rampa da Escola Normal, é substituída por uma série de casas geminadas (Figuras 65 e 66).



Figuras 65 e 66. Diferentes formas dadas às paredes de meação

[LO n.ºs 188/1914 e 473/1916]

Globalmente, as casas estreitas e altas estudadas são mais sóbrias em termos de ornamentação da fachada e apresentam uma estrutura bastante regular, dividida em dois, três ou mais registos, quase sempre com o último piso recuado (águas-furtadas). Uma análise mais pormenorizada permite distinguir diversas composições de fachadas. Uma dessas composições corresponde à existência de duas portas altas no rés-do-chão e envasamento com frestas, primeiro registo com três vãos, sendo o segundo dos quais em sacada e, quando existem, restantes registos formados por janelas. A maior variedade de composições ocorre ao nível do rés-do-chão, que pode ter duas ou três portas, duas portas e uma montra (no caso de possuir comércio), sendo outras variantes os registos apenas com dois vãos. O acesso ao interior das casas faz-se pela fachada voltada para a rua; quase sempre a porta está junto de uma das paredes de meação, embora nalguns casos se localize no centro da fachada. Nos exemplos 191/1904 e 1163/1914 a porta de acesso localiza-se junto à parede de meação. Neste último exemplo, é também visível o recuo do último piso. Por outro lado, nas habitações correspondentes à licença 188/1914 é possível verificar a localização de portas junto a paredes de meação, bem como ao centro da composição do conjunto das fachadas.

É usual a aplicação de cantaria no envasamento, de forma a destacá-lo. No envasamento é frequente a aberturas de caves, nas licenças 72/1901, 48/1901, 188/1914 ou 1163/1914. Noutros casos não existem tais aberturas, quer devido à existência de portas e montras de comércio (por exemplo: 198/1900), quer por simples inexistência de qualquer abertura (930/1920; Figura 67).



Figura 67. Conjunto de edifícios com as portas de acesso junto das paredes de meação e as aberturas no envasamento correspondentes às caves

[LO n.º 1163/1914]

Nas casas estreitas e altas as portas são normalmente de grandes dimensões e construídas em madeira, podendo ou não apresentar bandeiras com vidro (transparente ou colorido) e ferro forjado ou fundido. À excepção das dimensões, obviamente distintas, estas características são comuns às janelas. É também de referir o uso frequente de outros elementos, como as platibandas ou cornijas, corridas e com beiral saliente, podendo apresentar ou não elementos decorativos. Encontram-se ainda casos em que os edifícios são rematados por platibanda corrida com um corpo saliente ao centro (por exemplo 459/1916); noutros casos (209/1901) a platibanda é substituída por uma estrutura em ameias. Nestes dois edifícios, os diferentes elementos que compõem a fachada são de cariz revivalista e neo-árabe.

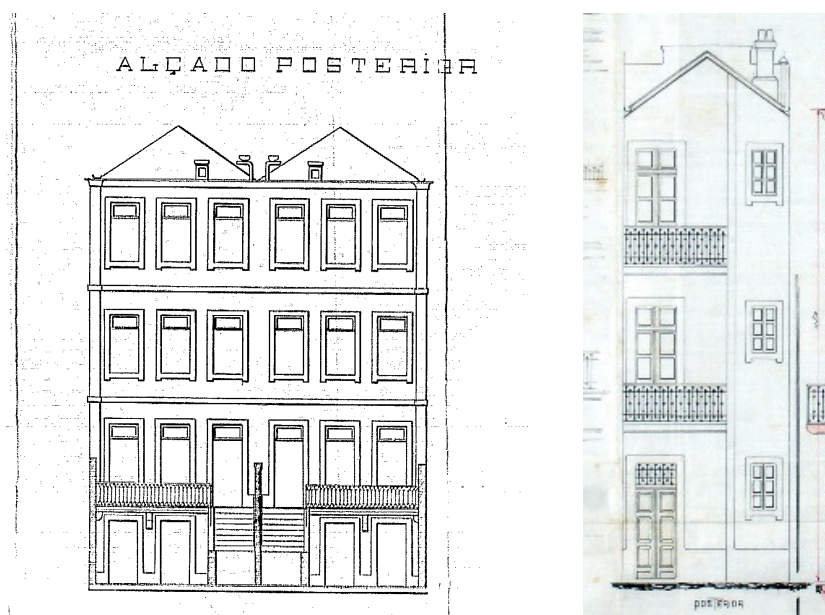
É de referir ser frequente nestas construções, tal como nas tipologias anteriores, a presença de argolas de ferro nas platibandas e de molduras dos vãos em cantaria saliente. Estas molduras destacam-se do plano da fachada, que é normalmente revestido quase totalmente com azulejo, podendo também ter reboco ou ser caiado. Noutros casos estes diferentes revestimentos aparecem misturados. A cantaria é também bastante aplicada; para além dos elementos já referidos, encontra-se sobretudo nas platibandas, aletas, chaves das molduras dos vãos, faixas que dividem os registos das fachadas, sacadas (balcão e mísulas) e noutros elementos ornamentais. O trabalho do ferro é também bastante usual, e a sua aplicação não difere muito da verificada nos palacetes e casas grandes: ao nível dos postigos, bandeiras, guardas das janelas e varandas, frestas e óculos. No grupo de casas 188/1914 é visível a combinação destas artes e elementos (Figura 68).



Figura 68. Fachada onde se combinam diferentes artes e materiais

[LO n.º 188/1914]

As fachadas posteriores, de acesso ao logradouro ou quintal, são bastante menos ornamentadas e quase sempre menos cuidadas ao nível de composição. Nestes alçados tende a existir um maior número de registos, bem como maior número de vãos, normalmente em número ímpar e sem qualquer tipo de simetria, contrariamente ao verificado nas fachadas principais. As molduras dos vãos são em cantaria, destacando-se da fachada. Este destaque é também dado pelas varandas, geralmente mais compridas que as da frente, e que em muitos casos formam uma galeria (quando são usados vidros para cobrir esta estrutura), bem como pela existência de corpos anexos aos pisos, correspondentes a instalações sanitárias ou a cozinhas, e de escadas em cimento e ferro, quase sempre de um só lance. Nas janelas de peito, nalguns casos em sacada, não é frequente o uso de bandeiras com ferro e vidro. Para uma melhor compreensão destas características, vejam-se os exemplos 72/1901, 209/101, 191/1904 e 459/1916 (Figuras 69 e 70).



Figuras 69 e 70. Exemplos de diferentes composições de fachadas posteriores

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 209/ 1901 e 459/1916)]

Relativamente à tipologia plurifamiliar, vamos encontrar, sobretudo nos edifícios que se inserem em lotes estreitos, as mesmas características das referidas anteriormente, com a diferença que muito dos elementos acabam por se repetir, uma vez que também o número de pisos aumenta (vejam-se por exemplo os edifícios correspondentes às licenças 765/1907 e 930/1920). Conforme já referido, assiste-se a uma tendência de renovação das linguagens

arquitectónicas, visível nos elementos decorativos das fachadas e, em alguns casos, à mistura de diferentes linguagens num mesmo edifício ou conjunto. Com o avançar dos anos começam a aparecer os grandes edifícios de habitação colectiva, distintos dos edifícios plurifamiliares já existentes sobretudo em termos de concepção, de forma de implantação na rua, e do uso de elementos decorativos. Começam então a coexistir nesta artéria edifícios inseridos em lotes estreitos e profundos (765/1907, 459/1910 ou 257/1918), edifícios que se implantam em lotes de maiores dimensões (254/1930-31, 1821/1934-35 ou 1132/1936) e prédios que se inserem no gaveto de duas ruas (23/1917, 18/1934-35 ou 159/1939).

Também nesta tipologia se verifica uma renovação de linguagens artísticas. Por exemplo, as licenças 254/1930-31 e 125/1932-33 correspondem a conjuntos de edifícios destinados a mais de uma família, cuja linguagem artística é influenciada pelas *Artes Déco* na sua vertente mais decorativa. Já as 18/1934-35, 1821-1934-35 e 159/1939 são fortemente influenciados pelo Modernismo Radical. Globalmente, nota-se o uso dos novos materiais, como o cimento armado, os mármore (quase sempre ao nível do primeiro andar), a cantaria lavrada (sobretudo no envasamento) ou o granito polido. Destacam-se também os elementos ornamentais geométricos e vegetalistas em relevo, com tendência para linhas sóbrias e, nalguns casos, a ausência de elementos decorativos. Nesta tipologia a ornamentação das fachadas dá lugar a uma estética baseada na alternância de cheios e vazios, no uso de diferentes volumetrias (nomeadamente através das varandas), na utilização de materiais e nos jogos de claro e escuro criados pela conjugação de todos estes elementos e técnicas. As fachadas laterais e posteriores merecem o mesmo tratamento que as principais, ao contrário do que se verifica nas casas estreitas e altas. Contudo, nas fachadas posteriores mantêm-se as escadas e as varandas amplas (vejam-se as licenças 254/1930-31, 18/1934-35, 1821/1934-35 ou 159/1939). Noutros casos, nas fachadas posteriores são usados outros elementos de destaque, tais como floreiras e colunas (125/1932-33). Numa minoria dos casos, as fachadas laterais e posteriores de habitações plurifamiliares, apesar de adoptarem a mesma linguagem artística que as principais, são menos trabalhadas (1132/1936 e 125/1932-33), tal como nas casas estreitas e altas (Figuras 71 e 72).



Figuras 71 e 72. Exemplos de diferentes composições de fachadas posteriores de edifícios plurifamiliares modernos

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 125/1932-33 e 18/1934-35)]

VII.4.5. Análise morfológica

Alguns aspectos morfológicos são comuns às diversas tipologias, pelo que a sua caracterização será feita conjuntamente. Posteriormente, será feita a análise morfológica por tipologia. A distribuição dos diferentes espaços por pisos é, obviamente, dependente do número de pisos do edifício. Embora o reduzido número de casos em estudo invalide que esta descrição seja feita simultaneamente por tipologia e em função do número de pisos, a caracterização da distribuição das divisões pelos pisos permite um entendimento global da estruturação do espaço doméstico. Apesar de integrada na mesma sub-secção que os resultados, a discussão destes será maioritariamente feita numa segunda fase. Esta opção deve-se ao facto de as tipologias, elementos e aspectos abordados por outros autores em trabalhos prévios não apresentar uma correspondência directa com a análise que se considerou adequada ao conjunto de casos estudados.

Independentemente das tipologias, o sistema de circulação e a distribuição das outras divisões são feitos pelos espaços de recepção (pórticos, patamares, vestíbulos, halls), corredores/galerias e escadas (principais e de serviço). É de referir que em muitos casos não é feita referência explícita aos corredores, sendo eles apenas observáveis por análise dos desenhos. O acesso principal ao interior das casas (habitualmente ao nível do rés-do-chão) faz-se pelas fachadas principais e laterais; é a partir destes acessos que se iniciam as comunicações horizontais do espaço habitável. Em muitos casos, uma escadaria porticada precede o acesso ao interior da casa. Já no interior da casa, é comum a existência de um pequeno conjunto de escadas a que se sucedem pequenos átrios (halls, vestíbulos). Após este espaço de recepção desenvolvem-se os corredores ou galerias. Em alguns casos o corredor desenvolve-se logo a seguir à porta principal, isto é, sem um espaço intermédio entre a porta e o corredor. Este elemento assume quase sempre uma localização central, especialmente nas habitações isoladas, sendo a partir dele que se desenvolvem lateralmente os compartimentos. Há também casos, sobretudo nas habitações estreitas, em banda ou de duas frentes, em que os corredores se localizam lateralmente. É de salientar que os corredores dão quase sempre acesso também às varandas construídas nas fachadas posteriores.

Quanto às comunicações verticais, fazem-se pelas escadas interiores (escadaria principal e escadas auxiliares) e escadas de serviço. A escadaria principal faz a comunicação entre os principais andares, enquanto que as escadas auxiliares são usadas para fazer a ligação a

andares de serviço, como caves ou águas-furtadas. As escadas auxiliares são quase sempre adjacentes à zona central de uma das paredes de meação. Em alguns casos, as escadas interiores podem estar localizadas em mais do que uma zona. As escadas de serviço, localizadas nas fachadas posteriores, permitem a ligação aos logradouros (que também pode ser feita através de escadarias exteriores).

Dos quatro processos correspondentes a habitação unifamiliar isolada apenas dois possuem descrição da organização interna das plantas. Nas caves ou subsolo ficam localizados os arrumos, lojas e adegas, para além da copa e divisões destinadas ao pessoal doméstico (quarto de dormir e instalações sanitárias). No rés-do-chão encontram-se as salas de brunir, as despensas, as cozinhas, os escritórios, os gabinetes, as salas (de jantar, de visita ou saletas) e um oratório. Os quartos de banho, WC e quartos de dormir aparecem no rés-do-chão ou no andar superior, no qual também se encontram áreas de arrumos (Figura 73).

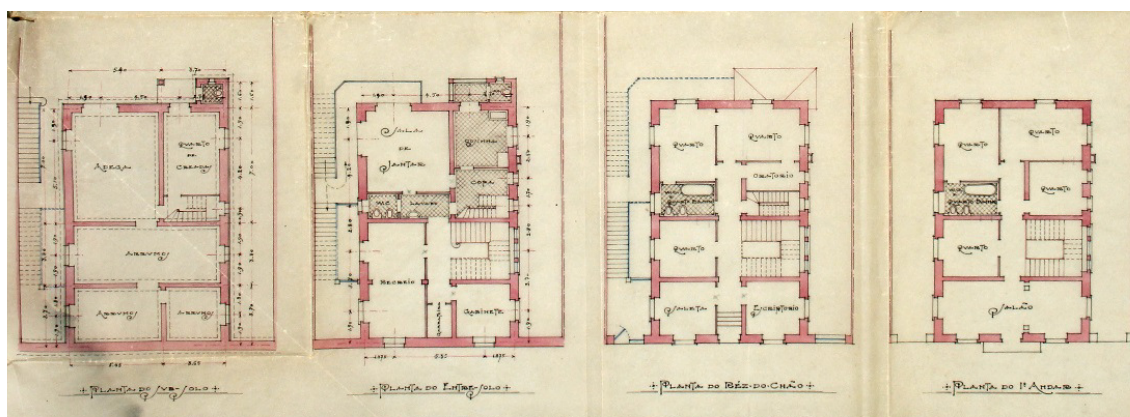


Figura 73. Plantas dos diversos pisos de uma habitação unifamiliar isolada

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 272/ 1927)]

Dos oito processos de habitação unifamiliar destinados exclusivamente a habitação, um não possui referência ao número de pisos ou à disposição da organização da casa. Dos restantes, um corresponde a habitações com dois andares, quatro a casas com três andares e dois a casas com quatro andares (numa destas últimas apenas é referido o número de andares, sem especificação da organização do espaço). Nas lojas e sub-lojas localizam-se predominantemente as adegas, garrafeira, arrumos/ despensa, locais para guardar a lenha e carvão, garagens e salas de brunir. No rés-do-chão são frequentes as cozinhas e copas, salas de jantar e de visitas e escritórios ou gabinetes de trabalho. No primeiro andar são também frequentes escritórios, para além dos quartos de banho, WC e toilettes, quartos de dormir e de

vestir, para além de salas e arrumos. Os quartos de banho, WC e toilettes também surgem no segundo andar, onde se localizam igualmente quartos de dormir (nalguns casos especificamente para criados), quartos de vestir e de arrumos, e encontrámos referência a um espaço destinado a um oratório (Figura 74).

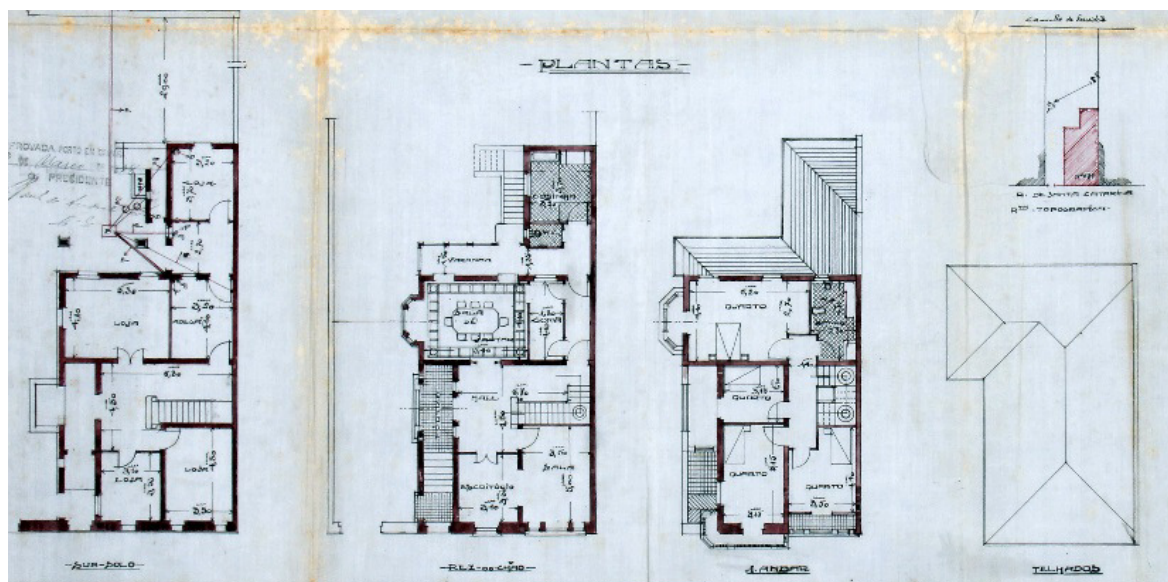


Figura 74. Plantas dos diversos pisos de uma habitação unifamiliar com entrada lateral

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 273/ 1928)]

Dos seis processos de habitação unifamiliar com comércio e/ou outros serviços, num caso não aparece descrita a organização interna da casa. Dos restantes, três possuem quatro andares e dois contam três andares. Quanto à distribuição interna, os estabelecimentos, armazéns e espaços similares localizam-se quase sempre nos andares inferiores (cave, sub-cave ou rés-do-chão). Nestes pisos também se encontram arrumos, adegas, carvoeiras e lojas. Nos andares acima do rés-do-chão encontram-se habitualmente salas para depósitos, escritórios, quartos de dormir, quartos de banho e WC. Especificamente no segundo andar surgem salas (sem designação específica, de visitas e de jantar), gabinetes, cozinhas, toilettes, quartos de dormir, quartos de banho e WC. Nos vãos do telhado encontramos também arrumos (Figura 75).

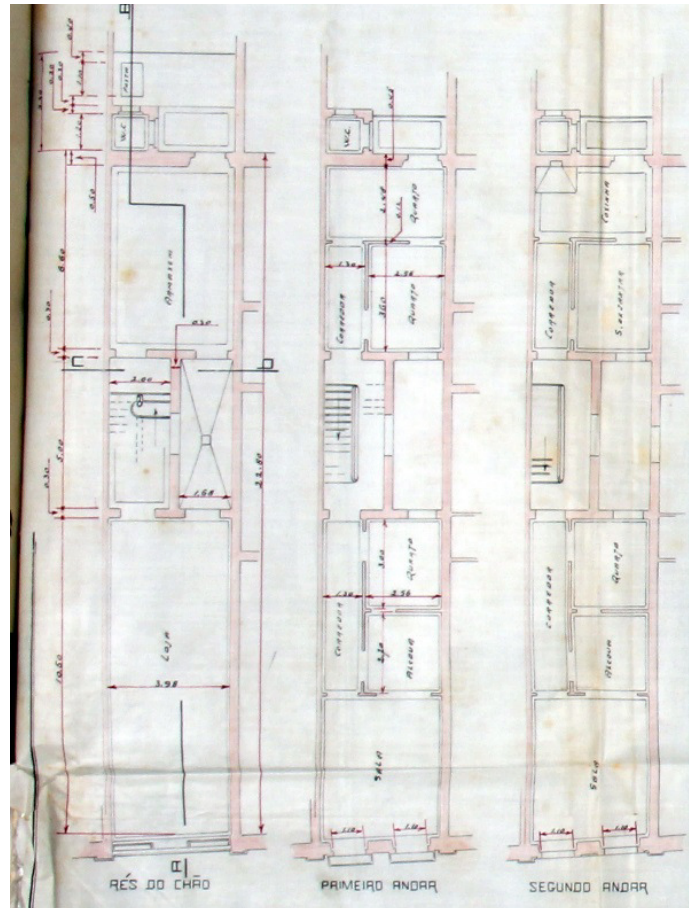


Figura 75. Plantas dos diversos pisos de uma habitação com comércio

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 459/ 1916)]

São oito os processos relativos à habitação bifamiliar, dos quais dois possuem comércio ou outros serviços. Três casos não apresentam identificação estrutural, por se tratarem de edifícios em que as casas se sobrepõem em andares. Cinco das licenças referentes a habitação bifamiliar correspondem a edifícios que se agrupam em banda ou conjunto. Todos estes processos apresentam a informação total do número de andares, mas apenas cinco possuem informação relativa à organização interna das plantas. Quanto ao número de andares, dos três casos em que as habitações estão sobrepostas, dois correspondem a edifícios com três andares e um a um edifício com cinco andares. Dos restantes, três imóveis possuem quatro andares e os outros dois têm dois andares. Quanto à descrição das plantas, não difere muito da das habitações unifamiliares. No rés-do-chão localizam-se sobretudo arrumos, adegas e lojas, bem como as cozinhas, os escritórios, alguns quartos de dormir, salas de jantar, saletas (algumas especificamente destinadas à costura), roupeiros e WC. Alguns destes aposentos encontram-se também nos pisos superiores, uma vez que os fogos habitacionais se podem repetir na vertical, pelo que é usual localizarem-se no 1.º andar as cozinhas (encontradas também no 2.º

andar e, num caso, nas águas-furtadas), despensas (que também aparecem nos andares acima do 1.º piso), alguns escritórios e gabinetes de trabalho, quartos de banho e WC, quartos de dormir e diversas salas (salas de jantar, de visitas e saletas). É de referir que num dos casos, datado de 1907, se encontrou a referência a um salão (Figura 76).

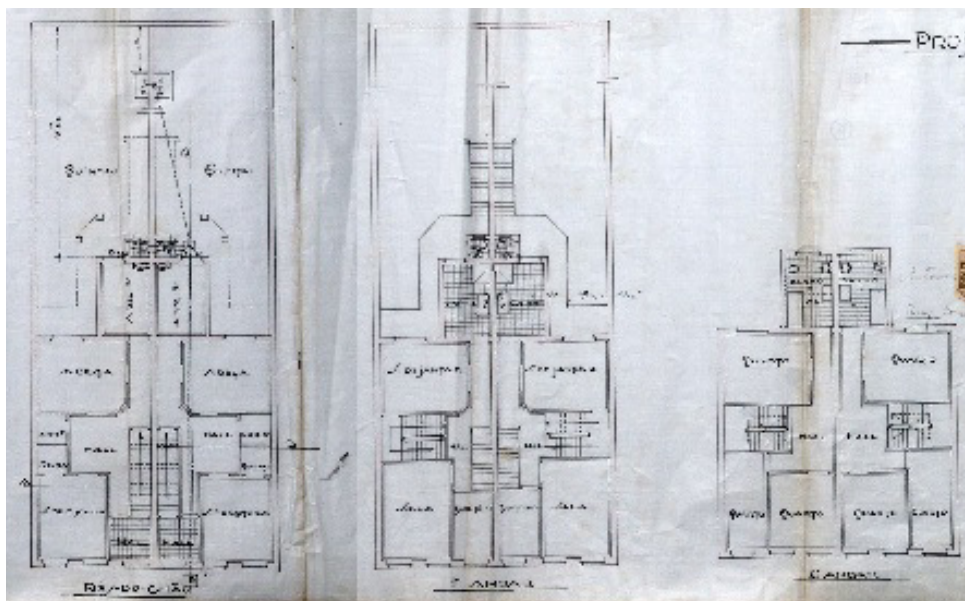
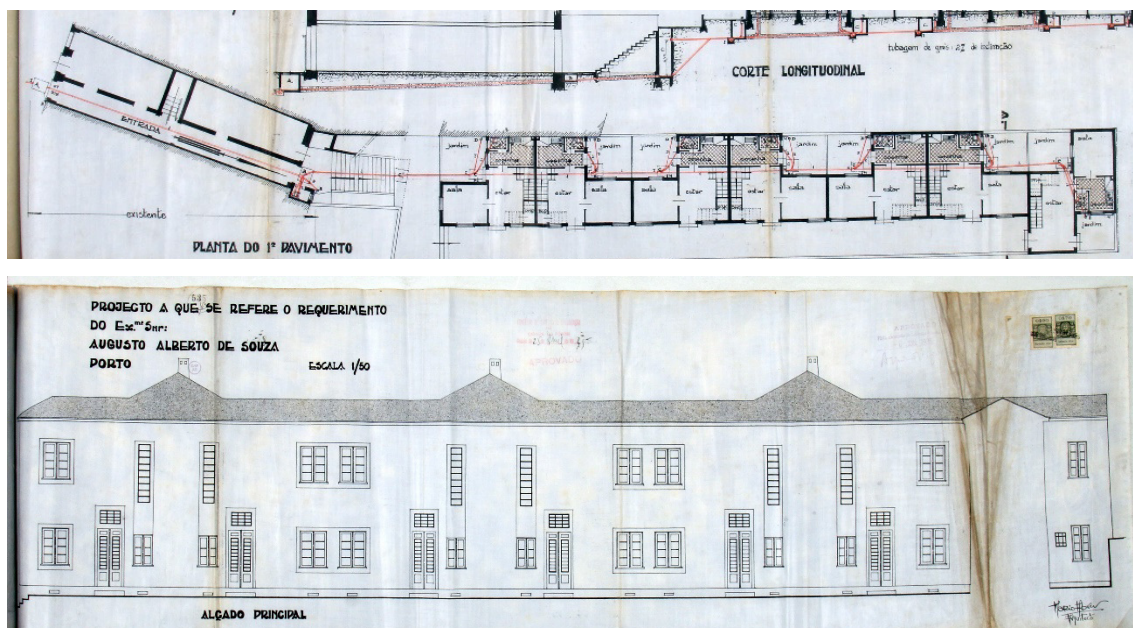


Figura 76. Plantas dos diversos pisos de um edifício bifamiliár

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 125/1932-33)]

Registaram-se seis casos de habitação plurifamiliar. Predominam os prédios de quatro andares ($n = 3$), seguindo-se os de três ($n = 2$) e os de dois andares ($n = 1$). Os edifícios correspondentes a habitações plurifamiliares podem ou não possuir também espaços destinados a funções não habitacionais. Nesta tipologia encontram-se vários modelos, a seguir caracterizados (note-se que apenas para quatro destas licenças existia referência completa à organização das plantas).

Uma das licenças trata-se de um bloco de casas correspondente a um bairro de sete casas económicas, cada uma com dois andares. No primeiro andar, localizam-se as cozinhas, WC, despensas, salas e salas de estar, e no segundo localizam-se os quartos de dormir. Noutras licenças encontramos conjuntos ou blocos de prédios em que as famílias se repartem pelos pisos, com arrumos e divisões similares nas caves, e podem ou não possuir comércio ou outros serviços no rés-do-chão (Figuras 77 e 78).



Figuras 77 e 78 Planta e alçado de um grupo de casas em forma de bairro

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 1355/1934-35)]

Encontramos um caso de quatro casas que formam um só conjunto, em que cada casa se destina a duas famílias, cada uma num dos andares, pelo que o esquema de distribuição dos aposentos se repete por piso: no rés-do-chão fica um armazém, nos 1.º e 2.º andares existe uma cozinha, uma sala e uma sala de jantar, um quarto de banho e dois quartos de dormir. Outra destas licenças corresponde a três prédios de rendimento com armazém no rés-do-chão, sendo os restantes três pisos ocupados por duas unidades residenciais em cada piso. Assim, em todos os andares são encontradas as mesmas divisões: arrumos, pia, cozinha, sala de jantar, despensa, hall, quarto de banho, WC, quarto de dormir e quarto de pessoal doméstico. Os rés-do-chão são formados por armazéns e WC, e nas caves encontramos as lojas e WC, bem como os pátios. Existem ainda, comuns aos três prédios, um vestíbulo e um terraço ao nível do primeiro andar.

Noutro caso, o esquema é mais complexo, consistindo num bloco de 5 casas e uma casa afastada, sendo que apenas na casa isolada não existe comércio nos pisos inferiores. Nas casas que compõem o bloco, existem dois fogos habitacionais ao nível do rés-do-chão, um no 1.º andar, dois no 2.º andar, e no 3.º andar encontra-se parte de uma das habitações do 2.º andar. Quanto aos aposentos, não diferem muito dos referidos no caso anterior: arrumos, copas, cozinhas, salas, salas de jantar, quartos de banho, quarto de dormir e terraços. A casa afastada tem dois andares, sendo o rés-do-chão composto por sala, sala de jantar, hall e cozinha, e o 1.º andar por hall, quartos de dormir, quarto de banho e arrumos (Figura 79).

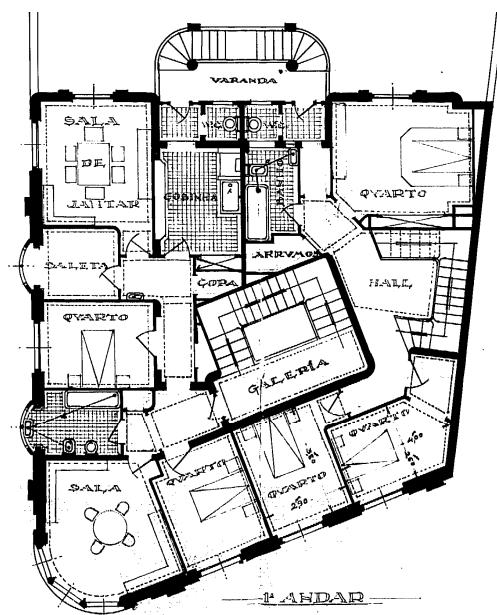
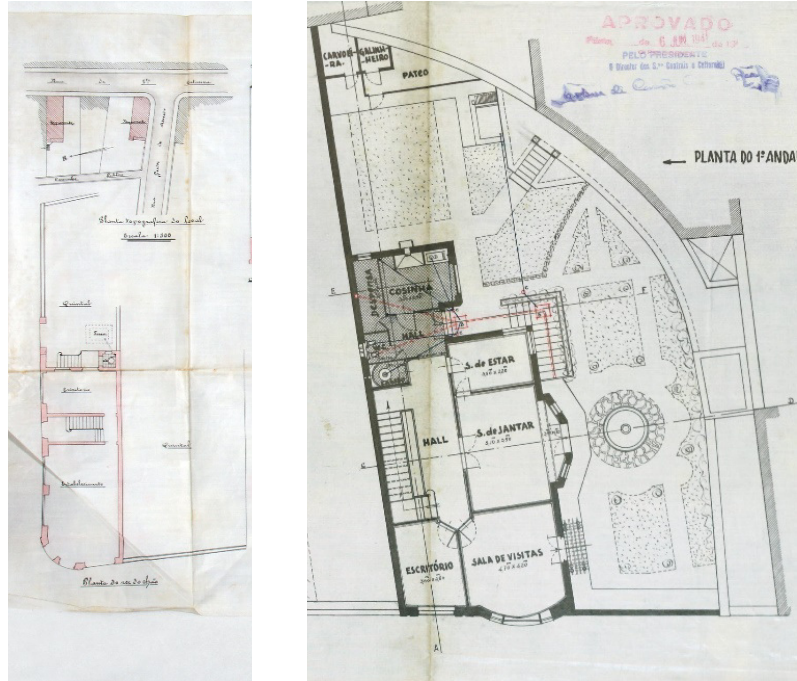


Figura 79. Pormenor de planta de edifício plurifamiliar datado de 1934 em que se verifica maior complexidade na organização interna

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 18/1934-35)]

Relativamente ao espaço exterior da casa (logradouros), nas 18 habitações unifamiliares há referência a três jardins e a um quintal como elementos vegetais. Quanto aos elementos construídos, são referidos três pátios, um galinheiro, uma garagem e um lago. Quanto à tipologia bifamiliar ($n = 8$), três referem possuir jardim, e dois quintais, sendo que num dos casos estes elementos coexistem. Como elementos construídos, nesta tipologia é referida a existência de dois pátios e uma pia. Dos seis casos de habitação plurifamiliar apenas uma refere ter jardim e quintal e em três casos é referida a existência de pátios. Realça-se que, independentemente da tipologia, os pátios são os elementos exteriores que aparecem com maior frequência ($n = 8$), seguindo-se os jardins ($n = 7$) e os quintais ($n = 4$; Figuras 80 e 81).



Figuras 80 e 81. Plantas de dois tipos de logradouros comuns na Rua de Santa Catarina

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.ºs 23/1917 e 275/1941)]

De um modo geral, quando comparamos os resultados encontrados com os de trabalhos prévios de outros autores, verificam-se semelhanças, quer em termos de distribuição e localização das divisões, quer ao nível dos dispositivos que formam o sistema de circulação (horizontal e vertical).

Francisco Fernandes, a propósito da habitação burguesa do período liberal que se impôs no século XIX e se prolongou pelo século seguinte, encontrou alguns esquemas típicos da organização interna da casa. Um dos modelos dava continuidade à tipologia almadina, enquanto que o outro correspondia a uma nova abordagem da habitação, caracterizada pela monofuncionalidade.

O modelo de continuidade com a tipologia almadina caracteriza-se por casas que poderiam ter diversos pisos (até cinco) e caixa de escada iluminada ao centro por uma clarabóia, “duas frentes; caixa de escadas central; piso térreo com acesso independente e destinado a comércio, oficina, armazém ou arrumos complementares da habitação. [...] a divisão do primeiro piso voltada à rua é normalmente organizada como sala pronta a receber um visitante. As restantes dependências deveriam seguir ainda a tradição de uma não especialização, exceptuando a

cozinha, que será sempre situada nas traseiras do último, junto à cobertura”⁹⁴⁵. O autor acrescenta que no século XIX se acrescentaram a este modelo as “rudimentares instalações sanitárias nas traseiras dos edifícios”, bem como se verificou o aumento do pé-direito e das áreas destinadas a arrecadação e armazenagem, e uma maior organização dos logradouros com jardins e hortas⁹⁴⁶.

Quanto às casas ditas “monofuncionais”, surgidas em meados do século XIX e que se prolongaram pelo século XX, têm como esquema de organização interno típico “uma cave sobrelevada com aberturas para a rua e destinada ao uso da habitação. Aqui serão instalados programas específicos da habitação, como zonas de serviço e de armazenagem. Em situações especiais com arrumos ou logradouros de forte pendente, a cave pode servir, também, de concordância entre plataforma desniveladas, dispondo então de uma só frente, ou para a rua ou para as traseiras, conforme a inclinação do terreno.” Isto faz com que a cave não seja completamente subterrânea em relação às cotas dos arrumos, existindo assim uma cave semienterrada e um rés-do-chão semielevado em vez de um piso térreo⁹⁴⁷.

Quanto à organização interna das habitações monofuncionais descritas por Francisco Fernandes, assentam “numa caixa de escadas de dois lanços, central e transversal em relação à profundidade da construção. Por este meio articulava-se o primeiro piso com o segundo, muitas vezes com o terceiro, definindo-se um espaço central de pé-direito duplo ou triplo, zenitalmente iluminado por uma ampla clarabóia. [...] O acesso à cave poderia realizar-se na continuação da vertical da referida escada, mas devidamente separado através de uma pequena porta bem integrada sob o patamar, e com um desenvolvimento mais abrupto, próprio das escadas de serviço. Existe ainda outro acesso à cave por um único lanço, extremamente íngreme, a partir de uma pequeníssima porta situada imediatamente a seguir à entrada. Determinados modelos mais complexos, desta mesma tipologia, apresentam uma estreita caixa de escadas de serviço, localizada entre a caixa de escada principal e a cozinha, articulando todos os pisos, da cave ao sótão”. Quanto à organização dos pisos, é feita de forma simétrica em relação à caixa de escadas, existindo de cada lado destas uma sala com alcova ou outro compartimento. Nas varandas, mais concretamente num dos cantos, ficam os sanitários, e as cozinhas “descem para o primeiro piso, mantendo a sua situação nas traseiras

⁹⁴⁵ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, pp. 144-145.

⁹⁴⁶ IDEM – *Ibidem*, p. 170.

⁹⁴⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 172.

do edifício. Esta mudança significa o fim de um ciclo de tipologias de habitação e o início de um outro”. Com esta mudança, passam a conceber-se habitações com maior complexidade tanto social como funcional⁹⁴⁸. A construção de sanitários nas habitações foi uma realidade imposta nas últimas décadas do século XIX e posteriormente reforçada pelo RSEU de 1903, que exigia a ligação das instalações sanitárias à rede pública de saneamento. Esta imposição faz aparecer as pequenas “marquises”, ou seja, “pequenos sanitários exteriores, em todos os pisos, sobrepostos numa espécie de «coluna», anexa às fachadas de tardoz. [...] A construção destes sanitários, pelo facto de serem exteriores às habitações, não introduz alterações na sua forma tipológica, alterando apenas a composição do alçado de tardoz, que nos lotes mais estreitos, chega a determinar a ausência de uma abertura. A construção de marquises nas varandas das fachadas voltadas para o logradouro corresponde à necessidade de proteger o acesso aos sanitários, localizados no exterior da casa”⁹⁴⁹. □ As caves eram destinadas exclusivamente as arrecadações e/ou saletas de serviço doméstico. Ao nível da distribuição de divisões pelos pisos, o autor verificou “determinadas constantes como a existência de uma sala imediatamente contígua à entrada para receber as visitas, preservando a privacidade do resto da casa; como a sala de jantar passar a situar-se no primeiro piso, nas traseiras e na proximidade da cozinha; como os quartos ocuparem os pisos superiores, sendo o sótão, as águas-furtadas ou mesmo a cave os espaços destinados a quartos de criados”. Joaquim Teixeira refere ainda algumas variantes dentro desta tipologia, “como a existência de uma ligação entre as salas da frente e as salas de trás, através de uma estreita passagem independente da caixa de escadas, que funciona como alternativa à ligação do patamar. Ou ainda a possibilidade de se encontrarem habitações com as salas da frente e das traseiras subdivididas em dois compartimentos desiguais”⁹⁵⁰.

Os dois modelos de habitação propostos por Francisco Fernandes são encontrados na Rua de Santa Catarina. Globalmente, a aproximação dos nossos resultados com o descrito por Francisco Fernandes refere-se ao número de andares, aos sistemas de acessos, mas também de distribuição e comunicações (horizontais e verticais).

⁹⁴⁸ IDEM – *Ibidem*, pp. 172-173.

⁹⁴⁹ TEIXEIRA, Joaquim José Lopes – *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*, p. 143.

⁹⁵⁰ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 173.

O primeiro modelo (tipologia almadina) aproxima-se dos casos de estudo relativos aos processos de habitação unifamiliar com comércio e/ou outros serviços. Em diversas habitações encontrámos estabelecimentos, armazéns e espaços similares nos pisos térreos e inferiores. Outras similaridades com esse modelo consistem na localização das instalações sanitárias, renegadas para as traseiras do edifício, e das cozinhas, que também nos nossos casos apresentam maior prevalência no último andar, abaixo do vão do telhado e nas traseiras do edifício. É de salientar que, na rua em estudo, a organização destes edifícios tende a ser mais complexa do que a tipologia descrita pelo autor, bem como a existência de maiores variações.

Quanto ao segundo modelo, correspondente à habitação monofuncional, as semelhanças são mais acentuadas. Conforme descrito pelo autor, nos pisos inferiores encontramos também espaços destinados ao serviço doméstico, onde coabitam os programas específicos com as zonas de serviço e armazenamento, tais como adegas, garrafeira, arrumos ou salas de brunir. No piso imediatamente acima deste, encontramos também algumas salas, especialmente a de jantar, e as cozinhas; nos pisos superiores, e igualmente conforme descrito por Francisco Fernandes para a habitação monofuncional, encontramos os quartos de dormir, muitos provavelmente destinados aos criados, os arrumos, quartos de banho e instalações sanitárias.

Uma outra autora, Maria Pires, na análise que faz da Rua Álvares Cabral, apresenta a organização morfológica de diversas tipologias. Uma dessas tipologias, que designa por “habitação tradicional”, pode ter ou não comércio no rés-do-chão. Este aspecto permite, por contraste com a divisão feita por Francisco Fernandes, realçar as diferenças entre classificações tipológicas e a importância de, ao comparar os nossos resultados com os de outros trabalhos, proceder a uma clara caracterização das tipologias nesses definidas.

Na habitação tradicional referida por Maria Pires a cozinha “pode aparecer integrada, ocupando parte do espaço interior, ou construir um volume mais pequeno, saliente, colado ao volume-base da edificação”⁹⁵¹. Destacam-se diferentes acessos exteriores e diferentes possibilidades e elementos de circulação internos. Quanto à organização interna das casas, a investigadora verifica que o primeiro piso é ocupado “por lojas ou por escadas de acessos a outros pisos superiores ocupados por espaços de recepção e de intimidade. No primeiro andar

⁹⁵¹ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, p. 101.

de todo eles encontrámos, voltado para a rua, o salão ou sala de visitas e, virado para o logradouro a zona social, constituída pela sala de jantar, e a de serviço com cozinha e W.C. No último andar, encontra-se o espaço íntimo dos quartos, quartos de banho e guarda-roupa. Nas águas-furtadas localizam-se os espaços destinados ao pessoal doméstico e a quartos de arrumos. [...] Dentro desta tipologia definimos outro subgrupo, composto por edifícios, exclusivamente destinados a habitação com cave que dividimos, ainda, em dois subgrupos, determinados pela localização da cozinha, que se pode encontrar na cave ou no rés-do-chão”. Nestes casos, os pisos térreos são semienterrados à face da rua, podem possuir ou não saguão, têm dois acessos (um pela fachada principal e outro pela posterior), e a circulação horizontal faz-se pelos “corredores laterais simples, em ângulo recto ou paralelos e encostados à meação [...]. Nos pisos superiores estes corredores mantêm ou permitem uma nova circulação horizontal, pela colocação do corredor no eixo da habitação.” Quanto à comunicação vertical, é feita “a partir de escadas que se encontram encostadas a um dos seus lados, podendo existir apenas uma ou duas escadas, uma de serviço, geralmente situada na parte superior”. A organização das casas que compõem este subgrupo apresenta particularidades: no subsolo localizam-se os quartos dos empregados, adegas e lojas. No primeiro andar, a zona de recepção, a zona social (sala de jantar, copas), no segundo andar as salas de visitas e/ou salões (voltados para a rua) e os quartos de dormir e toilettes, voltados para o logradouro. As águas-furtadas eram ocupadas pelos quartos e sótãos⁹⁵².

A aproximação aos modelos descritos por esta autora encontra-se na nossa investigação nos casos dos processos destinados processos de habitação unifamiliar destinados exclusivamente a habitação, mas também aos processos de habitação unifamiliar com comércio e/ou outros serviços. As semelhanças são evidentes essencialmente nos acessos e comunicações e no modo como as casas se encontram organizadas interiormente. De uma forma geral, comparando os modelos por nós encontrados e os descritos pela autora, quando existe comércio ou outros serviços no piso térreo são os pisos inferiores (caves e subcaves) que albergam os arrumos, dependências dos domésticos e outros serviços auxiliares à casa e a esses serviços. Nos casos correspondentes apenas a habitação, as cozinhas e salas localizam-se no piso térreo, enquanto que nos pisos superiores se localizam os espaços de recepção e de intimidade.

⁹⁵² PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, pp. 103-107.

O autor Nelson Mota propõe para os espaços da habitação unifamiliar em andares (isoladas, em banda,...) também uma estrutura tripartida: zonas comuns, de serviço e íntimas; adaptando-se às diferentes tipologias, estas áreas são facilmente identificadas. O autor refere que “a maior parte dos casos desenvolve-se em três ou quatro pisos e o acesso público à moradia determina a localização da zona comum no rés-do-chão que, na maioria dos casos, se eleva em relação à cota do pavimento exterior. Este desenvolvimento permite criar um piso parcialmente enterrado, mas com iluminação e ventilação, onde se vai localizar a zona de serviço. Para apoio à zona comum, é frequente a implantação de alguns compartimentos de serviço no piso da entrada principal. Por cima deste piso situam-se as áreas íntimas ou de uso privado e, por vezes, algumas áreas comuns ocupando o lado voltado para a rua. A ocupação da mansarda, ou do piso das águas furtadas faz-se, em grande parte dos casos, com a zona de dormir dos criados mas pode também albergar alguns compartimentos de serviço ou ainda, se a caracterização espacial o permitir, quartos para a família”⁹⁵³. Na comparação com o trabalho deste autor encontramos semelhanças no número de andares, acessos interior das casas (tal como verificado na comparação feita com as descrições de Francisco Fernandes), e na tripartição dos espaços pelo espaço interno da habitação.

Especificamente em relação aos palacetes, que, conforme se referiu, assumem particular importância na artéria em estudo, a investigadora Maria Pires (para a Rua Álvares Cabral) descreve o seguinte esquema: “em todas as habitações, acessos ao interior pela fachada de rua e pelo logradouro e em alguns casos laterais. [...] a circulação horizontal faz-se a partir dos acessos referidos e no seu interior, através de um meio lanço de escada no vestíbulo e deste através de um corredor axial que na maior parte dos casos as liga à escada principal, para uso dos proprietários, ou à de serviço para uso dos domésticos. [...] A circulação vertical [...] faz-se por dois tipos de escadas, uma principal e outra de serviço, que comunicam com todos os pavimentos, ambas situadas lateralmente. [...] os espaços destinados à zona de recepção – sala de visitas, escritório, gabinete, bilhar – ou os da área social – sala de jantar e biblioteca, salão e saleta – se encontram, preferencialmente, situados no piso (r/ch), posicionando-se, ainda, alguns no segundo (primeiro andar), voltados para a rua, na fachada principal. Na zona social, a sala de jantar ocupa um lugar específico, geralmente, na retaguarda do edifício, voltada para o jardim, situando-se ao lado da cozinha. No primeiro andar, também na parte mais recuada da habitação, virados para o jardim e separados do salão, localizam-se os quartos dos

⁹⁵³ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuguesa no final do século XIX*, 2010, pp. 135-136.

proprietários [...]. Os quartos dos empregados domésticos podem localizar-se nas águas-furtadas e na cave, onde se encontram, ainda, as lojas ou arrecadações – a entrada de serviço”. A autora refere a existência nos palacetes de pisos claramente definidos: subcaves, rés-do-chão destinado à recepção e sociabilização, primeiro andar destinado à área privada, e águas-furtadas destinadas a arrumos e ao pessoal doméstico⁹⁵⁴. Destaca ainda que, mesmo com a arquitectura dos anos 30 e 40, “o espaço interior continua a respeitar antigas distribuições. [...] Embora a distribuição interior respeite as utilizadas por projectos tradicionais, foi pensada e executada de uma forma inovadora, nomeadamente, uma área maior, mas iluminada e mais funcional, ao permitir um melhor aproveitamento e articulação de espaços afins”⁹⁵⁵. Este esquema aproxima-se claramente daquele por nós apresentado, em especial quanto aos acessos e comunicações horizontais e verticais, mas também quanto à repartição dos espaços pela habitação e suas funções: abaixo do andar de acesso ficam os arrumos e outros locais destinados à serventia da casa e locais destinados ao empregados, enquanto nos andares de acesso ficam as áreas de zona de recepção ou sociais e nos pisos superiores os quartos e quartos de banho. No entanto, na Rua de Santa Catarina encontrámos também áreas de serviço ao nível do piso de acesso, bem como dependências de arrumos no primeiro andar.

Também Paula Peixoto, na sua investigação sobre “Palacetes de Brasileiros no Porto” notou que “a organização espacial revela a nítida vontade em diferenciar zonas de serviço, zonas privadas ou íntimas e zonas públicas ou de representação social, traduzindo o duplo desejo de preservar a intimidade e simultaneamente pôr em prática os costumes e rituais de sociabilidade, componentes indispensáveis à legitimação do estatuto social”. A autora refere ainda que “a maior parte dos palacetes apresentam uma matriz clássica, fortemente marcada pela simetria e equilíbrio de proporções tanto nas fachadas como na planta”⁹⁵⁶. Não diferindo muito da análise feita por Maria Pires, também neste trabalho se encontram semelhanças com os nossos resultados, especialmente na forma de distribuição, comunicações horizontais e verticais e acessos aos espaços habitacionais, bem como na hierarquização dos espaços. No entanto, a amostra reduzida de palacetes que estudámos e para os quais dispúnhamos de descrição interna impede-nos de afirmar uma hierarquização tão rígida.

⁹⁵⁴ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, pp. 116-121.

⁹⁵⁵ IDEM – *Ibidem*, pp. 127-132.

⁹⁵⁶ PEIXOTO, Paula Torres – *Palacetes de brasileiros no Porto (1850-1930). Do estereótipo à realidade*, p. 228.

A autora Maria Pires analisou também exemplos de arquitectura plurifamiliar. Das conclusões da sua análise, algumas aproximam-se dos resultados que encontrámos relativamente à Rua de Santa Catarina. O principal desses aspectos consiste nas diferenças em termos de distribuição do espaço interior face às restantes tipologias: “a área da habitação diminui consideravelmente, os dispositivos de recepção reduzem-se a uma única sala de estar e os espaços íntimos integram a mesma zona”. Muitos dos espaços que nas outras tipologias eram claramente distintos, misturam-se nas habitações plurifamiliares⁹⁵⁷.

Também os resultados apresentados por Gisela Lameira para a tipologia plurifamiliar se aproximam dos nossos. As formas de agregação dos edifícios que encontramos para a Rua de Santa Catarina são os mesmo que a autora encontrou para esta tipologia. A arquitecta refere que, no estudo efectuado sobre a habitação plurifamiliar do Porto, encontrou diversas formas de conceber agregados habitacionais: os que “não apresentam qualquer tipo de associação, ou seja são concebidos como um bloco com um único acesso central, servindo todos os fogos por piso”; aqueles baseados na “Duplicação por simetria – edifício composto por 2 unidades individualizáveis com acesso central independente, associadas através de uma reflexão a partir de um eixo central”; e a agregação por “Associação lateral – edifício composto por unidades individualizáveis, com acesso central independente, que se associam lateralmente (apesar de eventual linguagem unitária/indivisível do edifício)”⁹⁵⁸. A autora refere que, destas, na cidade do Porto predominam “as unidades habitacionais se agrupam por «duplicação por simetria» apoiada num eixo central (parede meeira das unidades habitacionais) [...]” No entanto, destaca também “a variedade de configurações apresentadas (regulares, irregulares, duplos C, duplos L, etc.) [...], tendo que conta o mesmo tipo de associação”⁹⁵⁹.

Quanto à organização e distribuição das tipologias e organização dos fogos habitacionais, Gisela Lameira encontrou diferentes programas funcionais (quantidade e tipo de divisões), diferentes níveis de gradação de privacidade (número de circulações, vestíbulos e antecâmaras de distribuição) e diferentes níveis de complexidade em termos da distribuição dos esquemas tipológicos⁹⁶⁰. Esta é também uma realidade que se aplica aos casos de estudo da Rua de Santa Catarina.

⁹⁵⁷ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, pp. 132-139.

⁹⁵⁸ LAMEIRA, Gisela – A simetria e a topologia na concepção da habitação plurifamiliar portuense na 1.ª metade do séc. XX, pp. 10-11.

⁹⁵⁹ IDEM – *Ibidem*, p. 11.

⁹⁶⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 17.

Relativamente, ao espaço envolvente das casas, isto é aos logradouros, são poucos os trabalhos que os referenciam. Nelson Mota destaca apenas como elementos que compõem o logradouro os muros e as vedações, enquanto “marcação do limite”. Este autor realça também as *bow-window*, os terraços, as varandas, alguns dispositivos de observação (tais como mirantes e torreões), as estufas, os jardins de inverno e os jardins (afirmando ser este último o elemento fundamental na afirmação e na construção do espaço da casa)⁹⁶¹. Paula Peixoto também inventaria alguns elementos que compõem o espaço envolvente dos seus casos de estudo, referindo frequentemente as *bow-window* e os jardins. As referências aos pátios são encontradas no trabalho de António Capello, quando se refere à habitação plurifamiliar, mais concretamente, aos prédios de rendimento da Rua de Sá da Bandeira⁹⁶². Nas habitações analisadas na Rua de Santa Catarina, os elementos referidos são encontrados, acrescentando-lhes outros. A maior variedade de elementos estará relacionada com o estudo conjunto das várias tipologias por nós efectuado, bem como pela forma de registo, não determinada à partida, mas visando a recolha completa de todos os elementos referenciados nas licenças.

⁹⁶¹ MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*, 2010, pp. 231-245.

⁹⁶² CAMPELLO, António Ferreira de Lima Cabral – *Um olhar sobre a arquitectura do prédio de rendimento no Porto e a rua de Sá da Bandeira como uma metonímia*.

VII.4.6. Análise de aspectos construtivos

No geral, o sistema construtivo e os materiais utilizados não apresentam grandes variações ao longo do período em estudo.

As fundações/ alicerces são todas directas e contínuas e formadas por um ensoleiramento geral, sendo habitualmente em alvenaria de pedra, sobretudo perpianho. Muito deste perpianho é colocado na horizontal, travado e argamassado; a argamassa é normalmente referida como de cal e saibro ou de cal hidráulica e saibro, tal como a que se encontra nas paredes. É comum uma camada isoladora na parte superior da fundação. O material isolador mais usado é o asfalto, sendo também frequente o uso de aditivos hidrófugos (ceresite). Dos 32 casos em estudo, apenas um refere as dimensões dos alicerces: 80 cm de profundidade.

A análise das fundações/ alicerces revela o cumprimento normas de construção. O RSEU de 1903 impunha que os alicerces fossem “construídos com materiais impermeáveis, ou pelo menos cobertos com uma camada impermeável, 0^m,15 acima do solo”⁹⁶³. O ensoleiramento geral corresponde a essa “camada impermeável”.

Na comparação feita com outros trabalhos verificamos que as características das fundações não diferem quanto ao material ou modo de execução. A investigadora Maria Pires, no seu estudo das construções na Rua Álvares Cabral até ao ano de 1940, refere que os alicerces assentavam “em terreno firme e resistente, utilizando alvenaria de perpianho ou ordinária argamassadas” e, sobretudo no final do período estudado, é referido o isolamento por camada de asfalto; os materiais mais utilizados eram, à semelhança do encontrado na Rua de Santa Catarina, a alvenaria de perpianho argamassado com cal (por vezes especificada como hidráulica) e saibro⁹⁶⁴. A arquitecta Clara Vale e o engenheiro Vítor Almeida referem, nos seus estudos sobre as características do património edificado tendo por base o eixo da Boavista, que as fundações nesta artéria são “directas e contínuas”⁹⁶⁵ e “executadas em

⁹⁶³ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS. REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*. Aprovado por Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, Artigo 10.º.

⁹⁶⁴ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940)*. *Formas de habitar*, p. 159.

⁹⁶⁵ VALE, Clara Pimenta do; ALMEIDA, Vítor Abrantes – Entre tradição construtiva e modernidade arquitectónica. Caracterização construtiva da habitação corrente da cidade do Porto no segundo quartel do século XX.

alvenaria de pedra, geralmente perpianho ao baixo, formando degraus”⁹⁶⁶. Os mesmos autores referem ainda que “existe já alguma standardização do corte de pedras e as mesmas têm geralmente dimensões próximas dos 30 × 60 × 90 cm, o que permite a execução da fundação em 3 degraus de larguras diferentes, pela sobreposição das pedras em diferentes orientações” e que a impermeabilização das fundações era feita sobretudo através do asfalto mas também de “ceresit”⁹⁶⁷.

Nas paredes exteriores é comum o uso da alvenaria de pedra de diferentes espessuras. O granito é a pedra mais usada; o perpianho surge muitas vezes na forma de cantaria em silhares e juntouros contrafiados, ou como “perpeanho a meia falha”. As paredes exteriores são impermeabilizadas com recurso a argamassas (areia, cal e cimentos) e são normalmente revestidas com uma camada de asfalto, cerezite ou lithorsite. Em termos de revestimento, há referência ao recurso a reboco, estuque, tintas, caiação, mármore e cantaria e, sobretudo a partir da década de 20, surgem também os cimentos com ligantes. A partir dos anos 30 é comum não ser referido o material utilizado ou a referência apenas à argamassa de cal hidráulica. Não é frequente a referência nas memórias descritivas ao revestimento em material cerâmico, apesar de em diversos casos este ser evidente nos alçados. A espessura das paredes exteriores varia entre 30 e 60 cm. As fachadas principais são normalmente de 30, 50 ou 60 cm, as posteriores de 30, 40 ou 50 cm, e as laterais de 30 ou 50 cm.

As paredes interiores têm espessuras de 25, 30 ou 35 cm. O material normalmente usado são os tabiques de madeira em pinho nacional, que tendem a ser menos frequentes ao longo do período estudado, sendo “substituídos” pela pedra de perpianho argamassada e com uma camada de asfalto. Os revestimentos mais comuns são o reboco, o estuque e a caiação, surgindo com menor frequência a pintura e, ainda mais raramente, o uso de madeira. Nos tabiques das cozinhas, quartos de banho e WC é usual o tijolo (furado ou vazado) assente em cimento, e lambris de azulejo nas paredes até à altura de 1,50 metros.

É comum nos processos a referência a que “todas as paredes serão feitas” em pedra. Nos casos em que os materiais e técnicas utilizados nas paredes são indicados desta forma menos

⁹⁶⁶ VALE, Clara; ABRANTES, Vítor – Os processos de licenças de obras de obras na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista, p. 8.

⁹⁶⁷ VALE, Clara Pimenta do; ALMEIDA, Vítor Abrantes – Entre tradição construtiva e modernidade arquitectónica. Caracterização construtiva da habitação corrente da cidade do Porto no segundo quartel do século XX.

específica, mantém-se a predominância do perpianho e do granito, assentes em argamassa (de cal e saibro) e revestidos com camadas de material isolador, tais como asfalto, cerezite ou lithorsite, verificando-se nalguns casos o uso de dois materiais isolantes. Nestes casos verifica-se igualmente o revestimento com cimento, reboco e cal. Quanto à espessura, todos estes casos referem ser de 30 cm, sugerindo, por comparação com aqueles em que são caracterizadas as diferentes paredes, que a caracterização se possa referir exclusivamente às paredes interiores.

No que diz respeito aos regulamentos e normativas, o RSEU (1903) impunha que as paredes “devem sempre assentar em terrenos sólidos, ou bem consolidados” e relativamente aos materiais apenas refere que deveriam ser da “melhor qualidade, não devendo empregar-se no fabrico das argamassas nem materiais pouco limpos, nem água salgada ou outra que possa produzir humidade nas paredes”⁹⁶⁸. Relativamente ao revestimento das paredes, o RSEU não refere qual o material que deveria ser usado. O mesmo se verifica a nível local, quando consultados o Edital de 10 de Dezembro de 1923 e o Edital n.º 6/42, de 9 de Maio de 1942, que também não indicam os materiais a utilizar na construção, limitando-se a dar indicações sobre a manutenção das paredes e seus elementos⁹⁶⁹. A única referência concreta encontrada na legislação relativamente aos materiais diz respeito às áreas das cozinhas, pelo facto de serem propícias à ocorrência de incêndios, pelo que é exigido que se construam paredes “em material incombustível”⁹⁷⁰.

Os resultados encontrados são similares aos reportados por outros autores, em termos de sistemas construtivos, materiais de construção e materiais de revestimento das paredes. O sistema construtivo referido é já descrito no manual do operário da Biblioteca de Instrução Profissional, que refere que as paredes deveriam “ser bem travadas entre si, *endentando-se*, e

⁹⁶⁸ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS. REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*. Aprovado por Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, Artigos 7.º e 8.º.

⁹⁶⁹ A “postura sobre caiações, pinturas, caleiras e reparos exteriores de prédios” era aplicada a todos “os prédios particulares e suas pertenças, as fachadas interiores, posteriores, laterais e as sobre páteos ou saguões anteriores, as empenas, coberturas e muros de vedação, assim como escadas”. CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital de 10 de Dezembro de 1923; CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital n.º 6/42, de 9 de Maio de 1942.

⁹⁷⁰ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital n.º 6/44 de 14 de Março de 1944, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944.

dispostas de modo que a distribuição das cargas se faça uniformemente, concorrendo para a sua maior estabilidade”⁹⁷¹.

No trabalho sobre a Rua Álvares Cabral em período semelhante ao por nós estudado, Maria Pires refere que as paredes exteriores eram “de alvenaria de perpianho, ordinário ou de silhares e joutouros” e possuíam espessuras que oscilavam entre os 55 cm e os 60 cm, passando depois a serem executadas em “silhares e joutouros contrafiados ou de perpianho com espessura de 0,50 a 0,40 m ou com blocos de cimento de 0,20×0,40×0,25”. Já nas paredes interiores e divisórias era mais frequente o “perpianho ou tijolo” e a espessura era de 25 cm a 33 cm. Nas paredes das águas-furtadas e das divisões secundárias era mais frequente o tabique fasquiado; com o avançar dos anos é também comum a construção em “perpianho de 0,30 m, de tijolo furado de 0,05 [m] de espessura ou vazado assente em cimento, por tabiques de tijolo ou madeira rebocadas e caiadas”. Quanto ao revestimento exterior, a autora refere que o mais frequente era ser em reboco pintado, azulejo e cantaria. Mais para o final do período estudado, a autora refere a persistência do cimento, azulejo, mármore, cantaria e granito polido. Relativamente às paredes interiores, permanecem as técnicas do reboco e pintura, podendo apresentar ou não lambris de madeira ou azulejo⁹⁷². Globalmente, os materiais e técnicas descritos são similares aos encontrados na Rua de Santa Catarina.

Não é de estranhar termos encontrado os revestimentos ditos “tradicionais”, como o azulejo e a cantaria, nas construções estudadas, se tivermos em conta algumas passagens de estudos dedicados à habitação do Porto nos séculos XIX e XX. Ernesto Veiga e Fernando Galhano, por exemplo, referem que foi a partir do século XIX que o revestimento exterior a azulejo se generalizou. Os autores referem que “raramente com os cheios de pedra à vista, as frontarias são em geral lisas, rebocadas ou, também, do século XIX em diante, revestidas de azulejos, ora de desenhos singulares, ora formando conjuntos, dispostos, nos casos mais notáveis, em painéis que imitam tapeçarias, com a sua barra em torno; e vemos o sistema do revestimento exterior de azulejo, tão característico do Porto, prolongar-se nos modernos edifícios de concreto, adaptando-se a uma técnica e estética inteiramente nova”⁹⁷³. Também Francisco Fernandes refere que na habitação do período liberal “dominam os mesmos materiais e sistemas construtivos: o granito, a madeira e o ferro. Surge aplicação de um novo modelo de

⁹⁷¹ SEGURO, João Emílio dos Santos – *Bibliotheca de Instrução Profissional. Construção Civil. Volume I Edificações*. Lisboa: Typ. da Empresa da História de Portugal, [s. d.], pp. 10-11.

⁹⁷² PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, pp. 159-161.

⁹⁷³ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 344.

azulejo de formato rectangular e biselado, com as dimensões aproximadas a um tijolo. As paredes exteriores destas habitações são predominantemente revestidas com estes azulejos, em substituição da tradicional caiação”. Este autor menciona ainda que a moldura dos vãos de portas e janelas são em cantaria⁹⁷⁴.

Nos trabalhos de Clara Vale e de Vítor Almeida são apontadas as mesmas ideias relativamente à construção das paredes; é também referido que a sua impermeabilização era feita essencialmente através do asfalto, e que a partir dos anos 20 se torna comum o uso de argamassas com aditivos. Os autores referem ainda que “as argamassas executadas com cimento (em vez de cal) são muitas vezes consideradas revestimentos de impermeabilização mesmo sem conter outros aditivos”⁹⁷⁵. Os autores salientam também que, nas “paredes de compartimentação interior sem função resistente, assiste-se a uma substituição gradual do tabique de madeira pelo tijolo, à medida que a estrutura dos próprios pavimentos é alterada”⁹⁷⁶. Mais uma vez, tanto ao nível dos materiais como dos métodos de impermeabilização, verifica-se uma elevada concordância entre os resultados encontrados para a artéria por nós estudada e os descritos para outras zonas da cidade.

Os pavimentos de quase todas as divisões são em soalho, sobretudo de pinho nacional e castanho, normalmente assente em asfalto. Os pavimentos térreos, das caves, dos anexos e das varandas eram habitualmente em madeira sobre caixas-de-ar, verificando-se ao longo do período em estudo uma tendência para a sua substituição por pavimentos em betonilha. Em muitos casos a betonilha é colorida e aparece misturada com outros elementos, como o mosaico, o soalho ou a corticite. Esta diversificação estará associada ao facto de estes espaços passarem cada vez mais a integrar o espaço habitável. Os pavimentos das zonas de serviço e de águas (cozinhas, quartos de banho e WC) são executados em cimento ou cimento armado, sendo revestidos com cimento colorido e mosaico.

Na análise feita dos pavimentos verifica-se a aplicação das regras imposta pelo RSEU (1903), que decretava que os pavimentos do rés-do-chão e das casas térreas deveriam ter “um coberto

⁹⁷⁴ FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*, p. 174.

⁹⁷⁵ VALE, Clara; ABRANTES, Vítor – Os processos de licenças de obras de obras na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista, p. 9.

⁹⁷⁶ VALE, Clara Pimenta do; ALMEIDA, Vítor Abrantes – Entre tradição construtiva e modernidade arquitectónica. Caracterização construtiva da habitação corrente da cidade do Porto no segundo quartel do século XX.

com uma camada impermeável ou ter caixa de ar de 0^m,60 de altura mínima”⁹⁷⁷. O mesmo regulamento impunha que os pavimentos dos pisos inferiores ao nível da rua fossem isolados, de modo a evitar infiltrações e humidade⁹⁷⁸. Também as indicações constantes no Manual do Operário mostram grande preocupação com a impermeabilização dos pisos⁹⁷⁹. Assim, e embora nestes documentos não sejam especificados os materiais a usar nos pavimentos, verificamos que os materiais encontrados nas construções que analisámos vão ao encontro dessa preocupação.

Os trabalhos de Maria Pires e de Clara Vale e Vítor Abrantes apresentam grande semelhança de resultados com os que encontramos para os pavimentos das construções da Rua de Santa Catarina. Maria Pires (no estudo sobre a Rua Álvares Cabral) refere que, na sua maioria, os pavimentos eram construídos em “tábuas de madeira de pinho nacional e riga, sendo os das lojas de betonilha, assim como os dos quartos de banho, WC e cozinhas que foram, posteriormente, forrados a ladrilho ou mosaico”. Mais tardiamente, a betonilha começa a ser substituída pelo cimento armado⁹⁸⁰.

Clara Vale e Vítor Abrantes, relativamente ao eixo da Avenida da Boavista, referem que a partir do final da década de vinte, e por imposição da Inspecção de Incêndios, se torna habitual o uso de “pequenas lajes de betão armado, primeiro, maciças e mais tarde aligeiradas por elementos cerâmicos vazados, ou formadas a partir de «vigas de tijolos armados»” em substituição dos pavimentos em pinho ou riga. O betão armado era principalmente usado nas lajes das cozinhas e nas de separação de garagens, comércio e outras actividades, mas também nos quartos de banho e WC. Estes autores referem também que, a partir do momento em que os pavimentos das cozinhas passam a ser executados em betão armado, o mesmo ocorre nas restantes áreas⁹⁸¹. Quanto aos pavimentos térreos, começam por ser sobretudo executados em madeira, gradualmente substituída pela betonilha; esta substituição terá estado associada a

⁹⁷⁷ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS. REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*. Aprovado por Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, Artigo 9.º.

⁹⁷⁸ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS. REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*. Aprovado por Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, Artigo 18.º.

⁹⁷⁹ SEGURO, João Emílio dos Santos – *Bibliotheca de Instrução Profissional. Construção Civil*, p. 11.

⁹⁸⁰ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, pp. 160-162.

⁹⁸¹ VALE, Clara; ABRANTES, Vítor – Os processos de licenças de obras de obras na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista, p. 8.

“um aumento do número de pisos utilizáveis do edifício pela inclusão de uma cave, mas também à execução do piso térreo de habitação em betonilha revestida a diversos materiais, desde a própria betonilha colorida, mosaicos hidráulicos, soalhos de madeira, ou mesmo a corticite como «*material moderno*»”⁹⁸².

Relativamente aos tectos, encontrámos referência a que os das cozinhas eram em material incombustível. Esta referência vai ao encontro do exigido pelo RSEU de 1903. Quando aparece referência aos tectos de outras divisões, as indicações são de que seriam ornamentados, estucados e pintados. Maria Pires, para a Rua Álvares Cabral, refere serem frequentes os tectos em “cimento armado rebocados e estucados, recebendo molduras e ornamentação”⁹⁸³, resultados semelhantes aos por nós encontrados.

Na cobertura são comuns os telhados inclinados com estruturas com armações em madeira, sendo o pinho e a riga as madeiras mais usadas. Estes telhados são frequentemente escondidos pelas platibandas, dando assim ao desenho um carácter plano e moderno. O revestimento é feito com telha, sobretudo do tipo Marselha. Quanto ao número de águas são mais frequentes os telhados de quatro águas, seguindo-se os de duas águas, e os de múltiplas águas (cinco ou mais). Nos telhados encontram-se como estruturas auxiliares as mansardas e as águas-furtadas ou trapeiras, mas são sobretudo as clarabóias que dominam os telhados desta artéria. Em muitos casos encontra-se no mesmo telhado mais do que um destes elementos, ou o mesmo elemento repetido. É também de referir a constante referência nos projectos às chaminés, sempre construídas em tijolo, cimento e argamassa; verificou-se também a preocupação em referir que a chaminé ficava desviada de todos os madeiramentos. Quanto ao uso de coberturas planas, apenas se registou num edifício de habitação plurifamiliar datado de 1934. Este tipo de cobertura é mais comum em estruturas auxiliares à habitação, como garagens ou galinheiros.

Ao percorrermos o RSEU de 1903 na tentativa de verificar o que era exigido na construção das coberturas, concluímos que nenhum elemento por nós encontrado é referido. Tal dever-se-á ao facto de este regulamento se dirigir a especificações construtivas relacionadas com a segurança e salubridade, pelo que a principal referência para os telhados era a necessidade de

⁹⁸² VALE, Clara; ABRANTES, Vítor – Os processos de licenças de obras de obras na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista, p. 8.

⁹⁸³ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, p. 162.

serem “sempre construídos com a maior perfeição para que não deixem entrar as águas das chuvas nem produzir humidade no interior dos prédios”⁹⁸⁴.

No entanto, e apesar de tal não estar regulamentado, não são de estranhar alguns dos resultados encontrados, nomeadamente o uso frequente de telha Marselha e o parco recurso a coberturas planas, se tivermos em conta a tradição da casa do Porto. Maria Pires menciona que encontrou quase sempre referência à “«telha chata» ou de Marselha, de fabrico nacional” e justifica a sua frequência e persistência pela “vantagem de não precisar de argamassa para se ligar, permitindo telhados leves e reduzindo ainda as dimensões dos vigamentos”⁹⁸⁵. Clara do Vale e Vítor Abrantes, por sua vez, advogam que “a generalidade dos edifícios continua a recorrer a estruturas de madeira revestidas com telha, marselha quase invariavelmente, mesmo quando já recorrem ao betão armado para a totalidade das lajes do edifício”⁹⁸⁶. Quanto à cobertura em terraço, o estudo relativo ao eixo da Boavista menciona o seu baixo impacto nos primeiros anos do século XX, e que foi inicialmente usada nas garagens ou em elementos específicos dos pisos superiores, como os mirantes. A cobertura em terraço na generalidade dos edifícios de habitação viria a ocorrer mais tardiamente⁹⁸⁷.

O elevado número de estruturas que aparecem nos telhados da Rua de Santa Catarina não é uma característica apenas desta artéria nem do período em estudo. Ernesto Veiga e Fernando Galhano referem que nos telhados “são extremamente frequentes [a partir do século XIX] as soluções de aproveitamento dos sótãos, que se traduzem exteriormente por acréscimos nos telhados, trapeiras, mirantes, andares suplementares, etc.”, que serviam para iluminação e ampliação da casa⁹⁸⁸. Outro elemento marcante nos telhados do Porto são as clarabóias, que os mesmos autores referem existir em “muitos formatos, desde simples vidraças ao correr das águas do telhado, até complicadas gaiolas de fantasia, altas como mirantes, e exuberantemente ornamentadas”, sendo no entanto a “clarabóia circular ou elíptica, em forma de pequena cúpula de vidro – muitas vezes com vidros de cor – montada numa base cónica” a mais

⁹⁸⁴ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS. REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*. Aprovado por Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, Artigo 15.º.

⁹⁸⁵ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, p. 160.

⁹⁸⁶ VALE, Clara; ABRANTES, Vítor – Os processos de licenças de obras de obras na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista, p. 9.

⁹⁸⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 10.

⁹⁸⁸ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 282.

frequente. Veiga e Galhano referem ainda ser frequente na cidade do Porto a presença no mesmo telhado de vários dos elementos referidos⁹⁸⁹.

As chaminés são outro elemento também frequentemente encontrado. Sendo também um elemento típico das casas do Porto⁹⁹⁰, a referência a elas no RSEU é explicativa das descrições encontradas: segundo este regulamento as chaminés deveriam “ser construídas com materiais incombustíveis [...] e ficarão sempre separadas pelo menos 0^m,15 de qualquer madeiramento ou material combustível”⁹⁹¹.

Quanto ao vigamento/ travejamento (dos pavimentos e da cobertura), o material usado é sempre a madeira, maioritariamente de pinho nacional ou *pitch-pine*, riga ou castanho. Quando referidas, as medidas são de 22 x 8 cm, com um espaçamento de 50 cm eixo a eixo.

Estes resultados não diferem dos apresentados nos trabalhos dos investigadores Joaquim Teixeira e Maria Pires. Apesar de o seu trabalho se focar sobretudo em períodos anteriores ao século XX, Joaquim Teixeira menciona que foi a partir desse século que encontrou exemplos de vigamentos constituído por vigas de madeira esquadriadas, podendo as suas dimensões variar de 8 a 12 cm de largura por 20 a 25 cm de altura e com espaçamentos não superiores a 50 cm⁹⁹². Maria Pires conclui, relativamente à Rua Álvares Cabral, que o vigamento era sempre de madeira (*pitch-pine*, riga ou castanho), com pontas ou entregas de viga embebidas nas paredes, assente nos frechais, e cujas pranchas mediam 22 por 8 cm, tal como por nós verificado. Contrariamente à referência feita por Joaquim Teixeira, esta autora verificou um distanciamento entre vigas de 60 cm eixo a eixo; apesar desta discrepância, os valores não diferem grandemente dos espaçamentos referidos nas licenças por nós estudadas. A autora refere também que a armação do telhado era sempre de madeira de castanho, riga, *pitch-pine*, ou pinho da terra⁹⁹³.

⁹⁸⁹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 355.

⁹⁹⁰ TEIXEIRA, Joaquim José Lopes – *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*, p. 173.

⁹⁹¹ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS. REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*. Aprovado por Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, Artigo 14.º.

⁹⁹² TEIXEIRA, Joaquim José Lopes – *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*, p. 88.

⁹⁹³ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, p. 159.

No que respeita às escadas, as referências ao tipo de material e sistemas construtivos são pouco informativas. Conseguimos identificar como principais materiais a pedra e o cimento armado nas escadas exteriores, e a madeira (sobretudo pinho nacional) nas interiores. É digno de referência o uso do betão armado em todas as escadas num projecto de 1939 de um edifício de habitação plurifamiliar (159/1939); neste edifício, aliás, o betão armado é amplamente utilizado na globalidade da estrutura.

Relativamente às escadas, o RSEU apenas refere que deveriam ser “quanto possível amplas, bem iluminadas, de fácil ventilação e disposição de maneira que proporcionem uma ascensão pouco fatigante”⁹⁹⁴. Não encontramos neste regulamento qualquer referência aos materiais a utilizar na execução das escadas.

Em relação a este elemento, o trabalho de Maria Pires (Rua Álvares Cabral) apresenta resultados parcialmente similares aos nossos. O material em que são construídas as escadas é sobretudo a madeira de pinho nacional, mas a autora destaca também o uso de madeira de riga. Com o avançar dos anos e o apuramento das técnicas construtivas, regista-se uma tendência para a construção das escadas, não só exteriores como também interiores, em madeira ou cimento armado soalhado⁹⁹⁵.

O uso das madeiras segue quase sempre a mesma ideia geral: as que iriam estar mais expostas aos elementos naturais eram de castanho, enquanto que as utilizadas no interior eram de pinho nacional. As portas e janelas (esquadrias e, no caso das portas, também guarnições) são essencialmente de madeira, havendo também referência a algumas portas em ferro. Nas guarnições das portas interiores é usada a madeira de pinho nacional enquanto que no exterior é usada a madeira de castanho. Em algumas esquadrias exteriores eram usadas madeiras da Flandres ou do Brasil. Encontram-se ainda referências à aplicação de estores nas janelas. Quando referidos, os rodapés são executados em madeira de pinho nacional.

Seguindo a tendência geral referida, Maria Pires refere que as guarnições e esquadrias eram em madeira, predominando o pinho nacional (e, em menor escala, a macacaúba) nas

⁹⁹⁴ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS. REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*. Aprovado por Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, Artigo 9.º.

⁹⁹⁵ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, pp. 160-161.

esquadrias de portas e janelas, socos, alisares e outras guarnições, sendo a madeira de castanho para elementos exteriores⁹⁹⁶.

O saneamento e sistemas de águas seguem sempre o mesmo esquema. O sistema de recolha de águas é feito por algerozes, isto é, caleiras, em chapa de ferro zincado, que depois encaminham as águas para os condutores verticais de água pluvial, executados em chapa de ferro zincado ou ferro galvanizado. Todas as construções possuem latrinas de bacia de válvula ou sifão. As fossas são sempre executadas em pedra de alvenaria argamassada e guarnecidas com argamassa de cimento e areia. Os canos eram em ferro ou grés cerâmico. Quanto aos tubos de ventilação, são sempre de grés. As coberturas das fossas são na maioria das vezes em lajedo de pedra, nomeadamente granito.

Conforme referido, o saneamento segue as imposições legais nacionais e regulamentos municipais: o RSEU (1903)⁹⁹⁷ e o “Regulamento Geral de Abastecimento de Água” (1943)⁹⁹⁸ (nacionais), e o regulamento municipal “Instalação do Saneamento Urbano” (1925)⁹⁹⁹, o Edital n.º 9 de 1941 referente ao projecto “Ligação de prédios urbanos ao aqueduto de águas pluviais”¹⁰⁰⁰ e o “Regulamento do Serviço de Saneamento da Cidade do Pôrto” (1943)¹⁰⁰¹ (municipais). Estes documentos impunham regras de construção e uso de materiais relativamente aos algerozes, aos depósitos de águas, aos tubos de queda, sifões, tubos de ventilações, latrinas e pias, urinóis e outros escoadouros e fossas. A comparação das descrições que encontrámos nas licenças de obras com a legislação mostra que estas estruturas eram construídas reproduzindo fielmente as imposições legais.

⁹⁹⁶ PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, pp. 162-163.

⁹⁹⁷ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS. REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*. Aprovado por Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.

⁹⁹⁸ Regulamento Geral de Abastecimento de Água, Portaria n.º 10 367, de 14 de Abril de 1943, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto: Edições Lopes da Silva, 1944, p. 64.

⁹⁹⁹ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Instalação do Saneamento Urbano – Regulamento do Municipio do Pôrto, aprovado em sessão de 30 de Maio de 1925*. (Câmara Municipal do Pôrto). Porto: Imprensa Social. Secção da Casa do Povo Portuense. 1926

¹⁰⁰⁰ CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital n.º 9/41, de 21 de Agosto de 1941, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944, p. 198.

¹⁰⁰¹ MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES – Regulamento do Serviço de Saneamento da Cidade do Porto. Portaria de 29 de Novembro de 1943, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto: Edições Lopes da Silva, 1944.

Os estudos disponíveis para comparação dos nossos resultados chegam a conclusão semelhante. Maria Pires refere que “o saneamento obedeceu aos diferentes regulamentos”¹⁰⁰². Rui Gonçalves, na sua dissertação de mestrado, menciona que “as casas de habitação corrente da cidade do Porto [...] nas primeiras décadas do século XX, expunham infraestruturas básicas, cuja introdução, numa primeira fase, dependia principalmente de imposições regulamentares”¹⁰⁰³.

¹⁰⁰² PIRES, Maria do Carmo Marquês – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*, p. 161.

¹⁰⁰³ GONÇALVES, Rui Tiago Pereira – *A reabilitação face à sustentabilidade – Casa burguesa do Porto*, p. 189.

VIII. A ARQUITECTURA RURAL: QUINTAS E CASAS DE LAVOURA

VIII.1. Introdução

O tema da arquitectura de cariz popular tem sido alvo de diversos estudos e publicações por parte de diferentes áreas do conhecimento (arquitectura, etnografia, engenharia, geografia, sociologia ou turismo). A arquitectura popular é aquela que se insere sobretudo em zonas rurais e está intimamente ligada aos que nela habitam, reflectindo o seu estatuto social e os hábitos de vida, as tradições, bem como a geografia e o clima de uma região. Dentro da arquitectura popular, as quintas, enquanto propriedades rurais, de recreio ou não, com as suas dependências agrícolas, são as que melhor reflectem estes aspectos.

Até meados do século XVIII o Porto era uma cidade densa e centrada no interior das suas muralhas. A partir dessa altura, sobretudo com a intervenção dos Almadas, a cidade expande-se para fora das muralhas em direcção às zonas rurais. Na cidade intra-muros os espaços verdes eram escassos, existindo sobretudo pequenos hortos e as cercas de alguns conventos, enquanto que na cidade extra-muro existiam hortas e terras de sementeiro. Segundo Helena Moreira “esta ambiência rural perdurará durante largos séculos, sendo natural a ausência de necessidade de criação de espaços verdes na cidade”¹⁰⁰⁴. “A este espaço exterior ao aglomerado, e que dele dependia, estavam associadas basicamente duas funções, o abastecimento de frescos à cidade [...] e a de lazer”¹⁰⁰⁵. Nestas áreas, a presença de capelas e igrejas “cedo lhes deu o cunho de pequenos núcleos de povoamento aglutinados sem perderem as características de ruralidade”¹⁰⁰⁶. O desenvolvimento destes núcleos de povoamento ocorreu muitas vezes na margem das estradas que faziam a ligação da cidade com as vilas e cidades periféricas¹⁰⁰⁷.

Em finais do século XIX a cidade sentia já os primeiros sintomas da industrialização, com a presença de estruturas industriais e uma série de infra-estruturas básicas, que permitiam o rápido acesso às zonas mais afastadas do núcleo primitivo da cidade, ao mesmo tempo que a

¹⁰⁰⁴ IDEM – *Ibidem*, p. 156.

¹⁰⁰⁵ FONSECA, Adélia Luísa T. Silva – *Porto Norte. Dinâmicas urbanas e sua evolução*, p. 64.

¹⁰⁰⁶ OLIVEIRA, J. M. Pereira de – *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*, p. 260.

¹⁰⁰⁷ FONSECA, Adélia Luísa T. Silva – *Porto Norte. Dinâmicas urbanas e sua evolução*, p. 64.

imagem de ruralidade permanecia. A “Carta Topographica da Cidade do Porto” (1892), de Telles Ferreira, permite identificar três anéis concêntricos. O primeiro anel corresponde à cidade intra-muros (freguesias da Sé, São Nicolau, Vitória, e Miragaia, fortemente ocupadas); o segundo anel refere-se à área de expansão ocorrida entre os séculos XVIII e XIX (Santo Ildefonso, Cedofeita e Bonfim); por fim, o terceiro anel, mais periférico, é composto pelas freguesias da Foz do Douro, Nevogilde, Aldoar, Campanhã, Lordelo do Ouro, Paranhos e Massarelos, que representam um vasto espaço territorial despovoado, profundamente rural e com uma população muito dispersa, e que viria a ser objecto de grande desenvolvimento durante o século XX¹⁰⁰⁸. Verifica-se então que, em finais do século XIX, a “uma cidade densa, antiga, herdeira do burgo em tempos muralhado, encostam-se os campos que quase ininterruptamente se estendem até ao rosário de povoados que organizam o espaço rural circundante”¹⁰⁰⁹. Estas zonas eram sobretudo formadas por “matas e silvados, limitando vastos campos de trabalho agrícola”¹⁰¹⁰.

É nestas áreas periféricas que o património das quintas assumirá grande importância. A construção de habitações em espaços amplos e rurais da cidade foi resultado de um gosto inerente por estas zonas, mas também de uma “pujante actividade económica”. Estas zonas começaram por ser escolhidas pelas famílias abastadas com uma forte ligação ao campo e à propriedade rural, o que acabou por ficar “marcado na paisagem pela imponência das construções então realizadas”¹⁰¹¹. Muitas destas famílias seguiam a tradição de possuir uma casa no centro da cidade e uma outra no campo, onde ocasionalmente se refugiavam¹⁰¹².

No decurso do século XX as zonas rurais adquiriram grande importância na expansão da cidade devido à existência de muitos terrenos livres, levando à coexistência na paisagem de propriedades rurais, unidades industriais e infra-estruturas adaptadas à vida nos tempos modernos. Apesar deste fenómeno, a criação de áreas e estruturas rurais não cessou por completo, verificando-se alguma construção de raiz de quintas. No contexto urbanístico desta época toma especial interesse a análise destas construções. A importância dos traços da ruralidade da cidade é também reforçada pelos planos e estudos urbanísticos dedicados a estas zonas.

¹⁰⁰⁸ MADUREIRA, Helena – Processo de transformação da estrutura verde do Porto, pp. 166-167.

¹⁰⁰⁹ MADUREIRA, Helena; PIMENTA, José Ramires – Natureza e cultura no Porto do século XIX, p. 84.

¹⁰¹⁰ FONSECA, Adélia Luísa T. Silva – *Porto Norte. Dinâmicas urbanas e sua evolução*, p. 65.

¹⁰¹¹ IDEM – *Ibidem*, p. 65.

¹⁰¹² RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, p. 321.

Ezequiel Campos, no “Prólogo ao Plano da Cidade do Porto” (1932), quando analisa a expansão da cidade, traça quatro circunferências concêntricas. A primeira envolvia o velho burgo da cidade, a segunda envolvia as vias de acesso à cidade “hoje com manchas largas rurais”; a terceira era designada de “periferia rural”; e a mais exterior era composta pelas “terras de Lordelo, de Ramalde, de Paranhos e de Campanhã”, caracterizando-se pela abundância de “aldeias rurais”¹⁰¹³. Esta era a imagem de um Porto, nos anos 30, que ainda apresentava uma grande área dedicada à ruralidade ao mesmo tempo que a expansão urbana avançava a largos passos e de forma algo caótica.

No “Plano Regulador da Cidade do Porto” (1952), Antão de Almeida Garrett refere que na cidade do Porto “não há propriamente um zonamento, embora algumas zonas tenham características diferenciadas”, nomeadamente as “extensas zonas rurais na periferia que são aldeia pura”¹⁰¹⁴. Assim, percebe-se que nos anos 50 a cidade do Porto mantinha vastas áreas rurais, propícias à expansão urbana.

Desde sempre que estas zonas rurais foram as privilegiadas para a construção das quintas de recreio¹⁰¹⁵, mas na realidade eram também escolhidas para a construção das quintas ligadas à lavoura. A casa popular, mais concretamente, a casa rural, de maior ou menor dimensão, vai assumir grande importância neste panorama. A arquitectura rural é relativa “às actividades no campo ou aos camponeses”¹⁰¹⁶ enquanto que a casa rural resulta “de uma longa evolução ao longo de várias gerações, é um produto do Homem, um factor de cultura” sofrendo forte influência de factores geográficos, como o clima, os materiais de construção disponíveis e as actividades agrícolas praticadas, ou seja, integrando mais fortemente “a história, os movimentos de difusão e influências, as componentes sociais e económicas”¹⁰¹⁷. Segundo

¹⁰¹³ CAMPOS, Ezequiel – *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*, pp. 19-21.

¹⁰¹⁴ GARRETT, Antão de Almeida – *Plano Regulador da Cidade do Porto*, pp. 11-12.

¹⁰¹⁵ A propósito do tema das quintas de recreio na cidade do Porto vejam-se, entre outros trabalhos: ARAÚJO, Ilídio de (1979) – Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto, in, *separata da Revista de História*, vol. II, Centro de História da Universidade do Porto; ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *A Casa Nobre no Porto na época Moderna*. Lisboa: Edições Inapa, 2001; COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, 2.^a ed. Lisboa: Frenesi, 2001.

¹⁰¹⁶ ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA – *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, p. 3291.

¹⁰¹⁷ CALHEIROS, Maria do Rosário D. S. Coutinho – *Arquitecturas rurais e critérios de intervenção. Uma experiência no Vale do Lima (2003-2006)*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura na Especialidade de Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2006, p. 61.

Ernesto Veiga de Oliveira, a casa rural funciona como um “verdadeiro instrumento agrícola”¹⁰¹⁸.

Não excluindo o anteriormente referido, Albert Demangeon define este tipo de casa como sendo “essencialmente um factor de economia agrícola, e é principalmente como tal que ela exprime o meio geográfico; e exprime-o desse modo muito melhor e duma maneira muito mais adequada e permanente, do que quando se consideram os materiais da construção, os dispositivos de orientação, e as curiosidades do mobiliário”. O mesmo autor refere que a originalidade deste tipo de habitações não se encontra na ornamentação de alguns elementos exteriores que possam ter, mas antes “na repartição dos diferentes *lugares*, nessa ordem interna que faz reinar, no meio das coisas inertes, uma ideia e uma alma”¹⁰¹⁹.

Pelo exposto, o estudo das casas de quintas construídas na cidade do Porto durante a primeira metade do século XX apresenta particular relevância por se tratar de um património que, apesar da forte evolução urbana e industrial verificada na época, conseguiu manter a sua importância e unicidade em termos arquitectónicos e culturais. Para além disso, e apesar de muitas destas construções se terem entretanto perdido face à construção de outros edifícios e infra-estruturas, algumas fazem-se ainda notar em espaços de ruralidade latente que marcam a paisagem da cidade.

¹⁰¹⁸ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, p. 13.

¹⁰¹⁹ LIMA; Fernando de C. Pires de (dir.) – *A arte popular em Portugal. Ilhas adjacentes e ultramar*, p. 15.

VIII.2. Objectivos específicos

Foram objectivos específicos deste capítulo:

- Analisar as características das quintas e casas de lavoura construídas na cidade do Porto na primeira metade do século XX;
- Estudar a distribuição temporal da aprovação das respectivas licenças;
- Analisar a localização das habitações desta tipologia;
- Analisar as características desta arquitectura, nomeadamente os seus encomendantes, autores, morfologias e estruturas auxiliares.

VIII.3. Metodologia específica

De entre todas as licenças consultadas, foram identificadas as correspondentes a construções de cariz rural. Estas licenças foram analisadas em termos de ano de aprovação, localização geográfica, encomendantes, autores e técnicos responsáveis, tipologia, aspectos morfológicos e estruturas auxiliares. A análise e discussão dos resultados implicaram a consulta de outras fontes documentais.

VIII.4. Resultados

VIII.4.1. Ano de aprovação das licenças e localização geográfica

A análise dos processos resultou na identificação de 27 construções de raiz referentes a quintas ou casas de lavoura¹⁰²⁰. O Gráfico 5 apresenta o polígono de frequências absolutas acumuladas dos anos de aprovação destas licenças.

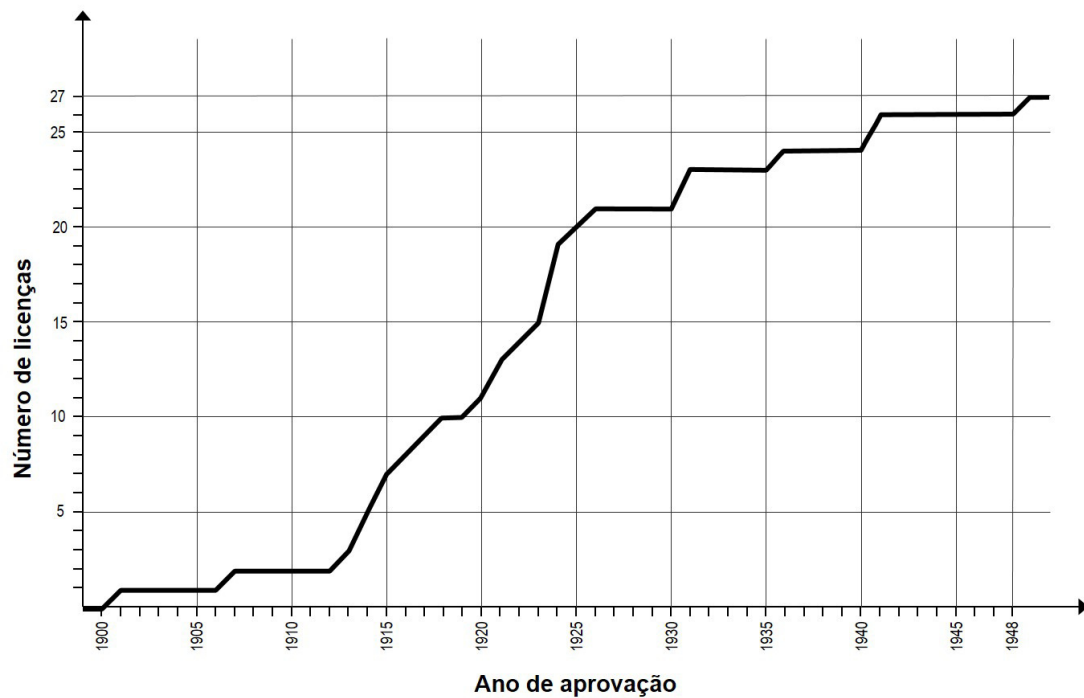


Gráfico 5. Polígono de frequências absolutas acumuladas do ano de aprovação (quintas e casas de lavoura)

É de destacar que mais de dois terços das quintas ($n = 19$; 70,4%) viram os seus projectos aprovados entre 1912 e 1925.

¹⁰²⁰ No Apêndice 13 podem ser consultados dados referentes à identificação, intervenientes e tipologias destes processos e no Anexo 4 os respectivos projectos de arquitectura.

No Gráfico 6 apresentam-se as frequências absolutas das freguesias onde se implantaram as referidas obras.

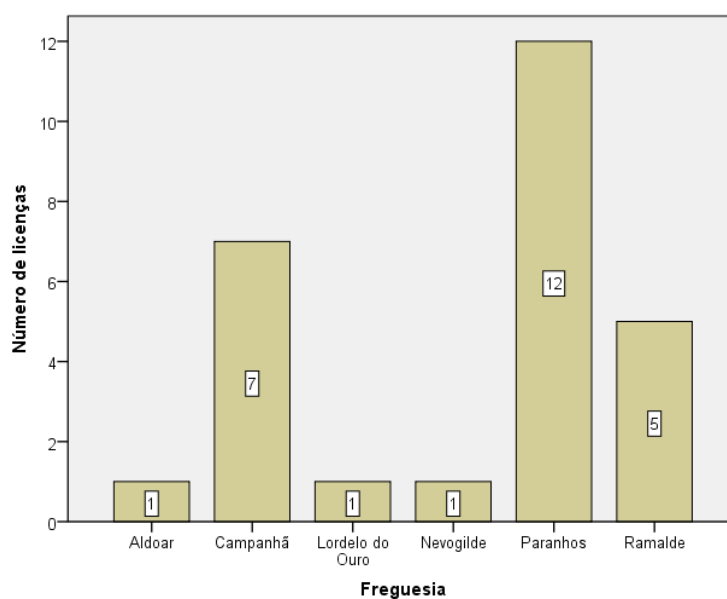


Gráfico 6. Distribuição das quintas e casas de lavoura por freguesias

Verifica-se que as freguesias de Paranhos ($n = 12$), Campanhã ($n = 7$) e Ramalde ($n = 5$) são aquelas em que se registou maior número de construções.

VIII.4.2. Encomendantes, autores e técnicos responsáveis

Relativamente aos encomendantes, verifica-se serem todos privados e nenhum deles o ser em relação a mais do que uma quinta. Nos casos em que se encontram identificados o responsável pela obra e/ou autores de projectos de especialidade, nunca o encomendante assume qualquer uma destas funções.

Das 27 quintas estudadas, apenas para 14 (51,9%) foi possível identificar os autores dos projectos de arquitectura. Apenas em quatro casos este projecto foi assinado por um arquitecto: Augusto dos Santos Malta foi responsável pelo projecto de arquitectura de duas quintas, e Fortunato Fernandes da Silva e José dos Santos pelo de uma cada. Para as obras projectadas por Augusto Malta e por Fortunato Fernandes da Silva não está identificado o técnico responsável, enquanto que na de José dos Santos o responsável é o mestre de obras Joaquim Faria Moreira Ramalhão. Em quatro outros casos, o autor do projecto de arquitectura era engenheiro: Joaquim Mendes Jorge (engenheiro auxiliar de construção civil e obras públicas) foi responsável por dois projectos, e Arthur Mendes da Costa (engenheiro industrial) e José Ribeiro da Silva Lima Júnior (cuja especialidade não foi possível determinar) por um; estes autores eram simultaneamente os técnicos responsáveis pelas respectivas obras, à excepção de Arthur Mendes da Costa, cuja obra foi dirigida pelo mestre de obras Francisco dos Santos Silva. Há ainda cinco casos em que o projecto de arquitectura, é assinado por mestres de obras (Alexandre Domingues, Carlos Nogueira Pontes, Domingos Alves Ferreira de Barros, João Gomes da Silva Guerra e José dos Santos¹⁰²¹), sendo os mesmos os técnicos responsáveis, excepto no caso de João Gomes da Silva Guerra, em que o director de obra não está identificado. Há ainda um processo em que o projecto de arquitectura foi da autoria de um construtor civil, José Moreira de Sousa, sendo também neste caso desconhecida a identificação do director de obra.

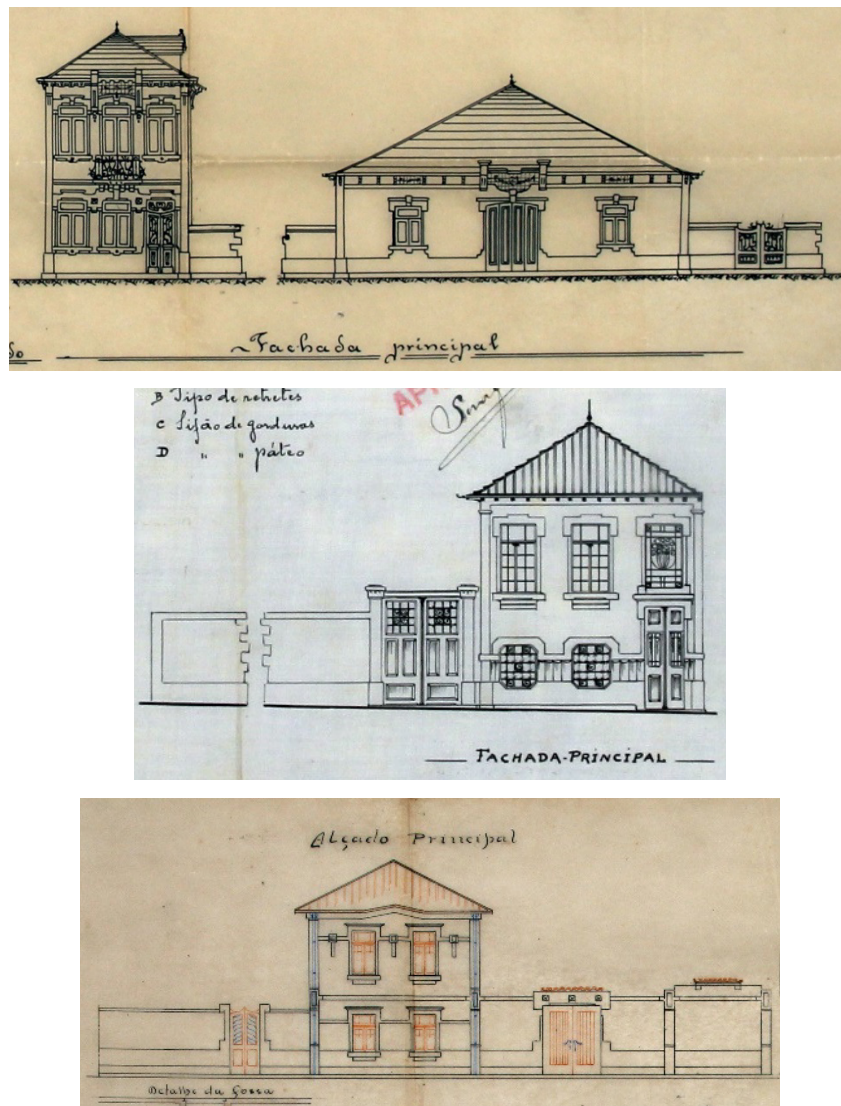
Dos restantes 13 projectos (correspondentes a 48,1% das licenças), em que não consta a autoria do projecto de arquitectura, em cinco o responsável não se encontra identificado, sendo nos restantes casos (n = 8) a obra da responsabilidade de um mestre de obras. De entre estes, é de salientar Francisco dos Santos Silva, técnico responsável por três obras, e Manoel Ferreira Ribeiro, responsável por duas. Os restantes mestres de obras com esta função são:

¹⁰²¹ Note-se que, embora o nome José dos Santos apareça associado ao projecto de arquitectura de duas obras, a profissão indicada é distinta, pelo que se assumiu tratarem-se de duas pessoas diferentes.

Manoel da Silva Fumega, Manoel Ferreira Neves, e Manuel Moreira de Sousa. Considerando a totalidade das licenças estudadas com identificação do técnico responsável ($n = 17$), verifica-se que este é na maioria dos casos ($n = 14$; 82,4%) mestre de obras, sendo os três restantes projectos dirigidos por engenheiros simultaneamente autores do projecto de arquitectura e de engenharia: Joaquim Mendes Jorge (engenheiro auxiliar de construção civil e obras públicas; $n = 2$) e José Ribeiro da Silva Lima Júnior (especialidade não conhecida). Em nenhum outro processo foi possível identificar a autoria do projecto de engenharia.

VIII.4.3. Tipologia, morfologia e estruturas auxiliares

Em termos de tipologia, a quase totalidade das casas ($n = 26$; 96,3%) são unifamiliares; uma das licenças corresponde a uma “quinta” cujo edifício apresenta duas unidades habitacionais geminadas (Figuras 82 a 84). No Gráfico 7 apresenta-se a distribuição das quintas em função do número de andares das respectivas casas. Salienta-se que a grande maioria ($n = 19$; 70,4%) apresenta dois andares.



Figuras 82 a 84. Diversos modelos de fachadas principais de quintas e casas de lavoura

[Fonte Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto]

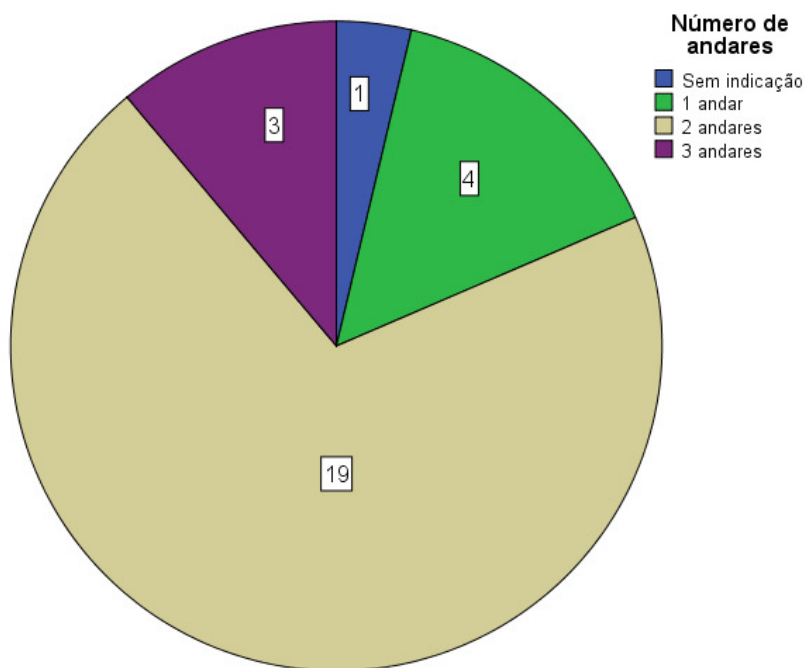


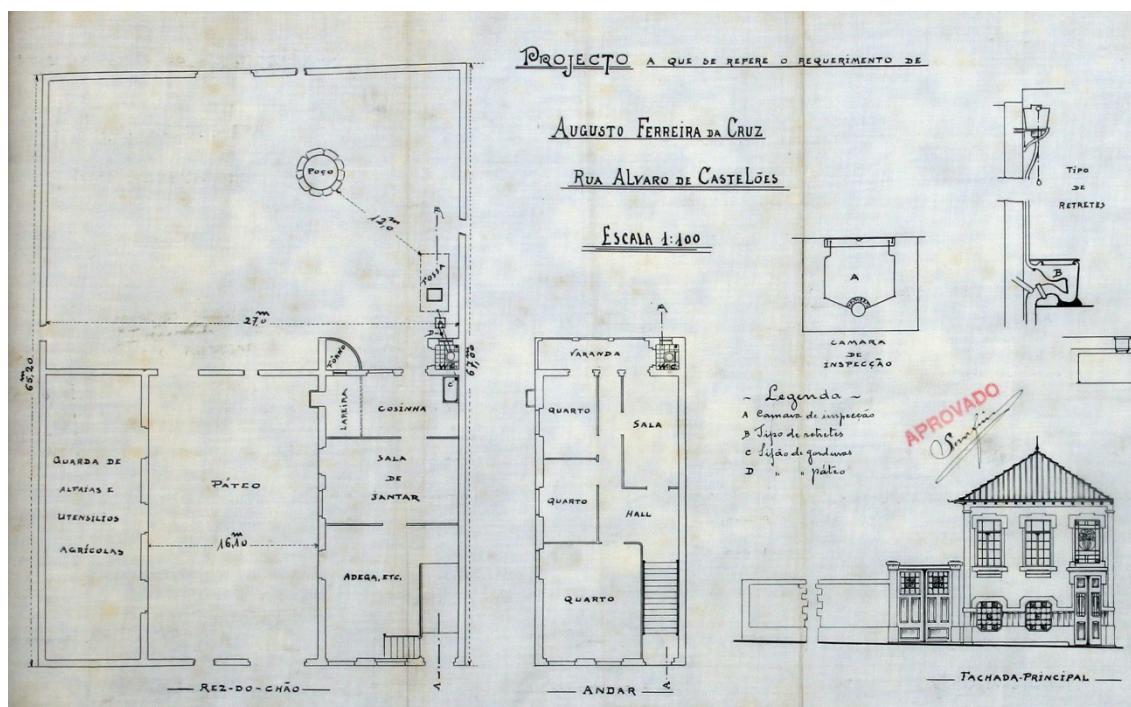
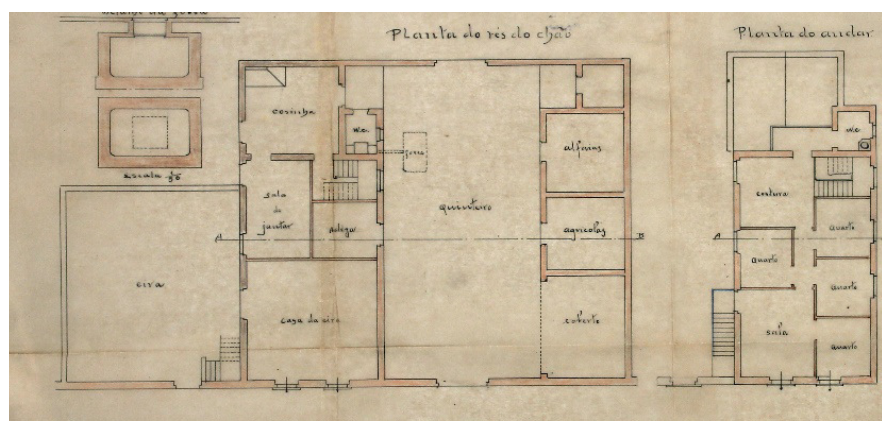
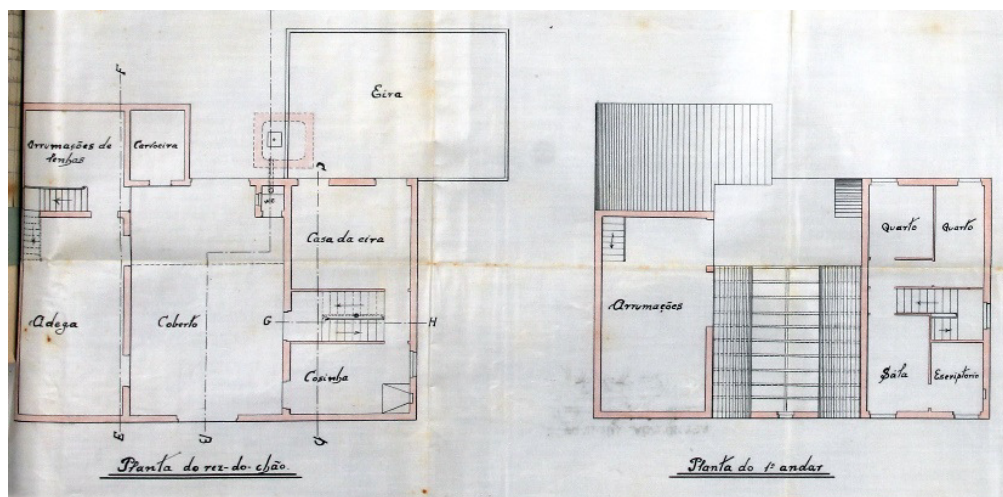
Gráfico 7. Número de andares das habitações (quintas e casas de lavoura)

Dada a escassa representatividade de casas com menor ou maior número de pisos, a análise da distribuição das divisões será feita exclusivamente para casas estruturadas em dois pisos. Adicionalmente, verifica-se para cinco das habitações não consta da licença qualquer descrição da organização interna da casa, pelo que se analisarão os dados correspondentes a 14 habitações. Previamente a esta análise, importa referir que, destas 14 habitações, 11 (78,6%) se encontram estruturadas em rés-do-chão e 1.º andar; as restantes são compostas ou por um piso inferior ao nível da rua e um rés-do-chão ($n = 2$) ou por um andar ao nível da rua e umas águas-furtadas ($n = 1$).

O número de quartos de dormir em cada casa varia entre um e quatro: três habitações apresentam apenas um quarto, seis têm dois quartos, três contam com três quartos e duas com quatro quartos de dormir. Quando existem em número superior a um, todos os quartos de dormir se localizam no mesmo piso. Nas 11 habitações estruturadas em rés-do-chão e 1.º andar, é no andar superior que se localiza(m) o(s) quarto(s); nas duas habitações em que um dos pisos é inferior ao nível da rua, os quartos encontram-se também no piso superior. Apenas numa das casas o único quarto de dormir se encontra no piso inferior, tratando-se da habitação em que o piso superior corresponde às águas-furtadas.

Também as salas se localizam predominantemente no 1.º andar. Dez das 11 casas estruturadas em rés-do-chão e 1.º andar possuem uma divisão identificada genericamente como “sala” localizada nesse piso. Destas, três habitações contam também com uma divisão especificamente designada como “sala de jantar”, encontrando-se esta no rés-do-chão, e numa, à “sala” e à “sala de jantar” acresce uma sala de visitas no piso térreo. Apenas uma das casas com rés-do-chão e 1.º piso possui uma sala no andar inferior. Duas das casas em que um dos pisos é inferior ao nível da rua possuem duas salas (sem outra especificação), num dos casos localizadas no piso inferior e no outro no piso correspondente às águas-furtadas. A outra habitação com piso inferior ao nível da rua possui a sala no andar superior. Apenas em três das habitações se encontra referência à existência de um gabinete ou escritório. Esta divisão está localizada no 1.º andar, à excepção da que integra a casa com um andar térreo e águas-furtadas, em que se localiza no piso inferior.

Todas as 14 casas em análise possuem uma cozinha, localizando-se esta no piso térreo na maioria dos casos ($n = 11$; 78,6%). As excepções correspondem às duas habitações com piso inferior ao nível da rua e a uma das casas com rés-do-chão e 1.º andar. Os arrumos ou despensas são referidos para oito casas, maioritariamente em número singular ($n = 6$). A maioria destas divisões encontra-se no piso inferior, sendo excepções duas das casas com rés-do-chão e 1.º andar (numa das quais existe uma divisão de arrumos ou despensa em cada piso), uma das casas com piso inferior ao nível da rua, e a habitação com águas-furtadas (Figuras 85 a 87).



Figuras 85 a 87. Plantas dos diversos pisos em que se observam as divisões mais comuns nestas casas, como as dedicadas à lavoura

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 159/ 1914, 989/1922 e 1071/1929-30)]

As licenças correspondentes a quatro casas não referem a existência de qualquer quartos de banho ou WC. Das oito habitações com um quarto de banho ou WC, em sete esta divisão encontra-se no piso inferior, e em apenas uma no 1.º andar. Finalmente, duas casas apresentam duas destas divisões, uma em cada piso.

Das 14 casas, apenas três não possuem indicação de lojas ou divisões relacionadas com a actividade agrícola. Destas, a divisão mais frequentemente referida é a adega, presente em metade ($n = 7$) das casas, sempre no rés-do-chão. Aliás, é de referir que, à excepção de um palheiro (localizado num 1.º andar), todas as lojas e divisões agrícolas são encontradas no piso inferior das habitações.

Dado o objecto de estudo deste trabalho serem quintas, e como tal, conforme já referido, ter a habitação intimamente ligada à actividade agrícola, a análise das estruturas auxiliares a esta actividade é meritória de uma análise diferenciada. Enquanto que algumas das estruturas relacionadas com o trabalho agrícola integram a própria habitação, outras constituem estruturas autónomas. Por este motivo, e tendo já sido identificada a localização das correspondentes a divisões das casas, proceder-se-á a uma caracterização e análise conjunta de todas estas estruturas, considerando para isso a totalidade das licenças ($n = 27$).

Em 21 (77,8%) das licenças é feita referência a uma ou mais estruturas que poderão estar relacionadas com actividades agrícolas, localizadas maioritariamente ao nível do rés-do-chão. Não obstante a sua grande diversidade, que leva a que não sejam enumeradas exaustivamente, algumas destas estruturas, pela frequência com que surgem, merecem ser destacadas. Assim, verifica-se que 10 (37,0%) das 27 quintas possuem adega. Dez quintas (37,0%) possuem uma estrutura designada especificamente “casa da eira”, embora a eira apenas seja explicitamente referida em sete (25,9%; num dos quais não é explicitada a casa da eira) e noutros casos algumas das estruturas de armazenamento, pela descrição que delas é feita, poderem também corresponder a casas da eira. Um terço das quintas ($n = 9$; 33,3%) apresentam pelo menos um pátio ou quinteiro. Apenas em quatro licenças (14,8%) é feita referência à construção de dependências destinadas ao alojamento de animais, embora algumas lojas pudessem ter a mesma finalidade. Apesar de não se tratarem de elementos específicos das habitações de cariz rural, são também de referir como elementos envolventes os quintais (encontrados em 11 das 27 quintas; 40,7%) e os poços ($n = 7$; 25,9%).

A nível estético, verificou-se que estas construções apresentam características muito semelhantes entre si. Predomina a sobriedade das formas e é frequente o uso da pedra, principalmente o granito, aplicado às fachadas, escadas, varandas e alpendres, da madeira (o pinho nacional e o castanho), sobretudo a nível estrutural e em elementos pontuais, como nos alizares das portas e janelas, e a telha do tipo Marselha. No revestimento das fachadas é também comum a presença de alvenaria e cantaria lavrada, sendo estas também aplicadas nas escadas e nos alizares das janelas e portas exteriores.

VIII.5. Discussão

VIII.5.1. Ano de aprovação das licenças e localização geográfica

Nos anos que antecederam a Implantação da República (1910), a cidade do Porto verificou um acentuado aumento populacional, devido a tratar-se de um importante ponto de chegada dos “fluxos migratórios definitivos” que se instalavam nas freguesias mais centrais¹⁰²². Após um claro aumento populacional nas freguesias do núcleo histórico assistiu-se, nas primeiras décadas do século XX, a uma diminuição da população nesta zona, enquanto que nas freguesias peri-centrais e periféricas o número de habitantes aumentava de forma considerável. O crescimento da cidade, que começou por se fazer na sua zona central, rapidamente encontra nestas freguesias um vasto território pouco ou nada urbanizado para se expandir. Esta descentralização deve-se ao “saldo fisiológico; da transferência de população do centro para a periferia e da fixação directa da população imigrante”¹⁰²³. O facto de nestas freguesias existir como denominador comum uma grande disposição de terrenos, proporcionou o desenvolvimento acentuado da economia agrária e de pastagem, o que lhes conferiu um carácter rural.

Estes factores poderão explicar, pelo menos parcialmente, não só o aumento do licenciamento de obras nos anos posteriores à Implantação da República, como também (e sobretudo) a localização das quintas estudadas. A cidade viu a organização da sua imagem ser alterada: enquanto que nas freguesias centrais os edifícios passam a ser densamente ocupados, novas ruas particulares iam-se abrindo, muitas delas através do loteamento de antigas quintas, ao mesmo tempo que muitos dos terrenos vagos, nas freguesias mais afastadas do centro (onde se identificou o licenciamento das quintas) passam a ser ocupados com construções. Simultaneamente, assiste-se ao desenvolvimento da indústria e do comércio na cidade, sobretudo nas novas zonas que se estavam a urbanizar.

¹⁰²² MATOS, Fátima Loureiro de – *A habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio.*

¹⁰²³ IDEM – *Ibidem.*

Contudo, a estabilidade económica e social trazida com o fim da primeira Guerra Mundial (1914-1918) fez com que a partir de 1919 houvesse um retorno do crescimento demográfico. Finalmente, e a propósito da freguesia do Bonfim, Luís Correia refere que a partir de 1925 se entrou “num período de gradual e significativo enfraquecimento do ritmo de crescimento demográfico”¹⁰²⁴, o que se entendemos poder aplicar-se, genericamente, às restantes freguesias da cidade.

Conjuntamente, os acontecimentos referidos explicam o aumento do número de licenciamento de quintas entre os anos de 1912 e 1925, remetendo para “um claro sinal da reorganização do processo de fixação de residência para as freguesias periféricas da cidade, quer da zona oriental (Campanhã e Paranhos), quer da zona ocidental (Ramalde, Aldoar, Nevogilde, Foz e Lordelo)”¹⁰²⁵.

¹⁰²⁴ CORREIA, Luís Grosso – A evolução demográfica da Freguesia do Bonfim da Cidade do Porto na Época Contemporânea, in *Revista da Faculdade de Letras. História*. III série, vol. 10, 2009, p. 186.

¹⁰²⁵ IDEM – *Ibidem*, p. 186.

VIII.5.2. Encomendantes, autores e técnicos responsáveis

Relativamente a este ponto, verifica-se uma sobreposição com os resultados gerais relativamente aos intervenientes. Destaca-se a relevância dos mestres de obras como autores dos projectos de arquitectura, o que é explicado pelo facto de a maioria dos casos estudados datar das primeiras décadas do século, sendo que a autoria dos projectos de arquitectura passa a ser da responsabilidade de arquitectos numa fase mais tardia. Explicação semelhante tem a escassez de projectos de engenharia com autoria identificada.

Para uma discussão mais ampla destes aspectos, veja-se o capítulo VI, dedicado aos intervenientes no processo construtivo.

VIII.5.3. Tipologia, morfologia e estruturas auxiliares

Os trabalhos que abordam a arquitectura rural na cidade do Porto são escassos, existindo apenas um estudo que se debruça especificamente sobre este tipo de habitação: “Um tipo de casa rural dos arredores do Porto” (1956), da autoria de Ernesto Oliveira e Fernando Galhano¹⁰²⁶. Será, pois, esse o termo de comparação utilizado na análise dos resultados obtidos.

Oliveira e Galhano referem que a casa rural do Porto é semelhante à que identificam como do “tipo B” relativamente às habitações rurais da cidade da Maia. De um modo geral, estas casas são de pequenas ou médias dimensões, apresentando tipicamente dois andares: rés-do-chão e primeiro andar. Esta observação é consistente com os resultados atrás descritos, visto que a maioria das casas estudadas se estruturavam num piso ao nível da rua (rés-do-chão) e 1.º andar.

Tal como indicado por estes autores, os resultados do presente estudo confirmam que na casa rural portuense da primeira metade do século XX os quartos e salas se localizam principalmente no andar superior. Das excepções a esta configuração verifica-se que tendem a ocorrer em casas com estrutura distinta da mais prevalente, ou seja, em rés-do-chão e 1.º andar. Assim, o andar superior assume-se predominantemente como um piso de habitação e lazer.

Também a localização das cozinhas principalmente nos pisos térreos é concordante com a análise de Oliveira e Galhano. Estes autores não referenciam especificamente a localização dos arrumos ou despensas; no entanto, a presente análise permite verificar que também estas divisões se localizam sobretudo no piso inferior. Assim, e por oposição ao 1.º andar, o piso inferior apresenta-se desde logo como um espaço mais dedicado às actividades domésticas e laborais.

Relativamente à localização dos quartos de banho ou WC, e apesar da maior prevalência destas divisões nos pisos inferiores, considera-se fugir do âmbito do presente trabalho uma abordagem mais específica, que permitiria clarificar esta localização, mas que implicaria

¹⁰²⁶ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*.

necessariamente considerar informação sobre os utilizadores (os proprietários ou os seus empregados) destas divisões, nomeadamente estudando todas as 21 habitações para as quais se dispõe de informação de carácter morfológico.

A localização de divisões ligadas à agricultura é, mais uma vez, concordante com o que expõem Oliveira e Galhano, ou seja, a predominância das dependências agrícolas ao nível do rés-do-chão. A elevada frequência de estruturas ligadas a actividades agrícolas (sejam integradas na habitação ou anexas à mesma) vai ao encontro da noção apresentada introdutoriamente de que, mais do que locais de lazer, as quintas construídas nas zonas rurais na cidade do Porto eram destinadas à actividade agrícola.

Finalmente, Ernesto Oliveira e Fernando Galhano, quando analisam diferentes tipos de casas rurais nos arredores da cidade do Porto na sua investigação sobre a “Arquitectura Tradicional Portuguesa”, referem os mesmos elementos e materiais por nós identificados¹⁰²⁷.

¹⁰²⁷ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, pp. 45-62.

**IX. USO E INTERPRETAÇÃO DO CONCEITO DE
“CASA PORTUGUESA” NA ARQUITECTURA PORTUENSE**

IX.1. Introdução

IX.1.1. À procura da identidade nacional

A problemática da “Casa Portuguesa” não se cinge apenas ao campo da arquitectura, mas antes enquadra-se num longo processo de procura de uma identidade nacional que abrange todas as áreas da sociedade. Alguns conceitos, como patriotismo, nacionalismo, identidade e crise de identidade, foram-se tornando comuns entre as elites do século XIX. Este procura da identidade nacional inicia-se nos inícios do século XIX, com a implantação quase em simultâneo do Romantismo e dos ideais liberais, que pretendiam “criar uma nova civilização, fazendo vingar novas instâncias e padrões de socialização [...], novos quadros de valores e normas, novas práticas materiais e simbólicas”, sendo dada maior importância ao Povo, considerado a “«coluna vertebral da Nação, trave-mestra da [...] identidade colectiva»”. O “povo [...] ganha protagonismo como aquele que [...] soube conservar as raízes da Nação, os valores imemoriais e atemporais que vivem na tradição, apresentando-os na sua forma mais pura¹⁰²⁸. O papel da história na formação e criação “de uma consciência nacional”, e apesar de assente em diversos mitos, começa também a ganhar importância e contribui para a memória da nação¹⁰²⁹.

No romantismo português, Almeida Garrett e Alexandre Herculano foram dois dos nomes mais importantes, sendo os primeiros “soldados da Revolução, emigrados que regressavam debaixo de fogo e romperam com todas as tradições, não apenas na sociedade mas na cultura, com vista a instaurar em Portugal um novo mundo ao nível dos países mais avançados da Europa”¹⁰³⁰. O seu exílio em França e na Inglaterra (devido às suas opiniões relativas ao

¹⁰²⁸ RIBEIRO, Carla Patrícia Silva – *Cultura Popular em Portugal: De Almeida Garrett a António Ferro*. [Disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/cultura-popular-em-portugal-de-almeida-garrett-a-antonio-ferro>], p. 2.

¹⁰²⁹ PEREIRA, Luís Manuel Pires – *Arquitectura portuguesa anos 30-50: Atitude e crise de identidade: Elementos para a construção de um percurso*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa em 2011, p. 33.

¹⁰³⁰ SARAIVA, António José – Génese do Romantismo em Portugal, in *História Ilustrada das Grandes Literaturas*, vol. I. Lisboa, ed. Cor, [s. d.] p. 132.

Liberalismo), onde contactaram com a ideologia revolucionária e o nascente género Romântico internacional, e as suas interpretações dos ideais revolucionários, fizeram com que dessem início ao ciclo cultural patriótico que se desenvolveu ao longo do século XIX¹⁰³¹.

Mas o verdadeiro contributo para uma consciência nacional apenas viria ocorrer na segunda metade do século XIX, a partir da revolução liberal, e de “um renovado olhar sobre o território português, profundamente desconhecido, ao qual se regressa, quer pela *excursão científica*, quer através das artes e das letras como expressão deste novo sentir”¹⁰³². O papel da história é agora, mais do que nunca, fundamental neste processo. Eram focados temas de charneira, como os Descobrimentos e a Expansão Ultramarina, na tentativa de uma “definição do herói nacional e na sua independência relativa a Castela”. Já a questão da formação e fundação de Portugal eram tratadas “sob múltiplas perspectivas, procurando nas origens étnicas dos portugueses, no território, na construção da nação e a sua continuidade no tempo, os objectos para a sua identidade”¹⁰³³. Almeida Garrett foi o primeiro autor nacional a fazer o levantamento do património literário popular: considerava que “nenhuma coisa pode ser nacional se não é popular”¹⁰³⁴. Esta necessidade de “amar a Pátria passa por (re)conhecê-la e pela preservação das tradições, pela História e pela cultura popular, portanto, no sentido de coligir e organizar de forma sistemática os elementos capazes de proporcionar uma memória colectiva do passado”. A sua defesa por Garrett é comum aos outros românticos. É neste contexto que Alexandre Herculano, na sua vasta obra, mas especialmente na sua “História de Portugal” (1846-1853), defende estes princípios e apresenta as tradições que dominavam a cultura histórica nacional, questionando também a identidade do que é nacional. A literatura refere ainda a importância de outros autores neste processo, tais como Adolfo Coelho¹⁰³⁵ ou Teófilo Braga¹⁰³⁶, que defendiam que “a investigação linguística, as questões etnológicas e a

¹⁰³¹ RIBEIRO, Irene – *Raul Lino. Pensador nacionalista da arquitectura*, 2.^a ed. Porto: FAUPpublicações, 1994, p. 80.

¹⁰³² RAMOS, Rui Jorge Garcia – Casa Portuguesa. [Disponível em https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=28960], p. 3.

¹⁰³³ PEREIRA, Luís Manuel Pires – *Arquitectura portuguesa anos 30-50: Atitude e crise de identidade: Elementos para a construção de um percurso*, p. 34.

¹⁰³⁴ GARRETT, Almeida – *Romanceiro e Cancioneiro Geral* de 1843; citado em RIBEIRO, Carla Patrícia Silva – *Cultura Popular em Portugal: De Almeida Garrett a António Ferro*, p. 2.

¹⁰³⁵ Francisco Adolfo Coelho foi uma das figuras mais importantes do panorama cultural nacional dos finais do século XIX, destacando-se, entre outras áreas, como filólogo, pedagogo e escritor.

¹⁰³⁶ Joaquim Teófilo Fernandes Braga desempenhou as funções de político, escritor, ensaísta e professor.

sistematização dos factos do direito nacional, eram também causas da formação da nacionalidade e que tinham sido esquecidas por Herculano”¹⁰³⁷.

Foi neste contexto de tomada de consciência de um tempo novo e de uma nova mentalidade que surge um grupo de escritores e intelectuais jovens designado de “Geração de 70”¹⁰³⁸. Este grupo, impulsionado por Antero de Quental, Eça de Queirós e Oliveira Martins, foi fortemente influenciado pelos ideais revolucionários de Proudhon. A “Geração de 70” agitou a sociedade no que diz respeito a questões políticas e sociais e revolucionou a cultura portuguesa em várias dimensões, salientando-se a introdução do Realismo¹⁰³⁹. O primeiro sinal de mudança deu-se em Coimbra, em 1865, quando este grupo se reuniu no Cenáculo e levanta a “Questão Coimbrã”, gerando um confronto literário com os ultra-românticos do “Bom senso e Bom gosto”¹⁰⁴⁰.

Ao contrário da primeira geração do Romantismo, que se limitava aos problemas nacionais inseridos num ideal progressista e na força de liberdade, esta nova geração de jovens confrontou o “«velho Portugal», ultra-romântico, saudosista e ortodoxo (v. Feliciano de Castilho) ao realismo socialista, que se afirmava desperto para uma consciência social e aberto à mundividência, à contemporaneidade cosmopolita e estridente (v. Antero de Quental, Teófilo Braga)”¹⁰⁴¹. Antero de Quental, que desde a “Questão Coimbrã” sentia a necessidade de tirar a cultura nacional da estagnação, voltou a encontrar-se com outros intelectuais da época, em 1871, na cidade de Lisboa, dando origem às “Conferências Democráticas do Casino Lisbonense”. Estas foram o ponto alto da “Geração de 70” e “visavam abrir um debate sobre o que de mais moderno a nível de pensamento, se vinha fazendo lá fora. Aproximar Portugal da Europa era o objectivo máximo, anunciado, aliás, no respectivo programa”¹⁰⁴². Em suma, podemos dizer que o seu objectivo era “colocar Portugal a par da actualidade europeia, ligando-o ao *Movimento Moderno*”¹⁰⁴³. No entanto, das várias conferências previstas, apenas cinco foram realizadas, pois acabariam por ser proibidas pelo governo, que

¹⁰³⁷ PEREIRA, Luís Manuel Pires – *Arquitectura portuguesa anos 30-50: Atitude e crise de identidade: Elementos para a construção de um percurso*, p. 35.

¹⁰³⁸ Este grupo também ficou conhecido por “Grupo do Cenáculo”.

¹⁰³⁹ PEREIRA, Luís Manuel Pires – *Arquitectura portuguesa anos 30-50: Atitude e crise de identidade: Elementos para a construção de um percurso*, p. 36.

¹⁰⁴⁰ RAMOS, Rui Jorge Garcia – Casa Portuguesa, pp. 1-2.

¹⁰⁴¹ IDEM – *Ibidem*, pp. 1-2.

¹⁰⁴² RIBEIRO, Clementina de Fátima Bidarra Pinto de Castro – *Reaportuguesar Portugal: O sentido patriótico em Eça de Queirós*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares apresentada à Universidade Aberta de Lisboa em 2008, p. 9.

¹⁰⁴³ RAMOS, Rui Jorge Garcia – Casa Portuguesa, p. 2.

alegava “serem um atentado à religião e às instituições do estado”. Esta proibição gerou uma nova onda de protestos, e apesar das tentativas de impedir a disseminação destes ideais, manteve-se “o gérmen da modernidade do pensamento político, social, pedagógico e científico que na França, na Alemanha e na Inglaterra se fazia sentir”¹⁰⁴⁴.

Apesar da famosa “Geração de 70” não ter alcançado plenamente os seus objectivos, após a morte de Antero de Quental (1891) e da proibição das referidas Conferências do Casino, implementou-se “uma nova estética fortemente interventiva na arte e na cultura Portuguesa”. Os contributos trazidos por alguns membros da anterior “Geração de 70”, como Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins e Teófilo Braga, tornam-nos figuras importantes e de grandes contributos para esta nova fase. As suas atitudes revelam uma clara descrença na regeneração, e em muitos casos eram anti-românticas; veja-se o exemplo de Ramalho Ortigão, que produziu “uma obra literária e de crítica social que evoluirá do realismo ao naturalismo, dentro de uma mentalidade marcada pelas ideias positivistas de Taine e Littré, dando origem a uma estética anti-idealista e anti-académica, de forte pendor cientista, laico até ao anti-clericalismo”. O historiador e político Oliveira Martins, ao publicar a sua “História de Portugal” e a obra “Portugal Contemporâneo”, denunciou o “carácter romântico-fantasista” das obras de Garrett e Herculano¹⁰⁴⁵. Apesar de reconhecer que Herculano foi o mais ilustre historiador da Península, este autor colocou em causa os seus pressupostos doutrinários e, na “História da Civilização Ibérica” (1879), formula a hipótese que “os lusitanos constituíram uma das mais específicas tribos entre os povos peninsulares, sugerindo que essa individualidade teria origem na mistura do sangue céltico com o ibérico”. Com estas teorias, as hipóteses levantadas por Alexandre Herculano relativamente as origens étnicas revelavam-se insuficientes e o valor científico da sua obra acabaria também por não ser consensual entre os colegas. Este avanço na procura das origens é justificado porque eclodia também uma nova atitude face às ciências sociais¹⁰⁴⁶.

A par das mudanças de mentalidade e culturais, verifica-se que a partir da década de 1870 o socialismo vigente foi perdendo a sua força em detrimento do republicanismo, e este apelava a um regime político verdadeiramente nacional e fortemente patriota. Assente nesta ideia de

¹⁰⁴⁴ RIBEIRO, Clementina de Fátima Bidarra Pinto de Castro – *Reaportuguesar Portugal: O sentido patriótico em Eça de Queirós*, p. 9.

¹⁰⁴⁵ RIBEIRO, Irene – *Raul Lino. Pensador nacionalista da arquitectura*, p. 82.

¹⁰⁴⁶ PEREIRA, Luís Manuel Pires – *Arquitectura portuguesa anos 30-50: Atitude e crise de identidade: Elementos para a construção de um percurso*, p. 36.

patriotismo, o republicanismo foi reforçado em 1880 pelo “estremecimento patriótico do centenário de Camões (1880), levado a efeito entre festejos e manifestações cívicas que adquiriram aspectos retumbantes, ao qual se seguiu a comemoração do centenário do Marquês de Pombal (1882)”¹⁰⁴⁷. Poucos anos passariam destas comemorações nacionais quando ocorreu o “Ultimatum Inglês” de 11 de Janeiro de 1890. Este acontecimento estremeceu toda a sociedade portuguesa e provocou consequências aos mais diversos níveis. Foi “incontestavelmente a mais severa, talvez a mais decisiva” crise enfrentada por esta geração¹⁰⁴⁸, e representou um dos piores “momentos de humilhação e ansiedade” nacionais¹⁰⁴⁹.

No final do século, Portugal reage ao surto industrial e vê a sua população crescer. As cidades crescem e urbanizam-se, o movimento republicano ganha cada vez mais força, inicia-se um movimento de descontentamento social, que levará ao crescimento e alargamento da base social de apoio à Implantação da República (5 de Outubro de 1910). Estes acontecimentos desencadearam por um lado “um pessimismo e uma descrença” face ao Império Português e, por outro, um maior fervor patriótico, através de “um movimento nacionalista que procura o aproveitamento dos recursos da Nação, vendo-os no mundo rural e nas suas virtudes”¹⁰⁵⁰.

Nesta altura, o mito do Sebastianismo voltava a ser tema de discussão; apesar de Portugal estar mergulhado numa crise financeira, política e humana, “continuava a sonhar-se com uma nação imperial, como no tempo de D. João V, contando com o ouro colonial para equilibrar as suas contas”¹⁰⁵¹. Joaquim de Vasconcelos traz um novo contributo para a história: demarcando-se da história tradicional e das teses de Alexandre Herculano, defendia que a origem da sociedade portuguesa seria anterior à sua independência política e que era necessário ampliar o conhecimento do passado e recuar as pesquisas à pré-história para um melhor conhecimento do território nacional. Desta forma, o autor reforça “a importância do sistema do determinismo do étnico” como meio de conhecimento da identidade nacional¹⁰⁵². Este autor, ao utilizar a etnografia e o “passado como fonte de inspiração nacional do presente” torna-se decisivo no processo de nacionalização, processo que viria a ser

¹⁰⁴⁷ SERRÃO, Joel – *Temas de cultura portuguesa II*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 62.

¹⁰⁴⁸ QUEIRÓS, Eça de – *Cartas inéditas de Fradique e mais páginas esquecidas*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1929, p. 266.

¹⁰⁴⁹ QUENTAL, Antero de – Expição, in *Prosas*, vol. III, p. 144.

¹⁰⁵⁰ RIBEIRO, Carla Patrícia Silva – *Cultura popular em Portugal: De Almeida Garrett a António Ferro*, p. 2.

¹⁰⁵¹ SARAIVA, António José – *Tertúlia Ocidental*. Lisboa: Gradiva, 1995, p. 139.

¹⁰⁵² PEREIRA, Luís Manuel Pires – *Arquitectura portuguesa anos 30-50: Atitude e crise de identidade: Elementos para a construção de um percurso*, p. 37.

decisivamente marcado pela fundação do Museu Etnográfico Português (1893)¹⁰⁵³. As teorias defendidas por Joaquim de Vasconcelos viriam a ser recuperadas anos mais tarde por Teófilo Braga, quando este se refere à “base étnica diferenciada, sublinhando a função do povo como ideia geradora da história de Portugal”¹⁰⁵⁴. Na sua obra “O povo portuguez nos seus costumes, crenças e tradições” (1885), investiga os usos e costumes populares e estabelece as “bases positivas da nacionalidade”, ou seja, aquilo que “uniria e daria um carácter próprio aos portugueses, fazendo da cultura popular o testemunho ‘científico’ da sua remota antiguidade e da sua originalidade, pela demonstração das relações de continuidade entre os antepassados da Nação e a Nação actual”¹⁰⁵⁵. Já Ramalho Ortigão “suspendeu as *Farpas* pois já não era altura de fustigar os vícios e purgar as consciências, mas de reabilitar a auto-estima nacional e de retemperar os ânimos”¹⁰⁵⁶ e edita a obra “O Culto da Arte em Portugal” (1896). Nesta obra foram divulgados vários aspectos da arte portuguesa, da arquitectura à pintura, passando pela desnacionalização da arte portuguesa, e destacando a importância do povo português. Neste sentido, Ramalho Ortigão integra “as artes populares numa ideia de património total”¹⁰⁵⁷. Denota-se que são cada vez mais os autores que abordam os valores e a cultura nacionais na procura de uma identidade nacional.

O “determinismo do étnico” defendido por Joaquim de Vasconcelos e as teses defendidas por Teófilo Braga e Martins Sarmiento, em conjunto com uma clara necessidade e um reconhecimento por parte do republicanismo “de uma cultura (e consciência) colectiva, promovida pelo Estado, objectivável” promoveram o “culto das «coisas portuguesas», em especial os artefactos e objectos artísticos do mundo rural, pela espectacularidade que este tipo de cultura material podia conceder à Nação, conferindo-lhe um carácter mais tangível e transformando-se em ícones e emblemas visuais da pátria”. Estávamos perante o movimento de “refundação da nacionalidade”, que não era exclusivo de Portugal e fazia-se sentir por toda a Europa desde os finais do século XIX¹⁰⁵⁸. Neste período destacaram-se, entre outros autores, Mendes Correia, Ricardo Severo e António Sardinha, que procuravam “definir um fundo étnico diferenciado no território do país, o que se configurava como elemento importante por

¹⁰⁵³ RIBEIRO, Carla Patrícia Silva – *Cultura Popular em Portugal: De Almeida Garrett a António Ferro*, p. 3.

¹⁰⁵⁴ PEREIRA, Luís Manuel Pires – *Arquitectura portuguesa anos 30-50: Atitude e crise de identidade: Elementos para a construção de um percurso*, p. 37.

¹⁰⁵⁵ RIBEIRO, Carla Patrícia Silva – *Cultura Popular em Portugal: De Almeida Garrett a António Ferro*, p. 3.

¹⁰⁵⁶ RIBEIRO, Clementina de Fátima Bidarra Pinto de Castro – *Reaportuguesar Portugal: O sentido patriótico em Eça de Queirós*, p. 14.

¹⁰⁵⁷ RAMOS, Rui Jorge Garcia – *Casa Portuguesa*, p. 2.

¹⁰⁵⁸ RIBEIRO, Carla Patrícia Silva – *Cultura Popular em Portugal: De Almeida Garrett a António Ferro*, p. 3.

ser muito anterior à separação política de Portugal”¹⁰⁵⁹. Esta ideia encontra-se bem patente na obra de Afonso Lopes Vieira e na sua campanha pelo “reaportuguesamento de Portugal”, que assenta na “noção de recuperar, restituir, reintegrar a cultura portuguesa” tendo por base as pesquisas científicas da vida e arte popular primordiais. Na 1.ª República a etnografia ganha importância e “a cultura popular passa a ser vista como sinónimo de arte popular”¹⁰⁶⁰.

O regime totalitário que se impôs a seguir à 1.ª República – o Estado Novo – afirmava-se como uma “nova ordem” e recorria à “essencialidade portuguesa”; pretendia mostrar os valores e as características culturais populares e, desta forma, não causar dúvidas quanto à origem de uma portugalidade, serenando assim as dúvidas e hipóteses levantadas anteriormente. Consequentemente, procedeu-se “à revisão purificadora e autolegitimadora da memória histórica” e à “reeducação” dos portugueses através da “fabricação de um conceito integrador e unificador de “cultura portuguesa”, de raiz nacional-etnográfica”, transmitindo a ideia de “uma nação regenerada e reencontrada consigo própria, com a essência eterna e com o seu destino provincial”¹⁰⁶¹. A ruralidade torna-se, desde o início deste projecto ideológico, “um dos eixos estruturantes da mundivisão e da imagética do regime”¹⁰⁶², criando-se o “mito da ruralidade”. Este paradigma destaca um Portugal tradicional, com uma economia assente na agricultura, mas, mais do que isso, retrata o verdadeiro estilo de vida da população, a verdadeira identidade nacional, “a força da «raça portuguesa», a nobreza do seu temperamento na sua vocação de país pobre mas honrado, vivendo uma mediocridade sem ambições”.¹⁰⁶³ Os organismos estatais (Secretariado de Propaganda Nacional e Secretariado Nacional de Informação) foram os responsáveis “pela estetização do país, pela criação de mitos, pela «invenção» de paisagens, resultando da ideologia do regime salazarista e do desenvolvimento e concretização de ideias de António Ferro, autor da «Política do Espírito» e da folclorização de Portugal, retomando conceitos que foram desenvolvidos desde finais do século XIX, relacionados com o romantismo e o nacionalismo, entre os quais o da casa

¹⁰⁵⁹ PEREIRA, Luís Manuel Pires – *Arquitectura portuguesa anos 30-50: Atitude e crise de identidade: Elementos para a construção de um percurso*, p. 38.

¹⁰⁶⁰ RIBEIRO, Carla Patrícia Silva – *Cultura Popular em Portugal: De Almeida Garrett a António Ferro*, p. 6.

¹⁰⁶¹ SAMPAIO, Joaquim – *Mitificação e paisagem simbólica: O caso do Estado Novo*. Porto: Cadernos de Doutoramento de Geografia FLUP, 2012, pp. 103-104; ROSAS, Fernando – O salazarismo e o homem novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo, in *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, pp. 1031-1054.

¹⁰⁶² RIBEIRO, Carla Patrícia Silva – *Cultura Popular em Portugal: De Almeida Garrett a António Ferro*, pp. 5-6.

¹⁰⁶³ SAMPAIO, Joaquim – *Mitificação e paisagem simbólica: O caso do Estado Novo*, p.104.

portuguesa”¹⁰⁶⁴. Em suma, pode dizer-se que, para o Estado Novo, a “alma portuguesa”, referencial importante neste processo, assenta na história e na cultura populares.

¹⁰⁶⁴ Os organismos SPN e SNI deram “visibilidade a aldeias, monumentos, etnografias, criou postais ilustrados da vida portuguesa bucólica, pitoresca, sublime, criou imaginários de paisagens, eternizando-as, mitificando-as, purificando-as, tornando-as inocentes, fundando-as enquanto natureza e eternidade, dando-lhes uma clareza que não é a da explicação, mas a da constatação”. SAMPAIO, Joaquim – *Mitificação e paisagem simbólica: O caso do Estado Novo*, p. 104.

IX.1.2. A campanha pela “Casa Portuguesa”

A campanha pela “Casa Portuguesa” insere-se no movimento cultural que, nos finais do século XIX, procurava, nas origens, nas tradições, nas raízes tradicionais e nacionais, dar resposta à crise de identidade nacional. Esta campanha é reflexo dos ideais nacionalistas e pode “considerar-se como o último surto do romantismo”¹⁰⁶⁵.

A forte influência estrangeira na arquitectura portuguesa, associada à profusão dos esquemas académicos, ecléticos e formais da arquitectura e da decoração oitocentistas, sentida desde o século XIX e prolongada no tempo devido à persistente presença dos “neos”, irá corporalizar-se de forma clara em algumas tipologias arquitectónicas, como os palácios e os palacetes destinados à média e alta burguesias, e em algumas das novas avenidas que iam surgindo. Esta situação levou a um sentimento de que na produção arquitectónica portuguesa “se vivia numa colagem e seguidismo às linguagens oriundas do estrangeiro, [o que] provocava uma sensação de abandono do que era português”¹⁰⁶⁶.

Foi precisamente contra a forte influência estrangeira e a descaracterização da arquitectura que houve “a necessidade de uma afirmação nacional, através de uma iconografia própria, [...] sentida através da necessidade de criação de um estilo representativo dessa mesma Alma Nacional”¹⁰⁶⁷. As próprias revistas da época, como “A Construção Moderna”, debatiam o tema da identidade nacional e propunham alguns modelos de arquitectura nacional através do “estudo *methodico* dos tipos arquitectónicos portugueses para se substituir às divulgações literárias, às *sytheses audaciosas*, às *afirmações dogmáticas*”¹⁰⁶⁸. Verifica-se então, cada vez mais, que para a arquitectura nacional era reclamado o carácter popular e ruralista; esta ideia baseia-se nos princípios defendidos pelas *Arts and Crafts*. De todos os estilos, o Neomanuelino era, para Ramalho Ortigão e para a “Revista Arte Portuguesa”, aquele que

¹⁰⁶⁵ LINO, Raul – Vicissitudes da casa portuguesa nos últimos cinquenta anos, in revista *Ver e Crer* n.º 8, Dezembro de 1945, p. 34.

¹⁰⁶⁶ PEREIRA, Luís Manuel Pires – *Arquitectura portuguesa anos 30-50: Atitude e crise de identidade: Elementos para a construção de um percurso*, p. 85.

¹⁰⁶⁷ GALVÃO, Adriana – *A caminho da Modernidade – A travessia portuguesa, ou o caso da obra de Jorge Segurado como um exemplo de complexidade e contradição na arquitectura (1920-1940)*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa em 2003, p. 51.

¹⁰⁶⁸ RAMOS, Rui Jorge Garcia – *Casa Portuguesa*, p. 3.

melhor representava a “Alma Nacional” e fazia frente aos estrangeirismos¹⁰⁶⁹. A sua feição tanto gótica como mourisca foi o estilo mais urbano e o que melhor soube transmitir a sua iconografia e as categorias nacionalistas e patrióticas, apesar de ser gramaticalmente inconsistente¹⁰⁷⁰. Será precisamente esta inconsistência que levará este estilo a ser rejeitado por muitos intelectuais da época. Por exemplo, Joaquim de Vasconcelos defendia que o estilo revivalista Neo-Românico era o que melhor representaria as raízes nacionais¹⁰⁷¹. Ao contrário do Neomanuelino, que representa a “retórica nacional”, o neo-românico expressa o “novo gosto enunciado numa atitude patriótica, assumindo a pobreza e o ruralismo como promessa de regeneração”¹⁰⁷². Para alguns autores “este ecletismo, não conscientemente ecleticista, dá por vezes origem a construções espúrias, pretensamente nacionalizantes na sua intenção de responder [...] aos valores nacionalistas radicais do final do século, mas [...] também aos variados modelos resultantes de uma intensa aculturação estrangeira, sobretudo de origem francesa”¹⁰⁷³. Percebemos que “o espírito revivalista foi claramente uma adapção nacionalista do revivalismo gótico inglês e europeu, identificando-se como uma imagem regeneradora nacional” utilizado frequentemente nas primeiras décadas do século XX”¹⁰⁷⁴. Estes revivalismos tardios, dos primeiros anos do século XX, viriam a ser integrados anos mais tarde nos revivalismos do Estado Novo¹⁰⁷⁵. Globalmente, “revivalismos nacionalistas e cosmopolitismo coexistiram no Portugal do princípio do século” e a arquitectura foi “o espelho da complexidade, desorientação e mesmo paradoxo deste cruzamento, graças à controvérsia introduzida pelos factores técnico, sociológico e ideológico”¹⁰⁷⁶.

A arquitectura apresenta uma miscelânea de estilos de forte influência estrangeira, que em muitos casos não se adaptavam à realidade nacional, fazendo com que a própria arquitectura de cariz internacional fosse posta em causa¹⁰⁷⁷, devido a diversos exemplos de arquitectura considerada de má qualidade. Principalmente no século XIX, são construídos “«edifícios essencialmente irracionais, desprezando-se os mais elementares princípios da arte e do senso

¹⁰⁶⁹ PEREIRA, Luís Manuel Pires – *Arquitectura portuguesa anos 30-50: Atitude e crise de identidade: Elementos para a construção de um percurso*, p. 85.

¹⁰⁷⁰ RIBEIRO, Irene – *Raul Lino. Pensador nacionalista da arquitectura*, p. 85.

¹⁰⁷¹ IDEM – *Ibidem*, p. 86.

¹⁰⁷² RAMOS, Rui Jorge Garcia – *Casa Portuguesa*, p. 3.

¹⁰⁷³ RIBEIRO, Irene – *Raul Lino. Pensador nacionalista da arquitectura*, pp. 86-87.

¹⁰⁷⁴ PEREIRA, Luís Manuel Pires – *Arquitectura portuguesa anos 30-50: Atitude e crise de identidade: Elementos para a construção de um percurso*, p. 85.

¹⁰⁷⁵ PORTAS, Nuno – A evolução da arquitectura Moderna em Portugal, uma interpretação, in ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*, p. 717.

¹⁰⁷⁶ PEREIRA, Luís Manuel Pires – *Arquitectura portuguesa anos 30-50: Atitude e crise de identidade: Elementos para a construção de um percurso*, p. 87.

¹⁰⁷⁷ RAMOS, Rui Jorge Garcia – *Casa Portuguesa*, p. 3.

commum, não se attendendo sequer às comodidades mais indispensáveis, pois é vulgar ver países quentes casas imitadas dos países frios e vice-versa»¹⁰⁷⁸. Uma clara referência a essa inadaptabilidade e baixa qualidade foi a importação da moda dos “chalets”. Este novo tipo de arquitectura destinava-se principalmente à burguesia endinheirada; no entanto, foi fortemente criticada por ser considerada uma “inadmissível adaptação de typos estranhos”. O arquitecto Rosendo Carvalheira referia à época que “esse typo de habitação, originalmente bello, ficou entre nós adulterado, constituindo uma synthese miseranda de deplorável mau gosto”¹⁰⁷⁹.

É neste contexto que se inicia a “campanha” para o “reaportuguesamento da casa portuguesa”. Em 1893, o etnólogo Henriques das Neves¹⁰⁸⁰ publica uma nota de rodapé em “A Cava de Viriato” acerca de “um tipo português de habitação”, ao mesmo tempo que se iniciam as primeiras pesquisas arquitectónicas¹⁰⁸¹. O autor, conforme recorda Paula de Oliveira, “sugere poder-se encontrar também na Beira um tipo de habitação que aquele antropólogo físico havia sugerido ser característico de Trás-os-Montes e que se encontraria um pouco por todo o Norte do País, incluindo a cidade do Porto”¹⁰⁸². Esta hipótese levantada por Henrique das Neves acabaria por ter uma grande divulgação e impacto na época. Algumas revistas, como “Os Serões”, passam a integrar nas suas crónicas o interesse pela “renovação na architectura nacional” e pelo “reaportuguesamento da casa portuguesa”, referindo mesmo algumas obras como exemplo a seguir¹⁰⁸³.

A Henrique das Neves seguiram-se outros protagonistas importantes na campanha e no debate pela “Casa Portuguesa”. De um lado, encontramos o grupo dos etnógrafos (Fialho de Almeida, Rafael Bordalo Pinheiro, D. José Pessanha, Veiga Simões, Teixeira de Carvalho e Ribeiro Artur) e historiadores e críticos de arte, que defendiam a tese de Henrique das Neves. Do outro lado, os críticos Abel Botelho, Rocha Peixoto e Joaquim de Vasconcelos, “contra a real possibilidade de definir o tipo da «casa portuguesa» [...] se fundamentaram menos no

¹⁰⁷⁸ RIBEIRO, Irene – *Raul Lino. Pensador nacionalista da arquitectura*, p. 89.

¹⁰⁷⁹ CARVALHEIRA, Rosendo – *Architectura – Rapido esboço*, in *Boletim de Architectura e Arqueologia da Raacap*, tomo IX, 4.ª série, n.º 3, 1901, pp. 28-30.

¹⁰⁸⁰ O etnólogo Henrique das Neves é considerado como o pai fundador da “Casa Portuguesa”.

¹⁰⁸¹ Segundo João Leal, o livro que Henriques das Neves publica acerca da “Cava de Viriato” viria a cair “no esquecimento, a nota de rodapé [de duas páginas acerca da casa portuguesa], pelo contrário, ganha rapidamente uma vida própria, sendo sucessivamente transcrita, sob a forma de artigo, em *A Arte Portuguesa* (1895), na revista *Ocidente* (1896), e, por fim, em 1915 - ano da morte de Henrique das Neves - em *A Architectura Portuguesa* (1915). LEAL, João – *Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, pp.110-114.

¹⁰⁸² IDEM – *Ibidem*, p. 110.

¹⁰⁸³ RIBEIRO, Irene – *Raul Lino. Pensador nacionalista da arquitectura*, p. 89.

sentimentalismo poético do nacionalismo dominante, antes manifestando um exigente sentido científico de objectividade na investigação”. Estes autores “admitem a total impossibilidade de criar uma fórmula ou padrão para a «casa portuguesa», já que o original desse modelo ideal não era um tipo único de habitação, mas uma multiplicidade regional irredutível a uma unicidade tipológica ou gramatical”¹⁰⁸⁴.

Se num primeiro momento este debate interessava especialmente a antropólogos, historiadores e críticos, num segundo momento passou a ser do interesse dos arquitectos. Os primeiros arquitectos a interessarem-se por este assunto foram Francisco Vilaça, Álvaro Machado, Guilherme Gomes e Edmundo Tavares, demonstrando-o através da publicação de projectos nas principais revistas da especialidade na época, tais como a “Construção Moderna” e “A Arquitectura Portuguesa”¹⁰⁸⁵ (Figuras 88 e 89). A casa construída pelo Conde Arnoso (1894), em Cascais, a casa do Sr. O’Neil, da autoria de Francisco Vilaça, também em Cascais, e o palacete construído por Raul Lino em 1902, também para Jorge O’Neil, representam os primeiros exemplos arquitectónicos construídos sob clara influência desta campanha (Figuras 90 e 91). Data também desta época a casa do engenheiro e arqueólogo Ricardo Severo (1904), na cidade do Porto, que se assume estar “na gênese da campanha pela «casa portuguesa» pois foi um dos primeiros edifícios construídos com essa intenção, o que acabou por provocar a viabilidade da ideia”. Diferente das experiências anteriores, esta obra foi “concebida a partir do reconhecimento de carácter científico da história da arquitectura portuguesa”, revelando-se ainda importante por ter sido a “primeira experiência no norte do país” dentro desta campanha. Contrariamente às teorias desenvolvidas posteriormente por Raul Lino, nesta construção existe um reconhecimento da diversidade da arquitectura popular nacional e verifica-se a transformação em prática da teoria por meio da cópia de elementos típicos das habitações antigas, ao invés de uma tentativa de procura e compreensão estrutural de uma forma típica de habitação portuguesa¹⁰⁸⁶.

¹⁰⁸⁴ IDEM – *Ibidem*, pp. 93-94.

¹⁰⁸⁵ SANTOS, Ricardo Fernandes dos – *Arquitectura portuguesa no tempo longo. Princípios de desenho e forma em igrejas de três naves*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2013, p. 15.

¹⁰⁸⁶ BACKHEUSER, Luíz Alberto Fresl – *A casa do arqueólogo. Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo*. Dissertação de Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2006, pp. 113-114.



Figuras 88 e 89. Exemplos de casas projectadas por Raul Lino em “estilo português” publicados na revista “A Construção Moderna”



Figuras 90 e 91. Casa do Sr. O'Neil (Francisco Vilaça, Cascais, finais do séc. XIX) e Casa Monsalvat (Raul Lino, Monte Estoril, início do séc. XX)

[Fontes: https://www.google.pt/search?q=Casa+do+Sr.+O%27Neil+cascais&espv=2&biw=1280&bih=680&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiGo8215N3RAhXKvBQKHauRCw8Q_AUIBigB#imgrc=jBl6A0vbIyLUM%3A; https://www.google.pt/search?q=Casa+Monsalvat+Monte+estoril&espv=2&biw=1280&bih=680&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjdk5_25N3RAhXMbRQKHcxwCzMq_AUIBygC#imgrc=wIVvM7pbxX3RkM%3A]

Mas foi na primeira metade do século XX que o movimento da “Casa Portuguesa” ganhou uma nova força e importância. De entre os cultores deste movimento, o arquitecto Raul Lino foi aquele que mais se destacou, fazendo-o tanto pela sua obra edificada quanto pela escrita. Quando este arquitecto participa, em 1900, na Exposição Universal de Paris, no concurso para o pavilhão que representaria Portugal, e apesar de ficar em segundo lugar, inicia a busca incessante de uma arquitectura ligada aos valores nacionais, característica que irá percorrer

toda a sua obra¹⁰⁸⁷. Raul Lino defendia que a “Casa Portuguesa” não podia ser “a compendiação de elementos avulsos, tomados aqui e acolá [da arquitectura vernacular], para emprego ornamental, mas uma pesquisa a nível estrutural, atenta à semântica arquitectónica”¹⁰⁸⁸. Estas preocupações encontram-se expressas na forma de conceber as obras¹⁰⁸⁹; no entanto, a dimensão social e política do tema amplia-se principalmente com as publicações “A Nossa Casa – Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples” (1918), “Casas Portuguesas” (1929), “As casas Portuguesas” (1933; Figura 92) e a participação ativa com artigos sobre o tema em revistas e jornais como “O Panorama”, “O Mensário das Casas do Povo” ou o “Diário de Notícias”. Em “A Nossa Casa – Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples” o arquitecto apresenta um verdadeiro manual de instruções sobre como edificar uma casa. Defendia, não só nestas mas em quase todas as publicações, alguns princípios caracterizadores desta arquitectura, como “a atenção à proporção e disposição geral, na planta como nos alçados; paredes de caiação, branca e em cor, nos vãos moldurados; cobertura de telha sanqueada com a graciosa curva e beiral; utilização de alpendre; [e] revestimento azulejar”¹⁰⁹⁰. Em “A Nossa Casa”, o autor dá ainda indicação do mobiliário a usar e da necessidade de existir uma inspiração nos jardins antigos. Ao mesmo tempo criticava “severamente o estrangeirismo, elegendo como exemplo de «desnacionalização» o «chalet», «sintomas volumosos e obcentes da moléstia que já então infestava o país todo»”¹⁰⁹¹. Em “As casas Portuguesas”, aborda os mesmos assuntos, mas agora já não criticando apenas as construções inglesas, francesas ou o chalet suíço: denunciava “a americanização dos costumes”, persistia no “anseio natural e instintivo no Homem de possuir habitação própria e independente”, lutava contra a construção de “tanta casa aleijada” para assim alcançar a “boa ordem”, “equilíbrio” e a “harmonia no conjunto” e insistia no “bom gosto”¹⁰⁹². Raul Lino defendia que “construir é educar” e, como tal, os seus escritos serviriam para “educar os gostos dos portugueses”, não só dos arquitectos ou mestres de obras, mas também da burguesia e das elites.¹⁰⁹³

¹⁰⁸⁷ BACKHEUSER, Luíz Alberto Fresl – *A casa do arqueólogo. Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo*, p. 92; ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel – *História da Arte em Portugal*, vol. 14. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 82.

¹⁰⁸⁸ FRANÇA, José Augusto – *A Arte em Portugal no século XIX*, p. 156.

¹⁰⁸⁹ É o caso das “casas marroquinas” (1901-1903), a “Casa Montsalvat”, a “Casa de Jorge O’Neil”, a “Casa Silva Gomes”, a “Vila Tanger”, a “Casa dos Patudos” (1904), a “Quinta da Comenda” (1909), ou a sua própria habitação em Sintra (“Casa do Cipreste”; 1913).

¹⁰⁹⁰ FERNANDES, José Manuel – *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003, p. 44.

¹⁰⁹¹ SAMPAIO, Joaquim – *Mitificação e paisagem simbólica: O caso do Estado Novo*, pp. 106-107.

¹⁰⁹² IDEM – *Ibidem*, pp.108-109.

¹⁰⁹³ IDEM – *Ibidem*, p.110.

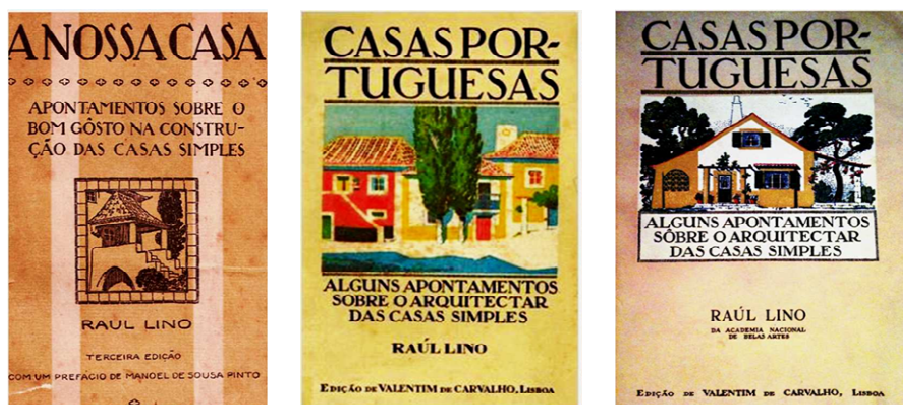


Figura 92. Capas de livros publicados por Raul Lino

[Fonte: https://www.google.pt/search?q=publica%C3%A7%C3%A3o+A+nossa+casa&espv=2&biw=1280&bih=680&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwif_oKW5d3RAhVBkhQKHQv3CgMQ_AUIBigB#tbn=isch&q=publica%C3%A7%C3%A3o+A+nossa+casa+raul+lino&imgc=SrsxfreAyBe8M%3A]

Irene Ribeiro defende que a campanha pela “Casa Portuguesa” teve “três pontos de partida essenciais: o movimento ideológico nacionalista de 90, as pesquisas etnográficas que este motivou e [...] a própria obra de Raul Lino”. Até à entrada em cena deste arquitecto, a ideia de “Casa Portuguesa” assentava numa visão optimista, idealizada pelos intelectuais de 90 e exemplificada em casos isolados e sem continuidade, como é o caso da Casa de Ricardo Severo. Foi precisamente Raul Lino que transformou a ideia de “Casa Portuguesa” numa realidade, “dando vida a um sonho”¹⁰⁹⁴.

O tema da “Casa Portuguesa” viria a ser vulgarizado e adoptado por outros autores, muitos deles pertencentes à “geração do compromisso”.¹⁰⁹⁵ No entanto, a ausência de soluções estéticas verdadeiramente novas levou ao aparecimento, no primeiro quartel do século XX, da “Casa à Antiga Portuguesa”. Tratava-se de “uma espécie epidérmica de arquitectura doméstica, muito decorativa e baseada numa certa «imagem sintética», supostamente provinda do século XVIII, com inclusões barroquizantes, joaninas e pombalinas, e alguma mistura vernácula”. Este foi um dos temas mais utilizados em inúmeras moradias, quintas, e principalmente, em estações ferroviárias, como por exemplo nas de Miranda do Douro, Ovar

¹⁰⁹⁴ RIBEIRO, Irene – *Raul Lino. Pensador nacionalista da arquitectura*, p. 93.

¹⁰⁹⁵ Carlos Ramos chama à geração Modernista a “geração do compromisso” ou “geração de 27” e esta é constituída “quase toda na primeira metade dos anos 20”. Dela fazem parte, entre outros Carlos Ramos, Cristino da Silva, Pardal Monteiro, Cottinelli Telmo, Gonçalo Melo Breyner, Norberto Correia, Raul Martins, Veloso Reis Camelo, Cassiano Branco, Adelino Nunes, Paulino Montez e Rogério de Azevedo. Esta “geração” é de “compromisso” porque “apanha o primeiro embate da ordem imposta pelo Estado Novo e, daí também, aquela que vai tentar criar as condições para o desenvolvimento da arquitectura moderna dentro do quadro político-cultural existente”. ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel – *História da Arte em Portugal*, p. 112.

e Santarém. A Casa à Antiga Portuguesa viria a resultar em “algo com profusos columes caiados, apresentando arcadas, frontões e pináculos, rematados por beirais com bico em «pombinha», e revestimentos a azulejo figurativo, azul e branco”. O “culturalmente confuso e formalmente eclético Estilo Tradicional Português, ou Português Antigo [constituiu] um outro lastro importante para entender a posterior afirmação da arquitectura do Estado Novo”¹⁰⁹⁶.

Os elementos que caracterizam esta arquitectura e o próprio movimento da “Casa Portuguesa” foram constantemente criticados, logo à partida pelo facto de existirem dúvidas quanto à existência de uma casa exclusivamente portuguesa e, por outro lado, por os elementos e princípios defendidos pelo próprio Raul Lino revelarem uma atitude anti-modernista e conservadora, contraditória ao que se defendia na época e à intenção inovadora de Le Corbusier¹⁰⁹⁷. Apesar disto, o movimento pela “Casa Portuguesa” e a acção de Raul Lino ganharam uma dimensão política e institucional com o Estado Novo. Se num primeiro momento as suas ideias foram fundamentais para dar consistência ao tema da “Casa Portuguesa”, neste segundo momento essas ideias passaram a ser fundamentais para definir e caracterizar a arquitectura nacional. Esta arquitectura representou “um modo de pensar e ser português”¹⁰⁹⁸ e foi, principalmente a partir da década de 40, bastante favorável para a difusão da “política de gosto” do Estado Novo. Estas ideias deixam de se cingir “à esfera da habitação unifamiliar isolada”, estendendo-se como modelo aos “programas de habitação social ou equipamentos públicos como escolas primárias, casas do povo, estalagens, etc.”¹⁰⁹⁹. Algumas iniciativas à época, como o “Programa de Casas Económicas” (1933), o “Concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal” (1938), o “Portugal dos Pequenitos” (1940), “Os Concursos de Sagres – a Representação 35”, a “Exposição do Mundo Português” (1940), a “Campanha de Bom Gosto”, ou o programa das “Pousadas Regionais”, foram fulcrais à “Casa Portuguesa” e para que os ideais de Raul Lino ganhassem força.

A campanha da “Casa Portuguesa”, que ganhava então força e apoio por parte do regime, foi severamente posta em causa na década de 40. A realização do “Inquérito à Habitação Rural” (1943; Figura 93), veio revelar que “as condições de habitação não eram o «nicho» nem a «casa dos simples» [...]. Havia, antes, más construções por Portugal fora e condições de vida

¹⁰⁹⁶ FERNANDES, José Manuel – *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*, p. 46.

¹⁰⁹⁷ FERNANDES, José Manuel – *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*, p. 44.

¹⁰⁹⁸ PEREIRA, Luís Manuel Pires – *Arquitectura portuguesa anos 30-50: Atitude e crise de identidade: Elementos para a construção de um percurso*, p. 233.

¹⁰⁹⁹ LEAL, João – *Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*, p. 114.

difíceis”¹¹⁰⁰. Com este inquérito passou haver uma nova forma de olhar para a habitação, uma vez que “se na casa portuguesa, a habitação era olhada do exterior de acordo com um código visual dominado pelo aguarelismo etnográfico, no Inquérito à Habitação Rural ela é mostrada, a partir de dentro, de acordo com o que pode ser visto, é certo, mas sobretudo, de acordo com o que pode ser sentido e cheirado – o ar que não circula, os cheiros das estrumeiras, etc... – e de acordo como o que pode ser contado e inventariado – os utensílios domésticos, as roupas, etc... Ao pormenor decorativista do aguarelista, contrapõe-se a minúcia descritiva do inquiridor que não vê apenas as casas de longe, mas entra dentro delas e fala com quem lá está”¹¹⁰¹. Anos mais tarde, Fernando Távora publica o ensaio sobre “O problema da Casa Portuguesa” (1947). Neste ensaio, a “Casa à Antiga Portuguesa” é lembrada pelo arquitecto como um dado novo e como uma tipologia que precederia a de Raul Lino. Desta forma, Fernando Távora criticava os tradicionalismos, em defesa de uma arquitectura moderna portuguesa: para este arquitecto “a nossa arquitectura tradicional era caracterizada por um determinado número de motivos decorativos cuja aplicação seria suficiente para produzir casas portuguesas. Surgiu daqui uma nova forma de academismo, entendendo-se por tal atitude de espírito aquela para a qual a Arte pode codificar-se em formas eternas segundo regras fixas e imutáveis”¹¹⁰².



Figura 93. Capa do livro “Arquitectura Popular em Portugal”

[Fonte: CLEMENTINO, Luísa Lopes Ramos – Fernando Távora. De O Problema da Casa Portuguesa ao Da Organização do Espaço]

¹¹⁰⁰ SAMPAIO, Joaquim – *Mitificação e paisagem simbólica: O caso do Estado Novo*, p. 114.

¹¹⁰¹ LEAL, João – *Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*, p. 162.

¹¹⁰² TÁVORA, Fernando – O problema da Casa Portuguesa, in *Cadernos de Arquitectura*, n.º 1. Lisboa: Editorial Organizações, 1947.

Para Alexandre Alves Costa, com o Congresso de 1948 (Figura 94) o conceito da “Casa Portuguesa” morreu, ganhando força o de “arquitectura portuguesa”¹¹⁰³. Mas foi o “Inquérito à Architectura Popular Portuguesa” (1955-1960), em que participou a nova vaga de arquitectos, entre eles o próprio Fernando Távora, que veio esclarecer que “não existe, de todo, uma «arquitectura portuguesa» ou uma «casa portuguesa»”¹¹⁰⁴. A falta de uma postura homogénea àcerca da architectura nacional, e a necessidade de continuar a conhecer a architectura vernacular do país deu origem à “Terceira Via”. A Terceira Via é entendida como uma “reinterpretação da architectura popular/ vernacular com a contemporaneidade que a architectura moderna fornecia, reinterpretando-a e modelando-a ao lugar, ao contexto, à escala e ao Homem”¹¹⁰⁵. Os mentores da Terceira Via, Fernando Távora e Álvaro Siza Vieira, entendiam que este movimento “não tinha forças para vingar e ditar princípios fortes na architectura”¹¹⁰⁶ e, apesar de uma importante experiência nos anos 50 e 60 do século XX, viriam a abandoná-la porque “não souberam colher dela [da História] qualquer fruto, pois a História vale na medida em que pode resolver os problemas do presente e na medida em que se torna um auxiliar e não uma obsessão”¹¹⁰⁷.



Figura 94. Capa original do Relatório da Comissão Executiva do 1.º Congresso Nacional de Architectura

[Fonte: CLEMENTINO, Luísa Lopes Ramos – Fernando Távora. De O Problema da Casa Portuguesa ao Da Organização do Espaço]

¹¹⁰³ COSTA, Alexandre Alves – *Introdução ao estudo da História da Architectura Portuguesa*, p. 60.

¹¹⁰⁴ SAMPAIO, Joaquim – *Mitificação e paisagem simbólica: O caso do Estado Novo*, p.110-111.

¹¹⁰⁵ Por “popular” entenda-se o respeitante ou pertencente a um povo e por “vernacular” o que é próprio do país, nacional. CLEMENTINO, Luísa Lopes Ramos – *Fernando Távora. De O Problema da Casa Portuguesa ao Da Organização do Espaço*. Dissertação de Mestrado em Architectura apresentada ao Departamento de Architectura da FCTUC em 2013, p. 71.

¹¹⁰⁶ IDEM – *Ibidem*, p. 73.

¹¹⁰⁷ TÁVORA, Fernando – O Problema da Casa Portuguesa, in *Semanário Aléo*, de 10 Novembro de 1945, p. 12; TÁVORA, Fernando – O Problema da Casa Portuguesa, 1947;

IX.2. Objectivos específicos

Foram objectivos específicos deste capítulo:

- Estudar o entendimento e a aplicação do conceito de “Casa Portuguesa” à arquitectura civil do Porto na primeira metade do século XX;
- Analisar a distribuição geográfica temporal de aprovação das licenças correspondentes a este conceito;
- Identificar características desta arquitectura relevantes para o entendimento da sua importância no desenvolvimento patrimonial e paisagístico da cidade.

IX.3. Metodologia específica

Do total de processos de licenciamento de obras consultados foram seleccionados para análise os que referiam de algum modo explicitamente nas suas memórias descritivas a intenção de construir segundo a estética da “Casa Portuguesa”. Alguns dos termos usados para referenciar esta opção foram: “estilo nacional”, “estilo nacional moderno”, “estilo regional”, “estilo tradicional”, “estilo tradicionalista” e “estilo tradicionalista português”.

Posteriormente, incluiu-se também a Casa de Ricardo Severo, por se tratar, segundo a literatura, de um dos primeiros exemplares deste tipo de arquitectura.

IX.4. Resultados e discussão

IX.4.1. Ano de aprovação das licenças de obra e localização geográfica

Foram identificadas 18 licenças correspondentes aos critérios de inclusão, a que se juntou a Casa de Ricardo Severo. À excepção desta, cuja licença data de 1902, as restantes datam dos anos 20 e seguintes. É de realçar que 12 (63,2%) das 19 licenças datam dos anos 1940 a 1948; das restantes, quatro são dos anos 20 e duas dos anos 30.

Os nossos resultados vão ao encontro dos apresentados por Alexandra Trevisan em a “Influências internacionais na arquitectura moderna no Porto (1926-1956)”. Também esta autora refere ser comum nas décadas de 20 e 30 a opção pela estética da “Casa Portuguesa”; é no entanto de realçar que, de acordo com a nossa análise, se os anos 20 e 30 foram aqueles em que este conceito emergiu, terá sido a partir dos anos 40 que ganha força a sua expressão em termos de número de construções.

Ainda na opinião de Alexandra Trevisan, as opções inerentes a esta estética “não se relacionam directamente com questões teóricas e críticas aprofundadas, mas com as imagens que eram divulgadas nas revistas portuguesas da especialidade [...] e, provavelmente, através do conhecimento da obra de Raul Lino e dos seus livros”¹¹⁰⁸. A esta via de influência julgamos ser pertinente acrescentar, desde logo, e apesar do desfazamento temporal, a influência da Casa de Ricardo Severo, pela sua ampla divulgação. Para além disso, a diversidade de concretizações deste conceito quando analisada a nossa amostra realça a influência do gosto que os encomendantes exercem sobre os projectos.

No caso de alguns autores estas opções estéticas são também reflexo da sua posição relativamente ao que se passava a nível oficial e estatal. Logo à partida, é de recordar que

¹¹⁰⁸ PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *Influências internacionais na Arquitectura Moderna no Porto (1926-1956)*, p. 79.

alguns destes arquitectos trabalharam para a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos do Norte, por exemplo na recuperação do património mediavel português, levada a cabo nas décadas de 20 e 30, mas também o facto de estar em curso o programa de “Casas Económicas” (1933), em que era usado o modelo da “Casa Portuguesa” na construção dos novos bairros. Há também a acrescentar o facto de nas décadas de 30 e 40 a produção teórica e prática de Raul Lino estar em voga, bem como a realização d’“Os Concursos de Sagres” e, talvez ainda mais marcante, a “Exposição dos Centenários de 1940” que irão ter repercussões na cidade do Porto. Estes acontecimentos justificam o aumento do número de casos no final do período por nós estudado. Para Alexandra Trevisan, a exposição de 1940, “com um programa arquitectónico extenso e exigente tanto para o Estado como para os projectistas, criou um contexto favorável de reflexão sobre a arquitectura portuguesa”¹¹⁰⁹ uma vez que ao arquitectos que nela participavam era pedida uma “arquitectura moderna e portuguesa”¹¹¹⁰.

Relativamente à distribuição geográfica destas edificações, as freguesias de Paranhos (n = 5), Bonfim (n = 3), Cedofeita (n = 3) e Lordelo do Ouro (n = 2) são aquelas em que se registou maior número de construções. Estes dados vão ao encontro dos dados encontrados para os 6249 processos de licenciamento de obras.

¹¹⁰⁹ IDEM – *Ibidem*, p. 78.

¹¹¹⁰ ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel – *História da Arte em Portugal*, p. 137.

IX.4.2. Encomendantes, autores e técnicos responsáveis

Quanto aos intervenientes no processo, constatou-se que, dos 19 encomendantes/ requerentes da obra, 17 eram privados, nenhum dos quais o sendo em relação a mais do que uma construção, e que os restantes dois casos foram requeridos pela mesma sociedade: a “SACEL – Sociedade de Administração e Construções Lda.”. Apenas num caso a mesma pessoa (Joaquim Augusto Ribeiro Sarmento) é simultaneamente encomendante/ requerente e responsável pelo projecto de engenharia, sendo que os restantes encomendantes não assumem funções relacionadas com os projectos de especialidade.

No que diz respeito ao director de obra, 18 processos possuíam indicação deste técnico: o arquitecto e engenheiro civil Júlio José de Brito assina três casos; já os arquitectos João Queirós e Januário Godinho de Almeida e o engenheiro civil Mario Pinto da Fonseca Leitão assumiram a direcção em dois casos cada. É de salientar ainda que num projecto existem dois técnicos (o arquitecto João Queirós e o engenheiro civil Manoel Alves Lopes Lima) a assinar a mesma direcção de obra. É frequente o director de obra assumir em simultâneo a função de responsável pelo projecto de arquitectura, o que se verificou em 12 casos: Júlio José de Brito (n = 3), João Queirós (n = 2), Mário Pinto da Fonseca Leitão (n = 2), Januário Godinho de Almeida (n = 2), o engenheiro Antão de Almeida Garrett (n = 1), o arquitecto Homero Ferreira Dias (n = 1), o engenheiro Raul de Lima Ayres (n = 1), o arquitecto Fernando de Sousa Oliveira Mendes de Nápoles Tudela (n = 1), o construtor civil José Domingues de Almeida (n = 1) e o engenheiro Jorge Manuel Viana (n = 1), e em quatro projectos os engenheiros (Mario Pinto da Fonseca Leitão, Raul de Lima Ayres, Jorge Manuel Viana e Joaquim Augusto Ribeiro Sarmento) são responsáveis simultaneamente pelos projectos de arquitectura e de engenharia.

Quanto ao projecto de arquitectura, conhece-se o seu autor em 17 casos, sendo que em quatro destes o projecto é elaborado em co-autoria (Jorge Manuel Viana e o arquitecto Alberto Pereira da Cruz; José Domingues de Almeida e o engenheiro António Cruz Lopes; Januário Godinho de Almeida e Joaquim Augusto Ribeiro Sarmento; e Júlio José de Brito, o arquitecto Raúl Carlos e Fernando de Moura). Constatou-se ainda que, dos 17 processos, é mais uma vez o arquitecto e engenheiro Júlio José de Brito o técnico responsável por maior número de

projectos (n = 3), seguindo-se os arquitectos João Queirós e Januário Godinho de Almeida e o engenheiro Mario Pinto da Fonseca Leitão (2 projectos cada).

Relativamente aos projectos de engenharia e estruturas, apenas 11 processos possuíam referência ao técnico responsável. Todos eles eram engenheiros e nenhum assina mais do que um destes projectos.

No seu trabalho, Alexandra Trevisan refere que o autor mais representativo é o arquitecto João Queirós, justificando tratar-se de um dos autores que possui mais obras nas décadas de 20 e 30¹¹¹¹. De acordo com a análise que efectuámos, este inclui-se no conjunto de autores associados a mais obras; no entanto, encontramos mais autores do que os referidos por esta investigadora, o que se justifica pelo facto de termos trabalhado uma amostra mais ampla, bem como pela metodologia seguida.

¹¹¹¹ PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *Influências internacionais na Arquitectura Moderna no Porto (1926-1956)*, pp. 74-77.

IX.4.3. Análise tipológica e morfológica

Em termos de tipologias, as licenças estudadas correspondem maioritariamente a habitações unifamiliares ($n = 16$), seguindo-se as plurifamiliares ($n = 2$, correspondendo a um total de 10 unidades habitacionais) e um caso de habitação bifamiliar (correspondendo a 2 unidades habitacionais). Quanto à estrutura e ao modo como estas se implantam na malha urbana, verifica-se que as habitações isoladas apresentam maior número de casos ($n = 14$), dos quais todos dizem respeito a habitações unifamiliares. Das restantes, em quatro casos a implantação na malha urbana não era especificada, e uma correspondia a habitação geminada. Dos casos analisados apurou-se ainda haver um em que a habitação coexistia com funções de comércio, um outro correspondente a habitação de rendimento, e um terceiro projecto de habitações “económicas” (geminadas ou em conjunto). Todos estes três casos pertencem à tipologia plurifamiliar.

Quanto aos aspectos morfológicos é de destacar que as casas com três andares ($n = 10$) são as que apresentam maior número de processos seguindo-se as de dois andares ($n = 6$), de quatro andares ($n = 2$) e de um andar ($n = 1$). Principalmente nas habitações unifamiliares, o esquema interno das unidades habitacionais segue a lógica organizacional genericamente descrita para a habitação unifamiliar na cidade do Porto. Nos pisos inferiores da casa encontram-se principalmente os espaços destinados aos serviços da casa, no nível térreo os espaços comuns, e acima deste os espaços destinados à intimidade, privacidade e alguns espaços de serviço.

IX.4.4. Análise estética

As questões estéticas são de grande relevância na caracterização da arquitectura da “Casa Portuguesa”, quer a nível de elementos arquitectónicos quer decorativos. É nas fachadas que mais se evidencia a vontade de transmitir uma arquitectura nacional, através da aplicação de determinados elementos e iconografia com referências históricas e nacionais. Pela sua predominância, destaca-se o trabalho em ferro (forjado ou fundido) aplicado nas guardas das varandas, janelas, bandeiras e postigos, o trabalho de cantaria aplicada a peças estruturais, como por exemplo os cunhais e os embasamentos, mas também a elementos ornamentais (como em baixos-relevos), a aplicação de azulejo, em pequenos painéis com iconografia religiosa, e pintura nas fachadas, geralmente de tons claros. A presença destes elementos não será de estranhar se tivermos em conta que são habitualmente utilizados na arquitectura da cidade. A propósito da utilização do azulejo, reboco, estuque e pintura nas fachadas José Manuel Fernandes refere serem característicos os “profusos columes caiados [...], e revestimentos a azulejo figurativo, azul e branco”¹¹¹² (Figuras 95 a 98).



Figuras 95 e 96. Fachada e pormenor de alguns elementos em cantaria, azulejo e serralharia

[LO n.º 56/1930-31]

¹¹¹² FERNANDES, José Manuel – *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*, p. 46.



Figuras 97 e 98. Fachada e pormenor da exuberância dos elementos ornamentais de casa situada na Avenida Camilo

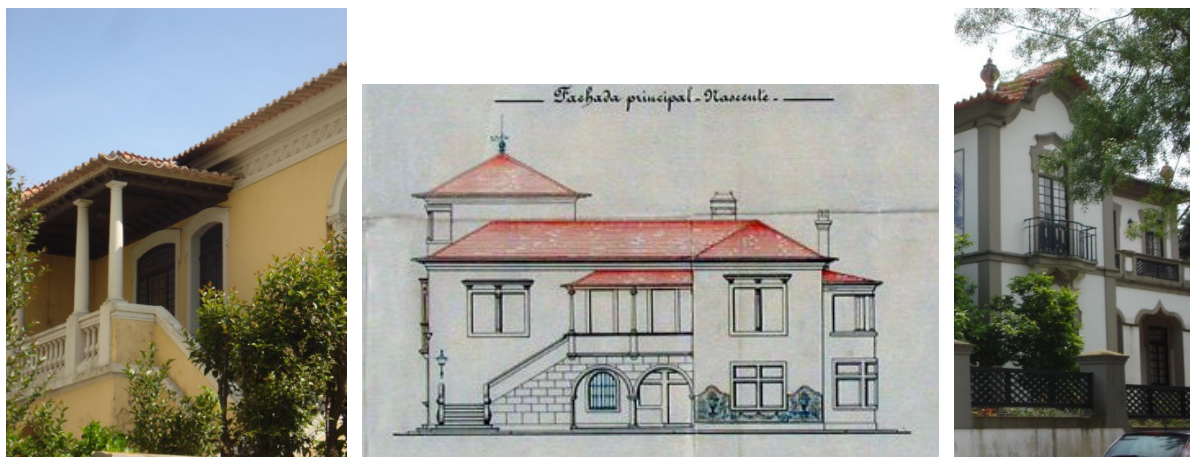
[LO n.º 321/1926].

Os alpendres são também uma constante, encontrando-se associados às entradas e escadas principais. O alpendre está quase sempre apoiado sobre arcaria de granito, em arcos de volta perfeita, formando uma varanda (Figuras 99 a 101). Em muitos casos, as varandas encontram-se nas fachadas posteriores, deixando de se tratar de locais de passagem e passando a funcionar como locais de descanso. Também o uso destes dois elementos (alpendre e escadaria) nesta arquitectura não é de estranhar, considerando que ambos eram já aplicados na prática arquitectónica desde há muito. A aplicação da escadaria e alpendre junto da entrada principal justifica-se pela existência de um andar nobre, remetendo não só para as casas da alta elite, como por exemplo, os solares barrocos e casas nobres, mas também para as casas populares e rústicas do norte do país¹¹¹³ (Figuras 102 e 103). Nos trabalhos de José Manuel Fernandes¹¹¹⁴ e de Alexandra Trevisan¹¹¹⁵ estes elementos (alpendre, escadaria e arco de volta perfeita) são apontados como característicos da arquitectura da “Casa Portuguesa”.

¹¹¹³ PEIXOTO, Rocha – A Casa Portuguesa, in *Revista Serões*, 1905, p. 321; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, pp. 45-62; ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *A Casa Nobre no Porto na época Moderna*, 2001.

¹¹¹⁴ FERNANDES, José Manuel – *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*, p. 46.

¹¹¹⁵ PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *Influências internacionais na Arquitectura Moderna no Porto (1926-1956)*, p. 76.



Figuras 99 a 101. Pormenores de alpendres e varandas

[Fonte (elemento desenhado): Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 321/1926, 69/1902 e 56/1930-31)].



***Figura 102. Exemplo do uso do alpendre e varandas na arquitectura erudita
(Casa do Pormachao, Ponte de Lima)***

[Fonte: https://www.google.pt/search?q=casa+do+pomarch%C3%A3o&espv=2&biw=1280&bih=680&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjImO6x_d3RAhWCVhQKHbdxCyEQ_AUIBygC#imgsrc=tJCeYXGA2G6CHM%3A].



Figura 103. Exemplo do uso do alpendre e varanda na arquitectura rural minhota

[Fonte: BACKHEUSER, Luíz Alberto Fresl – A casa do arqueólogo. Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo]

O uso de arco de volta perfeita é frequente nos alpendres, embora seja também encontrado aplicado às entradas (portas e janelas; Figuras 104 a 106). Os andares nobres ou superiores tendem a apresentar maior número de janelas, de diferentes dimensões e mais ornamentadas, sendo usual os balcões, as varandas e cornijas nas janelas, enquanto que nos pisos inferiores as janelas surgem em menor número e apresentam dimensões mais reduzidas (Figuras 107 e 108). Nos solares portugueses essa diferença de janelas entre andares é comum, servindo para destacar o andar nobre¹¹¹⁶. João Barreira refere que o uso de varandas e cornijas, normalmente orientadas a sul ou a nascente, é um elemento comum nas casa rurais da classe média das zonas de Trás-os-Montes, Beiras e Minho. Para além do uso do arco de volta perfeita, é também comum as janelas apresentarem rótulas ou gelosias, elemento comum à arquitectura urbana portuguesa, principalmente nos núcleos urbanos mais antigos, tais como Braga, Guimarães ou Vila Real¹¹¹⁷ (Figuras 109 e 110). São também frequentes as janelas geminadas, outro elemento de inspiração histórica já utilizado desde as construções quinhentistas, como por exemplo no Palácio Nacional de Sintra, na Torre Ribafria, em Sintra, ou no Solar dos Távoras, na Guarda¹¹¹⁸ (Figuras 111 e 112). O uso de janelas rasgadas com guarda-corpos metálicos e em pedra com balaústres, e em alguns casos o uso de verga em cantaria, de forma a destacar-se da fachada, era já uma prática enraizada na arquitectura desde o período barroco, bem como nas casas populares. Este tipo de janelas é, mais uma vez, um aspecto comum à generalidade das construções, e principalmente, à arquitectura do Porto (Figuras 113 a 115).

¹¹¹⁶ AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses: Introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969, p. 71.

¹¹¹⁷ BACKHEUSER, Luíz Alberto Fresl – *A casa do arqueólogo. Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo*, pp. 134-135.

¹¹¹⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 135; AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*, p. 176.



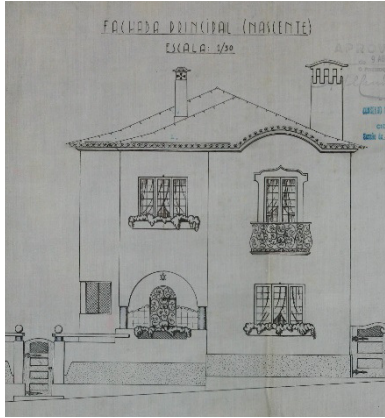
Figuras 104 e 105. Uso de arco de volta perfeita na composição das fachadas

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 24/1924 e 153/1942)]



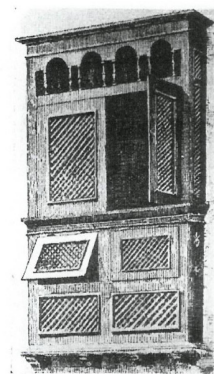
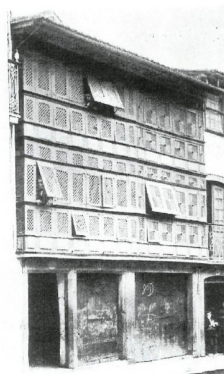
Figura 106. Uso do arco conopial

[LO n.º 56/ 1930-31]



Figuras 107 e 108. Diferentes registos e janelas de várias dimensões na composição das fachadas

[Fonte Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 100/1940 e 153/1942)]



Figuras 109 e 110. Uso de janelas com gólosias na casa de Ricardo Severo e exemplos de utilização de gólosias na arquitectura de Braga e Bragança

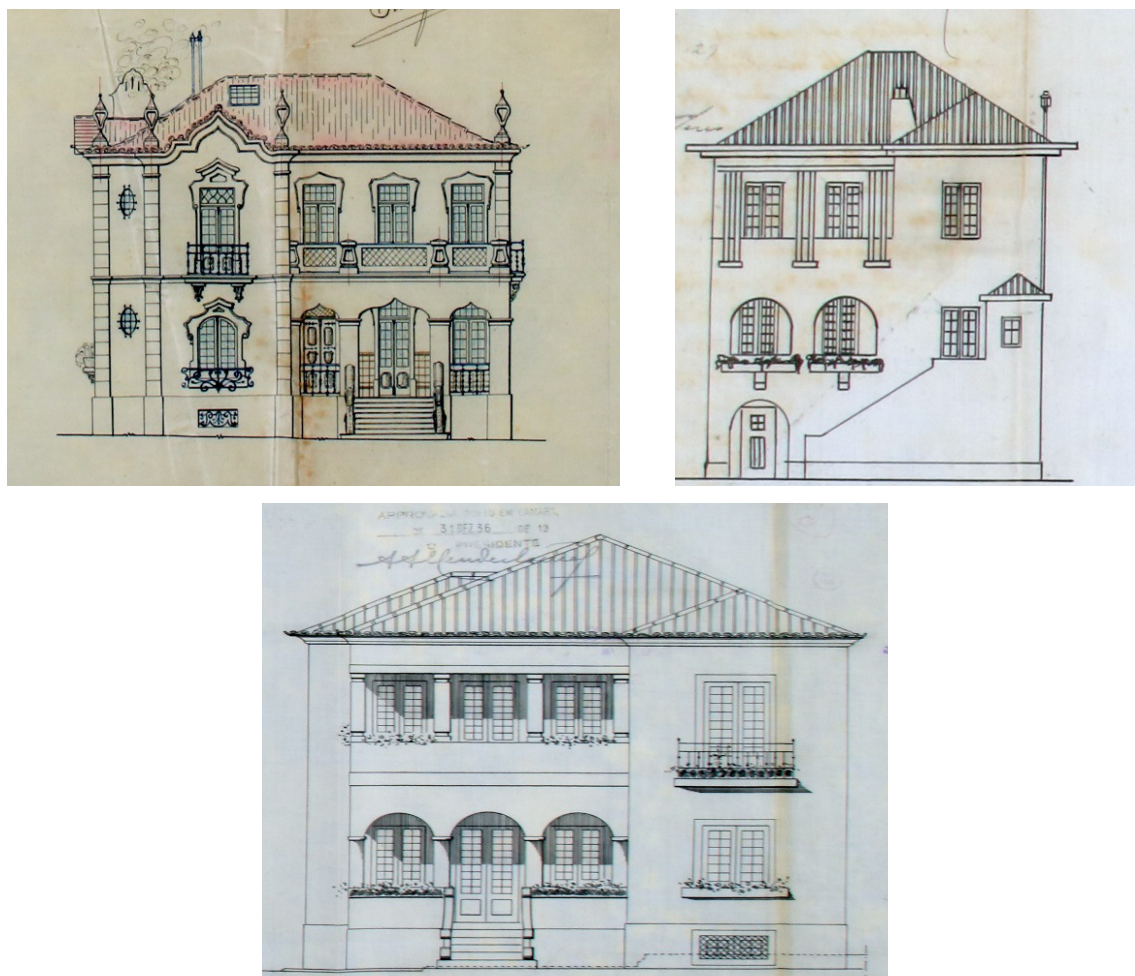
[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 69/1902); BACKHEUSER, Luíz Alberto Fresl – A casa do arqueólogo. Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo].



Figuras 111 e 112. Uso de janelas geminadas na arquitectura do século XX e na arquitectura erudita (Palácio Nacional de Sintra, séc. XVI)

[LO n.º 321/1926 (à esquerda); Fonte (imagem da direita):

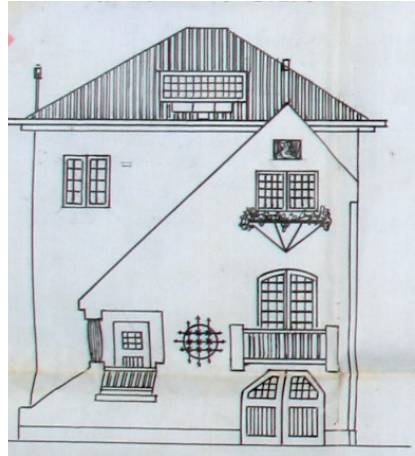
https://www.google.pt/search?q=pa%C3%A1cio+nacional+de+sintra&espv=2&biw=1280&bih=680&source=lnms&tbn=isch&sa=X&sqi=2&ved=0ahUKEwjO1bfg_93RAhWCPRQKHcEKDWEQ_AUIBigB#imgrc=9poOjjMKD33FYM%3A



Figuras 113 a 115. Diferentes tipos de janelas

[Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.ºs 56/ 1930-31, 1695/1937 e 60/1937)]

As fachadas contam habitualmente com floreiras ou vasos cerâmicos, remetendo para a arquitectura da casa popular, o mesmo se podendo dizer dos nichos para albergar imagens de santos e elementos associados a estas estruturas (Figuras 116 a 119). Sobressaem da fachada corpos salientes, como torres e elementos cónicos e piramidais, normalmente associados às chaminés e à cobertura (Figura 120).



Figuras 116 a 119. Exemplos de fachadas em que se destacam diferentes elementos

[LO n.º 69/1902, 1695/1937, 321/1926 e 56/ 1930-31; Fonte: Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto; autor; BACKHEUSER, Luíz Alberto Fresl – A casa do arqueólogo. Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo].



Figura 120. Corpos salientes numa fachada

[LO n.º 153/1942]

José Manuel Fernandes e Alexandra Trevisan referem, mais uma vez, estes elementos como sendo típicos da “Casa Portuguesa”¹¹¹⁹. O uso de elementos salientes é uma prática da arquitectura eclética, não sendo por isso de estranhar a sua presença na “Casa Portuguesa”. Quanto ao uso de torres, remete-nos para a História: a utilização desta estrutura é encontrada desde a idade medieval na arquitectura nobre, tendo perdurado no tempo, sobretudo na arquitectura do norte de Portugal¹¹²⁰. A sua utilização confinava-se inicialmente ao papel militar, mas com o passar dos tempos passou a ser construída “mais por exibicionismo heráldico do que por necessidade”¹¹²¹. Quanto às chaminés, são um elemento frequentemente usado na arquitectura urbana da cidade e é ainda mais comum encontrá-las na arquitectura popular, associadas à importância da cozinha e do fogo na arquitectura portuguesa¹¹²².

Na cobertura destaca-se ainda o uso frequente de telhados de quatro águas, com telha Marselha ou do “tipo portuguesa” (ou “à antiga portuguesa”), de beirais muitas vezes “à portuguesa”, o uso de clarabóias em ferro e vidro, e de elementos decorativos metálicos, como por exemplo os cataventos e os pináculos. Verifica-se que em alguns casos lhe foi dado grande relevo à cobertura, podendo a justificação residir no facto de fazer “parte integrante da harmonia do edifício”¹¹²³ (Figuras 121 a 123). O uso destes elementos na cobertura, principalmente o beiral, era já uma prática comum na arquitectura desde o barroco, bem como nas casas populares¹¹²⁴. O seu uso é também característico desta arquitectura, segundo Alexandra Trevisan e José Manuel Fernandes. De acordo com este último autor, são características desta arquitectura o uso das “arcadas, frontões e pináculos, rematados por beirais com bico em «pombinha»”¹¹²⁵.

¹¹¹⁹ FERNANDES, José Manuel – *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*, p. 46; PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *Influências internacionais na Arquitectura Moderna no Porto (1926-1956)*, p. 76.

¹¹²⁰ BACKHEUSER, Luíz Alberto Fresl – *A casa do arqueólogo. Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo*, p. 130.

¹¹²¹ AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses: Introdução ao estudo da casa nobre*, p. 79.

¹¹²² BACKHEUSER, Luíz Alberto Fresl – *A casa do arqueólogo. Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo*, p. 132.

¹¹²³ SEVERO, Ricardo – A casa e o templo, in *Homenagem a Ricardo Severo. Centenário do seu nascimento 1869- 1969*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1969, p. 45.

¹¹²⁴ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, pp. 45-62; BACKHEUSER, Luíz Alberto Fresl – *A casa do arqueólogo. Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo*, pp. 130-131.

¹¹²⁵ FERNANDES, José Manuel – *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*, p. 46.



Figuras 121 a 123. Cobertura do telhado tradicional e elementos que o pontuam

[Fonte (elemento desenhado): Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto (LO n.º 69/1902, 321/1926 e 56/ 1930-31)]

IX:4.5. O espaço envolvente da casa

A análise efectuada revelou que o espaço envolvente destas casas apresenta frequentemente elementos vegetais e/ou elementos construídos. No que respeita aos elementos vegetais, o mais frequente são os jardins (n = 7), encontrando-se também duas hortas e um quintal. Quanto aos elementos construídos são as garagens (n = 8) que predominam, seguindo-se os galinheiros (n = 3), os arrumos (n = 1) e os tanques (n = 1).

Irene Ribeiro, a propósito do “Pensamento Nacionalista do Arquitecto” do arquitecto Raul Lino, refere que os elementos vegetais são um elemento fulcral para a compreensão não só da arquitectura como da vivência dos espaços. A autora refere que, de entre estes, são os jardins os que apresentam maior importância e que Raul Lino se insurgiu contra a descaracterização do jardim português, defendendo que os jardins representam “o «... elemento civilizador que nos põe em contacto com o que há de mais delicado e misterioso na Natureza»”¹¹²⁶. Defende ainda que os jardins deveriam possuir as árvores típicas de cada região, bem como o uso de alegretes, bustos, e esculturas e outras estruturas típicas. O uso destes elementos anunciava os “encantos vegetais enquadramentos das casas portuguesas”. Assim, o uso de elementos vegetais constituía “um importante factor de harmonização do panorama citadino”¹¹²⁷. Verifica-se que o uso de árvores, principalmente a oliveira (típica de todo o país), tal como “a «casa portuguesa» e o povo que as experiencia, teriam uma identidade metafísica, uma alma especificamente nacional”¹¹²⁸.

¹¹²⁶ RIBEIRO, Irene – *Raul Lino. Pensador nacionalista da arquitectura*, p. 166.

¹¹²⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 167.

¹¹²⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 174.

IX.4.6. Considerações gerais

De um modo geral, os resultados encontrados são similares aos descritos na literatura. Tal verifica-se para aspectos relacionados com a localização espacial e temporal das obras, bem como para as suas características tipológicas, morfológicas e estéticas. No entanto, e apesar de o tema da “Casa Portuguesa” apresentar grande relevância para o panorama da arquitectura nacional, foram poucos os autores que o aprofundaram, em particular para a cidade do Porto. Os poucos autores que se dedicam a este estudo fazem-no no contexto da arquitectura nacional desde os finais do século XIX, referindo a cidade do Porto através da Casa de Ricardo Severo. Estes trabalhos analisam o contexto e a importância desta obra na arquitectura nacional e brasileira a partir do século XIX, sendo de destacar o trabalho de Ana Vaz Milheiro¹¹²⁹. Será no entanto com Alexandra Trevisan que o estudo da “Casa Portuguesa” é alargado em termos de abordagem e de casos: para além da casa de Ricardo Severo são explorados exemplos de grande parte do período por nós estudado¹¹³⁰.

Os sucessivos estudos dedicados à Casa de Ricardo Severo justificam-se pelo facto de esta desempenhar um papel fulcral na polémica da campanha pela “Casa Portuguesa”. Apesar de ter sido amplamente criticada, foi fundamental para clarificar este problema, “justamente por não tentar a reconstrução de um tipo único ou vários tipos regionais de casa, mas pelo facto de proceder à junção de elementos tipológicos díspares, apontando ainda para um caminho possível de caracterização da «casa portuguesa»”¹¹³¹. Era assim entendida não como mais uma casa, mas como o modelo possível da “Casa Portuguesa”¹¹³², tendo sido o ponto de partida para a inserção desta estética no panorama da arquitectura portuense.

Por outro lado, a abordagem seguida por esses autores difere da utilizada no presente trabalho: enquanto é frequente a classificação *a priori* de determinadas obras como inserindo-se na estética da “Casa Portuguesa”, à excepção da inclusão da Casa Ricardo Severo os

¹¹²⁹ Os trabalhos mais representativos são da autoria de Rocha Peixoto, Abel Botelho, Silva Bastos João Barreira, nos inícios do século XX, Fernando Távora, a partir dos anos 40, e, mais recentemente, Pedro Vieira de Almeida, José Manuel Fernandes, Ana Vaz Milheiro, Luciana Palaes Mascaro, Joana Mello, Irene Ribeiro, Manuel Graça, Luiz Brackheuser ou Alexandra Trevisan e Maria Helena Maia.

¹¹³⁰ PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *Influências internacionais na Arquitectura Moderna no Porto (1926-1956)*.

¹¹³¹ ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel – *História da Arte em Portugal*, p. 46.

¹¹³² MAIA, Maria Helena; TREVISAN, Alexandra – *Casa Ricardo Severo*. Porto: Edições Caseiras/8, Centro de Estudos Arnaldo Araújo, 2004.

resultados apresentados baseiam-se na explicitação da intenção de construir mediante essa mesma estética. Esta perspectiva pode levar a que, numa análise mais detalhada, se explorem aspectos distintos dos até agora conhecidos e estudados.

Foram encontrados diversos pontos de convergência entre a “Casa Portuguesa” e a generalidade das construções de habitação na cidade do Porto durante o período em estudo. Estrutural e morfologicamente estes projectos enquadram-se na prática construtiva comum à época, e a aplicação de elementos de arquitecturas passadas e da arquitectura vernacular que caracterizam esta estética remetem-nos para referências históricas. Se por um lado esta semelhança pode ser interpretada como indicando que a não explicitação da estética da “Casa Portuguesa” não significa a sua ausência na conceptualização das obras, é de realçar que os autores das obras estudadas não se encontram claramente conotados com a “Casa Portuguesa”.

Assim, este capítulo vem colmatar uma lacuna importante no estudo da “Casa Portuguesa” na cidade do Porto. A interpretação dos resultados apresentados concomitantemente com os previamente descritos por outros autores seguindo metodologias distintas poderá fornecer novas visões e abrir linhas de investigação acerca da habitação portuense na primeira metade do século XX.

X. REFLEXÃO EM JEITO DE CONCLUSÃO

Nesta dissertação apresentaram-se a metodologia e os primeiros resultados do projecto de investigação “A arquitectura residencial portuense na primeira metade do século XX. Licenciamento de obras, autores, tipologias e morfologias”. Partindo da identificação da necessidade de um estudo abrangente sobre o tema, pretendeu-se estudar a arquitectura e as formas de habitar e pensar a cidade tendo por base os processos de licenciamento de obras particulares referentes à construção de habitação de raiz durante o período. Considerando-se esta uma fonte fundamental para um entendimento coeso da arquitectura, os resultados apresentados (gerais e os três casos de estudo) constituem uma mais-valia para o enriquecimento da história da arquitectura.

Não obstante o foco numa análise sistemática, que conduz este projecto de investigação desde o seu início, considera-se pertinente concluir esta dissertação com uma descrição mais reflexiva e integradora dos principais resultados obtidos. Apresentaram-se igualmente algumas linhas de investigação para trabalho futuro.

Conforme descrito no capítulo dedicado à caracterização da habitação na cidade do Porto, a legislação e os estudos existentes à época assentam principalmente nas preocupações de higiene sanitária e tinham como objecto principal as construções de casas em ilha. Apesar de no início do século XX existir alguma legislação relativa à construção, verifica-se que é a partir da década de 10 que esta se intensifica, sendo os novos diplomas em grande parte relacionados com a introdução de novos materiais e técnicas no processo construtivo. Foi notória a influência do RSEU e de algumas posturas municipais relativas a obras particulares nos processos de licenciamento. No entanto, as preocupações e a tentativa de solucionar os diversos problemas com a habitação social mantiveram-se ao longo de todo o período estudado, intensificando-se com o início do Estado Novo, através da promoção da habitação económica.

Ao longo da primeira metade do século XX nota-se uma evolução gradual dos processos de licenciamento de obras, quer em termos de forma, quer de conteúdo. Inicialmente tratavam-se de processos em que a memória descritiva e a declaração de segurança dos operários eram os elementos mais valorizados. Com o avançar dos anos os processos tornaram-se mais

completos e complexos, sendo progressivamente mais frequente a inclusão das peças desenhadas (que se vão, também tornando cada vez mais elaboradas) e dos projectos das estruturas e de saneamento. Verifica-se também que existe sempre uma grande preocupação com a lei e os regulamentos em vigor, nomeadamente pela referência explícita e transcrições de partes destes diplomas. No entanto, é de salientar que entre meados da década de 10 e meados da década de 20 é pouco frequente a existência da declaração de um técnico que assumisse a segurança das obras e dos operários, apesar de os regulamentos o exigirem. Globalmente, as memórias descritivas eram parcas em informação, sendo muito semelhantes entre si e, principalmente, entre licenças dos mesmos técnicos. As memórias descritivas dos arquitectos e dos engenheiros tendem a ser mais pormenorizadas que as dos projetistas com outras formações.

A construção de habitações segue, de um modo geral, as características referidas na literatura para a expansão da cidade. Os resultados que apresentámos permitem uma análise mais detalhada da forma como decorreu a expansão em termos arquitectónicos e urbanísticos. Com base nos resultados referentes à análise global dos processos de licenciamento e à análise tipológica, é agora possível uma caracterização geo-espacial diferenciada das diferentes formas de pensar a habitação. Independentemente da tipologia, é nas freguesias peri-centrais de Cedofeita, Santo Ildefonso e Bonfim que se verifica maior número de construções. A predominância da habitação unifamiliar faz com que para esta tipologia sejam mais claramente identificáveis outras zonas de expansão, nomeadamente a freguesia central da Vitória e as freguesias periféricas de Paranhos, Campanhã e Foz do Douro. Nos casos em que a habitação era pensada para mais do que uma família, predominam os grupos de habitações geminadas, em banda ou em conjunto. Salienta-se também que, ao longo do período estudado, a relevância da habitação plurifamiliar vai aumentando. Conforme anteriormente referido, a sistematização de dados efectuada irá permitir, em trabalho futuro, a análise mais aprofundada das diversas tipologias, de forma análoga ao efectuado para as quintas e casas de lavoura, bem como a análise das diferentes tipologias e sua evolução temporal em artérias ou zonas específicas, tal como efectuado para a Rua de Santa Catarina.

É ao nível das tipologias que nos parece fundamental salientar o que entendemos ser uma limitação deste trabalho. A classificação em uni-, bi- ou plurifamiliar baseou-se no número de unidades habitacionais por licença, e não por unidade residencial. Conforme referido, esta opção metodológica teve origem simultaneamente no interesse em estudar a forma de pensar a

habitação e na dificuldade em efectuar esta classificação com base nas unidades residenciais (veja-se a sub-secção V.3). Não obstante, este aspecto deve ser tido em consideração na comparação com outros trabalhos.

Relativamente aos intervenientes no processo construtivo, ao nível dos requerentes verificou-se uma predominância da encomenda privada. No entanto, são de destacar as encomendas efectuadas por sociedades, cooperativas e companhias ligadas à promoção da habitação. Para além de corresponderem a uma proporção relevante dos processos analisados, verifica-se que, ao longo do período estudado, estas entidades vão ganhando maior protagonismo. Para tal terão contribuído, entre outros factores, os incentivos estatais focados na habitação económica, à qual estes requerentes se encontram fortemente associados. Dadas as particularidades deste tipo de encomenda, ele será posteriormente objecto de análise individualizada.

Quanto aos técnicos envolvidos no processo construtivo, assiste-se a uma diminuição progressiva da influência dos mestres de obras, concomitantemente à maior participação de arquitectos e engenheiros. Para estes resultados contribuiu a crescente exigência na formação destes grupos profissionais e as imposições legais que foram surgindo. Sendo nossa intenção analisar de que modo os diferentes grupos profissionais se distinguem na forma de projectar a habitação, a recolha exaustiva da identificação destes intervenientes permitirá avaliar quais as diferenças efectivamente relacionadas com estes grupos, e quais as que possam ser influenciadas pela diferente relevância que os mesmos assumem ao longo dos anos. Por exemplo, a introdução dos novos materiais e técnicas construtivas estará certamente associada a habitações projectadas por arquitectos e engenheiros dado que ocorre mais tardiamente, quando estes têm já um papel de destaque; no entanto, será interessante analisar até que ponto estes dois grupos profissionais poderão ter incluído mais precocemente nas suas obras esses materiais e técnicas, bem como se se verificaram mudanças a esse nível nas obras projectadas por mestres de obras em diferentes períodos.

Ainda relativamente aos intervenientes no processo construtivo, destacamos a importância da inventariação feita dos directores de obra e autores dos projectos de arquitectura e de engenharia. O preenchimento desta lacuna permite que se aprofunde o conhecimento de autores já conhecidos (como Joaquim Jorge Mendes e António Alla, que verificámos serem os autores de maior número de projectos de arquitectura e engenharia, respectivamente) e que

sejam estudados muitos outros, ainda pouco conhecidos da historiografia, ampliando o conhecimento da produção arquitectónica.

Os aspectos morfológicos da habitação foram alvo de análise nos casos de estudo apresentados. Contudo, considera-se pertinente apresentar neste capítulo uma visão global dos mesmos, resultante de uma análise mais processual efectuada ao longo desta investigação. De um modo geral, podemos concluir que o espaço doméstico evoluiu ao longo do período estudado, acompanhando e adaptando-se às transformações da vida privada e social, que se refletem no desenho das plantas e, consequentemente, na organização interna da habitação.

Os projectos são pensados e organizados, grosso modo, em duas vertentes: a habitacional e a de circulação. O sistema de circulação é formado pelas comunicações horizontais e verticais. As comunicações verticais são feitas essencialmente através de escadas, que fazem a ligação entre o exterior e o interior e entre pisos; em casos mais tardios começa a surgir referência a ascensores. Por sua vez, as comunicações horizontais mais frequentes consistem em corredores, halls e vestíbulos. Estes são elementos estruturantes da planta, em torno dos quais se distribuem os restantes espaços. É também de salientar serem frequentes alguns elementos de ligação entre o exterior e a habitação, como as pérgolas, os portais, os alpendres, os halls, as entradas, as antecâmaras ou os vestíbulos.

Ao longo dos anos o espaço interno da casa é cada vez mais pensado de acordo com a procura de uma melhor articulação entre os diferentes espaços e de uma melhoria nas condições de higiene. Existe também uma constante necessidade de individualização dos espaços, com crescente diferenciação dos compartimentos. Uma das vertentes desta diferenciação prende-se com a hierarquização social, nomeadamente com a separação entre divisões destinadas aos habitantes e aos empregados (incluindo-se nestas últimas as relacionadas com os serviços de manutenção da casa), e entre os espaços destinados a receber visitas e os destinados exclusivamente aos habitantes. Estruturalmente, esta hierarquização reflete-se na distribuição das divisões pelos pisos e na orientação de compartimentos específicos, passando alguns dos que se localizavam junto das fachadas voltadas para a rua para junto das fachadas posteriores. Este tipo de divisão é, obviamente, mais notório nas habitações unifamiliares destinadas a grupos de estatuto socioeconómico mais elevado, como por exemplo nos palacetes. Pelo contrário, nas casas mais simples, habitadas pelas classes de menores rendimentos, esta separação de espaços não é tão evidente. Ainda, noutros casos, dos quais se salientam os

correspondentes a habitação económica e as casas em “andares”, existe divisão dos espaços domésticos, mas sobretudo em duas áreas: zonas comuns e zonas íntimas.

Nos casos em que se verifica maior hierarquização da estrutura interna da habitação, os espaços comuns ou de recepção encontram-se predominantemente no piso de acesso ao exterior, sendo constituídos pelos elementos referidos no sistema de circulação. Em habitações cujos habitantes possuem maiores recursos económicos encontramos ainda outros tipos de espaços comuns, como salas de estar, de receber, de fumo, de música ou de bilhar, salões, escritórios ou jardins de inverno. A maioria destes espaços localizam-se voltados para a via pública e, no caso dos escritórios ou sala de fumo, nas entradas da casa; outros são mais frequentes junto das fachadas posteriores, voltados para os jardins ou logradouros, como os salões e os jardins de inverno.

Os espaços íntimos (destinados exclusivamente aos habitantes) localizam-se principalmente nos pisos superiores, podendo no entanto ser também encontrados no piso de acesso ao exterior da habitação. Estes espaços são claramente diferenciadores de classes sociais, sendo tão mais complexos quanto mais elevado o estatuto dos proprietários. Os quartos de dormir, por exemplo, quando pertencentes a habitações de maiores dimensões, são por vezes complementados por quartos de vestir, roupeiros, toilettes ou quartos de banho; noutros casos, estas zonas complementares funcionam como zonas autónomas do espaço doméstico. É também no espaço íntimo que se encontram alguns compartimentos relacionados com a religiosidade, como os oratórios e os altares.

Os espaços de serviço encontram-se quase sempre remetidos para as extremidades verticais da casa, isto é, para as caves e/ou águas-furtadas. As áreas de serviço incluem as cozinhas, as copas, as despensas, quartos de arrumos, lavadouros, locais para engomar, os quartos e as instalações sanitárias destinadas aos empregados, as caves, as garagens e os sótãos. Realce-se que, independentemente da tipologia, tanto as cozinhas como as instalações sanitárias se encontram nas extremidades horizontais das habitações, evitando assim a contaminação dos restantes espaços com fumos ou odores. Em muitos casos estes compartimentos encontram-se mesmo em corpos autónomos ou adjacentes às fachadas posteriores. A partir da segunda década do século XX começa a ser frequente encontrar as instalações sanitárias incorporadas no espaço doméstico, enquanto que anteriormente era mais frequente estarem localizadas numa das extremidades das varandas posteriores.

Os edifícios destinados à habitação “em altura” apresentam algumas especificidades dignas de nota, sobretudo ao nível do piso térreo, que “comanda” a distribuição dos restantes pisos. Neste piso, que poderia ou não possuir funções não habitacionais, era comum encontrar os corredores e os halls de entrada que davam acesso às escadas (ou aos elevadores) que comunicavam verticalmente com os outros pisos, às galerias e às instalações comuns. Estes edifícios podem apresentar diversas estruturas: alguns prédios são compostos por apenas uma unidade habitacional por piso (as chamadas “casas em andares”); outros têm duas unidades habitacionais por piso; outros ainda apresentam soluções mais complexas, com três ou mais unidades habitacionais por piso, sendo este caso mais frequente a partir dos anos 30. Com a banalização desta tipologia (edifícios “em altura”) e com o aumento de unidades habitacionais por piso, assiste-se à diminuição das áreas de habitação e de serviços e de alguns elementos de circulação, e até mesmo ao quase total desaparecimento de alguns compartimentos, como as sala de fumo, as bibliotecas ou as salas de música. A tendência geral é para uma crescente padronização deste tipo de habitação, que passa a ser composto essencialmente por uma sala comum, um ou mais quartos, área de serviço (cozinhas e instalações sanitárias, localizadas na parte posterior da unidade habitacional ou voltadas para os pátios interiores ou saguões) e um sistema de circulação interno bastante simples.

Quanto à morfologia do espaço envolvente da casa, isto é, dos logradouros, estes apresentam diferentes possibilidades de organização e composição, que variam de acordo com a tipologia, o modo de implantação do edifício na malha urbana e o estrato socioeconómico dos seus encomendantes. Em termos de elementos vegetais e elementos construídos era frequente encontrar nestes espaços: quintais, jardins, hortas/ campos, lagos, estufas, pátios, garagens, oficinas, anexos, armazéns e barracões para arrumos, capoeiras, tanques, poços e WC.

Como seria de esperar, foram encontradas diferentes linguagens artísticas, reflexo dos gostos das diferentes épocas, do gosto individual dos proprietários, e da visão que os projectistas tinham da habitação. Entendemos que o estudo dos aspectos estéticos, pela multiplicidade de elementos passíveis de análise, deve centrar-se sobretudo em casos concretos, tal como fizemos para os três casos de estudo. No entanto, foi possível verificar aspectos gerais que, de algum modo, caracterizam a evolução estética ocorrida na cidade do Porto durante o período em estudo e que, tal como para os aspectos morfológicos, consideramos relevante apresentar neste capítulo.

Até aos anos 20 verificou-se a predominância de linguagens estilísticas que caracterizam as correntes “neo”, ecléticas e revivalistas, o gosto pelas *Beaux-Arts* e pela Arte Nova, em articulação com os esquemas decorativos oitocentistas que predominavam na cidade. As habitações baseadas nesta estética coexistem com outras de carácter mais simples e sóbrio. Esta mistura de estilos representa não só o panorama cultural da época como a interpretação que os projectistas faziam dessas correntes. De entre as correntes e estilos referidos, destaca-se, pela sua predominância, a Arte Nova. Tal não significa, contudo, que se tenham construído habitações que seguissem integralmente esta corrente; pelo contrário, ela revela-se sobretudo ao nível da ornamentação pontual das fachadas. Os elementos que mais revelam este gosto são: o trabalho em cantaria (usado em peças estruturais e em elementos ornamentais, sob a forma de baixos-relevos), a serralharia em ferro fundido ou forjado (nas guardas das varandas, janelas, bandeiras e postigos, em estufas ou muros de vedações) e a azulejaria. Estes elementos apresentam uma iconografia característica, marcada pela linearidade, ondulação, e temáticas naturalistas, vegetalistas e animais.

A partir dos anos 20, os alçados começam a apresentar influência das *Artes Déco*. Paulatinamente, começa-se a romper com os sistemas vigentes e introduz-se na arquitectura do Porto uma linguagem de teor Moderno, inicialmente ao nível decorativo, e passando gradualmente para uma linguagem mais despojada de ornamentação, reflexo do Modernismo Radical. Esta nova estética estava associada aos novos materiais construtivos, como o cimento armado. Também a expressão das *Artes Déco* se faz sobretudo através do trabalho em cantaria (embora, por motivos económicos, os trabalhos em cantaria comecem a ser substituídos pela utilização de cimento), em ferro fundido ou forjado, e do azulejo. No entanto, a iconografia passa a assentar numa elevada geometrização e estilização das formas e em alguns elementos desenhados específicos, como as fontes e as *corbeille*. Contribuiu também para esta imagem de modernidade o aparecimento de maior número de fachadas rebocadas. Esta “arquitectura do reboco” ganha maior expressividade na arquitectura portuense a partir dos anos 30, dando maior luminosidade às fachadas, por oposição ao granito. Para esta luminosidade e imagem moderna contribuíram o revestimento em azulejo, na totalidade ou em partes específicas das fachadas, e a utilização do mármore, apesar de este último ser aplicado quase sempre de forma pontual, por exemplo em envasamentos.

Ainda na década de 30, assiste-se ao aparecimento de projectos que revelam influências do espírito racional e purista do Movimento Moderno internacional. Esta influência surge inicialmente nos edifícios de habitação unifamiliar, mas é principalmente com a valorização dos prédios de habitação colectiva, com a nova forma de pensar a casa, com o aparecimento de novos vocabulários e técnicas construtivas e com a necessidade de maior rapidez na construção que se vai implantar. Consequentemente, este tipo de arquitectura irá ser mais frequente nos desenhos dos alçados da década de 40. Para além do despojamento de ornamentação, é característico um desenho com maior nível de abstracção e em que se acentua o jogo de claro-escuro. São frequentemente utilizados elementos que se destacam das fachadas, corpos salientes, frestas verticais rasgadas directamente no reboco correspondentes às caixas de escadas, as janelas “em óculo” com barras horizontais em ferro, e coberturas planas.

De um modo geral, verifica-se a coexistência de expressões artísticas e linguagens estéticas bastante diferentes. Simultaneamente à construção de edifícios de traça moderna continuam a encontrar-se projectos de maior simplicidade, marcados pela permanência das formas e linguagens tradicionais da cidade, bem como projectos que procuram dar um cunho nacionalista à arquitectura. Destes últimos, é de relevar o uso de vocabulário e formas que revelam as interpretações que os projetistas deram ao conceito de “Casa Portuguesa”, e que foi objecto de estudo na presente dissertação.

Esta coexistência de estilos reflete-se, a nível de evolução temporal, na simultaneidade de permanência e inovação na arquitectura residencial do Porto na primeira metade do século XX. Como principais aspectos que permanecem do século anterior e se mantêm de forma mais ou menos constante ao longo do período em estudo destacamos a predominância do uso de diversos materiais e técnicas construtivas: pedra, principalmente o granito, em alvenaria e/ou perpiano, madeiras (pinho e riga), materiais e técnicas de isolamento e revestimento, argamassas, estuque, reboco e tinta.

Com o avançar dos anos tornam-se comuns o emprego do tijolo, do cimento-armado, e do betão-armado, ainda que este último seja ainda usado apenas em elementos pontuais, como lajes de compartimentos onde o risco de incêndio era maior, escadas e coberturas das garagens. A introdução dos novos materiais não representou um corte radical na forma de

projectar e construir. As alterações no sistema estrutural e construtivo começam primeiramente por se verificar de forma pontual, e só mais tarde na sua estrutura completa.

A inovação não se verifica apenas ao nível do uso dos novos materiais e técnicas construtivas. Vai-se também assistindo a uma actualização dos sistemas morfológicos, que se adaptam às novas realidades habitacionais e, como referido, aos princípios do Movimento Moderno. Os projectistas foram moldando a sua visão da habitação e da arquitectura a estas mudanças, integrando-as com as formas e linguagens tradicionais e com o gosto dos encomendantes. A sistematização de toda a informação constante nos processos de licenciamento também no que respeita aos materiais e técnicas utilizados permitirá um estudo rigoroso da forma como o equilíbrio entre tradição e modernidade se foi alterando ao longo dos anos.

Conforme referido inicialmente, o trabalho apresentado constitui apenas o início de um projecto que permitirá alcançar uma compreensão aprofundada da arquitectura residencial do Porto na primeira metade do século XX. Parece-nos, contudo, adequado considerar que os resultados apresentados contribuem já de forma clara para esse objectivo. Os três casos de estudo demonstram as inúmeras possibilidades de trabalho futuro, enquanto que os resultados gerais relativos às tipologias e intervenientes permitem traçar um perfil abrangente daquilo que foi a construção na cidade do Porto durante esse período. Globalmente, a presente dissertação assume-se como um contributo para o conhecimento da cidade do Porto na primeira metade do século XX no que respeita à história da arquitectura habitacional e caracterização da paisagem da cidade.

REFERÊNCIAS

Fontes (citadas e consultadas)

Fontes manuscritas

Correspondência (Arquivo Histórico Casa do Infante – Câmara Municipal do Porto)

Documento enviado pelo presidente da Junta de Freguesia do Bonfim à Câmara Municipal e respectiva resposta (1946). D-CMP-02-221-001 a 003.

Registos (Arquivo Geral – Câmara Municipal do Porto)

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – D.S.U.O. – *Registo de Inscrição de Técnicos. Edificações Urbanas.* 1942/43. L/E 261.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – D.S.U.O. – *Registo de Inscrição de Técnicos. Edificações Urbanas.* 1944/45. L/E 262.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – D.S.U.O. – *Registo de Inscrição de Técnicos. Edificações Urbanas.* 1946. L/E 263.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – D.S.U.O. – *Registo de Inscrição de Técnicos. Edificações Urbanas.* 1947/48. L/E 264.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO. – D.S.U.O. – *Registo de Inscrição de Técnicos. Edificações Urbanas.* 1941. L/E 260.

Correspondência (Arquivo da Faculdade de Belas Artes do Porto)

Correspondência com o Governo, 1837-1911.

Pareceres (Arquivo da Faculdade de Belas Artes do Porto)

Parecer da Academia Portuense de Bellas Artes sobre uma reforma de ensino, enviado ao Ministério do Reino, 1880.

Projectos (Arquivo da Faculdade de Belas Artes do Porto)

Projecto de Organização da Academia Portuense de Bellas Artes, 1876.

Projecto de reforma enviada pela Academia Portuense de Bellas Artes ao Ministério do Reino, 1907 e 1908.

Regulamentos (Arquivo da Faculdade de Belas Artes do Porto)

Regulamento interno da Academia Portuense de Bellas Artes, 1897.

Actas e livros de registo, cadastro e programas (Arquivo e Biblioteca do Instituto Superior de Engenharia do Porto)

Copiador dos regulamentos e programas do Instituto Industrial do Porto, 1870.

Livro de registo dos programas dos concursos do Instituto Industrial do Porto, 1870-1913.

Livros de cadastro de todo o pessoal do Instituto Industrial e Comercial do Porto, 1889-1917.

Pasta de cadastro do pessoal Instituto Industrial e Comercial do Porto, 1916-1918.

Fontes manuscritas e gráficas

Licenças de obras (Arquivo Histórico Municipal do Porto – Casa do Infante)

Livros de Plantas de Casas n.ºs 160 a 219, relativos aos anos 1900 a 1908, [D-CMP-07-0160 a D-CMP-07-0219]. [Disponível no Arquivo Histórico Municipal do Porto – Casa do Infante, Porto, Portugal].

Livros de Licenças de Obras Particulares n.ºs 220 a 676, relativos aos anos 1909 a 1938, [D-CMP-09-0001 a D-CMP-09-0980]. [Disponível no Arquivo Histórico Municipal do Porto – Casa do Infante, Porto, Portugal].

Licenças de obras (Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto)

Licenças de Obras Particulares correspondentes aos anos de 1939 a 1948. [Disponível no Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto, Porto, Portugal].

Fontes impressas

Documentos legislativos

- Compilações

Diário do Governo (1800 a 1910)

Diário da República (1910-1980)

Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944.

- **Constituição**

Constituição de 1933, *Diário do Governo* de 22 de Fevereiro de 1933.

- **Decretos e Decretos-Leis**

Decreto de 25 de Outubro de 1836.

Decreto de 22 de Novembro de 1836.

Decreto de 11 de Janeiro de 1837.

Decreto de 12 de Janeiro de 1837.

Decreto de 13 de Janeiro de 1837.

Decreto de 30 de Dezembro de 1852.

Decreto de 3 de Outubro de 1864.

Decreto de 20 de Dezembro de 1864.

Decreto de 30 de Dezembro de 1869.

Decreto de 30 de Dezembro de 1886.

Decreto de 6 de Junho de 1895.

Decreto de 20 de Outubro de 1898.

Decreto de 24 de Outubro de 1901.

Decreto de 3 de Novembro de 1905.

Decreto de 26 de Maio de 1911.

Decreto n.º 4036, de 28 de Março 1918.

Decreto n.º 4036, de 3 de Abril de 1918.

Decreto n.º 4137, de 25 Abril de 1918.

Decreto n.º 4554, de 6 de Julho de 1918.

Decreto n.º 5047, de 30 de Novembro de 1918.

Decreto n.º 6099, de 15 de Setembro de 1919.

Decreto n.º 7036, de 17 de Novembro de 1920.

Decreto n.º 971, de 17 de Maio de 1920.

Decreto n.º 7039, de 17 de Novembro de 1920.

Decreto n.º 7332, de 29 de Janeiro 1921.

Decreto n.º 9203, de 1 de Novembro de 1923.

Decreto n.º 11 089, de 17 de Setembro de 1925.

Decreto n.º 11 988, de 29 de Julho de 1926.

Decreto n.º 13 080, de 28 de Janeiro de 1927.

Decreto-Lei n.º 14 268, de 13 de Setembro de 1927.

Decreto n.º 15 089, de 29 de Fevereiro de 1928.

Decreto n.º 15 819, de 8 de Agosto de 1928.

Decreto n.º 16 055, de 12 de Outubro de 1928

Decreto n.º 16 085, de 29 de Outubro de 1928.

Decreto n.º 16 171, de 29 de Novembro de 1928.

Decreto n.º 16 946, 8 de Junho de 1929.

Decreto n.º 19 161, de 23 de Dezembro de 1930.

Decreto n.º 20 328, de 21 de Setembro de 1931.

Decreto n.º 22 739, de 26 de Junho de 1933.

Decreto-Lei n.º 23 052, de 23 de Setembro de 1933.

Decreto n.º 25 948, de 16 de Outubro de 1935.

Decreto n.º 26 347, de 11 de Fevereiro de 1936.

Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho 1936.

Decreto-Lei n.º 29 782, de 27 de Julho 1939.

Decreto-Lei n.º 33 021 de 2 de Setembro de 1943.

Decreto-Lei n.º 33 278, de 24 de Novembro de 1943.

Decreto-Lei n.º 34 486, de 6 de Abril de 1945.

Decreto n.º 34 607, de 15 de Maio de 1945.

Decreto-Lei n.º 35 106, de 6 de Novembro de 1945.

Decreto-Lei n.º 35 721, de 26 de Junho de 1946.

Decreto-Lei n.º 35 732, de 4 de Julho de 1946.

Decreto-Lei n.º 36 212, de 7 de Abril de 1947.

Decreto n.º 37029, de 25 de Agosto de 1948.

Decreto-Lei n.º 37 750, de 4 de Fevereiro de 1950.

Decreto n.º 40 526, de 8 de Fevereiro de 1956.

Decreto n.º 830/74, de 31 de Dezembro de 1974.

Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro de 1989.

Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro de 2002.

Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de Março de 2004.

- **Leis**

Lei de 31 de Dezembro de 1864, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944.

Lei n.º 671, de 6 de Abril de 1916, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944.

Lei n.º 1670, de 15 de Setembro de 1924.

Lei n.º 2007, de 7 de Maio de 1945.

Lei n.º 2025, de 15 de Junho de 1947.

Lei n.º 2043, de 10 de Julho de 1950.

Lei n.º 21/2010, de 23 de Agosto de 2010.

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro de 2013.

- **Portarias**

Portaria de 20 de Dezembro de 1901.

- **Propostas**

Proposta de 14 de Agosto de 1941, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944.

- **Editais Municipais**

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais de 10 de Dezembro de 1923*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais de 15 de Março de 1837*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais de 15 de Setembro de 1906*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais de 18 de Março de 1926*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais de 21 de Maio de 1907*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais de 24 de Maio de 1929*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais de 26 de Agosto de 1835*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais de 26 de Setembro de 1908*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais de 28 de Abril de 1931*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais de 28 de Janeiro de 1929*, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais de 5 de Abril de 1927*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais de 8 de Junho de 1912*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais n.º 12/47*. Porto: Boletim da Câmara Municipal do Pôrto, Ano XI, n.º 609, 1947.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais n.º 14/47*. Porto: Boletim da Câmara Municipal do Pôrto, Ano XII, n.º 610, 1947.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais n.º 16/43*. Porto: Boletim da Câmara Municipal do Pôrto, Ano VIII, n.º 399, 1943.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais n.º 19/43*. Porto: Boletim da Câmara Municipal do Pôrto, Ano VIII, n.º 403, 1943.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais n.º 2/43*. Porto: Boletim da Câmara Municipal do Pôrto, Ano IX, n.º 416, 1944.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Editais n.º 20/43*. Porto: Boletim da Câmara Municipal do Pôrto, Ano VIII, n.º 403, 1943.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Edital n.º 26 de 30 de Abril de 1937*. Porto: Boletim da Câmara Municipal do Pôrto, Ano II, n.º 61, 1937.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital n.º 6/42 de 9 de Maio de 1942, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital n.º 6/44 de 14 de Março de 1944, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital n.º 7/42 de 9 de Maio de 1942, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Edital n.º 8/41*. Porto: Boletim da Câmara Municipal do Pôrto, Ano VI, n.º 277, 1941.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital n.º 9/41, de 21 de Agosto de 1941, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – Edital n.º 9/43 de 26 de Maio, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944.

Livros da Série Editais, vários volumes.

Livros de recortes de notícias. Sessões da Câmara, vários volumes.

- **Posturas Municipais**

A Câmara Municipal da Antiga, Muito Nobre, Sempre Leal, e Invicta Cidade do Porto faz publicas as seguintes Posturas estabelecidas por acordãopara manter a limpeza, policia e ordem geral, na certeza de que estão tomadas as devidas providências para que as Penas Comminadas serão competentemente impostas a todos os transgressores. 1839.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Código de Posturas do Municípaís do Porto: Aprovado em Secção da Câmara Municipal de 25 de Janeiro de 1889*. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1889.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Código de Posturas do Município do Porto*. porto: Typographia e Papelaria Rebello, 1905.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Código de Posturas Municipaes do Porto*. Porto: Typograohia da Revista, 1855.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Código de Posturas Municipaes do Porto: Aprovado por accordão do Conselho do Districto de 4 de Março de 1869*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1869.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Disposições Posturas Avulso*. Porto: Typographia Universal de Figueirinhas & C.^a, 1910.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Postura sobre obras particulares na cidade de 1 de Outubro de 1924*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Posturas sobre saliências das fachadas dos edifícios confinantes com a via pública*. Separata Boletim da Câmara Municipal do Pôrto. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1949.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO; REYS, H. D. E. S. – *Index das Posturas ou Acordãos Municipais*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1851.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO; REYS, H. D. E. S. – *Index Posturas e Acordãos N.º 2*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1849.

Código de Posturas do Municípios do Porto: Aprovado em Secção da Câmara Municipal de 25 de Janeiro de 1896.

Código de Posturas do Município do Porto: Publicado por Edital de 11 de Fevereiro de 1905.

- **Regulamentos**

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Regulamento de Saliências das Edificações Urbanas*. Separata do Boletim Municipal. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1958.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Instalação do Saneamento Urbano – Regulamento do Municipio do Pôrto, aprovado em sessão de 30 de Maio de 1925*. (Câmara Municipal do Pôrto). Porto: Imprensa Social. Secção da Casa do Povo Portuense. 1926.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Regulamento de Obras Particulares: aprovado em sessão de 18 de Janeiro de 1929*. Porto: Tipografia Mendonça, 1929.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES – *Regulamento do Serviço de Saneamento da Cidade do Porto*. Portaria de 29 de Novembro de 1943, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto: Edições Lopes da Silva, 1944.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE OBRAS PUBLICAS – *Modificações ao Decreto de 6 de Junho de 1895 sobre o serviço de inspecção e vigilância para a segurança dos operários nos trabalhos das construcções civis. Aprovado por Decreto de 20 de outubro de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários nos trabalhos de construção civis. Aprovado por Decreto de 6 de Junho de 1895*, 2.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS. REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS – *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*. Aprovado por Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.

Regulamento Geral das Edificações Urbanas. Aprovado pelo Cecreto-Lei n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951. Porto: Porto Editora, [s.d.].

Regulamento Geral das Edificações Urbanas. Aprovado pelo Cecreto-Lei n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951. Porto: Porto Editora, [s.d.].

Regulamento Geral de Abastecimento de Água, Portaria n.º 10 367, de 14 de Abril de 1943, in *Edificações Urbanas. Legislação geral de uso corrente; regulamentos e posturas das câmaras municipais de Lisboa, Pôrto e Coimbra*. Porto, Edições Lopes da Silva, 1944.

Regulamento Geral dos Serviços e Benificencia Pública. 24 de Dezembro de 1901.

Monografias e artigos em publicações periódicas

1.º CONGRESSO NACIONAL DE ARQUITECTURA. MAIO/JUNHO DE 1914. PROMOVIDO PELO SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS COM O PATROCINIO DO GOVERNO. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e votos do congresso. Lisboa: 1948.

ABREU, José Miguel – *Apontamentos acerca do ensino do desenho industrial no Porto*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

ACADEMIA NACIONAL DE BELL ARTES – *Compilação da legislação*. Lisboa: Tip. da ENP, 1900.

ACADEMIA NACIONAL DE BELL ARTES – *Compilação da legislação*. Lisboa: [s.l.], 1960.

ALBUQUERQUE, L. da S. Mouzinho – *Guia do Engenheiro na construção das pontes de pedra*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843.

AMARAL, Keil – Do engenheiro e sua definição, in revista *Técnica*, n.º 195, 1949.

Anais da Faculdade de Ciências do Porto (antigos Annaes Scientificos da Academia Polytechnica do Porto, vols 15 a 34. 1927 a 1949.

Anais da Faculdade de Ciências do Porto (antigos Annaes Scientificos da Academia Polytechnica do Porto, vols 15 a 34. 1927 a 1949.

Annaes Scientificos da Academia Polytechnica do Porto, vols 1 a 14. 1905 a 1920.

Annuario da Academia Polytechnica do Porto. 1877 a 1911.

Annuario do Commercio do Porto. Para a cidade do Porto, Gaya e demais concelhos do districto. Contento: Todas as indicações officiais, commerciaes e industriaes, inclusivè os addresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 8:000 nomes individuaes nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Editor e Proprietario Manoel Pinto de Sousa Lello, Imprensa Moderna, 1911.

Anuario do Commercio do Porto. Para a cidade do Porto, Gaya e demais concelhos do districto. Contento: Todas as indicações oficiais, commerciaes e industriaes, inclusivè os addresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 8:000 nomes individuaes nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Editor e Proprietario Manoel Pinto de Sousa Lello, Imprensa Moderna, 1912.

Anuario do Commercio do Porto. Para a cidade do Porto, Gaya e demais concelhos do districto. Contento: Todas as indicações oficiais, commerciaes e industriaes, inclusivè os addresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 8:000 nomes individuaes nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Editor e Proprietario Manoel Pinto de Sousa Lello, Imprensa Moderna, 1913.

Anuario do Commercio do Porto. Para a cidade do Porto, Gaya e demais concelhos do districto. Contento: Todas as indicações oficiais, commerciaes e industriaes, inclusivè os addresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 8:000 nomes individuaes nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Editor e Proprietario Manoel Pinto de Sousa Lello, Imprensa Moderna, 1914.

Anuario do Commercio do Porto. Para a cidade do Porto, Gaya e demais concelhos do districto. Contento: Todas as indicações oficiais, commerciaes e industriaes, inclusivè os addresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 8:000 nomes individuaes nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Editor e Proprietario Manoel Pinto de Sousa Lello, Imprensa Moderna, 1915.

ANTAS, Álvaro Cândido Furtado de – *Insalubridade do Porto*. Dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Officinas do Comércio do Porto, 1902.

ANTAS, Azeredo; MONTEROSO, Manuel – *A salubridade habitacional no Porto (1929-1933)*. Lisboa: Inspeção de Saúde do Porto, Ministério do Interior, Direcção-Geral de Saúde, 1934.

ARROIO, António José – *Relatório sobre o Ensino Industrial e Commercial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

Associação dos Engenheiros Civis Portugueses. Estatutos, in *Revista de Obras Públicas e Minas*, n.^{os} 571-576, 1917.

AUZELLE, Robert – *Plano de Urbanização da Cidade do Porto*. Porto: Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto, 1962.

AVELAR, António Maria de – *Instituto Industrial e Commercial de Lisboa. Programas....* Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

BARBOSA, Daniel V. – Arquitectos e engenheiros, in revista *Técnica*, n.º 202, 1950.

BARBOSA, Daniel V. – O engenheiros, o arquitecto e a construção, in revista *Técnica*, n.º 237, 1953.

BARREIRA, João – *A habitação em Portugal*, in *Notas sobre Portugal*, vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909.

BARROS, Alexandre de (dir.) – *Anuario do Commercio do Porto. Para a cidade do Porto, Gaya e demais concelhos do districto. Contento: Todas as indicações oficiais, commerciaes e industriaes e mais de 7:000 nomes individuaes com moradas particulares, addresses telegráficos e números telephonicos.* Porto: Editor e Proprietario Manoel Pinto de Sousa Lello, Imprensa Moderna, 1905.

BARROS, José Augusto Corrêa de – *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto. Apresentado à Camara Municipal em secção extraordinária de 26 de Setembro de 1881, pelo seu presidente José Augusto Corrêa de Barros*. Porto: Typographia de António José da Silva Teixeira, 1881.

BASTO, Artur de Magalhães – O Porto de ontem e de hoje na vida económica nacional. Conferência pronunciada nos Estudos Portugueses em 14 de Maio de 1937, in *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. I, fasc. II. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1938.

BASTOS, Carlos – *Nova Monografia do Pôrto*. Porto: Companhia Portuguesa de Editora, 1938.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca – *Tabelas, regras, dados práticos e instruções para uso de engenheiros, condutores de trabalhos, construtores em geral dos Industriais*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

BERMUDES, A. R. Adães – *Discurso do sr. Adães Bermudes na sessão de 24 de Março de 1895, in Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses*, n.ºs 3 e 4. Lisboa: Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, 1895.

BERMUDES, A. R. Adães – IV Congresso Internacional dos Architectos, in *Anuário da Sociedade dos Architectos Portugueses*, vol. I. Lisboa: Sociedade dos Architectos Portugueses, 1905.

BRAGA, José Rodrigues – *Subsidios para hygiene da habitação. Ventilação, iluminação, aguas e remoção de immundicies*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Typographia Peninsular, 1894.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Planos de Melhoramento 1956-66*. Porto: Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramento. Câmara Municipal do Porto, 1966.

CAMPOS, Ezequiel – *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, L.^{da}, 1932.

CARQUEJA, Bento – O ensino técnico e profissional em Portugal, in *Comércio do Porto*, 1918.

CARVALHEIRA, Rosendo – Architectura – Rapido esboceto, in *Boletim de Architectura e Arqueologia da Raacap*, tomo IX, 4.^a série, n.º 3, 1901.

CARVALHO, A. L. Simões de – *A Exposição Industrial do Porto em 1865*. Porto: Typ. do Diário Mercantil, 1865.

CARVALHO, António Ferraz de – *Reformas do Ensino Universitário*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.

CARVALHO, João Lino de – *Construção Moderna, hygiene e habitação*. Lisboa: Typ. da Papelaria Palhares, 1898.

CARVALHO, João Lino de – *Construção Moderna, povoações salubres*. Lisboa: Typ. do Commercio, 1905.

CASTEL-BRANCO, Duarte (cord.) – *Porto. Projecto Cidade Nova. Plano Director Municipal*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993.

CASTRO, Aurora Teixeira de – *Monografia da Cidade do Pôrto*. Lisboa: Oficinas da Secção de Publicidade do Museu Comercial, 1926.

CATÁLOGO DO 1º SALÃO DOS INDEPENDENTES – Ilustrado com desenhos e comentários dos artistas e dos escritores modernistas & uma breve resenha de movimento moderno em Portugal. Lisboa, 1930.

CORREIA, A. A. Mendes – *As origens da Cidade do Porto (Cale, Portucale e Pôrto)*. 2.ª ed. Porto: Fernando Machado e Cª Editores, 1935.

COSTA, Dias – *O título de engenheiro*. Lisboa: Imprensa da Armada, 1928.

COSTA, Laurindinho – *A organização do ensino industrial e comercial*. Porto: Tipografia Artes e Letras, 1914.

COSTA, Pedro Celestino da – Do engenheiro e sua definição, in revista *Técnica*, n.º 193, 1949.

COSTA, Pedro Celestino da – Do engenheiro e sua definição, in revista *Técnica*, n.º 196, 1949.

COUTINHO, João – *Betão Armado. Um sistema de cálculo de vigas*. Lisboa: Livraria Férrin, 1924.

CUNHA, Luís – *Arquitectura Religiosa Moderna*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1957.

DIAS, Eduardo A. Rocha – *A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes desde a sua fundação até 11 de Novembro de 1898*. Lisboa: Typ. da Casa da Moeda e Papel Sellado, 1907.

DUARTE, Ricardo E. Teixeira – A profissão de engenheiro, in *Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 43, 1947.

ESCOLA DE BELLAS Artes de Lisboa – *Programa dos Cursos*. Lisboa: Tpy. Castro Irmão, 1882.

ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES DO PORTO – *Marques da Silva: Homenagem promovida pela Escola Superior de Belas Artes do Porto*. Porto: ESAP, 1953.

Estatutos da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses. Lisboa: Tipografia Minerva Central, 1896.

Estatutos da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses. Lisboa: [s.l.], 1950.

Estatutos da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses. Lisboa: [s.l.], 1950.

Estatutos de criação da Ordem dos Engenheiros. Lisboa, [s.l.], 1936.

FERREIRA, José Maria de Andrade – *A Reforma da Academia de Bellas Artes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

FERRO, Antonio – *Dez Anos de Política do Espírito*, 1933-43. Lisboa: SPN, 1944.

FUSCHINI, Augusto – *Projecto sobre a Construção de casas económicas e salubres para habitação das classes pobres*. Lisboa: [s.l.], 1899.

GALVÃO, Henrique – *Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*. Porto: Litografia Nacional, 1934.

GARCIA, Paulo Emílio de Figueiredo – *As barreiras da Cidade do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1946.

GARRETT, Almeida – Tuberculose e Habitação no Porto, in *Anais Científicos da Faculdade de Medicina do Porto*, vol. I. Porto: Faculdade de Medicina do Porto, 1913-1914, pp. 304-307.

GARRETT, António de Almeida – História dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto, in *Revista da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto*, 1974.

GARRETT, Antão de Almeida – Plano Regulador da Cidade do Porto, in *Separata da Revista “Civitas”*, vol. VIII, n.º 2, 1952.

GUEDES, Armando Marques – O saneamento do Porto (A canalização dos esgotos – O abastecimento das águas). Porto: tipografia a vapor da Empresa Guedes, 1917.

GUEDES, Vaz; LIMA, Veiga – Subsídios para a organização dos serviços de engenharia no Ultramar, in *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, n.º 704, 1934.

GUIA DO PORTO – *Visita à I.ª Exposição Colonial Portuguesa no Porto*. Porto: Companhia Portuguesa de Editora, L.^{da}, 1934.

I Congresso da Indústria. Lisboa: AIP, 1933.

I Congresso Nacional de Engenharia, in *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, n.ºs 669, 671, 673, 674, 675, 1931.

II Congresso de Engenharia. Porto: Tipografia Invicta, 1948.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *A cidade do Porto. Súmula estatística (1864-1968)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Serviços Centrais, 1971.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *VIII Recenseamento Geral da População no continente e ilhas adjacentes em 12 de Dezembro de 1940 – volume XIV Distrito do Pôrto*. [s.l.]: Sociedade Tipográfica, L.^{da}, 1945.

JORGE, Ricardo – *A Peste Bubónica no Porto*. Porto: Artur José de Sousa e Irmão, 1899.

JORGE, Ricardo – *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto. Clima, População, Mortalidade*. Porto: Repartição de Saúde e Hygiene da Camara Municipal do Porto, 1899.

JORGE, Ricardo – *O saneamento do Porto e a canalização dos esgotos. Verdades ao alcance de todos*. Porto: Typographia da Empresa Literária e Typographica, 1903.

JORGE, Ricardo – *Saneamento do Porto. Relatório Apresentado à Comissão Municipal de Saneamento*. Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira, 1888.

JORGE, Ricardo – *Saneamento do Porto: consulta da comissão de saneamento apresentada à ex.ma Camara Municipal do Porto*. Porto: Typographia Occidental, 1897.

JÚNIOR, António de Andrade – *Breves apontamentos sobre águas dos poços do Porto*. Dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Typographia da Gandra, 1895.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Viseu (dir.) – *Anuário do Porto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié os endereços telegráficos e números telefónicos e cerca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto. Roteiro profissional do Porto (VI parte)*. Porto: Inácio dos Santos Viseu Júnior, 1964.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Viseu (dir.) – *Anuário do Porto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié os endereços telegráficos e números telefónicos e cerca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto. Roteiro profissional do Porto (VI parte).* Porto: Inácio dos Santos Viseu Júnior, 1966.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Viseu (dir.) – *Anuário do Porto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié os endereços telegráficos e números telefónicos e cerca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto. Roteiro profissional do Porto (VI parte).* Porto: Inácio dos Santos Viseu Júnior, 1967.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Viseu (dir.) – *Anuário do Porto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié os endereços telegráficos e números telefónicos e cerca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto. Roteiro profissional do Porto (VI parte).* Porto: Inácio dos Santos Viseu Júnior, 1968.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Viseu (dir.) – *Anuário do Porto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié os endereços telegráficos e números telefónicos e cerca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto. Roteiro profissional do Porto (VI parte).* Porto: Inácio dos Santos Viseu Júnior, 1969.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Viseu (dir.) – *Anuário do Porto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié os endereços telegráficos e números telefónicos e cerca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto. Roteiro profissional do Porto (VI parte).* Porto: Inácio dos Santos Viseu Júnior, 1970.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Viseu (dir.) – *Anuário do Porto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié os endereços telegráficos e números telefónicos e cerca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto. Roteiro profissional do Porto (VI parte).* Porto: Inácio dos Santos Viseu Júnior, 1971.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Viseu (dir.) – *Anuário do Porto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié os endereços telegráficos e números telefónicos e cerca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto. Roteiro profissional do Porto (VI parte).* Porto: Inácio dos Santos Viseu Júnior, 1972.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuário do Porto-Santos Vizeu (comercial, industrial e burocrático). Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié os endereços telegráficos e números telefônicos e cerca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto. Roteiro profissional do Porto (VI parte).* Porto: Inácio dos Santos Vizeu Júnior, 1973.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuario Comercial do Porto. Para a cidade do Porto, Gaia, Matosinhos e restantes concelhos do distrito. Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié de 27000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto.* Porto: Propriedade de Santos Vizeu, Irmãos, 1934, IX da 2.^a série de publicação.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuario Comercial do Porto. Para a cidade do Porto, Gaia, Matosinhos e restantes concelhos do distrito. Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié de 30000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto.* Porto: Propriedade de Santos Vizeu, Irmãos, 1935, X da 2.^a série de publicação.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuario Comercial do Porto. Para a cidade do Porto, Gaia, Matosinhos e restantes concelhos do distrito. Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié de 30000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto.* Porto: Propriedade de Santos Vizeu, Irmãos, 1936, XI da 2.^a série de publicação.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuário Comercial do Pôrto. Para a cidade do Pôrto, Gaia, Matozinhos e restantes concelhos do distrito. Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Pôrto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Pôrto.* Porto: António dos Santos Guimarães, 1939, XIV da 2.^a série de publicação.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuário Comercial do Pôrto. Para a cidade do Pôrto, Gaia, Matozinhos e restantes concelhos do distrito. Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Pôrto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Pôrto.* Porto: António dos Santos Guimarães, 1940, XV da 2.^a série de publicação.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuário Comercial do Pôrto. Para a cidade do Pôrto, Gaia, Matozinhos e restantes concelhos do distrito. Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Pôrto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Pôrto.* Porto: António dos Santos Guimarães, 1943, XVIII da 2.^a série de publicação.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuário do Porto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié os endereços telegráficos e números telefónicos e cerca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto. Roteiro profissional do Porto (VI parte).* Porto: António dos Santos Guimarães, 1957.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuário do Porto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié os endereços telegráficos e números telefónicos e cerca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto. Roteiro profissional do Porto (VI parte).* Porto: António dos Santos Guimarães, 1958.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuário do Porto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié os endereços telegráficos e números telefónicos e cerca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto. Roteiro profissional do Porto (VI parte).* Porto: António dos Santos Guimarães, 1959.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuário do Porto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié os endereços telegráficos e números telefónicos e cerca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto. Roteiro profissional do Porto (VI parte).* Porto: António dos Santos Guimarães, 1961.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuário do Porto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo todas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié os endereços telegráficos e números telefónicos e cerca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Porto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto. Roteiro profissional do Porto (VI parte).* Porto: António dos Santos Guimarães, 1963.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuário do Pôrto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo tôdas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié os endereços telegráficos e números telefónicos e cêrca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Pôrto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Pôrto. Roteiro profissional do Pôrto (VI parte).* Porto: António dos Santos Guimarães, 1946.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuário do Pôrto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo tôdas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusié os endereços telegráficos e números telefónicos e cêrca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Pôrto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Pôrto. Roteiro profissional do Pôrto (VI parte).* Porto: António dos Santos Guimarães, 1948.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuário do Pôrto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo tôdas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusiê os endereços telegráficos e números telefônicos e cêrca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Pôrto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Pôrto. Roteiro profissional do Pôrto (VI parte)*. Porto: António dos Santos Guimarães, 1952.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuário do Pôrto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo tôdas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusiê os endereços telegráficos e números telefônicos e cêrca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Pôrto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Pôrto. Roteiro profissional do Pôrto (VI parte)*. Porto: António dos Santos Guimarães, 1953.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuário do Pôrto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo tôdas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusiê os endereços telegráficos e números telefônicos e cêrca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Pôrto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Pôrto. Roteiro profissional do Pôrto (VI parte)*. Porto: António dos Santos Guimarães, 1954.

JÚNIOR, Inácio dos Santos Vizeu (dir.) – *Anuário do Pôrto-Santos Viseu (comercial, industrial e burocrático). Contendo tôdas as indicações oficiais, comerciais, industriais, associativas e de utilidade geral, inclusiê os endereços telegráficos e números telefônicos e cêrca de 30.000 nomes individuais e de firmas nas Moradas do Pôrto (V Parte). Informações dos concelhos que compõem o distrito do Pôrto. Roteiro profissional do Pôrto (VI parte)*. Porto: António dos Santos Guimarães, 1956.

JÚNIOR, Manuel Rodrigues Miranda – *A reforma do ensino industrial*. Porto: Typ. de José da Silva Mendonça, 1891.

LEAL, José Mendes – A moderna função social do engenheiro, in *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, n.º 639, 1927.

LEITE, Arnaldo – *O Porto de 1900*. Porto: Figueirinhas, 1952.

LEMOS, António Gomes Ferreira de – *Contribuição para o estudo da higiene do Pôrto – Ilhas*. Porto: Imprensa Nacional de Jaime Vasconcelos, 1914.

LEMOS, V. C. – Regulamento da construção civil – sua importância dentro de determinadas aspirações de classe, in *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, n.º 713, 1934.

LINO, Raul – *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o Bom Gosto na Construção das Casas Simples*. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1918.

LINO, Raul – *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*, 1.^a ed. Lisboa, [s.l.], 1933.

LINO, Raul – Vicissitudes da casa portuguesa nos últimos cinquenta anos, in revista *Ver e Crer* n.º 8, Dezembro de 1945, pp. 33-37.

MAGALHÃES, Alfredo Coelhos de – *Instituto Comercial do Porto (1933-1945): Da actividade cultural e educativa do Instituto e da situação dos seus diplomados*. Porto: Imprensa Moderna Limitada, 1945.

Marques da Silva. *Exposição conjunta das principais obras do Mestre e de alguns dos seus discípulos. Homenagem promovida pela Escola Superior de Belas do Porto com a colaboração da Sociedade Nacional de Belas Artes e do Sindicato Nacional dos Architectos*. Porto: Escola Superior de Belas Artes do Porto/ Imprensa Portuguesa, 1953.

MATTA, José Caeiro da – *Habitações populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1909.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA – *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, Anno Lectivo de 1894-1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA – *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, por Francisco da Fonseca Benevides, Anno Lectivo de 1892-1893*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA – *Relatório sobre o Instituto Industrial e Comercial do Porto, Anno Lectivo de 1889-1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA – *Relatório sobre o Instituto Industrial e Commercial do Porto, Anno lectivo de 1887-1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA. DIRECÇÃO GERAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA – *Relatório sobre o Instituto Industrial e Commercial do Porto, Anno lectivo de 1888-1889*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMMERCIO E INDÚSTRIA, DIRECÇÃO GERAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA – *Inquerito Industrial de 1890*. Lisboa, 1891, 5 vols.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMMERCIO E INDÚSTRIA, REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA – *Inquerito Industrial de 1881*. Lisboa, 1881-1883, 6 vols.

MONTEIRO, Pardal – A colaboração de architectos e engenheiros na arquitectura moderna, in *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 37, 1940.

MONTEIRO, Pardal – Engenheiros e architectos, in revista *Técnica*, n.º 203, 1950.

MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda – *O Saneamento urbano*. Lisboa: Typ. Universal, 1906.

MOTTA, Theodoro da – *Noções Elementares de Desenho Linear Aprovado pelo Governo para uso dos Artistas*. Lisboa: Typ. J. G. Sousa Neves, 1879.

NEVES, Henriques das – A Casa Portuguesa, in *A Construção Moderna*, n.ºs 157 a 162. Lisboa: 1905.

NEVES, J. P. Castanheira das – A nova organização dos estudos e ensaios dos materiais de construção em Portugal, in *Revista de Obras Públicas e Minas*, tomo XXXII, 361/363. Lisboa: 1900, pp. 139-155.

O problema do ensino tecnico e a questão do título de engenheiro, in revista *Técnica*, nº 3, 1926.

Organização primitiva e organização actual. Academicos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.

ORTIGÃO, J. M. D. Ramalho – *O culto da arte em Portugal*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943.

ORTIGÃO, Ramalho – A reforma do ensino do desenho, in *Arte Portuguesa*, vol. III. Lisboa: Clássica Editora, 1947.

Parecer da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses sobre o projecto da regulamentação do exercício das profissões de engenheiro, arquitecto e condutor, in *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, n.º 684, 1932.

PASSOS, Carlos de – *Guia histórico e artístico do Porto*. Porto: A. Figueirinhas, 1935.

PEIXOTO, Rocha – A Casa Portuguesa, in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 10, 12 e 13 de Agosto, 1904.

PEIXOTO, Rocha – A Casa Portuguesa, in *Revista Serões*, 1905, pp. 209-214.

PEREIRA, António Manuel – *Governantes de Portugal. Desde 1820 até ao Dr. Salazar*. Porto: Edições Manuel Barreira/ Livraria Simões Lopes: Porto, 1959.

PIMENTEL, Alberto – *Guia do Viajante na cidade do Porto e seus arrabaldes*. Porto: Livraria Central de J. E. da Costa Mesquita, 1877.

PINTO, Júlio Lourenço – *O bastardo. Scenas da vida contemporânea*. Porto: Typographia do Commercio do Porto, 1869.

QUEIRÓS, Eça de – *Cartas inéditas de Fradique e mais páginas esquecidas*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1929.

QUEIROZ, José – Arquitectura Moderna, in *Vértice. Revista de Cultura e Arte*. Coimbra: Minerva, 1946.

QUENTAL, Antero de – Expição, in *Prosas*, vol. III.

Representação Apresentada ao Parlamento pelos Estudantes do IST. Lisboa: Tipografia Universal, 1915.

Representação da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses ao Ex.º Sr. Ministro do Trabalho, “a questão do título de engenheiro”, in *Revista de Obras Públicas e Minas*, n.º 625, 1923.

Representação da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses ao Parlamento acerca da reorganização do Ministério do Comércio e Comunicações, in *Revista de Obras Públicas e Minas*, n.ºs 607-612, 1920.

Representação da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses ao Ex.º Sr. Presidente do Senado da República Portuguesa, in *Revista de Obras Públicas e Minas*, n.º 631, 1924.

Representação dirigida aos Senhores Deputados da Nação Portuguesa pelos Engenheiros e Condutores do Extinto Corpo d' Engenharia Civil e seus Auxiliares. Lisboa: Tipografia Franco-Portuguesa, 1869.

ROMA, João – Institutos Industriais, in *Escolas Técnicas*, n.ºs 3-4, 1947.

RUCQUOI, L. – A colaboração do engenheiro, do arquitecto e do empreiteiro nas construções modernas, in *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, n.º 731, 1936.

- SÁ, Adriano de – O novo systema de exgottos do Porto, in *Porto Medico*. Porto: [s. l.], 1905. Separata.
- SANTA-RITA, Guilherme Augusto de – *Habitação do Operário*. Lisboa: Typ. da Gazeta de Portugal, 1891.
- SEGURO, João Emílio dos Santos – *Acabamentos de construções: estuques, pinturas*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1934.
- SEGURO, João Emílio dos Santos – *Alvenaria e cantaria*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1941.
- SEGURO, João Emílio dos Santos – *Alvenaria, cantaria e betão*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1947.
- SEGURO, João Emílio dos Santos – *Betão armado*. Lisboa: Livraria Bertrand, [s.d.].
- SEGURO, João Emílio dos Santos – *Bibliotheca de Instrucção Profissional. Construcção Civil. volume I Edificações*. Lisboa: Typ. da Empresa da História de Portugal, [s. d.].
- SEGURO, João Emílio dos Santos – *Cimento armado*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1937.
- SEGURO, João Emílio dos Santos – *Como se medem terras*. Lisboa: Os Livros do Povo, 1917.
- SEGURO, João Emílio dos Santos – *Edificações*, 3.^a ed. Lisboa: Livraria Bertrand, [s.d.].
- SEGURO, João Emílio dos Santos – *Encanamentos e salubridade das habitações*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1925.
- SEGURO, João Emílio dos Santos – *Materiais de construção*. Lisboa: Typografia da Rua Ivens, [s.d.].
- SEGURO, João Emílio dos Santos – *Terraplenagens e alicerces*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, [s.d.].
- SEGURO, João Emílio dos Santos – *Trabalhos de carpintaria civil*, 7.^a ed. Lisboa: Livraria Bertrand, [s.d.].
- Ser engenheiro, in revista *Técnica*, nº 4, 1926.
- SILVA, J. Possidónio N. – *Memória histórica da fundação, progresso e trabalho da Real Associação dos Architectos Cívics e Archeólogos Portugueses desde a sua instituição até o anno de 1889*. Lisboa: Typ. da C.^a Nacional Editora, 1889.
- SOUSA-HOLSTEIN, Marquês de – *Observações sobre o actual estado do ensino das Artes em Portugal, a organização dos Museus e o serviço dos Monumentos historicos e da Arqueologia. Offerecidos à Comissão nomeada por Decreto de Novembro de 1875, por um vogal da mesma Comissão*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.
- TÁVORA, Fernando – A tradição na arquitectura e o ambiente regional, in *Aléo*, Ano 4-5, 1945, pp. 8-9.
- TÁVORA, Fernando – O problema da Casa Portuguesa, in *Semanário Aléo*, de 10 Novembro de 1945.
- TÁVORA, Fernando – O problema da Casa Portuguesa, in *Cadernos de Arquitectura*, n.º 1. Lisboa: Editorial Organizações, 1947.
- VASCONCELOS, Joaquim de – *A Reforma do Ensino de Bellas Artes, análise do relatorio e Projectos da Comissão Official nomeada em 10 de Novembro de 1875*. Porto: Imprensa Litterario-Comercial, 1877.
- VASCONCELOS, Joaquim de – *Projecto de Reforma das Escolas Industriais e Museus Industriais e Commerciais*. Lisboa: [s.l.], 1891.

VASCONCELOS, Joaquim de – *Reforma do Ensino de Bellas Artes II, análise da segunda parte do relatório officia*. Porto: Imprensa Litterario-Comercial, 1878.

VASCONCELOS, Joaquim de – *Reforma do Ensino de Bellas Artes III*. Porto: Imprensa Internacional, 1879.

VASCONCELOS, Joaquim de – *Reforma do Ensino de Bellas Artes IV*. Porto: Ed. Marques Abreu, 1918.

VITERBO, Sousa – *Artes e Artistas em Portugal, contribuições para a história das artes e indústrias portuguesas*, 2.^a ed. Lisboa: Ferin, 1920.

VITERBO, Sousa – *Diccionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses e ao serviço de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899, 1904 e 1922.

VITORINO, Pedro – Engenheiros e architectos desenhadores de antigas plantas do Porto, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vols 2 e 3. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1939 e 1940.

Fontes cartográficas

A Planta Topográfica da Cidade do Porto. Joaquim da Costa Lima, 1839.

Anteplano Geral de Urbanização. Identificação das zonas residenciais e centros comerciais. Antão de Almeida Garrett, 1947.

Carta Topográfica da Cidade do Porto. A. Leitão Nobre, 1932.

Carta Topographica da Cidade do Porto. Dirigida e levantada por Augusto Telles Ferreira, General de Brigada Reformado, Coajuvado pelo Capitão de Cavallaria Fernando da Costa Maya. Câmara Municipal do Porto, 1892.

Cidade do Porto. George Black, Assistente do Quartel Mestre General do Exército Britânico. London, 1813.

Plano Regulador da Cidade do Porto. Planta de Zonamento. Antão de Almeida Garrett, 1954.

Planta da Cidade do Porto contendo o Palácio de Christal, Nova Alfândega, e diversos melhoramentos posteriores a 1844. Federico Gavazzo Perry Vidal, 1865.

Planta da Cidade do Porto, 1903.

Planta da Cidade do Porto. José Francisco de Paiva, anterior a 1824.

Planta Topográfica da Cidade do Porto. Divisão da cidade em zonas, 1937.

Prólogo ao Plano da Cidade do Porto (1932). Planta da Expansão da Cidade do Porto. Ezequiel Campos, 1932.

Periódicos

A Architectura Portuguesa. Revista mensal de arte archiyectural antiga e moderna.

A Construção Moderna. Revista illustrada collaborada por distinctos technicos.

A Obra Nasce: Revista de Architectura da Universidade Fernando Pessoa.

ACE.

AE...Revista Lusófona de Architectura e Educação.

Anais Científicos da Faculdade de Medicina do Porto.

Anais da Faculdade de Ciências do Porto.

Análise Social.

Annaes Scientificos da Academia Polytechnica do Porto.

Annuario da Academia Polytechnica do Porto.

Annuario do Commercio do Porto.

Argumentos de Razón Técnica.

ARPPA.

Arqueologia & Indústria.

Artitextos.

Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto.

Boletim da Câmara Municipal do Porto.

Boletim da Ordem dos Engenheiros.

Boletim do Grémio Técnico Português.

Cadernos ESAP.

Colóquio Artes.

Diário da República (1910-1980).

Diário do Governo (1800 a 1910).

Jornal de Notícias.

Journal of Family History.

O Tripeiro.

Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia.

Pedra & Cal. Conservação e Reabilitação.

População e Sociedade.

Porto Medico.

Resdomus.

Revista – CEM Cultura, Espaço & Memória (CITCEM)

Revista “Civitas”.

Revista Architectos.

Revista Convergência Crítica. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social – NEPETS.

Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses.

Revista da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património.

Revista da Faculdade de Letras – Geografia.

Revista da Faculdade de Letras – História.

Revista da Faculdade de Letras – Sociologia.

Revista da Ordem dos Engenheiros.

Revista de Geografia Física Aplicada no Ordenamento do Território e Gestão de Riscos Naturais.

Revista de Obras Públicas e Minas.

Revista Poligrafia.

Revista Povos e Culturas.

RISCO. Revista de pesquisa em arquitectura e urbanismo.

Sociedade e Território.

Vinte e um por vinte e um.

Bibliografia geral (citada e consultada)

A.A.V.V. – *Architectures à Porto*. Bruxelas: Pierre Mardaga, 1987.

A.A.V.V. – *Arquitectura do Movimento Moderno. Inventário Do.Co.Mo.Mo Ibérico 1925-65*. Barcelona: Do.Co.Mo.Mo, 1996.

A.A.V.V. – *Arquitectura popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional de Arquitectos/ Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 1961.

A.A.V.V. – *Arquitectura, Pintura, Escultura, Desenho. Património da Escola Superior de Belas Artes do Porto e da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 1987.

A.A.V.V. – *Casas do Porto (século XIV ao XIX)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1961.

A.A.V.V. – *Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1901-2001* (30 fasc.) Porto: Ordem dos Arquitectos/Civilização, 2001.

A.A.V.V. – *IAPXX – Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2006.

A.A.V.V. – *Pela Cidade do Porto – descoberta da cidade através de uma visita aos murais cerâmicos*. Porto: Departamento de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, 2002.

A.A.V.V. – *Viana de Lima*. Porto: Árvore/ Fundação Gulbenkian, 1996.

ÁBALOS, Iñaki – *A boa-vida: visita guiada às casas da modernidade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2003.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA – *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Editorial Verbo, 2001.

ALMEIDA, Paulo – Bairros Económicos do Porto: A casa como arma política, in SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011.

ALMEIDA, Pedro Vieira de – *A Arquitectura no Estado Novo uma leitura crítica. Os Concursos Sagres*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel – A Arquitectura Moderna, in *História da Arte em Portugal*, vol. 14. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel – *História da Arte em Portugal*, vol. 14. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

- ALVES, Jorge Fernandes – *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos, 1994.
- ALVES, Luís Alberto Marques – *O Porto no arranque do Ensino Industrial (1851-1910)*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- ALVES, Luís Alberto; SOUSA, Pedro Rodrigues de; MORAIS, Teresa Torrinhas; ARAÚJO, Francisco Miguel Veloso – *Ensino Técnico (1756-1973)*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2009.
- ANDRADE, Amélia Aguiar; LAMAS, António Ressano Garcia; PINELO, António (coord.) – *Das estradas reaes às estradas nacionais. Alicerces, estratégias, procedimentos, financiamento* [Catálogo]. Lisboa: Centro Rodoviário Português; Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2002.
- ANDRESEN, Teresa; MARQUES, Teresa Portela – *Jardins Históricos do Porto*. Lisboa: Edições Inapa, 2001.
- ARGAN, Giulio Carlo – *Arte Moderna. Do Iluminismo aos Movimentos Contemporâneos*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1998.
- ARGAN, Guilio Carlos – *El concepto de espacio arquitectónico del Barroco à notros dias*. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1966.
- ARÍS, Carlos Martí – *Las formas de la residencia en la ciudad moderna*, 2.^a ed. Barcelona: Edicions UPC, 2000.
- AURORA, Terceiro Conde de – *Varandas, janelas, postigos e outros ferros da cidade do Porto*. Porto: [s.l.], 1967.
- AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses: Introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.
- BACHELARD, Gaston – *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BANDEIRINHA, José António Oliveira – *Quinas Vivas. Memória descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na Arquitectura Portuguesa dos anos 40*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996.
- BAPTISTA, Luís V. – *Cidade e habitação social – O Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- BARBOSA, Cassiano (comp.) – *ODAM – Organização dos Arquitectos Modernos: Porto 1947-1952*. Porto: Edições Asa, 1972.
- BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (org.) – *Arquitectura do Século XX. Portugal*. Lisboa: Centro Cultural de Belém, 1997.
- BENEVOLO, Leonardo – *A cidade e o arquitecto*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BENEVOLO, Leonardo – *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Presença, 1987.
- BENEVOLO, Leonardo – *Historia de la Arquitectura Moderna*, 6.^a ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1990.
- BENTO, Paulo Torres – *José Porto, 1883-1965: Desvendando o arquitecto de Vilar de Mouros*. Vilar de Mouros: CIRV, 2003.

BERRANCE, Luis – *Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes almadinas, 1774-1844*. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1993.

BOUILLON, Jean-Paul – *Art Nouveau un Moment de Bonheur*. Genève: Editions d'Art Albert Skira, 1994.

BRITO, Margarida Acciaiuoli – *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

CALDUCH, Juan – *Tema de composición arquitectónica. Tipo, arquétipo, protótipo, modelo*. Espanha: Editorial Club Universitario, 2001.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*. Porto: CMP/Pelouro de Habitação e Acção Social e Protecção Civil, 2000, [s.p.].

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Cartografia exemplar: o Porto em 1892. Exposição comemorativa do 1.º centenário da Carta Topográfica de A. Geraldo Telles Ferreira*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1992.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *O interior dos quarteirões da cidade do Porto: uma proposta para uma metodologia de abordagem*. Porto: Gabinete de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal do Porto, 1985.

CAMPOS, João – *Viana de Lima e a introdução da arquitectura moderna em Portugal: Ensaio sobre a casa Cortez, Porto 1940*. Porto: Ubatelier, 2011.

CANNATÀ, Michele; FERNANDES, Fátima – *Construir no tempo*. Lisboa: Estar Editora, 1999.

CARDOSO, Alexandra; ALMEIDA, Pedro Vieira – *A Reconstrução Crítica da casa Honório de Lima*. Porto: CEAA, Edições Caseiras/7, 2004.

CARDOSO, António – *A Casa de Serralves: desenvolvimento e projecto*, in *Casa de Serralves, Retrato de uma época*. Porto: Casa de Serralves/ Secretaria de Estado da Cultura, 1988.

CARDOSO, António – *Évolution de l'architecture à Porto au long du XIXe siècle*. Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

CARDOSO, António – *O Arquitecto José Marques da Silva e a Arquitectura no Norte do País na primeira metade do século XX*. Porto: FAUPpublicações, 1997.

CARDOSO, António (coord) – *Marques da Silva. Arquitecto 1869-1947*. Catálogo da exposição realizada no Arquivo Histórico Municipal do Porto, Porto, 1986.

CARDOSO, Vasco – *Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: O encontro de duas morfologias de padrão geométrico*. Porto: Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia FLUP, 2009.

CARLOS RAMOS. *EXPOSIÇÃO RETROSPECTIVA DA SUA OBRA*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CARVALHO, Ricardo – *A cidade social. Impasse. Desenvolvimento. Fragmento*. Lisboa: Tinta da China, 2016.

CHING, Francis – *Arquitectura: forma, espaço e ordem*. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.

CHOAY, Françoise – *Alegoria do património*, Lisboa: Edições 70, 2006.

CONSIGLIERI, Victor – *A Morfologia da Arquitectura (1920-1970) I e II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

- CONSIGLIERI, Victor – *As significações da arquitectura – 1920-1990*. Lisboa: Edições Estampa, 2000.
- COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, 2.^a ed. Lisboa: Frenesi, 2001.
- COSTA, Alexandre Alves – *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa*. Porto: FAUP – colecção seis lições, 1995.
- COSTA, Alexandre, Alves; TAVARES, André; JORGE, Filipe – *Mapa de Arquitectura do Porto: Plano de arquitectura*. Lisboa: Argumentum, 2003.
- COSTA, Lucília Verdelho da – *Ernesto Korrodi 1889-1944. Arquitectura, ensino e restauro do património*, 2.^a ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- CRUARB (coord.) – *Porto a Património Mundial*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993.
- CRUZ, Maria Antonieta – *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1999.
- DIAS, Armando – *Código de Posturas do Município do Porto de 1905*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História da Cidade, [s.d.].
- DIAS, Marina Tavares; MARQUES, Mário Morais – *O Porto desaparecido*. [s.l.]: Quimera, 2002.
- DORFLES, Gillo – *A Arquitectura Moderna*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- ESCUADERO, Lorenzo de La Plaza (coord.) – *Dicionário visual de arquitectura*. Lisboa: Quimera Editores, 2014.
- FADIGAS, Leonel – *Urbanismo e Território. As políticas públicas*. Lisboa: Edições Sílabo, 2015.
- FERNANDA, Fátima; CANNATÀ, Michele – *Guia da arquitectura moderna: Porto, 1925-2002. Maia, Matosinhos, Porto, Vila Nova de Gaia*. 1.^a ed. Porto: Edições Asa, 2002.
- FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e permanência na habitação portuense. As formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUPpublicações, 1999.
- FERNANDES, José Alberto V. Rio – *Porto. Cidade e comércio*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1997.
- FERNANDES, José Manuel – *Arquitectura modernista em Portugal [1890-1940]*, 2.^a ed. Lisboa: Gradiva, 2005.
- FERNANDES, José Manuel – *Cidades e casas da Macaronésia*. Porto: FAUPpublicações, 1996.
- FERNANDES, José Manuel – *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003.
- FERNANDES, José Manuel – *Sínteses da Cultura Portuguesa. Arquitectura*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994.

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; TOSTÕES, Ana Cristina; CÂMARA, Fernanda Dália Moniz da – *A Arquitectura no princípio do século em Lisboa (1900-1925): levantamento e classificação da arquitectura do 1.º quartel do séc. XX na cidade de Lisboa*. Lisboa: Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, 1991.

FERNANDEZ, Sergio – *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, 2.ª ed. Porto: Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988.

FERRÃO, Bernardo José – *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758-1813: Uma contribuição para o estudo da cidade Pombalina*, 3.ª ed. Porto: FAUPpublicações, 1997.

FERREIRA, Nuno – A influência da Carta de Atenas na evolução urbana do Porto no séc. XX, in *Actas do Simpósio “Património em construção. Contexto para a sua preservação”*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2011, pp. 279-286.

FERREIRA, Nuno Paulo Soares – Modernist housing in Oporto: Some works by Januário Godinho [resumo], in *3.º Encontro de Jovens Investigadores da U. Porto – Livro de resumos*, Porto, 2010.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *A Casa Nobre no Porto na época Moderna*. Lisboa: Edições Inapa, 2001.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*, vol. I. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1988.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca (Artistas e Clientela, Materiais e Técnicas)*, vol.I. Porto: Arquivo Histórico Câmara Municipal do Porto, 1989.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) – *A Encomenda. O Artista. A Obra*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2010.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) – *Dicionário de artistas e artífices do Norte de Portugal*. Porto: CEPESE, 2008.

FIGUEIRA, Jorge – *Agora que está tudo a mudar: Arquitectura em Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005.

FIGUEIRA, Jorge – *Escola do Porto: Um mapa crítico*. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002.

FIGUEIREDO, Rute – *Arquitectura e discurso crítico em Portugal (1893-1918)*. Lisboa: Editorial Colibri/ IHA – Estudos de Arte Contemporânea Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa, 2007.

FILGUEIRAS, Octávio Lixa – *Da função social do arquitecto. Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*. Porto: Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P., 1985.

FOUCAULT, Michel – *Microfísica do Poder*, 21.ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FRAMPTON, Kenneth – *Historia Critica de la Arquitectura Moderna*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.

FRANÇA, José Augusto – *A arte em Portugal no século XIX*, 3.ª ed. Venda Nova: Bertrand Editora, 1990.

- FRANÇA, José Augusto – *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*, vol. 12, 3.^a ed. Lisboa: Biblioteca Breve, 1989.
- FRANÇA, José-Augusto – *A Arte na Sociedade Portuguesa (1910-1990)*, 3.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.
- FRANÇA, José-Augusto – *História da Arte em Portugal: O Modernismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.
- FRANÇA, José-Augusto – *História da Arte em Portugal: O Pombalismo e o Romantismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.
- FRANÇA, José-Augusto – *Os Anos Vinte em Portugal: estudo de factos sócio-culturais*. Lisboa: Presença, 1992.
- FRANÇA, José-Augusto (org.) – *Os Anos Quarenta na Arte Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. 6 vols.
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – *Toponímia portuguesa*. Matosinhos: Contemporânea Editora L.^{da}, 1999.
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – *Arquitectura de engenheiros. Séculos XIX e XX. Participação portuguesa*. Lisboa, Maio/Junho 1980.
- FUSCO, Renato de – *A ideia de arquitectura*. Lisboa: Edições 70, 1972.
- FUSCO, Renato de – *História da Arte Contemporânea*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- GOITIA, Fernando Chueca – *Breve História do Urbanismo*, 7.^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 2008.
- GONÇALVES, Fernando – *A mitologia da habitação social. O caso português*. Lisboa: Edições Ulmeiro, 1978.
- GONÇALVES, José Fernandes – Prédios de Rendimento, fasc. 15, in A.A.V.V. – *Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1901-2001*, 30 fasc. Porto: Ordem dos Arquitectos/ Civilização, 2001.
- GONÇALVES, José Fernando – *Ser ou não ser Moderno. Considerações sobre a Arquitectura Modernista Portuguesa*. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2002.
- GONÇALVES, Rui Mário – *História da Arte em Portugal. De 1945 à actualidade*, vol. 13. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.
- GÖSSEL, Peter; LEUTHAÜSER, Gabriele – *Arquitectura do século XX*. Köln: Taschen, 1996.
- GRÁCIO, Sergio – *Ensinos técnicos e política em Portugal 1910-1990*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- GRASSI, Giorgio – *La Arquitectura como oficio y otros escritos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1980.
- GROS; Marielle Christine – *O alojamento social sobre o fascismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1982.
- GUEDES, Fernando – *António Ferro e a sua política do espírito*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997.
- GUIA DE PORTUGAL. ENTRE O DOURO E MINHO. I. DOURO LITORAL, 2.^a ed., vol. 4, tomo 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

HOCH, Wilfried – *Estilos de Arquitectura. A Arquitectura da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982. 2 vols.

JENKS, Charles – *Movimentos Modernos em Arquitectura*. Lisboa: Edições 70, 1985.

JODIDIO, Philip – *Arquitectura hoje*. Köln: Taschen, 2004.

JORGE, Vítor Oliveira; ITUTTA, Raúl – *Recuperar o espanto: O olhar da Antropologia*. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

LAMAS, José M. Ressano Garcias – *Morfologia urbana e desenho da cidade*, 5.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

LEAL, João – *Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.

LIMA, Fernando de C. Pires de (dir.) – *A arte popular em Portugal. Ilhas adjacentes e ultramar*, vol. I. Lisboa: Editorial Verbo, 1968.

LISBOA, Maria Helena – *As Academias e Escolas de Belas Artes e o ensino artístico (1836-1910)*. Lisboa: Edições Colibri. IHA/Estudos de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa, 2007.

LISBOA, Maria Helena – *Os Engenheiros em Lisboa. Urbanismo e Arquitectura (1850-1930)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

LÔBO, Margarida Souza – *Planos de Urbanização a época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP, 1995.

MAIA, Ana; PEREIRA, Luís Tavares – *José Marques da Silva*. Porto: OASRN Cultura e Câmara Municipal do Porto, 2009.

MAIA, Maria Helena; TREVISAN, Alexandra – *Casa Ricardo Severo*. Porto: Edições Caseiras/8, Centro de Estudos Arnaldo Araújo, 2004.

MARQUES, Carlos Almeida – *Habitação – Da indústria à fábrica da cidade*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012.

MARQUES, Hélder; FERNANDES, José Alberto Rio; MARTINS, Luís Paulo – *Porto: percursos nos espaços e memórias*. Porto: Afrontamento, 1990.

MARTINS, Fausto S. – *Azulejaria portuense: História e iconografia*. Lisboa: Edições Inapa, 2001.

MATOS, Fátima Loureiro de – A habitação na cidade do Porto – Uma perspectiva a diferentes escalas, in *Actas do I Congresso Internacional sobre Cidades, Culturas e Sociabilidades*, Porto, 2010, pp. 411-449.

MATOS, Fátima Loureiro de – Caracterização do parque habitacional do “Grande Porto”, in *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia – A Península Ibérica um espaço em mutação*, Porto, 1995, pp. 105-114.

MEIRELES, Adelaide – *Catálogo dos livros de plantas de casas*. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1982.

- MELLO, Joana – *Ricardo Severo da Lusitânia ao Piratininga. Da arqueologia portuguesa à arquitectura brasileira*. Porto: Dafne Editora/ Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2007.
- MENDES, Manuel – Porto – Cultura da cidade, paisagem doméstica, morfologia da casa, 1895-1969 (continuidades, contaminações, metamorfoses), in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*, vol. II, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999.
- MENDES, Manuel (coord.) – *(In)formar a modernidade. Arquitectura portuense 1923-1943: Morfologias, movimentos, metamorfoses*. Porto: FAUPpublicações, 2001.
- MESQUITA, Marieta Dá (coord) – *Revistas de Arquitectura: Arquivo(s) da Modernidade*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.
- MESQUITA, Mário João; SARMENTO, Inês; TAVARES, Domingos – *Marques da Silva: O aluno, o professor, o arquitecto*. Porto: IMS, 2006.
- MILANO, Maria (coord.) – *Do habitar*. Matosinhos: Edições ESAD, 2005.
- MILHEIRO, Ana Vaz (coord.) – *Arquitectos portugueses contemporâneos*, vol. 6. Lisboa: Público, 2004.
- MONTANER, Josef Maria – *A modernidade superada. Arquitectura, arte, e pensamento do século XX*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2001.
- MONTEREY, Guido de – *O Porto. Origem, evolução e transporte*, 2.^a ed. Porto: Edição de Autor, 1972.
- MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*. Coimbra: Edarq, 2010.
- NETO, Maria João Baptista – *Memória, Propaganda e Poder*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001.
- NONELL, Anni Günther – *Porto, 1763/1852. A construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: FAUPpublicações, 2002.
- OLIVEIRA, César – Os municípios do liberalismo monárquico constitucional, in OLIVEIRA, César de (dir.) – *História dos municípios e do poder local. Dos finais da Idade Média à União Europeia*. Colecção Grandes Temas da Nossa História. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, 5.^a ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Casas esguias do Porto e sobrados do Recife*. Recife: Pool Editorial S.A., 1986.
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de – *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura. Centro de estudos geográficos, 1973.
- OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*. Porto: U.PORTO editorial, 2013.

PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira; MATIAS, Isabel – *Higiene e salubridade no Porto (1850-1930)*. Porto: CEAA, Edições Caseiras/5, 2002.

PACHECO, Helder – *Porto. Novos guias de Portugal*, 3.^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

PASSOS, José Manuel da Silva – *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana do Porto*. Lisboa: Caminho, 1994.

PEDREIRINHO, José Manuel – *100 anos. Prémio Valmor*. Lisboa: Pandora, 2003.

PEDREIRINHO, José Manuel – *Dicionário dos Arquitectos activos em Portugal, do século I à actualidade*. Porto: Afrontamento, 1994.

PEIXOTO, Paula Torres – *Palacetes de brasileiros no Porto (1850-1930). Do estereótipo à realidade*. Porto: Edições Afrontamento, 2013.

PEREIRA, Gaspar Martins – As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX, in SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011.

PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

PEREIRA, Gaspar Martins – *No Porto Romântico, com Camilo*. Porto: Casa Comum-Centro Cultural, 1997.

PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Luciano Vilhena (coord.) – *Álbum de memórias do Ateneu Commercial do Porto (1869-1994)*. Porto: Ateneu Comercial do Porto, 1995.

PEREIRA, Paulo (org.) – *História da Arte Portuguesa*, vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

PEREIRA, Virgílio Borges – A política de habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto contemporâneo: Uma perspectiva sintética e panorâmica, in SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011.

PEREIRA, Virgílio Borges – Desigualdade, pobreza e habitação: Interrogações sociológicas geradas por uma investigação sobre a cidade do Porto, in *O que sabemos sobre a pobreza em Portugal*. Lisboa: Edições Económicas, 2010.

PEREIRA, Virgílio Borges (coord.) – *Ilhas, bairros sociais e classes laborais na cidade do Porto (1956-2006)*. Relatório Científico entregue à Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelo Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2010.

PEVSNER, Nikolaus – *Os pioneiros do Design Moderno*, 3.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PIMENTA, Manuel; FERREIRA, Leonor Vasconcelos; FERREIRA, José António – *Estudo socioeconómico da habitação social*. Porto: Câmara Municipal do Porto/ Pelouro de Habitação e Acção Social, 2001.

PIRES, Maria do Carmo Marques – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*. Porto: FAUPpublicações, 2000.

- PORTAS, Nuno – *A arquitectura para hoje. Evolução da arquitectura em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- PORTAS, Nuno – A evolução da arquitectura Moderna em Portugal, uma interpretação, in ZEVI, Bruno – *História da arquitectura Moderna*, vol. II. Lisboa: Edições Arcádia, 1973.
- PORTAS, Nuno – *A habitação social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*. Porto: FAUPpublicações, 2004.
- PORTAS, Nuno – *Os tempos das formas, vol 1: A cidade feita e refeita*. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005.
- PORTUGAL, Carlos; MADUREIRA, Beatriz – *A Rua de Sá da Bandeira no Porto: Registo e comentário*. Porto: E.S.B.A.P., 1984.
- QUEIROZ, José Francisco Ferreira – Modelos para as artes do ferro aplicadas à tumulária romântica em Portugal, in MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho; CORREIA, Ana Paula Rebelo (coord.) – *Iconografia e fontes de inspiração. Imagem e memória da gravura Europeia. Actas do 3.º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, Instituto de História da Arte, 2011, pp. 229-240
- RAMALHETE, Filipa; CARVALHO, Ricardo (ed. científicos) – Colóquio Internacional “*Habitar Pensar Investigar Fazer*”. Lisboa: EDIUAL, CEU – Cooperativa de Ensino Universitário C.R.L., 2011/2012.
- RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*. Porto: FAUPpublicações, 2010.
- RAMOS, Rui Jorge Garcia – *Modernidade inquieta. Arquitectura e identidades em construção: desdobramento de um debate em português*. Porto: Edições Afrontamento, 2015.
- RAPAGÃO, João Paulo; MAIA, Ana; OLIVEIRA, Maria Manuel (coord.) – *Arménio Losa*. Porto: OASRN Cultura, 2008.
- REAL, Manuel Luís; BRAGA, Maria Helena Gil (coord.) – *A Ponte e a Avenida. Contradições Urbanísticas no Centro Histórico do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Departamento de Arquivos, 2001.
- REIS, António (dir.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990. 6 vols.
- RIBEIRO, Ana Isabel de Melo – *Arquitectos portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953*. Porto: FAUPpublicações, 2002.
- RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute – *Universidade do Porto. Estudo orgânico-funcional (Modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo)*. Porto: Reitoria da Universidade, 2001.
- RIBEIRO, Irene – *Raul Lino. Pensador nacionalista da arquitectura*, 2.^a ed. Porto: FAUPpublicações, 1994.
- RIBEIRO, Rogério – *A Aula de Desenho, Academias dos séc. XIX e XX das Escolas de Belas Artes*. Almada: Galeria Municipal de Arte, 1989.
- RIO-CARVALHO, Manuel do – Do Romantismo ao fim do século, in *História da Arte em Portugal*, vol. 11. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

ROCHA, José Ferreira; MARTINS, João Guerra – *Regime jurídico da urbanização e da edificação*. [s.l.]: série Gestão e Coordenação de Obra, 2006.

RODOLFO, João de Sousa – *Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002.

RODRIGUES, Cláudia – O Porto desigual e a transacção entre personagens e lugares – O centro histórico, a ilha e o bairro social, in *1.º Colóquio psicologia espaço e ambiente*. Évora: Universidade de Évora, 2002.

RODRIGUES, José Manuel (coord.) – *Teoria e crítica de arquitectura século XX*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos-SRS/ Caleidoscópio, 2010.

RODRIGUES, Manuel Ferreira – A construção civil em Aveiro, 1860-1930. Notas para a sua compreensão histórica, in ALVES, Jorge Fernandes – *A indústria Portuense em Perspectiva – Actas do Colóquio*. Porto: Centro Leonardo Coimbra; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.

RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Os Engenheiros em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

RODRIGUES, Maria João Madeira; SOUSA, Pedro Fialho de; BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira – *Vocabulário técnico e crítico de arquitectura*, 4.^a ed. Lisboa: Quimera Editores, 2005.

ROGERS, Ernesto Nathan – *Experiencia de la Arquitectura*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1965.

ROMANO, José – *Edifícios em altura: forma, estrutura e tecnologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

ROSAS, Fernando – «A crise de 1929 e os seus efeitos económicos na sociedade portuguesa», in *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, vol. I. Lisboa: Ed. Fragmentos, 1986.

ROSAS, Fernando – *O Estado Novo nos Anos Trinta*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

ROSAS, Fernando – *Pensamento e acção política. Portugal século XX (1890-1976). Ensaio histórico*. Lisboa: Editorial. Notícias, 2004.

ROSSI, Aldo – *A Arquitectura da cidade*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1982.

SALES, Fátima – *Januário Godinho: arquitectura, paisagem e cultura urbana: aspectos a reavaliar*. Porto: Escola Superior Artística do Porto, 2005.

SAMPAIO, Joaquim – *Mitificação e paisagem simbólica: O caso do Estado Novo*. Porto: Cadernos de Doutoramento de Geografia FLUP, 2012.

SANTOS, José Coelho dos – *O Palácio de Cristal e a arquitectura do ferro no Porto em meados do século XIX*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1984.

SARAIVA, António José – Génese do Romantismo em Portugal, in *História Ilustrada das Grandes Literaturas*, vol. I. Lisboa, ed. Cor, [s. d.].

SARAIVA, António José – *Tertúlia Ocidental*. Lisboa: Gradiva, 1995.

SECÇÃO REGIONAL DO NORTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES (org.) – J. Marques da Silva, *arquitecto 1869-1947*. Porto: APP, 1986.

SEIXAS, Paulo Castro – “Ilhas” and “Condomínios” in Porto: Anthropological urban structure and the social cohesion problem, in *International Federation for Housing and Planning 44th World Congress 98*. Lisboa, 1998.

SEIXAS, Paulo Castro – “Ilhas” y “Novos Condomínios” en Oporto: Socioespacialidades y políticas da diferencia. Una perspectiva crítica para una ciudad mejor, in *Actas Cuarto Congreso Chileno de Antropología*, Santiago do Chile, 2001.

SEIXAS, Paulo Castro Araújo; SANTOS, Paula Mota e Henrique Gomes de (orgs.) – *Pluralidades portuenses: Símbolos locais, relações globais*. Porto: Edições Civilizações, 2004.

SERRA, Nuno – *Estado, território e estratégias de habitação*. Coimbra: Quarteto Editora, 2002.

SERRÃO, Joel – *Temas de cultura portuguesa II*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

SEVERO, Ricardo – A casa e o templo, in *Homenagem a Ricardo Severo. Centenário do seu nascimento 1869-1969*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1969.

SILVA, Germano – *Porto nos lugares da história*. Porto: Porto Editora, 2001.

TAFURI, Manfredo – *Teorias e História da Arquitectura*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

TAVARES, Domingos – *Casas de Brasileiros. Erudito e popular na arquitecturas dos Torna-Viagem*. Porto: Dafne Editora/ Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2015.

TAVARES, Domingos – *Da rua Formosa à Firmeza*, 2.^a ed. Porto: Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P., 1985.

TÁVORA, Fernando – *Da Organização do Espaço*, 2.^a ed. Porto: Edições do Curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto, 1982.

TEIXEIRA, Manuel C. – *Habitação popular na cidade oitocentista – As ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

TEYSSOT, Georges – *Da teoria de arquitectura: doze ensaios*. Lisboa: Edições 70/ Edarq (Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra), 2010.

TOMÉ, Miguel – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUPpublicações, 2002.

TOSTÕES, Ana – *Os verdes anos na arquitectura Portuguesa dos anos 50*, 2.^a ed. Porto: FAUPpublicações, 1997.

TOSTÕES, Ana (coord.) – *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Lisboa: IPPAR, 2004.

VALE, Clara Pimenta do; ALMEIDA, Vítor Abrantes – Entre tradição construtiva e modernidade arquitectónica. Caracterização construtiva da habitação corrente da cidade do Porto no segundo quartel do século XX in *Actas do 4.º Congresso de Patologia Y Reabilitacion de Edificios Patorreb 2012*. Patologia. 4. Técnicas de diagnosis. Entre Tradição Contrutiva e Modernidade Arquitectónica, 2012.

VALE, Clara; ABRANTES, Vítor – Os processos de licenças de obras de obras na cidade do Porto. Caracterização construtiva do património edificado entre 1911 e 1940, no eixo da Boavista, in *Reabilitar2010. Encontro Nacional Conservação e Reabilitação de Estrutura*, 2010.

VASCONCELOS, Domingas – *A Praça do Marquês de Pombal na cidade do Porto. Das suas origens até à construção da Igreja da Senhora da Conceição*. Porto: FAUPpublicações, 2008.

VASCONCELOS, Flório – *A Reforma do Ensino das Bellas Artes*. Porto: [s.l.], 1987.

VASCONCELOS, Flório – *Estuques decorativos do Norte de Portugal*. Porto: [s.l.], 1991.

WELLENKAMP, Margarida; PISCO, Luís – *Ilhas*. Porto: Panmixia Associação Cultural, 2004.

WESTON, Richard – *A casa no século vinte*. Lisboa: Editorial Blau, 2002.

WOLFERS, Philippe; WOLFERS, Marcel – *Da Arte Nova à Art-Déco*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.].

ZABALBEASCOA, Anaxu – *As casas do século*. Lisboa: Editorial Blau, 1998.

ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*, vol. I. Lisboa: Editora Arcádia, 1972.

Dissertações, teses e outros trabalhos académicos

AGUIAR, João Luís Costa Abreu – *Casa na rua formosa: Estudo e proposta de uma intervenção*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2012.

ALMEIDA, Carla Margarida de Sousa e – *José Porto: Um percurso na arquitectura portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2013.

ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de – *Favor, recompensa e controlo social: Os bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2010.

AMORIM, Maria Alexandra Martins Soares de – *Porto, a cidade planeada – 1930/1980: Permanência/ inovação no processo e forma urbana*. Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano apresentada à Faculdade de Engenharia e Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 1998.

ARAGÃO, Mariana Lins – *Sobrados altos e magros do Recife: Um estudo comparativo com as casas do Porto*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada do Porto em 2012.

BACKHEUSER, Luíz Alberto Fresl – *A casa do arqueólogo. Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo*. Dissertação de Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2006.

BARROS, Carlos Alberto da Silva – *Sistema construtivo da habitação unifamiliar do Porto: Evolução ou permanência da construção da 2.ª metade do séc. XIX aos anos 60*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2006.

BERREIRA, João Paulo Pimenta Barreira – *António Arroio e o ensino das Artes Decorativas*. Dissertação de Mestrado em Educação Artística e apresentada à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa em 2013.

BOMBA, Catarina Leonor Guerreiro – *Avenida Marechal Gomes da Costa; Porto e a Arquitectura dos anos 30*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2003.

BRANDÃO, Pedro – *Ética e profissões, no design urbano. Convicção, responsabilidade e interdisciplinaridade. Traços da identidade profissional no desenho da cidade*, vol. II (Profissão de Arquitecto – Identidade e prospectiva). Tese de Doutoramento em Espacio Público Y Regeneración Urbana: Arte Y Sociedad apresentada ao Departamento de Escultura da Universidade de Barcelona em 2005.

CAETANO, Francisco Manuel Perfeito dos Santos – *O ensino técnico artístico no Porto durante o Estado Novo 1948-1973*. Dissertação de Mestrado em História e Educação e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2009.

CALHEIROS, Maria do Rosário D. S. Coutinho – *Arquitecturas rurais e critérios de intervenção. Uma experiência no Vale do Lima (2003-2006)*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura na Especialidade de Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2006.

CARVALHO, António Cardoso Pinheiro – *O Arquitecto Marques da Silva e a arquitectura do Norte do país na primeira metade do séc. XX*, vol. I. Dissertação de Doutoramento em História da Arte e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1992.

CARVALHO, Maria de Jesus Mendes de – *Cassiano Branco: A obra*. Dissertação de Mestrado em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura e Arte da Universidade Lusíada de Lisboa em 1998.

CARVALHO, Maria Filomena Barros de – *Arquitectura e vilegiatura na Foz do Douro (1850-1910)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1997.

CLEMENTINO, Luísa Lopes Ramos – *Fernando Távora. De O Problema da Casa Portuguesa ao Da Organização do Espaço*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC em 2013.

COSTA, Andreia Patrícia Alba da – *A casa burguesa do Porto no séc. XXI. Diálogo entre o habitar contemporâneo e a identidade dos espaços interiores burgueses*. Dissertação de Mestrado em em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2013.

COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da – *Mineralogia, Geologia, Metalurgia e Arte de Minas no Ensino Industrial na Cidade do Porto (1864-1974)*. Dissertação de Doutoramento na área Científica de Geologia, especialidade História e Metodologia das Ciências Geológicas apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 2013.

CRUZEIRO, Cristina Pratas – *A caminho da dissolução: A problemática da autoria na arte contemporânea*. Dissertação de Mestrado em Teorias da Arte apresentada à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa em 2006.

CUNHA, Aline Cristhiane Teles da – *“Da Minha Ilha não se vê o mar”. As ilhas do Porto: Património, práticas e representações*. Dissertação em Estudos em História e Património apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2012.

DIAS, Ana Carina Viegas – *O impacto dos ambientes promocionais em montras na estratégia comercial de um ponto de venda e no comportamento do consumidor. Estudo de caso da Rua de Santa Catarina no Porto*. Dissertação de Mestrado em Marketing e Publicidade e apresentada à Faculdade de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias de Informação da Universidade Lusófona do Porto em 2013.

DOMINGUES, Patrícia Selada Lameiro – *Autoria e arquitectura. Autonomia disciplinar e o arquitecto hoje*. Dissertação de Mestrado em Crítica de Arte e Arquitectura apresentada ao Colégio das Artes da Universidade de Coimbra em 2012.

DUARTE, Ana Rita Lisboa – *O sistema construtivo do piso térreo dos prédios de rendimento pombalinos*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa em 2011.

FARIA, André Mendes – *Caracterização do fogo na habitação plurifamiliar do Porto: Introdução a um processo de estudo*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2005.

FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral dos Santos – *A Escolha do Porto: Contributos para a actualização de uma ideia de Escola*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Escola de Arquitectura da Universidade do Minho em 2010

FERREIRA, Nuno Paulo Soares – *Entrepasto Frigorífico do Peixe de Massarelos. Um dos ícones da arquitectura modernista portuense*. Relatório de estágio para obtenção do grau de Mestre apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: O inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1998.

FONSECA, Adélia Luísa T. Silva – *Porto Norte. Dinâmicas urbanas e sua evolução*. Dissertação de Mestrado e Geografia: Dinâmicas e Espaciais e Ordenamento do Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1998.

FONSECA, João Pedro Esteves de Carvalho – *Forma e estrutura no bloco de habitação, Património Moderno em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Metodologias da Intervenção no Património Arquitectónico apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2005.

FRANCA, Ana Cabral Pacheco de Miranda – *A habitação colectiva moderna do Porto: 1925-1965*. Dissertação de Mestrado em Metodologia de Intervenção no Património Arquitectónico apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade o Porto em 2006.

GALVÃO, Adriana – *A caminho da Modernidade – A travessia portuguesa, ou o caso da obra de Jorge Segurado como um exemplo de complexidade e contradição na arquitectura (1920-1940)*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade Lusfada de Lisboa em 2003.

GOMES, Maria Marques Calado de Albuquerque – *A cultura arquitectónica em Portugal 1880-1920. Tradição e inovação*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Unicversidade Técnica de Lisboa em 2003.

GONÇALVES, Eliseu Manuel Vieira – *A habitação popular no Porto, 1899-1933. A prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do Modernismo*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2015.

GONÇALVES, José Fernandes – *Edifícios modernos de habitação colectiva – 1948/1961. Desenho e standard na arquitectura portuguesa*. Tesis Doctoral em Programa de Doctorado: Projectos Arquitectónicos apresentado à Universitat Politècnica de Catalunya – Departament de Projectos d'Arquitectura em 2007.

GONÇALVES, Rui Tiago Pereira – *A reabilitação face à sustentabilidade – Casa burguesa do Porto*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada na Universidade Lusófona do Porto em 2012.

GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo – *Construções de Elite no Porto (1805-1906)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2004.

GRACIA, Rita da Silva Alegre – *Entre público e privado: A arquitectura doméstica de Marques da Silva no Porto*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2011.

GRAVETO, Maria Adriana Pacheco Rodrigues – *Trajecto do risco urbano. A arquitectura na cidade do Porto, nas décadas de 30 a 50 do século XX, através do estudo do conjunto da Avenida dos Aliados à Rua de Ceuta*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2004.

LAMEIRO, Maria Gisela Antunes – *A rua de Sá da Bandeira no Porto. Topologia(s) do habitar colectivo*. Dissertação de Mestrado em Estudos do Espaço e do Habitar em Arquitectura apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura em 2010.

LOBO, Maria Natália de Magalhães Moreira – *O ensino das artes aplicadas (ourivesaria e talha) na Escola Faria Guimarães de 1884 a 1948. Reflexo no desenvolvimento artístico da cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado em História da Arte e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1998.

MAIA, Maria Augusta da Silva Adrego – *Cassiano Branco - 1897-1970*. Tese de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1986.

MARQUES, Teresa Dilce Portela – *Dos jardins paisagistas e horticultores do Porto de oitocentos ao modernismo na arquitectura paisagística em Portugal*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Técnica de Lisboa em 2009.

MARTINS, Sabina – *Os edifícios de gaveto, as duas faces da mesma esquina. Estudo da cidade do Porto entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XX*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusófona do Porto em 2012.

MATOS, Fátima Loureiro de – *A habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2001, [s.p.].

MEIRELES, Henrique – *Identidade e metamorfose. Transformação da imagem da casa burguesa do Porto*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2006.

MONIZ, Gonçalo Esteves de Oliveira do Canto – *O ensino moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 2011.

MORAIS, Christophe Gameiro Pereira – *Arménio Rosa e a habitação colectiva na década de 50 no Porto*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2010.

MOTA, Nelson – *A Arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura Território e Memória apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 2006.

OLIVEIRA, Ana Filipa Marques Bragança de – *Uma escola, dois percursos: Reflexão sobre a evolução do ensino de arquitectura na escola do Porto*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2008.

OSÓRIO, Filipa Peres Frangolho Crespo – *Viagem pela habitação social. Um novo caminho*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 2006.

PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*. Tese de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1996.

PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – *Influências internacionais na Arquitectura Moderna no Porto (1926-1956)*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidad de Valladolid em 2013.

PEREIRA, Catarina Ruivo – *As formas sociais da arquitectura: O uso como base e para análise formal da habitação colectiva portuense no século XX*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura em 2014.

PEREIRA, Diogo Carrasqueiras – *A evolução da habitação de interesse social no município do Porto*. Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão das Cidades apresentada à Faculdade de Economia da Universidade do Porto em 2011.

PEREIRA, Luís Manuel Pires – *Arquitectura portuguesa anos 30-50: Atitude e crise de identidade: Elementos para a construção de um percurso*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa em 2011.

PINTO, Ana Isabel Ferreira – *Da arquitectura de Marques da Silva e Oliveira Ferreira: Para um retrato portuense nas primeiras décadas do século XX*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2012.

QUINAZ, Marta Isabel Ferreira Alves – *Da folha à raiz. Januário Godinho – Fernando Távora – Álvaro Siza Vieira. Um passeio pelo mundo orgânico*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura e apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2005.

RAMOS, Rui J. G. – *A Casa Unifamiliar Burguesa na Arquitectura Portuguesa: Mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2004.

RIBEIRO, Clementina de Fátima Bidarra Pinto de Castro – *Reaportuguesar Portugal: O sentido patriótico em Eça de Queirós*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares apresentada à Universidade Aberta de Lisboa em 2008.

RIBEIRO, Orlando Miguel da Silva Nunes – *Mário Bonito. Vida e obra. Um pequeno grande percurso*. Monografia de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Fernando Pessoa do Porto em 2008.

RIBEIRO, Sandra Marisa Azevedo Barbosa – *O espaço exterior no edifício de habitação plurifamiliar. A construção da Rua Arquitecto Marques da Silva*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2013.

RODRIGUES, Ana Luísa Jardim Martins – *A habitabilidade do espaço doméstico. O cliente, o arquitecto, o habitante e a casa*. Tese de Doutoramento no Ramo do Conhecimento de Cultura Arquitectónica apresentada à Escola de Arquitectura da Universidade do Minho em 2008.

RODRIGUES, Cláudia Maria Barbosa – *O Porto desigual e a transacção entre personagens e lugares – O centro histórico, a ilha e o bairro social*. Dissertação de Mestrado em Psicologia e Educação Ambientais apresentada ao Instituto de Psicologia Aplicada de Lisboa em 2002.

RODRIGUES, Inês Lima – *Quando a habitação colectiva era moderna desde Portugal e outros territórios de expressão portuguesa 1940-1977*. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Projectos Arquitectónicos ESTAB. UPC, 2009.

SAIVA, Maria Cristina Torrinha – *Celestino de Castro: Duas habitações no Porto*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2001.

SALES, Maria de Fátima Alves – *Januário Godinho na arquitectura portuguesa, ou a outra face da modernidade*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad de Valladolid em 2000.

SANTOS, Ricardo Fernandes dos – *Arquitectura portuguesa no tempo longo. Princípios de desenho e forma em igrejas de três naves*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2013.

SEIXAS, Paulo Castro – *Paradigmas socioespaciais e políticas da diferença. Ilhas e novos condomínios: Uma interpretação dialógica da cidade do Porto*. Tese de Doutoramento em Antropologia Social e apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade de Santiago de Compostela em 1999.

SILVA, Juliano – *A cor na arquitectura na Escola do Porto*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2011.

SILVA, Patrícia Rodrigues Casanova da – *A varanda em edifícios de habitação plurifamiliar na cidade do Porto. O conjunto habitacional das Fontainhas*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2013.

SILVA, Pedro – *Redes prediais – Evolução, avaliação e perspectiva. Abastecimento de água e drenagem de águas residuais*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil – Especialidade em Construções apresentada à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto em 2015.

SILVA, Pedro Soares da – *Obra e vida de Artur Andrade*. Monografia de Licenciatura em Arquitectura e Urbanismo apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Fernando Pessoa do Porto em 2008.

SILVA, Tiago Antero de Sousa e – *Porto: [re]habitar a cidade. Obsolescência urbana e a readaptação habitacional à cidade contemporânea*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Técnicas da Universidade de Coimbra em 2013.

SILVA, Vera Márcia dos Santos e – *O papel das cooperativas na construção de habitação no Porto entre 1933 e 1956*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2011.

TEIXEIRA, Joaquim José Lopes – *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2004.

TOMÉ, Juliana Patrícia da Silva – *A centralidade do espaço doméstico na estrutura do quotidiano – O caso das ilhas do Porto*. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2010.

VALE, Maria Clara de Carvalho Pimenta do – *Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto – O eixo da Boavista (1927-1999) – Contributo para a história da construção em Portugal no século XX*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2011.

Artigos em publicações periódicas (consultados e citados)

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – A casa nobre do Porto nos séculos XVII e XVIII: Introdução ao seu estudo, in *Revista Poligrafia*, n.º 4, 1995, pp. 25-54.

BASTOS, Rui – Da Avenida da Cidade ao Plano para a Zona Central. A intervenção de Barry Parker no Porto, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vols. 3-4. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1985-1986, pp. 261-309.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Inventário do Património arquitectónico do Porto (IPAP)*. Porto: Série publicada no Jornal de Notícias, Junho/Setembro, 1999.

CORREIA, Luís Grosso – A evolução demográfica da Freguesia do Bonfim da Cidade do Porto na Época Contemporânea, in *Revista da Faculdade de Letras. História*. III série, vol. 10, 2009, pp. 181-196.

CRUZ, Selenne Galeana – La tipologia en la vivienda como precedente sustentable, in *ACE*, ano II, n.º 6 Fevereiro, 2008, 777-800.

FERREIRA, Maria Júlia – O bairro social do Arco do Cego – Uma aldeia dentro da cidade de Lisboa, in *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994, 697-709.

FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Moreira da – Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadás ao Plano de 1952, in *CEM Cultura, Espaço e Memória: Revista do CITCEM*, n.º 4. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ Universidade do Minho/ Edições Afrontamento, 2013, pp. 191-230.

FLOR, Susana – O ferro forjado na história e na arte da cidade do Porto, in *ARPPA*. Porto, n.º 2, 2.º semestre de 1987, pp. 22-24.

FRANÇA, José Augusto – 1940: Exposição do Mundo Português, in *Colóquio artes*, n.º 45, 2.ª série. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

FRANÇA, José Augusto – Itinerário dos Anos 40, in *Colóquio artes*, n.º 48, 2.ª série. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

LOBO, J. Huertas; DIAS, Francisco da Silva – Associações de Arquitectos em Portugal (1602-1988), in *Revista Arquitectos*. Publicação da Associação dos Arquitectos Portugueses, n.º 0, Outubro 1988, pp. 4-8.

MADUREIRA, Helena – Processo de transformação da estrutura verde do Porto, in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, vol. XVII-XVIII, 2001-2002, pp. 137-218.

MADUREIRA, Helena; PIMENTA, José Ramires – Natureza e cultura no Porto do século XIX, in *Revista Convergência Crítica. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social – NEPETS*, vol. I, n.º 2, 2012, 73-89.

MARÇAL, Horácio – *Estrada da circunvalação – Antiga linha de fiscalização e cobrança do denominado imposto “real de água”*. «O Tripeiro», VI série, ano XI, n.º 7, 1972, pp. 193-195.

MATOS, Ana Maria Cardoso de – A utilização de novos materiais e estruturas no contexto do património urbano oitocentista, in *Arqueologia & Indústria* (2-3), 1999/2000, pp. 109-127.

MATOS, Fátima Loureiro de – A habitação como uma das componentes de qualidade do ambiente urbano. O caso do Porto e arredores, in *Territorium – Revista de Geografia Física Aplicada no Ordenamento do Território e Gestão de Riscos Naturais*, n.º 4, 1997, pp. 21-28.

MATOS, Fátima Loureiro de – Habitação cooperativa no Grande Porto (1974/94), in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia*, n.º 10-11, 1994, pp. 19-38.

MATOS, Fátima Loureiro de – Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956, in *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994, pp. 677-695.

MATOS, Fátima Loureiro de – Reabilitação urbana da Baixa Portuense – Qualidade Habitacional, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia*, n.º 1, 2007, pp. 33-54.

PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira – O bloco de casas económicas na rua Duque de Saldanha: Um bairro à procura de identidade, in *Vinte e um por vinte e um*, n.º 2, Arte e Identidade. Porto: ESAP, 2006, pp. 7-17.

PACHECO, Elsa Maria Teixeira – Os transportes colectivos rodoviários no Grande Porto, in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, vol. VIII, Porto, 1992, pp. 5-64.

PEREIRA, Gaspar Martins – Casa e família, as “ilhas” no Porto em finais do século XIX, in *População e Sociedade*, n.º 2. Porto: Centro de Estudos da População e Família, 1996, pp. 159-183.

PEREIRA, Gaspar Martins – Housing, household, and the family: The ilhas of Porto at the end of the 19th Century, in *Journal of Family History*, vol. XIX, n.º 3, 1994, pp. 213-236.

PEREIRA, Virgílio Borges – Uma imensa espera de concretizações... Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto, in *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 13, 2003, pp. 139-148.

PEREIRA, Virgílio Borges; QUEIRÓS, João – Estado, Alojamento e a «Questão Social»: Elementos para a compreensão sociológica da formação da respectiva relação no Porto contemporâneo, in *Argumentos de Razón Técnica*, Revista Española de Ciencia, Tecnología y Sociedad, y Filosofía de la Tecnología, 2009, 113-128.

PINTO, Manuel da Cerveira – “O moderno esquecido” – A Casa do Ameal do arquitecto Celestino de Castro [1948], in *A Obra Nasce: Revista de Arquitectura da Universidade Fernando Pessoa*, 2007, pp. 55-58.

PIRES, Amílcar de Gil e – Os conceitos de tipo e de modelo em Arquitectura, in *Artitextos*. Lisboa: CEFA (Editorial da Faculdade de Arquitectura), Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design, 2009, pp. 241-248.

PIRES, Maria do Carmo Marquês – (Com)passos num espaço de nós. A rua Álvares Cabral, in *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*. I.ª série, vol. III, Porto, 2004, pp. 217-235.

REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui – Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto, in *Revista Povos e Culturas*, n.º 2, Porto: Universidade Católica Portuguesa, 1987, pp. 389-418.

ROSAS, Fernando – O salazarismo e o homem novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo, in *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, pp. 1031-1054.

SEIXAS, Paulo A. N. C. – *Entre Manchester e Los Angeles. Ilhas e Novos Condomínios no Porto*, 1.º vol., Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008, pp. 508-510.

SILVA, Carlos Nunes – Mercado e políticas públicas em Portugal: A questão da habitação na primeira metade do século XX, in *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994, pp. 655-676.

TEIXEIRA, Manuel C. – A habitação popular no século XIX – características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro, in *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 127. 1994, pp. 555-579.

TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, in *Análise Social*, vol. XXVII (115), n.º 1, 1992, pp. 65-89.

TEIXEIRA, Manuel C. – Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das «ilhas» da cidade do Porto, in *Sociedade e Território*, n.º 2. Porto, Fev. 1985, pp.74-89.

TEIXEIRA, Manuel C. – Introdução. Habitação na Cidade Industrial 1870-1950, in *Análise Social*, n.º 127. 1994, pp. 555-579.

TREVISAN, Alexandra – A Arquitectura do Engenheiro Jorge Manuel Viana no Porto dos anos 30, in *Cadernos ESAP*, n.º 2/3. Porto: Escola Superior Artística do Porto, 1997.

VASCONCELOS, Flório – Casas esguias do Porto e Sobrados do Recife, in *Tripeiro*, Série Nova, ano VII, n.º 1, Janeiro de 1988.

Documentos e sítios electrónicos (consultados e citados)

[Nota: A consulta destes documentos e sítios electrónicos decorreu em momentos diversos ao longo da investigação, pelo que não se inclui a data da sua consulta.]

AECOPS – 124 ANOS DE ASSOCIATIVISMO DA CONSTRUÇÃO. Informação [Disponível em www.aecops.pt/getfile.php?xp=2&src=file9_pt&ext=pdf&fid] [consultado em 14 de Outubro 2015].

Área Metropolitana do Porto [Disponível em <http://www.amp.pt/>].

Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas. [Disponível em <http://www.aiccopn.pt/>].

CAMPELLO, António Ferreira de Lima Cabral – *Um olhar sobre a arquitectura do prédio de rendimento no Porto e a rua de Sá da Bandeira como uma metonímia*. Tese de Doutoramento Apresentada à Universitat Politècnica de Catalunya – Departament de Projectes Arquitectònics em 2012. [Disponível em <http://www.tdx.cat/handle/10803/119768>].

CARDOSO, António Monteiro – Os anos de afirmação, in BRANCO, Jorge Freitas (editor) – *Visões do técnico, no centenário 1911-2011*. Lisboa: CRIA-IUL (2013). [Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/4713>].

COELHO, António Baptista – Sobre a primeira fase da habitação de interesse social (HIS), entre 1919 e 1972, in *RISCO. Revista de pesquisa em arquitectura e urbanismo*, 2009. [Disponível em <http://www.revistas.usp.br/risco/article/viewFile/44780/48411>].

CÓIAS, Vítor – Qualificação profissional na construção. Revisitar o passado para projectar o futuro, in *Pedra & Cal. Conservação e Reabilitação*, n.º 60, 1.º Semestre Janeiro- Junho 2016. [Disponível em http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev60_Revista_Completa.pdf].

Criação da Universidade do Porto. [Disponível em https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antecedentes%20da%20universidade%20do%20porto].

Diário da República Electrónico. [Disponível em <https://dre.pt/>].

DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO – *Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) – Versão 2014*. [Disponível em http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal__caop_/caop_em_vigor/].

DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO – *Carta Administrativa Oficial Portuguesa (CAOP) 2011*, [Disponível em http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal__caop_/].

Do Porto e não só.... [Disponível em <http://doportoenaos.blogspot.pt/>].

FERREIRA, Nuno – *A arquitectura rural na cidade do Porto na primeira metade do século XX: Construção de quintas em contexto de expansão urbana*, 2013. [Disponível em: <http://www.citcem.org/3encontro/>].

FERREIRA, Nuno – Rua Duque de Saldanha (Porto). Morfologia urbana e arquitectura doméstica privada e estatal, in *EURAU'12. 2 Construir Tecido Urbano. Espaço Público e Cidade Contemporânea*. [Disponível em <http://www.eurau12.arq.up.pt/pt/tema-e-comunica%C3%A7%C3%B5es/2-construir-tecido-urbano>].

FERREIRA, Nuno; TEIXEIRA, Vera – Tipologia da casa rural da freguesia de Vermoim, in *Actas do Colóquio Internacional – Arquitectura Popular*, 2013 (actas publicadas em 2016). [Disponível em: <https://sites.google.com/site/coloquioarquitecturapopular>].

FONTES, Carlos - *História da Formação Profissional e da Educação em Portugal*. [Disponível em <http://www.filorbis.pt/educar/histFormProfB.htm>].

FONTES, Carlos – *História da Formação Profissional e Educação em Portugal e Colónias*. [Disponível em <http://educar.no.sapo.pt/indexFormProf.htm>].

GARRETT, Almeida – Romanceiro e Cancioneiro Geral de 1843; citado em RIBEIRO, Carla Patrícia Silva; RIBEIRO, Carla – *Cultura Popular em Portugal: De Almeida Garrett a António Ferro*. [Disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/cultura-popular-em-portugal-de-almeida-garrett-a-antonio-ferro>].

GUEDES, Augusto Ferreira (org.) – *Contributos para a história dos engenheiros técnicos portugueses*. [Disponível em <https://www.oet.pt/downloads/HistoriaEngenheirosTecnicos>].

História da Feup. [Disponível em https://sigarra.up.pt/feup/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=hist%C3%B3ria].

História da Ordem dos Engenheiros Técnicos. [Disponíveis em <http://www.oet.pt/portal/index.php/historia-dos-engenheiros-tecnicos>].

<http://gisaweb.cm-porto.pt/>.

<http://portoarc.blogspot.pt/>.

<http://www.cm-porto.pt/>.

<http://www.codigo-postal.pt/>.

<http://www.queirozportela.com/perfis.htm>.

<https://www.fc.up.pt/fa/?item=362&p=apr>.

Inventário Alumni (1836-1957) da FBAUP. [Disponível em <http://sdi.fba.up.pt/>].

LAMEIRA, Gisela – A simetria e a topologia na concepção da habitação plurifamiliar portuense na 1.^a metade do séc. XX, in *Resdomus*. Publicação autónoma do Grupo de Investigação Atlas da Casa (CEAU-FCT). [Disponível em <http://resdomus.blogspot.pt/2015/02/a-simetria-e-topologia-na-concepcao-dos.html>].

Legislação Régia. Assembleia da República. [Disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/Pesquisa/?q=Aguar%20da%20Beira&f=geral&ts=1>].

MATOS, Fátima Loureiro de; RODRIGUES, Rosa Maria Veloso Vieira – As Ilhas do Porto: Lugares de resistência, in *Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia*, vol. 1, n.º 1, 2009. [Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23279/2/62995.pdf>].

MEDEIROS, Maria Alice Lopes – *Da colônia ao shopping. Um estudo da evolução tipológica da arquitectura hospitalar em Natal*. Dissertação de Mestrado Programa de Pós Graduação em Arquitectura e Urbanismo apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2005. [Disponível em http://bdtd.ufrn.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1115].

NETO, Maria João Mendonça e Costa Pereira – Processo de profissionalização da arquitectura em Portugal – da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos à Ordem dos Arquitectos, in *AE...Revista Lusófona de Arquitectura e Educação*. [s.l.], n.º 4/2010. [Disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/revlae/article/view/1851>].

PARLAMENTO EUROPEU – *Regulamento (CE) n.º 1059/2003, de 26 de Maio de 2003, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)*. [Disponível em http://www.gep.msess.gov.pt/apresentacao/legislacaopdfs/rce1059_03.pdf].

PEREIRA, Nuno Teotónio – Chegarão 100 anos para acabar com as barracas? in *Jornal “O Público”*, 23 de Setembro de 1993. [Disponível em http://www.snpcultura.org/nuno_teotonio_pereira_chegarao_100_anos_para_acabar_com_barracas.html].

PINHEIRO, Magda – A ruptura de 1911, in BRANCO, Jorge Freitas (ed.) – *Visões do técnico, no centenário 1911-2011*. Lisboa: CRIA-IUL (2013). [Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/4497>].

RAMOS, Rui Jorge Garcia – *Casa Portuguesa*. [Disponível em https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=28960].

RIBEIRO, Carla Patrícia Silva – *Cultura Popular em Portugal: De Almeida Garrett a António Ferro*. [Disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt/porta/pt/obras/cultura-popular-em-portugal-de-almeida-garrett-a-antonio-ferro>].

ROCHA, Eunice; FERNANDES, José Rio – *O tempo, o espaço, o comércio e o caso da Rua de Santa Catarina, na cidade do Porto*. Porto: Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia FLUP, 2009. [Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22935/2/jariofernandescadernos2000092129.pdf>].

ROLLO, Maria Fernanda – *Da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses à Ordem dos Engenheiros*. [Disponível em <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/da-associacao-dos-engenheiros-civis-portugueses-a-ordem-dos-engenheiros/>].

ROLLO, Maria Fernanda – *Memória do I Congresso Nacional de Engenharia (1931)*. [Disponível em <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/memoria-do-i-congresso-nacional-de-engenharia-1931/>].

ROLLO, Maria Fernanda – *Os engenheiros e a sua ordem II: a criação da Ordem dos Engenheiros*. [Disponível em <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/os-engenheiros-e-a-sua-ordem-ii-a-criacao-da-ordem-dos-engenheiros/>].

ROSA, Edite Maria Figueiredo e – *ODAM: Valores modernos e confrontação com a realidade produtiva*. Tesis Doctoral em Arquitectura apresentada ao Departament de Projectes Arquitectònics da Universitat Politècnica de Catalunya em 2005. [Disponível em <http://www.tdx.cat/handle/10803/6819>].

SILVA, Daniela – *Regresso à baixa: Residência universitária*. Projecto final apresentado à Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos em 2013. [Disponível em <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/5027>].

VALE, Maria Clara de Carvalho Pimenta do – *Códigos de Posturas da Cidade do Porto entre o Liberalismo e a República. Influências e reflexos na forma de construir corrente*. [Disponível em http://sigarra.up.pt/faup/pt/publs_pesquisa.FormView?P_ID=4753].

Documentos não textuais

FERREIRA, Nuno – Requalificação e reabilitação dos Bairros de Interesse Social Pio XII, Lagarteiro e Contumil da cidade do Porto. Recuperação de alguns fragmentos da cidade Moderna, in *CD do 4.º Congresso Nacional de Construção*, 2012.

ÍNDICE

I. Introdução	1
II. Metodologia geral	37
III. Caracterização da habitação na cidade do Porto: Do urbanismo ao licenciamento de obras particulares	55
IV. Análise geral e distribuição geo-temporal	101
V. Tipologias	127
VI. Os intervenientes no processo construtivo	229
VII. A Rua de Santa Catarina	295
VIII. A arquitectura rural: Quintas e casas de lavoura	365
IX. Uso e interpretação do conceito de “Casa Portuguesa” na arquitectura portuense	391
X. Reflexão em jeito de conclusão	433
Referências	445

A arquitectura residencial portuense na primeira metade do século XX

Licenciamento de obras, autores, tipologias e morfologias

Volume I

Nuno Paulo Soares Ferreira

FACULDADE DE LETRAS

